

Governo do Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Cultura

Maria Regina Furtado

**José Loureiro  
Fernandes**  
*O Paranaense  
dos Museus*

**José Loureiro  
Fernandes**  
*O Paranaense  
dos Museus*

*Livro aprovado pelo  
Conselho de Editoração da  
Secretaria de Estado da Cultura  
2006*

## Governo do Estado do Paraná

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA  
governador

ORLANDO PESSUTI  
vice-governador

RAFAEL IATAURO  
chefe da casa civil

VERA MARIA HAJ MUSSI AUGUSTO  
secretária de estado da cultura

SONIA HAMAMOTO SHIGUEOKA  
diretora geral SEEC

ROSI GLORIA ZANDONÁ LOPES SALOMÃO  
setor de editoração

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA FORMIGHIERI  
diretor presidente da imprensa oficial do estado

### Conselho de Editoração - 2006

membros efetivos:  
ALICE ÁUREA PENTEADO MARTHA  
CLÁUDIO FAJARDO  
CARLOS AUGUSTO DA LUZ  
JOÃO CARLOS FORMIGHIERI  
MARISE MANOEL  
GERALDO MATTOS

membros consultores:  
ADÉLIA MARIA WOELLER  
DIRCEU GUIMARÃES BRITO  
FLOR DE MARIA SILVA DUARTE  
JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES  
MARTA MORAIS DA COSTA  
VERÔNICA DANIEL KOBBS

Governo do Paraná  
Secretaria de Estado da Cultura  
Curitiba - Paraná - 2006

*Maria Regina Furtado*

**José Loureiro  
Fernandes**

*O Paranaense  
dos Museus*

*Paraná 2006*

TERESA CRISTINA MONTECELLI  
coordenação gráfica

PHILIPP KLEINSCHMIT  
foto da capa

GUSTAVO KIRA  
projeto gráfico/capa

WILSON PEREIRA JR.  
revisão

dados internacionais de catalogação na publicação  
bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Furtado, Maria Regina  
José Loureiro Fernandes : o paranaense dos  
museus/Maria Regina Furtado. – Curitiba  
Imprensa Oficial, 2006.  
472p. : il; 16x23cm

Inclui bibliografia.

1. Fernandes, José Loureiro, 1903 - 1977.
2. Museus – Paraná. I. Título.

CDD (21ªed.)  
069.98162



Rua Ébano Pereira, 240  
cep 80410-903 - Centro - Curitiba - Paraná  
tel.: 41 3321 4700 - fax: 41 3321 4708  
[www.pr.gov.br/seec](http://www.pr.gov.br/seec)



Rua dos Funcionários, 1645  
cep 80035 - 050 - Juvevê - Curitiba - Paraná  
tel.: 41 3313 3200 - fax: 41 3313 3279  
[www.dioe.pr.gov.br](http://www.dioe.pr.gov.br)

***Dedicatória***

*À Prof Maria das Dores Medeiros, à Museóloga Marília Duarte Nunes e  
a todos aqueles que se dedicam à museologia.*

## Apresentação

O objetivo central deste livro é analisar o processo museológico do Museu Paranaense - MPR (1874), em Curitiba e do Museu de Arqueologia e Artes Populares - MAAP (1962) na cidade de Paranaguá, a partir da atuação de um dos seus diretores, José Loureiro Fernandes<sup>1</sup>. Tem-se como meta socializar a produção museológica deste estado sulino brasileiro que evidencia, apesar de periférica, a sua perfeita consonância com a política oficial de preservação.

É importante ressaltar que neste trabalho, somente serão discutidos os aspectos arqueológicos, antropológicos e museológicos da prática de Loureiro Fernandes. Sobre a sua atuação no folclore e nas artes populares, será realizada uma análise sistematizada à parte, não só pelo volume de informações disponibilizadas mas, sobretudo, pelo interesse pessoal sobre o tema, constituindo-se na parte introdutória, de uma pesquisa, já em andamento, sobre o artesanato paranaense atual e a questão da identidade local.

É fundamental registrar que o levantamento das fontes foi iniciado à raiz de uma das etapas do projeto de reestruturação do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá (MAEP), órgão suplementar da Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizado de maio de 1989 a dezembro de 1996. Entre outras atividades, este projeto deu início a um tratamento técnico preliminar da documentação escrita, sonora e visual do então museu que lhe deu origem, o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá (MAAP), documentos estes que se encontravam dispersos na biblioteca e nos espaços utilizados pela sua secretaria administrativa (Furtado, MRegina, 1995 e 1996).

Estas fontes, nos arquivos do MAAP e localizadas em 1995 “como papéis administrativos”, detêm informações sobre: o papel da Igreja na formação do ensino superior; a problemática das “disciplinas humanísticas”; o entendimento de museu universitário sob a ótica da própria Universidade e do governo estadual; a política cultural praticada pela Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN) no Paraná desde o final dos anos 30 até meados dos anos 70 e, a concepção desta Diretoria sobre as pesquisas e o gerenciamento das peças museológicas que conformavam o patrimônio das instituições, sob a sua jurisdição, durante o processo de

instalação e montagem. Enfim, tratava-se de um diversificado e até então inexplorado, universo documental sobre o que significava, em meados do século xx, os conceitos de museu, de patrimônio, de arqueologia, de artes populares, de etnicidade e de pesquisa que por sua vez, refletiam a metodologia do ensino superior, a política oficial de preservação do patrimônio, e demais movimentos sócio culturais voltados para a adequação paranaense à política do Estado Novo e dos “novos ares culturais” que sopravam do eixo Rio/São Paulo.

A espinha dorsal da documentação é constituída pela farta correspondência administrativa/burocrática, técnica, social, particular e até mesmo confidencial, datada de 1958 a 1976<sup>2</sup>, entre José Loureiro Fernandes e: o poder decisório do ensino superior no Paraná (do qual ele também fez parte); o poder público local constituído; o grupo de intelectuais das Universidades de elite do Rio de Janeiro e de São Paulo; a cúpula da política nacional de preservação; as instituições culturais européias e norte-americanas e os seus intelectuais de expressão. Sem dúvida, Loureiro Fernandes deixou uma marca forte no cenário local e foi um dos representantes significativos da “intelligentsia” nacional (Schelling, 1990: 65).

Mesmo já sendo considerado um universo significativo de informações, esta documentação representava apenas a ponta de um enorme iceberg. Vários ofícios e expedientes, colocavam em cena instituições alheias ao ambiente acadêmico e museológico como o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) em Curitiba, o Clube Literário (CL) e o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGPG), ambos no litoral paranaense, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, entre outras, criando “vazios” no entendimento e interpretação dos fatos e das ações. No intuito de tentar preencher estas e outras lacunas, foi trilhado o caminho das pedras na busca da complementação desta documentação, que se encontra dispersa nos arquivos das várias instituições em que Loureiro atuou. Perseguindo as indicações contidas nos documentos e contando com a ajuda de ex-alunos e contemporâneos deste fundador da antiga Faculdade de Filosofia o universo das fontes primárias consultadas foi expandido consideravelmente, incluindo o acervo documental que se encontra no Setor de Ciências Humanas, Letras e



Artes (SCHLA), no Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), no Departamento de Antropologia (DEAN) todos órgãos da UFPR; no Arquivo Público do Estado (APE) e no Museu Paranaense (MPR).

No Museu Paranaense onde Loureiro Fernandes assumiu a sua direção em dezembro de 1936, para reorganizá-lo, o potencial das fontes ali encontradas e datadas de janeiro de 1937, aponta para o início dos trabalhos científicos nas áreas da arqueologia, da museologia, da etnografia e da política cultural voltados para os registros da memória social incluindo a formação de um acervo áudio visual.

Os trabalhos científicos, tanto na área das humanidades como na área das ciências naturais (botânica e zoologia) foram os suportes do ensino superior, que estava sendo instalado, e eram respaldados ou acompanhados a princípio pela DPHAN e também pelos cientistas e especialistas estrangeiros que se encontravam no país, realizando pesquisas no Museu Nacional do Rio de Janeiro ou no Museu Paulista.

Assim que a documentação que se encontra no Museu Paranaense ampliou o período de análise sobre as questões museológicas para o período compreendido entre 1937 a 1955, no planalto curitibano.

No Círculo de Estudos Bandeirantes foi entregue, pessoalmente por Loureiro Fernandes, um significativo volume de documentos assinados por ele e seus correspondentes, que se encontrava em sua casa, pouco meses antes da sua morte, em 1977 segundo o atual diretor da Casa<sup>3</sup>. Em 2003, mais duas caixas de documentos foram entregues ao CEB, por familiares.

Tais fontes, nos possibilitaram recuar na temporalidade até o início dos anos 30 para melhor compreender a construção do saber e do fazer museologia bem como, dos movimentos que acabaram por eleger, dar sentido, valorizar e preservar o patrimônio cultural nos tempos da modernidade brasileira, a partir da atuação do paranaense José Loureiro Fernandes. Será sobre este tema que estaremos refletindo neste trabalho<sup>4</sup>.

Sobre os recortes temporais, temos como marcadores, o ano de 1930 quando, Loureiro enquanto bibliotecário do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB), sugere na reunião do Conselho Diretor, que fossem solicitadas as publicações – Arquivos do Museu Nacional - do Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Já o ano de 1976, assinala o fim dos “anos Loureiro” à frente do Museu de Paranaguá, como muitas vezes o MAAP foi mencionado na documentação.

Enquanto catedrático da área da antropologia, em especial na etnografia e folclore, Loureiro implantou, neste estado sulista periférico, a concepção de museu universitário caracterizada por diretrizes afinadas com aquelas emanadas do poder central, descortinando assim alguns pontos importantes dos bastidores do contexto acadêmico e cultural do período, no Paraná e também nível nacional.

O papel dos museus, no discurso da política central sobre a construção da brasilidade, já foi explorado nos seus aspectos ideológicos e técnicos nos regimes imperial e republicano, anteriores ao período de interesse. Os anos 30 marcaram a implantação e consolidação do – Estado Novo – projeto político que esteve comprometido com a construção de uma identidade nacional. Neste período, também se concretizou o ingresso das ciências sociais no ensino superior, enquanto disciplinas acadêmicas que buscavam a sua institucionalização. Já as décadas de sessenta e de setenta se caracterizaram por uma ditadura militar associada a movimentos nacionalistas que foram dando lugar a uma “redemocratização controlada”, por uma reforma estrutural nas Universidades e por uma forte alteração da visão sociológica nas pesquisas sociais para uma grande ênfase no olhar antropológico.

Tal período, no Paraná, contempla duas vertentes da museologia nacional. Aquela praticada no MPR realçando os aspectos enciclopédicos e a visão iluminista, que se encontravam na semente germinadora dos museus brasileiros e que, aos poucos foram sendo superados por uma proposta acadêmica no fazer museológico. Já na outra vertente, a tônica dos trabalhos realizados no MAAAP, que nasceu como o museu da Universidade do Paraná, foram as balizas do governo central voltadas, para a política de preservação da Diretoria do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (DPHAN), as norteadoras fundamentais das atividades técnicas. Por outro lado, o estado procurava modernizar-se, integrando-se ao projeto do governo central. Portanto, projetava-se como uma região potencialmente econômica, possuidora de uma vasta e variada reserva biológica natural, com uma representatividade cultural diversificada, frente a presença de imigrantes europeus que aos poucos se inseriam nas malhas das relações sociais, conferindo um aspecto único ao seu regionalismo.

Neste contexto, o investimento da intelectualidade local em uma política cultural foi uma poderosa, eficiente e necessária decisão. Assim que,

a política cultural adotada e agregada a um suporte acadêmico, modulou, forjou e adequou, em diferentes momentos, movimentos ideológicos que perseguiram a identidade paranaense. Estes movimentos de “paranidade”<sup>6</sup>, atravessam todo o período de estudo procurando consolidar tendências locais no cenário diversificado da “brasilidade”.

A gama de informações disponibilizadas, todavia não esgotadas, aponta para uma dinâmica, forte, polêmica e vasta atuação de Loureiro no campo das idéias, das mudanças na política educacional e cultural como também do imaginário e das práticas inovadoras da modernidade no Paraná.

Como poderá ser observado, durante a leitura do texto, os recortes temáticos não estão muito definidos e, reconhecemos ter sido muito difícil fazê-los uma vez que, a atuação de Loureiro, na área da museologia, representa um dos fios que compõe a complexa malha tecida pela intelectualidade católica paranaense para identificar e assimilar no seu bojo, o novo padrão de política cultural, uma moderna metodologia de ensino superior e a desafiante expansão do conhecimento científico na área das ciências humanas, com todos os ajustes e desajustes de uma trama e de uma urdidura elaborada empiricamente. Portanto, o fato de, em alguns momentos da análise, fazermos algumas aproximações aos primórdios da implantação da Faculdade de Filosofia, das disciplinas de antropologia e de arqueologia no Paraná não significa que estaremos abordando estes temas e seus complementares, com a intenção de esgotá-los. Estas aproximações apenas foram realizadas à raiz de suas contribuições para a nossa argumentação museológica.

Este estudo também propicia acompanhar as atuações dos intelectuais católicos e os conflitos que marcaram os bastidores deste segmento sócio-político; o papel fundamental da Igreja Católica no cotidiano e no imaginário social; o jogo de forças que teve lugar na arena política, entre as correntes progressivas e conservadoras na busca e no desempenho do poder regional; as articulações, os projetos e as correntes teóricas que compuseram o mosaico das ciências sociais ao ingressarem no ensino superior do estado e, a significativa representatividade de professores universitários paranaenses na política acadêmica nacional bem como os reflexos locais deste poder invertido.

Uma das hipóteses centrais da análise é a de que a museologia viabilizou a que, a proposta de política de preservação nacional, em especial a implantada pelo Estado Novo se concretizasse no sul do país. No caso do MPR, a alavanca foi a implantação do ensino superior em uma fase que o Museu e a Antiga Faculdade de Filosofia se apoiavam mutuamente. O distanciamento entre o MPR e o ensino superior foi muito acentuado e as diretrizes técnicas norteadoras das ações museológicas, chegavam sob a orientação oficial do escritório central da DPHAN, e das direções dos Museus Nacional e Paulista.

Neste sentido, tanto o MPR como a AFF tornaram-se referência de como associar investigação científica (enquanto coleta de acervo) com ensino superior (enquanto criação e desenvolvimento de disciplinas como a arqueologia e a etnografia), e a formação de uma massa crítica especializada, nestas áreas do conhecimento científico, ainda que emergentes. Sem dúvida que, o fazer museológico, no Paraná, se enriqueceu participando da implantação de uma postura científica preenchendo as salas dos espaços consagrados à memória através das propostas capitaneadas por Loureiro Fernandes.

Este trabalho está constituído por três capítulos e dois comentários.

No primeiro capítulo é feita uma reflexão sobre os pilares da construção do pensamento museológico e da preservação do patrimônio cultural e seus envolvimento com a estruturação ideológica que envolve as questões sobre a “paranidade”;

No segundo capítulo é analisado o contexto sócio cultural que balizou a ação museológica de Loureiro Fernandes no primeiro planalto, na cidade de Curitiba, durante o período de 1936 a 1950. Também se observa a estrutura acadêmica da antiga Faculdade de Filosofia a qual influenciou e se deixou ser complementada pelas atividades laboratoriais e museológicas desenvolvidas no Museu Paranaense;

No terceiro capítulo é estudada a implantação e a concretização de um museu universitário no sul Brasil entre 1950 e 1976, na cidade litorânea de Paranaguá. Após cada um dos dois últimos capítulos narrativos, são realizados dois comentários que visam sintetizar a discussão e indicar as questões mais significativas e polêmicas dos respectivos períodos.

Evidentemente, que como pioneiro, como articulador e como executor do processo regional de inserção do Paraná no contexto nacional

da modernidade Loureiro Fernandes, em seu “iceberg documental” deixou um legado considerável sobre o discurso oficial e a prática museológica e museográfica voltadas, essencialmente, para arqueologia e a etnografia, no Paraná.

Mesmo tratando-se de uma visão parcial, personificada e comprometida com o processo oficial, os documentos mencionados apontam, mais uma vez para o fato de que, faz história quem a registra e a resguarda permanecendo a visão unilateral à espera de ...exóticos pesquisadores... (e) ...mostram o quanto a sua preservação ...como produção simbólica e material ...é dissociada de sua significação coletiva, e o quanto está longe de expressar as experiências sociais (Paoli,1992:187).

Estou segura que Loureiro sabia que estava registrando memórias históricas. Portanto é recomendável que se realize uma análise em outras fontes primárias relacionadas com as instituições mencionadas para que os vazios documentais e informacionais além dos pontos polêmicos possam ser preenchidos e, o outro lado destas memórias seja socializado.

Uma das contribuições desta investigação foi apontar para o quanto, em nosso país, ainda estamos longe de conhecer e decifrar nossas raízes. Não fossem as breves referências feitas nos trabalhos de Waldisa Rússio (mimeo s/d) e de Lígia Martins da Costa (1991:122), a museologia praticada no Paraná poderia ser considerada inexistente de acordo com a literatura museológica contemporânea que vem estudando este período de interesse<sup>7</sup>. A construção do saber e do fazer museologia bem como, dos movimentos que acabaram por eleger, dar sentido, valorizar e preservar o patrimônio cultural nos tempos da modernidade brasileira, a partir da atuação do paranaense José Loureiro Fernandes, no estado, apontam para uma realidade muito distinta desta ausência e deste silêncio (Pollak,1989).

As dificuldades para encontrar um órgão interessado em editar o presente trabalho, tardou a sua publicação na íntegra. Por esta razão, alguns trechos da pesquisa foram incluídos em periódicos especializados, como na revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Nela, diferentes números se pode encontrar artigos extraídos deste texto original<sup>8</sup>. Mas, por outro lado, tal desinteresse editorial permitiu que algumas atualizações e mesmo complementações fossem feitas em 2005, especialmente com as fontes primárias que se encontram no arquivo das obras raras

do Museu Paranaense, que foram liberadas, para esta pesquisa na gestão da Sra. Eliana Rebolo Moro. Também se pode contar com a publicação do número especial da revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), na qual se encontram vários depoimentos de contemporâneos de Loureiro Fernandes, concedidos durante as programações previstas, por este Centro de Estudo, para celebrar o centenário do nascimento de José Loureiro Fernandes Assunção Loureiro (Anais, 2005). Tais depoimentos e artigos não só reforçam o conteúdo das fontes como também, as complementam.

Finalmente, é imprescindível expressar que sem o apoio, o interesse, a colaboração e o incansável incentivo de vários amigos que compartilhavam das alegrias de mais uma informação encontrada e que completava o quebra cabeça dos vazios das fontes documentais ou mesmo das frustrações pelos documentos incompletos ou danificados pelo tempo, da ansiedade pela permissão em acessar algumas fontes preciosas e reservadas ao público, que incluíam artigos do Loureiro, o trabalho de investigação teria sido mais pesado. Agradeço aos amigos que tiveram a paciência de me ouvir falar “de museus e sobre o Loureiro”, muitas vezes por telefone, sendo alguns interurbanos, todos madrugada a dentro e que acreditaram na pertinência da proposta animando a que eu concluísse este texto. Alunos, ex-alunos, colegas professores, colegas museólogos e “especiais mestres”, obrigada. Não posso deixar de registrar também, o interesse e o trabalho dos funcionários administrativos do MAEP que, mesmo se tratando de uma atividade externa a suas funções, me auxiliaram na triagem e acondicionamento básico da documentação, de maneira correta e regular chegando a demonstrar interesse pela “história do museu”, o que também oportunizou a que pudessem se familiarizar com as dificuldades técnicas que o então MAEP atravessou e que o MAE ainda busca superar<sup>9</sup>.

O projeto arquitetônico original para o complexo – reitoria, faculdade de filosofia e museu paranaense – a ser construído na quadra onde hoje está o Teatro Guaira, faz parte dos arquivos do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) a cujo diretor, o Prof<sup>o</sup> Igor Chmyz, agradecemos por nos haver cedido e permitido o seu uso. O suporte técnico do uso das plantas arquitetônicas e das demais imagens scaneadas ficaram a cargo de Márcia Mattos, Georgia Frantz e Francis Javier aos quais agradeço a dedicação, as sugestões dadas e o trabalho executado que procurou preservar a integridade da informação e dos documentos.

Sem o trabalho e o apoio do Profº Ferrarine, diretor do Círculo de Estudos Bandeirantes, que conseguiu transformar papéis encaixotados em documentos passíveis de consulta, não poderia discutir boa parte da temática proposta. Agradeço ainda ao apoio de Sara Maria Isabel Gomes e de Héliana Samyra de Souza Baumel, respectivamente bibliotecária e técnica em conservação, da 10ª Coordenação Regional do IPHAN que na ocasião, com eficiência e presteza sempre procuraram atender as solicitações em suas áreas.

Quero ressaltar ainda as valiosas trocas de idéias, contribuições e esclarecimentos que tive com os Profº Cecília Maria Westphalen, Igor Chmyz e Carlos Alberto Balhana em momentos diferentes da pesquisa e da redação do texto.

*Curitiba, julho de 2006*  
*Maria Regina Furtado*

## Notas

- 1 José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977), filho de portugueses e enquanto médico e intelectual católico, teve participação ativa na política cultural local, na política acadêmica paranaense, desde os momentos iniciais da formação e implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Também atuou como Secretário de Estado da Cultura e da Saúde Pública. Cumpriu mandato político de vereador pelo Partido Democrático Social (PDS), em 1952. Sobre sua biografia, ler Bark-Alli (1974: 1-7) Menezes (org) (1977: 1-23). Ferrarini (1978) e Garcia (2000: 201-208). Sobre Depoimentos de seus contemporâneos ler: Hoerner, Jr (2003) que também inclui interessante seleção de fotos e, Anais do Seminário (2005).
- 2 O Relatório Técnico (Furtado, MRegina, 1995) contabilizou, nesta ocasião, 4.099 documentos caracterizados como correspondências administrativas e técnicas, sendo 3 580 referentes ao período compreendido entre 1958 e 1984 e, 519 referentes aos anos de 1984 e 1985. Este relatório encontra-se na biblioteca do Museu do atual MAE/UFPR.
- 3 Ver tipologia e localização das fontes primárias consultadas, nas referências bibliográficas e notas.
- 4 Mesmo reconhecendo ter feito uso exaustivo das fontes primárias, no texto e nos anexos, consideramos que elas não perderam suas potencialidades para outras análises.
- 5 O primeiro volume deste periódico data de 1876.
- 6 O termo paranidade, que substituiu o paranismo, exalta ao valores autóctones como o seu predecessor adquirindo uma conotação de permanência temporal, mas constrói-se, desconstrói-se em função do momento histórico que ele acompanha. Não representa, portanto uma continuidade imutável, mas uma lenta elaboração que tem dimensões de caráter político, social e cultural (Trindade, 1997: 65-66). Sobre o sentimento paranista ler, especialmente: Martins, R. (1941 e 1944); Pinheiro Machado, B. (1974); Carstens, F. et alí (1987); Keinert, R. (1978); Trevisan, (1974); Szvarça (1993); Pereira, L.F. (1997); Carneiro, C.M. (2001); Bega (2003), entre outros.
- 7 Somente em abril de 2006 tomei conhecimento do 1 Seminário sobre Ciências Sociais no Paraná e sua respectiva publicação onde alguns colegas pesquisadores apresentaram seus trabalhos relacionados a esta temática.
- 8 Ver na bibliografia em Furtado, MRegina (1999, 2000 e 2003).
- 9 Não se pretende aqui analisar esta gestão, apenas sedimentar algumas considerações sobre a política museológica aplicada, nesta fase como também apontar o nível técnico científico desta fase do terceiro museu mais antigo do país.



BlankPage

## SUMÁRIO

### 22 **CAPÍTULO 1 - RAÍZES DE UMA MUSEOLOGIA PERIFÉRICA**

- 24 O Museu Paranaense no Contexto Político-Cultural do século XIX
  - 24 O Museu Provincial e as Exposições
  - 28 A Formação de um Patrimônio para um Museu: o viés etnográfico
  - 30 O Simbolismo das Ações Arqueológicas
  - 32 Os Primórdios
  - 3 Espaços e Discursos ideológicos no início do séc XX: o IHGPR, o CEB, os jornais e os púlpitos
  
- 43 Olhares Retrospectivos Voltados para o Museu Paranaense
  - 43 Empório de Coletâneas Úteis e Apreciáveis – o Período Romariano
  - 46 O Período Tenius
  - 47 A Nomeação
  - 49 A Estruturação da Reorganização – o Período da Catedral da Posteridade
  - 52 Articulando o Museu Paranaense aos Outros
  - 53 A Equipe de Trabalho
  - 56 Do Patrimônio Herdado
  - 59 Os Pilares Científicos do MPR no Projeto de Loureiro Fernandes
  - 61 O Poder da Igreja nos Bastidores do Intervencionismo
  - 64 A Antiga Faculdade de Filosofia e a sua Entidade Mantenedora (UBEE)

### 70 **CAPÍTULO 2 - PRÁTICA MUSEOLÓGICA EM CURITIBA**

- 72 A Proposta Científica para a Museologia no Planalto
  - 74 A Ciência Arqueológica da Catânia no Paraná
  - 80 A Lei 112/46 e a Criação da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Paraná
  - 82 A preocupação para com o Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Paraná: o viés Arquitetônico
  - 90 O Cotidiano Acadêmico e Científico nos anos 40

- 91 O Corpo Discente e os Custos Durante a Formação
- 96 As Bolsas, os Prêmios e as Sanções
- 98 A Representatividade Estudantil e a Revista Logos
- 101 O Centro Universitário de Estudos Antropológicos (CUEA)
- 104 O Corpo Docente e as Atividades Pedagógicas
- 109 A Biblioteca e a Prática Laboratorial
- 114 O Suporte Técnico e Administrativo
- 116 As Cátedras de Etnografia e de Antropologia e a Contribuição da Medicina
- 128 O Ensino da Língua Tupi na FFCL do Paraná
- 134 O Museu da Cátedra e os Artefatos Etnográficos
- 139 A Vida Extracurricular e o Conselho Universitário
  
- 141 A Disputa pelo Espaço Urbano Situado entre as Ruas Amintas de Barros, xv de Novembro, Tibagi e a Praça Santos Andrade
  - 141 A Necessidade e o Projeto para uma Sede Própria
  - 158 A Proposta para um Instituto de Pesquisas no Litoral
  - 161 A Transição para a Federalização da UPR e a rescisão Contratual com a UBEE
  - 164 A ideologia política dos anos 50
  
- 168 O Instituto de Pesquisas, o Museu Paranaense e a Faculdade de Filosofia
  - 170 A Investigação Científica promovida pelo IP
  - 182 Os Movimentos Decisivos Voltados para a Preservação da Memória Pré-Histórica
  - 183 O Primeiro Congresso de Reitores e a Arqueologia no Paraná
  - 185 A Legislação para a Arqueologia Nacional – as Leis 3.537/57 e 3.924/61
  - 186 O Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas
  - 190 As Ações da Seção de Antropologia e Etnologia do Museu Paranaense
  - 192 As Atividades Científicas da Seção de Antropologia, Etnografia e Antropogeografia do Instituto de Pesquisas
  - 196 A Coleta e os Registros sobre a Cultura Material Indígena
  - 198 A gleba oito da Serra dos Dourados e os índios Xetá (1955)
  - 200 As Ações da Seção de Sociologia do Instituto de Pesquisa
  - 202 As Tentativas de Reabilitar a Ascendência Portuguesa e os Centros de Estudos

- 203 A Prata da Casa  
207 O incentivador da Pesquisa Científica
- 208 A Institucionalização da Antropologia no Paraná  
208 Desvendando alguns Véus  
210 As Primeiras Reuniões Nacionais  
211 A Sessão Regional da ABA no Paraná  
213 Notícias sobre a IV Reunião Brasileira da ABA  
216 A Organização do Departamento de Antropologia  
219 A Regulamentação do Departamento de Antropologia  
220 O DEAN e as Adequações a LDB/61
- 224 Comentários
- 228 **CAPÍTULO 3 - A PRÁTICA MUSEOLÓGICA NO LITORAL  
(PARANAGUÁ 1958/1976)**
- 232 Raízes de uma formação cultural em Paranaguá  
232 O Clube literário  
236 A intelectualidade de Paranaguá no início do sécv. XX -  
240 Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá  
245 A Construção dos pilares da Museologia no Litoral  
O Decreto nº 71.17, o Museu de Paranaguá e a Sociedade de Amigos
- 254 A Disputa pelo Próprio Nacional  
254 O Velho Colégio dos Jesuítas sede do Instituto Histórico e  
Geográfico deParanaguá  
260 O Museu Histórico de Paranaguá  
262 Museu - de quem e para que?
- 266 A Instalação do Museu da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico  
Nacional, em Paranaguá  
266 A proposta de uso do Próprio Nacional  
268 O Convênio com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico  
Nacional

- 271 As Obras para adequar o espaço museológico: polêmicas, desacordos e ajustes
- 276 A Necessidade de ampliação do espaço físico
- 278 Os Ditos e os Feitos
- 278 O Acesso de entrada para o Museu
- 280 A Nave central da Capela do Antigo Convento dos Jesuítas
- 280 A Porta de entrada do Museu
- 281 A Colocação de grades nas janelas
  
- 282 As Articulações e os Convenios Realizados para a Instalação do Museu da Universidade Federal do Paraná, em Paranaguá
  - 282 A Institucionalização do MAAP na UFPR
  - 283 A Constituição de um quadro de pessoal e os seus reflexos na constituição do museu
  - 290 A Tentativa de Desvincular o MAAP da Universidade
  - 296 Reformulação do Convênio com a dphan
  - 298 O Convênio com a Prefeitura Municipal de Paranaguá
  - 299 O MAAP e o Turismo Cultural no Litoral
  
- 305 A Museologia praticada no MAAP e a Formação do seu Patrimônio
  - 305 O Museu de Arqueologia de Paranaguá, nos anos 60: estabelecendo atribuições e espaços
  - 312 A Constituição do Patrimônio Cultural do MAAP O Acervo de Arqueologia
  - 315 A Constituição das Coleções Etnográficas
  - 317 As Coleções de Etnologia Indígena
  - 320 As Coleções de Cultura Popular
  - 326 Kosak e os Registros Audiovisuais do MAAP
  - 330 A Biblioteca e o Acervo Bibliográfico
  
- 332 A Montagem do Circuito Museográfico do MAAP
  - 334 Sobre a questão da adequação do circuito
  - 336 Sobre o projeto de iluminação
  - 337 Sobre o projeto museográfico
  - 340 Quaraqueçaba Mar e Mato e o Casal Alvar
  - 341 A Inauguração do Museu

- 345 O MAAP no Organograma da UFPR
  - 350 O MAAP - Unidade Museológica Sede do Grupo v do IPHAN?
  - 352 O Afastamento do Diretor e Fundador do MAAP
  - 354 A Missão de um Idealista
  - 357 Ações de um Diretor Demissionário
    - 358 A Área da Museologia e a Situação Funcional de Marília Duarte Nunes
    - 362 A Preparação da Mão de Obra Paranaense para a Museologia: Curso e Convênio com o Museu do Índio
    - 366 A Desapropriação dos Terrenos Vizinhos aos Museus
    - 368 As Intervenções e Obras de Recuperação do Patrimônio Arquitetônico
    - 370 O Documentário para a Cinemateca Educativa
  
- 370 Comentários

# Capítulo 1

## RAÍZES DE UMA MUSEOLOGIA PERIFÉRICA

22CAPÍTULO1-RAÍZESDEUMAMUSEOLOGIAPERIFÉRICA

O QUE SE PRETENDE NESTE CAPÍTULO É, ATRAVÉS DAS FONTES DISPONIBILIZADAS, OBSERVAR O CONTEXTO SOCIOCULTURAL DE CURITIBA NA PASSAGEM DO SÉC XIX PARA O SÉC XX BEM COMO APON- TAR PARA AS CORRENTES POLÍTICAS E FILOSÓFICAS QUE ESTRUTURAVAM A SOCIEDADE, O CONHECI- MENTO CIENTÍFI CO, NAS ÁREAS DE INTERESSE, E O MEIO INTELLECTUAL DA RECÉM-EMANCIPADA PRO- VÍNCIA DO PARANÁ (1853).



## O Museu Paranaense no Contexto Político Cultural do século XIX

### O Museu Provincial e as Exposições

Existe uma bibliografia significativa dedicada à museologia brasileira do período Imperial<sup>1</sup>.

Nesta época, quando a política museológica brasileira foi concebida, era necessário visualizar a nova sede da monarquia portuguesa na América, dar ares de modernidade à ex-colônia como também, unificar a vasta extensão territorial. Com tais prerrogativas, a concepção oficial de museu se deu obedecendo a necessidade política de reunir as províncias sob o manto metafórico e representativo do emergente Império brasileiro, além da forte influência europeizante voltada para o entendimento sobre memória, arte e preservação. Sob tais estruturas, foi então inaugurado em 1818, por D. João VI, o Museu Real (hoje Museu Nacional), no Rio de Janeiro<sup>2</sup>.

Já nos anos 60 do séc. XIX, acompanhando “os movimentos políticos impregnados de idéias apropriadas da matriz européia”, as elites procuram lutar contra a barbárie para ascender à civilização ...a comunidade brasileira, colônia de colônia (dado que mesmo Portugal era, nos séc. XVIII e XIX, manipulado pela potência britânica) trabalhada pelas idéias francesas, vê-se confrontada a uma cultura dominante que tenta reproduzir ou, mais exatamente apropriar-se, do seu ideário. ...Divididos entre maquiagem e adaptar os modelos científicos europeus (como no Museu Nacional) e emprestar uma certa resistência a ingerência estrangeira – base da consistência do discurso que havia ensejado a independência (como no Museu Paulista) – o projeto nacionalista dos românticos brasileiros se encarnará nos lugares de memória cujos símbolos só serão todavia, parcialmente integrados pelo povo (Carelli, 1985:122-123).

Surge a outra grande meta da política museológica, deste período, o cientificismo, voltado para as ciências naturais, era então inaugurada a sede física do Museu Emílio Goeldi em meio ao Jardim Botânico da cidade de Belém do Pará em 1866, sendo considerado, “a luz da ciência bem no meio da selvageria. Chegava também, a civilização e o progresso na selva amazônica<sup>3</sup>, demonstrando claramente esta forte influência ex-

terna, bem como, o papel ordenador e ideológico das Exposições Internacionais que enquanto “Vitrines do Progresso”, conforme Neves (1986), imprimiam um modelo de Estado a ser adotado pelos países do ocidente que ainda se mantinham à margem da nova engrenagem que movia as nações. Nascia então o Museu Histórico Nacional, *...signo da modernidade como corolário de um projeto capitaneado pelo Estado de incluir o Brasil no rol das Nações movidas pelos ideais de Progresso e Civilização ...nas linhas gerais, o projeto de Barroso para o mhn consistia em restaurar a tradição e cultivar um passado idealizado principalmente através de uma representação nostálgica do Império e da nobreza brasileira* (Abreu, 1991: 19-20).

Para ser moderno, um Estado teria que adotar diretrizes econômicas e sociais capazes de atingir a todos indistintamente – com os preceitos e idéias de liberdade e igualdade – sem no entanto ferir os ideais de progresso e civilização que estabeleciam hierarquias entre as Nações. Abreu complementa que, *...imbuídos dos propósitos forjados num primeiro momento pelo Iluminismo e intensificados pelo Evolucionismo – pano de fundo das idéias correntes no final do século XIX e início do século XX – as elites assumiam o papel de condutoras de um processo civilizatório destinado a redimir os povos que ainda estivessem nos estágios de selvageria e barbárie. Os homens públicos, notadamente, consideravam-se apóstolos do progresso, muitos deles seguidores do Positivismo de Augusto Comte ...a razão e a ciência eram os novos e eficazes objetos de culto, embasando a fé nos ideais de progresso e Civilização* (Abreu 1989:4-5).

Sem dúvida que, os preparativos para “estas Exposições Internacionais” funcionavam como um rastreamento das “riquezas”, apontavam para o nível tecnológico local e, para os seus organizadores, significava uma tarefa de destaque a ser cumprida pelo grupo político e econômico dominante – “os apóstolos do progresso” – homens do comércio, das indústrias, os intelectuais e os políticos. Assim, para que seus produtos pudessem participar de uma exposição internacional, a comissão central provincial contava com elementos em cada cidade ou vila.

Com baixa densidade populacional a província paranaense foi uma das que mais se beneficiou com a imigração européia incentivada, principalmente, pelo *...Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854 que favorecia*

*à imigração pelos estímulos concedidos à posse da terra, possibilitando o seu acesso a qualquer indivíduo, independente de sua nacionalidade e concedendo auxílios em favor da colonização ... (acrescenta ainda a autora que foi) ... a partir dos anos setenta, os rumos políticos da imigração começam a apresentar mudanças significativas. A paulatina transformação realizada entre 1871/1899, na sociedade brasileira, decorrente em parte da promulgação de dispositivos legais que inviabilizaram a manutenção do sistema escravagista, culmina com a abolição da escravatura ... com a Proclamação da República ... (e) os governos estaduais assumem a responsabilidade pelos projetos de imigração e colonização, agindo com maior desenvoltura e auto determinando sua política imigratória, passando a gerenciar seus programas com vistas às especificidades regionais (Balhana, A., 1989:119-133).*

Enquanto esta massa de mão-de-obra livre chegava para trabalhar no campo e também nos arredores da cidade, em colônias agrícolas, especialmente no período conhecido como “da grande imigração” (1890-1910), vinda principalmente da Polônia, da Ucrânia, da Itália, da Alemanha e da França, a capital da província se aproximava mais do seu porto em Paranaguá, com a pavimentação da estrada da Graciosa (1873); com o projeto da estrada de ferro que complementaria esta ligação, favorecendo o escoamento dos produtos agrícolas, tendo suas obras sido inauguradas pelo Imperador que também inaugurou a Santa Casa de Misericórdia quando ali esteve em 1880; com o incremento do comércio local que, apesar de ainda incipiente, atendia as necessidades básicas de seus moradores com casas de secos e molhados ou armazéns que ofereciam farto sortimento de mercadorias<sup>4</sup> e, apesar de precárias, as ruas sem qualquer calçamento iam sendo abertas à medida que o tráfico das carroças de animais com produtos agrícolas assim exigia. Aos poucos, a cidade se expandia e se modernizava<sup>5</sup>. Embora região economicamente próspera, pelo cultivo da erva-mate, pela extradição de madeira e pela pecuária, estas atividades ainda não viabilizavam sua participação no circuito agroexportador.

Historicamente, no Paraná, ficou registrado que durante os preparativos da Exposição da Filadélfia (1876), que surgiram as primeiras idéias de criação de um Jardim de Aclimação e um Museu Agrícola em Curitiba. Realizava-se uma arregimentação de toda a Província ... todos os elementos sociais representativos estavam ali ... até as mais distantes e humildes como a de Nossa Senhora do Amparo de Votuverava. (Trevisan, 1976:7)

O material coletado era enviado para o Rio de Janeiro, com despesas pagas pelo governo central, onde a comissão superior da “Exposição Nacional” realizava uma triagem dos produtos mais representativos que deveriam participar da “Exposição Internacional”. Os exemplares não escolhidos voltavam para as suas províncias, e no caso do Paraná, ...ao fim de cada Exposição, copioso e importante acervo de produtos ficava sem outra destinação que não fosse a venda em benefício de obras pias ... ou permaneciam na casa do Dr. José Cândido da Silva Murici que, desde de 1866, trabalhava nestas Exposições, sempre cheia dos produtos que afluíam de toda parte e atulhavam seus corredores<sup>6</sup>. (Trevisan op.cit:18-21)

Nos últimos anos do Império, Curitiba ainda exibía uma infraestrutura deficitária mas, por outro lado a oligarquia local, caracterizada pela sociedade campeira, buscava, para a capital, elementos significativos para construir sua própria identidade e história que, também deveriam refletir a história e a identidade da província frente à dependência político-administrativa, que ainda se fazia notar, da província de São Paulo; ao distanciamento geográfico que se encontrava do poder central e ao caráter de transitoriedade e passagem de seu perímetro urbano e, à diversidade étnica que acolhia em suas terras, a qual contribuía para uma formação sociocultural muito distinta da existente nas demais províncias do norte e que não podia ser ignorada.

No que diz respeito ao contexto sócio-histórico, a construção da identidade no Paraná foi elaborada com um discurso ufanista e de um variado aparato ideológico que, estruturado nas páginas dos periódicos locais, nas artes plásticas, na música, na arquitetura e em suportes simbólicos visuais e gráficos, iam dando forma e consistência ao projeto oficial. Assim que, o alvorecer do séc.xx é marcado pela ...necessidade de forjar uma história regional ...num momento em que os regionalismos se opunham com vantagem ao poder central ...ao mesmo tempo, esta construção reforçaria os laços de identidade regional entre a elite e a população (Szvarça,1998:6).

Sem dúvida que a participação nas “Exposições Internacionais” foi uma forte alavanca para aproximar esta área periférica ao centro pulsante irradiador de idéias, posturas e novos padrões de costumes. Portanto, os produtos que entulhavam nos corredores da casa do Dr. Murici, apenas foram argumentativos para a concretização do discurso romântico da fase

inicial da modernidade brasileira sobre os fundamentos de uma cultura paranaense, representativa ...de uma Província que despe a vestimenta antiga de uma sociedade que vai desaparecer, sem a marca decisiva do desenvolvimento (e)... se não tinha história escrita sistematizada, conservaria, pelo menos os documentos iconográficos no museu que se inaugura (Trevisan, op cit., p.32).

## A Formação de um Patrimônio para um Museu o viés etnográfico

Além dos produtos industriais as riquezas das províncias, os achados fortuitos pré-históricos e os artefatos indígenas caracterizavam as origens e a presença nativa da região, ou seja eram associados os registros históricos e as raízes que legitimavam a posse da terra criando o sentimento de “unidade sócio-histórica” (Lowenthal, 1998 e Gellner, 1995).

De acordo com Bojanoski (1992), a formação do patrimônio do Museu Paranaense está relacionada com a coleta de material e produtos para representarem o Paraná nas exposições nacionais, de acordo com ...A.E. de Leão e .C. da S. Murici em uanto membros das comissões or anizadoras destes eventos as ex osi ões nacionais), ao fundarem o Museu Paranaense transferiram ara a institui ão muitas das características das ex osi ões industriais e muito desses materiais ue eram enviados à corte (çue acabaram or constituir o acervo inicial do museu ...em 1874, quando sur iu a idéia de criar um museu A.E. de Leão e .C. da S. Murici estavam `ustamente articipando da comissão que enviaria os produtos para a Exposi ão Nacional de 18 5, que por sua vez era o preparatório para a Ex osi ão da Filadélfia em 18 6 ...além do material í existente nas mãos de assim ue o Presidente da rovíncia recebeu a ro osta de fundar um museu, encaminhou ofícios, da mesma forma ue fazia ara as exposi ões solicitando a articipa ão dos representantes olíticos do interior, para enviar em tudo que pudesse inte rar o museu ...o museu paranaense tornou-se o es a o para uardar e divul ar o material considerado pela bur uesia do mate como re resentativo das ri uezas do Paraná da mesma forma ue as ex osi ões faziam sendo que agora permanentemente (grifos nossos)<sup>8</sup> (Bojanoski, op.cit:19-20)

Este elenco de “documentos” era constituído de peças coletadas aleatoriamente da área de estudo da história natural, de vários objetos doados pelas famílias locais, considerados significativos da sociedade urbana, como por exemplo: medalhas, moedas, peças do vestuário, do toucador; objetos doados por curiosos que os encontravam em suas terras durante os trabalhos na lavoura, em geral “achados pré-históricos”, entre tantos outros. Ou seja, era um universo variado e diversificado de objetos, sem qualquer correlação entre si que tinham como finalidade representar a produção e a “unidade paranaense”<sup>9</sup>. O discurso regionalista estava estruturado na valorização de alguns elementos já existentes que devem complementar algumas lacunas e, no reconhecimento e aceitação, pelos participantes do grupo, dos fundamentos e normas que foram adotados para simbolizarem a unidade comum na qual eles se identificam e se reconhecem (Bourdieu, 1969:107-132).

Iniciava-se assim, de maneira incipiente, um processo de identificação e valorização da especificidade local. Com um relativo conjunto de peças, que não conseguia dar unidade a qualquer proposta de representatividade social, é inaugurado em 25 de setembro de 1876, o Museu Paranaense instalado nas dependências reformadas do antigo Mercado Municipal, no Largo da Fonte, hoje Praça Zacarias, quando das comemorações do primeiro ano de funcionamento do Jardim de Aclimação, enquanto iniciativa particular com algum suporte econômico incluído nos orçamentos do governo local<sup>10</sup>.

Em 1882, já como órgão oficial do governo provincial, o mpr participou da Exposição Antropológica promovida pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro esta participação foi documentada pelo “Catálogo dos Objectos do Museu Paranaense remetidos à Exposição Anthropológica do Rio de Janeiro”, organizado pelo então encarregado do Museu, Agostinho Ermelino de Leão<sup>11</sup> (Ver Anexo 1).

A monografia de Frei Luiz Cimitille se constituiu no “primeiro estudo de caráter etnográfico, em idioma português, sobre os Kaingangue no Paraná”, tornando-se a obra referência de vários clássicos da etnografia brasileira<sup>12</sup>. Para Loureiro Fernandes ainda, não se podia falar em etnografia no Paraná, sem citar o pioneirismo do Frei Luiz Cimitille, que soube ...associar ao seu trabalho de evangelização, a coleta dos costumes dos primogênitos do solo Americano. Sobre este frei capuchinho italiano que

durante 13 anos esteve nas florestas bravias do estado, (Loureiro escreveu), ...no Paraná devemos realçar a figura desse humilde frade capuchinho, não só pelas virtudes e zelo com que exerceu o sagrado apostolado entre os indígenas do aldeamento de São Jerônimo, como também pela sua esclarecida inteligência legando-nos o primeiro trabalho monográfico sobre os Kaingangue do Paraná, intitulado: “Memória sobre os costumes e religião dos índios Camés” que habitam a Província do Paraná (Loureiro, 1956).

Ao discutir a proposta de modernidade implantada no mpr, Bojanoski afirma que ...os grupos de índios eram sempre recebidos e hospedados no próprio Museu Paranaense ...Romário também fundou em 1901 uma Associação Etnográfica de Proteção dos índios, que se propunha ...a estudos científicos a respeito dos silvícolas paranaenses e sua incorporação ao nosso meio (Bojanoski 1992: 23)

O Museu Paranaense não consegue se firmar enquanto Instituição particular e em 01/01/1883, passa a integrar o rol das repartições oficiais da província, mantendo-se como seu diretor, um dos seus idealizadores o Dr. Ermelino de Leão, grande empresário da erva-mate<sup>13</sup>.

## O Simbolismo das Ações Arqueológicas

*...Fica autorizado o cidadão brasileiro ...a pesquisar conchas ...no município de Paranaguá (Eurico G. Dutra/1949)*

A intenção, neste item é abordar o tema procurando direcioná-lo para o papel do Loureiro enquanto incentivador e intelectual preocupado com a destruição desta memória, o que nos levará ao entendimento da expansão do conhecimento arqueológico no estado e as articulações de caráter museológico que perpassam este processo. Portanto a arqueologia vai caracterizar um grande eixo, nos atividades científicas e no discurso oficial utilizado por Loureiro Fernandes, em toda a sua trajetória voltada para dar consistência e instalar cientificamente, o MPR.

O aparato ideológico do Estado Nacional precisava dar forma e concretude ao discurso sobre a modernidade que deveria realçar as “coisas paranaenses”, legitimando e identificando a nação brasileira no “cenário

internacional civilizado”, o que exigia demonstrar uma identidade nacional para a sua inserção no rol das nações modernas. E, como não há identidade sem memória e sem lastro histórico, era necessário dar vida a esta realidade. Ora, para ser moderno era necessário romper com o passado, embora a legítima diferença se encontrasse nesse passado. Para tanto, este momento pretérito teria que sofrer ajustes de representatividade simbólica adequando-se ao discurso e à prática desta modernidade. (Lowenthal, op.cit.187-191)

A construção da história nacional deveria ser comprovada com documentos, artefatos, objetos, acessórios dos grandes vultos e personagens ilustres, além de prescindir de espaços/palco de fatos marcantes e significativos que expressassem a memória representativa do país.

Deste a década de 20, a vida cultural brasileira vinha atravessando uma fase extremamente fértil. Instituições de ensino superior foram criadas em todo país, as idéias de Mário de Andrade e de Paulo Duarte abalaram os bastidores amorfos do pensamento cultural, propiciando uma revolução na condução política e alterando o imaginário dos atores sociais de então, nas grandes capitais havia um movimento de renovação socio-cultural com bases na auto-estima por intermédio do autoconhecimento sem perder de vista as balizas nacionais que, na verdade, monitoravam os movimentos locais; surgia uma cidadania conduzida; foram criados centros de estudos, clubes literários, institutos de pesquisas, museus e bibliotecas enfim, respirava-se ciência e progresso científico, mas, para que a produção científica e cultural fosse legitimada, era necessário organizá-la, normalizá-la, enquadrando-a nos modelos já definidos pela política de preservação. Com os novos ares soprados pela aprovação da Constituição Federal de 1946, os estados iniciaram suas alterações legislativas.

Se, o patrimônio de pedra e cal se manteve no pilar mais expressivo da prática preservacionista, nos tempos do Estado Novo será na valorização e visualização do patrimônio arqueológico que a política de preservação, da democracia instaurada após o golpe de outubro de 1945, adrigará a sua essência. Esta essência não estava mais respaldada no discurso romântico da formação da identidade mas, sobretudo, na preocupação com a questão de “segurança nacional”. As prospecções e escavações arqueológicas eram assunto de interesse econômico, portanto, nacional uma vez que “boliam com as riquezas minerais do subsolo.”



As ações regionais encabeçadas por curiosos que, localizando achados fortuitos se responsabilizavam em dar continuidade a descoberta, comprometiam a evidência e a memória pré-histórica. Ora, no discurso modernista, a preocupação e a preservação deste passado representavam ato de reapropriação daqueles bens de alcance social e que lhe fora expropriado pelas diversas formas de domínio e exploração, portanto era uma prática plena da cidadania.

Nesse sentido, o patrimônio arqueológico enquadrava-se na proposta modernista do governo por estar sofrendo a ameaça de destruição bem como, representava um passado nem sempre possível de ser temporalizado caracterizando-se enquanto produção cultural e simbólica de um grupo ou grupos sociais, já inexistentes.

32 Os Primórdios

## Os Primórdios

*...as peças esqueléticas encontradas no Sambaqui do Goulart (Antonina) e ...dois crânios de índios (Chavante, Guarani) ...estava a secção de arqueologia constituída não só por diferentes peças líticas procedentes de sambaquis ou de regiões outrora povoadas por selvagens, mas igualmente, por objetos de argila e madeira colhidos nas ruínas da cidade Real de Guaira ou no aldeamento indígena de Santo Inácio do Paranapanema (Loureiro Fernandes, 1936:4)<sup>14</sup>.*

No Paraná, a movimentação e política de conscientização promovidas em prol da importância e da necessidade de serem resguardadas as jazidas pré-históricas do litoral e os demais bens arqueológicos e culturais, se fará sentir até os anos 60, foram uma consequência da valorização dos trabalhos realizados pelos “pioneiros da preservação da memória histórica do Paraná - Frei Cimitille, Telêmaco Borda, Ermelino de Leão e Romário Martins”<sup>15</sup>, como também pelos contatos que Loureiro manteve com o Museu Nacional, com o Museu Paulista e com Rodrigo de Melo Franco e seus assessores.

Ermelino de Leão e Romário Martins publicaram, ainda no final do séc. XIX, algumas impressões sobre os sambaquis localizados na região da cidade de Antonina (Leão, E. [1817] 1918 e, Martins, R. 1899).

Algumas menções sobre artefatos arqueológicos foram feitas na descrição realizada pelo jornal *Dezenove de Dezembro* (1880), quando da visita realizada pelo Imperador Pedro II ao Museu Paranaense que havia sido fundado há seis anos. Na ocasião, ...sua Majestade por duas horas percorreu todas as vitrines, demorando-se a apreciar os fósseis, as secções de moluscos e crustáceos, assim como os minerais ...lamentando a falta de um catálogo de todos os objetos ali expostos ...(como as) ...coleções que constituíram a base da formação do Museu Paranaense, se caracterizaram por inúmeros donativos que quotidianamente recebia ...tornando (a sala) pequena para comportar inúmeras dádivas que lhe são feitas.

Fica evidenciado, que a noção do colecionismo aleatório de objetos exóticos, enquanto representativos da cultura paranaense foi a tônica da formação do acervo desta emergente Instituição da “cultura local” que, por muitos anos, foi a única na cidade (Trevisan, 1976:33).

Ermelino de Leão em 1918 reconhecerá ...a artificialidade dos trabalhos realizados, afirmando que as observações e opiniões emitidas demonstram que nenhum estudo sistematizado fôra organizado ...salientando que outros estudiosos poderão resolvê-los no futuro. (Menezes, 1967:90).

Ao publicar, *Museu Paranaense Resenha Histórica 1876/1936*, Loureiro descreve os objetos com os quais a província do Paraná “projeta sua influência cultural” na Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional em julho de 1882, destacando-se entre eles ... as publicações de estudos feitos por vultos representativos da nossa cultura ... encontrava (se) uma cópia de inscrições rupestres existentes ao norte da cidade de Antonina, trabalho realizado pelo próprio diretor do museu, quando ai andou explorando os sambaquis, principalmente o do Goulart, que forneceram as peças líticas da secção de arqueologia (Loureiro, 1936:4).

Em seu relatório anual, Othon Leonardos informa que Alex de Lemos, diretor do observatório nacional, ao proceder o levantamento geodésico da região litorânea do Paraná, ...escolheu para primeiro vértice de triangulação, um morro com 30 a 40 metros de altura, próximo à baía, a uns 15 de lancha do porto de Paranaguá, no rumo de Antonina. Ao galgar o topo da colina teve a surpresa de verificar que as escavações, que mandou proceder para a instalação do marco, atingiram possante camada

de conchas de um sambaqui mascarado pela terra vegetal e pela vegetação ...na ilha do mel, na entrada da baía de Paranaguá, avistou outro sambaqui, este agora quase ao nível da preamar.

Na continuação do seu relato para o serviço de fomento na produção mineral, Othon Leonardos afirma que Ermelino de Leão, em 1918, relatou *...que se encontram nos arredores de Antonina, 72 sambaquis (estando) no Museu de Paranaguá um crânio exumado pelo Dr. Leão no sambaqui da ilha do Goulart. Othon Leonardos descreve ainda, a localização do sambaqui do Corisco ...examinado ...em 1933 e que foi totalmente e quase totalmente destruído pelos fabricantes de cal, localizado próximo a um morro granítico ...sendo a sua base atingida pela pre amar; sobre o sambaqui da Fumaça, (afirma ainda que) está localizado próximo à foz do rio Cacatú, no fundo da baía de Antonina, ...com material dêsse sambaqui fazem os japoneses da colonia Cacatú, cal para suas casas tendo nesse trabalho desenterrados um esqueleto humano, em 1932 (Leonardos, 1938:70-71).*

É muito interessante notar, nestes registros, a doação deste único crânio ao Museu de Paranaguá, que no caso trata-se do museu do IHGPG em formação de acervo e ainda, nesta ocasião ainda sem sede própria sendo as demais peças agregadas às coleções do Museu Paranaense; o uso inadequado do material conchífero, pelos japoneses da colônia Cacatú, indica que estas camadas ricas em material malacológico não serviram apenas para a construção dos leitos das estradas que foram abertas no litoral. Nesta época, os enterramentos humanos exerciam uma forte atração científica sendo mais relatados e detalhadamente descritos, devido aos limites técnicos, do que analisados enquanto registros de população pré-histórica.

Em correspondência enviada ao presidente do Conselho de Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, em nome do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, Loureiro expressa a sua vigilante observação e, faz ...um apelo no sentido de ser impedida a destruição de elementos de maior interesse histórico e científico pela inconsciência de pessoas que, levadas pelo espírito de aventura, realizam expedições pelo Brasil. (Relata) que ...pelos jornais locais, se noticia a vinda de uma expedição desta natureza procedente de São Paulo, com destino às ruínas da antiga Vila Rica e que na relação dos participantes não havia identificado nenhum

nome credenciado para a realização de investigações em ruínas de tão alto interesse histórico. (Complementa que) ...há muito, os diretores do Museu Paranaense tiveram, igualmente, oportunidade de verificar a nociva influência dessas expedições na região litorânea, as quais ao revolverem sambaquis sacrificaram esqueletos e desviaram material lítico para coleções de “curiosos” ...há alguns anos, em 1940, na excursão que o Museu Paranaense realizou ao Município de Guaraqueçaba tivemos o dissabor de comprovar a destruição dos túmulos da Pedra Branca realizada por esses improvisados investigadores. (Na continuidade afirma) ...a destruição de elementos de maior interesse histórico e científico pela inconsciência de pessoas que, levadas pelo espírito de aventura, realizam expedições pelo Brasil ...noticiam os jornais uma expedição dessa natureza, procedente de São Paulo, para as ruínas da Antiga Vila Rica ...na relação de alguns componentes, não se encontram, nomes credenciados para a realização de investigações em ruínas de tão alto interesse histórico<sup>16</sup>

No relatório enviado ao secretário de estado do interior e da justiça, relativo aos anos 38/39 Loureiro, enquanto diretor do Museu Paranaense, descreve no item “Excursões”, quatro viagens realizadas pelo interior do Estado para ...coletar material para as coleções e futuros estudos, sendo que em três participaram os membros da diretoria do Museu: - a primeira em janeiro/39, ao Município de Palmas onde estiveram registrando dados e coletando material etnográfico sobre os índios Caiguangues, em Toldos das Lontras;- a segunda, em abril/39 ao sambaqui do Guaraguaçu à margem da Estrada do Mar e, - a terceira, em agosto/39 a zona sertaneja do município de Guaraqueçaba que visava a coleta de crânios humanos e a exploração de hipogeus existentes no Morro de Pedra Branca.

Sobre estas excursões científicas, possivelmente as primeiras realizadas na gestão do Loureiro antes mesmo da reinauguração do MPR em dezembro daquele ano, Loureiro relata que a equipe formada pelos Dr. Arthur e Antonio Martins Franco, pelo Dr. Benedito Amorim, pelo taxidermista Mayer, o cinegrafista Groff e o caçador Santana e ele mesmo, não conseguiram ...não se logrou êxito desejado pois dois anos antes elementos estrangeiros aí haviam estado inutilizando com o uso de explosivos esses vestígios dos primitivos ocupantes da região ...é um fato para o qual chama-nos a atenção de V. Ex. afim de evitar futuras depredações em jazidas de tanto interesse científico (Loureiro Fernandes, 1938)<sup>17</sup>.

Quase dez anos depois, em sua carta de renúncia a direção do Museu Paranaense enviada ao governador Moises Lupion, Loureiro expressa com que espírito ele desenvolveu tais atividades ao lembrar que quando foi convidado pelo Interventor Manoel Ribas para dirigir o MPR, sem remuneração, havia aceito o cargo, juntamente com outros professores da Faculdade de Filosofia, ...por sentir a necessidade que tinha o governo da colaboração de abnegados paranaenses para melhor defesa do patrimônio histórico e artístico ...fato que mereceu crítica de alguns Secretários de Estado por não (conhecerem), na plena realidade a lamentável situação do patrimônio artístico, histórico e científico do Museu naquela ocasião. Este contexto político será retomado adiante.

Nos arquivos do CEB, em *Fastos Paranaenses* nº 215, encontra-se o registro da existência de sambaquis nas ..grandes Bahias de Paranaguá enderredor dellas e entradas nos muitos rios seacharão imensos Sambaquis de Casca de Ostras e mariscos de que os Índios Carijós sustentarão e da pescaria do mar ...formando sua elevação pequenos Outeiros ...outros muitos sambaquis pequenos tem aparecido onde, as povoações delles era ali maior; e hoje ainda apparecem estes lugares nas margens do Rio Gorguassú dos Correias e Almeidas, do Toral, Ribeirão, Rio das Pedras - Jacarehy e Saquarema”<sup>18</sup>.

A questão da conscientização e da necessidade da preservação da memória pré-histórica no estado do Paraná só vai ser alavancada, com certa sistematização científica, a partir da década de 40.

A ferramenta utilizada para sustentar esta construção histórica ficou conhecida, na literatura local, como “movimento paranista” tendo em Romário Martins, o segundo diretor do Museu Paranaense, um dos seus mais significativos expoentes.

Os dois movimentos mesclavam pensamentos positivistas, maçônicos e naturalistas a uma decisiva e forte postura anticlerical bem como ao mundo industrializado. Para Romário Martins, ...a combinação de nacionalismo com a procura de uma alma nacional e estabelecimento da psicologia e das virtudes morais do povo por um lado, e por outro, a necessidade de civilizar o país, no sentido da civilização européia ...(constituíram suas idéias mestras para) forjar um conjunto de imagens de uma sociedade ideal, pacífica, ordeira e trabalhadora (Szvarça, op.cit: 5-93).

Trabalhando com as questões do imaginário e das idéias que mar-

caram o pensamento republicano no segundo império brasileiro, Carelli ressalta que ...o desmoronamento da monarquia brasileira e a instauração de uma ordem republicana foram preparados por uma maturação ideológica muito longa, cujas marcas principais são feitas pela referência constante à França das Luzes, à Revolução Francesa e às correntes de pensamento que se confrontavam na Europa ...dois mestres pensadores maiores (eram) citados até a saciedade pelos intelectuais progressistas, em uma estratégia de transmutação política e social ...Victor Hugo e Augusto Comte ... (este período) é marcado pela integração de correntes de pensamento que iriam fazer tremer não somente a legitimidade da coroa, mas ainda os fundamentos da ordem patriarcal apoiada na escravidão (Carelli, 1985: 143-144).

Serão nas casas de cultura e memória (MPR e CEB), nos espaços acadêmicos (FFCL), na imprensa local que se darão os embates mais acirrados entre tais fundamentos e a forte resistência da intelectualidade católica que conduziram, no Paraná, o processo de construção da identidade local, criando condições mais eficazes para se conceitualizar o patrimônio cultural, ordenando e dando direcionamento às práticas universitárias, museológicas e políticas até a chegada dos ares modernistas que sopraram em todo país quando do governo de Getúlio Vargas conhecido como Estado Novo.

No apagar das luzes do séc. XIX, já na Primeira República, é fundado o Museu Paulista em 1894, às margens do riacho do Ipiranga em São Paulo, simbolizando, por sua proposta, “o monumento em homenagem à independência nacional”. Período histórico de “ebulição intelectual” quando outros símbolos nacionais – o Hino e a Bandeira Nacional e as Armas da República estavam sendo concebidos - o Museu Paulista nasceu como o “marco da autonomia política brasileira”, em meio a uma problemática profunda sobre a questão da “brasilidade”<sup>19</sup>, como será visto.

## Espaços e Discursos ideológicos no início do séc. xx o IHGPR, o CEB, os jornais e os púlpitos

A Igreja Católica, neste momento histórico, identifica uma oportunidade para tentar recuperar a sua influência social e o seu campo de ingerência no poder constituído, que haviam sido perdidos ao longo da Primeira República. As idéias de uma reação católica de formação intelectual emanavam do Centro D. Vital que tinha, como mentores Jackson de Figueiredo e o Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. O objetivo do Centro D. Vital era estimular o marasmo em que se encontravam os católicos, recuperar o prestígio da Igreja, aproveitando-se da “crise de legitimidade do Estado Oligárquico Liberal”, propondo uma mudança de seu estatuto na sociedade e nas suas relações com o poder.

Beozzo (1986) comenta ainda que, no primeiro número da revista *A Ordem* do Centro D. Vital, de agosto de 1921, Jackson Figueredo declara que ...o nacionalismo não corresponde a um movimento de ódio contra o estrangeiro europeu, mas um movimento para que seja “um fator de autonomia do brasileiro em sua própria terra, para que a direção intelectual e política da nação tenha caráter positivamente brasileiro

O instrumento de popularização e divulgação deste movimento foram os artigos desta Revista, escritos por ...intelectuais recém convertidos ou católicos que trocam um catolicismo tradicional e acomodado por um catolicismo praticante e militante (Beozzo, op.cit: 286-287)

Ao analisar a Curitiba no início do séc. xx, Cordioli a compara a um “caldeirão em ebulição” no qual o convívio entre clericais e anticlericais será não só contemporâneo, como intrínsecos aos similares entre católicos e espiritualistas; positivistas, socialistas e metafísicos; parnasianos, simbolistas e aqueles que já navegavam rumo ao modernismo.

É importante ressaltar o papel da imprensa e dos espaços públicos que eram criados como palanques das propagações e conscientizações destas idéias, além da volumosa e forte produção literária, que ocasionou uma “militância apaixonada” que infestava revistas, jornais, Universidades e congregações (Cordioli, 1989:5).

No entanto, tais correntes não estavam muito bem delineadas mesmo para alguns dos seus seguidores, a exceção do posicionamento, bem demarcado, entre os clericais e os anticlericais. Na documentação consul-

tada, redigida por católicos e seguidores do movimento clerical, pode-se identificar fortes marcas do simbolismo e do parnasianismo que se fundem nas correspondências e nos discursos oficiais dos seus líderes.

Hellmann, ao escrever sobre o pensamento católico em Curitiba, afirma que as idéias positivistas pregadas por Comte ...ora tomavam o nome de movimento anticlerical, caracterizando o confronto ideológico-religioso, ora como movimento simbolista caracterizando o aspecto acadêmico-literário ...difundidas no meio educacional (se revestiam de) ... um misto literário-religioso em oposição às idéias defendidas pela igreja católica no campo educacional-pastoral (Hellmann 1997:41).

Já os tradicionalistas mantinham suas posições amparados pelo cristianismo que se transformou no mentor e o esteio da nova ordem social chegando a ser publicado em jornal católico ...não foi o meio que fez o cristianismo: foi o cristianismo que produziu o meio político, intelectual e social dos povos modernos (jornal A Estrella, 1901:1)<sup>20</sup>.

Procurando marcar presença, delimitar seus territórios e conquistar seguidores, o grupo dos positivistas fazia uso de instituições como o Instituto Neo-Pitagórico (1909), o Centro de Estudos Esotéricos Luz Invisível (1900), ambos fundados por Dário Vellozo; de jornais como a República e o Diário da Tarde; de revistas como Electra (1893), o Cenáculo (1895), Jerusalém (1898/1902) e de lojas maçônicas. Já o grupo dos tradicionalistas tinham como veículo de comunicação, o jornal A Estrella, associações como a Ação Católica da Juventude, as Confederações Marianas, além dos púlpitos das igrejas.

Mas a grande arena estava localizada nos espaços educacionais e culturais. Nesses, os positivistas se reuniam no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, e os católicos fundaram o Círculo de Estudos Bandeirantes. Nos espaços educacionais, a necessidade de unificação em torno dos princípios católicos contrapondo-se às idéias novas, concretizou-se na transferência da seção do Internato do Ginásio Paranaense para o Ginásio Diocesano, em 1926. (Hellmann 1997:43-62)

Não há dúvida que a política do governo Getulista ofereceu oportunidade e reforçou a corrente católica no Paraná, por intermédio das ações do seu interventor Manoel Ribas, como ficará evidenciado adiante. E foi neste jogo de forças que estas duas correntes impulsionaram e desenharam o perfil sócio-cultural paranaense ...quanto ao teu sonho da casa do



Paraná onde se deverá instalar o Archivo Público, a Biblioteca Pública, o Museu e o Centro de Letras, creio irrealizável neste momento de cavadores e de cavações ...a idéia é bela mas falta-nos picaretas para tal mister<sup>21</sup>.

O Instituto Histórico Geográfico do Paraná (IHGPR) teve como filia-dos nomes de expressão local como Ermelino de Leão, Romário Martins, Dário Vellozo, Ermiliano Pernetta e David Carneiro. Na cerimônia da sua fundação, em maio de 1900, quando seus entusiastas se reuniram no Clube Curitibano para dar consistência à idéia lançada no jornal A República, o seu fundador Romário Martins levou a aprovação dos presentes os estatutos, que foram inspirados nos estatutos do Instituto Histórico Brasileiro com sede no Rio de Janeiro e que tinham como linhas mestras:

*...coligir, estudar, publicar e arquivar os documentos que sirvam à historiografia do Paraná, promovendo a difusão do seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna;*

*promover excursões científicas aos sítios onde existiam curiosidades naturais, descrevendo-as e fazendo-as estudar por competentes;*

*criar um Museu Etnográfico; organizar e manter o Arquivo Público;reorganizar e expor à frequência pública a Biblioteca do Estado, catalogando-a;*

*articular-se com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro a cada ano; publicar uma revista contendo os números de cópias possível de estudos e dados históricos e geográficos do Paraná, bem como as atas e demais expedientes;*

*manter preleções cívicas nas escolas públicas; comemorar as principais datas da história paranaense;*

*instituir nas sessões a leitura de memórias e proposta de questões*  
(Boletim do IHGPR, [1928])<sup>22</sup>.

Eram metas desafiadoras e utópicas, embasadas na capacidade dos recursos humanos especializados disponíveis na cidade para executá-las, em uma sociedade onde havia apenas ensino secundario e com alto índice de analfabetos. As finalidades do IHGPR ficaram delineadas em três atuações básicas, ou seja, na descoberta científica de "curiosidades naturais", no estudo da historiografia local e, no gerenciamento e organização do arquivo público e da biblioteca do estado.

Em 1906, o seu fundador assumiu a direção do Museu Paranaense e o IHGPR passou por uma fase muito conturbada, quando uma diretoria é eleita para iniciar novos esforços que objetivavam o seu reerguimento.

As idéias que circulavam no Instituto dificilmente encontrariam ressonância na conservadora Curitiba e, Ermelino de Leão tinha consciência disso. Já em 1928, ele escrevia para Francisco Negrão, no Rio de Janeiro, sobre as dificuldades que o projeto para o Paraná enfrentava. Recorrendo a Cordioli, *...não podemos esquecer que, se tal ideário positivista, simbolista, metafísico e até mesmo anarquista existiu e deixou marcas é porque haviam homens, nesta época que acreditaram ...e muitos fizeram dele a essência de suas próprias vidas ...no entanto, ...as paixões do idílio, daqueles que ousam sonhar ...as paixões que movem a luta por um ideal ... as paixões que dão sentido à existência ou que então permitem amenizar as amarguras do cotidiano ...as paixões que se conflitam com outras paixões que floresceram e criaram raízes mais profundas foram aquelas que os clericais despertaram* (Cordioli, 1989:10-11).

Estas paixões já incendiavam o ideário e prática adotados no Colégio Paranaense, onde também funcionava o Seminário Diocesano do Batel<sup>23</sup> e de onde saíram em 1929, as primeiras ações mobilizadoras para a divulgação e implantação da nova ordem da política educacional e cultural do estado, encontrando eco para esta "militância" nos congregados marianos recém formados.

Consultando o Boletim Mariano, órgão da Congregação Mariana dos Jovens da Cathedral<sup>24</sup>, pode-se ler a seguinte nota: ...realizou-se no dia 20 de março uma sessão na sede da Congregação, presidida pelo Rev. Pe. Jeronymo Mazzarotto, secretariada pelos Sr<sup>o</sup> Ligarú Espírito Santo, Dr<sup>o</sup> José Loureiro Fernandes, Joaquim de Mattos Barreto, sendo expositor de idéias renovadoras e realizáveis o cônego Dr<sup>o</sup> Alcidino Pereira. À mesa com as pessoas presentes, resolveu assuntos de grande interesse para a vida interna da nossa Congregação (Boletim, 1929:3)

É muito interessante notar que nesta reunião o Pe. Miele, considerado o mentor da concepção, executor na implantação e articulação de toda a proposta do CEB, não é citado. O que leva a supor ser uma estratégia usada para a preparação da reunião que se realizou, nove dias depois, com a presença do Pe. Miele, José Loureiro Fernandes e José F. Mansur Guérios os primeiros sonhadores do Círculo. Pe. Miele e Pe. Mazarotto, enquanto

padres Lazaristas, eram lentes do Internato do Ginásio Paranaense sendo o primeiro, professor de filosofia e o segundo, responsável pelas aulas de geografia, chorografia e cosmografia<sup>25</sup>.

A estes bandeirantes, juntaram-se Dr<sup>o</sup> Antonio de Paula, Prof<sup>o</sup> Benedito Nicolau dos Santos, Dr<sup>o</sup> Bento Munhoz da Rocha Neto, Carlos de Araujo Pinto Pereira, José de Sá Nunes, Pedro Ribeiro Macedo da Costa, Waldemiro Teixeira de Freitas e Ligarú Espírito Santo que, realça ...após várias considerações motivadas pelas circunstâncias do momento, ficou alvitado se procedesse a fundação de um centro de cultura, nos moldes de outros congêneres das capitais e cidades mais adiantadas no velho e no novo mundo (Espírito Santo, Ligarú 1954:748)

No dia 22 de agosto de 1929 é realizada a primeira sessão do Conselho Diretor para discutir as diretrizes do CEB e a composição da diretoria, que assim ficou constituída: presidente, Pe Miele; secretário geral, Benedito Nicolau dos Santos (publicista e mucisista); 1º secretário, Ligarú Espírito Santo (engenheiro agrônomo e prof<sup>o</sup> normalista); 1º tesoureiro Bento Munhoz da Rocha Neto, (engenheiro civil); 2º tesoureiro, Waldemiro Teixeira de Freitas (engenheiro civil); 1º bibliotecário, José Loureiro Fernandes (médico); 2º bibliotecário, Pedro Ribeiro de Macedo (catedrático do Ginásio Paranaense e da Faculdade de Engenharia). Ficou definida a data de 12 de setembro para sua instalação oficial<sup>26</sup>.

*...O Círculo de Estudos Bandeirantes não é um clube como alguém pode pensar; e se assim o quiser considerar, cabe-me dizer-lhe que não é, todavia, um clube como os demais. Aqui não se joga, nem se dança, nem se bebe – não é pois um círculo vicioso. Palestra-se, isto sim, discutem-se temas, resolvem-se temas intelectuais e morais, procura-se com maior empenho a verdade, a luz indispensável para aprimorar o espírito, a força necessária para rebustecer o caráter. Em resumo, o Círculo de Estudos "Bandeirantes" visa erguer os seus sócios acima da mediocridade em que vegetam os homens de hoje (Padre Miele, 1929).*

Por nove anos, a sede do Círculo de Estudos Bandeirantes esteve situada nos porões da residência de José Loureiro Fernandes, (em salas que ficaram conhecidas como catacumbas) onde os bandeirantes se reuniam para proferir palestras e onde também teve início a biblioteca especializada. O endereço - Rua xv de Novembro 1050 – a partir de 12/09/39, passou a abrigar a sede física do CEB ao longo das décadas seguintes, como tam-

bém, se transformou na referência postal e sede provisória de instituições acadêmicas e culturais, algumas até os nossos dias. O CEB exerceu uma fortíssima influência na formação dos intelectuais católicos de Curitiba<sup>26</sup>.

## **Olhares Retrospectivos Voltados para o Museu Paranaense**

### **Empório de Coletâneas Úteis e Apreciáveis o Período Romariano<sup>28</sup>**

*...outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização de museus ...museus à moderna, museus vivos, que sejam um ensinamento ativo, que ponha realmente toda a população do Estado contra o vandalismo e o extermínio (Mário de Andrade, 1938)*

Ao analisar a fundação e o desempenho do MPR durante o período compreendido entre 1874 e 1906, gestão de Romário Martins, Bojanoski (1992) escreve que o Museu *...chegou ao final do século tentando caracterizar-se enquanto instituição voltada para os estudos da história natural, mas apresenta-se muito mais como casa de curiosidades, e em muito distanciado dos padrões científicos dos centros brasileiros e europeus ... (afirma ainda a autora), desde a sua fundação e no período de Romário com mais ênfase ainda, o museu mostrava-se essencialmente preocupado em espelhar uma imagem de progresso e civilização, baseado nos conceitos determinados por um grupo de elite paranaense ... (e) apesar de não ser caracterizado como museu histórico, já percebe-se nesse período uma entronização do passado.*

Defendendo a tese de que Romário Martins tinha como preocupação conseguir espelhar, nas peças expostas do Museu, a identidade paranaense até mesmo para fazer frente à cultura trazida pelo grande contingente de imigrantes que no estado chegava, *...atraídos pelas políticas de imigração, (autora ressalta que) enquanto político, (Romário) encaminhará os pedidos dos índios que chegavam à capital (onde) ...os grupos de índios eram sempre recebidos e hospedados no próprio Museu Paranaense, prática que, sem dúvida, emprestava ao Museu Paranaense um caráter*

*assistencialista .A reforma proposta e realizada pelo diretor do Museu, tem o seu registro em um artigo publicado, em 27/01/1905 na primeira página do jornal A República. Perseguindo seus ideais paranistas, Romário executa uma reformulação nas peças que até então representavam a riqueza da Terra das Araucárias, sendo ...sepultadas, como foram, no bojo incinerador do fogo todas as inutilidades, todas as excrescências deletérias que, a título de raridade infestavam o vasto edifício do museu, converteu-se esta casa em verdadeiro empório de coletâneas úteis e apreciáveis da nossa exuberante natureza, da nossa etnologia indígena e da história da civilização paranaense (Bojanoski,1992:23-24)*

Em sua monografia, Bojanoski oferece a possibilidade de conhecer o conteúdo de quatro dos documentos, deste período, que descrevem o acervo inicial do Museu Paranaense e sua proposta de trabalho técnico<sup>30</sup>.

- 1) No “Guia do Museu Paranaense” (1900) assinado por Agostinho Ermelino de Leão – o autor descreve o roteiro de visitação da instituição quando ela estava situada na sua sede da rua Murici ao lado do Theatro São Theodoro, em cujo pátio foi instalado um jardim zoológico. Nesta sede, o Museu Paranaense compartilhava o espaço físico com o Arquivo Público e a Biblioteca Pública que eram gerenciados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). O circuito museográfico era iniciado com *...a seção de archeologia tendo a continuação um corredor onde fotos e objetos variados, quase todos relacionados à Revolução Federalista ...à participação de um batalhão paranaense na Guerra de Canudos ...e outros relacionados à Guerra do Paraguai ... no Salão de Honra ...quadros e bustos de autoridades e personagens importantes ... (além) de animais empalhados , exemplares de aberrações de animais ...e) a seção de numismática ...no salão Xavier da Silva (estava) a seção de mineralogia, ...a coleção de ofídios, de anfíbios e crânios de diversos animais, de peles e couro e de madeiras (também se encontrava) ...a seção de objetos antigos e históricos com grande variedade de peças ...pertencentes a algum personagem importante ou então ser algum objeto antigo (Bojanoski, op.cit: 21-22)*
- 2) No “Boletim do Museu Paranaense” (1904) assinado por Romário Martins – neste documento quase todo voltado para o Paraná, e mais

especificamente para as suas riquezas ...de modo descritivo ...ficando muito patente a necessidade ou interesse de divulgar uma determinada imagem do Paraná, e a realidade de que ainda não se realizava ainda, efetivamente pesquisas no Museu Paranaense (Bojanoski, op.cit:32).

- 3) No “Relatório do Museu Paranaense” (1906) assinado por Romário e de acordo ainda com a mesma autora, é feita uma detalhada descrição sobre a ampliação do acervo nas diferentes áreas sendo a que maior interesse suscitava, no então diretor, era a de “madeiras que tinha o objetivo de servir as exigências industriais” (ibdem:35). Por outro lado, com a passagem dos especialistas em botânica e mineralogia do Museu Nacional, *...estas coleções se encontravam em perfeitas condições de registro; a pinacoteca já tinha sido devolvida pela Escola de Belas Artes (estava em precárias condições pelas instalações da antiga sede); sendo a coleção de história a que menor número de peças recebeu ... (ainda para a autora) as mudanças efetivadas por Romário restringiu-se basicamente à classificação e metodização das coleções e desvencilhar-se das bugigangas que entulhavam o museu* (ibdem:35-36)
- 4) Sobre o “Catálogo de Estudos do Museu Paranaense” (1925) também assinado por Romário, Bojanoski apenas comenta a semelhança do conteúdo dos artigos então publicados no Boletim de 1904.

Romário assina o Relatório Oficial de 1924 onde descreve os artefatos ali existentes: “1) paleontolographia; 2) archeologia indígena (guaranis coroados); 3) história paranaense e Museu Telêmaco Borba (coleção particular) com peças da região do Tibagy”. Estes são os registros que se encontram nos arquivos do MPR para esta gestão.

A proposta de uma “varredura das inutilidades e raridades” é um claro sintoma da mudança necessária para que o discurso da história da civilização paranaense se fizesse mais eficaz, moderno e totalmente pautado no patrimônio natural e na valorização do nativo sem qualquer referência a contribuição ou presença das diferentes etnias que ali já se encontravam estabelecidas. Era necessário romper com um passado recente, amorfo que os unia a São Paulo, era necessário buscar raízes autóctones e visualizar uma história, era necessário criar e dar forma a uma civilização local moderna (Lowenthal, 1998:123-131).

Terminado o período romariano frente ao MPR, seis anos se passaram sem que uma gestão firme se fizesse sentir. O registro oficial deste período foi elaborado em relatórios anuais regulares que foram assinados pelo encarregado do museu João Tenius, até a nomeação de José Loureiro Fernandes em 1936.

46O Período Tenius

## O Período Tenius<sup>31</sup>

João Tenius permaneceu como encarregado do museu de abril de 1931 a dezembro de 1936<sup>32</sup> e durante este período assinou oito relatórios anuais<sup>33</sup>.

No relatório assinado em 1928, durante a direção de Rubens Assumpção, Tenius relaciona as áreas representadas por peças do acervo, são elas: "Numismática; Artefactos de guerra; Armas brancas e de jogo; Diversos; Mineralogia; Seção Marítima; Ethologia (97 peças); Accesorios; Pinacoteca, Coleção Tenius (União da Vitoria)". É interessante notar que não foi relacionada a coleção particular de Telémaco Borba, constante no relatório de Romário Martins.

Sob a direção de Sebastião Paraná e estando o museu funcionando na sede da rua São Francisco 64, Tenius menciona no relatório anual de 1930, ...a elaboração de uma planta para o novo edifício ...com dois pavimentos com quatro salas cada um, gabinete para o diretor e auxiliares, salão de honra destinado a Pinacoteca (além de registrar) atividades técnicas realizadas no acervo durante o período entre 15 de fevereiro e 31 de março, daquele ano.

Já na gestão de Rubens Klier de Assunção, Tenius registra, no relatório oficial de 1931, a mudança de endereço do museu para a rua Buenos Aires 200 e "o baixo interesse de parte dos homens cultos pela instituição". Documenta ainda a doação de 15 peças relacionadas "ao uso dos caboclos no campo (artesanato caboclo) peças no. 2663 a 2677", sendo este, o primeiro registro de peças artesanais e não etnográficas, na documentação. A diferença na conceituação entre peças artesanais e não etnográficas) será uma constante em todas as fontes consultadas, durante o período de interesse.

No relatório de 1934 enviado ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, há um detalhado relato das atividades do museu, in-

cluindo uma descrição do seu circuito museográfico, além do registro da doação de acervo indígena Tucano e Macú (Alto Amazonas) pelo Coronel Temístocles Paes de Souza. (Ver Anexo 2)

No relatório datado de janeiro/1937, Tenius detalha as atividades realizadas desde 1931 até aquela data e registra a nomeação de Loureiro. Tenius permanecerá como funcionário do museu<sup>34</sup> até a sua aposentadoria em 1940 sendo que antes disto, passou por uma forte crise na instituição após ter oferecido a sua coleção particular, que encontrava-se no museu depositada, à venda<sup>35</sup>. Após uma longa polêmica sobre a origem e posse das peças<sup>36</sup> é localizada uma correspondência assinada, pelo então diretor Rubens Assunção, na qual ele informa sobre ...coleções que o Estado vem de adquirir a João Tenius e destinadas a este museu ...recebimento dos valores e objetos constantes da relação que acompanhou o mesmo ofício á respectiva conferência<sup>37</sup>.

A aposentadoria compulsória de João Tenius, 17/09/1940<sup>38</sup> é registrada no relatório anual de 1940/1941 no qual também são lançadas as informações sobre a “criação do periódico científico – Revista Arquivos do Museu Paranaense bem como, as precárias instalações da biblioteca e dos laboratórios”.

## A Nomeação

Loureiro Fernandes foi nomeado por força da Lei n.67 e Decreto n.3684 assinado, pelo governador do estado, em 30 novembro de 1936, esfera a qual estava vinculado o museu, após ser indicado, ...à sua revelia, por Virmond Lima e Aluizio França ...*(e decidir a sua posse) após conversa com Manuel Ribas. Logo em seguida, através da Lei n. 73 de 14 de dezembro de 1936, o Museu Paranaense é transferido para a prefeitura municipal (gestão de Jorge Lotario Meissner)*<sup>39</sup>. Esta transferência ocasionou uma reformulação nos planos do diretor recém-nomeado que, mesmo assim assumiu a direção em 30 de dezembro do mesmo ano. O não retorno do museu para a esfera do estadual, levou Loureiro Fernandes a pedir sua demissão em março de 1937, mas o governador não aceitou.

No ano seguinte, 1938 Loureiro envia um Memorial ao novo prefeito Aluisio França, no qual expõe as ...*providências indispensáveis para que*



*qualquer que o Museu Paranaense possa dentro de alguns anos deixar de ser “um simples depósito de produtos” do Estado para se transformar no “maior centro de instrução popular” ...a par destes colaboradores, encarregados da orientação científica das diferentes coleções, cumpre, ao organizar o novo quadro do pessoal do museu bem definir, nas suas atribuições, o pessoal técnico administrativo de maneira a facilitar a realização dos trabalhos do pessoal científico ...há uma providencia sobre a qual cumpre cogitar desde já: a sede própria ...só uma sede própria é capaz de oferecer condições de estabilidade ou melhor de fixidez, essenciais ao desenvolvimento de instituição deste gênero ...urge o restabelecimento desta verba, pois só esta dotação orçamentária permitirá a confecção de vitrinas que necessitamos<sup>40</sup>.*

A este Memorial, Loureiro complementaria suas pretensões técnicas para o museu enviando outras exposições de motivos ao diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura, ao Dr. Augusto Beltrão Pernetta, na qual realçava que *...a situação sui generis na qual ficou o Museu Paranaense com a sua transferência para a Prefeitura criou-se a igual administração uma série de contratemplos que até o presente não removidos constituem sérios obstáculos à vida da Instituição ...a querela tomou novo rumo (após a posse de Aluizio França como prefeito) com a idéia de aguardar a criação do departamento de Cultura e a constituição do Palácio da Educação ...indispensável é dotar o Museu de sede própria e de uma verba mensal visando melhorar o seu patrimônio, pontos para os quais já chamávamos atenção do Dr. Prefeito em memorial (em setembro de 37) ...restrições das atividades do Museu, decorrente, na mor parte, das deficiências da sede ...privado de verbas ...a relação das coleções feita em 1931 quando da instalação do Museu em sua actual sede é que tem servido de base para registrar o Patrimônio do estabelecimento<sup>41</sup>.*

Nestes dois documentos são abordados os três problemas endêmicos e que serão recorrentes em todas as fontes consultadas até 1976, ou seja: o preenchimento do quadro de pessoal habilitado para as atividades técnicas em museus; a necessidade de uma sede própria onde o planejamento das instalações estivesse voltado para o desempenho técnico especializado (reserva técnica, circuito de exposições e laboratórios) pudesse ser maximizado e, uma dotação orçamentária que viabilizasse o plano de pesquisas, a manutenção do acervo e as montagens museográficas, assegurando assim o caráter didático científico da instituição.

Segundo as informações contidas nos relatórios relativos ao período de 1937 a 1939 podemos sintetizar as providências e as ações estruturais embrionárias que foram tomadas, neste fase de adaptação e reorganização, para oferecer ao Museu Paranaense os pilares de um verdadeiro e atuante “centro de instrução popular”<sup>42</sup>.

## A Estruturação da Reorganização o Período da Catedral da Posteridade

*...candelabros de ouro que se acendem na catedral da prosperidade  
(Loureiro, 1939)*

Quando Loureiro assume a direção do Museu Paranaense, em 1936<sup>43</sup>, iniciando seus trabalhos no âmbito da museologia, o país já estava sendo sacudido por novos discursos e práticas voltados para a política de preservação, capaz de dar consistência a uma História do e para o Brasil. Ente outros questionamentos e movimentos sociais, destaca-se a semana de Arte de 22, ocorrida em São Paulo.

Arruda (1989), ao descrever o papel da Semana de 22, esclarece que *...a chamada Revolução de 30 no Brasil merece datar o início do processo de institucionalização das Ciências Sociais. Evidentemente, tal assertiva, como toda a afirmação de cunho globalizador, expressa parte da verdade, uma vez que nos anos anteriores condições essenciais para a transformação do mundo intelectual já estavam prontas. Refiro-me ao decantado movimento de renovação da arte e da literatura conhecido como a Semana de 1922, às reivindicações em prol da educação da mesma década e, até mesmo, ao aparecimento das universidades, além da emergência dos institutos de pesquisa ...não foi o movimento revolucionário de 30 que começou as reformas, mas ele propiciou a sua extensão por todo o país ...antes houve reformas locais* (Arruda, op.cit, p:236).

A Semana de Arte de 22 concretizou e alavancou este movimento de realce e valorização da brasilidade e da cultura nacional, imprimindo uma nova postura sociocultural, proposta que foi reordenada pelo projeto político do governo Getúlio Vargas. O músico e jornalista Mário de Andra-

de, um dos mentores intelectuais do movimento modernista, responsável pela proposta e projeto da política preservacionista, já naquele mesmo ano, expressa o seu entendimento sobre o patrimônio museológico e significado do espaço museal, considerando as obras de Aleijadinho, no átrio do Santuário do Bom Jesus do Matozinho, em Congonhas do Campo, ...o maior museu de esculturas que existe no Brasil (Frota, 1991:28).

O projeto de Mário de Andrade para os museus não foi totalmente implementado, tendo sofrido várias adequações à política preservacionista que emergia, no entanto, as diretrizes fundamentais desta proposta para os museus - priorizar, preservar e expor objetos que expressassem a singularidade nacional e, incentivar o papel educativo das instituições culturais - ainda atuais, permearam a condução oficial da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), materializando uma ideologia que norteava a construção da História Nacional, contemplando e valorizando a produção, o conhecimento e as tradições populares<sup>44</sup>.

Como uma das linhas de força da proposta marioandradina para os museus, pode-se ressaltar a conceituação de bem cultural que contempla a produção tangível, como também a produção imaterial, estando a fonte destes bens localizada “nos testemunho(s) oriundo(s) de diferentes segmentos sociais” (Chagas 1991:111).

Ora todo processo político é persuasivo e argumentativo mas quando oferece condições para o debate inúmeras são as leituras rélicas e até trélicas. No caso da política preservacionista o monólogo imperou. Com um inexpressivo e ineficaz suporte teórico e metodológico a corrida pela busca do representativo da ou sobre a nação foi iniciada. Esta representatividade era definida dentro dos gabinetes das repartições oficiais e no campo os funcionários públicos habilitados rastreamos os exemplares que simbolicamente passariam a representar nos museus os fatos, os feitos a cultura e o conhecimento sinérgico do nosso povo, como se dizia na época. Tal transmutação simbólica era realizada nas crias-mor onde já haviam sido operadas outras alquimias da ...fetichização cultural, onde se suplementava a natureza pragmática do objeto com atributos aureolados e magnetizados que metafóricamente alteravam suas propriedades transformando-os em “objeto de culto e de reificação” (Guidieri 1992:57-84)<sup>45</sup>.

Reconhecendo que o MPR era “um museu popular em precárias condições de organização”, o que inclusive exigiu da nova equipe propor a

reorganização, em três anos de trabalhos, para só então implementar as novas diretrizes a serem seguidas “ancoradas na pesquisa científica” voltada para dar a esta instituição conteúdo educativo e pedagógico que lhe era inerente além de transformar *...a modesta casa, tão cheia de nobres tradições, uma lenda gloriosa de trabalho em prol da grandeza da terra paranaense, ... (sendo) o desejo do atual governo e de um grupo de bons brasileiros ....(o Museu) ministra ensino primário, aos que não sabem ler, no sábio arranjo dos objetos expostos, ...robustece o ensino secundário despertando, na sistematização das suas coleções o entusiasmo dos jovens iniciados para a conquista da solução dos intrincados problemas científicos ...núcleo valioso do ensino superior virá a ser ...centro de investigação a proporcionar aos devotos obreiros da ciência o ambiente austero e sereno, digno de tão mister.*

A proposta implementada por Loureiro foi de adequar o Museu e ao novo contexto cultural do estado às diretrizes políticas e culturais do Interventor, ou seja do Estado Novo, de maneira a torná-lo capaz de, compartilhando com a nova equipe científica, ...executar o trabalho de preservação das venerandas relíquias do nosso passado, ...(dos) magníficos exemplares de nossa flora e nossa fauna ...(das) naturais riquezas de nosso subsolo expostos à contemplação pública, (portanto) os candelabros de ouro (naquele momento) se acendiam para iluminar o futuro da educação, das artes e da ciência, engrandecendo o patrimônio da terra natal (Loureiro, 1940)

Nestes três anos (1937 a 1939) as atividades desenvolvidas no e para o MPR foram estruturais e ao mesmo tempo se caracterizou como o primeiro dos vários embates argumentativos de Loureiro Fernandes e seus auxiliares, sobre a dinâmica do papel sociocientífico de um museu e o entendimento do senso comum, inclusive no meio acadêmico e político, sobre as instituições que abrigam os registros de memória de diferentes segmentos sociais e do patrimônio natural representativos de ecossistemas específicos, como os do Campos Gerais e do Litoral do estado.

Já afirmamos, em outra ocasião, que *...a intelectualidade da capital, neste período, atuava nas escolas de ensino superior de direito, de engenharia, de medicina, de agronomia, de veterinária, de química e de administração e finanças. Outras instituições de estudos compunham o cenário cultural e científico da cidade, como o Instituto de Biologia*

*e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), o Colégio Paranaense, o Museu Paranaense e o Círculo de Estudos Bandeirantes portanto, quando se começou a planejar uma faculdade voltada para o ensino da filosofia, das letras, da pedagogia e das ciências, a massa crítica que iria dar sustentação teórica, metodológica e didática à proposta, sairia destes órgãos (Furtado, 2000: 50-51).*

Tais intenções podem ser confirmadas no teor da carta renúncia da direção do MPR, dirigida ao então governador Moisés Lupion (1947), Loureiro “assinala que, tentávamos convergir os esforços do Museu (Paranaense) – dada a pobreza humana e material do Paraná – com os de outras instituições como o IBPT, a Faculdade de Filosofia e o Círculo de Estudos Bandeirantes, buscando maior eficiência de ação”<sup>47</sup>.

Ou seja, Loureiro aponta para o fato que, “a catedral da prosperidade” agora não mais iluminada com “castiçais de ouro”, permanecia com o seu problema de origem, ou seja, uma Instituição criada para dar concreitude a um discurso ideológico do momento, portanto frágil e à deriva nas ondas dos interesses políticos.

Esta carta é a chave para esclarecer: a precariedade relacionada ao conhecimento das humanidades, nos anos 30, que os intelectuais de Curitiba tentavam obscurecer, em seus discursos oficiais impregnando os ares da “Terra das Araucárias” com uma cortina de fumaça sobre a “pobreza humana e material do Paraná”; os acordos e arranjos políticos para a composição da estrutura acadêmica que foi implantada; a organização das coleções históricas e artísticas; o incremento aos estudos das ciências naturais e manifestações típicas da região; enfim fica evidenciada a preocupação para com o reordenamento sociocultural da cidade visando para nivelá-la com as demais cidades modernas do país.

## Articulando o Museu Paranaense aos Outros

As relações do MPR com os museus co-irmãos no Rio de Janeiro (Museu Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e em São Paulo (Museu Paulista) fora iniciadas já no ano de 1937.

As instituições cariocas foram as primeiras a serem contatadas pelo Paranaense para informar a sua transferência do governo do estado para prefeitura<sup>48</sup>.

Mas na verdade, Rodrigo de Melo Franco, diretor do DPHAN, já havia realizado contatos com Loureiro por intermédio do diretor regional do conselho da defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, Dr. David Carneiro solicitando informações sobre o museu para compor o cadastro inicial daquela Diretoria do Patrimônio Nacional<sup>49</sup>.

Respaldado pela literatura e informações verbais sobre os achados arqueológicos em sambaquis e descobertas fortuitas, além de já tendo sido procurado por Rodrigo de Melo Franco, Loureiro comunica-se com o prefeito de Paranaguá, Agostinho Pereira para que, ...o espírito esclarecido de V. Excia. poderá iniciar desde já em seu município esse patriótico movimento de preservação de objetos históricos, oportunamente teremos ocasião de remeter o plano do edifício do museu e da nova organização dos espaços dedicados a arqueologia<sup>50</sup>, ao que foi imediatamente respondido uma vez que aquela prefeitura acolhia ...satisfeito com a sugestão constante do of. n.16/937 ...oportunamente Paranaguá concorrerá, a medida do possível para o desenvolvimento e melhoria do Museu Paranaense<sup>51</sup>.

Estas instituições e o governo municipal de Paranaguá permanecerão como os interlocutores externos nacionais de Loureiro Fernandes durante a sua trajetória de trabalho no Paraná, mesmo que com intervalos de grandes silêncios na comunicação que variavam de acordo com o posicionamento dos titulares das pastas, especialmente na prefeitura parnanguara.

## A Equipe de Trabalho

Em 1939, com o Museu Paranaense já sob a tutela da Secretaria do Interior e Justiça, Loureiro define a sua equipe de trabalho. A organização de um corpo técnico científico capitaneada por intelectuais e estudiosos de quatro áreas do conhecimento é iniciada com a solicitação ao secretário Manoel Lacerda Pinto da nomeação de Arthur Martins Franco, em 20 de março de 1939, para a direção da Secção de História Pátria. Arthur Martins Franco será um dos braços fortes de Loureiro Fernandes nesta fase inicial e percebe-se na documentação uma conformidade de posicionamento nas diretrizes do museu e um entendimento comum sobre as metas e as diretrizes a serem adotadas no andamento das ações<sup>52</sup>.

Na correspondência enviada em agosto deste ano, ao Museu Nacional e demais co-irmãos, Loureiro apresenta a sua equipe de colaboradores<sup>53</sup> (Ver Quadro 1)

#### QUADRO 1

#### Constituição do Primeiro Conselho Administrativo do Museu Paranaense

<b>Diretores/Auxiliar Técnico (1)</b>	<b>Áreas ou Secções</b>
Arthur Martins Franco	História
Pd Jesus Moure	Zoologia
Francisco de Assis Fonseca	Geologia e Mineralogia
José Loureiro Fernandes	Antropologia e Etnografia
André Mayer (1)	Taxidermia

*Fonte: Relatório 1938/1939; Nomeação do Conselho Administrativo por Ato Oficial n. 8.436. Arq MPR*

Na primeira sessão do Conselho Administrativo (CA/MPR), Arthur Martins Franco foi seu eleito presidente. Também se encontram registradas as providências para com o patrimônio cultural e a representatividade do museu enquanto casa de memória. Assim que cada diretor de seção apresentava e sugeria um colaborador a integrar a equipe e, simbolicamente os seus respectivos espaços de exposição passaram a ter um patrono em uma simbólica homenagem aos pioneiros em um claro ritual de legitimação da instituição através de um momento heróico mas que já era passado, e ao mesmo tempo, este passado fazia o contraponto, validava e consagrava as ações do presente (Lowenthal, 1989) (Ver Quadro 2). Ainda nesta seção, foi discutida a possibilidade de convidar Thorstem Andersen, filho de Alfredo Andersen para retocar os seus quadros.

Fica evidenciado nesta primeira reunião ca/mpr, que a preocupação central dos seus membros estava centralizada no acervo que recebiam, na sua representatividade selada no patronato das salas de exposição e na preservação das peças.

Será no discurso de Loureiro, durante a instalação do Conselho de Administração, que a ideologia da intronização é definida, ao afirmar ... no Ato de Instalação do Conselho de Administração vejo uma homenagem dos dirigentes do Estado a todos aqueles que no passado, desinte-

ressadamente contribuindo para o engrandecimento do nosso patrimônio histórico, artístico e científico foram nobre e leais obreiros da “ maior escola” paranaense ...(segundo) Roquete Pinto, no centenário do Museu Nacional, ...os professores do museu não falam para algumas dezenas de ouvintes agasalhadas numa sala, falam para toda a gente, para as que sabem e as que ignoram, para os seus patrícios e para os alienígenas. Suas lições são documentadas diretamente no material exposto e fiscalizadas, portanto, pela mais ampla publicidade...<sup>56</sup>

## QUADRO 2

### Salas de Exposição do Museu Paranaense e seus Patronos

<b>Sala /Área do Conhecimento</b>	<b>Patrono</b>
Zoologia 1	Dr. Adolfo Lamenha Lins
Zoologia 2	Dr. Guido Struabe
Etnologia Indígena	Cel. Telêmaco M. Borba
História da Pátria	Agostinho Ermelino de Leão
Numismática	José Cândido da Silva Murici
Botânica	Per Karl Dusén
Geologia	Francisco de Paula Oliveira

*Fonte: Livro de Actas das Reuniões do Conselho Administrativo do MPR em, 22/06/1939. Arq/MPR*

Nota-se a ausência de uma aos artistas que se faziam representar com suas obras que compunham a Pinacoteca bem como, a Romário Martins. Mas, em discurso proferido na (re) inauguração do Museu (1940), Loureiro Fernandes justificou cada uma destas escolhas ...*homenageamos em Telêmaco Borba o paciente e esforçado investigador dos nossos problemas indígenas; em Francisco de Paula Oliveira, devotado estudioso da nossa geologia – o organizador da primeira coleção científica da secção mineralógica do Museu; em Guido Straube, o naturalista paranaense, o professor emérito, incansável em difundir às gerações curitubanas preciosos ensinamentos sobre a flora e a fauna do Paraná; em Per-Carl-Dusen, o estrangeiro ilustre, o botânico sueco fiel sacertote da “scientia amabilis”, que não vacila no sacrifício do seu humilde patri-*



*mônio pessoal para completar o estudo da flora paranaense quando lhe falece o auxílio oficial; seu nome honra as tradições desta Casa e aqui fica como testemunhi da ampla fraternidade que se deve existir entre os verdadeiros homens da ciência.*

Pode-se dizer que o ano de 1939 foi tomado pelos novos ares que procuravam dar novos e modernos rumos ao Museu, consolidando a reorganização que entendia ser necessário, a aproximação de familiares de expressões nas artes (como os Anderson) nas ciências (como a viúva de Straube que doou peças que ainda se encontravam em sua casa), no planejamento de excursões científicas no litoral e, na persistente busca de auxiliares para os laboratórios técnicos (como o convite a Julio Moreira para a Secção de numismática)<sup>59</sup>.

Por outro lado, a existência do CA/MPR não só dinamizou as seções criadas e suas áreas de abrangência como deu corpo e consistência ao próprio museu. Ainda pode-se afirmar que o CA permitiu que Loureiro Fernandes orquestrasse o Museu de maneira bem flexível na medida em que em momentos de crise, o presidente deste Conselho sempre era convocado para assumir a direção interinamente. Assim ocorreu durante a polêmica sobre a coleção particular de João Tenius e sua aposentadoria; durante as discussões sobre a questão do terreno para a construção da nova sede para o Museu<sup>60</sup>.

## Do Patrimônio Herdado

Nas correspondências já mencionadas, ao MN e ao MP, Loureiro reforça a “necessidade de intercâmbio e a solicitação de permuta de peças para preencher as lacunas do acervo”. Por outro lado, muitas correspondências expedidas, nos registros das atas do CA/MPR e nos relatórios emitidos são freqüentes os agradecimentos ou recebimento de peças para a ampliação do acervo, o que transforma estes documentos em ricas fontes de informações para a posse do acervo da instituição.

Esta ampliação teve como modo de aquisição a compra (tendo em vista a solicitação de verbas) mas a grande novidade estava no planejamento das excursões científicas que podem ser assim resumidas: “em janeiro/39 - Município de Palmas (matéria etnográfico índios Caingangues

dos Toldos das Lontras e da Campina dos índios; em abril/39 – sambaqui do Guaraguassú; agosto/39 – (não houve) – “futuras depredações de jazidas”; André Mayer e Pd. Moure na região do vale do Tibagi – Fazenda Monte Alegre e Caeté<sup>61</sup>.

Neste relatório ainda estão incluídos, os relatórios das diferentes seções técnicas do museu e o registro da reforma no edifício-sede para a criação do laboratório de taxidermia, como também, o redimensionamento dos espaços originais para as exposições.

No que se refere ao acervo bibliográfico, em formação, existe a orientação para que a catalogação fosse feita por seção e obedecendo a ordem alfabética.

Logo no início de 1940, após longo debate sobre o recebimento, o agradecimento e o registro de doações de peças para o acervo, Loureiro Fernandes comenta sobre a conferência entre as peças que foram relacionadas por Telêmaco Borba com as peças que participaram da Exposição de Antropologia de 1882 e o que relamente ainda se encontrava no museu *...do Cutálogo das Coleções de Telêmaco Borba, foi extraída uma cópia para ficar no Museu de sorte que assim se possa verificar que a aludida coleção quando foi entregue a este estabelecimento, já se achava bastante desfulcada ... (segue transcrição da coleção) Encerramento: Verificando o Meritíssimo Juiz, que grande parte dos objetos constantes do referido Catálogo fultavam e grande parte estava estragada, resolveu dar por finda esta diligência, dando por findo os trabalhos, deixando fechada, como anteriormente, a portu do gabinete onde se acham os objetos e comunicar o fato ao Governo do Estado e, pedindo instruções do que para constur, mandou lavrar este Termo que assina com as partes e testemunhas e comigo Orlando Pinto, escrivão que o escrevi. Jesuíno C. da Fonseca, M. de Souza, Manuel Antonio Gomes testemunha; Joaquim Pereira de Oliveira, Telêmaco Borba Jr. e Orlando Pinto.*

**CATALOGO**  
DOS  
**OBJECTOS**  
DO  
**MUSEO PARANAENSE**  
REMETTIDOS  
Á  
**Exposição anthropologica**  
DO  
**RIO DE JANEIRO.**

---

Contendo : uma Memoria sobre os costumes e religião dos indios *Camés* ou *Coroados*, que habitam esta Provincia ; escripta pelo missionario Frei LUIZ DE CEMITILE ; bem como o vocabulario das tribus *Cayngangs*, *Cayguás* e *Chavantes*, por TELEMACO MORICINES BORBA.

---

Impresso por ordem do Exm. Sr. Presidente da Provincia, Dr. Carlos Augusto de Carvalho.



**GURITYBA**  
TYP. Á PENDULA MERIDIONAL  
**1882.**

Agradecendo o empréstimo do Catálogo original (Anexo 1) para a checagem dos artefatos e procurando recuperar uma das peças desaparecidas, Loureiro tenta obter um outro exemplar escrevendo a Guataçara Borba (neto de Telêmaco) que vivia em Tibagy, *...pelo senhor Leopoldo Merce tive ocasião de remeter a V.S., no mês de janeiro próximo passado o catálogo manuscrito das coleções do seu venerando avô o Cel. Telêmaco Borba, o qual me havia sido confiado quando da minha viagem a esse município em dezembro de 1939. Ahi fui informado verbalmente por V. Exma. da existência em Reserva de uma das peças desaparecidas da coleção Telêmaco Borba, antes da sua entrega ao Museu Paranaense, muito grata ficaria esta Diretoria, se V. Exma se dignasse fornecer os dados preciosos de posse dos quais poderia agir a fim de incorporar ao Patromônio do Museu a referida peça*<sup>62</sup>.

Não foi encontrado na documentação consultada, o desfecho desta questão.

Por razões pouco claras, Loureiro Fernandes “solicita a Rodrigo de Melo Franco que desconsidere a notificação nº74 a de 18/04 dirigida ao interventor Manoel Ribas na qual comunica o tombamento das coleções etnográfica, arqueológica, histórica e artística do Museu, por engano”<sup>63</sup>.

## Os Pilares Científicos do MPR no Projeto de Loureiro Fernandes

*...se a iniciativa não trouxesse em si a semente de um grande ideal, não teria sobrevivido à indiferença dos governos, à carência dos recursos materiais e sobretudo à eterna maldade dos elementos derrotistas (Loureiro Fernandes, 1940)*

No projeto de Loureiro Fernandes duas instituições seriam os sustentáculos do Museu Paranaense, o jovem Círculo de Estudos Bandeirantes (1929) e a recém-inaugurada Faculdade de Filosofia, sendo que sobre esta última, Loureiro preconiza uma dinâmica complementação de finalidades entre o “núcleo valioso do ensino superior”, a recém-instalada Faculdade de Filosofia e o MPR, enquanto “centro de investigações a propiciar aos devotos obreiros da ciência o ambiente austero e sereno, digno de tão nobre mister”.

Assim que estaremos transitando por estes dois mundos que se articulava com o mundo do MPR, para tentar entender a sua estruturação técnica, científica e filosófica.

O discurso de (re)inauguração do MPR (1939), nos permite acompanhar o planejamento deste intelectual para a nova proposta do museu. Após a reorganização que adequou o MPR às diretrizes governamentais do interventor Manoel Ribas e do professor etnólogo, a sua nova sede era inaugurada em 16 de dezembro de 1939<sup>64</sup>. No discurso de inauguração, publicado na revista da Academia Paranaense de Letras, a par de se identificar o estilo iluminista de expressar também se evidenciam as finalidades e o papel social do MPR através de uma harmoniosa figura de retórica que anunciava a função museológica de esclarecer e ou iluminar o futuro, com atributos da elite local, sob a ótica de um grupo de intelectuais católicos<sup>65</sup>.

É importante ressaltar que neste discurso, Loureiro aponta para uma transição na história, na concepção e no papel social do Museu por intermédio da sua reorganização institucional, promovida pela aprovação de um novo regulamento, pela (re)implantação do cargo de diretor e nomeação de dirigentes para as seções especializadas, uma vez que se propunha uma reformulação fundamentada no trabalho de uma equipe especializada na inauguração da sede própria e, sobretudo, pela necessidade da “realização do princípio do duplo museu: para a público e para o especialista”. Loureiro Fernandes reconhece ainda que, ensinar sempre foi o objetivo do museu, ...mas ontem como hoje, ensina sem distinção e procura ser antes de tudo um grande centro de educação popular ... ministra ensino primário, aos que não sabem ler, no sábio amargo dos objetos expostos, robustece o ensino secundário despertando, na sistematização das suas coleções o entusiasmo dos jovens iniciados para a conquista da solução dos intrincados problemas científicos.

Buscava-se uma maior integração entre o Museu e a sociedade de maneira que o MPR viesse a se tornar, efetivamente, em mais um centro irradiador de educação e cultura local.

Assume portanto, a (re)inauguração do MPR “extraordinário si significado não só para a vida do museu mas também para a história científica do Paraná”.

A ação sistematizada de resguardar as raízes, a tradição, o passado e a fé católica emprestava ao MPR um papel ideológico fundamental na constituição da história local, garantindo e consolidando a História e os destinos nacionais. Este papel a ser desempenhado pelo Museu estava em perfeita sintonia com as diretrizes adotadas pelo governo central, uma vez que havia: ...pelo Brasil inteiro um patriótico movimento em prol do culto de nossas tradições. As palavras do nosso atual Ministro do Interior ao se comemorar no Itamarati, o cinquentenário Republicano timbraram em afirmar que “o culto do passado” é uma segurança do futuro, porque só pela solidariedade entre as gerações sucessivas pela continuidade da ação e da fé conseguem as nações durar e realizar o seu destino histórico. Integrando-se nesse movimento de justa valorização do que é nosso o governo do Paraná da, hoje, início à reorganização do Museu Paranaense, inaugurando solenemente a nova sede (Loureiro, 1940:69-76)<sup>66</sup>.

## O Poder da Igreja nos Bastidores do Intervencionismo

*...nada lá havia, quer em livros, quer em rudimentares coleções, que auxiliasse os nossos estudiosos nos domínios das Ciências ditas puras. Criar este ambiente foi a nossa grande aspiração e tentávamos convergir os esforços do Museu (Paranaense) – dada a pobreza humana e material do Paraná – com os de outras instituições como o i.b.p.t., a Faculdade de Filosofia e o Círculo de Estudos Bandeirantes, buscando maior eficiência de ação (Loureiro, 1949).*

No que diz respeito ao Círculo de Estudos Bandeirantes (1929), seu fundador Padre Mieli afirmava que o CEB visava ...erguer os seus sócios acima da mediocridade em que vegetam os homens de hoje ...(e) a formação intelectual de seus membros, desfazendo preconceitos, resolvendo dúvidas, respondendo consultas, arrumando os seus sócios para as conquistas pacíficas da verdade, condição da firmeza de caráter...<sup>67</sup>

O perfil desta Instituição podia ser caracterizado pela filiação de intelectuais católicos que buscavam o seu aprimoramento cultural e científico, independente da sua formação que foi lapidada pelo curso ministrado pelo Padre Jesus Ballarin, baseado na filosofia tomista. Tais filiados formaram cidadãos em diferentes áreas do conhecimento, atuaram e parti-

cuparam das decisões políticas do estado, em vários setores socioculturais durante várias décadas.

Desde 1930, enquanto um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes, Loureiro mantinha correspondência com os “museus-referências” da época: o Museu Nacional e o Museu Paulista. Tais contatos eram para solicitar envio de publicações ou para consultar os cientistas estrangeiros, principalmente aqueles vinculados com as ciências naturais, como ocorreu com o malacologista Dr. Fiori, ou mesmo com os próprios diretores daqueles “centros de excelência”, como Castro Faria e Taunay<sup>68</sup>.

Este ativo e diversificado intercâmbio com instituições culturais nacionais, em especial do eixo Rio e São Paulo, e internacionais com Portugal e França, principalmente, foram realizados pelo bibliotecário do CEB. Tais contatos não só propiciavam constituição de um representativo acervo bibliográfico e documental voltado para as questões filosóficas, culturais, literárias e religiosas da época, como também projetou o CEB e seus filiados paranaenses no cenário intelectual destes fóruns. Posteriormente, se dá a consolidação destes intercâmbios por intermédio de Loureiro Fernandes e do pd Jesus Moure, quando ambos já estavam atuando no Museu Paranaense. A publicação dos Arquivos do Museu Paranaense, de onde emanava a produção científica das seções criadas na sua estruturação, foi um canal importante para a socialização da prática científica que se desenvolvia no estado<sup>69</sup>.

O movimento de formação e constituição das bibliotecas do CEB e do MPR e, a editoração do periódico deste Museu, a par da providência institucional e de representar uma forte alavanca para o desenvolvimento e atualização do conhecimento científico local, propiciou a inserção dos pensadores paranaenses no circuito intelectual. Fato este que teria uma significativa ressonância na concepção, na instalação e no cotidiano das práticas da FFCL, de modo especial na vida extracurricular, bem como na investigação científica.

Torna-se necessário tecer algumas considerações sobre os documentos acima utilizados para que os movimentos do jogo político e ideológico, voltados para dotar Curitiba na década de 30, com um nível de ensino superior e uma estrutura científica de pesquisa, na

Área das Humanidades em especial, possam ser revelados. No tabuleiro onde se deram as ações, as metas já estavam definidas pelo Poder Central e pela Igreja. Os intelectuais e políticos católicos se moviam em direção ao combate às idéias positivistas e anticlericais.

Quando é feita a doação do terreno para o CEB, por decreto do interventor Manoel Ribas, a União Brasileira de Ensino e Educação (UBEE) apenas estava concretizando seu “projeto maior para a educação no Paraná”.

Na verdade, pode-se dizer que o ensino superior, na Área de Humanas no Paraná, já estava sendo articulado há 10 anos, quando da reunião realizada em março de 1929 na sede da congregação Mariana da Curitiba. Em 1931, o jornal O Cruzeiro publica na coluna Ao correr da penna, um artigo do bandeirante Mansur Guérios sobre os propósitos educacionais, após a revolução de outubro, daquele ano. (Ver Anexo 3)

Todos os movimentos nesta direção foram conduzidos por um novo discurso sobre a paranidade, ainda com marcas da corrente iluminista, como a visão científica evolucionistas, mas que buscavam a modernização de suas instituições. Esta fase de transição iria ser concretizada na década seguinte e, se a emancipação política já se fizera, a referência acadêmica maior ainda chegava de São Paulo e a cultural do Rio de Janeiro.

Utilizando a analogia dos movimentos/ações, foram identificados 10 movimentos que foram executados para que a Igreja, articulada com o Poder Intervencionista, pudesse construir, no Paraná, o aparato ideológico suficientemente firme para que o seu projeto de educação superior se concretizasse e fosse fortalecido o ensino secundário já praticado:

- 1º movimento: a reunião de 20 de março de 1929 na sede da Congregação Mariana na Catedral
- 2º movimento: a criação do CEB (set/1929) situado na casa de Loureiro Fernandes, por nove anos
- 3º movimento: a doação do terreno para sede própria do CEB (1931)<sup>70</sup>
- 4º movimento: o curso de filosofia do CEB (1934-1937)
- 5º movimento: Loureiro é nomeado diretor do MPR (1936)
- 6º movimento: a nomeação dos diretores de seções do MPR (abril/1939)
- 7º movimento: a criação da FFCL – 1ª fase (1938) – fase definitiva (em 24/08/1939)
- 8º movimento: a assinatura do convênio firmado entre a FFCL e a UBEE (ago/1939 até dez/1950)
- 9º movimento: a nomeação dos catedráticos da FFCL (11/12/1939)
- 10º movimento: a reinauguração do MPR (16/12/1939)



Tais movimentos revelam que, durante os anos 30, o governo do interventor Manoel Ribas contava com personalidades do mundo político-cultural como: Omar Motta, Homero Braga, Carlos Paula Soares, Milton Carneiro e Brasil Pinheiro Machado além do aparato ideológico da Igreja para exercer as suas ações; a UBEE que já atuava no ensino secundário é fortalecida com o aperfeiçoamento dos seus professores; o raio de ação do ensino católico é ampliado com o curso de filosofia tomista ministrado no CEB, balizando a formação dos futuros catedráticos da FFCL; a instalação da FFCL é viabilizada com a reestruturação do MPR equipando esta casa de cultura com fundamentos científicos e, por sua vez, o Museu passou a propiciar a pesquisa e o ensino prático dos cursos do departamento de ciências da FFCL que, sem espaços adequados, passaram a contar com os laboratórios do MPR reformado com esta finalidade.

Na cerimônia comemorativa aos vinte e cinco anos do CEB (1954), Liguarú Espírito Santo cumprimenta as autoridades presentes referindo-se, ao governador do estado, Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto; ao secretário de estado de Educação e Cultura, ao Prof. Dr. Joaquim de Matos Barreto; ao secretário de estado da Saúde, ao Prof. Dr. Ronaldo Amundsen Koehler e ao reitor da Universidade do Paraná, Prof. Dr. Flávio Suplicy de Lacerda, todos “bandeirantes”, ou seja, o poder local constituído era “bandeirante e católico”<sup>71</sup>.

## A Antiga Faculdade de Filosofia e a sua Entidade Mantenedora (UBEE)

O movimento nacional que forjou as primeiras gerações de cientistas sociais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, teve especificidades locais e momentos distintos que refletiram o perfil muito próprio regional moldado por fatores políticos, sociais, culturais e especialmente, religiosos.

De certa forma, a dependência econômica da UBEE poderia ser considerada o grande vetor para a manutenção destes propósitos e atitudes, mas em 1956, a seis anos da rescisão do contrato entre a FFCL e a UBEE, é assinada uma portaria que reforça a ideologia cristã que persistia e permeava as atividades da vida acadêmica paranaense chegando ao ponto de promover a suspensão das aulas e que, também revela o autoritarismo do

discurso do diretor que pode ser considerado um ortodoxo leigo que, enquanto professor (agia) como sacerdote do saber ...conduzindo os alunos (e a Faculdade) à redenção cultural ...(Morais, 1989:80-125)<sup>72</sup>.

Alguns cientistas sociais, interessados em estudar os fatores que forjaram as gerações pioneiras dos sociólogos brasileiros, reconhecem que o empreendimento da instalação das Faculdades de Filosofia criadas no final da década de 30, em todo país, quer incentivadas pelo mecenato cultural exercido por setores funcionais especializados da burguesia, como a paulista por exemplo, ou mesmo pelo mecenato católico, como a curitibana, vinham atender ao reclamo de grupos de interesses em operação na indústria editorial (revistas literárias e de cultura), dos sistemas de ensino secundário e superior, das organizações religiosas, dos políticos reformistas do governo e partidos políticos e da chamada grande imprensa sem, no entanto, prescindir de uma relação vantajosa com o governo estadual. Sobre esta formação profissional ainda, Miceli (1989), Castro Faria (1982) e, Westphalen (1988) afirmam que *...o perfil intelectual das ciências sociais brasileiras variou em medida considerável conforme a margem de distância institucional em relação às escolas superiores tradicionais, conforme o grau de autonomia em face de seus mentores políticos, partidários e/ou confessionais, enfim conforme o espaço social de recrutamento dos quadros profissionais para as novas disciplinas. A autora acrescenta, ...até hoje, permanecem obscuros os arranjos, as negociações e os entendimentos levados a efeito na intimidade do poder e que colocaram a organização da Faculdade Nacional de Filosofia em termos de acordo, no qual figurava a extinção da Universidade do Distrito Federal ...a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná seria, pela sua atuação nos meios curitibanos e paranaenses, o grande instrumento da cultura católica.*

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, concebida em 1938 em sua primeira fase é instalada no edifício da Assembléia Legislativa Estadual, como sua sede provisória. O seu regimento interno é aprovado pelo conselho técnico administrativo e 38 professores fundadores.

*... as provas vestibulares foram realizadas entre 5 e 9 de abril e a aula inaugural pronunciada pelo Padre Jesus Ballarin, a 3 de maio de 1938, para 19 alunos inscritos, sendo 12 homens e 7 mulheres para os cursos de Filosofia, de Ciências Químicas, de Geografia e História, de Ciências Sociais e Políticas e o Curso Superior de Educação.*<sup>73</sup>

Com o número restrito de alunos inscritos era de se esperar que a Faculdade, de iniciativa particular, encontrasse dificuldades para ser gerenciada nos seus meses iniciais até porque não tinha também, um espaço físico próprio. Com o rompimento do contrato assinado com o governo do estado, maiores dificuldades financeiras foram enfrentadas. Por esta razão, a Faculdade reinstalou-se, precariamente, parte no edifício da Universidade (na praça Santos Andrade), parte no Círculo de Estudos Bandeirantes e em “prédio particular pertencente a um dos seus professores”.

Ferindo as determinações do Conselho Nacional de Ensino (Decreto-Lei nº 421 de 11/05/38), foram realizados exames de seleção para o ano de 1939 e autorizado pelo “Conselho Técnico Administrativo, o funcionamento do curso de Letras Clássicas e Português, bem como a contratação de professores regentes”.

Ressalta Westphalen (1988), os dois problemas máximos a serem enfrentados no ano de 1939, foram: ...a necessidade e a urgência da adaptação do seu Regimento Interno, da seriação, dos currículos e programas, às novas condições determinadas pelo Decreto-Lei nº 1190/39 e, ...a ameaça de insolvência financeira (Westphalen, p:19-21)

Com este Decreto, passou então a ser exigida a adaptação das faculdades já existentes e dos cursos já autorizados, a partir de 1940 ao padrão único, o da nacional.

Após serem realizados contatos mais estreitos e formais com os irmãos Maristas, ficou decidido a necessidade da criação de um Conselho Geral constituído pelo reitor do Instituto Santa Maria e dois professores indicados pela UBEE.

*...A União Brasileira de Educação e Ensino passará a ser a entidade mantenedora dos cursos da Faculdade até quando a Faculdade puder se manter pelos seus próprios recursos comprometendo-se a aceitar a matrícula gratuita aos Irmãos Maristas iniciados ... os professores não se afastarão*

*dos programas de suas cadeiras, em prestígio da cátedra uma norma de respeito e deferência para com os princípios fundamentais da União Brasileira de Educação e Ensino, bem como quanto aos postulados cristãos e sua orientação espiritual, uma conduta de elevado aceitação às tradições católicas do povo brasileiro.*

Em 24 de agosto de 1939 foi aprovada a redação para o novo estatuto da Faculdade, que definia:

*...A Faculdade de Filosofia do Paraná é uma faculdade livre, mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino, com sede em Mendes/rj e sua organização obedece ao disposto pela legislação federal que rege o ensino superior no país (art. nº 1)*

*...Constituirão cursos regulares da Faculdade os a seguir relacionados e afetos aos respectivos Departamentos:*

*Departamento de Filosofia - curso de Filosofia;*

*Departamento de Ciências - cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais;*

*Departamento de Letras - cursos de Letras Clássicas, Neolatinas, Anglo-Germânicas*

*Departamento de Pedagogia - cursos de Pedagogia, Didática, Administradoras Escolares, Formação de Professores Primários (art. nº 15).*

Em 30 de setembro foi instalado o Conselho Geral contando com “ a presença do Irmão Cristovão, do Presidente do Conselho Administrativo da União Brasileira de Educação e Ensino, do Irmão Henrique Augusto, Diretor do Instituto Santa Maria, e dos Doutores Arthur Martins Franco e José Loureiro Fernandes, professores do grupo da Faculdade” e, a diretoria do conselho técnico administrativo tinha como vice-diretor o Pe. Ballarin e como diretor o Prof. Brasil Pinheiro Machado que também respondia pela direção do Instituto Santa Maria Colégio Marista. Ressalta Westphalen que, ...em reunião de 25 de novembro de 1939, o Conselho Geral já examinava a planta do edifício onde seria instalada a Faculdade, na quadra pertencente a União Brasileira de Ensino e Educação, situada entre as ruas xv de Novembro, Marechal Deodoro, Tibagi e Conselheiro Laurindo, com construção iniciada. Este edifício seria ocupado pela Faculdade, mediante aluguel (op. cit:84).

Já em 11 de dezembro, o Conselho Geral após reorganizar o seu corpo docente dando ênfase aos professores dotados de reconhecida capacidade didática e cultural especializada passando-os então, a serem considerados catedráticos fundadores das cadeiras<sup>74</sup>.

No que se refere a Antropologia, Corrêa (1987) ao introduzir os depoimentos de E. Willems e D. Pierson em os "Traficantes do Simbólico", realça que os pioneiros, que tinham contribuído para a construção do "nicho antropológico", estavam separados não só geograficamente mas, ...também, por idéias políticas divergentes, origens sociais distintas, carreiras com tempos diferentes e, em suma, tinham visões de mundo produzidas por universos sociais muito díspares. (Corrêa, p:17). Sem dúvida, as tramas das relações pessoais que teciam o contexto sociopolítico local associadas à formação destes pioneiros irão influir, em muito, para a constituição e tendências do perfil regional não só das ciências sociais, como também da formação superior acadêmica.

Naquele momento, sem adversários políticos e ideológicos capazes de fazerem frente a esta "brigada contra a mediocridade", conforme o jornal a Estrella, a intelectualidade católica moldou, formou e criou raízes profundas na sociedade paranaense, através de uma proposta pedagógica conservadora.



*Loureiro Fernandes*

# Capítulo 2

## PRÁTICA MUSEOLÓGICA EM CURITIBA

BlankPage

AÇÕES VOLTADAS PARA A MUSEOLOGIA NA CIDADE DE CURITIBA CONFORMAM O PANO DE FUNDO DA NARRATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS FONTES. OS ASPECTOS E OS MOVIMENTOS CONJUNTURAIS QUE IAM SENDO ADOTADOS DURANTE A CONSTRUÇÃO DOS PILARES CIENTÍFICOS, AOS POUCOS CONSOLIDADOS, ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE LOUREIRO FERNANDES, CONFORMAM A TRAMA DO TECIDO SOCIOCULTURAL LOCAL QUE SEMPRE BUSCOU MODELAR-SE, HARMONICAMENTE COM A MALHA NACIONAL, SEM PERDER SUA ESPECIFICIDADE. A ARQUEOLOGIA E O ENSINO SUPERIOR E ATRAVÉS DE SEUS CONHECIMENTOS ETNOLÓGICOS FORAM O SUPORTE DA ESTRUTURAÇÃO.



## A Proposta Científica para a Museologia no Planalto

A reformulação ocorrida em 1939 teve como parâmetros científicos as orientações e diretrizes dos diretores do ...Museu Nacional do Rio de Janeiro, Dra. Heloísa Alberto Torres e de Dr. Alfonso de Escagnole Taunay ...obra mais do que nenhuma difícil em nosso meio, teve a fortuna de obter a colaboração valiosa de um grupo de homens cultos de São Paulo: Dr. Olivério Pinto (diretor do Departamento de Zoologia da Secretaria de Estado de Agricultura de São Paulo); Dr. Ernesto Marcus e Dr. Paulo Saway, Prof do Departamento de Zoologia da FFCL de São Paulo; Dr. Lauro Travassos, R. Ferreira de Almeida e Frederico Lane do Museu Paulista (Loureiro, 1940).

Com tal suporte, foi elaborado o terceiro regulamento do Museu Paranaense (1939), tendo como modelo o Regulamento do Museu Nacional, que havia sido aprovado em 1876, sendo respeitada a terminologia e, em muitos artigos a mesma redação, mas adequando-o às especificidades culturais e econômicas regionais, e ao novo momento político. Esta composição modelar daria ao MPR a credibilidade necessária para o prosseguimento da sua trajetória em base mais científica e já testada<sup>75</sup>.

Este regulamento do MPR vai oferecer algumas peculiaridades e austeridades próprias do período político como por exemplo,

No Art. 1º- o Museu Paranaense estava a partir de então ...diretamente subordinado à Secretaria de Interior e Justiça, ...de propriedade do Estado e por este mantida. Tendo em vista o Museu ter nascido particular e durante todo este tempo ter sido subordinado ora à tutela da prefeitura ora do estado, com esta subordinação à secretaria do interior buscava-se estabilidade administrativa, como também apoio e controle das expedições científicas e trabalhos de campo a serem realizados;

No Art. 6º- define a política museológica e administrativa uma vez que os ...serviços do museu serão orientados, assim que possível, pelos Diretores das Seções que forem organizadas, depois de ouvido o Conselho Administrativo por intermédio do Diretor do estabelecimento. Este artigo aponta para a constituição de uma equipe de trabalho e não mais um único responsável pelas ações científicas ou culturais;

No Art. 7º, 8º e 9º - neles é descrita a composição da administração que foi definida com a presença de um diretor e diretores, assistentes e auxiliares voluntários das seções que ...serão nomeados pelo governo e nada perceberão do estado e os serviços serão considerados de relevância - tais determinações caracterizam a forte austeridade financeira que marcou o governo do interventor Manoel Ribas - somente era remunerado, o "pessoal técnico administrativo", ou seja, um auxiliar técnico da seção de história, um bibliotecário secretário, um taxidermista e um porteiro, nomeados "com os vencimentos fixados em orçamento";

No Art. 19º - trata da organização das seções, de acordo com os princípios adotados em instituições congêneres na época ...como catalogar tudo quanto nelas existe e venha a existir e, providenciar para haver uma perfeita conservação de tudo quanto estiver sob sua guarda.

Os Capítulos VI e VII deste documento tratam respectivamente dos diretores de seções e da organização do Museu. Também é reservado um artigo para garantir a permanência da pinacoteca paranaense enquanto parte integrante do patrimônio, conforme Lei nº 568 de 28/02/1905 e, os Art. 20º e 27º - rezam que todas as seções do Museu ...serão franqueadas à visitação pública, nos dias e horas designados pelo Diretor<sup>6</sup>.

A nomeação para os chefes de seções do MPR, caracterizava uma função honorária, considerada como nobre atitude de tão ilustres pioneiros (que) consolida nossa confiança no futuro da mais antiga instituição educacional do Paraná. As nomeações eram oficialmente informadas ao Presidente Getúlio Vargas por intermédio do relatório de Manoel Ribas nos seguintes termos: *...O Museu Paranaense regulamentado pelo Decreto nº 8.201 de 22/02/39, passou a ter organização definitiva, que pôs termo à situação incerta com que vinha lutando ...confiada a sua direção, desde 1936 ao ilustre paranaense Drº José Loureiro Fernandes, tem este, empregado o melhor da sua dedicação e do seu talento em prol do engrandecimento do patrimônio histórico, artístico e científico do estabelecimento ...atendendo aos apelos do seu esforçado Diretor ...demos ao Museu sede própria (referia-se a sede da Rua Buenos Aires) ...para que nele fossem convenientemente instaladas as diversas secções ...de História, Drº Arthur Martins Franco ...de Geologia e Mineralogia, Drº Francisco de Assis Fonseca ...de Zoologia, Padre Jesus Moure ...de Antropologia e Etnografia, Drº Loureiro Fernandes ...tendo participado o*

*Desembargador Antonio Martins Franco ...na montagem da secção de Botânica...<sup>77</sup>*

A nomeação dos diretores, através do Decreto nº 8436 assinado em 24 de abril de 1939, sem dúvida, vai se constituir na história administrativa da instituição, ato fundamental, uma vez que todos “os ilustres pioneiros” se caracterizavam por serem brasileiros. Era o filho da terra zelando pela sua própria memória e não o cientista estrangeiro – além do fato de que todos os professores eram catedráticos da recém instalada FFCL o que imprimia ao MPR condições científicas para ser anexado ao ensino superior e, que também justificava a não remuneração dos diretores de seções, visto que a FFCL, na ocasião, recebia recursos do governo do estado e da União Brasileira de Educação e Ensino.

A proposta científica para o MPR era aceita e apoiada por Manoel Ribas, afinal ela também refletia os propósitos do seu governo, ou seja, *...os trabalhos de organização e sistematização das atividades científicas e culturais do Museu Paranaense seguem processando em ritmo regular e suficiente. A preocupação da administração do Museu foi proceder uma rigorosa seleção do material existente nas diferentes secções ...pondo assim um termo na falta de critério científico reinante na distribuição do material no recinto do Instituto ...no ano de 1940, as atividades do corpo administrativo, se orientaram de preferência, com o objetivo de completar a montagem do museu popular ...com novos exemplares e conseqüente enriquecimento de suas coleções. Procedeu-se a organização da biblioteca de consulta e de laboratórios, atendendo-se a preocupação de propiciar ambiente próprio a que especialistas e estudiosos possam orientar seus estudos e trabalhos de pesquisas nos gabinetes de zoologia, botânica e mineralogia<sup>78</sup>.*

## A Ciência Arqueológica da Catânia no Paraná

*...obra de estrangeiros que em missão ou individualmente... carregando o material escolhido... dos quais muitos não existem sequer cópia no Brasil... (Ottorino de Fiori, 1945)*

Com esta metodologia e, sobretudo pelo acompanhamento e constatação de perdas ou danos irrecuperáveis dos registros e peças durante as excu-

sões que realizava pelo estado, Loureiro capitaniou o discurso e a prática da preservação dos traços culturais que identificavam a cultura do paranaense tendo inicialmente contato com os trabalhos dos especialistas estrangeiros que estavam no MP. Seja como bibliotecário ou presidente do CEB, como professor catedrático, como diretor ou chefe de seção científica do MPR, como secretário de cultura e educação do estado, como diretor do IP da FFCL, como diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA)<sup>79</sup> e do MAAAP ou mesmo, como chefe do departamento de antropologia, Loureiro foi um incansável guardião da memória pré-histórica local.

As duas primeiras pesquisas arqueológicas com metodologia mais moderna, realizadas no estado foram *...uma no oeste, na Ciudad Real de Guaira*” pela Dr<sup>a</sup> Virgínia Watson e outra, no norte do Paraná, particularmente na fazenda Iberá, pelo prof<sup>o</sup> Herbert Baldus. Loureiro, nesta sessão, discorre sobre a importância das pesquisas realizadas pelo prof<sup>o</sup> Ottorino de Fiori, Barão de Coprani, durante os anos de 1945/1946 quando o *...eminente geólogo da Universidade da Catânia comunicou suas observações preliminares feitas nos sambaquis de São Paulo, estabelecendo alguns confrontos com os estudos na costa paranaense e, ao mesmo tempo, encarecendo o alto interesse dos mesmos para um melhor conhecimento de pré-história brasileira.*

O Museu Paranaense então encontrou meios para ... a exploração de dois sambaquis de Alexandra, por firma particular, fosse acompanhada pelo especialista europeu durante os anos 1945/1946.

Durante sua estada no Paraná, Ottorino de Fiori é convidado para proferir uma conferência no CEB sobre assunto da sua especialidade - geologia e astronomia - enquanto professor da Universidade da Catânia, na Itália, e um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Astronomia de São Paulo<sup>80</sup>. Os contatos entre Loureiro e o pesquisador italiano foram intermediados por Dr. Affonso d’Escragnolle Taunay, anos antes, enquanto diretor do Museu Paulista. Na ocasião, Ottorino de Fiori trabalhava para o Museu Paulista, desenvolvendo pesquisas na área da paleontologia humana e paleo-etnologia com ênfase nas análises do material conchífero.

De volta a São Paulo, Ottorino de Fiori responde a Loureiro sobre o conteúdo de três caixas contendo material que *...estão sendo estudados vagarosamente ... (comentando) ... a dificuldade trágica reside na bibliografia, quase toda fotocopiadas em Nova York e Buenos Aires, isso*

*lhe daria a medida das dificuldades ...o 1º volume da revisão da fauna atlantis está pronto, talvez o museu possa publicar em 46. Logo depois tenho a intenção de publicar a primeira contribuição para a fauna brasileira (inclusive os resultados destas anotações no Paraná). ...o estudo do material paranaense indica uma variação faunística apreciável no sul ...é possível organizar, em fevereiro, outra investigação? Preciso acabar com os sambaquis da zona de Guaratuba e explorar algum da zona de Antonina ...para uma malacologia precisa é necessário a exploração sistemática da baía de Paranaguá e das ilhas da entrada e de qualquer modo uma exploração da ilha de Florianópolis". Afirma ainda Fiori, na época com 56 anos, que seus problemas de saúde precária o atrapalhavam profissionalmente, além do que até os dias de hoje apenas Durke publicou na Alemanha o primeiro e único catálogo de Osteiros<sup>81</sup>.*

Redigido em papel timbrado da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, o extenso relatório do pesquisador italiano está sem data, mas permite situá-lo no ano de 1946. Nele, Fiori discorre sobre as características fundamentais do desenvolvimento das ciências naturais na primeira metade deste século até aquele momento. Após expor o nível do conhecimento científico internacional, Fiori descreve ainda a situação sul americana ressaltando que *...as investigações não passam de esforços individuais, por parte de alguns heróis da ciência, quase sempre estrangeiros, sem o indispensável apoio das autoridades e, dolorosamente acrescenta-se a isso, a falta de continuidade administrativa no campo da investigação científica, de que se recente a solução dos problemas nacionais das repúblicas sul-americanas ... (e complementa) ...tais dificuldades não existem em outros campos da vida social, mas sempre estão presentes, nas pesquisas científicas, por que poucas pessoas privilegiadas compreendem o alcance destas, especialmente no campo abstrato da ciência pura, sem resultados práticos para a economia e a política de uma nação.*

Quando Ottorino de Fiori dedica seu relato à situação brasileira, é possível reconhecer muitas práticas ainda vigentes no atual meio científico como, *...o individualismo que reina soberano e torna difícil qualquer colaboração entre meia dúzia de investigadores interessados no problema; ...o que até agora foi realizado é obra de estrangeiros que em missão ou individualmente, passaram pelo Brasil e carregaram o material escolhido ...o resultado é esta espantosa dispersão do material escavado,*

*em todos os recantos do mundo e em poucos museus nacionais, além do grande número de trabalhos isolados ...dos quais muitos não existe sequer cópia no Brasil ...por exemplo ...a maior parte da coleção de material de Minas Gerais está em Copenhagen (refere-se ao acervo Lund), da Amazonia em Gotteburgo, dos museus da costa na Alemanha.*

O material analisado por Fiori, bem como suas conclusões, não se encontram no atual Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá e nem no CEB, restando averiguar no MPR<sup>82</sup>.

É interessante notar como este seqüestro, sem o pagamento do resgate, do patrimônio cultural nacional enquanto, resultado dos trabalhos de análise sobre a cultura brasileira em suas diferentes manifestações ou, ainda o rico acervo do patrimônio natural, no que diz respeito as espécies botânicas especialmente e, o eloquente silêncio por sua ausência que circula nas salas de exposições dos museus, permaneçam refletindo a ineficiência da política cultural implementada pela DPHAN; a falta de conscientização social sobre a necessidade efetiva da preservação deste patrimônio, que ainda se encontra como letra morta nos papéis oficiais; a inocuidade das ações policiais até hoje praticadas, apesar de instrumentos eficazes nos anos precedentes e iniciais da instalação aquela Diretoria que formou uma geração de donos ou proprietários únicos do patrimônio. Tais fatores são considerados suficientes para constatar a fragilidade da identidade nacional, construída naquele momento refletindo o limitado exercício da cidadania em que o país, ainda se encontra mergulhado.

Na continuação da apreciação do relatório de Ottorino de Fiori, o autor descreve as dificuldades de pesquisas no Brasil, além das já mencionadas, tendo em vista a sua extensão territorial, recursos humanos e técnicos disponíveis para estudar as diferentes manifestações ou sítios pré-históricos como ...as cavernas com ossadas de vertebrados e humanos; o material arqueológico do interior do continente (aldeias antigas, cemitérios ou sepulturas isoladas, monumentos enigmáticos e pouco conhecidos, como alinhamentos, inscrições rupestre. etc).

Para este grupo de sítios pré-históricos, especialmente, Fiori apresenta várias considerações técnicas, sugere orientações sobre metodologia de trabalho e enfatiza que ...esta série de trabalhos de ordem material pode e deve ser feita por brasileiros, habituados à vida do sertão, dispensando o concurso de técnicos estrangeiros, possivelmente necessários no caso

das cavernas ossíferas. Já instruí dois brasileiros, com ótimos resultados, acrescentamos que o trabalho será mais fácil e proveitoso se auxiliado pela prefeituras locais.

O terceiro tipo de sítio pré-histórico, mencionado por Fiori, trata-se dos sambaquis (arqueologia do litoral). Fazendo um breve histórico dos “achados ostreiros brasileiros”, o autor também oferece ...uma proposta de metodologia de prospecção ressaltando serem os elementos essenciais para a determinação do tipo morfológico dos sambaquis e da idade e cultura dos povos que os construíram, sendo o resto, pura fantasia (referia-se o autor a uma notícia disparatada sobre o material encontrado, em Santos, ser de um pitecantropo). Na continuidade, Fiori afirma ...ter, no Paraná, levantado e explorados, boa parte dos sambaquis entre Paranaguá e Guaratuba, faltando pouco para acabar o mapa completo... (podendo-se) proceder um estudo sistemático ...as escavações requerem uma técnica especial que foi cuidadosamente estudada por um de nós, em muitos anos de tentativas e experiências.

Com esta afirmação, Fiori nos revela os métodos de escavação utilizados nas pesquisas arqueológicas da época, embora muitos nem sempre sistematizados e definidos por parâmetros claros o que em muito comprometia a análise, a datação dos achados e representava uma outra forma de destruição ou perda da informação.

Adiante o pesquisador faz um apelo para que a comunidade científica se preocupe com a malacologia dos sambaquis com o objetivo de ... *resolver os problemas zôo - geográficos de alcance mundial ...até 1937, as espécies de moluscos encontradas nos sambaquis não passavam de umas trinta, ao passo que hoje em dia, depois das minhas investigações o número das mesmas supera as duzentas ...comparando esta fauna malacológica com a atualmente viva poderá se ter as variações sensíveis na distribuição geográfica dos moluscos ...organizei uma coleta em São Paulo (1937-1942) e no Paraná (1945-1946) ...como as coleções do Museu Nacional do Rio de Janeiro não são facilmente acessíveis, torna-se necessário: a) a revisão da coleção Von Hering; b) a reunião do material bibliográfico malacológico brasileiro que já iniciei; c) a recuperação de uma bibliografia brasileira; d) a intensificação da colheita do novo material no litoral, com sondagens na plataforma continental ...já resolvido tecnicamente por mim no Paraná (1945).*

Finalmente, Fiori sugere a formação de um organismo que possa resolver estas carências em nível nacional, sendo que em São Paulo o caso já estaria contemplado no Art. nº 33 da reestruturação da Universidade de São Paulo. Para tanto, propõe ainda um trabalho integrado nacionalmente com ...a participação do Museu Paulista, do Museu do Paraná, do recente Butantã, do Instituto de Pesca de Santos contando com a colaboração de órgãos como os Institutos de Anatomia Humana e Veterinária, de Departamentos de Etnologia, de Zoologia, do Instituto Geográfico e Geológico da Secretaria de Agricultura e do Instituto da Industria Animal ...além dos institutos universitários ou para-universitários já existentes.

Sem sombra de dúvida, estes pontos levantados por Fiori, em seu relatório, deram a Loureiro elementos para respaldar a sua argumentação em favor da criação do Departamento de Cultura e da sua Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, da Secretaria de Estado da Cultura e Educação; a criação e implantação do IP na Universidade do Paraná; a criação do CEPA e a implantação da cátedra de arqueologia, além de investir na vinda de cientistas estrangeiros para realizarem pesquisas e ministrarem cursos especializados. Tais empreendimentos o levaram a participar da Comissão Nacional encarregada de preparar o texto do anteprojeto sobre a proteção dos sambaquis, a convite do profº Castro Faria do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Nesta ocasião, Ottorino de Fiori traz ao Paraná cópias da reformulação do Código de Minas que propõe *...a pesquisa ou lavra dos sambaquis ficará sujeita à anuência prévia de uma Comissão Especial e à assistência de autoridades científicas abrangendo, inclusive, as autorizações já outorgadas. Mesmo com divergências de interpretações, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNMP) sugere aos estados que ...aporem os sambaquis de significado cultural para que o dnpm faça um apelo aos concessionários e lhes imponha obrigações de conservar o material indianístico de acordo com o espírito dos Decretos-Lei nº 41.146 de 04/03/1942 e 25/11/1937 que estabelecem normas para preservação de fósseis e monumentos arqueológicos, respectivamente, segundo despacho sobre a consulta realizada, ao Diretor Geral, pelo engenheiro Dr. Mário da Silva Pinto, em 03/09/49.*



## A Lei 112/46 A Criação da Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Paraná

A Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná na Secretaria de Educação e Cultura, foi criada pela Lei nº 112 de 5 de outubro de 1948 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 194 de 19/10/1948<sup>83</sup>.

Com a reestruturação do antigo Serviço de Educação e da Saúde Pública e Assistência Social, em 1953 foi criado o Ministério da Educação e Cultura. Deste Ministério, na gestão de Gustavo Capanema e sob o comando de Rodrigo de Melo Franco de Andrade saíram todas as diretrizes voltadas para a implantação e execução da política preservacionista do Governo Vargas.

Rodrigo de Melo Franco assessorado pelas idéias modernistas de Mário de Andrade desde os anos 30 e, por arquitetos como Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, vai dando concretude as diretrizes já traçadas. Lúcio Costa, como mentor intelectual do grupo que ...constrói as categorias de passado-futuro, que deseja salvar o passado de sua ruína, que deseja iluminar a tradição com a luz do futuro, fez prevalecer o estilo colonial arquitetônico que, harmonicamente, com o barroco mineiro configuravam ... uma outra leitura das relações temporais da tradição e da capacidade de metabolização simbólica do patrimônio arquitetônico na construção da idéia de nação ( Santos, 1996:79-86).

*...quanto a mim, só me resta como modesto cultor dessas tradições, aplaudir a atuação dos representantes do povo pelas medidas a propósito tomadas ou lamentar a sua incúria, a qual virá permitir, que a ação demolidora das intempéries e dos homens, destrua dentro de alguns anos um patrimônio irre recuperável. ...não me cabe a palavra, mas sim aos nobres Deputados ... (Vereador José Loureiro Fernandes, 1950)*

Se a política cultural, para a preservação do patrimônio nacional, já havia sido decretada há dez anos (Decreto Lei nº 25 de 30/11/37), era fundamental que o Paraná se integrasse a essas diretrizes, de maneira mais efetiva, para que não só se integrasse a modernização proposta pelo discurso oficial, mas, sobretudo, para criar mecanismos próprios que viabilizassem a condução das propostas e dos projetos de interesse local<sup>84</sup>.

Em 1946 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em uma das salas da cadeira de etnologia, é realizada uma reunião para deliberar sobre a organização da comissão científica franco brasileira para estudos pré-históricos no Brasil. Contando com a presença do ...*Dr. Paulo Duarte, representante do "Musée de L'Homme de Paris" e, secretário geral do "Institut Français des Hautes Études Brésiliennes" , também de Paris; professores André Dreyfus, Plínio Ayroza e Emílio Willems, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, sendo que o primeiro também na qualidade de diretor da mesma Faculdade; Dr. Sergio Buarque Holanda, diretor do Museu Paulista; Herbert Baldus, chefe da seção de etnologia do mesmo museu e José Anthero Pereira Junior ...no início dos trabalhos, ...o Prof Baldus apresentou o nome do Dr. José Loureiro Fernandes, diretor do Museu Paranaense, para fazer parte da Comissão ...eram reforçados os laços de trabalho, na Área de Pré-História, entre o Paraná e a usp e iniciada uma estreita relação entre a Arqueologia paranaense e o Museu do Homem de Paris, que iria ter a sua época mais dinâmica no fim dos anos 50 e durante os anos 60<sup>85</sup>.*

No Parecer nº 2.205 emitido em 04/10/49, Luciano Pereira da Silva, consultor jurídico do Ministério das Minas e Energia, recomenda a necessidade de ser ...regulada a matéria com a inclusão no código de Minas, ou em Lei especial de proteção aos sambaquis, ponto de vista aceito pelos técnicos do DNPM (apesar dos sambaquis serem considerados) "jazidas minerais" pelos técnicos. Em 04 de novembro de 1949 o Ministro Daniel de Carvalho acata o despacho do parecer (Pereira, 1949:19).

A exploração das jazidas arqueológicas era um assunto ainda muito recente no meio científico e no meio político causava uma certa suspeita. Não havia pesquisadores habilitados e o governo ainda considerava o interesse pelos concheiros uma possível argumentação para mascarar a exploração de riquezas de subsolo tanto que, enviava técnicos para sondagem geodésicas, exigia relatórios, alimentava longas polêmicas sobre legislação e normatização e, quando a pesquisa era autorizada transformava-se em assunto para o Presidente da República.

*Decreto nº 26.373 de 18 de fevereiro de 1949*

*O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei nº 1985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).*

*Decreta:*

*Art 1º - Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Saboia Neto a pesquisar conchas numa área de quatro hectares e sessenta e três ares (4,63 ha) situada em terrenos pertencentes à União, no lugar denominado Ilha Sambaqui da Barra, entre o litoral e as ilhas Teixeira e Rio das Pedras, no distrito de Alexandra, município de Paranaguá, Estado do Paraná.*

*Art. 2º - O título da autorização de pesquisa, que será uma via deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (CR\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.*

*Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.*

*Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.*

*(Aa) Eurico G. Dutra e Daniel de Carvalho. Arq/CEB*

## A preocupação para com o Patrimônio Histórico-Artístico e cultural do Paraná, o viés Arquitetônico

Era preciso criar a pasta da Educação e Cultura no Paraná com possibilidades de oferecer sustentação ao ensino e à cultura no estado, alicerçada nas novas normas de bases e diretrizes da educação, mas também havia a premência da perda de documentos arquitetônicos históricos.

Criada pelo Decreto Lei nº 614 de 13/05/1947, a Secretaria de Educação e Cultura do estado iria absorver, formalmente, o MPR que até então não tinha vinculação administrativa segura. Contando com Loureiro Fernandes no cargo de secretário deste março de 1948, o governador Moisés Lupion aguardava a elaboração do projeto de reestruturação para a Secretaria<sup>86</sup>.

Na reorganização proposta para a SECE, os departamentos existentes passaram a se constituir em departamento da administração, departamento de cultura e departamento de educação. Esse organograma foi criado ...não só para atender a realidade cultural do Paraná mas também às exigências modernas do ensino, tendo sido consultado, para este fim, os serviços técnicos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério de Educação e Saúde<sup>97</sup>.



Organograma da SECE (1948). Arq/CEB

No organograma da nova Secretaria de Estado, o Museu Paranaense foi, oficialmente, articulado com o ensino. Percebe-se ainda que, com a criação do Departamento de Cultura, o MPR teria uma co-irmã muito próxima para respaldar e reforçar suas ações - a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná.

*....hoje vivemos um regime democrático, há representantes do povo reunidos na Assembléia Legislativa, que tudo podem nesse sentido, pois politicamente é matéria pacífica ...A nós, modestos cultores da tradição paranaense, na hora atual, cumpre apenas aplaudir todas as medidas que por meio das leis venham facilitar qualquer realização nesse sector. ...Foram os constituintes de 1946 que aprovaram a Lei nº 112 que criou na Secretaria de Educação e Cultura a Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Paraná, resta apenas que os Senhores Deputados proporcionem aos serviços que contribuíram para criar, os recursos necessários ao seu perfeito funcionamento. (Loureiro Fernandes, 1950)*

Assumindo um discurso contemporâneo onde as idéias democráticas constituíam a base da nova política cultural, Loureiro atribui ao novo departamento de cultura a tarefa de ...reeducação democrática das novas gerações e de incentivo às livres expansões das forças culturais do nosso Estado, dentro das diretrizes da Carta Magna Brasileira e da Constituição Estadual. A este departamento de cultura ficaram subordinados as seguintes divisões:

- a) *a de educação popular e planejamento culturais, objetivando divulgar a música, o teatro, as artes plásticas, o rádio e o cinema além de estabelecer um amplo programa de cooperação com a iniciativa privada;*
- b) *a de turismo, que tem sob a sua alçada todos os serviços referentes ao incremento e intercâmbio turístico, acentuando-se de modo particular a propaganda de "belezas naturais" e atrações turísticas do Paraná;*
- c) *a de patrimônio histórico, artístico e cultural, criada como órgão executor no Art.122 da Constituição Estadual, a qual competia promover a defesa e a restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e,*

d) *a conservação das paisagens e formação naturais características do Estado, assessorada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pr, conforme ficou definido no organograma.*

Pode-se dizer que, na Secretaria, três foram as suas metas de trabalho, de acordo com as fontes: Loureiro advogaria:

- 1) ...em favor da construção de um edifício que abrigasse a Reitoria, a Faculdade de Filosofia e o Museu Paranaense (Westphalen,1988:33) o que implicaria na incorporação do MPR no organograma da Faculdade de Filosofia enquanto espaço de ensino prático e pesquisa, o que caracterizava um mandato universitário para o Museu Paranaense, como parte do processo de federalização da Universidade do Paraná;
- 2) ...sobre a necessidade da criação de um Instituto de Pesquisa (26/06/1950), mas a sua implantação só ocorreu em 4/10/1950 e,
- 3) ...sobre a regulamentação oficial das atividades pré-históricas.

Animados com o Parecer nº 2.205, do Ministério das Minas e Energia, os professores e intelectuais paranaenses se voltaram para, por intermédio do MPR, iniciar uma campanha de conscientização visando sustar a desordenada destruição das jazidas, resultando na criação da divisão de defesa do patrimônio histórico e artístico do Paraná, na nomeação do Conselho de Defesa do Patrimônio e na promulgação do Decreto nº 1.346 de 29 de maio de 1951. Tal diploma legal iria dar sustentação ao processo de tombamento das jazidas arqueológicas constantes do levantamento realizado por Bigarella e publicado em 1957.

Advogando contra a permanência do antigo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda na Pasta de Educação e Cultura, Loureiro considera que ...a permanência do Departamento de Cultura e Divulgação na Secretaria de Educação e Cultura como um anacronismo, nesta fase democrática da nação. Mascarada, sob o rótulo de Cultura, o que se tem praticado de modo preponderante, é Divulgação, enquadrada nas nocivas técnicas do antigo Departamento estadual de Imprensa e Propaganda ... os remanescentes do DEIP que, sob o pretexto de serviço de Divulgação, procuram sobreviver à onda de opinião democrática que clama pela sua

extinção que tais seções sejam agregadas à recém criada câmara de expansão comercial do Paraná<sup>89</sup>.

Sendo assim, questões de política educacional local leva Loureiro a renunciar a pasta da educação (1947). Após deixá-la reestruturada e, dando ao MPR uma posição mais científica enquanto centro de pesquisa estadual, e com forte caráter universitário.

Em 03 de janeiro de 1949, Loureiro é exonerado do cargo na SECE.

O afastamento do Loureiro, desta Secretaria, não seria por muito tempo. Ele havia traçado uma meta de trabalho em prol da defesa do patrimônio paranaense.

Em 11 de agosto de 1949, foi instalado o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, na SECE e, como representante do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná, outrora reduto dos anticlericais e positivistas, o bandeirante José Loureiro Fernandes direcionou as ações ali propostas para a preservação do patrimônio arqueológico. Os demais participantes deste conselho, na ocasião, eram: o diretor do departamento de cultura da SECE; o diretor da seção de história do Museu Paranaense; um representante do comando da região militar; por um representante do arcebispado; um professor de história da arte e um jurista de "reconhecida cultura artística".

A composição deste Conselho e a do CA/MPR se complementavam e refletiam: a perfeita sintonia entre as diretrizes nacionais e as normas indicativas do percurso a ser seguido pela política local; o quanto ainda era forte a influência da Igreja e dos militares na marcação dos limites norteadores da formação e no exercício da cidadania e, sobretudo, no entendimento do que era ser paranaense, identificando-se com o que é "ser brasileiro", através da memória pré-histórica.

A preocupação com os bens arquitetônicos também não era menor. Três focos de preservação e/ou restauração foram tratados com extrema preocupação, foram eles: a Casa dos Capitães Mores em Paranaguá; A Igreja do Rosário em Curitiba e a Capela do Tamanduá.

No ano seguinte a sua posse, loureiro envia uma correspondência ao prefeito de Paranaguá, Agostinho Pereira, convidando-o a participar ...desde já em seu município do patriótico movimento de preservação de objetos históricos ...oportunamente teremos ocasião de remeter o plano do edifício do Museu ...o que foi prontamente aceito por aquele mandatário<sup>90</sup>

Sobre a Casa dos Capitães Mores, ficou registrado em Ata de nº 15, que correspondência do prefeito de Paranaguá consulta *...sobre como impedir que este prédio de estrutura colonial que segundo a tradição serviu de residência para os capitães-mores seja demolido ... (quer) conserva-lo como monumento histórico*<sup>91</sup>. O Conselho dá ciência a Rodrigo de Melo Franco e este responde, através do telegrama 2025, *... que a demolição só fica assegurada pelo respectivo tombamento nos termos do decreto Lei 25 de 30/11/1937 ...além de enviar orientações e procedimentos técnicos e oficiais e, solicitação de fotos o qual é remetido a Paranaguá*<sup>92</sup>.

Em 1945, o Conselho Administração do Museu Paranaense, através de suas Atas e documentos<sup>93</sup>, comprova a preocupação para com o patrimônio histórico religioso arquitetônico referente a Igreja do Rosário. Na verdade, o engenheiro Eduardo Chaves, havia declarado ter *...elaborado uns documentos referentes aos aspectos arquitetônicos da primitiva e velha Igreja do Rosário quando da sua demolição. Com a sua morte, esta documentação estaria com o seu irmão, ...Gastão Chaves para o qual o CA/MPR havia solicitado tais documentos, ao menos para serem feitas cópias que pudessem orientar futuros trabalhos na antiga construção. Na documentação consultada não foi encontrada outra referência sobre esta documentação, mesmo com a promessa de sua entrega ao Museu, feita por Gastão Chaves, o que merece ser melhor pesquisado.*

Na se pode deixar de comentar que, apesar da preocupação para com esta Igreja, localizada no hoje considerado centro histórico, Loureiro e seus pares do MPR não demonstravam, na documentação, estarem sendo afetados pelas novas diretrizes urbanas que o Plano Agache propunha reformulando o uso de áreas centrais e periféricas, ou seja não se cogitava, política e ideologicamente, o complexo histórico urbano do nosso contemporâneo Largo da Ordem.

Foi localizado foi uma correspondência do MPR, sobre a referida Igreja, assinada por Carlos Stellfeld enquanto seu diretor, dirigida ao Arcebispo Metropolitano de Curitiba, D. Manoel da Silveira Delboux no qual o Museu registrava ter ciência e justificava limites de atuação, no que se referia aos altares da antiga Igreja afirmando, *...o Museu Paranaense, sabedores que os antigos altares da Igreja do Rosário desta capital, estavam abandonados no quintal da residência do Sr. Tobias de Macedo, condenados a se extinguirem pela ação do tempo, é que tomou a si a ini-*



ciativa de recolhê-los provisoriamente ao seu depósito, para evitar a sua destruição e não para reconstituí-los, pois o Museu não dispõe de meios para isso, tarefa esta afeta ao serviço Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, Secção Paraná<sup>94</sup>.

Já em fevereiro de 1950, o vereador José Loureiro no artigo A Agonia de um Pequeno Mundo sobre a Capela do Tamanduá, como “cultor das tradições locais”, justifica as ações até então realizadas na gestão de governo de Manoel Ribas comentando sobre os três monumentos arquitetônicos que foram perdidos no estado: a Casa dos Capitães Mores em Paranaguá; A Igreja do Rosário em Curitiba e A Capela do Tamanduá. Justificando o papel da divisão de patrimônio; denuncia cortes de verbas no orçamento e menciona a necessidade de serviços organizados; alerta para a possibilidade da divisão ser sacrificada por um projeto em trâmite na assembléia legislativa e, revida os ataques recebidos afirmando que a organização ...(da proteção do patrimônio) ...no Paraná ...(dependeria) ...da legislação ...(já existente) ...ser posta em prática e não (continuar) sendo letra morta no texto da lei... (Ver Anexo 4). A Capela do Tamanduá só foi tombada pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, em 1970.

Sobre a Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada no lugarejo de nome Tamanduá, no Município de Balsa Nova, entre Curitiba e Ponta Grossa o que esta pesquisa conseguiu de informações foi que, ...a capela e o cemitério foi o que sobrou de uma cidade que se tentou formar no início do séc. XVIII. Eram rodeados de casas de famílias abastadas, milícia e convento construído por carmelitas (segundo David Carneiro) ...o solo, tem uma riqueza arqueológica representativa de dois povos: os portugueses, que desbravaram a região em busca do ouro; e os tupis-guaranis – que ainda não se sabe se já estavam por lá ou se chegaram junto com os desbravadores (Ramos,2003).



*Detalhe do óleo sobre tela, procissão e Capela do Tamanduá, de autoria de Arthur José Nísio (1906) Acervo Particular de Oldemar Blasi*



*Visita técnica, em meados dos anos 50, ao patrimônio cultural, Capela do Tamanduá datada de 1727. No grupo aparecem: Sr. Nelson Sanways (primo do Prof. Oldemar Blasi); Prof. Fernando Correa de Azevedo; o fotógrafo Wladimir Kosak; Prof. José Loureiro Fernandes; Deputado Atílio Barbosa e o guardião da capela (de nome não identificado). Acervo CEB*

Autores como Mafra de Souza e Lyra (1994) afirmam que esta capela teria sido mandada construir, em substituição a primeira capela feita de madeira pelos padres carmelitas, por Antonio Luiz Lamin (conhecido como Antonio Tigre), em terras que foram doadas à Igreja. De acordo com prospecções geográficas e arqueológicas superficiais recentes, vários indícios cerâmicos e outros de ocupação foram encontrados. Por esta razão, a matéria jornalística de Ramos coloca de manifesto a posição da Mitra Diocesana de Curitiba sobre a necessidade de que o tombamento, pela esfera federal, se realize para que o espaço em questão, possa ter condições para ser explorado e incluído, sob o seu aspecto cultural, na Rota dos Tropeiros, empreendimento turístico que se expande no Paraná<sup>95</sup>.

A impotência técnica, a falta de infra estrutura da DPHAN e a precariedade das ações efetivas ficam evidenciadas no teor do “ofício reservado nº 11-54.2 do Ministério das Relações Exteriores” encaminhado a todas as interventorias e a respectiva resposta (of. nº 72/44) assinada por Loureiro Fernandes (Ver Anexos 5 e 6).

## O Cotidiano Acadêmico e Científico nos anos 40

*...a atuação contagiante de Loureiro Fernandes assinala toda uma conjuntura da vida cultural paranaense. Dois pontos, dois momentos devem ser particularmente lembrados: Loureiro Fernandes fundador do cebr reunindo a intelectualidade católica do Paraná e o Fundador da Faculdade de Filosofia depois integrante da Universidade Federal. Nesta foi o incentivador da Antropologia. Fez de Curitiba um dos centros mais importantes do país nas pesquisas antropológicas e arqueológicas. Abriu caminhos, entusiasmou e formou uma geração de pesquisadores (Westphalen,1977)*

Nos limites deste trabalho, o interesse está em desvendar: que formação estes alunos tiveram; em que condições o conhecimento da antropologia e da etnografia era transmitido; quais as possibilidades que o mercado de trabalho oferecia; estava esta mão de obra lapidada para enfrentar a pesquisa de campo ou mesmo estudar “as coleções” já existentes no Museu Paranaense?; em quais condições, o graduando, que optasse por desenvolver pesquisas sociais ou mesmo sobre a cultura material, poderia ser apri-

morado pela formação acadêmica e dela obter condições para ser absorvido e ampliar o conhecimento sobre as hoje denominadas “minorias étnicas”, sobre a cultura popular ou qualquer outra manifestação do homem.

Estas questões foram essenciais para o desenvolvimento das atividades museológicas no e do Museu Paranaense assim como suas instalações oportunizaram as práticas realizadas pelos alunos da Antiga Faculdade de Filosofia compondo esta instituição acadêmica e o MPR uma “simbiose científica” em diferentes áreas de suas atuações.

Consultando a literatura dedicada à trajetória da antropologia no Brasil, é possível encontrar alguns textos e/ou depoimentos muito expressivos que auxiliaram a análise e compreensão destas questões e que serão usados como balizas para esta discussão, além da documentação já mencionada<sup>96</sup>.

## O Corpo Discente e os Custos Durante a Formação

*...Maria Nicolas requereu inscrição no curso de Pedagogia desta Faculdade, juntando para isso, além dos documentos exigidos por Lei, três exemplares das seguintes obras, com as quais deseja preencher a ausência de atestado de conclusão de curso colegial ou superior ...é professora primária em mais de 20 anos de atividade ...Aprovado<sup>97</sup>.*

Com a instalação da Faculdade de Filosofia, nos anos 40, Curitiba vive uma nova fase no ensino. Os jovens de famílias mais abastadas, não precisavam mais sair da cidade para estudar no Rio ou em São Paulo, os cursos universitários já estavam funcionando apesar de caros, o que limitava o acesso. Sem dúvida, foi uma reviravolta na formação dos jovens curitibanos, em especial na área de humanas, que formaria a massa crítica para atuar na etnografia, na antropologia, na sociologia e na história ou seja, as áreas mais carentes do Museu Paranaense.

Com um mercado de trabalho muito restrito, enfrentando o problema do reconhecimento dos diplomas e uma faculdade paga, ao longo da década de 40, reduzia a demanda por curso. (Ver Quadro 3). Os cursos de geografia e história, letras clássicas, matemática e letras neo-latinas são os mais procurados. O curso de filosofia fica durante os anos de 45 e 46 sem

alunos, sendo procurado por um número recorde no ano seguinte, mas que, dos 11 apenas 7 se formaram em 49. O curso de ciências sociais só teve cinco alunos matriculados em 43, dos quais apenas três se formaram em 45, sem que não houvesse mais matriculados até 1947.

QUADRO 3  
Quadro Geral de Matrículas na FFCL de 1941 a 1947

CURSO	série	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
FILOSOFIA	1°	7	3	0	0	0	0	11
	2°	3	3	2	0	0	0	0
	3°	1	3	3	2	0	0	0
MATEMÁTICA	1°	20	19	14	0	0	13	12
	2°	7	6	9	11	0	0	10
	3°	0	7	3	9	10	0	0
FÍSICA	1°	0	0	6	0	0	0	0
	2°	0	0	0	1	0	0	0
	3°	0	0	0	0	2	0	4
QUÍMICA	1°	12	18	0	13	0	0	9
	2°	0	6	9	0	12	0	0
	3°	3	0	6	8	0	12	0
HISTÓRIA NATURAL	1°	0	0	14	0	0	0	9
	2°	0	0	0	11	0	0	0
	3°	0	0	0	0	9	12	0
GEOGRAFIA E HISTÓRIA	1°	20	25	21	15	0	21	21
	2°	5	6	15	11	11	0	20
	3°	1	5	5	15	10	12	0
CIÊNCIAS SOCIAIS	1°	0	0	5	0	0	0	0
	2°	0	0	0	4	0	0	0
	3°	0	0	0	0	3	0	0
LÍNGUAS CLÁSSICAS	1°	15	3	11	0	8	10	10
	2°	11	4	0	7	0	3	10
	3°	1	10	5	0	7	0	3
LÍNGUAS NEOLÍTICAS	1°	16	27	24	0	0	7	6
	2°	4	3	15	12	0	0	3
	3°	0	4	3	15	12	0	0

CURSO	série	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
	1º	11	17	12	0	0	0	0
LÍNGUAS ANGLO- GERMÂNICAS	2º	3	7	7	8	8	0	0
	3º	0	2	3	5	5	8	0
PEDAGOGIA	1º	8	4	9	0	0	13	10
	2º	2	2	2	9	0	0	13
	3º	2	2	1	1	9	0	0
DEDÁDICA	única	25		25	17	45	61	28
TOTAIS		177	186	229	174	146	152	183

*Fonte: Relatório da Comissão Fiscalizadora/1946/Dr. Walter Clemente Arq/SED*

O paulatino desinteresse pelo curso de pedagogia nos anos 1946 e 1947, bem pouco pelo curso de física, foram a tônica sendo que em pedagogia, por ser o curso mais barato em 1947, registrou um ingresso de 26 alunos, por outro lado, o curso de didática foi o mais procurado, a exceção do ano de 1942, mas em 1946 atinge o recorde de 61 matriculados. A licenciatura era a vocação dos jovens até porque, apenas ela podia conceder título de professor.

Após ser aprovado nos exames de habilitação, o aluno tinha uma série de despesas e obrigações até conseguir o diploma apesar dos prêmios e das bolsas de estudos, como será visto.

O custo da formação, independente da qualidade do ensino e do mercado de trabalho, era bastante significativo. Tornando por base a proposta orçamentária para o ano de 1948, os recursos adquiridos das taxas pagas pelos alunos representavam, naquele ano, 17% da receita.

Recuando um pouco no tempo, foi localizada uma proposição do ... Irmão Cristóvão, em nome do presidente do Conselho Federal, Rev. Irmão Henrique Augusto, (manifestando) a necessidade do aumento das taxas dos alunos da Faculdade, em virtude da Carestia reinante e da situação moral perante as demais escolas superiores, que mantêm, desde há tempo, taxas muito elevadas ...(sugeriu) o aumento de trinta cruzeiros não só para os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, mas também para o curso de Pedagogia, de modo que aqueles passaram a Cr\$ 100,00 mensais e este a

Cr\$ 80,00 também mensais, incluindo-se aí as mensalidades exigidas pelo Centro Acadêmico da Faculdade, e mantendo-se as taxas da biblioteca e dos laboratórios<sup>98</sup>.

Em 1949, quando uma forte crise financeira se abateu sobre a FFCL, foi decidido que ...as taxas da Faculdade para melhorar as finanças, nivelariam os alunos, independentemente dos cursos escolhidos para o ano de 1949 elas seriam aumentadas e cobradas de acordo com novo método: anuidade Cr\$ 1.200,00 em quatro prestações: por ocasião da matrícula, antes da 1ª prova parcial (no mês de agosto) antes da 2ª prova parcial: matrícula Cr\$ 100,00 (c/ exceção do curso de pedagogia)

Aqueles alunos que não estivessem em dia com seus pagamentos eram impedidos de fazer provas. Para alguns alunos era possível requerer isenção da taxa de matrícula.

O Quadro 4 ressalta o alto índice de matrículas gratuitas concedidas no ano de 1946, no curso de línguas clássicas, química e didática. Neste ano, 22% dos matriculados tiveram isenção.

O Conselho Técnico Administrativo ficava dividido entre conceder isenção da matrícula ou ter um baixo número de alunos, o que comprometeria a receita anual. Ao centro acadêmico, cabia a realização da sindicância sobre o nível socioeconômico daqueles alunos que solicitavam gratuidade na matrícula e enviar expediente ao CTA, com parecer. Portanto em 1949, 12 solicitações foram feitas e, apenas 7 foram concedidas ou seja, 10 a menos que no ano de 1946.

#### QUADRO 4

#### Alunos Admitidos Gratuitamente na FFCL em 1946

Curso	Ano	Matriculados	Gratuitos
Matemática	1º	13	3
Química	3º	12	7
Geografia e	1º	21	1
História	3º	12	2
Línguas Clássicas	1º	10	1
Línguas	2º	3	2
Neolatinas	1º	7	
Pedagogia	1º	13	1
Didática		61	17
Total		152	34

Fonte: Ata nº 6 da Congregação Extraordinária de 30/03/1946 Arq/SED

Após o término do curso, para receber o diploma, o acadêmico ainda teria duas despesas, a taxa do diploma que, em geral correspondia ao custo da matrícula do ano, e o traje para a cerimônia de colação de grau. Sobre isso, é interessante acompanhar a deliberação do CTA no mês de novembro de 1944.

*...o secretário, por intermédio do Rev. Irmão Mário Cristóvão, obteve em São Paulo as fórmulas de juramento para bacharel e licenciado, usadas na USP e na Faculdade de Filosofia e declarou que não há uniformidade nas fórmulas usadas entre as diversas Faculdades de Filosofia do país. Em vista do que assentou-se que as fórmulas de juramento tanto do bacharelado, como do licenciado, nesta faculdade, fossem as mais solenes possíveis e expressas na língua latina. Concordam com isso todos os conselheiros. O Sr. Secretário expôs que nem todos os alunos da Faculdade possuem a beca para a colação no fim do ano, ao que o Sr. Presidente retrucou que já ficou deliberado que os alunos, para a colação de grau que é solene, deverão apresentar-se com a mesma beca<sup>99</sup>.*

Tal aparato solene não deixava de dar um ar elitista ao movimento acadêmico bem como aproximava do ensino europeizado.



## As Bolsas, os Prêmios e as Sanções

Para aqueles que se destacassem no curso de geografia e história (na cadeira de etnografia do Brasil); no curso de letras clássicas (na cadeira de português) e no curso de ciências sociais (na cadeira de sociologia), a partir de 1944, passaram a concorrer a uma bolsa de Cr\$ 2.000,00 por ano, durante 5 anos, para o primeiro curso e, para os demais uma bolsa de Cr\$ 1.000,00 anual por cinco para cada graduação.

Estes prêmios eram concedidos por particulares que, em cartas enviadas ao CTA, expressavam o valor do prêmio e as normas que eram comuns aos três cursos, só diferindo o procedimento do desempate, ou seja:

- 1) O prêmio seria concedido ao melhor aluno no final do curso da cadeira já definida, calculada da média dos graus obtidos no final de cada ano;
- 2) O prêmio deveria ser entregue por ocasião da solenidade da colação de grau dos bacharéis;
- 3) Havendo empate, o prêmio era concedido ao aluno que tivesse obtido melhor nota em História do Brasil, Literatura e Política, respectivamente;
- 4) Em não havendo candidato ao prêmio, a importância deveria ser revertida para o fundo de pesquisas sociais da Faculdade.

O curioso é que as três cartas, lidas na reunião ordinária do dia 10/05/1944, foram datadas nos dias 19 e 21 de fevereiro do mesmo ano, sendo uma delas (a que concede prêmio aos alunos que se destacassem no curso de geografia e história) chegou da cidade de Serra Alta, Sta. Catarina; todas estabelecem as mesmas normas, apenas o valor do prêmio é diferente.

Quem estaria por trás deste mecenato, querendo incentivar, declaradamente, as pesquisas sociais? Vale salientar que os prêmios foram denominados com o sobrenome dos outorgantes ou seja:

Prêmio Martin Zippere, para o melhor aluno de etnografia do Brasil do 3º ano do curso de geografia e história;

Prêmio Antônio Kasemodel, para o melhor aluno de português do 3º ano do curso de letras clássicas;

Prêmio Dr. Cominese, para o melhor aluno de sociologia do 3º ano

do curso de ciências sociais. Em 1945 foram instituídos o Prêmio Bernardo Olsen, com os mesmos objetivos e valores, destinado aos alunos da cadeira e de economia política do curso de ciências sociais;

o Prêmio João Batista Pigatto, ao melhor aluno da cadeira de fundamentos sociológicos da educação;

o Prêmio João Viana Seiler, para os alunos da cadeira de sociologia. Somente estas denominações não identificam o(s) verdadeiro(s) mecenas.

É interessante notar ainda que os prêmios estavam voltados para o incentivo específico da pesquisa social e que possivelmente poderiam ser conferidos por industriais ou outros empresários locais, o que merece um aprofundamento melhor desta questão.

Todos os prêmios eram entregues nas cerimônias de colação de grau e são registrados no livro de atas dos prêmios, registros das comissões de julgamentos até o ano de 1951<sup>100</sup>.

No ano de 1956, os alunos concorriam a prêmios concedidos pelo serviço cultural da Embaixada da França que consistia em medalha e livros de literatura francesa e uma bolsa de estudos de língua francesa. A embaixada alemã instituiu um prêmio destinado aos alunos de língua e literatura alemã, que consistia em livros de literatura alemã<sup>101</sup>.

Se os prêmios existiam, as sanções disciplinares também. No mesmo ano de 1949, em uma das reuniões ordinárias, o assunto de pauta foi a suspensão de ...um aluno Evandro Diogo de Siqueira do 1º ano do curso de história e geografia, o qual foi apanhado em flagrante, na última prova escrita, a usar auxiliares proibidos. O Sr. Loureiro Fernandes, que é o professor, da disciplina com a qual se deu o fato, expôs minuciosamente o incidente e o Conselho, unanimemente, após considerações, decide de acordo com os Estatutos vigentes suspender o aluno por trinta dias<sup>102</sup>.

Mesmo em se tratando de uma suspensão de trinta dias no mês de dezembro, percebe-se o rigor do Conselho, a importância do fato que propiciou considerações do CTA e o nível de repressão disciplinar que os acadêmicos estavam submetidos, no ensino superior.

## A Representatividade Estudantil e a Revista Logos

As atividades dos centros acadêmicos começam a aparecer no relatório oficial da comissão fiscalizadora a partir de 1946. Mas, desde 1943, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que os alunos se organizaram, disputando a olimpíada universitária, mantendo um teatro experimental, programando festividades artísticas, literárias e dançantes, organizando excursões pelo estado e país e, participando de congressos. No ano de 1946 circula o primeiro número da revista Logos, fundada pelo acadêmico José Osvaldo Retz Silva do curso de letras clássicas<sup>103</sup>.

Mesmo direcionada mais para os alunos da área das humanidades a Logos representou um espaço, mesmo que discreto e ainda pouco questionador, de discussão e pleitos estudantis que na ocasião ainda tentavam se fazer ouvir pelos conservadores catedráticos. Em 1959 houve um movimento estudantil regional, contra a criação das Faculdades de Filosofia de Paranaguá e Jacarezinho, assunto que merece melhor aprofundamento<sup>104</sup>.

Contando com a colaboração do Irmão José Osvaldo da Silva, o primeiro exemplar da revista apresenta duas matérias: uma sobre o coral e outra sobre o teatro universitário, ambos vinculados ao centro acadêmico e menciona a composição do diretório do CAF para o período 1945/46 que era formado por: Francisco Frigério (presidente); Irmão José Osvaldo da Silva (vice-presidente); Irmão José Cordún (tesoureiro geral); Stael M. Araujo (diretor social); Nelson Marchioro (1º tesoureiro) e Aparecida Figueiredo (1ª secretária).

Foram localizados quatorze exemplares desta revista na biblioteca do Setor de Humanas, que iniciou como um periódico trimestral e se estruturou como uma publicação semestral, sendo editados entre 1946 e 1953, dezessete números. Além dos artigos, alguns discutem questões de política acadêmica e outros pequenos ensaios sobre temas curriculares das diferentes disciplinas, das homenagens a professores e das notícias sobre as excursões realizadas, denominadas de “embaixadas”.

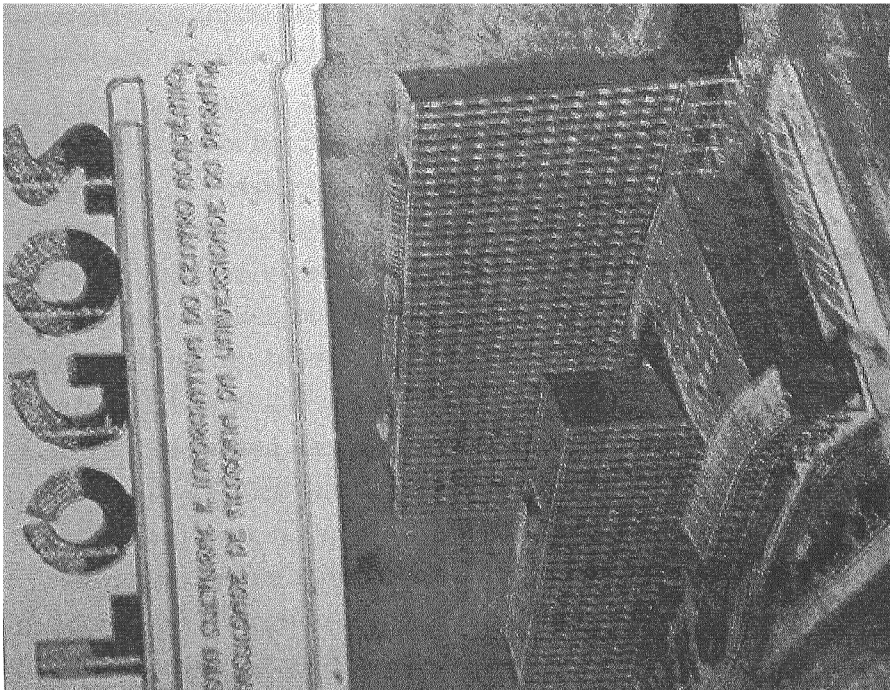
A revista Logos, em seu nº3/4 (1946/47), informa sobre a necessidade da realização de projetos de intercâmbio cultural e também, sobre a aprovação dos estatutos de Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia que, na assembléia do CTA solicita uma sala para suas reuniões. Não foi encontrada nenhuma outra menção sobre a atuação dos ex-alunos a não ser em 1958, quando da aprovação do anteprojeto de re-

gimento interno da Faculdade, Loureiro Fernandes propõe a inclusão da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade, sendo ratificada pelo CTA. Entende-se que a Associação tinha, até então pouca expressividade ou então poderia ter sido criada para funcionar como uma ferramenta a mais voltada para legitimar os interesses acadêmicos da Instituição, fato que merece ser melhor estudado<sup>105</sup>.

Em 1948, sob a responsabilidade de Cecília Maria Westphalen e Olympio Luiz Westphalen, a revista *Logos*, em seu nº 7, noticia a greve ocorrida em sinal de protesto contra o projeto Pedroso Jr – que visava a equiparação dos práticos, das áreas de farmácia e odontologia, aos formandos da Faculdade – tal fato provocou a interrupção de dois meses no calendário escolar, de várias faculdades do país. Neste número também se divulga a nova diretoria do diretório acadêmico caracterizada por ter somente alunos leigos na sua constituição, o XI Congresso Nacional dos Estudantes e a reforma dos estatutos do CAE, tarefa entregue à comissão composta por: José Gribori, Cecília Maria Westphalen, Eduardo Francisco Machado, Olympio Luiz Westphalen, Ivanildo Miranda, Oldemar Blasi, Isac Chut e Amantino de Mello Ribas.

No ano seguinte, de acordo com o nº 9 da Revista, é fundado o diretório universitário dos estudantes que foi um órgão coordenado pelo corpo discente e cujo presidente passou a ter assento no conselho universitário. Os representantes foram: José Garcia Machado e Dirço Durval dos Santos, sendo este suplente. É também composta nova comissão para a mudança dos Estatutos, que deveriam adequar-se às reestruturações que passavam o ensino das humanidades no país e também, no caso do Paraná, à definitiva desvinculação com a UBEE. Permaneceram nos trabalhos de redação e normalização dos novos estatutos, os irmãos Westphalen, Ivanildo Miranda passando a integrar a comissão, João Carlos Torres de Miranda, Gisela Rodrigues, Maria de Lourdes Novais e José Garcia Machado. Os novos estatutos foram aprovados em 14 de setembro de 1950, “após dois anos de lutas” (revista *Logos* nº12)

O nº17 de abril de 1953 a *Logos* publica, na coluna “nossa opinião”, a matéria contra o trote em calouros, além de incluir uma nova coluna – fatos e curiosidade técnico-científicas. O que é interessante neste número da revista e a sua capa ilustrada com uma proposta de projeto arquitetônico para a FFCL que na verdade acabou sendo aproveitado e/ou adaptado para o Teatro Guairá.



No. 17 da Revista Logos. Arq/SED

**LOGOS**  
 REVISTA CULTURAL DO CENTRO ACADÊMICO  
 DA FACULDADE DE FILOSOFIA  
 DA  
 UNIVERSIDADE DO PARANÁ

**SUMÁRIO**

FRANKEZA EN EL BRASIL — Guillermo de la Cruz-Díaz	1
GARCIA DA MUR — Guillermo de la Cruz-Díaz	1
PAROIS DA LITERATURA DO IMPÉRIO BRASILEIRO	1
ALTERAÇÕES ORGANIZACIONAIS EM ESCOLAS	1
LEITURAS DE CONTEÚDOS PROFISSIONAIS ESTUDIOS NA SALUBRIDADE	1
IN. Bismuth, Bismuth	1
ASPECTOS DO ROMANÇO PSICOMANÍACO DE MACHADO DE ASSIS	1
POESIAS DE POESIA	1
VIA FÍSICA DO CONCRETO DE MORTALIMOS — BERTHOLD	1
MORSA ORIENTAL	1
NOTÍCIAS E OPORTUNIDADES	1
NOTÍCIAS E OPORTUNIDADES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS	1
PROGRAMA DE INTERCÂMBIO	1
PAZ PARA ADEQUADA	1

Três Anos seguintes da Editora Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade do Paraná.  
 Rua R. Marinho

O grande movimento politizado dos acadêmicos ocorreu em 1962, quando pleitearam representação na congregação, no CTA e no conselho universitário. Tal crise de divergências entre docentes e acadêmicos, sem precedentes no Paraná, ocasionou longos e contraditórias discussões no plenário. Com uma greve, os alunos se negaram a comparecer as aulas. O assunto foi tratado de modo a solicitar ao reitor uma reunião informal com os demais reitores para balizar opiniões e posições em outros estados. Foi sugerido também que o ministro convocasse o fórum dos reitores com o comparecimento dos representantes da disciplina sobre estudos brasileiros.

Como estatutos e regimentos precisariam ser modificados para atender a solicitação dos alunos, o CTA concluiu que não podia fazer reforma sob pressão da greve, por tratar-se de “assunto sério”. Era a continuidade da crise iniciada no ano anterior.

Em plenário, da reunião do CTA ocorrida em 4 de junho de 1962, Cecília Westphalen declarou que a ...Universidade, no momento, não constitui centro de trabalho de valor e que os jovens não encontram possibilidades ...(citou ainda) há 229 (duzentos e vinte e nove) licenciados em Geografia e História por esta Faculdade, e desses apenas dois realizaram concurso e estão aqui integrados<sup>107</sup>.

Era não só o depoimento de uma professora da nova geração dos docentes, formada pela própria Faculdade de Filosofia, como também de uma pesquisadora atuante que já havia iniciado uma trajetória de pesquisa histórica com uma metodologia de trabalho científico pouco utilizada pela maioria dos seus pares. Portanto, indiretamente, ela criticava a dificuldade de absorção da mão-de-obra formada pela FFCL, no mercado de trabalho existente como também o nível de qualificação desta mesma mão-de-obra.

## O Centro Universitário de Estudos Antropológicos (CUEA)

Criado em 9 de maio de 1963 e de acordo com o seu anteprojeto de estatutos, o CUEA se constituiu em uma associação cultural que compreendia as seções de antropologia física, antropologia cultural, arqueologia pré-histórica, etnografia do Brasil e folclore.

Congregando alunos e ex-alunos de antropologia que desejassem desenvolver pesquisas, inclusive em grupo e, promover a difusão dos seus trabalhos, o Centro foi instalado em uma das salas do terceiro andar da Faculdade de Filosofia.

Seus objetivos estavam relacionados à promoção da ...formação de fundo documentário de material ergológico, fotográfico e sonoro; ...(da) publicação dos resultados de comunicações; ...(de) reuniões periódicas dos integrantes das secções para comentários de bibliografia, de artigos de revistas e livros especializados e, ...(da) participação em congresso e o intercâmbio com outras associações congêneres localizadas dentro e fora do território nacional. (O Centro seria administrado por) ...uma diretoria composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um bibliotecário com mandato de 2 anos<sup>108</sup>.

Por meio de correspondência Igor Chmyz, enquanto primeiro presidente do CUEA, comunica ao diretório acadêmico Rocha Pombo, a criação do Centro na assembléia realizada naquele mesmo dia, pelos 20 membros fundadores<sup>109</sup>. Enquanto representante do centro acadêmico, João Carlos F. Moraes esclarece que o CUEA não pode funcionar como um “Centro de Estudos autônomo e sim como Núcleo de Estudos vinculado ao Centro de Estudos de Ciências Sociais”. Na verdade, os centros de estudos, na faculdade, eram vinculados aos cursos e o CUEA nascia como uma proposta de centro autônomo o que conflitava com a própria natureza do diretório acadêmico<sup>110</sup>.

Tendo em vista o impedimento, Igor Chmyz encaminhou nova correspondência ao diretor acadêmico propondo a criação de um “Centro Acadêmico Antropológico”, ao que foi sugerido que fosse feita “uma consulta à legislação federal que normatiza os órgãos representativos dos discentes”. Haveria algum problema político acadêmico interno sobre esta matéria? Esta questão merece ser melhor esclarecida.

Com a mudança na presidência do diretório acadêmico Rocha Pombo, Igor Chmyz leva ao conhecimento do novo representante, a existência do Centro de Estudos Antropológicos e, em assembléia aeral realizada em 21/10/63, seu nome foi alterado para “Centro Universitário de Estudos Antropológicos”, o que se esperava dar à entidade, mais amplitude de ação<sup>111</sup>.

Indiferente a esta polêmica o CUEA atuava promovendo palestras e sessões de filmes como ficou registrado:

- em 22/04/64 foi realizada uma projeção de filmes sobre o Instituto Smithsonian, a arte dos maias e a herança artística, na qual compareceram 48 acadêmicos;
- em 23/04/64, a acadêmica M<sup>a</sup> Lúcia Fleury da Rocha proferiu uma palestra sobre os sambaquis que contou com a presença de 25 alunos;
- em agosto foi proferida, pelo Prof<sup>o</sup> José Loureiro Fernandes uma palestra sobre A Congada da Lapa, quando o CUEA associou-se à sessão de artes e tradições populares do departamento de antropologia pela passagem da data nacional do folclore (22/08) e,
- em 27/08/64, o acadêmico Igor Chmyz profere a palestra sobre a Introdução à arqueologia brasileira.

Tais notícias foram veiculadas no primeiro boletim informativo do CUEA, publicado com recursos materiais e equipamentos da própria Faculdade tendo sido justificado o seu objetivo principal ou seja, ...orientar e colaborar com os acadêmicos na sua passagem pelos cursos universitários, nas dificuldades surgidas com as mudanças de currículos assim como, dar oportunidade àqueles que visam uma especialização dentro da Antropologia<sup>112</sup>.

Neste informativo encontram-se entre outros registros, matérias mais extensas sobre a divulgação do prêmio instituído pela comissão estadual do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) denominado: O Antropólogo de Amanhã e, divulgado no Seminário de Ensino e Pesquisas em Jazidas Cerâmicas - prêmio em dinheiro no valor de cr\$ 50.000,00 que seria, ...conferido ao melhor trabalho versando sobre qualquer dos campos da "ciência do Homem", bem como notícias sobre o Seminário Paranaense de Estudos Luso-Brasileiros.

O CUEA enviou correspondência comunicando sua instalação e solicitando intercâmbio cultural e permuta de publicações, para várias instituições como: o adido cultural do consulado americano; o Instituto de antropologia de La Universidad Veracruzana na cidade de Vera Cruz – México; o Instituto de antropologia de La Universidad de Antioquia – Medellín/Colombia; o Instituto de Estudos de Antropologia de Buenos Aires / Argentina; o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil/



Guanabara. Das correspondências recebidas, nota-se a enviada pelo pelo Instituto de Arqueologia Brasileira, no Rio de Janeiro em 25/09/64<sup>113</sup>.

Três anos depois, a presidente Veraluz Zicarelli convocava os associados para uma Assembléia geral extraordinária que foi ...realizada no dia 19 de setembro, no departamento de antropologia, com pauta sobre a reformulação dos estatutos e, ...em outubro é realizada uma excursão à Paranaguá<sup>114</sup>.

Nada de mais concreto foi encontrado sobre a permanência deste Centro de Estudos que de maneira endógena foi concebido.

## O Corpo Docente e as Atividades Pedagógicas

Afinal, em que condição atuava o corpo docente?

Mesmo que com estreitos limites teóricos e metodológicos voltados para a realidade local, o desempenho e esforço do corpo docente e da diretoria da Antiga Faculdade propiciariam condições para a estrutura, no futuro, da própria Universidade do Paraná.

É importante salientar que a primeira diretoria do CTA tinha como vice-diretor o Pe. Ballarin e como diretor o Prof. Brasil Pinheiro Machado, que também respondia pela diretoria do Instituto Santa Maria. Esta diretoria era complementada por três advogados responsáveis pelos departamentos de filosofia, ciências e letras e por um médico que respondia pelo departamento de pedagogia. Além dos professores catedráticos fundadores<sup>115</sup>, compunham ainda o corpo docente da Faculdade, nove professores assistentes: Orlando de Oliveira Melo (psicologia educacional); Padre Artidório Aniceto Lima (língua e literatura latina); Ernesto Sigel Filho (língua e literatura alemã); Nilo Brandão (literatura portuguesa); Máximo Pinheiro Lima (antropologia); João José Vassão (química biológica); Lauro Esmanhoto (administração escolar e educação comparada); Artoriges Zanella (química analítica, quantitativa e qualitativa); e dois professores contratados: Padre Augusto Fonseca (língua e literatura francesa) e Zbiguiero Lepecki (análise matemática). Era o início das atividades didáticas na Área de Humana., no Paraná.

Estes professores iriam ministrar aulas para alunos dos cursos de filosofia (3); matemática (9); química (12); geografia e história (12); lín-

guas clássicas (11); letras neolatinas (5); letras anglo-germânicas (4) e pedagogia (2), totalizando 58 alunos que ingressaram em 1940.

Loureiro Fernandes, que teve sob a sua responsabilidade, as cátedras de antropologia e etnologia geral e do Brasil, havia sido formado em medicina em 1927, no Rio de Janeiro. Em 1931, atuava como assistente da cadeira de clínica cirúrgica e, em 1932, foi regente interino da cadeira de clínica urológica da faculdade de medicina do Paraná. Durante muitos anos foi assistente de Victor Ferreira do Amaral (obstetra e ginecologista), fundador e primeiro reitor da Universidade do Paraná. Além da docência no ensino de 3º grau, Loureiro atuava profissionalmente enquanto médico, clinicando na Santa Casa e no seu próprio consultório, o que muito influenciou o seu desempenho enquanto prof. catedrático de etnografia e antropologia da FFCL<sup>116</sup>.

De acordo com Westphalen (1988), ...não foi fácil a implantação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no País ...de um lado, pela ausência de professores realmente capacitados para os seus novos objetivos e funções ...recorria-se a eruditos locais, e a profissionais de formação tradicional e fechada nem sempre capazes de compreender e alimentar a nova chama que se esperava das Faculdades ...de outro lado, as resistências corporativistas dos docentes detentores do monopólio do magistério do ensino secundário e normal, via de regra também eruditos locais e profissionais superiores de áreas diversas improvisados em professores de ginásios e escolas normais ...(op.cit:11).

Além do despreparo dos professores em relação aos cursos, o que ocasionava um "ensino livresco" ministrado por "docentes improvisados", Azevedo (médico de formação) ao prestar um depoimento sobre os primeiros mestres da antropologia complementa a informação, caracterizando como um dos óbices maiores ao seu trabalho a formação teórica, o isolamento e a dispersão em que todos se encontravam, ...o isolamento entre as Faculdades, o isolamento dentro das Faculdades e a falta de intercâmbio entre os professores ...(acrescentando) nunca pude aprofundar de maneira sistemática teoricamente, por que não tinha uma ordenação de quem lhe pusesse num caminho e me dissesse que aqui se pensa desse modo, de determinada corrente de pensamento e determinada metodologia ...o ensino era muito livresco, muito pouco de experiência pessoal dos professores (Azevedo,1984:271).

Este franco desabafo de Thales de Azevedo evidencia as fragilidades conceituais e metodológicas nas cadeiras referentes à formação ainda não institucionalizada, como a antropologia e as ciências sociais, além da falta de comunicação e troca de idéias entre pares e instituições.

Ao escrever sobre os “males de origem” da Faculdade Nacional de Filosofia, com o enfoque direcionado para a criação do curso de ciências sociais no Rio de Janeiro, Lúcia de Oliveira revela uma correspondência entre Alceu Amoroso Lima e Gustavo Capanema, este ministro de Educação enquanto aquele, intelectual católico, era convidado para assumir a direção da FNE. Ao recusar o convite, Amoroso Lima entre outros argumentos, afirma ...não possuo nenhuma das qualidades necessárias a esse difícil manejo de textos e dificuldades burocráticas aumentadas agora quase ao infinito, com a “ditadura das painas” ...você bem sabe o que são as injunções neste estabelecimento que não tem autonomia nem didática, nem administrativa (Oliveira, 1995:247-248)<sup>117</sup>.

Estes dois pilares, a política oficial de ensino da nacional e as diretrizes da Igreja que estavam voltadas para “infundir a sabedoria nas inteligências que (ali) se aprimoraram”, eram reforçados diretamente pelo poder político local que também se fazia representar no panorama nacional, expondo claramente, que o controle das funções acadêmicas não estava livre dos laços políticos e religiosos. Muito ao contrário, uma vez que os professores, mesmo com mandatos parlamentares, continuavam ministrando suas aulas apenas com carga horária didática a não ser que tivessem professores contratados para substituí-los<sup>118</sup>.

Regionalmente, além do despreparo dos professores para as disciplinas específicas, a UBEE sabia fazer cumprir as cláusulas do contrato. Sem abrir mão do direito de indicar professores a serem contratados, ela também interferia na relação professor/disciplina conforme ficou registrado no início de 1946 ...por indicação da União Brasileira de Educação e Ensino, os seguintes professores lecionarão as seguintes disciplinas: Francisco Stobbia, na ausência do Pe. José Gonzales Raposo – didática especial de letras clássicas; Pe. Jesus Moure – didática especial de ciências sociais; Fortunato Arroyo Vela – língua e literatura espanhola; Pe. José Nunes Cardoso e Silva – história da filosofia, do curso de pedagogia, Liguaru Espírito Santo – sociologia do curso de pedagogia; Eloi da Cunha Costa – língua e literatura francesa; Pe. Dionísio Cardoso – língua grega do 2º

ano de letras clássicas; Ildefonso Clemente Puppi – complementos de matemática; Valdomiro Teixeira de Freitas – geometria analítica<sup>119</sup>.

É muito interessante notar a preocupação da UBEE, que também se refletia nas decisões dos conselhos superiores, com as disciplinas que estavam voltadas para a licenciatura e o próprio curso de pedagogia onde toda a política e ideologia cristã encontrariam espaço e clientela para sua expansão.

Esta pesquisa demonstrou que, Homero de Barros, diretor da FFCL por dezesseis anos consecutivos (1951 a 1968), sendo substituído apenas um ano por Francisco José Ribeiro, foi um dos grandes preservadores e incentivadores dos ideais cristãos na Faculdade<sup>120</sup>. A transcrição do discurso que ele proferiu durante a sétima sessão extraordinária da congregação da faculdade em 26 de fevereiro de 1948, ...comemorativa ao seu décimo aniversário permite avaliar a filosofia, as altas finalidades do Ensino Superior no sentido de congregar e definir no meio universitário a concepção católica de vida<sup>121</sup>.

Com tais pilares, a política oficial de ensino da nacional e as diretrizes da Igreja que estavam voltadas para “infundir a sabedoria nas inteligências que (ali) se aprimoraram”, foi a FFCL seguindo a sua trajetória didático pedagógica, nem sempre em condições muito adequadas, que levaram o CTC lançar mão por exemplo do sistema de rodízio, nas disciplinas.

Este artifício didático consistia em oferecer disciplinas, em caráter rotativo, segundo a disponibilidade da grade horária do professor no período em questão e a relação custo/clientela, caracterizando-se em uma estratégia na contenção das despesas. Com tais objetivos, o sistema foi implantado em 1948 e sofreu pesadas críticas de alguns conselheiros na direção do seu não favorecimento. Os argumentos foram contraditos pelo presidente do CTA que esclareceu ser ...o curso superior, diferindo de práxis didática necessária e empregada no curso secundário, pode perfeitamente adotar o sistema de rodízios, pelo qual, sem prejuízo didático, ministram-se aulas que podem não ter conexão imediata entre si, porém esta falha de seqüência, lógica ou cronológica, será suprida pelo professor<sup>122</sup>.

Estava iniciada uma discussão que duraria dois meses e dividiria opiniões, exporia a situação de conflito entre professores catedráticos e licenciados, seus salários e até mesmo as possibilidades de interpretações e

adaptações da legislação oficial. Na sessão ordinária que definiria os horários para o mesmo ano, a discussão sobre o sistema de rodízio é restaurada sendo esclarecido que ...nas disciplinas de matemática, contrariamente do que foi tratado anteriormente, tal prática não seria implantada, em vista da natureza do curso. Na continuidade da polêmica, o Prof. Pd Jesus Mourre ...acrescentou que o sistema por nós agora generalizado, já se acha em prática na Universidade de São Paulo, naquelas disciplinas em que não haja verdadeiro prejuízo.

Então o conselheiro Dr. Prof. Joaquim de Mattos Barreto propõe a discussão de *...um possível aumento no ordenado dos srs. Professores ...* O Sr. Presidente salientou que o sistema de rodízio e fusões de turmas que a Faculdade agora vem adotando generalizadamente, é justamente por motivo de economia e conseqüente amortização da dívida da Faculdade à União Brasileira de Educação e Ensino, portanto acho intempestivo esse aumento *...(o requerente) alegou que, visto não funcionarem muitos cursos no presente ano letivo, o pequeno aumento que se poderia fazer a qualquer título, não prejudicaria o orçamento e fez notar o abalo moral, intelectual e moral que o sistema acarretou entre os professores da casa, além de ressentir não menos o lado econômico dos mesmos*<sup>125</sup>.

Quando o orçamento para o ano de 1948 foi posto em questão, o prof. Joaquim de Mattos Barreto, *...defendendo a sua proposta de reajustamento dos vencimentos dos professores, alegou que, no orçamento de 1947 não houve previsão de saldo e, nada obstante, houve saldo e que é possível suceda no presente ano ...*o Sr. Presidente (Loureiro Fernandes) chamou atenção para o fato de que, se a Faculdade amortizar mil cruzeiros anualmente, necessitará de cerca de quinze anos para a total amortização, e que, portanto, não se deveria sobrecarregar as despesas da Faculdade, e, por outro lado, fez notar as vantagens que a Faculdade poderia gozar, ante o Conselho Universitário sem o peso de tamanha dívida *...no entretanto, continuando a discussão e mantendo-se os mesmos pontos de vista, o Sr. Presidente propôs se convocassem a Congregação para a decisão*<sup>124</sup>.

O orçamento foi aprovado, o reajuste aos professores negado e o sistema de rodízio mantido.

Cecília Westphalen (1989) comenta ainda que *...a situação financeira da Faculdade não era boa, agravando-se no início de 1949, quando*

*o Conselho Geral, representante da União Brasileira de Educação e Ensino, não aprovou o orçamento deficitário encaminhado pela Direção. Chegou a haver, em 1949, atraso de cinco meses no pagamento de professores ... (ressaltando ainda que) com a federalização (dez/1950), além do problema da sede, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve que adaptar sua organização administrativa aos novos Estatutos da Universidade, bem como regularizar a situação do corpo docente ante a legislação federal exigida para o magistério superior e, portanto, para as respectivas nomeações pelo Governo Federal (p:38).*

*Iniciava uma fase de organização do corpo docente a partir da sua qualificação, a ...regularização assegurava o aproveitamento, como professores catedráticos sem concurso de títulos e provas, dos respectivos fundadores. Mas havia o caso de professores que nunca assumiram suas cátedras e também o caso de professores que se encontravam lecionando, mas não em suas cátedras (op.cit:35).*

Tal normatização exigiu a exoneração de quatro professores/padres que ainda permaneciam lecionando, amparados pelo contrato da UBEE, já rescindido. Segundo a mesma autora, ...o próprio reitor Suplicy de Lacerda, pouco depois, também renunciaria sua cátedra na Faculdade de Filosofia.

Com a criação do Instituto de Pesquisa (1950), e o estatuto da federalização, no mesmo ano, fortes mudanças vão ocorrer na estrutura didática e pedagógica da FFCL, tanto sob o ponto de vista das exigências da qualificação dos docentes como no incentivo à produção científica ancorada nas pesquisas, principalmente de campo. Sobre a criação e o papel do Instituto de Pesquisa, será retomada a discussão, para o momento cabe registrar que estes dois fatores em muito contribuíram para fazer eclodir um movimento latente, considerado por Westphalen como a diáspora da Faculdade de Filosofia, ou seja, ... a luta pelo poder entre dois grupos desejosos da direção e da orientação da Faculdade, separados por ideologias conflitantes, os católicos-clericais e os liberais-anticlericais, ainda que essa classificação comportasse diferentes nuances ( op.cit:33-40). O que se pode notar facilmente na leitura dos documentos consultados.

## A Biblioteca e a Prática Laboratorial

*...o fito das Faculdades não é apenas a rotina do ministrar aulas senão primordialmente a criação de escois, pesquisadores em todos os departamentos dos conhecimentos humanos ...e a Universidade não terá cumprido satisfatoriamente a sua missão se assim não proceder (Loureiro Fernandes, 1947)*

Entre os empenhos registrados é considerável o número de processos montados para pagamentos aos serviços relacionados com a biblioteca<sup>125</sup>.

Ao serem comemorados os dez anos de fundação da FFCL, a congregação, reunida em 29 de janeiro de 1948, realiza uma assembléia extraordinária na qual é feito um retrospecto da sua atuação e são estabelecidas algumas novas diretrizes compatíveis com uma “Universidade Moderna”. Nesta ocasião, após o discurso do seu diretor, o Prof. Brasil Pinheiro Machado, é feito um balanço dos bens patrimoniais existentes em 1938. A discriminação destes objetos retrata, por exemplo, com que acervo bibliográfico da FFCL foi implantada. Naquela ocasião, os livros existentes na biblioteca eram: ... treze volumes da obra “O Estado Autoritário”; 5 volumes da obra “Nova Política do Brasil”; 5 volumes da obra de Alberto de Oliveira “José de Alencar, “Machado de Assis”, Visconde de Taunay e, 2 volumes “Poetas Brasileiros; 3 volumes do anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo; 1 volume de “Ensaio de Etnografia Brasileira<sup>126</sup>.

Em 1942, Loureiro já havia considerado a verba destinada a biblioteca insuficiente, em vista do que já se havia gasto no ano anterior<sup>127</sup>. Após quase cinco anos este acervo já havia sido ampliado para ...780 volumes, no valor de Cr\$ 22.706,00, contando em 31/12/1942 com 2.525 volumes sendo muitas doações<sup>128</sup>.

Já no relatório anual de 1945, transcrito na ata da Congregação, foi apresentado um levantamento quantitativo dos volumes existentes por ano, mas para nenhum total anual há números iguais aos lançados nas atas anteriores, o que leva a pensar sobre o alto índice de extravios de livros favorecido pela falta de regulamentação para o uso da biblioteca, o que só vai acontecer em 1954, com a aprovação do seu regimento interno<sup>129</sup>.

Mesmo assim, nesta ocasião foram contabilizados 5.358 livros sendo relacionados como doadores: o Instituto Nacional do Livro, a embaixada da França, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Bristh Council, o Museu Histórico Nacional, o Departamento Nacional do Café, o Departamento Estadual de Informações de São Paulo e a Biblioteca Nacional do IBGE<sup>139</sup>.

Na proposta orçamentária prevista para o ano de 1948, apenas cerca de 3% dos recursos foram disponibilizados para a aquisição de livros (Ver Quadro 5), situação que se inverterá durante o período de atividades do Instituto de Pesquisas, como será visto.

Tomando como referência as dificuldades expressadas por Castro Faria (1984) e Thales de Azevedo (1984) sobre a questão da carência bibliográfica para as cadeiras de etnografia e antropologia, pode-se fazer uma projeção para as demais disciplinas e, pode-se considerar que a falta de formação e preparo para ministrar algumas cadeiras, nivelava o professor à condição de aluno, independente da sua titulação docente.

Por outro lado, com baixos salários, poucos eram os docentes que tinham condições para comprar livros e montar sua própria biblioteca. Com tais características, o ensino que se oferecia na FFCL estava voltado para atender as licenciaturas, ficando a produção científica muito comprometida.



QUADRO 5  
Orçamento da FFCL para 1948

RECEITAS (Cr\$)	DESPESAS (Cr\$)
Taxas dos Alunos 150.000,00	Artigos de Escritório 7.000,00
Subvenção Estadual 470.000,00	Luz, telefone expediente 7.000,00
Subvenção Federal 290.000,00	Impressos 7.000,00
Total 910.000,00	Biblioteca 25.000,00
	Pagamento Diretoria/ Secretaria 21.600,00
	Pagamento Funcionários 83.400,00
	Aparelhos/Mat. Labo- ratório 50.000,00
	Despesas gerais 20.000,00
	Móveis/utensílios 5.000,00
	I.A.P.C 30.000,00
	Alugueres 37.200,00
	Pagamento Professores 511.200,00
	Total 804.400,00

Fonte: Ata cta nº78 de 13/03/1948 Arq/SED.

As aulas práticas que eram ministradas em laboratórios e nas dependências do MPR, também não ofereciam uma boa qualidade. Com instalações precárias e poucos assistentes, os professores se viam, muitas vezes, exercendo funções de laboratoristas. Só após a criação do IP foi que a aquisição de livros e material laboratorial constituirá investimento prioritário.

Quando o contrato com a UBEE foi rescindido<sup>131</sup>, foram também mantido, sob a sua guarda, os laboratórios, os museus e a biblioteca da Faculdade, como forma da FFCL cobrir o seu déficit para com ela. Desta maneira, o patrimônio existente nestes locais passou para sua propriedade, sendo que a biblioteca permaneceu “aberta aos alunos e docentes da FFCL”. No período de 1950/1951, o acervo da biblioteca era constituído de 5.043 obras, 7.512 volumes e 20 revistas assinadas<sup>132</sup>.

Sobre a biblioteca, o diretor da FFCL afirma em seu relatório anual de 1951 *...a biblioteca da Faculdade de Filosofia, recentemente transferida para um local mais apropriado, funciona em duas salas bem amplas, re-*

*tiradas das zonas de grande movimento, enfim, acha-se situada num lugar mais apropriado. Esta biblioteca também é da propriedade da União Brasileira de Educação e Ensino. No segundo semestre do corrente ano, a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, dispendeu regular quantia para aquisição de obras, as quais, para melhor controle, foram depositadas na biblioteca do Instituto de Pesquisas da Universidade, cuja biblioteca fica igualmente franqueada aos alunos desta Faculdade.*  
*Arq/SED*

Não se pode deixar de considerar que, nesta ocasião, o IP funcionava em salas do CEB e que o próprio Círculo de Estudos também tinha uma biblioteca que já estava franqueada aos alunos da FFCL.

Aparentemente, não havia um critério para ser determinada a prioridade na área a ser contemplada pela aquisição de livros. As propostas eram feitas e, nas discussões, a autorização era concedida dependendo da argumentação do proponente. Nesta direção, por exemplo, foi adquirida a Enciclopédia Epaza com 88 volumes, ...cujo valor é de Cr\$ 29.000,00 ...desde que se consiga uma redução do aludido preço. Na mesma reunião, em 1953, ficou deliberado o envio de 15.000 escudos portugueses para ...compra da tradução de "Alfarrabios de Paleografia Observações sobre a flora e a fauna do Brasil ..." (que recebeu) restrições do Prof. José Loureiro Fernandes<sup>133</sup>.

No ano seguinte, Loureiro fez considerações no CTA sobre ...a liberação do câmbio para livros, obtida pela Faculdade, tendo o senhor Diretor, se prontificado a transferir tal liberação para o Instituto de Pesquisas sem ônus para a Faculdade visto empregar-se a verba de livros deste exercício<sup>134</sup>.

Como os recursos para as pesquisas eram muito pequenos, havia uma prática, muito constante de repasses de verbas da própria Faculdade para o Instituto de Pesquisas e desse para a Faculdade sempre que se entendia necessária uma reposição ou complementação.

Percebe-se também que, como a FFCL mantinha algumas unidades em prédios alugados por falta de espaço físico, as fronteiras com estas instituições ficavam muito tênues. Alguns funcionários, por economia, atuavam nas duas instituições como era o caso da bibliotecária do CEB que, também, atendia ao acervo bibliográfico da Faculdade bem como, aos alunos consulentes.

Considerando que a FFCL oferecia onze cursos nas áreas das letras, da filosofia, das ciências sociais, da pedagogia e das ciências (exatas e humanas), a situação da biblioteca e dos recursos para sua ampliação tornam-se ainda mais adversas, constituindo-se em um forte fator para a baixa qualidade do ensino. As doações muito significativas para determinadas Áreas, dependiam do esforço individual de cada professor que, filiados a agências de fomento as pesquisas (internacionais) garantiam uma bibliografia básica para as suas atividades e cadeiras.

Alguns registros em atas foram feitos, principalmente pelo Prof. Pe. Jesus Moure, que mantinha estreita correspondência com instituições de pesquisas na Europa e nos Estados Unidos, para acusar, por exemplo, doações feitas pela fundação Rockefeller (5 coleções, 21 revistas e 261 volumes), como também do consulado alemão (32 volumes de compêndios para zoologia)<sup>135</sup>.

## O Suporte Técnico e Administrativo

*...os funcionários não eram concursados e sim indicados e escolhidos por professores, diretores ou pessoas relacionadas com a Reitoria. (Maria Rosa Macedo/secretária da reitoria (anos 40)*

Muito pouco foi encontrado sobre a atuação e o papel do funcionário técnico administrativo da FFCL, na documentação disponibilizada. Martinez alerta para *...o ano de 1950 quando, em dezembro, a Lei nº 1.254 federaliza a Universidade do Paraná, momento que influenciará na postura e composição do quadro de funcionários. No entanto, até esta data, as relações de amizade e prestígio eram as responsáveis pelas nomeações e pelo desempenho nos relatos sucessivos dos entrevistados nesta pesquisa. O quadro restrito de pessoal e as relações que se estabeleciam favoreciam a que pessoas sem qualificação desenvolvessem funções sem habilitação, as noções de trabalho e de profissão fossem construídas sobre os favores concedidos, respaldadas no prestígio ou status de se ter relacionamentos tão próximos com políticos e doutores influentes, ocasionando explorações e um desempenho improvisado onde fosse necessário atuar. Expressões como todos eram*

*amigos e vivíamos como uma família são uma constante nos depoimentos (Martinez 1989:83-101).*

Tal quadro de funcionários administrativos que, na década de 50, recebiam seus salários do Instituto de Pesquisa. Para a realização dos serviços de secretaria, “os favores dos irmãos maristas”, até então, eram muitas vezes requisitados, fora do “horário habitual de trabalho”, o que levou o presidente do CTA, propor uma reestruturação definitiva do quadro dos funcionários o qual conforme a alínea IV do art. 11º do regimento interno sugeriu que ...nos cargos de oficial administrativo, tesoureiro, escriturário, auxiliar de biblioteca, técnico de laboratório, bedel e servente, fossem lotados os antigos funcionários.

Para os cargos criados (Ver Quadro 6) foram ...nomeados os senhores abaixo mencionados de acordo com o Art. 39º do Regimento Interno, decisão feita “ad referendum” da Congregação a qual compete votar os vencimentos dos funcionários administrativos, bem como sobre as despesas extraordinárias não previstas no orçamento (Art. 45 do Regimento Interno)<sup>136</sup>.

## QUADRO 6

### Corpo Técnico-Administrativo da FFCL/1950

Cargos (Padrão)	Vencimento	Vagas	Existente/Criado
Oficial administrativo (k)	1.600,00	1	existente
Tesoureiro (k)	1.600,00	1	existente
Oficial administrativo (i)	1.400,00	1	criado
Bibliotecário (i)	1.400,00	1	criado
Bedel (i)	1.200,00	1	existente
Técnicos de laboratório (g)	1.000,00	2	criado
Auxiliar de bibliotecário (g)	900,00	1	existente
Escriturário (g)	900,00	1	existente
Operador especializado (i)	1.400,00	1	criado
Técnico de laboratório (f)	800,00	1	criado
Escriturário (e)	700,00	1	existente
Datilógrafos (e)	700,00	2	criado
Porteiro (e)	700,00	1	existente
Servente (d)	600,00	1	existente

Fonte: Ata nº106 da Congregação de 02/10/150 Arq/SED

A decisão de ampliação do quadro de pessoal estava vinculada também aos interesses de Loureiro, enquanto presidente deste Conselho e advogando em favor de seus projetos etnográficos. Por exemplo, na ocasião o registro fotográfico e fílmico das congadas, ele criou condições para a garantia, permanência e remuneração destes serviços de documentação visual Waldimir Kosak, operador especializado que o acompanhava em vários trabalhos realizando registros fundamentais para a etnologia paranaense<sup>37</sup>.

Na relação nominal dos nomeados para os cargos criados, encontra-se João Loureiro Ascensão Fernandes (oficial administrativo) irmão e tesoureiro do próprio presidente. Sem dúvida que a criação dos cargos estava voltada para dar maior infra-estrutura para a realização de pesquisas laboratoriais e melhor organização à biblioteca.

Não foi possível situar até quando este quadro foi mantido, mas percebe-se que os Institutos criados nas faculdades, tinham uma certa flexibilidade e autonomia para direcionar suas atividades ainda que os ditames do DASP, significassem um forte freio.

Mesmo com a federalização, a elaboração do primeiro plano de classificação de cargos para os órgãos públicos só foi concluído em junho de 1960 com a Lei nº 3.780 (Martinez, 1989:101).

Até esta data, as nomeações, o trabalho dos mensalistas e a remuneração por serviços educativos e/ou culturais iam atendendo as necessidades emergenciais da Faculdade que, através do Instituto de Pesquisa, consegue pagar aos técnicos ou mesmo os licenciados que desempenhavam funções consideradas essenciais ao andamento das atividades acadêmicas, segundo os empenhos emitidos pelo IP durante os anos de 1952 a 1963.

## As Cátedras de Etnografia e de Antropologia e a Contribuição da Medicina

*...a disciplina de antropologia impõe-se na tradição francesa que restringia o uso deste nome ao estudo de evolução do homem, da formação de raças e sua distribuição geográfica. Em algumas Faculdades ...as técnicas osteométricas e somatométricas constituíam, praticamente, toda a matéria, total e inútil desperdício de tempo (Castro Faria, 1984)*

*...tive sempre muito boas relações com os colegas, porém nunca consegui conversar com os mesmos sobre o que ensinavam e o que eu ensinava para ver se chegávamos a qualquer entendimento. Não houve maneira. (Thales de Azevedo, 1984)*

De acordo com a ata geral de aprovação no concurso de habilitação para os cursos do departamento de ciências da FFCL, lavrada em 13 de abril de 1938, dos sete inscritos (foram fixadas 20 vagas) apenas uma candidata não compareceu sendo os seis demais aprovados. Estava constituída a primeira turma que, ingressando no curso superior de geografia e história, iria conhecer o conteúdo de disciplinas como a etnografia, antropologia, e arqueologia entre outros conteúdos, temas pouco conhecidos entre os jovens curitibanos<sup>138</sup>.

As provas, deste primeiro vestibular constaram de conhecimentos sobre geografia, história da civilização, cosmografia e sociologia. A banca foi constituída por dois professores, um com formação em direito e outro com formação em medicina, não sendo mencionada a formação dos dois outros professores.

A média geral mais alta foi 6,9 e a mais baixa 5,5. Houve candidato que recebeu nota 4,3. Isto permite supor que a garantia da aprovação era a média final, possivelmente, mínima de 5,0.

Esses alunos foram aprovados para o segundo ano, submetendo-se a duas provas parciais; uma em junho e outra, em novembro. Na primeira, o ponto sorteado foi nº6 com as questões: 1) preparação de alimentos; 2) moagem e 3) excitantes. Na prova de novembro, o ponto sorteado foi o nº 1 e a questão única foi “os sambaquis”. Todos foram aprovados.

Em março de 1939, mesmo não estando “em condições para o atendimento, de modo satisfatório, segundo as exigências do Decreto-Lei nº421, de 11 de maio de 1938”, aconteceu novo Concurso de Habilitação para a qual se inscreveram e passaram quatro candidatos segundo conceito da banca formada por três professores/médicos, um professor/advogado e dois professores os quais não foi declarada a formação.

Thales de Azevedo analisa, em especial, os profissionais da área da saúde que foram improvisados como professores, com a criação das faculdades de filosofia, nos anos 40 e 50. O autor atribuiu que esta tendência ocorreu por duas razões ...a primeira, era antiga a experiência do ensi-

no, no Museu Nacional particularmente, da Antropologia e mesmo da Etnologia, da Arqueologia, da Etnolinguística, por médicos; de outro lado, a formação universal dos médicos em Faculdade que haviam sido, até pelo menos os anos 30, centros principais de interesses intelectuais e científico de amplo espectro, indicava aqueles profissionais para a docência de uma ciência tão abrangente. Havia ainda a circunstância de que, por força de círculos e programas inspirados em arraigadas tradições européias, os médicos eram no Brasil, professores de História Natural nos níveis secundários e normal e as novas faculdades se propunham ao ensino da Antropologia encarada por muitos como Morfologia Humana, capítulo da Zoologia ...mesmo quando surgisse conjugada à Etnografia e a Etnologia, a Antropologia aparecia como campo de interesse e de aptidão preferencialmente, de médicos e profissionais da área médica ...e como a legislação vigente exigia, para profissionais ligados ao serviço público, correlação de matérias e de horários para a acumulação de cargos, as Faculdades, como órgãos públicos, não só ofereciam uma oportunidade para os esculápios como lhes davam certa preferência... Assim, os médicos dos Departamentos de Saúde e dos corpos docentes das Faculdades de Medicina, de Odontologia, de Farmácia, foram atraídos a inaugurar – por meio de concurso ou por nomeação, como fundadores – as cadeiras em causa.

Ressalta ainda que a tendência local que, o ensino da antropologia bem como da pesquisa etnográfica iriam tomar dependeria de ... orientação metodológica e teórica filosófica; da posição ideológica ou doutrinal, a colocação em referência as “escolas” ou concorrentes de pensamento etnológico, as preferências temáticas de cada um desses antropólogos oriundos da medicina (op.cit.:261-262).

Na seqüência, o autor faz um breve resumo dos expoentes pioneiros da antropologia que tiveram os cursos da área da saúde como formação, entre estes expoentes se destacavam: ...Arthur Ramos, médico legista e psiquiatra, na Bahia; Osvaldo Cabral, também médico legista em Santa Catarina, criou os laboratórios de antropologia física e de arqueologia, além de fundar o Instituto e o Museu de Antropologia na Universidade Federal daquele Estado; no Rio Grande do Sul são citados Salvador Petrucci e Raul di Primo; René Ribeiro, psiquiatra, na Universidade Federal de Pernambuco, desenvolveu conceitos e métodos da psiquia-

tria e da psicologia com vistas a interpretar fenômenos mediúnicos nos cultos afro brasileiros, contribuindo com Hersbovits para “caracterizá-los como normais e de natureza cultural”; Armando Bordalo da Silva, médico, da Universidade Federal do Pará se “dedica a biotipologia e a Educação Física” e no Museu Emílio Goeldi, em arqueologia, folclore, problemas bio sociais (alimentação) e estudos regionais; em Alagoas, Théo Brandão, farmacêutico e médico, que se dedicou “aos problemas do Folclore da Linguagem e das duas coleções originou-se o Museu da ufa que tem como proposta a socialização da arte popular e ao artesanato, dos costumes locais e do nordeste em geral; no Ceará, Florival Seraine que se interessa por “antropometria e estende seus trabalho à cultura e aos problemas dialetológicos e linguísticos” já na arqueologia, etnografia e na sociologia cearense praticada na Universidade Federal, ressaltam os trabalhos de Carlos Studant Filho (ambos médicos); na Escola de Sociologia e Política da Bahia o “curso de Antropologia” esteve a cargo do Dr. Raimundo Nonato de Almeida Goulart (médico) que se dedicou a “questão da infância e a história social da nossa profissão”; em Sergipe “inicia-se o ensino da Arqueologia com o dentista Dr. Felte Bezerra com curso médico até o 4º ano, que investiga o ângulo antrope-sociológico, crenças, magia, elementos simbólicos, festas religiosas, cultos, Xangôs ...cria o Instituto de Ciências Sociais”; na Universidade do Paraná, destaca-se José Loureiro Fernandes “a par de urólogo e cirurgião diplomado no Rio de Janeiro, especializado em cursos na Europa e de docente daquelas disciplinas na Faculdades de Medicina de Curitiba, em 1940 é o primeiro catedrático de Antropologia e Etnografia Geral e do Brasil”, ...destaca-se no estudo dos problemas de Focllore e ...especialmente de Arqueologia criando o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas ...se interessa e publica, a princípio, (textos) sobre questões de hematologia étnica e de antropometria de índios brasileiros.

Dos acima mencionados, Loureiro manteve intensa correspondência com Oswaldo Cabral (SC); René Ribeiro (PE) e Théo Brandão (AL), já com Armando Bordalo da Silva (PA) as cartas trocadas foram poucas.

Estes “traficantes do simbólico” reuniram peças etnográficas e arqueológicas, nos museus das universidades públicas e ou instituições científica, que constituem um patrimônio museológico brasileiro que dificilmente pode ser trabalhado com sistematização, tendo em vista as ori-



gens da sua formação, a despeito da disponibilidade dos especialistas em diferentes áreas que atuam nestes espaços culturais. Conhecer, a partir das especificidades locais, a formação deste patrimônio museográfico se constitui da maior importância para a história e o entendimento da museologia brasileira.

Azevedo, refere-se aos trabalhos publicados por Loureiro nos anos de 1937/1939 e 1955 (Ver Quadro 7). Ora se em 1937, Loureiro usou a terminologia médico-geográfica para descrever o litoral e sua ocupação em 1939, ele intitular seu trabalho de notas hemato-antropológicas, para descrever comunidades indígenas do segundo planalto paranaense, o que não é um forte indicativo do afastamento da linguagem médica, em seu discurso, enquanto catedrático de antropologia que já atuava nas salas de aula e organizava as “excurções de estudos”.

## QUADRO 7

Textos de Loureiro Fernandes elaborados sob influência da sua formação médica

ANO	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULO	REFERÊNCIA
1937	Etnografia/Geografia (artigo)	Caiobá – Esboço médico-geográfico	Publicação avulsa, empresa Gráfica Paranaense Ctba., 19p.
1939	Etnografia (artigo)	Notas hemato-antropológicas sobre os Caiguangues de Palmas.	Separata da Revista Médica do Paraná nº 1 e 2 – Ano VIII – Empresa Gráfica Paranaense – Ctba. 8p.
1955A	Etnografia (artigo)	Os sepultamentos no sambaqui de Matinhos	Separata dos Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas – S. Paulo p.579/602
1955B	História (conferência)	Contribuição à antropometria e à Hematologia dos Kaiganges no Paraná (Resumo)	eparata dos Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas – S. Paulo p.895/898

Azevedo acredita que *...aquelas escolhas de ou dos médicos obedeceram a velha idéia de que a Antropologia era Antropologia Somática que se chegou a ser chamada de “zoológica”. Havia também o curso de anatomia comparada, ministrado no Faculdade de Medicina do Rio, onde*

*Loureiro se graduou em 1927, que se situava também nos instrumentos teóricos e conceituais, ...nos conhecimentos de anatomia, de embriologia, de fisiologia que lhes permitiam muitas vezes através de cursos e estudos sistemáticos, a maioria das vezes, de modo autodidata, ordenado e consciencioso, sempre enveredar pela problemática da Antropologia Física, Cultural ou Social ...dessa maneira, contribuíram para o desenvolvimento da hodierna Antropologia Brasileira, seja aquela voltada para a Genética Humana e Étnica, a Paleontologia e a Antropogênese, seja para as questões genericamente rotuladas de Culturais e Sociais (op.cit :263-268).*

Impulsionados pelo movimento modernista que emergia, incentivando e valorizando o olhar que se dirigia para a produção do homem, a intelectualidade da época também se interessava pelas manifestações populares e culturais, despertando o interesse para esta área do conhecimento. Se os conteúdos das disciplinas eram condicionados ao que foi determinado pela nacional, como já foi visto, os pontos organizados para as provas e avaliações ficavam a critério do professor responsável pela cadeira e, o controle do cumprimento do programa, era registrado nos relatórios anuais dos inspetores federais.

Loureiro organizava seus programas, utilizando-se do conhecimento adquirido em sua formação básica. Pode-se entender porque, por exemplo, no programa de etnografia e de antropologia para o ano de 1940 foram priorizados itens relacionados com a questão física do conhecimento antropológico (Ver Quadro 8).

## QUADRO 8

Matéria Lecionada em Antropologia e Etnografia Geral no  
2º trimestre de 1940

- 1 Antropologia: definição, esboço histórico
- 2 Fatores diferenciais entre o homem e os antropóides
- 3 Fatores diferenciais nas raças humanas.Estrutura
- 4 Pele. Corte a microscópio
- 5 Pigmentação
- 6 Cabelos e pelos
- 7 Biometria.Definição e divisão
- 8 Síntese dos conhecimentos etnológicos biométricos
- 9 Índice cefálico, a ponto parietal
- 10 Índice facial, índice quático, índice nazal
- 11 Índice palitário, índice orbitário angular perfil total
- 12 Síntese dos conhecimentos biotipológicos
- 13 Walter Nilo, Bemacke, Dr.Giovane Viola
- 14 Barbára classificação biotipológicaClassificação (Berardinelli)

*Fonte: Relatório da Inspeção Federal do 2º semestre - Gaspar Velloso- ano/1940  
Arq/SED*

Se são observados os três quadros seguintes, (Quadros 9, 10, 11) nota-se que , dos itens escolhidos para a 2ª prova parcial de 1942 da cadeira de antropologia do 1º e 2º ano, de etnografia do Brasil do 3º ano e os conteúdos ministrados nessas disciplinas, fica flagrante o realce dado aos temas vinculados à arqueologia e, em especial, a abordagem físico-anatômica em detrimento dos itens que trabalharam as questões culturais e etnográficas.

## QUADRO 9

Matéria Lecionada na Cadeira de Antropologia do 1º e do 2º anos do Curso de Geografia e História (rodízio) durante julho/ago/set/1942

- 1 O fogo - Métodos de sua obtenção
- 2 Armas. Armas de mão
- 3 Armas de arremesso
- 4 Armas de projeção (funda, propulsar, jalabitam)
- 5 Armas de projeção (arco e flecha)
- 6 Aula prática: armas de projeção (arco e flecha)
- 7 Aula prática: armas
- 8 Armas defensivas – Guerra
- 9 Vestuário - A tanga
- 10 Matérias têxteis
- 11 Vestuário – Acessórios
- 12 Fiação e tecelagem
- 13 Trançados e cestaria
- 14 Cerâmica
- 15 Matrimônio - Levirato
- 16 Família
- 17 Raça Grimaldi
- 18 Clã e tribu
- 19 Narcóticos
- 20 Esquimós - Povos da terra

*Fonte: Relatório da Inspeção do 2º semestre – Dr. Aryon N. da Silva  
– ano/1942 Arq/SED*

## QUADRO 10

Matéria Lecionada na Cadeira de Etnografia do Brasil, do 3º ano do Curso de Geografia e História durante os meses de julho,ago,set/1942

- 1 Sambaquis
- 2 Esteiras
- 3 Arqueologia da bacia Amazonas. Marajó
- 4 Marajó (Cerâmica do Pacoval)
- 5 Camutins Sta Isabel. Hipogeos (Cunanin Maracú)
- 6 Jazidas espeleologicas. Lagoa Santa
- 7 Classificação etnográfica. Von den Stein
- 8 Classificação etnográfica. Contribuição de Martius
- 9 As zonas etnicas de Enrinfeich. Os Tupis-Guaranis
- 10 Cultura material Tupis Guaranis
- 11 As habitações pré-históricas no Brasil
- 12 Mobiliário. Plantas cultivadas pelos Tupis-Guaranis
- 13 Animais Domésticos. Conserv. e preparo de alimentos
- 14 Seminário. Interpretação ergológica da coleção de armas

Fonte: *idem*.

## QUADRO 11

Questões para a Segunda Prova Parcial/1942

Questões propostas para Antropologia (1º e 2º anos)

- 1 Que são os fósseis de Grimaldi
- 2 Caracterizar os fósseis de Grimaldi
- 3 Qual o interesse desta descoberta

Questões propostas para Etnografia do Brasil (3º ano)

- 1 Quais os principais vestígios de habitantes pré-históricos no Br ?
- 2 Em que lugares se encontraram esses vestígios.
- 3 Quais os principais estudos e a que resultados chegaram estas descobertas?

Fonte: *idem*.

Sem dúvida, Loureiro aprofundou e ilustrou tais conteúdos didáticos, utilizando-se do conhecimento adquirido em sua formação básica e nas leituras que já fazia sobre as descobertas arqueológicas<sup>139</sup>; por isso, os conteúdos de antropologia se mesclavam com os de arqueologia. No programa de antropologia (Ver Quadro 9), o item 17 que se refere a “raça grimaldi”, ao ser transformado em questão de prova, passou priorizar detalhes daquela descoberta arqueológica, como pode ser visto no Quadro 11, nos itens 1, 2, 3 do programa de etnografia - as habitações pré-históricas do Brasil - ao se transformar em questão de prova foi enfatizada a localização geográfica e os resultados destas descobertas. Os limites etnográficos na época estavam bem expressados.

Exemplos como estes podem ser encontrados em vários relatórios oficiais dos Inspetores, fato que é observado até 1951 quando se realiza uma alteração no conteúdo dos programas das mesmas cadeiras, nas quais, em etnografia do Brasil, apesar de tema ainda ser abrangente, já se demonstrava um aprofundamento dos itens, mesmo a relação hora aula/nº de itens e o enfoque ainda direcionado para a arqueologia brasileira. Já na cadeira de antropologia permanece a ênfase nos aspectos físicos sem, no entanto, ser feita qualquer menção à abordagem arqueológica.

Complementando a sua explanação, Azevedo discorre sobre os demais óbices que teve que enfrentar para o exercício da docência, ressaltando entre eles *...a formação teórica; a pouca experiência de campo dos professores; o exercício em tempo mais que parcial tendo em vista os afazeres médicos e clínicos; a bibliografia estrangeira para ser adotada pelos alunos; o isolamento dos docentes das áreas periféricas do eixo Rio e São Paulo, em relação aos pesquisadores visitantes estrangeiros; falta de recursos para aquisição de equipamentos básicos para pesquisas como máquinas fotográficas, de datilografas e gravadores ... (o autor considera que) os pioneiros contribuíram de forma muito significativa com seu saber e formação sistemática noutros campos, embora não tivessem sido formados para a Antropologia e, uma formação secundária e mesmo universitária com muita boa base de vernáculo e línguas, de filosofia, de física e outras ciências que ajudaram a caminhar cientificamente no campo da antropologia ... (realça que, favorecidos por estímulos como) a ida a alguns congressos ... (op.cit: 270-277).*

Loureiro se enquadrava em todos os itens mencionados por Azevedo, sendo, inclusive, muito significativo o seu desempenho enquanto urologista, seja no exercício clínico ou burocrático da função junto às instituições de saúde do estado, seja na docência já exercida na faculdade de medicina<sup>140</sup>, portanto, de acordo com a sua prática, nada mais natural que todo este lastro fosse empregado em benefício do conhecimento das humanidades.

Se a disciplina de antropologia recebeu, em seus primórdios, uma forte influência da medicina, os programas voltados para as ciências sociais estavam fundamentados nas noções básicas dos conceitos atuais dos cursos de direito, psicologia e filosofia, ministrada pelo advogado e Prof<sup>o</sup> Bento Munhoz da Rocha Neto<sup>141</sup>. (Ver Quadro 12)

#### QUADRO 12

Cadeira de Sociologia do 3º ano do Curso de Ciências Sociais prof. Bento Munhoz da Rocha (1948)

Março a Junho

- 1 Abertura do curso
- 2 Noções gerais de sociologia jurídica
- 3 Direito natural e direito positivo
- 4 Fontes do direito
- 5 Materialismo
- 6 A desagregação da concepção integral do direito
- 7 O Estado e a Igreja
- 8 A Igreja e a Família
- 9 As funções sociais da Igreja

10 Revisão da matéria dada

Julho a Setembro

- 1 A igreja e o Comunismo
- 2 Patologia Social - as guerras
- 3 Revoluções
- 4 Crítica das doutrinas sobre a guerra e revoluções
- 5 Considerações sobre patologia social
- 6 Crime e criminalidade
- 7 problema do desemprego nos países industriais
- 8 O pauperismo
- 9 Alcoolismo
- 10 Crises
- 11 A Sociologia conjugal
- 12 A Sociologia paterna

Fonte: *Relatório da Inspeção Federal (1948) de José Clemente. Arq/SED.*

*...nós somos proprietários da cadeira de História da América e exercemos por três anos e continuamos a exercer, a cadeira de Sociologia ...o que estamos focalizando é a duplicidade do critério. São dois pesos e duas medidas...*

*(Bento Munhoz da Rocha/1942)*

O enriquecimento e aprimoramento deste conhecimento etnológico emergente se daria, também, com a promoção de cursos complementares ou de extensão, conferências de “especialistas de excelência” dos grandes centros que eram convidados, além de palestras realizadas sobre as publicações disponíveis sobre temas afins. Tais promoções aconteciam, nesta ocasião, no espaço físico da FFCL e no auditório do CEB, onde professores e alunos eram convidados e, dependendo do tema e do palestrante, o Círculo de Estudos Bandeirantes noticiava nos jornais enfatizando a sua importância para o “desenvolvimento e progresso social da cidade”<sup>142</sup>.



## O Ensino da Língua Tupi na FFCL do Paraná

*...Darcy Ribeiro foi admitido como professor regente ...na Faculdade Nacional de Filosofia ...nas demais - eram mais de quarenta na época - não houve provimento ...língua tupi ninguém sabia para ensinar ...a lei foi ignorada (Castro Faria/1984).*

Ao ser criada pelo Decreto Lei nº 2.311 de 3 de setembro de 1954, a cadeira de etnografia brasileira e língua tupi, para ser ministrada para o curso de geografia e história, expõe mais uma das medidas inócuas da política educacional do ensino superior no país.

Caracterizando-se como uma das providências iniciais, concretas da reforma universitária prevista na Constituição de 1946, o decreto Lei nº 2.311 encontraria um contexto didático pedagógico incipiente para sua aplicabilidade, sendo considerado por Castro Faria como “a única tentativa de ampliar o espaço já ocupado pela Antropologia no ensino superior”. No Paraná, as tentativas para sua implementação foram persistentes e o ensino de noções de tupi guarani já constava no programa da cátedra de etnografia, desde a instalação do curso de geografia e história.

Em 1938, ao ser concebida e fundada, a FFCL no Paraná teve a sua organização pautada no padrão que estruturou a Faculdade de Filosofia de São Paulo, criada em 1934, e na qual já figurava no currículo do curso de geografia e história, a cátedra de etnografia e noções de tupi guarani, o mesmo procedimento tentou seguir a co-irmã paranaense. Segundo Ata do CTA da FFCL de 23 de abril de 1938, “o Professor José Loureiro Fernandes foi designado regente da Cátedra”.

Não foram localizados os relatórios anuais referentes aos anos de 1938 e 1939, o que impossibilita a apreciação do conteúdo desta disciplina, neste período, se é que ela foi ministrada.

Com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (Decreto Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939), novas orientações foram determinadas, a nível federal, devendo as escolas de ensino superior que tivessem cursos mencionados na lei adaptar-se para serem reconhecidas.

No Paraná, após a reformulação aos padrões da FNEF, as cadeiras de etnografia, de antropologia, e etnografia do Brasil<sup>143</sup> permaneceram sobre a responsabilidade do então catedrático José Loureiro Fernandes que, mi-

nistrando noções de cultura indígena com ênfase nas generalidades sobre os tupis-guaranis, no segundo semestre para o 2º e 3º anos (Quadro 13).

### QUADRO 13

Matéria Lecionada na Cadeira de Etnografia do Brasil do 2º e 3º ano do Curso de Geografia e História

Março a Julho

- 1 Programa das aulas. Noções gerais de Etnografia e Cultura
- 2 Histórico do desenvolvimento do Brasil
- 3 Dados etnográficos dos primeiros cronistas do Brasil
- 4 Os grandes naturalistas e etnógrafos da nossa Etnografia
- 5 A expedição ao Xingu
- 6 A 2ª expedição ao Xingu, resultados das expedições ao Xingu
- 7 Classificação etnográfica do indígena brasileiro. Consid. gerais
- 8 Classificação etnográfica do indígena brasileiro. D Orbigny e Martins
- 9 Classificação de Karl Von Den Stein e Ehrenrich
- 10 Jazidas paelontológicas brasileiras: os sambaquis
- 11 As diversas correntes quanto à formação dos sambaquis
- 12 Definição, forma dos sambaquis
- 13 A arqueologia da bacia Amazônica. Considerações gerais
- 14 Apreciação de teses

## *Agosto a Novembro*

- 1 Arqueologia da Bacia Amazônica - Introdução
- 2 As jazidas de Guarani; Maracá, Marajó e Caiana
- 3 As jazidas de Santarém
- 4 Rio Tafé, Japurá, Napo e Beni
- 5 Cerâmica de Marajó
- 6 Cerâmica do rio Beni e da Província de Mojos
- 7 Província de Lara: compra dos achados arqueológicos
- 8 Comparação das peças de cerâmica encontradas na Amazônica, entre si com a cerâmica das....
- 9 Os Tupi - Guarani: considerações gerais; seu...
- 10 As migrações. Localização das principais tribos Tupis-Guaranis
- 11 Cultura material dos Tupis-Guaranis - generalidades
- 12 A habitação dos Tupinambás
- 13 O mobiliário
- 14 Plantas cultivadas
- 15 Domesticação de animais
- 16 Preparo e conservação dos alimentos
- 17 A pesca, métodos de pesca
- 18 A caça, métodos de caça
- 19 As armas de caça e pesca

*Fonte: Relatório Anual da Inspeção Federal - 4º trimestre - Gaspar Velloso  
Ano 1946 Arq/SED*

Como material didático, Loureiro utilizava-se de artefatos de cultura material, de diferentes procedências, que foram constituindo o museu etnográfico da FFCL, como ficou registrado em vários documentos<sup>144</sup>. Somente no relatório anual de 1946 é que se encontrará a menção sobre o 2º curso de extensão de língua tupi, sem que fosse mencionado o responsável pelas aulas e não sendo encontrada nenhuma outra referência ao ensino da língua tupi-guarani.

Quando é decretada a Lei nº 2.311 em setembro de 1954, Loureiro faz, na sessão do CTA, um arrazoado sobre como ele entendia a aplicabilidade da mesma, na FFCL paranaense<sup>145</sup>. Inicialmente, o catedrático afirma que *...em conformidade com o dispositivo do seu Artigo 14 (referia-se a Lei nº 1.190), a referida cátedra, além das disciplinas de etnografia geral*

*e antropologia e que são ministradas, respectivamente, na 1ª e 2ª séries do supramencionado curso, (ele) tem ministrado, o ensino de etnografia do Brasil na 3ª série, ininterruptamente, durante 12 anos, organizando para tal ensino, material didático, compreendendo no seu acervo cerca de 600 peças colecionadas entre as populações ameríndias, ainda sobreviventes no território nacional<sup>146</sup>.*

Adiante, o professor critica o texto legal e com base no Art. 56 da Lei nº1.190 que dispõe sobre os casos omissos não regulados na lei, solicitando ao CTA que dirigindo-se a diretoria do ensino superior do MEC e solicitasse a manutenção da ...*cátedra de Etnografia do Brasil, na situação em que se encontra no curricullum didático da Universidade do Paraná alegando a impropriedade da política educacional que "torna medidas de efeito retroativo" tendo em vista que "numa época em que se realizam enquetes sobre as modificações possíveis de sua organização" (referia-se as Faculdades), e na qual se verifica como sucedeu em Viena, no Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnografia, que a tendência hordierna, face a grande produção científica, é a especialização, no Brasil as medidas são tomadas para impedir o progresso da ciência.*

Em defesa da manutenção do disposto na Lei nº1.140, Loureiro realça que ela ...*havia colocado o problema, no que diz respeito ao estudo da Etnografia do Brasil, a qual como ciência que se vale de métodos históricos, cumpria fosse lecionada no terceiro ano do curso de Geografia e História concomitantemente com disciplinas que estudam o Brasil sob outros aspectos específicos e fosse tratada por quem, especializado em estudos de etnografia geral, pudesse melhor orientar os alunos em incipientes estudos e pesquisas no setor da cultura brasileira ... (e sugere)* 1) *deve ser mantido o ensino de Etnografia do Brasil conexo com o de noções de Etnografia Geral, no atual curso de Geografia e História, até que, reforma decorrente do progresso de estudos especializados, permita a realização dos cursos dentro do orientado critério de grupos de disciplinas obrigatórias e de escolha facultativa; 2) deve ser criada, para pleno cumprimento da Lei, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, a cátedra de Língua Tupi e de Princípios de Linguística Geral e Americana; 3) devem ser ouvidos a propósito da cátedra a ser criada, o Centro de Estudos Linguísticos e a Seção de Linguística do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, enti-*

*dade nas quais se reúnem os especialistas, categorizados em nosso meio em estudos dessa natureza.*

Ao ser aprovado, o regimento interno da FFCL passou a figurar como cátedra a disciplina de língua tupi, enquanto que a etnografia do Brasil como disciplina. Com esta estratégia, Loureiro conseguiu que a cátedra de língua tupi-guarani permanecesse em “stand by”, uma vez que a docência da cátedra privativa de professor catedrático, sem formalmente ferir o texto legal. Enquanto que, a disciplina ou cadeira poderiam ser ministradas por qualquer outra categoria de professor, dando assim continuidade ao ensino de noções de Tupi Guarani<sup>147</sup>.

Castro Faria comenta ainda que em *...1956 a Diretoria do Ensino Superior do mec, não tinha posição firmada sobre a maneira de fazer cumprir essa lei ...Etnografia do Brasil já fazia parte do currículo e língua tupi ninguém sabia para ensinar ... (como) não houve lugar para uma etnografia do negro (apenas indígena), ...convém acentuar também, o fato de que havia um reconhecimento de uma etnografia do brasileiro ...a noção de tipo étnico, que passou a coexistir com a de tipo social ...levou a Roquette Pinto a abrir espaço no Museu Nacional para a etnografia sertaneja ... entretanto não foi matéria de ensino ...manteve-se no Museu Nacional como etnografia regional, como exposição, práticas de colecionamento e ...como área de pesquisa com a valorização do artesanato, recentemente (Castro Faria, op.cit:240)*

A separação dos departamentos didáticos, em 1960, oportunizará a solução para a disciplina tupi-guarani. Esta necessidade será suprida com a contratação de Aryon Dall'Igna Rodrigues, para *...reger as disciplinas de Linguística Geral e Língua Tupi Guarani ...pessoa de notória capacidade (em condições) para exercer sob contrato a função de catedrático ... pela sua competência, ex-aluno desta Faculdade e com especialização por diversos cursos realizados na Europa ... atualmente, o seu contrato não se fez na base de professor catedrático, advindo daí acordo com o Instituto de Pesquisas, para melhorar a situação financeira daquele Professor, cujo o horário deverá ser em Regime de Dedicção Exclusiva nesta Faculdade, para que se possa dedicar à pesquisa científica no seu setor de especialização*<sup>148</sup>.

As vésperas de ser sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases, a de nº4.024 de 20 de dezembro de 1961, a FFCL já se movimentava para mudan-

ças estruturais, de forte alcance na continuidade das pesquisas, na contratação de docentes e na configuração dos cursos, cátedras e disciplinas.

Com o objetivo de dinamizar os projetos de pesquisa desde 1959, os professores catedráticos José Loureiro Fernandes e Cecília M<sup>a</sup> Westphalen do curso de geografia e história já desenvolviam atividades e exposição de motivos, em sessões plenárias do CTA, na direção de não só separar os dois cursos, como também criar departamentos independentes de antropologia e história, respectivamente, mesmo enfrentando as dificuldades regimentais.

No caso do ensino da língua tupi-guarani, agora que se apresentava um especialista, Loureiro propõe que a Lei nº 2.311, ainda em vigor na ocasião, fosse cumprida, não mais no curso de línguas e na seção de estudos lingüísticos do IP, como havia sugerido em 1954, mas que fosse absorvida pelo embrionário departamento de antropologia, “enquanto cátedra de Etnografia do Brasil e Língua Tupi Guarani conforme dispõe a citada Lei 2.311”<sup>149</sup>.

Portanto, a indicação de Aryon D. Rodrigues para assumir a cátedra revolveria a questão legal, ainda em aberto como também, daria peso e consistência ao novo projeto de Loureiro para a instalação de um Departamento Didático voltado para os estudos da antropologia, na FFCL.

Mas a questão regimental se constituía em um grande obstáculo. Mesmo tendo sido aprovado o contrato do Prof. Aryon D. Rodrigues, pelo conselho universitário, suas atribuições eram muito específicas, ou seja, ...reger as disciplinas de lingüística geral e língua tupi guarani e colaborar no curso do prof. catedrático de Antropologia e Etnografia<sup>150</sup>.

Procurando regularizar esta questão junto ao regimento interno, Loureiro em sessão do CTA sugere, ...ao Conselho a alteração do Regimento Interno da Faculdade cuja modificação consiste em ser eliminado o Art. 215º do Título xv (das Disposições Gerais e Transitórias) bem como proceder a reunião da Disciplina de Etnografia do Brasil à Cadeira de Língua Tupi Guarani, para formar a cadeira de Etnografia da Lei nº 2.311 de 3 de setembro de 1954 – Relator: Prof. Rosário Farâni Mansur<sup>151</sup>.

Loureiro, na última sessão do CTA do ano, teceu considerações relativas às dificuldades verificadas no decurso do ano letivo com os trabalhos escolares da cadeira de antropologia e etnografia, ...uma vez que ainda se encontra onerado com a disciplina de Etnografia do Brasil que não mais

lhe pertencia ...(solicitando que seja confiada) a um dos Licenciados ...renovando proposta para o Licenciado Aryon Dall'Igna Rodrigues reger a nova cátedra<sup>152</sup>.

No ano seguinte, o Prof. Aryon Rodrigues solicita a modificação do seu contrato de trabalho a fim de que conste para reger a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi, criada pela Lei nº 2.311 ...discutido o assunto foi aprovado o pedido, devendo a proposta seguir à Reitoria, para os devidos fins. Na mesma sessão do CTA, o Prof. Aryon encaminha programa da cadeira de etnografia brasileira e língua tupi, para o ano de 1962, tendo sido aprovado<sup>153</sup>.

Com a transferência do prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues para a Universidade de Brasília em 1962, o departamento de antropologia segue realizando modificações na sua estrutura e a disciplina de língua tupi não é mais ofertada na UFPR, a não ser enquanto curso de extensão (Ver Quadro 15)<sup>154</sup>.

Se o ensino da língua Tupi não teve, no Paraná, muita duração sem dúvida, a Lei nº 2.311 que o instituiu, em muito auxiliou na implantação e concretização do DEAN, como será visto.

## O Museu da Cátedra e os Artefatos Etnográficos

*...o Sr. Presidente pediu que fôsse oficiado ao Sr. Dr. Osvaldo Lacerda agradecendo todas as atenções e prendas à Faculdade e especialmente o Museu de Geografia e História...*<sup>155</sup>

Entre os Melhoramentos realizados, na faculdade de filosofia em 1941, ficou registrado a ampliação do Museu de Geografia e História<sup>156</sup>.

Na leitura da documentação fica muito claro que, mesmo antes de 1942, quando Loureiro Fernandes “reforçava, com novos espécimes, o gabinete de Etnografia”, enquanto profº catedrático da cadeira de antropologia e etnografia, ele já sabia com que peças poderia contar para dar sustentação didática à sua cátedra. No relatório da inspetoria geral da FFCL, relativo ao ano de 1942, consta no item Museu de Etnografia: *...o referido museu, está composto do seguinte: 1) coleções etnográficas dos índios caiopós e carajás; 2) material etnográfico das populações aborígenes da*

Bolívia; 3) material etnográfico dos índios botocudos, dos estados do Paraná e Santa Catarina; 4) material lítico dos Estados do Paraná e Santa Catarina; 5) algumas peças dos índios tucanos e macús da Amazônia; 6) aparelho de projeções fixo-luminosas completo, além de variado material etnográfico. Este material está colocado em armários próprios na sala nº 9 do edifício<sup>157</sup>.

No mesmo ano, Loureiro pronuncia um aparte comunicando à ...Casa os agradecimentos ao Cel Drº Temístocles Paes de Souza Brasil pelos valiosos donativos à sua cadeira de Etnografia dando novas prerspectivas ao ensino<sup>158</sup>. No relatório anual do ano de 1942, em Melhoramentos, é citada a ...nova ala da Faculdade onde estão situados os laboratórios de química, física e história natural, todos dotados de museu, materiais, aparelhos ...graças a doações do Cel. Temistocles Pais de Souza Brasil, no ano passado, o museu etnográfico do curso de geografia e história se acha enriquecido de valiosas peças indígenas que ilustram sobre modo as aulas dessas disciplinas<sup>159</sup>.

Percebe-se que o entendimento do conceito de museu, na época, confundia-se com o de “coleções de estudo”, sendo consideradas a reunião de peças e/ou espécies faunísticas ou botânicas para estudos e análise, um museu<sup>160</sup>.

Já, no Rio de Janeiro, Castro Faria realça na conferência proferida em 14/04/1947 por ocasião da reabertura das novas exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional, a participação de oficiais do exército na coleta de material etnográfico em atividades oficiais ou não, relatando que, ...sob a direção de F.L. César Burlamaqui (1847-1866), o Museu conseguiu dispor de pequena verba para designar o tenente-coronel Francisco Raimundo de Faria como colecionador de “Produtos naturais e etnográficos no vale do Amazonas”. Foi essa a primeira referência que foi encontrada sobre o colecionamento de material etnográfico por conta do Museu ...começava, então, o Museu a participar diretamente da coleta de espécimes para os seus “mostuários” (Castro Faria, 1949:7)

Pode-se dizer que, estas “coleções de estudos” constituíam o “museu da cátedra” ou o “museu de etnografia” (ou ainda) o “laboratório de etnografia da UFPR”, conforme eram citadas nas fontes, e que tiveram, na coleta aleatória, na doação espontânea e na compra direcionada as suas formas de aquisição provocando uma profunda influência na deturpação



sobre o conceito e o papel social dos museus, inclusive nas Universidades (Furtado, 1989: 89-95).

Mas é interessante destacar que, tanto no Rio de Janeiro como no Paraná e, certamente em outros estados, houve uma participação efetiva de oficiais do exército na coleta de material etnográfico seja em suas missões oficiais ou mesmo enquanto designados para esta exclusiva tarefa que, sem dúvida, estava direcionada para o reconhecimento de fronteiras e a identificação de riquezas, o que merece ser aprofundamento uma vez que está diretamente relacionada com os primeiros contatos com inúmeras comunidades indígenas de todo país, antes da criação da FUNAI.

Na seqüência da documentação paranaense, em 1943, Loureiro registra que ...o gabinete de Etnologia recebeu uma grande remessa de material indígena vindo da Bolívia<sup>161</sup>.

A origem deste material está relacionada com os contatos feitos entre a pesquisadora/etnógrafa Wanda Hancke e o MPR em 1941. Nesta ocasião, tendo em vista que o parecer do delegado local (David Carneiro) do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil foi considerado favorável, uma vez que ...não cabe a intervenção daquele conselho, uma vez que sendo a sua finalidade a proteção do patrimônio artístico e científico nacional, as suas atribuições não poderão incidir em coleções de origem estrangeira que tenha entrado no país, as negociações entre a pesquisadora e o CA/MPR foram iniciadas<sup>162</sup>. Por mais de um ano correspondências foram trocadas e a compra deste material foi realizada com recursos do governo do estado e da AFF estando no acordo que a coleção seria dividida sendo que sua metade iria para a Faculdade de Filosofia e a outra metade ficaria no MPR. As peças bolivianas entraram no Brasil por Campo Grande, Mato Grosso e a pesquisadora ao chegar em nosso país ainda realizou pesquisas entre os cainguangues dos postos indígenas de Faxinal e do Ivaí<sup>163</sup>.

No ano de 1945, a coleção de peças indígenas foi consideravelmente aumentada com notáveis peças adquiridas dos missionários dominicanos do Araguaia<sup>164</sup>.

Adiante, em 1948 na ata nº35 da Congregação da Faculdade de Filosofia onde se encontra o Relatório anual de 1947, no Item Situação dos Laboratórios consta que o Gabinete de Etnografia adquiriu dos estabelecimentos "Les fils d'Emile Deyrolle" e do "Musée de L'Homme" va-

riadíssimo material etnográfico e antropológico entre outros, o material pertencente ao Homem de Neanderthal<sup>165</sup>.

Estas peças irão compor também as exposições do Museu Paranaense, estarão presentes nas exposições temporárias realizadas no CEB, no departamento de antropologia e muitas serão levadas para integrar o acervo de etnologia indígena do MAAp, como será visto no próximo capítulo.

#### QUADRO 14

##### Exposições Temporárias Etnográficas realizadas entre 1956/1959

PERÍODO	TEMA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
Abril/56 (1)	Mato Grosso, Goiás e os Xetás	CEB	Dia do Índio. Com peças do MPR
Out/58 (2)	O Índio Brasileiro	DEAN	Comemorativa a inauguração dos prédios da FFCL e Reitoria. Peças do Museu do Índio (RJ)
Abril/59	O Índio Americano	DEAN	Dia do Índio. Peças do mpr. Participação de monitores do Curso de História e Geografia
Jul//59	Os Índios Xetás e Darwin	DEAN	IV Reunião Brasileira de Antropologia. Colaboração BrithisMuseum
Ago à Dez/59	Declaração dos Direitos Humanos	DEAN	Colaboração do IBECC

*Fontes: (1) Relatório do CEB relativo aos anos 56/57 Arq/CEB. Possivelmente esta tenha sido a primeira exposição temporária sobre etnologia indígena, aberta ao público, em Curitiba; (2) e as três seguintes, in, Nunes, M.D. (1966:1-9).*

O pensamento contemporâneo da museologia está ancorado no entendimento da montagem de uma exposição como um veículo de comunicação pelo qual os museus socializam a informação científica e estabelecem condições para a expansão do conhecimento, ampliando assim, em muito, o seu papel e função social.

Transformar esta teoria em prática de trabalho, com a produção cultural que compõe “as coleções museológicas” remanescentes desta fase inicial das pesquisas de campo, em um país como o Brasil, tem sido o maior desafio que os especialistas de diferentes áreas do conhecimento

têm que enfrentar não só para desenvolver uma análise documental sobre o artefato como também, para projetar uma exposição museológica.

Vários autores já escreveram sobre a questão do colecionismo, o papel das coleções existentes nos museus etnográficos e a socialização deste conhecimento sistematizado, entre eles. Destacamos dois trechos de dois textos de Bertha Ribeiro (1989 e 1992), onde a autora enfatiza os problemas mais representativos de estudiosos que buscam, nas coleções etnográficas dos museus, fontes de análise e pesquisa para melhor conhecimento, principalmente, dos grupos indígenas brasileiros.

No primeiro, a autora vai esclarecer que ...fazia parte do discurso de uma elite ilustrada euro americana, que valorizava as expressões materiais indígenas e se sentia na obrigação de conservá-las, como um tributo do mundo civilizado às populações colonizadas, que sofriam essa e toda a sorte de expoliações. Era uma forma de preservar sua história hibernando nos museus enquanto os seus protagonistas definhavam e desapareciam (Bertha, op.cit:111). No outro, a mesma autora questiona, ...como extrair, informação científica, cultural e simbólica de objetos mudos, carentes de dados mínimos para subsidiá-la? (Ribeiro, 1992: 77)

Cunha (1996) enriquece estas afirmações comentando que, *...as coleções que deram origem aos chamados museus etnográficos, como ainda àquelas coletadas nas primeiras décadas do nosso século: um rico acervo resultante de pesquisas, doações, contatos que tem o seu potencial documental reduzido ao mínimo, devido a inexistência de um tratamento adequado (acrescenta ainda), se na origem estes acervos têm a ligação com um pesquisador, ou determinado grupo, percebemos, que o crescente esvaziamento dessas instituições, em relação a pesquisadores e programas científicos, leva a tais acervos, ao status de meras peças em depósito. Este esvaziamento institucional faz com que, mesmo as informações resultantes de um processo de pesquisa anterior dispersem-se causando na maioria das vezes uma amnésia crônica nestas instituições de memória, em um descompasso institucional que provoca desentendimento e a anulação da produção científica* (Cunha, p:3).

Para Loureiro, todos “os problemas técnicos”, relacionados com as investigações arqueológicas e etnográficas que iria dar continuidade bem como as exposições do Museu Paranaense, já haviam sido discutidos, em 1950, no Rio de Janeiro, com Castro Faria quando “assentados à mesa de

muitos cafés da cidade expomos nossos contratemplos científicos”, conforme relatou a seus pares do CEB, o que legitimava o método de trabalho empregado nas instituições paranaenses. De certa forma, Loureiro reconhecia a mudanças ocorridas na museografia nacional, afinal ele, nesta viagem ao Rio de Janeiro, visitou os Museus Imperial de Petrópolis e o Nacional chegando a fazer duras críticas, em sessão do CEB, às exposições do Museu Paranaense, as quais ele considerava que “mereciam uma outra arrumação”<sup>166</sup>.

O tema da formação do acervo de etnologia indígena e cultura popular, que foi objeto de argumentação técnica na defesa e justificativa da argumentação em prol da manutenção e mandato universitário do MPR, como também para a instalação do MAAP se estende no próximo capítulo.

## A Vida Extracurricular e o Conselho Universitário

A formação da biblioteca do CEB; os contratos e viagens realizados, principalmente, com os intelectuais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, do Museu Paulista e do Museu Nacional no Rio de Janeiro; as pesquisas nas áreas de botânica, de zoologia, de biologia, de lingüística, de geografia, de paleontologia e geomorfologia e de arqueologia e etnografia emanadas das seções científicas do Museu Paranaense e capitaneadas por cientistas como Arthur Martins Franco (sucedido por Júlio Moreira); Carlos Stellfeld, pd. Jesus Moure, Francisco A. Fonseca, sucedido por Frederico Lange e pelo próprio Loureiro Fernandes, nas suas respectivas áreas de atuação, constituíram pilares seguros e cruciais para a institucionalização da pesquisa e da extensão no Paraná, que acabaram por se concretizar com a proposta e instalação do Instituto de Pesquisa na FFCL, em 1950.

Até a instalação do IP da FFCL, a vida extracurricular no ensino superior era definida pelo Conselho Universitário ...com a restauração da Universidade do Paraná, constitui competência do Conselho Universitário, organizar ...cursos, conferências e demais atividades de extensão universitária ...(e o) ...intercâmbio universitário era realizado por meio de conferências e seminários realizados por eminentes professores visitantes, que por convite direto, quer em trânsito pela capital paranaense (Westphalen 1987: 32).

No conselho universitário Loureiro Fernandes, indicado pelo Intervenitor do estado, o prof. Brasil Pinheiro Machado, como representante da Faculdade de Filosofia nos estudos preliminares para a restauração da Universidade do Paraná, é eleito em abril de 1946 representante da faculdade para aquele mesmo conselho.

Sem perda de tempo, o catedrático de etnologia geral e do Brasil e antropologia promove, no mesmo ano, três cursos de extensão trazendo da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo os especialistas estrangeiros mais experientes que atuavam no país, na época: Herbert Baldus, Emílio Willens e Harold Schulz (Quadro 15).

#### QUADRO 15

Cursos de Extensão Promovidos pelo Conselho Universitário da UPR (1946/1948)<sup>167</sup>

CURSO	ANO	MINISTRANTE	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Índios upirapés do Brasil Central	1946	Hebert Baldus	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Fatores de Aculturação	1946	Emílio Willens	
Índios umatirinas de Mato Grosso	1946	Harold Schulz	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do PR
Curso de Língua Tupi	1947		
Física e Geomorfologia (1)	1948	Reinhard Maack	

*Fonte: Atas nº74 do CTA de 8/11/47; nº76 de 3/3/48. Arq/SED. (1) Curso de Especialização de 2 anos.*

O Conselho Universitário se transformará em Instituto de Pesquisa e um novo perfil será dado às atividades extramuros ou de extensão.

## A Disputa pelo Espaço Urbano Situado entre as Ruas Amintas de Barros, XV de Novembro, Tibagi e a Praça Santos Andrade

*...Manuel Ribas, o único político paranaense da nossa história republicana que reconheceu no velho Museu (o Paranaense) o maior centro de educação popular e deixará testemunho, em atos oficiais, do seu apoio à obra de sua recuperação (Loureiro, 1956).*

### Necessidade e o Projeto para uma Sede Própria

*...resultou esta minha atitude do fato do Srº Interventor haver deixado à margem, a sugestão desta Diretoria a propósito da localização do futuro prédio do Museu (Loureiro Fernandes, 1947)*

Mas o que teria levado Loureiro a ser exonerado da Pasta de Secretário de Educação, após a implantação das duas unidades que absorviam suas atenções especialmente na Área da Arqueologia, o Museu Paranaense e a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural?

Além da polêmica causada pela permanência do Departamento de Cultura e Divulgação e do Tribunal de Contas, Loureiro anulou os exames para professores do ensino médio realizados em Guarapauava<sup>168</sup>. Tal providência teve uma repercussão muito grande nos jornais do estado com envolvimento e manifestações até mesmo da Câmara Municipal local<sup>169</sup>. Mas, a comissão de inquérito instituída pela Portaria nº. 414/48, ...aprova a anulação dos exames ...(inclusive) os congêneres realizados anteriormente aquela data, naquele estabelecimento e, solicita a substituição do Diretor por carecer de capacidade técnicas para o exercício das funções, em 26/02/1949.

Além destes fatos, soma-se mais um, a alteração da proposta do anteprojeto para a análise do Legislativo referente a composição do Conselho Consultivo da Secretaria com a inclusão de "caráter classista", de um representante do comércio, outro da indústria e um terceiro das "classes conservadoras". A participação destes últimos, foi considerada por Loureiro, uma "redundância ridícula". Logo após a aprovação da Lei nº170

de 14 de dezembro de 1948 que reestruturou a Secretaria, Loureiro pede sua demissão e rejeita o pedido de reconsideração feito pelo governador, inclusive das atividades que realizava no Museu Paranaense<sup>170</sup>.

No entanto, será no editorial da revista Médica do Paraná, da qual já havia sido redator-chefe, que Loureiro registrou seus princípios sobre a política cultural; socializa os subterrâneos do poder; alerta para a necessidade do fortalecimento das instituições sociais e culturais para garantir a modernidade do Paraná; reafirma as dificuldades e o peso para a continuidade das práticas autoritárias e, aponta para uma profunda crise local no campo da cultura, da educação e do próprio poder, ao relatar que ...não se concretizou o apoio oficial prometido por ocasião da 100ª reunião do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, ...(na qual) o próprio governador do Estado, Exmo.Sr. Moysés Lupion ...se comprometeu de suprir o museu, através da Secretaria da Educação e Cultura, os necessários elementos para efetivação dos planos já elaborados para se tornar uma instituição científica eficiente dentro do organismo do Estado (Loureiro,1956:16)

Loureiro estava apenas levantando um dos véus que encobria a polémica relacionada ao patrimônio cultural no Paraná.

Mantendo em funcionamento o serviço de taxidermia; a formação de uma biblioteca técnica; o programa de comemorações das efemérides paranaenses mais significativas editadas em publicações; a participação dos diretores de seções em congressos de estudos; a criação do trabalho de auxiliar voluntário aberto aos universitários; a ampliação do espaço para exposições, o Museu Paranaense continuava a apontar para a necessidade e expansão do seu espaço físico.

Em 1942, o Conselho Diretor encaminhou um Memorial ao então Interventor do Estado, no qual foram relacionadas todas as atribuições do Museu tais como: a defesa do patrimônio histórico e artístico; o incremento das pesquisas regionais; a educação popular nos domínios das ciências históricas e naturais e, a sua estreita vinculação com o ensino superior, em particular, o ministrado na FFCL.

A crescente necessidade de ampliação do espaço físico do Museu, tendo em vista a ampliação do acervo, especialmente o de arqueologia, bem como a proposta inquestionável para a sede própria para a instalação definitiva do MPR, teve início oficialmente nos documentos acessados em

junho de 1943 quando Loureiro envia a Arthur Martins Franco (então presidente do CA) a correspondência na qual expressa *...face a decisão do governador de não focalizar o problema da sede do Museu Paranaense em função do futuro Centro Universitário de Curitiba, renunciarei o cargo de diretor do Museu que vinha exercendo desde 30/12/1936. Aguardava apenas para efetivar essa minha decisão, a sanção oficial da modificação que propuzemos no regulamento do Museu para a nomeação do diretor e prestação de contas das últimas importâncias que me haviam sido entregues para pagamento das despesas do Museu ...pude encaminhar hoje a supramencionada prestação de contas conforme a minha comunicação na referida sessão passo hoje, na forma do regulamento, a direção do Museu a V. Sra. como presidente do Conselho Administrativo*<sup>171</sup>.

O projeto para a reformulação do Regimento foi entregue ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública em 1943, no ofício que o encaminhava, Loureiro comentou *...passo as suas mãos o projeto de modificação do Art 8º. do Regimento do Museu Paranaense ...(solicitação feita desde 1939 – negada) ...dada a situação dos Diretores de Secções do Museu todos de nomeação do Governo do estado e exercendo cargos honorários ...é justo lhe seja concedido o direito de escolher dentre os seus pares o diretor do Museu*<sup>172</sup>.

Loureiro Fernandes também envia seu Relatório e uma carta-renúncia, sem deixar de expressar sua decepção para com a política de Manoel Ribas *...a palavra oficial, no recinto do Museu, na solenidade de 19/12/1942 nos fez crer ser, plano do governo de V. Excia, dar ao Museu Paranaense a alta função educacional a que estão destinados os estabelecimentos deste gênero na política do ensino superior que vem sendo realizada pelo Estado Novo ...neste momento que deixo o cargo de diretor do Museu que exerci, (com a intenção de) cooperar com o Governo, por 6 anos e meio ...se mais não se realizou foi porque a escassez dos elementos postos à nossa disposição e as sucessivas transferências do estabelecimento do Estado para a Prefeitura e desta para o Estado, foram obstáculos insuperáveis a simples vontade humana e constituíram até 1939 óbice ao seu desenvolvimento*<sup>173</sup>.

No entanto, as reais razões que levaram o diretor a se demitir só foram esclarecidas em 1947, quando relatou, ao governador Moysés Lu-



pion em sua definitiva carta de renúncia à direção do MPR ...resultou esta minha atitude do fato do Srº Interventor haver deixado à margem, a sugestão desta Diretoria a propósito da localização do futuro prédio do Museu ... aceitando errônea indicação do então diretor do ensino e autorizando o lançamento da pedra fundamental do Colégio Paranaense no terreno fronteiro à Universidade ...reconhecido posteriormente o erro dessa localização, baixou a Interventoria o Decreto nº1993 de 14 de junho de 1944 ...reassumi, ...e no ano seguinte concluídos os estudos do projeto, encaminhou o Sr. Manoel Ribas a abertura do crédito especial ...para início das obras, quando o golpe de outubro de 1945 modificou o rumo político da Nação ...na qualidade de Diretor Geral da Saúde, consegui fosse consignado um crédito para o conveniente estaqueamento de uma parte do terreno ...foi pelo Secretário Dr. Flavio Lacerda entravado o início das referidas fundações e finalmente o Governo do Cel. Mario Gomes da Silva (Interventoria de Brasil Pinheiro Machado) extinguiu a mencionada verba. Gesto lamentável, pois ...esta obra ...fora planejada como monumento comemorativo a um século de Emancipação Política do Paraná ...quando daria uma síntese histórica, etnográfica e de nossos conhecimentos sobre a geologia, a botânica, zoologia e a antropologia da terra paranaense<sup>174</sup>.

Esta quadra urbana, com um forte perfil acadêmico e cultural daria à Praça Santos Andrade, no centro da cidade, um viés urbano universitário, uma vez que ali estavam já localizados o prédio central da Universidade do Paraná, o prédio do Instituto Santa Maria, alugado pela FFCL, e a 50 metros a sede do CEB. A questão da localização do Centro Universitário, nesta praça, passou a ser motivo de polêmica em todos os níveis e meios decisórios e burocráticos da Curitiba dos anos 40 do séc XX<sup>175</sup>.

A cessão do terreno pelo Governo do estado é aprovada pelo Decreto 1993 de 14/07/1944 e, Loureiro a sugerir que a Congregação da FFCL, "externasse, por ofício, o seu agradecimento ao Interventor Federal do Estado"<sup>176</sup>. Este Decreto considera que, O Museu Paranaense deficiente em suas atuais instalações; ...*(uma vez que) as seções de História Pátria e Etnografia contribuem para a educação cívica de nosso povo e é um valioso organismo de defesa do nosso patrimônio...; os estudos de zoologia e botânica indispensáveis à formação de um patrimônio cultural e a preparação técnica do Estado nos domínios da agropecuária, alicerce*

*da nossa expansão econômica; ...a necessidade de incrementar os estudos geológicos e mineralógicos; ...o Museu Paranaense como instituição complementar do ensino superior...*

Decreta:

*Comissão composta por: Antonio Martins Franco, Arthur Martins Franco, Carlos Stellfeld; José Loureiro Fernandes, Francisco Assis Fonseca, Padre Jesus Moure diretores das seções e, os engenheiros Oswaldo Lacerda e Francisco Brambila... mediante edificação adequada... fica destinada a quadra de propriedade do estado situada entre as ruas Amintas de Barros, XV de Novembro, Tibagi e Praça Santos Andrade*

*Departamento de Obras e Viação e Agricultura do Estado  
(Aa) Manoel Ribas e Cap. F. Flores<sup>177</sup>.*

O projeto para a nova sede foi elaborado contando com a participação de todos os chefes das Secções que planejavam as suas necessidades técnicas para suas áreas de trabalho. Por outro lado, as instituições referencias como o MN, o MP e a própria DPHAN não deixaram de ser consultados na medida que o projeto foi enviado para a apreciação e consulta por parte dos diretores destes órgãos. Afinal, em meados de 1945 a proposta da Comissão de estudos do novo prédio é enviado ao interventor Manoel Ribas bem como a proposta do novo regulamento com a reformulação do Art.8º. Que definia o procedimento eleitoral para a direção do Museu<sup>178</sup>. Em setembro de 1945 a construção do pavilhão central do prédio projetado é aprovada pelo Interventor com a respectiva previsão orçamentaria. Mas, não é efetivada<sup>179</sup>.

Em novembro do mesmo ano, Loureiro assume a Pasta da Saúde<sup>180</sup>.

A ditadura Vargas cai, Manoel Ribas deixa o poder local e, o que estava politicamente decidido deveria ser revisto.

No ano de 1946 o MPR completou 70 anos. Duas grandes expectativas faziam parte da ordem do dia: uma era ...a finalização da plataforma de entrada do novo prédio estar pronta e, a outra era a concretização, definitiva do quadro de pessoal<sup>181</sup>. Nesta ocasião era interventor Brasil Pinheiro Machado que, em visita ao MPR, prometeu fossem iniciados os trabalhos de construção da nova sede, mas na verdade a Secretaria de Viação e Obras Públicas recebeu como orientação apenas concluir as obras já em andamento<sup>182</sup>.

Quanto ao quadro de pessoal, nas comemorações do seu septuagésimo aniversário, o Museu tinha 19 cargos honorários e apenas 4 cargos remunerados sendo que um na condição “extranumerário mensalista” – e os demais eram licenciados que, na condição de assistentes, realizavam trabalhos laboratoriais como voluntários ou como bolsistas das agências de fomento a pesquisa, especialmente nas secções de zoologia e de botânica. A questão do quadro de pessoal sempre foi uma das preocupações centrais no cotidiano do MPR, face as dificuldades dos ajustes políticos, o que pode ser pesado pela quantidade de documentos emitidos com solicitações<sup>183</sup>.

Os 70 anos do Museu paranaense foram celebrados com uma palestra radiofônica e artigos publicados nos jornais diários da cidade. Nada foi encontrado sobre a pretendida exposição retrospectiva sugerida por Carlos Stellfeld, nas instalações do próprio Museu.

No final de 1946, Loureiro Fernandes, Osvaldo Pilotto e o Major Fernando Flores foram tratar novamente com a Interventoria sobre a construção da sede. Brasil Pinheiro Machado, ainda como interventor abre um crédito especial para a mencionada obra.

Com a volta do regime constitucional e a posse do governador Moyses Lupion se reacendem as expectativas sobre ...a obra de levantamento cultural que o Museu vem realizando (criando assim) ...no estado um ambiente propício à conservação dos elevados objetivos do Museu Paranaense<sup>184</sup>.

A Ata nº100 (19/04/1947) do CA/MPR se reveste de uma especial aura: Além da presença do governador Lupion, Loureiro Fernandes, como presidente do conselho, tem a oportunidade de historiar toda a trajetória que envolveu o projeto da sede própria desde a cessão do terreno, não deixando de mencionar ...que este seria o principal monumento comemorativo do 1º. Centenário da Emancipação Política do Paraná.

O governador faz várias promessas, inclusive sobre o quadro de pessoal e a mudança no Regulamento, de maneira especial. No entanto, revida a argumentação e expõe as deficiências no ensino tanto nos curso primário como no secundário, convencendo a todos do CA/MPR que havia uma outra emergência, ...a criação de uma secretaria de Educação e Cultura sendo que a sua criação poderia melhor controlar todas as atividades culturais do estado e nela ser incorporado o Museu Paranaense.

Dois meses depois é anunciada a abertura de crédito para o início das obras do novo edifício. Na cerimônia simbólica do Ato de Fundação, em

19/12 ou seja, em 6 anos celebrar-se-á o 1º. Centenário da Emancipação Política do estado deverá ser assinalado por um monumento que evoque à posteridade o nosso valor como terra e como povo<sup>185</sup>. Nesta mesma Ata, Julio Moreira sugere que o projeto da fachada do novo projeto<sup>186</sup> tivesse como “estilo ornamental” ...o estilo paranista o que foi contestado por Loureiro Fernandes por que o estilo já tinha sido aprovado pela Comissão nomeada ...que o julgou conveniente para a estética da cidade, outra Ordem clássica na fachada do futuro edifício ...a Universidade possui a Ordem dórica e este a jônica ...porém o átrio pode ser perfeitamente em estilo paranista ...sugeriu ainda Loureiro que Julio Moreir estudasse um projeto. (Ata 102 de 12/06/1947).

Não estaria Julio Moreira de certa forma, certo? Mesmo considerando a possibilidade de Loureiro (e/ou a Comissão) procurar dar a idéia de conjunto com o estilo arquitetônico à praça, também não se pode desconsiderar o arrojado projeto arquitetônico que na, disputada quadra urbana, foi construído para o teatro da cidade.

A carta/renúncia da direção do Museu Paranaense, datada de março de 1947, aponta para as facilidades que se tinha, na política econômica em se despir um santo para vestir o outro quando Loureiro declara ter conseguido recursos, enquanto diretor geral da saúde (1945/1946), para iniciar “o estanqueamento de uma parte do terreno”. Esta falta de limites definidos nas áreas de atuação também acarretou enormes danos às coleções museológicas, como será visto, uma vez que Loureiro circulava, com bastante autoridade e um significativo poder decisório sobre estas peças, mesmo que tivesse seguindo as orientações dos escritórios técnicos paulista e carioca.

O ritmo dos trabalhos de pesquisas já era tão grande que o projeto elaborado em 1942/43 já apontava para a necessidade de uma revisão no projeto visando uma ampliação. Por outro lado, Loureiro na mesma Ata anuncia que se no ano em curso a construção não iniciasse, ele pediria demissão, apesar de continuar colaborando como diretor da Secção de Antropologia e Etnografia<sup>187</sup>. Durante a gestão de Frederico W. Lange (1955/1956) a direção do Museu foi conduzida por Loureiro, enquanto presidente do CA/MPR, durante os afastamentos de Lange para participar da fiscalização e controle de toda a área norte do Paraná até o Rio Grande do Sul, substituindo eventualmente, o chefe do distrito da Petrobrás a

ponto a ponto de escrever para Loureiro ...estou completamente sem notícias daí e não sei o que tem acontecido no museu ...tenho entretanto certeza que o amigo está tomando todas as medidas necessárias para o bom andamento da nossa instituição conforme ficou combinado ...como é que está a situação financeira, o atual governador já soltou alguma verba?

Na verdade, Loureiro já havia recebido uma resposta formal do presidente da Comissão do plano da Universidade do Brasil – Ernesto de Souza Campos expressando estar de pleno acordo e incentivando a que o MPR fosse agregado à FFCL. *...em resposta a consulta ...estou de pleno acordo em que o Museu Paranaense seja localizado em íntima conexão com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ...em um dos meus livros encontram-se estas palavras sobre o Museu do Ipiranga ...Dr. Afonso Taunay é de opinião que o edifício do museu seja reservado unicamente para museu histórico ...as magníficas coleções de história natural oferecem a esta instituição de ensino e pesquisa ...que isso só poderia ser obtida depois de muitos anos de trabalho. Entra logo esta instituição ...na posse de material abundante para pesquisas e demonstração de ensino. Localizado o museu em íntimo contato com a Faculdade de Ciências digamos sob o mesmo teto, maiores são as vantagens para a perfeita articulação ...É também o tipo que vem sendo preconizado para o Rio de Janeiro ...Pelo arranjo do plano, este museu de comunicação com a faculdade por portas que se encerram nos dias de visita pública ...nos outros dias abrem-se as portas de comunicação e o museu fica servindo a Faculdade e seus alunos ...o museu deverá pois, ser colocado junto (ou no mesmo edifício) da Faculdade ...além dos motivos expostos há que pensar no problema das classificações científicas do material do museu que devem ser estabelecidos em comunhão de critérios com a Faculdade<sup>188</sup>.*

Conforme o que já estava sendo programado para as co-irmãs de São Paulo e o Museu do Ipiranga e, com a Universidade do Brasil e o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. O que respaldou a reversão da destinação da quadra como também revelou o jogo de forças em que o interventor Manoel Ribas, muitas vezes não conseguia dominar.

O que ocorria é que já estava sendo ventilada, nos bastidores do governo do estado, a possibilidade de um projeto com a Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional para o qual, Loureiro relata no CEB *...tendo recebido o encargo do governador de entrar em contato com Ro-*

*drigo de Melo Franco para oficialmente conseguir estabelecer o projeto do SPHAN, cuja a magna tarefa o governo se propõe a organizar dentro em pouco em nosso estado. Para a concretização desse projeto, torna-se necessário a cooperação de todos os paranaenses ...a fim de não se destruir, em nosso estado, o vestígio de uma velha casa ou de um templo religioso ou qualquer outra coisa que tenha raízes históricas na nossa era colonial, pois no Brasil, tais monumentos têm grande importância...*

Loureiro explica ao plenário o papel do SPHAN para a preservação da memória. Na continuidade ele ainda afirma ...Rodrigo de Melo Franco propôs ...um convênio com os governos estaduais e que no Art. 122 da atual Constituição recentemente elaborada, há dispositivos que mandam zelar pelo referido patrimônio<sup>189</sup>.

O Museu Paranaense poderia muito bem se transformar no móvel deste convênio, mesmo que agregado ao ensino superior, era esta a idéia de Loureiro mas o projeto somente tomou corpo no final dos anos 50 e no litoral do estado, conforme será analisado no capítulo 3.

*...José Loureiro Fernandes transmitiu que, dentro em breve, seriam iniciados os serviços para a construção de um edifício no grande terreno vago na Praça Santos Andrade para a Reitoria da Universidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade e Museu Paranaense. Concedeu a palavra ao Profº Jesus Moure, presidente do Conselho do Museu, a fim de fazer uma exposição desse edifício e, solicitou aos interessados colaboração no sentido de examinando as plantas pudessem discutir seus pormenores:*

Retornando à quadra da Praça Santos Andrade, observa-se que havia um extremo empenho do grupo de professores que atuavam no Museu Paranaense em, nas sessões ordinárias da Congregação da FFCL, viabilizar o mandato universitário para o Museu. Loureiro Fernandes não estava sozinho nesta empreitada.

o Profº José Bittencourt de Paula (engenheiro técnico responsável para apontar observações ao projeto) sugeriu que a entrada da Faculdade de Filosofia deveria ser na Rua Quinze e não na Rua Tibagi e, a necessidade de elevadores;

o Profº Ralph João George Hertel falou do número insuficiente de salas de aula; o Profº Fernando Correa de Azevedo acrescentou que uma platéia com a lotação de 1.300 pessoas é pequena<sup>190</sup>.

*...Universidade do Paraná – Reitoria,*

*Curitiba 19/11/49. Sr. Diretor Prof José Loureiro Fernandes:*

*Tendo esta Reitoria entrado em entendimento com o governador do Estado, no sentido de se processar a passagem do Museu Paranaense, para esta Universidade bem como do terreno situado na Praça Santos Andrade e, onde deverá ser construído o prédio onde se instalarão esta Reitoria, o Museu e a Faculdade, ficou combinado que a Universidade apresentaria ao Governo do Estado uma sugestão escrita consubstanciando as normas legais definitivas para que se solucione, finalmente, a questão. Assim sendo esta Reitoria tem a satisfação de designar V. Ex. para prestar à Universidade a estimada colaboração de apresentar o citado projeto que deveremos encaminhar ao Governador, podendo para isso se entender, em nosso nome, com as autoridades do Estado. Agradecendo, apresento a V. Ex. as nossas saudações muito atenciosas.*

*(a) Flávio Suplicy de Lacerda<sup>191</sup>*

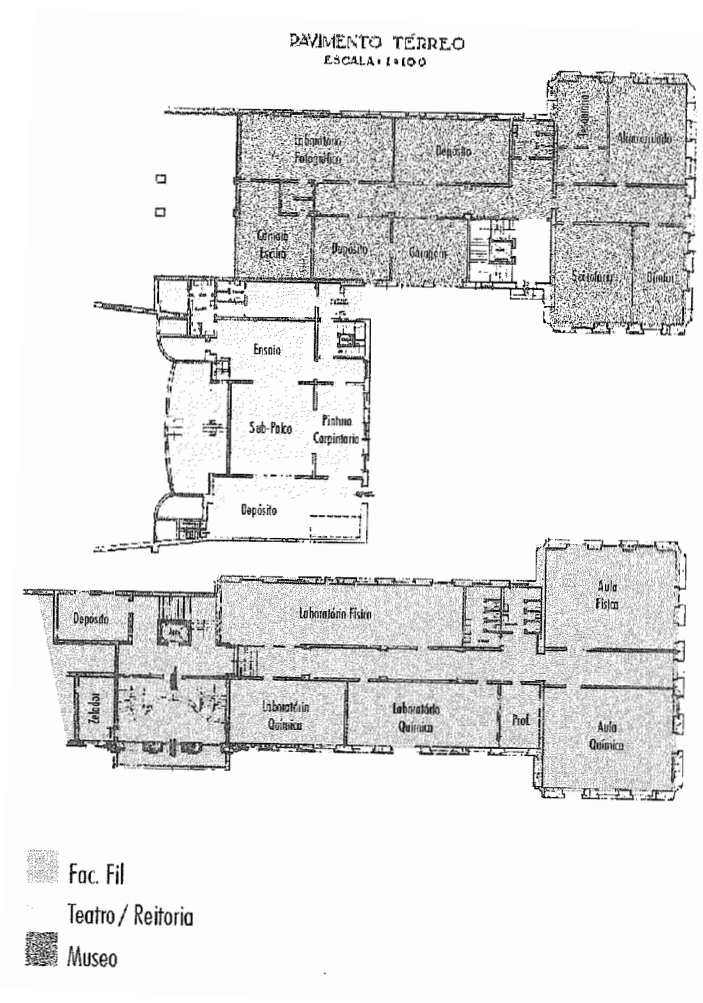
...em seguida, o Sr. José Loureiro Fernandes, atendendo solicitação do Magnífico Reitor apresenta, por escrito, a sugestão consubstanciando as normas legais definitivas para a solução do caso da extensão do mandato universitário ao Museu Paranaense, leu-as<sup>192</sup>.

Lançando um olhar sobre as especificações espaciais do projeto arquitetônico nº3225 de Cia Construtora Nacional S/A, datado de março/1950<sup>193</sup> e, considerando a entrada principal o acesso pela Praça Santos Andrade, pode-se observar que, todas as sugestões propostas feitas, na sessão ordinária da FFCL, foram acatadas. Na documentação consultada não se encontra qualquer ingerência ou proposta de professores secundaristas ou mesmo da Secretaria de Educação no andamento das atividades

do museu, nem mesmo na ou para a marcação de visita de escolares, o que denota que na prática, através da sua condução técnica/científica, o museu já era um organismo da Faculdade<sup>194</sup>.

O projeto arquitetônico tinha como área total construída, 16.989,11m<sup>2</sup>

### REITORIA MUSEU E FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ



*Planta terra do Projeto Arquitetônico para a Quadra da Santos Andrade Arq/CEPA. Trabalhos técnicos de cálculos e imagens de Márcia Mattos, Georgia Frantz e Francis Javier*



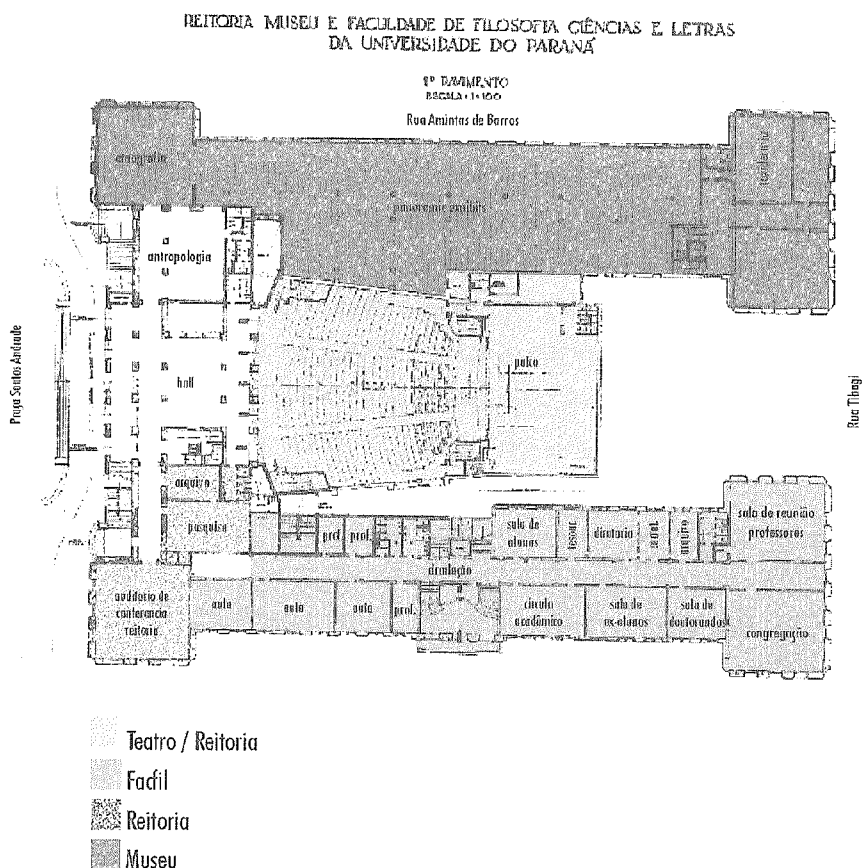
distribuídos em quatro pavimentos; o corpo frontal do prédio ficou **reservado** para as instalações da Reitoria, auditório para conferências, **tesouraria**, o gabinete do reitor e a secretaria.

No corpo central do projeto (Praça Santos Andrade) foi previsto **um teatro/auditório** para a reitoria com capacidade para 1700 pessoas, **com camarins** para artistas, bailarinos, músicos, solistas além de **uma oficina** de carpintaria.

A ala norte (rua Amintas de Barros) foi toda dimensionada **para** abrigar a biblioteca, as exposições, a reserva técnica das coleções e as **salas** para taxidermia, gabinetes dos especialistas do Museu Paranaense. **O laboratório** de fotografia, a câmara escura e a sala para a etnografia **ficaram** na ala oposta, reservada para a Faculdade de Filosofia, ou seja, **próximos** às salas de aulas, o que pressupõe serem espaços auxiliares **para o uso** de aulas práticas ou mesmo espaços para abrigar material **etnográfico de** suporte.

Já a ala sul (rua XV de Novembro) foi projetada para as **atividades** administrativas e didáticas da FFCL, concentrando no 3<sup>a</sup> piso, **dez salas de** aulas, um anfiteatro e uma espaçosa sala de leituras, à despeito de **ser o** lado menos ensolarado, o que daria aos alunos e professores, **um ambiente** extremamente úmido e insalubre para as atividades acadêmicas, **portanto** a ala destinada às coleções era, sem dúvida, a face arquitetônica **mais no-**bre do prédio.

No pavimento térreo, com 2.403,83 m<sup>2</sup>, o espaço da ala norte **desti-**nado às atividades do Museu correspondia a 816,26 m<sup>2</sup> (área **administra-**tiva, depósito, laboratório fotográfico, câmara escura e garagem); **o teatro** da reitoria, no corpo central, ocupava 497,25 m<sup>2</sup> (área de ensaios, **p/ guar-**dar instrumentos, carpintaria de apoio, depósito e, a área **acadêmica da** faculdade de filosofia, na ala sul era de 1.090,32 m<sup>2</sup>, laboratórios e **salas de** aulas de física e de química).

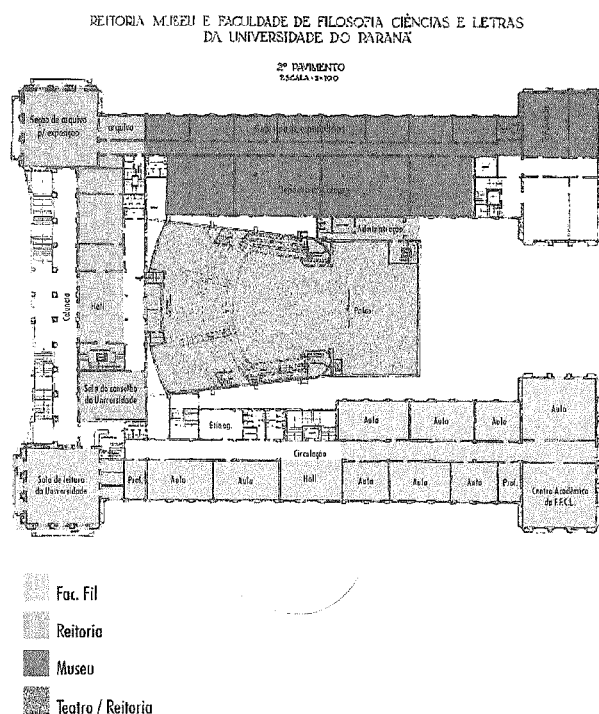


*Planta do 1º andar do Projeto Arquitetônico para a Quadra da Santos Andrade Arq/CEPA. Trabalhos técnicos de cálculos e imagens de Márcia Mattos, Georgia Frantz e Francis Javier*

No primeiro pavimento, com um total de 5.165,19 m<sup>2</sup> o espaço destinado às atividades do MPR era o mais amplo – 1.823,50 m<sup>2</sup> com previsão para: salas de exposições antropológicas, etnográficas, ambientes reconstituídos e salas para trabalhos técnicos em taxidermia. No corpo central, com 173,25 m<sup>2</sup> estavam projetados um hall de entrada para o teatro com uma escada de acesso para o piso superior, uma rouparia, uma platéia para 970 pessoas e, o palco completo com espaço reservado para a orquestra além de, nos bastidores laterais, camarins para solistas e bailarinas. Na parte frontal da ala sul estavam previstos espaços para a tesouraria, arquivo e o auditório de conferências da reitoria; na área a ser ocupada pela Facul-

dade haviam duas salas de aulas, dois gabinetes para professores, espaços destinados ao corpo discente (centro acadêmico, reuniões, doutorandos e ex-alunos) e diretoria incluindo espaço para reuniões da congregação e de professores, perfazendo um total de 474,36 m<sup>2</sup>.

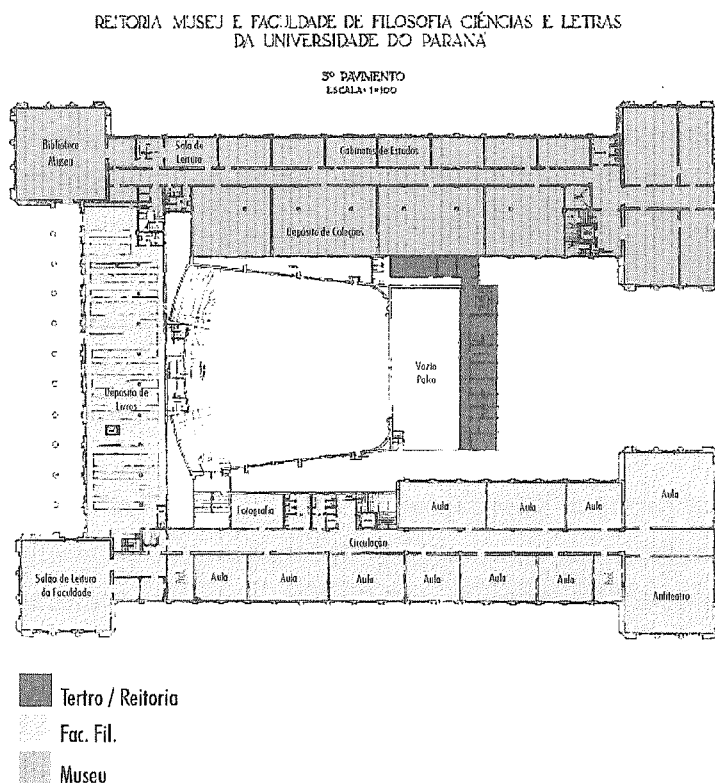
No segundo pavimento, com uma área de 4.773,62 m<sup>2</sup>, o espaço correspondente ao museu era de 1.584,10 m<sup>2</sup> e compreendia os gabinetes para os especialistas, o depósito para as exposições, uma pequena sala para arquivo e mais duas salas para os trabalhos de taxidermia. No corpo central do projeto, estavam previstos os espaços da administração superior acadêmica, ou seja o gabinete do reitor, a sala do Conselho Universitário e espaços para arquivo ocupando 331,11 m<sup>2</sup> deste piso. Neste pavimento, o teatro ocupava 1.235,70 m<sup>2</sup> compreendendo uma projeção de 730 lugares neste primeiro balcão, a sala do diretor e espaço administrativo. Já para a área da Faculdade estavam projetadas, em 1.622,71 m<sup>2</sup>, nove salas de aulas, uma sala para o centro acadêmico da FFCL, uma grande sala de leituras ou biblioteca completa além do hall de acesso para os alunos.



*Planta do 2º andar do Projeto Arquitetônico para a Quadra da Santos Andrade Arq/CEPA. Trabalhos técnicos de cálculos e imagens de Márcia Mattos, Georgina Frantz e Francis Javier*

No terceiro pavimento, com um total de 4.646,47 m<sup>2</sup>, estava previsto para o MPR, a biblioteca especializada com espaço previsto para arquivo e fichário, uma sala de leituras, nove gabinetes de estudos e quatro grandes salões para depósito de coleções. Já a parte reservada para o teatro 1.153,75 m<sup>2</sup> previa um segundo balcão com 180 lugares, além de seis camarins, uma cozinha e uma sala para cabeleireiros. Na ala da faculdade, com 1.670,62 m<sup>2</sup> estavam projetadas 10 salas de aulas, um anfiteatro duas salas de professores, um laboratório fotográfico e um espaçoso salão de leituras.

Sem dúvida, a área destinada ao Museu Paranaense, em todo o projeto, foi a maior, sendo de 6.045,96 m<sup>2</sup>. o que significava 35,58% do espaço total do projeto. A área acadêmica da Faculdade de Filosofia compreendia um total de 5.677,73 m<sup>2</sup> ou 33,42% do espaço a ser construído. Já o teatro, com 4.459,95 m<sup>2</sup>, com capacidade para 2.430 espectadores, representava 26,25% do total da área a ser construída e a reitoria ocuparia uma área de 805,47% correspondente a 4,74% do total do projeto.



*Planta do 3º andar do Projeto Arquitetônico para a Quadra da Santos Andrade Arq/CEPA. Trabalhos técnicos de cálculos e imagens de Márcia Matos, Georgina Frantz e Francis Javier*

Nas definições de áreas para o Museu, sente-se falta de um espaço para exposições temporárias, bem como projeção de audiovisuais, o que poderia ter sido pensado no uso comum com o auditório de conferências da reitoria, uma vez que o espaço público do Museu estava localizado no primeiro pavimento. Curiosamente não há menção aos achados pré-históricos, uma vez que os sítios já evidenciavam um volume muito grande de peças. Estando a arqueologia ainda agregada ao temário da antropologia, beneficiada com uma sala para exposições, acredita-se que os “achados pré-históricos” teriam espaços compartilhados com os etnográficos. Outra peculiaridade está na considerável área destinada para os trabalhos técnicos em taxidermia, voltada para as ciências naturais. Mas, sem dúvida, no que diz respeito aos espaços museográficos o projeto evidenciou estar atualizado com as tendências européias e ter sofrido forte influência dos museus estrangeiros, especialmente por que Loureiro já pensava exposições de longa duração, utilizando o recurso do “panoramic exhibits”.

Outro aspecto interessante da concepção e exploração dos espaços comuns, foi o uso do terceiro andar para abrigar as bibliotecas tanto do Museu como da Faculdade de Filosofia, limitando o acesso aos alunos e especialistas nas Áreas de estudos.

O mandato universitário para o Museu Paranaense foi concedido através da Lei nº504 de 4/12/1950 que oficializava um acordo entre o Governo do estado e a Universidade Federal do Paraná. Era autorizada então, ...a entrega das dotações consignadas anualmente na Lei orçamentária do estado a favor do Museu Paranaense (Art. 2º.) ...No decurso do segundo ano de vigência, fica o poder executivo autorizado a abrir créditos especiais anualmente destinados ao Museu paranaense, importância que será entregue à Universidade (Art. 3º.)<sup>196</sup>

Muitas foram as solicitações e registros, por parte do MPR, com o objetivo de receber estes recursos<sup>197</sup>. A necessidade de um quadro de pessoal especializado para o MPR permaneceu (Ver Quadro 16) ocasionando várias correspondências dirigidas ao Governo do estado como o longo e detalhado ofício enviado pelo então Diretor do Museu, Pd Jesus Moure em 1953.

## QUADRO 16

### Realidade do Quadro de Funcionários do Museu Paranaense (1953)

#### Quadro de Funcionários - Não Remunerados

Diretor	Pd Jesus S. Moure
Diretor da Secção de Botânica	Carlos Stellfeld
Diretor da Secção de Antropologia e Etnografia	José Loureiro Fernandes
Diretor da Secção de História	Júlio Moreira
Diretor da Secção de Geologia e Mineralogia	Frederico Waldemar Lange
Diretor de Cinefotografia	Wladimir Kosak

#### Quadro de Funcionários – Remunerados

##### a) Corpo Científico

Assistente da Secção de Zoologia	Licenciado Rudolf Lange
Assistente da Secção de Botânica	Dr. Ralph J.G. Hertel
	Licenciado Ayrton de Mattos (exercia trabalhos na secretaria e de taxidermia)
Assistente na Secção de Zoologia	Licenciada Tajea K.S. Björnberg (contrato verbal) Sr. Jayme Loyola (também contabilista)

##### b) Corpo Técnico

Taxidermista	Sr. André Mayer
Bibliotecária	Licenciada M <sup>a</sup> de Lourdes T. da Rocha
Conservadora de Museus e Auxiliar da Secção de Botânica	Srt <sup>a</sup> Aracely Vidal Gomes
Desenhista	Licenciado Walter Martins
Taxidermia	Sr <sup>o</sup> Edemundo Mayer

##### c) Corpo de Auxiliares

Servente/Porteiro/ Zelador	Sr. Arnaldo Cabral
Motorista	Sr. Demerval Plusche

Fonte: Of 65/53 de 15/09/1953 Arq/MPR

Neste documento, o diretor do MPR solicita e indica a nomeação de Riad Salamuni como auxiliar voluntário,<sup>198</sup> justificando não haver auxiliares na Secção de Antropologia e Etnografia (para a qual foi indicado Oldemar Blasi) bem como, na de História e Cinefotografia. Para os demais serviços, são indicados, para nomeação, os nomes da Licenciada M<sup>a</sup> de Lourdes T. Rosa (bibliotecária) e de Thomaz Waltelsteiner (desenhista). É pedida ainda a nomeação de um secretário ou escriturário e, um almoxarife ou contabilista.

Apesar de toda estas acumulações de funções e carências em áreas específicas no desempenho das suas atividades, o MPR ainda assim tinha uma situação muito favorável de pessoal. Havia um quadro de especialistas multidisciplinares no qual se encontravam professores universitários e acadêmicos, situação que poucos museus vinculados ao Governo estadual, na época, podiam dispor<sup>199</sup>.

## A Proposta para um Instituto de Pesquisas no Litoral

Vendo os seus projetos arqueológico e museológico em Curitiba comprometidos pela política local mas, interessado em prosseguir com seus planos para o MPR, é proposto no Conselho Universitário o Instituto de Pesquisa. A proposta do Instituto de Pesquisas é aprovada em seguida, pelo referido Conselho<sup>200</sup>. ...o Prof. Loureiro Fernandes sugere, ...a criação do Instituto de Pesquisa do litoral ...para incentivar os trabalhos científicos já iniciados e que, por vários motivos, foram interrompidos ...assunto já debatido no Museu Paranaense ...(após longo debate) ...O Sr<sup>o</sup> Homero de Melo Braga insistiu para que haja um único Instituto de Pesquisa, de caráter amplo e estatuto geral ...o que foi aprovado sem unanimidade face ao voto contrário de Loureiro Fernandes.<sup>201</sup>

*...Instituto de Pesquisa da Faculdade (foi) viabilizado por que o governador concedeu um fundo de pesquisa ...cuja a principal finalidade é incentivar a investigação científica, já iniciada pelo Museu Paranaense e pela Faculdade. Seus estatutos merecem Parecer favorável da Comissão de Ensino do Conselho Universitário e foram pelo mesmo aprovados, após ha-*

*verem sido submetidos à apreciação da Congregação da Faculdade de Filosofia e do Conselho de Administração do Museu Paranaense. Colocado sob a dependência da Reitoria, houve a preocupação em facilitar o entrosamento e um vasto plano de pesquisas, de vários Institutos Universitários. Graças ao Governador foi possível obter da Assembléia Legislativa, autorização para extensão de mandato universitário ao Museu Paranaense, o que vem sobretudo favorecer a conjugação de esforços dessas organizações de estudos*<sup>202</sup>.

Também nesta mesma ata é registrada a eleição para governador do prof<sup>o</sup> bandeirante Bento Munhoz da Rocha Neto.

Já Loureiro Fernandes é ...eleito diretor do Instituto de Pesquisa da Faculdade pelo Conselho Universitário,<sup>203</sup> reforçando e garantido ao Museu Paranaense a base científica universitária, que iria elevar o Paraná ao nível dos Estados mais adiantados do país.

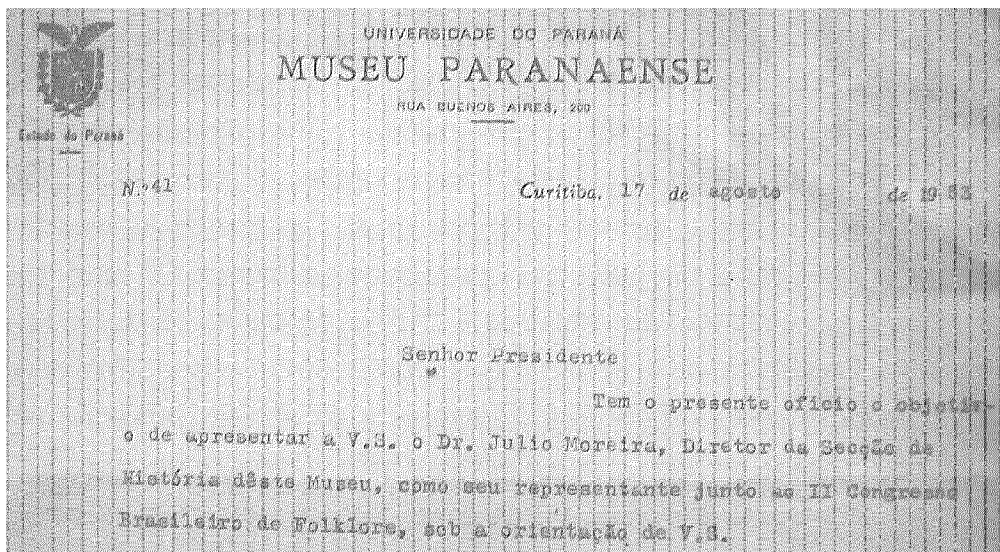
Como vereador, Loureiro envia ao prefeito Amâncio Moro, uma correspondência pessoal encaminhando os estudos realizados para “o importante centro urbano”, esclarecendo que ...encaminhar cópia do que hoje foi entregue ao Exmo Sr. Governador Bento Munhoz da Rocha Neto ... tendo o nobre vereador Prof Antenor Pâmphilo dos Santos, no atual período legislativo, ao fazer crítica da localização de organismo estranhos às atividades universitárias na quadra em frente ao edifício atual da Universidade – feito referências aos estudos que realizei a propósito da localização do Museu na referida área, assumi o compromisso de encaminhar por intermédio da Mesa do Legislativo Municipal, a V. Excia, resultado dos estudos, ainda em minhas mãos ...o documentário sobre o “Centro Universitário” foi calcado no inquérito realizado entre professores universitários, em fins de 1942, pelo Núcleo de Curitiba da Associação Brasileira de Geógrafos, do qual eu era presidente na época e, foi feito por intermédio da Prefeitura Municipal de Curitiba, devendo existir no arquivo, desta Prefeitura, os originais das respostas dos quesitos ...em 1943 foram solicitados esses originais pelo Gabinete do prefeito havendo eu feito entrega pessoalmente ...outro objetivo senão trazer, como vereador, o resultado de modestos estudos que realizei sobre o importante Centro Urbano de Curitiba, que é o Centro Universitário. (Aa Loureiro Fernandes em 13/01/1951)<sup>204</sup>



*...os sucessos políticos ulteriores mostraram que, embora criada a Secretaria da Educação e Cultura, os novos governantes continuavam a ignorar a obra do Museu e em promessa apenas ficou o apoio decisivo do governo para a construção da ala central a ser inaugurada , em 1953, como monumento comemorativo a um século de Emancipação Política do Paraná ...A coligação política (e) a ascensão do governador Munhoz da Rocha, deu um golpe de morte na iniciativa, pois revogando todas as decisões governamentais anteriores, iniciou a construção do grande teatro da Capital no terreno onde apenas se esboçam os fundamentos do projetado edifício do Museu( in, Loureiro et Nunes,1956:16-17).*

Em 1952, foram iniciadas as obras do Teatro Guaíra que é inaugurado em dezembro de 1974, contando com ...a presença do Presidente General Ernesto Geisel e apresentando o espetáculo: Paraná, Terra de todas as Gentes que abordou exclusivamente temas regionais, como flagrantes da formação étnica e histórica do Paraná<sup>205</sup>.

Mas antes de se efetivarem os trabalhos através do Instituto de Pesquisa, era necessário oficializar a federalização da UPR, com o rompimento dos vínculos com a mantenedora católica da AFF e articular meios para que recurso suplementares fossem recebidos para o prosseguimento das pesquisas. É sobre o que trataremos a seguir.



*Papel Timbrado - Mandato Universitário do MPR Arq/CEB*

## A Transição para a Federalização da UPR e a rescisão Contratual com a UBEE

*...a nuvem que sombra os nossos horizontes será um acidente passageiro e que, com fé e perseverança, a Universidade do Paraná há de se firmar e se sobrepor a todos os vendavais<sup>206</sup>.*

No relatório das atividades do ano de 1945, foi encontrada a relação das cadeiras que não foram ministradas, como também os nomes dos professores da Faculdade que estavam respondendo por cargos públicos, representando ainda a hegemonia católica e “bandeirante”

*...o Prof. Brasil Pinheiro Machado nomeado Interventor Federal no Estado pelo Governo Eurico Gaspar Dutra; o Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto respondia por uma pasta na Câmara Federal; o Prof. Algacir Munhoz Maeder era o prefeito da cidade de Curitiba e, o Prof. Flávio Suplicy da Lacerda, respondia pela Secretaria de Viação e Obras Públicas<sup>207</sup>.*

Eram reflexos do golpe de outubro que derrubou o Governo Vargas. Com a queda do Estado Novo uma profunda reformulação no governo seria sentida, atingindo não só a política oficial mas, também, o ensino superior.

A UBEE via no ensino secundário, um campo maior de atuação, era um número maior de jovens assistidos além do que, os professores secundaristas ainda se encontravam fortalecidos com o apoio à política educacional que praticavam, segundo as orientações da Igreja. Por outro lado, o grupo da FFCL, ainda dependente das diretrizes da UBEE, por força da filosofia de ensino e do contrato de locação de imóveis, lutava pela autonomia no campo da metodologia de trabalho.

Era uma nova onda de modernidade que invadia e criava expectativas no meio acadêmico.

Durante o processo de restauração da Universidade do Paraná, atos preliminares foram realizados para a incorporação da Faculdade de Filosofia às demais Faculdades como as de medicina, direito e engenharia, sendo necessária uma adaptação dos estatutos. Esta incorporação se deu no dia 01 de abril de 1945, quando em solenidade que contou com a presença do ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos.

A Universidade do Paraná passou então a ser reconhecida pelo Governo Central pelo Decreto Federal nº9.323 de 6 de junho de 1946. Neste processo de federalização, Victor Ferreira do Amaral foi mantido simbolicamente no cargo de reitor, chancelando a continuidade da Universidade, desde 1912, o que permitiu a que a UFPR passasse a ser conhecida oficialmente como a Universidade mais antiga do país sanando as preocupações de seus fundadores. (Wachowicz, 1988 :96-105)<sup>208</sup>.

Para que o mandato universitário do MPR se concretizasse, era necessário que não só que a Faculdade se incorporasse à Universidade do Paraná mas, também que o contrato entre a FFCL e a UBEE fosse rescindido.

O termo de rescisão contratual, reconhecimento e sub-rogação de dívida e locação entre FFCL, a UBEE e o Governo do Paraná, assinado em dezembro de 1950, permite realçar que, não fosse a federalização da Universidade do Paraná, certamente a FFCL seria o embrião da Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) tendo em vista as especificidades das suas cátedras, a filosofia dos seus catedráticos fundadores e, também pela sua dependência de infra-estrutura. O termo foi assinado pelo Governador Moysés Lupion, pelo Diretor em exercício da Faculdade de Filosofia, Prof. José Loureiro Fernandes, pelo procurador da União Brasileira de Educação e Ensino, Prof. José Pires Braga e pelo secretário da Faculdade de Filosofia, o Prof. Rosário Mansúr Guérios, em 7 de dezembro de 1950, após dez meses de negociações realizadas por Loureiro enquanto credenciado, pela Congregação, para iniciá-las. De acordo com os itens desta rescisão contratual da dívida e do aluguel, a ...Faculdade passaria a ser mantida pelo Governo da República, em virtude da federalização, ...reconhecendo a União tendo cumprido integralmente seus compromissos para com ela, assumidos em escritura pública lavrada no Primeiro Ofício de Notas ( Livro nº.276, folhas 163,4 em 24 de agosto de 1939 ...o Estado neste contrato se obriga a lhe atribuir, para a cobertura do seu déficit, para com a União, a Faculdade sub roga o Estado, ora interveniente, na responsabilidades de suas dívidas ...dada a sua impossibilidade de mudança, das atuais instalações, em que se encontra, pertencentes à União, no prédio sito na rua 15 de Novembro, no.1004 ...a Faculdade se obriga, a partir de 1º de janeiro de 1951, a pagar à União a mensalidade de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), a título de aluguel, pelo prazo de dois anos como também se obriga aos onus e responsabilidades oriundos do uso do prédio e todo o seu

aparelhamento (laboratórios, biblioteca, museus, mobiliário) que declara estar em sua posse e uso ...para todos os efeitos de direito, sub rogado na responsabilidade da Faculdade, para com a União, pelo que o Estado do Paraná assume, como assumido tem, o compromisso de, no Decreto determinando as subvenções às Instituições culturais do Estado, para o ano de 1951 deixar consignada a verba de CR\$ 819.125,70 (oitocentos e dezenove mil, cento e vinte e cinco cruzeiros e setenta centavos)<sup>209</sup>.

Como a UBEE propôs permanecer com os laboratórios, os museus e a biblioteca da Faculdade, de maneira que a FFCL pudesse cobrir o seu déficit para com ela, os bens patrimoniais relativos às pesquisas passaram para a UBEE, ficando a biblioteca aberta aos alunos e docentes da FFCL<sup>210</sup>.

Se em 1938 o Governo do estado não pode cumprir o contrato assumido junto com os fundadores da FFCL, coube ao estado, na gestão de Moysés Lupion, arcar com os passivos desta mesma FFCL.

As coleções de história natural haviam sido enriquecidas e já havia sido dado início à política de preservação da memória pré-histórica, portanto o material de apoio, que era usado nas aulas teóricas da já então UFPR nestas Áreas passaram para a tutela da UBEE<sup>211</sup> os anos de transição foram também estruturados por outros fatos significativos que levaram a outro ordenamento social como a eleição de Bento Munhoz da Rocha Neto para governador do estado, em novembro de 1950; a federalização da Universidade em 19 de dezembro de 1950, através da Lei nº1.254; o mandato universitário alçado pelo MPR, em 5 de janeiro de 1951 e, Loureiro Fernandes será eleito presidente do IP da UPR, em 10/02/1951.

Todos estes acontecimentos marcarão, profundamente, a política cultural local, durante os anos 50 que ainda será mediada pelas preocupações relacionadas com os atos e festejos comemorativos do centenário da emancipação política do Paraná, que foi celebrado em 1953.

Fica evidenciado que o Governo do estado do Paraná esteve intimamente envolvido no processo da estruturação da Faculdade de Filosofia, participando com recursos através do MPR e, sem dúvida durante alguns anos da década de 50, os auxílios permanecerão concedidos com a criação do Instituto de Pesquisas.

## A ideologia política dos anos 50

Com o fim do período político, conhecido como o Estado Novo em 1945, o país viveu uma democracia controlada até as esperadas eleições de novembro de 1950 que elegeram, Getúlio Vargas para governar a nação, mais uma vez. No Paraná, Bento Munhoz da Rocha foi eleito governador do estado<sup>212</sup>.

Esta década representou um período muito forte de transição para a museologia paranaense. Os acordos, as alianças que se deram entre as elites e as correntes dirigentes do poder constituído local, aos poucos foram desviando a direção dos ventos que conduziam o MPR.

A força vigorosa dos ventos do norte, emanados do poder central, garantiam apoio e segurança, oxigenando uma meta já determinada além de integrar a memória paranaense ao discurso preservacionista oficial, legitimando-a.

Na esfera nacional, as modificações no ensino superior já estavam sendo operadas com a federalização das Universidades que acarretaram mudanças nos estatutos e nas estruturas das Academias.

Na área cultural, a política de preservação do patrimônio continuava sendo definida pela equipe de Rodrigo de Melo Franco, através da Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN), denominação que o então SPHAN passou a ter com as reformas governamentais de 1946. A farta correspondência estabelecida entre Rodrigo de Melo Franco e José Loureiro Fernandes, evidencia que dentro do grupo dos preservacionistas, também havia divergências técnicas, deslealdades que ancoravam interesses particulares e regionais, discordâncias políticas entre o grupo conservador capitaneado por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional de 1922 a 1959, e os projetos modernistas incentivados e aprovados pela equipe da DPHAN.

No Paraná, foi reiniciado outro movimento de valorização da sua identidade e de seu papel no cenário nacional. O seu dínamo, impulsionado pelo poder executivo que estava nas mãos do governado de Bento Munhoz até 1954, se caracterizou por uma retomada atualizada de um movimento paranista acompanhado pela visualização e realce de uma capital moderna que necessitava caminhar par e passo, com as diretrizes políticas, culturais e econômicas do país.

Em seus discursos e ou falas oficiais em que o tom integralista estava presente, o governador recém-eleito, fazia uso de expressões que denotavam suas convicções e balizaram suas ações. Para ele, “o Paraná esta(va) saindo do seu confinamento por não ser mais uma Província de São Paulo”. Seu governo não deixou de ser questionador nem questionado. Cercou-se de uma equipe de assessores intelectuais, todos companheiros, enquanto professores universitários, à exceção de Wilson Martins, que foi crítico literário. No seio desta equipe mais próxima, havia controvérsias e polêmicas. Dentro do grupo dos “bandeirantes”, em que foi forjado filosoficamente, Bento Munhoz era respeitado por sua inteligência, origem política e retórica, mas também ali, conviveu com pensamentos divergentes. Entretanto, havia fios condutores que costuravam e davam consistência e coerência a um imaginário político e ideológico que estruturava o cenário paranaense, com os arraigados componentes conservadores, religiosos e autoritários que estavam presentes e na composição e formação básica desta unidade federativa.

Favorecido com a proximidade do centenário da emancipação política do estado (1953), o governador parnanguara incentivou uma série de eventos comemorativos na área acadêmica; apoiou no campo das Artes e os seus expoentes; apoiou a realização, em Curitiba, do II Congresso Nacional de Folclore, por entender o regionalismo caracterizando a unidade nacional; destinou uma área urbana para o complexo arquitetônico voltado para os poderes legislativos e executivo, no centro cívico; determinou a elaboração de um projeto arquitetônico para um grande teatro que na praça, já valorizada simbolicamente, preencheria uma lacuna na vida cultural. Havia uma determinação em modernizar e reforçar a cidade enquanto capital.

Por outro lado, o seu plano de governo teve como meta básica divulgar as potencialidades e a imagem do estado e, poderia ser sintetizado com uma das suas frases mais conhecidas: “o Brasil marcou encontro com o Paraná”. Mesmo quando afirmava ...se a nossa história foi a paulista, o paranaense já provou no alvorecer da República a têmpera férrea de sua fibra e a sua compreensão elevada ao dever... (também relembra) ...é a nossa instrução e a nossa assistência pública – as primeiras do Brasil (Munhoz da Rocha, 1997:44)<sup>213</sup>.

Bento reconhecia que o Estado ainda era politicamente periférico, necessitando ser modernizado e integrado. Com um renovado e vigoroso fôlego político, este governo demonstrava que o estado e Curitiba, especialmente, tinham condições para compartilhar com suas especificidades culturais de miscigenação étnica e clima europeizado, nos novos rumos da nação.

O grande número de migrantes que se deslocaram para o norte paranaense em busca de trabalho nas lavouras de café, ocasionou grandes conflitos pela posse da terra, além de um novo contingente de pessoas diferenciadas que alteraram as relações sociais estabelecidas e aceitas com os estrangeiros já assimilados. Tornavam-se necessárias ações do governo voltadas para controlar e organizar esta população, uma vez que transformar as novas regiões ocupadas em pólos geradores de recursos para o estado era fundamental (Szvarça et Cidade, 1989:193).

Neste contexto, surge a valorização da cultura luso-brasileira, da tradição. Esta entendida como o reconhecimento da herança portuguesa, face aos estudos da antropologia e da etnologia que ...esta(vam) reverendo todos os valores das observações ligeiras dos viajantes, que antes de cientistas eram turistas e vinham abafados de idéias feitas, torcendo a realidade para que a realidade servisse ao seu príncipezinho querido... já se pode voltar a tradição ...dentro das técnicas mais atuais ...abre-se agora uma perspectiva notável para a reabilitação da ascendência portuguesa da nossa cultura ...oferece-se a oportunidade de reabilitá-los cientificamente e não por simples sentimentalismos, nem pelo velho e piegas ufanismo (Munhoz da Rocha, op.cit:75)

Defensor do sistema parlamentarista de governo, Bento Munhoz da Rocha após a morte de Vargas, assume a pasta da agricultura em 1954, durante o governo transitório de Café Filho.

Nas eleições gerais de 1955, Moysés Lupion retornou ao governo do estado e Jucelino Kubitschek foi eleito presidente operando enormes mudanças com o seu Plano de Metas para o país que, sem dúvida, se refletiram na "Terra das Araucárias"<sup>214</sup>.

Neste breve panorama da década de 50, Loureiro Fernandes atuou como uma das figuras chave no campo da política acadêmica e cultural, apoiado por seu companheiro "bandeirante" Bento Munhoz e toda a máquina governamental. Implantou e foi presidente do IP na Universidade;

convidou inúmeros intelectuais e especialistas nacionais e estrangeiros em áreas como arqueologia e antropologia entre outras, para ministrarem cursos; representou o IP nos convênios firmados junto a CAPES e ao Conselho Nacional de Pesquisas (ações que impulsionavam tanto a Faculdade como o Museu Paranaense); foi designado presidente da comissão geral para os eventos comemorativos ao centenário da emancipação política; participou da organização do Primeiro Encontro de Reitores das Universidades Brasileiras; representou no Paraná na Comissão Nacional que elaborou a lei federal que dispõe sobre os sítios arqueológicos; coordenou e foi o presidente do II Congresso de Folclore Brasileiro; criou quatro centros ou órgãos para dinamizar os estudos sobre a influência portuguesa na cultura regional e, entre outras atividades, entabulou as primeiras negociações para o convênio firmado entre a UFPR e a DPHAN para, no antigo convento dos jesuítas, ser instalado o MAAP. Na campo da política local, Loureiro atuou como vereador do PDS, especialmente em 1951, propondo e relatando anteprojetos de leis na Comissão de Educação, Saúde e Cultura<sup>215</sup>.

Como conseqüência destas atividades e tendo a Faculdade de Filosofia já formado um número considerável de licenciados, começam a aparecer na documentação, referências sobre a participação ativa desta prata da casa. Sem dúvida, os anos 50 consolidaram a estrutura acadêmica e cultural projetada pelos “bandeirantes”, há duas décadas passadas quando da implantação da AFF.

Mesmo discordando de Bento Munhoz da Rocha por ter preterido o projeto arquitetônico, já aprovado e que contemplava órgãos do ensino superior e o Museu Paranaense em favor da sua destinação às artes cênicas, Loureiro sabia que o MPR, com o mandato universitário assinado pelo governador, poderia de certa forma, seguir seu curso amparado pelo IP o que por sua vez o dinamizava. Mas ele também sabia que os rumos da política cultural nacional já acenavam para novas trajetórias e prioridades e, não se podia estar em descompasso.



## O Instituto de Pesquisas, o Museu Paranaense e a Faculdade de Filosofia

*...o diretor do departamento de Zoologia, desejava saber o que foi decidido a respeito da Fortaleza da baía de Paranaguá e da sua utilização para estação hidrológica, assunto que deve ter sido objeto de relatório de viagem do Dr. Saia em Paranaguá, há três meses passados<sup>216</sup>*

*...(Loureiro Fernandes) um grande incentivador dos jovens ...o trabalho deixado na Santa Casa foi fecundo. Hoje estamos aqui andando pelos caminhos que Loureiro Fernandes construiu (João Átila Rocha, 1977)*

Após debates e sugestões, é aprovada a criação de um Instituto de Pesquisa<sup>217</sup>, de caráter geral com estatuto amplo que atendesse as várias áreas do conhecimento e com “seções formadas à medida das necessidades e dos recursos”. A proposta é aprovada por unanimidade, a exceção do voto de Loureiro Fernandes, que viu seu projeto ser redimensionado, o que certamente iria limitar seus planos e a distribuição dos recursos.

O IP é instalado compreendendo as seções: 1) antropologia, etnologia e antropogeografia; 2) botânica e 3) zoologia. É inquestionável o suporte para a continuidade das pesquisas nas áreas já atendidas pelo MPR, nesta ocasião, a área de história, estava agregada a de geografia. Em 1952, as áreas de antropologia e etnologia se desdobram em, sociologia e folclore, enquanto Áreas do conhecimento emergentes e que representavam a menina dos olhos do governador e do diretor do IP, respectivamente<sup>218</sup>.

Com mandato universitário reconhecido pela assembléia legislativa, o Museu Paranaense e o próprio IP tinham assento no Conselho Universitário, “fórum máximo” das decisões científicas da Universidade. Já no conselho diretor do IP, tinham assento: um representante da Faculdade, no primeiro mandato, o prof. Brasil Pinheiro Machado e um representante do Museu Paranaense, o prof. Pe. Jesus Moure.

A finalidade deste Conselho era, ...congregar, sempre que possível, seus esforços no interesse da pesquisa científica, sendo, por esta razão, o Conselho Diretor do Instituto constituído por representantes do Museu Paranaense e da Faculdade de Filosofia e, pelo texto estatutário, o Conselho é soberano, visando o máximo de liberdade no trabalho de pesquisa.

Figura ainda, como órgão de direção, o Conselho Técnico Científico.

Adicionado a estes dois Conselhos, o voto de minerva, prerrogativa do diretor, constituíam o fórum máximo decisório sobre a aplicação dos recursos.

Sem dúvida, que a prioridade para o direcionamento dos recursos estava voltada para as Áreas das ciências humanas. Os recursos destinados para os projetos em ciências naturais necessitavam ser complementados por agências de fomento internacionais, caracterizando o IP como um reduto autônomo, dentro da estrutura acadêmica com forte ingerência do estado nas conduções da vida científica da Universidade. Esta característica criou várias situações de atritos entre os membros do Conselho Diretor, como também entre estes e os demais pesquisadores da Universidade que se viam preteridos em suas demandas<sup>219</sup>.

Uma das crises internas de maior repercussão ocorreu quando Loureiro de regresso de viagem à Europa, soube que o seu substituto o prof Jesus Moure enviou, à revelia da aprovação do Conselho Técnico Científico, o pedido de bolsa para aluno do prof Frederico Waldemar Lange, da Área de paleontologia, e a solicitação de bolsas e recursos para pesquisas do prof Newton Freire Maia, da Área de genética. Como consequência desta ausência é então criada a Seção de geologia e paleontologia no IP. De temperamento forte, Loureiro assina e encaminha o seu pedido de exoneração ao reitor, em 13 de abril de 1953.

Em reunião do Conselho Diretor, após esclarecimentos, é comunicado pelo reitor ...que o Conselho Universitário indeferiu o pedido de renúncia e, para o diretor da FFCL, o prof Homero de Barros, Loureiro a frente do IP vinha ... procurando, face aos poucos recursos que possui o mesmo, dar a sua atuação o máximo de eficiência de maneira a não dar margem à crítica, merecendo aplausos dentro das finalidades em que foram traçadas.

Estava a política acadêmica, ainda respaldada no “corporativismo bandeirante”, legitimando as ações de alguns dos seus correligionários, em especial daqueles que comungavam de perto com as suas diretrizes católicas como também atendiam as determinações e planos do poder executivo. Mesmo sendo um bandeirante, o Pe. Jesus Moure ...acentuou a divergência de opinião com a do diretor do Instituto no caso em apreço, esclarecendo que os prof. Newton Freire Maia e Waldemar Lange, não

queriam auxílio do Instituto, mas pedi-los através do mesmo ao Rio de Janeiro, e não vendo nenhum inconveniente se prontificou a encaminhá-los<sup>220</sup>.

Outro tema da pauta desta reunião, foi o registro e o destino do patrimônio cultural coletado nas pesquisas uma vez que haviam ...aquelas que eram realizadas com verbas do Instituto e outras com verba da Faculdade ...sendo que todo o material foi tombado pela Tesouraria Central da Universidade, nas folhas dos Bens Patrimoniais do Instituto de Pesquisa ... (foi deliberado que) ...o material ficasse depositado nas respectivas Cadeiras, sendo previamente assinado um termo de responsabilidade.

O patrimônio etnográfico e arqueológico seguramente enriqueceu o acervo do MPR. Até onde foi consultado nos arquivos da UFPR, não foi encontrado qualquer documento da tesouraria central, na década em questão<sup>221</sup>.

Loureiro Fernandes, por quase sete anos, foi diretor do IP, sendo o prof. Pinheiro Machado, o seu representante na FFCL. Sem dúvida, o IP proporcionou um grande impulso às atividades extracurriculares e às publicações como também assegurou a presença de professores e alunos em congressos, em participação de bancas de concursos<sup>222</sup> (Anexo 7/Quadro18)

## A Investigação Científica promovida pelo IP

*...se a Faculdade de Filosofia não poder arcar com as despesas necessárias ao sustento de cursos especializados que tem como obrigação a reitoria da Universidade ampará-los por todos os meios, visto que o fito das Faculdades não é apenas a rotina do ministrar aulas senão primordialmente a criação de escóis, pesquisadores em todos os departamentos dos conhecimentos humanos ...a Universidade não terá cumprido satisfatoriamente a sua missão, se assim não proceder<sup>223</sup>.*

Em 1957, a Congregação da FFCL discutia a necessidade de um novo espaço físico para abrigar suas instalações. Para Loureiro Fernandes, ...mais que qualquer outra a faculdade não só divulga a ciência, mas de modo muito particular, torna-se produtora de ciência.

Discorrendo ainda sobre o anteprojeto do novo regimento interno, em fase de elaboração, Loureiro já aponta para a necessidade, imposta pelo Ministério da Educação, de criação dos departamentos didáticos que “da-

rão mais eficiência didática e científica”. Este catedrático também envia ao diretor da FFCL, um expediente com sugestões de alterações ao anteprojeto.

Em sua tentativa de manter um perfil ao órgão que pudesse continuar atendendo aos trabalhos no MPR, agora com o seu mandato universitário cancelado, Loureiro argumentou que, ...os Institutos de Pesquisas representam, na maioria das nascentes e ainda pouco desenvolvidas Universidades brasileiras, embriões das futuras Academias de Ciências, nas quais se agruparão no futuro, os diferentes Institutos Universitários consagrados exclusivamente à pesquisa, não cabe pois, na história do seu desenvolvimento, uma supervisão por Congregação, cujas as preocupações são predominantemente didáticas

As sugestões, todas relacionadas ao centros de pesquisas foram parcialmente atendidas e contempladas no regulamento. Neste momento, era necessário garantir as pesquisas arqueológicas realizadas por intermédio do CEPA, recém-criado<sup>224</sup>.

A transformação do IP em Conselho de Pesquisa (CPUP) trouxe à Universidade uma nova configuração à prática da pesquisa científica. Em 27/08/1958, Loureiro informa à congregação que o Conselho Universitário já havia realizado a sua aprovação.

A reforma universitária ocorrida por força da segunda Lei de Diretrizes e Bases (LDB) criou condições para a ampliação dos Institutos de Pesquisas em outras faculdades, para o desmembramento do curso de geografia e história e a instalação dos departamentos didáticos que iriam diminuir a ação centralizadora e arcaica dos professores catedráticos

Sobre os Institutos de Pesquisas, Castro Faria realça que a política educacional, traçada pelo programa de metas do projeto de desenvolvimento do presidente Juscelino Kubistchek, ...abriu uma possibilidade que circunstâncias especiais de ligações com o poder, permitiam explorar ...(e se pensava que) por meio da criação de institutos, as universidades seriam redimidas (Castro Faria,1984:247-248).

O regulamento do Conselho de Pesquisas da UFPR é aprovado em sessões do conselho universitário, realizada nos dias 18 de dezembro de 1958 e 6 de fevereiro de 1959, que foram presididas pelo reitor Flávio Sulpicy de Lacerda<sup>225</sup>.

Tendo como finalidade maior colaborar com as cátedras, departamentos das faculdades e escolas e promover a criação de núcleos de pesquisas

e ensino, institutos de pesquisas, centros de ensino e pesquisa e centros de estudos quando as cátedras ou ...serviços de especialidades afins, de duas ou mais unidades universitárias se congregarem por promover, orientar e coordenar a pesquisa num setor científico (Art 2º e 4º).

Entre as atribuições do Conselho ...estava propor ao reitor a assinatura de convênios ou extensão de mandatos, quando de interesse para o incremento da pesquisa científica (Art 9º).

O fundo de pesquisa foi constituído de uma cota anual do orçamento da Universidade, pelos legados, subvenções, doações e pelos recursos decorrentes da exploração dos resultados das pesquisas (Art 17).

A elaboração do quadro de bolsistas e técnicos para atuarem nas pesquisas também era uma atribuição da direção executiva, como também deliberar sobre a concessão de bolsas (Art.18º).

Após a aprovação do regulamento surge a categoria dos professores com dedicação exclusiva (Art.26º)

O regulamento previa ainda, dois artigos referentes as atribuições do centro de informações bibliográficas e três aos pesquisadores ad doc, viabilizando a que *...mediante entendimentos entre a reitoria e os poderes públicos, poderão técnicos pertencentes a outros quadros ...integrar o quadro de pessoal de pesquisas da Universidade do Paraná ... (assim como), os técnicos referidos no artigo anterior, bem como aqueles que forem admitidos como pesquisadores na Universidade do Paraná, poderão receber suplementação de salários ou vencimentos, na forma estabelecida pelo Conselho ...os Centros de Estudos e Pesquisas, já criados pelas Congregações das Faculdades, passaram a ser considerados vinculados ao Conselho de Pesquisa, entre eles, o cepta e ... (finalmente o regulamento reconhece) ...enquanto não houver lei que institua a carreira de pesquisador nas Universidades Federais, a admissão de pesquisadores será por contrato (Art.32, 33, 34 e 35)<sup>226</sup>.*

De certa forma, a finalidade do CPUP de incentivar a criação de institutos de pesquisas gerou uma grande polêmica, em 1960 na FFCL, sentindo-se os pesquisadores do departamento de ciências, ameaçados de perder seus espaços na Faculdade de Filosofia, ...possibilitando a que ela venha a se reduzir a um simples Instituto fugindo à sua finalidade que é constituir um Centro da Universidade<sup>227</sup>. Na ata desta reunião é designada uma comissão para apresentar um Memorial ao reitor.

Através do ofício nº82/60 de 27 de maio, Loureiro solicita ser excluído da referida Comissão, mas não se furta de expressar sua opinião sobre a matéria, expondo ao plenário que *...não houve boa interpretação por parte daquele professor (referia-se ao Prof./Pe. Jesus Moure) quanto ao significado dos Institutos da nossa Universidade e exemplificou as inconveniências deles quando comparados ao sistema de Institutos Centrais a ser adotado na Fundação Universidade de Brasília ...sendo que estes incluem as várias cadeiras básicas, isolando-se em entidades administrativas autônomas, resultando em última análise, a extinção das Faculdades de Filosofia.*

Sobre a questão da criação dos Institutos de Pesquisa, Castro Faria convida a uma reflexão e uma análise além de contribuir fazendo uso de uma afirmação de Diegues Júnior sobre as universidades nesta época, as quais *...tem uma estrutura inadequada, arcaica, rígida, incapaz de acompanhar o desenvolvimento. Daí o recurso à idéia dos institutos ... (apesar da contribuição do Instituto de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro) ...o enriquecimento do currículo escolar é um ponto de partida para a pós-graduação* (Castro Faria op.cit.p:248).

Esta proposta para os institutos, favoreceu ao desmembramento do departamento de ciências dos demais da FFCL; fortaleceu as pesquisas científicas sistematizadas; estruturou a pós-graduação; incentivou a prática de parcerias ou convênios e, principalmente, diminui a centralização e poder dos professores catedráticos.

Em 25 de dezembro de 1957, Loureiro já estava credenciado pela reitoria para entabular as primeiras negociações para organizar o departamento de antropologia e o convênio a ser firmado com a DPHAN para a implantação do museu universitário<sup>228</sup>. Nesta ocasião, o Governo do estado estava, pela segunda vez, nas mãos de Moyses Lupion.

Inicia-se a fase mais aguda do afastamento do Loureiro das atividades técnicas do MPR e, a universidade, por sua vez, cresce e o "intelectual de província" (Kersten, 2005) sentia que perdia o controle das articulações acadêmicas e científicas e, por outro lado, o projeto museológico no litoral começava a tomar corpo.

Por terem finalidades idênticas, tendo sido reestruturados e re-dimensionados os mecanismos de controle e gerenciamento, foram

incluídos nos quadros demonstrativos as ações realizadas, tanto sob a chancela do IP como aquelas realizadas pelo Conselho de Pesquisas, mesmo reconhecendo que, politicamente, houve uma mudança profunda nos critérios decisórios sobre a concessão de recursos que, sem dúvida, deixou marcas na museologia que vinha sendo praticada em Curitiba.

Ao descrever as atividades apoiadas por estes dois órgãos (o instituto e o conselho) se retoma e complementam as questões relacionadas com o conselho universitário e a extensão. É muito interessante notar que o primeiro curso de extensão ministrado por professor do quadro da própria FFCL e na área de sua formação foi o de língua tupi em 1951, por Aryon Dall'Igna Rodrigues que havia sido recentemente licenciado pela Faculdade (Ver Quadro 18).

Ao ser proposto por Loureiro, na sessão da congregação de 23/08/1947, o curso de geografia física e geomorfologia, em nível de especialização é revelada uma certa resistência do plenário no que diz respeito a sua pertinência, uma vez que poderia causar um “possível déficit”. Loureiro então expressa seu posicionamento e expõe as diretrizes que deveriam nortear as atividades acadêmicas subsidiadas, essencialmente, nas pesquisas científicas.

## QUADRO 18

### Cursos de Extensão Ministrados na FFCL do Paraná (1951/1965)

CURSO	ANO	MINISTRANTE	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Língua Tupi	1951	Aryon Dall'Igna Rodrigues	Univ. do Paraná
Geomorfologia	1952	Reinhard Maack	Inst. de Pesq. Tecnológicas PR
Botânica Local	1952	Ludmid João Weber	Inst. de Pesq. Tecnológicas PR
Estatística	1952	Remy Freire	Univ. de São Paulo
Sociologia / História	1952	A. F. Cesarino Jr.	Fac. de Dir. de S. Paulo
Sociologia	1952	Gilberto Freire	Univ. de Pernambuco
Sociologia	1952	Pe. Sabóia de Medeiros	Univ. Católica de S. Paulo
História	1952	Dante de Laytano	Univ. de Porto Alegre
Biologia	1952	André Dreyfus	Univ. de São Paulo
Literatura / História	1952	Sérgio Buarque de Holanda	Museu Paulista
Literatura Portuguesa	1952	Fidelino de Figueiredo	Univ. de São Paulo
Literatura Brasileira	1952	Antônio Cândido	Univ. de São Paulo

CURSO	ANO	MINISTRANTE	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Filologia / Lingüística	1952	Serafim Silva Neto	Univ. Católica do Rio de Janeiro
Filosofia	1952	E. Canabrava	Rio de Janeiro
Etnografia do Brasil	1952	Hebert Baldus	Museu Paulista
Fisiologia Animal	1952	Paulo Sarvaya	Univ. de São Paulo
Filologia Portuguesa	1952	Manuel de Paiva Boléo	Univ. de Coimbra
Técnicas de Pesquisas sociológicas	1954	Fernando Altenfelder da Silva	São Paulo
Língua Tupi Antiga*	1954	Fernando Altenfelder da Silva	Univ. do Paraná
Antropologia e Etnografia (1) (2)	1954	Fernando Altenfelder da Silva	Univ. do Paraná
Met. e Etnografia Portuguesa(*)	1954	Fernando Altenfelder da Silva	Univ. do Paraná
O legado do negro	1958	Edison Carneiro	Rio de Janeiro
O evolucionismo	1958	D. Estevam Bittencourt	PUC/Rio de Janeiro
Noções de Estat. Apl. Ciências do H.	1959	Zélia M. Pavão	Univ. do Paraná
Do Homem à Tecnologia	1961	Johann Schimidt	USA
Língua Tupi **	1965	Solicita José Moura Negrini **	
Pesquisas Foclóricos **	1965	Solicitado por Wilson C. Pinto **	usa
Cultos afro brasileiros	1965	José Ligório Heßrth	upe

*Fonte: Atas do CTA nº74 de 8/11/47; nº76 de 3/3/48; nº121 de 23/11/1951; nº147 de 7/5/54; nº176 de 5/06/56; nº227 de 15/09/59; nº266 de 3/06/61; nº373 de 22/04/65; nº220 de 4/11/58 Portaria nº203 de 6/10/58 Arq/SED. Os cursos voltados para a Área de Arqueologia e Pré-Histórica foram relacionados no capítulo anterior (\*) o "Segundo Curso de Língua Tupi" foi também ministrado por Aryon Rodrigues mas é possível que tenha sido, uma vez que, somente este especialista, durante todo o período pesquisado, é mencionado na documentação (2) Disciplina ministrada para o curso de Ciências Sociais, em caráter de Extensão. Ata nº5 de 15 de maio de 1954 da seção de Antropologia do I.R. Arq/SED. (\*\*\*) Não foi encontrada qualquer informação se as solicitações foram atendidas.*

Até onde foi pesquisado, não foi encontrado, nos livros de empenhos do IP da FFCL, qualquer menção a custos com cursos de extensão durante os anos de 1950 a 1963. Ou eles foram ofertados com os recursos da própria Universidade, verbas aprovadas pelo Conselho Universitário ou com recursos do estado, uma vez que a época de grande demanda de cursos concentra-se entre os anos de 1951 a 1954, período forte de atuação do IP quando foi dada uma grande ênfase aos cursos nas Áreas de sociologia, história e etnografia, cadeiras sob as responsabilidades do catedrático Bento Munhoz da Rocha, então governador, e do catedrático Loureiro Fernandes, então presidente do IP.

O interesse pelos intelectuais de São Paulo é muito grande ao se observar a coluna referente a instituição de origem. Sem dúvida nenhuma, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a USP e o Museu Paulista foram as Instituições de referência desta formação complementar



paranaense que, também foi enriquecida com a presença de expoentes nacionais como Gilberto Freire e Edson Carneiro, no que se refere a área de antropologia e etnografia e que representou 1953, 3% dos cursos oferecidos, entre 1946 e 1965<sup>229</sup>.

## QUADRO 19

### Excursões de Estudos Patrocinadas pelo Instituto e Conselho de Pesquisas (1950-1962)

EMPENHO/DATA	FAVORECIDO	TEMA	LOCAL
Nº 11 DE 08/1951	Bento Munhoz da Rocha e alunos Filosofia	<i>Caravana cultural</i>	<i>Buenos Aires</i>
Nº 93 DE 06/1952	Pe. Jesus Moure e Assistente	<i>Viagem de Estudo</i>	<i>São Paulo</i>
Nº 195 DE 10/1952	Prof. e W. Tideman c/ de Anglo Germânicas e Neolatinas	<i>Excursão de estudos</i>	<i>São Paulo</i>
Nº 11 DE 7/06/1952	Prof. Temístocles Linhares	<i>Viagem de estudos</i>	<i>Europa</i>
Nº 178 DE 09/1952	Prof. e alunos do curso de história natural	<i>Estudos</i>	<i>Ilha do Mel</i>
Nº 196 DE 10/1952	Prof. Zélia Merlin c/ de Neolatinas e Anglo Germânicas	<i>Excursão de estudos</i>	
Nº 4 DE 07/1953	Prof. Oswaldo P. dos Reis c/alunos de Filologia Românica	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Guaraqueçaba – Rio Medeiros</i>
Nº 146 DE 08/1953	Prof. Olyutho Oisino alunos da Fac. de Fiosofia de M.G	<i>Excursão</i>	<i>Ilha do Rato (Baía de Guaratuba)</i>
Nº 183 DE 09/1953	Prof. Fernando Corrêa de Azevedo	<i>Trabalhos extras</i>	<i>Vale do Bom Sucesso (Cerro Azul)</i>
Nº 201 DE 10/1953	Prof. Loureiro Fernandes	<i>Pesquisas etnográficas</i>	<i>Ilha dos Ratos</i>
Nº 240 DE 11/1953	Prof. Oswaldo Pinheiro dos Reis	<i>Excursão de estudos</i>	
Nº 132 DE 30/06/1954	Pe. Jesus Moure e 3 alunos de zoologia	<i>Estágio de 1 mês</i>	<i>São Paulo</i>
Nº 74 DE 1/06/1955	Prof. José Carlos de Figueiredo	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Paranaguá e Ilha do Mel</i>
Nº 292 DE 22/12/1955	Pedro R. Franceschi	<i>Excursão de estudos</i>	<i>U. H. Chaminé/ Represa de Guaricana</i>
Nº 301 DE 29/03/1956	Prof. Newton Freire Maia	<i>Viagem de estudos</i>	<i>P.Alegre / Montevideu/ Buenos Aires</i>

EMPENHO/DATA	FAVORECIDO	TEMA	LOCAL
Nº 27 DE 21/03/1956	Pe. Jesus Moure e instrutores de zoologia	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Ctba-RJ/São Paulo-Ctba.</i>
Nº 198 DE 9/10/1956	Prof. Alda Moeller	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Salto Iguaçu</i>
Nº 223 DE 14/11/1956	Prof. José C. Figueiredo e alunos de Geografia e História	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Vila Velha</i>
Nº 203 DE 20/10/1956	Prof. João Bigarela e alunos de História Natural	<i>Estudos petrográficos</i>	<i>Litoral</i>
Nº 1 DE 4/01/1957	Hoda Elias e alunos	<i>Excursão de estudo</i>	<i>Uruguai, Argentina Chile</i>
Nº 61 DE 22/04/1957	Prof. Loureiro Fernandes	<i>Expedição de estudo</i>	<i>Serra dos Dourados</i>
Nº 97 DE 29/05/1957	Prof. José C. Figueiredo e alunos de Geografia	<i>Excursão de estudo</i>	<i>Paranaguá e Ilha do Mel</i>
Nº 211 DE 25/09/1957	Pe. Artidório Amiceto de Lima	<i>Curso de especialização</i>	<i>São Paulo</i>
Nº 224 DE 9/10/1957	Prof. Luiz Alves de Mattos	<i>Curso Extensão</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
Nº 234 DE 19/10/1957	Prof. Jayme de Loyola e Silva	<i>Excursão cultural</i>	<i>Caiobá</i>
Nº 252 DE 7/11/1957	Prof. Loureiro e alunos (pesq.sobre cerâmica)	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Campo Largo</i>
Nº 302 DE 12/12/1957	Alunos de Curso de Didática	<i>Viagem cultural</i>	<i>Foz do Iguaçu</i>
Nº 303 DE 12/12/1957	Alunos de Didática	<i>Viagem cultural</i>	<i>Cataratas do Iguaçu</i>
Nº 18 DE 12/02/1958	Prof. Loureiro Fernandes	<i>Filame etnográfico</i>	<i>Recife/Belém</i>
Nº 111 DE 26/05/1958	Prof. José Carlos de Figueiredo c/ alunos de Geo e História	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Ilha do Mel</i>
Nº 204 DE 26/08/1958	Prof. Jayme de L. Silva c/ de História Natural	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Santos</i>
Nº 211 DE 1/09/1958	Prof. Victor Gardolinski	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Foz do Iguaçu e Guaíra</i>
Nº 222 DE 13/09/1958	Prof. José Carlos de Figueiredo e alunos	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Parque Nacional de Vila Velha</i>
Nº 378 DE 14/12/1959	Prof. Edy Giffhorin	<i>Curso Ap. de Física</i>	<i>São Paulo</i>
Nº 388 DE 17/12/1959	Prof. Ayrton de Mattos	<i>C. Ssist. de Algas Marinhas</i>	<i>São Paulo e Ubatuba</i>
Nº 67 DE 17/12/1959	Prof. José Carlos de Figueiredo e alunos	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Ilha do Mel</i>
Nº 147 DE 25/06/1959	Prof. Alda Aracy Moeller e alunos de Geografia Física	<i>Excursão de estudos</i>	<i>Foz do Iguaçu</i>
Nº 350 DE 4/12/1959	Prof. Ayrton de Mattos e alunos de Botânica	<i>Excursão de estudos</i>	<i>São Paulo</i>

EMPENHO/DATA	FAVORECIDO	TEMA	LOCAL
Nº 237 DE 29/09/1960	Prof. Ralph Hertel e Ayrton de Mattos c/ alunos de Botânica	Excursão de estudos	Litoral paranaense
Nº 251 DE 12/10/1960	Prof. Mª Olga Mattar alunas de Ciências Sociais	Estudos sociológicos	Salvador
Nº 88 DE 13/05/1960	Prof. José C. Figueiredo e alunos de Geografia e História	Excursão de estudos	Ilha do Mel e Vila Velha
Nº 173 DE 11/07/1960	Prof. Cecília Mª Westphalen e alunos de História	Excursão de estudos	São Paulo
Nº 224 DE 3/09/1960	Prof. Bolívar da Silva Mattos e alunos de Didática	I Congresso da USP	Santos (Inst. de Caça e Pesca)
Nº 227 DE 12/09/1960	Prof. Henrique Krieger e alunos de História Natural	Excursão de estudos	Porto Alegre
Nº 335 DE 12/09/1960	Prof. Nerly Mehl e alunos de Didática	Excursão de estudos	Recife
Nº 133 DE 14/06/1960	Prof. Riad Salamuni	Excursão de estudos	Vila Velha
Nº 310 DE 21/10/1961	Alunos História Natural	Estudos geológicos	Rio Branco do Sul
Nº 47 DE 28/04/1961	Prof. José Carlos Figueiredo e alunos de Geografia	Excursão de estudos	Ilha do Mel e Vila Velha
Nº 115 DE 19/06/1961	Alunos de Geografia e História	Excursão de estudos	Londrina
Nº 147 DE 27/06/1961	Prof. José Carlos Figueiredo e alunos de Geo e História	Excursão de estudos	Vila Velha
Nº 226 DE 22/08/1961	Prof. Joaquim M. M. Franco e alunos de Geografia e História	Excursão de estudos	
Nº 228 DE 3/10/1961	Prof. Mª de Lourdes Z. de Camargo alunos de Hist. Natural	Excursão de estudos	Litoral paranaense
Nº 359 DE 20/11/1961	Prof. Flávia R. Accioli Prado e alunos de Biblioteconomia	Excursão de estudos	
Nº 3 DE 31/01/1963	Mª das Dores Figueiredo Wouk	Excursão de estudos	C. de Pesq. Pedagógicas (Fr)
Nº 41 DE 6/04/1963	Prof. Riad Salumuni e alunos de História Natural	Excursão de estudos	Ponta Grossa e Rio Bc o Sul
Nº 96 DE 30/05/1963	Alunos de Geologia e Paleontologia	Excursão de estudos	Municípios vizinhos
Nº 139 DE 3/07/1963	Reinaldo Bosmam e Ernesto Sigel Filho	Estudos Teuto-brasileiros	Porto Alegre
Nº 267 DE 13/11/1963	Prof. Riad Salamuni e alunos de Geologia	Excursão de estudos	Região Sul do 2º planalto do PR

EMPENHO/DATA	FAVORECIDO	TEMA	LOCAL
Nº 280 DE 21/11/1963	Prof. José Loureiro Fernandes e alunos de Geografia	Visita ao museu	Paranaguá
Nº 45 DE 27/03/1962	Alunos de Geografia	Excursões de estudo	Litoral, 1º e 2º planaltos do PR
Nº 65/131 DE 03/1962	Prof. Joaquim M. M. Franco e alunos de Geol Paleontologia	Estudos geológicos	Ponta Grossa e São Mateus
Nº 140 DE 2/07/1962	Prof. Cecília Mª Westpha- len e alunos de História	Excursão de estudos	Centro de Est. Hist. de Salvador

*Fonte: Livro de Empenhos do IP e do CPDUP Arq/SED*

As primeiras excursões científicas efetuadas com recursos e incentivos do instituto foram ao litoral, ainda no mês de setembro, com ...alunos de história natural, de geografia e história, sob a coordenação dos seus respectivos professores foram ministradas aulas práticas de zoologia e botânica com coleta de abundante material<sup>230</sup>.

Estas atividades, correspondiam as atuais aulas práticas e a algumas práticas de pesquisas de campo que se concentraram no estado do Paraná (38%), no seu litoral (24,6%), no estado de São Paulo e nas demais regiões. É possível que, para viabilizar administrativamente as atividades alguns professores apenas assinassem as petições viabilizando a presença de alunos.

No que se refere às Áreas do conhecimento mais regulares na solicitação de recursos para estas "excursões de estudo", encontram-se os alunos e professores do curso de geografia e história representando 15% do total (com ênfase ao do curso de geografia) e os do curso de história natural (17,50%) com significativo realce aos professores e alunos da cátedra de zoologia.

É possível, que neste demonstrativo de despesas do IP, os professores de outras áreas assinassem os empenhos como se fossem suas atividades para auxiliarem a outros, que esta fosse uma modalidade de pagamento por serviços prestados, que nestes empenhos, poderia estar incluída a distribuição de recursos para comprar de equipamentos, ou seja sob a designação de empenhos para encontros científicos algumas atividades paralelas poderiam ser beneficiadas. Assim que, certamente, os empenhos

registrados nos livros oficiais não expressam a totalidade da produção científica subsidiada pelo IP.

Já socialização do conhecimento produzido, foi incentivada para alunos de ciências e de letras que se mantiveram regulares. As demais publicações ficaram a cargo de pesquisadores das áreas de zoologia, de genética, de literatura e de sociologia<sup>231</sup>.

Nos vários periódicos que já eram editados na cidade, como a revista da Associação Médica, a revista de Letras, a revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, os arquivos do Museu Paranaense, a revista do IHGPR entre outros, também é possível se encontrar um número significativo de artigos de professores da FFCL, tendo em vista o movimento que estes intelectuais praticavam pela própria natureza de suas atuações, favorecendo o maior alcance do ideário desses pensadores que cumpriam ...a missão de elevar o nível científico da cidade.

No que se refere aos encontros, congressos e seminários, ficou evidenciado que o IP da FFCL em muito incentivou e viabilizou a ativa participação do corpo discente nestes eventos, o que representou 30% dos empenhos emitidos durante os anos de 1950 a 1963<sup>232</sup>.

A participação em banca de concurso, também foi incentivada. De acordo com a documentação, nota-se a sua ênfase na área de línguas estrangeiras através da atuação dos professores/padres sendo que São Paulo foi, sem dúvida, a cidade que mais usufruiu desta qualificação paranaense, restando a Curitiba apenas duas vindas de especialistas, em 1956, para atender ao concurso de literatura e língua espanhola e, a presença do Prof<sup>o</sup> Omar Gonçalves da Mota do Rio de Janeiro, para a aula inaugural da Faculdade, naquele mesmo ano<sup>233</sup>.

A remuneração de trabalhos eventuais educativos ou culturais representava uma das atribuições do IP, tanto para professores como para acadêmicos. Infelizmente, não foi possível conceituar atividades educativas e atividades culturais, até porque a informação sobre o período e o valor pago, não foram constantes faltando também um referencial. Entretanto, houve uma regularidade nos "serviços culturais" na área de pedagogia, na organização da biblioteca e alguns "serviços prestados" que sugerem ser burocráticos, em cursos, congressos e seminários<sup>234</sup>.

Por outro lado, é flagrante o cumprimento dos artigos 32, 33 e 35 do regulamento do conselho de pesquisas uma vez que a grande maioria das

despesas se realizaram após a sua instalação em 1959, acenando também para uma carência de mão de obra técnica especializada ou pesquisador no quadro das universidades e, o trabalho não remunerado ou com baixa remuneração que era realizado por este segmento até então, conforme afirmou Martinez, (1989).

Não se pode desconsiderar o significativo número de palestras e/ou conferências proferidas no CEB, por professores da FFCL e seus convidados sobre as investigações científicas que já se desenvolviam no Paraná, principalmente no período anterior a implantação do IP.

Além do fundo estadual para pesquisas, liberado pela Assembléia Legislativa do MPR, os pesquisadores contavam com recursos da própria faculdade, do Conselho Nacional de Pesquisas (criado em 1933) e da CAPES onde, Loureiro Fernandes atuou como representante da Universidade, bem como da fundação Rockefeller (esta última, em especial, para as seções de zoologia e de genética, por intermédio das pesquisas do Pe. Jesus Moure)<sup>235</sup>.

Não foi possível levantar o “quantum” total dos recursos injetados, anualmente, para as atividades científicas do Instituto<sup>236</sup>. Se forem observados os gastos com as pesquisas, eles se revelam irrisórios, 0,1% nas pesquisas em geologia. Mesmo que se considere o item material para “acampamento e campanha”, o investimento total para as pesquisas sobe para 2,09%, o que ainda é inferior ainda ao que foi gasto com publicações.

Por outro lado, como os livros de empenhos representavam um registro interno da FFCL, fica evidenciado que os convênios com instituições e fundações afins nacionais e estrangeiras davam um suporte financeiro, mais forte, às pesquisas no estado.

Com os recursos do IP também foram emitidos empenhos para a compra de material indígena em 1954; para viagens realizadas a fim de resolver questões administrativas em 1955; de 1956 a 1960 (duas por ano) e, em 1963 para orientações sobre o desdobramento dos cursos de geografia e história, no Rio de Janeiro; para esclarecimentos sobre a reforma do ensino, em 1957 (duas por ano); para remodelação do Colégio de Aplicação, em 1961; para professor tomar posse na Academia Brasileira de Ciência, em 1962; para complementar auxílio para homenagear o presidente dos EEUU com tela do De Bona e, finalmente, para instalação do coral da Universidade, em 1958. Assim que, pode-se afirmar que os gastos com pesquisas do

117 estavam centradas nos trabalhos de exploração arqueológica do litoral, representando 78,9% do total dos empenhos emitidos.

Na presidência do IP, Loureiro foi voto vencido na reunião da congregação em junho de 1950, ao advogar em favor do Instituto de Pesquisas do Litoral, o que de fato não se concretizou, apenas algumas investigações em zoologia e geografia foram desenvolvidas. No entanto, seus propósitos foram alcançados no que diz respeito a argumentação sobre ...a necessidade e urgência em salvar a documentação do litoral que vai se perdendo rapidamente.

Em 1965, o prof. José Carlos Figueiredo, diretor do departamento de geografia, solicitava em ata, ...entendimentos com a reitoria, no sentido de se obter, junto as autoridades competentes, a concessão de parte da Ilha do Mel para a construção de um centro oceanográfico apresentando em seguida, relatório da excursão realizada a Ponta do Sul, pelos alunos de Geografia...<sup>237</sup>.

No mesmo ano o prof/Pe Jesus Moure, insiste para que Loureiro dê-lhe ...uma resposta sobre a intermediação junto a DPHAN, sobre a possibilidade de instalação de um Centro de Pesquisas Biológicas na Fortaleza da Ilha do Mel<sup>238</sup>.

O Instituto de Pesquisa (1950) foi transformado em Conselho de Pesquisa (1958) dando origem ao órgão acadêmico que hoje gerencia as pesquisas na UFPR, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação.

## Os Movimentos Decisivos Voltados para a Preservação da Memória Pré-Histórica

*...o material arqueológico ...foi objeto de estudo e de interesse por parte de colecionadores amadores ou de alguns cientistas que esporádica e superficialmente estudaram as jazidas pré-históricas do Paraná*

*(Loureiro, 1959).*

O conteúdo documental, existente nos diferentes sítios arqueológicos, representa uma inestimável contribuição para o entendimento sobre a ocupação do território, o nível cultural do homem que ali habitou, não só através das suas ferramentas e apetrechos líticos, ósseos e conchíferos,

bem como da sua dieta alimentar e, da sua cosmovisão documentada nos enterramentos e no mobiliário funerário. Não se pretende aqui realizar uma discussão técnica, analítica ou mesmo crítica do processo construtivo do conhecimento e da prática da pesquisa arqueológica no Paraná, esta é uma tarefa para o CEPA.

Três acontecimentos foram decisivos para a efetiva concretização das atividades científicas e sistematizadas em arqueologia, no Paraná.

## O Primeiro Congresso de Reitores e a Arqueologia no Paraná

Ao ser realizado o 1º Congresso de Reitores das Universidades Brasileiras em agosto de 1953, na cidade de Curitiba, Loureiro, enquanto diretor do IP, levou à apreciação do plenário, duas moções. A primeira estava voltada para a defesa das jazidas pré-históricas brasileiras. Fica claro que, a despeito do acato do Ministro ao Parecer nº 2.205, a regulamentação do uso dos sítios arqueológicos não se efetivou. Historiando o estado das artes, Loureiro advoga em primeira moção, *...Museu Paranaense, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Paraná, a Cátedra de Antropologia da Universidade do Paraná e o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia desta mesma Universidade até agora têm colaborado por, todos os meios, para que o precioso material encerrado nestas jazidas não seja completamente destruído no território paranaense ... (entre outras providências) ...ressalta-se o recente Decreto nº 1.346, assinado pelo governo do Estado que constitui uma garantia inicial pois interdita a exploração econômica dos referidos sambaquis reservando-os para fins de pesquisas de proto-história...*

Enfatiza ainda a necessidade de, *...como incentivo à preservação, seria louvável, na esfera da administração federal, a exclusão dos sambaquis da esfera de ingerência do Código de Minas onde os mesmos firmam como simples minerais de calcário, classificação inteiramente em desacordo, com o próprio Código, pois o objetivo é regulamentar exploração de jazidas naturais e não artificiais ... (esclarece que) ...foi sobretudo nas prospecções em jazidas arqueológicas do litoral parana-*



*ense, particularmente em um dos setores da porção remanescente do sambaqui de Matinhos, quando da sua destruição pelo Departamento de Estrada e Rodagem que se nos fortaleceu a convicção da necessidade de se organizar um plano científico de escavação desses sítios a fim de salvar a destruição completa êsses preciosos remanescentes da nossa pré-história.*

De acordo com Loureiro, somente com a federalização da Universidade do Paraná e a criação do Instituto de Pesquisas, é que foi dado início aos trabalhos de escavação nas jazidas arqueológicas com bases científicas. ...o Instituto financiava as escavações iniciais do sambaqui do Araújo, dirigida pelo arqueólogo Conde Orssich de Slavetich<sup>239</sup>.

Aprofundando mais as questões relacionadas com a preservação destes monumentos Loureiro, na continuidade do seu discurso aborda a necessidade de uma *...ação decisiva da cátedra de pré-história no currículo universitário ... (essaltando que) ...cabe em particular às Universidades no seu labor científico desinteressado reconstituir, através do estudo permanente e sistemático dessas jazidas as grandes linhas da pré-história brasileira ... (e) incentivar trabalhos e estudos conscienciosos, calcados em modernas técnicas das pesquisas científicas ... com a colaboração de equipes especialistas, sob a orientação de professores afeitos ao tratado de jazidas pré-históricas, estrangeiros de sedimentada formação universitária e com larga colaboração dos nossos professores e licenciados ... somos um país de autodidatas ... os nossos pesquisadores e escritores são, em geral, trabalhadores isolados que formam a própria cultura com os mais angustiosos esforços, desprovidos a assistência de mestres experimentados, da colaboração de colegas da mesma vocação e dos recursos técnicos imprescindíveis ao eficiente trabalho intelectual ... (portanto) encarece a necessidade de funcionamento da cátedra de Arqueologia, no curso de História, como ocorre nas organizações universitárias européias e dos outros países da América, cátedra que tão relevante serviços tem prestado.*

Para respaldar melhor a sua argumentação Loureiro realça como, nos países sul-americanos, esta metodologia de trabalho foi bem sucedida na formação de recursos humanos e nos ...fecundos resultados para o conhecimento da pré-história.

A segunda moção estava relacionada com a instituição da cátedra de arqueologia, ...a universidade brasileira prestará ao estudo científico do

nosso passado, um serviço da mais alta relevância pois a par da cátedra surgirão organismos técnicos e formar-se-ão os cientistas que irão criar a verdadeira pré-história brasileira revelando-lhe muito dos seus numerosos enigmas (Loureiro,1953).

Estava sendo alavancada a discussão sobre a necessidade da cátedra de arqueologia, para com bases científicas e técnicas organizarem as pesquisas neste setor, a nível nacional.

No Paraná, em 1953, é criada a seção de antropologia, etnologia e antropogeografia do Instituto de Pesquisa da FFCL que, com recursos do então denominado Conselho Nacional de Pesquisa (CNP), inicia uma série de projetos tanto no interior como no litoral onde, o sambaqui da Ilha dos Ratos, na Baía de Guaratuba é pesquisado pelo casal Joseph e Annette L. Emperaire, durante os anos de 1955/56.

A cátedra de arqueologia começaria a ser ministrada em 1957 após a criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, concretizando assim as idéias lançadas no I Congresso de Reitores.

## A Legislação para a Arqueologia Nacional as Leis 3.537/57 e 3.924/61

Apesar do governador do estado ter promulgado o Decreto nº1.346 de 29 de maio de 1951 e a Lei nº1.211 de 16 de setembro de 1953, estes diplomas legais tinham uma abrangência apenas local, no que se refere à proteção das jazidas arqueológicas.

A questão legal sobre a proteção das jazidas, em nível nacional, era bem incipiente. Pode-se citar a resolução nº75 de 15 de abril de 1947, da diretoria regional de geografia do estado de São Paulo assinada por Alkindar Junqueira, com abrangência nacional, solicitando a proteção aos sambaquis, que, no entanto, não tem ressonância, além das discussões já mencionadas sobre o Parecer nº2.205, do Ministério das Minas e Energia, o Decreto-Lei nº4.146 de 4 de março de 1942, que dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos, assinado por Getúlio Vargas.

Segundo Castro Faria, ...em 1957 uma comissão constituída pelos diretores do Departamento Nacional de Produção Mineral, da Diretoria do IPHAN, do Museu Nacional, do Presidente da Comunidade de Pré-his-

tória de São Paulo, do Professor e Diretor do CEPA do Paraná e por um consultor jurídico do Ministério da Agricultura, foi encarregada de preparar o texto de anteprojeto sobre a matéria, que seria encaminhada ao legislativo. Efetivamente, em 26 de novembro de 1957, com a Mensagem nº512, o Presidente da República encaminhou ao Congresso, acompanhado de exposição de motivos, um projeto de Lei que recebeu o nº3.537/57 (Castro Faria, 1959:59-138)

A contribuição de Loureiro Fernandes ainda iria ser de vital interesse para a DPHAN. Por intermédio da portaria nº23/64 do MEC, ele era designado para ...integrar a comissão incumbida de elaborar Projeto de Regulamentação da Lei nº3.924 de 26/07/1961, que organizou a proteção dos monumentos arqueológicos do país<sup>240</sup>.

O anteprojeto, após longas discussões políticas, acabou se transformando na Lei nº3.924 de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos assinado por Jânio Quadros, ainda em vigor. Na continuidade da regulamentação e medidas efetivas para a proteção do patrimônio pré-histórico, Rodrigo de Melo Franco encaminha a Loureiro uma correspondência solicitando análise e contribuição de adoção de medidas importantes "ao memorando elaborado por Paulo Duarte e que iria ser encaminhado ao chefe da Casa Civil"<sup>241</sup>.

Afinal, Loureiro já era delegado paranaense do DPHAN com representatividade junto às autoridades federais, estaduais e municipais, assim como junto às entidades privadas e as pessoas naturais, visando o fiel cumprimento da legislação federal<sup>242</sup>. Só que esta tarefa Loureiro já exercia, espontaneamente, desde 1936 de acordo com a documentação que foi disponibilizada. (Já discutido no Capítulo 1)

## O Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas

Por intermédio da portaria do reitor nº898 de 5/12/1956 foi criado o CEPA em conformidade com o conselho diretor do IP. Com apenas quatro artigos, o texto da portaria normalizava as atividades do novo órgão que tinha como finalidade ...precípua assegurar o funcionamento anual de uma cátedra de Arqueologia Pré-Histórica e incentivar as pesquisas nas jazidas arqueológicas brasileiras, particularmente no Estado do Paraná. Consti-

tuindo o fórum maior de decisões do CEPA ...o conselho técnico científico era composto por quatro membros, eleitos pelo Conselho Diretor do Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. Era atribuição do Conselho Técnico Científico (CTC) ...escolher, por eleição, os seus membros e o seu Diretor.

A primeira diretoria instalada e que permaneceu por cerca de dez anos era composta por: José Loureiro Fernandes (diretor) e Oldemar Blasi (secretário). Já o CTC era composto por: Fernando Altenfelder Silva (representante da USP/Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro); Luiz Castro Faria (representante da Universidade do Brasil/Museu Nacional); Paulo Duarte (representante do Museu Paulista e do Instituto de Pré-História e Etnologia) e, pelo seu presidente.

Loureiro concebeu, criou e deu significado e conteúdo a este centro de estudo, que passou a gerenciar as atividades de vigilância, de preservação da memória pré-histórica, da pesquisa e da formação de recursos humanos na área da arqueologia que há já algum tempo vinha se desenvolvendo, sob a chancela do Museu Paranaense.

Para os assuntos da arqueologia, Loureiro contou inicialmente, no Paraná, com Oldemar Blasi e José Bigarella que, enquanto geólogo, o auxiliou no levantamento dos sambaquis no litoral. Já Blasi desenvolvia pesquisas no interior do estado, orientado por Fernando Altenfelder. Além de assessorar Loureiro em suas intermediações junto à DPHAN (Quadro 21)<sup>243</sup>.

## QUADRO 20

Seção de Antropologia, Etnologia e Antropogeografia do Instituto de Pesquisa da FFCL (1953/57)

### RELATÓRIOS DE ARQUEOLOGIA

ANO	TÍTULO PESQUISA	RESPONSÁVEL	DIVULGAÇÃO	PRODUTOS
1953	<i>Sambaqui do Araujo (Município Guaratuba)</i>	<i>Orssich Slavietich</i>	<i>Revista de Antropologia de São Paulo Vol 2 nº 1 – jun/54 American Antiquity Vol XXI nº 4, abril/56</i>	<i>Observações Arqueológicas sobre sambaquis e A propósito de sepulturas em sambaquis</i>
1954	<i>Jazida de Estirão Comprido (Vale do Rio Ivaí)</i>	<i>Loureiro Fernandes e Oldemar Blasi Fernando A. da Silva e Oldemar Blasi</i>	<i>III Cong. Regional de História e Geografia do Paraná (1953) XXXI Cong. Internacional de Americanistas São Paulo (Anais Vol II)</i>	<i>As jazidas arqueológicas do planalto parananense Escavações preliminares em Estirão Comprido</i>
	<i>O Sambaqui de Matinhos</i>	<i>Loureiro Fernandes</i>	<i>Idem</i>	<i>Os sepultamentos no sambaquis de Matinhos</i>
1955/1957	<i>Sambaqui da Ilha dos Ratos e Sambaquis das baías de Guaratuba e Antonina</i>  <i>Pinturas rupestres na Serra das Furnas</i>	<i>Joseph/Annette Emperaire e Oldemar Blasi e 3 bolsistas da CAPES Casal Emperaire e Oldemar Blasi</i>	<i>Journal de la Société des Americanistas: Nouvelle Série, t. XLV, 1956 Revue La Nature nº3257, september 1956 e no Journal de la Société des Americanistas</i>	<i>Les sambaquis de la cote meridionale du Brésil</i>  <i>De convertes de pintures rupestres suiles hauts plateaux du Paraná</i>

*Fonte: Relatórios das Atividades da Seção de Antropologia, Etnologia e Antropogeografia do Instituto de Pesquisa da FFCL anos: 1953/1957 Arq/MAEP*

Não se pode deixar de realçar que, no convênio com a DPHAN em 1958, a cláusula II rezava como finalidade do MAAP ...servir a pesquisa científica, pela realização do trabalho de campo e de laboratório e pelo colecionamento de peças de arqueologia e trabalhos de artes populares brasileiras, notadamente da região.

No planejamento de Loureiro, para a instalação do CEPA, o litoral seria o local adequado seja pelo número significativo de sítios arqueológicos ali localizados, até aquele momento, seja para atender o discurso da

política cultural oficial e dar mais consistência ao projeto de utilização do Bem tombado na ocasião, ocupado pelo IHGPG, e garantir o amplo espaço histórico disponível.

O fato é que no relatório de inspeção do chefe de seção de obras da DPHAN, Edgard Jacinto da Silva, em 20 de dezembro de 1957, após trabalhos no antigo convento dos jesuítas e futuro MAAAP, é endossada a proposta do Loureiro, afirmando ...o segundo andar será destinado à instalação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, com os laboratórios e depósito de material de estudo ...sendo indicada a maneira de agenciamento da circulação privativa do centro com a do museu que ocupará os demais pisos inferiores<sup>244</sup>.

Loureiro, em 1958, confirma tais deliberações declarando que ...o material recolhido pelas atividades científicas do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas nas jazidas, dentro em breve, será incorporado ao acervo do Museu de Arqueologia e Artes Populares a ser instalado no antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá, como dispõe o convênio assinado a 17 de julho de 1958 entre a Divisão do Ensino Superior, a Reitoria da Universidade do Paraná, e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Procura-se assim consolidar, na porção meridional do Brasil, um Centro para estudos de Arqueologia Pré-Histórica (Loureiro 1959 – IV)

Não foi possível encontrar, na documentação disponibilizada, as razões pelas quais o CEPA jamais ocupou este espaço físico, apenas funcionando a divisão de arqueologia sob a responsabilidade de Wilson Rauth, logo no seu início.

Na continuidade da análise da documentação sobre a pré-história, pode-se citar nomes como os de Wilson Rauth, Igor Chmyz (que substituiu Loureiro na direção do CEPA), Maria José Menezes, Margarida Andreatta e Celso Perota enquanto pesquisadores que, por incentivo de Loureiro, realizaram atividades de aperfeiçoamento de formação no exterior.

Por outro lado, o CEPA através de seus cursos e seminários, em muito contribuiu para a formação de uma massa crítica que atuava e ainda atua em outros estados. O primeiro curso de arqueologia pré - histórica, realizado na antiga FFCL da Universidade do Paraná, esteve a cargo do Dr. José Emperaire. Ainda por falta de local próprio, as suas aulas práticas de laboratório desenvolveram-se no MPR. Posteriormente, outros cursos

de especialização foram organizados pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas como: pré-história da América, em 1958 e 1959 orientado pelo arqueólogo norte-americano Dr. Wesley R. Hurt Jr; arqueologia e ciências afins, em 1959 e 1960 que contou com a colaboração de vários especialistas brasileiros e, arqueologia pré-histórica, em 1962, coordenado pela Dra. Annette Lamig-Empereire.

A partir de 1963, a disciplina de arqueologia pré-histórica ... passou a integrar o Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, constando do currículo regular do curso de História e, também, do curso de Geografia. (Chmyz,1976: 3-4)

Com este lastro e, sobretudo pelo acompanhamento e constatação de perdas ou danos irrecuperáveis destes registros durante as “excursões” que realizava pelo estado, Loureiro capitaniou o discurso e a prática da preservação dos traços culturais que identificavam a cultura do paranaense. Seja como bibliotecário ou presidente do CEB, como professor catedrático, como diretor ou chefe de seção científica do MPR, como secretário de cultura e educação do estado, como diretor do IP da FFCL, como diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e do MAAP ou mesmo, como chefe do departamento de antropologia, Loureiro foi um incansável guardião da memória pré-histórica local.

## As Ações da Seção de Antropologia e Etnologia do Museu Paranaense

Foi encontrado apenas um relatório desta seção, relativo ao ano de 1954 e assinado por Loureiro, enquanto seu diretor. Neste documento, três temas são abordados: pessoal, salas de trabalho e material da secção. Justificando as poucas atividades, no período, por estar também respondendo pela presidência do Conselho Administrativo do MPR e por ter passado muito tempo afastado devido a sua viagem a Europa, o catedrático expõe o problema que tem com os interessados que desempenham atividades voluntárias e o ...andamento dos trabalho ressaltando a necessidade de uma reorganização do quadro de pessoal remunerado à semelhança do que ocorre com as secções de Botânica e Zoologia ...(e acrescenta) ...obtivemos, do líder da bancada do PSD (seu partido), fosse feita uma emenda a esse

projeto no sentido de serem criados os dois cargos no padrão de assistente ...esperamos que, no início de 1955 possamos contar com a colaboração da professora indicada para a referida lotação...

Sobre os espaços de trabalho, Loureiro descreve-os insuficientes e precários havendo *...carência de espaço para os Gabinetes ...a secção de Antropologia contava com uma sala no porão, que na nossa ausência foi cedida ao malacologista Frederico Lange de Morretes .. com o seu falecimento o material foi depositado na sala na qual funcionava a Secretaria ...voltando a ser ocupada pela Antropologia (material procedente do Sítio Estirão Comprido – Ivaí) onde trabalharam o prof. Fernando Altenfelder da Silva e o licenciado Oldemar Blasi) e, pelo Conselho Administrativo do Museu em suas reuniões... as raras dádivas, que se encontram devidamente registradas no Livro de Atas ...no sentido de adquirirmos, tão logo sejam recebidas as verbas, algumas peças etnográficas pertencentes a coleções particulares existentes no interior do Estado e de Santa Catarina ... com a nomeação da licenciada Marília Duarte Nunes - que durante estes três últimos anos tem revelado sua particular aptidão uma vez que vem não só vem se ocupando do documentário histórico do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, mas também do material do Gabinete Etnográfico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná ...e a melhoria das salas do museu, esperamos poder reativar os trabalhos da Secção em 1955<sup>245</sup>.*

Este relatório aponta para alguns dos pontos críticos dos museus brasileiros, tais como: a questão da falta de um quadro de pessoal especializado ou o trabalho irregular e não remunerado de estagiários; as relações políticas tecendo o quadro de servidores públicos; a indisponibilidade de espaços adequados para as atividades técnicas específicas ou o acondicionamento de acervos ou artefatos; a “posse compulsada” de acervos, enquanto concepção de museus/depósitos reforçando a falta de conjunto do acervo; a necessidade de se estar sempre realçando a importância do acervo para se pleitear mais espaços, pessoal e/ou instrumental de trabalho.

Outro aspecto técnico e comum da época que propiciou a formação de um patrimônio museológico descompromissado com a realidade socio-cultural, refere-se a forma de aquisição do acervo, prática que será também executada pela DPHAN. E, finalmente o relatório ilustra sobre o perfil do profissional, de qualquer área, que se dedica a trabalhar em um ..museu (e o vive) como uma paixão, como já dizia Pietro Maria Bardi.



As informações contidas nos três relatórios acima bem como, nos demais projetos desenvolvidos revelam e indicam os licenciados que iriam se destacar de alguma nas suas áreas de interesses e viriam a formar a massa crítica dos especialistas iniciais da FFCL, nas áreas de antropologia, etnologia, arqueologia, pré-história e museologia (Ver Quadro 21)

Os trabalhos de pesquisa no MPR, sob mandato universitário, seguiram financiados pelo IP até 1960. O MPR passou a ser um museu histórico<sup>246</sup>, com acervo etnográfico e arqueológico e, os planos de Loureiro Fernandes voltados para incentivar as pesquisas no litoral, quando propôs a criação do Instituto de Pesquisas do Litoral bem como de instalar um museu universitário, poderiam ser concretizados, ainda que sofrendo algumas alterações, com os contatos realizados com Rodrigo de Melo Franco de Andrade diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, ações que serão analisadas na terceira parte.

Em 1956, o acervo de história natural, formado desde 1935, é transferido para a Secretaria de Agricultura do estado sob o nome de Instituto de História Natural (IHN)<sup>247</sup>. Ainda no ano de 56, Loureiro publica, juntamente com a museóloga Marília D. Nunes, uma retrospectiva - Oitenta Anos de vida do Museu Paranaense - na qual reconhece que apesar de ...feita a possível adaptação do velho prédio, não obstante não poder satisfazer as exigências da museologia, veio permitir contudo a distribuição das coleções pelas respectivas seções com conveniente classificação e razoável montagem em salas... (e) ...hoje, ao traçarmos este histórico dos ulteriores vinte anos, forçoso é reconhecer que as contingências do meio condicionaram um desenvolvimento unilateral a favor do museu de especialistas (Loureiro et Nunes 1956:13-18)

## As Atividades Científicas da Seção de Antropologia, Etnografia e Antropogeografia do Instituto de Pesquisas

Se Loureiro Fernandes foi o único diretor do IP, a direção da seção de antropologia, etnografia e antropogeografia ficou a cargo de prof. Linguísta Rosário F. Mansur Guéiros e a secretaria, com a prof. Altiva Pilatti Balhana. Ambos, juntamente com a prof. Cecília M<sup>a</sup> Westphalen, são designados para redigir o regimento interno da seção, que mais tarde, serviu de modelo para a seção de sociologia<sup>248</sup>.

Como membros fundadores, encontramos também consignados os nomes de: Marília Duarte Nunes, Olga José Vidal, Oldemar Blasi, Zélia Simas Milléo, Walderez Souza Muller e Eny de Camargo Maranhão, sendo lavradas dez atas durante o período compreendido entre 24 de maio de 1952 e 18 de abril de 1958, quando são extintas as seções do IP com a criação dos departamentos didáticos e a transformação do IP em conselho de pesquisa. A documentação relativa a esta seção constituísse de um livro de atas e de alguns relatórios.

As linhas de pesquisas da seção de antropologia, relacionadas (Ver Quadro 22) podem ser definidas por intermédio dos projetos ali listados. A par deste desempenho, que é sucintamente relatado nas atas, observa-se que a regularidade regimental das reuniões quinzenais para resolver assuntos científicos, não foi cumprida (Art 6º regimento interno). Como exemplo, pode-se mencionar a ata nº 4 realizada em 9 de janeiro de 1953 e que somente foi assinada em 15 de maio 1954, durante a leitura da ata nº 5.

#### QUADRO 21

Trabalhos Realizados na Seção de Antropologia, Etnologia e Antropogeografia do IP da FFCL (Relatórios de 1953 a 1957)

##### RELATÓRIOS DA ANTROPOLOGIA CULTURAL

ANO	PESQUISAS	AUTOR	PRODUTOS	EVENTOS
	<i>Trabalhos na zona de Água Amarela (1º planalto) e no litoral Paranaense</i>	<i>Loureiro Fernandes</i>	<i>Os trançados de cipó na região de Matinhos</i>	<i>No 2º Congresso Brasileiro do Folclore</i>
		<i>Loureiro Fernandes e Valderez Muller</i>	<i>São Gonçalo no litoral paranaense</i>	
		<i>Valderez Muller</i>	<i>A folia do Divino em Guaratuba</i>	
1953	<i>Colonização italiana Curitiba</i>	<i>Altiva Bulhana</i>	<i>“Cestania de Sta.Felicidade. Filme de Kosak</i>	
	-	<i>Loureiro Fernandes e Eny Maranhão</i>	<i>O indígena na Província do Paraná</i>	<i>3º Cong. Regional de História e Geografia do Paraná</i>
1954/55	<i>Estudo das pop. praieiras do litoral e sertanejas de Água Amarela</i>	<i>Valderez Muller e Marília D. Nunes</i>	<i>Documentário cinematográfico: A técnica de trançados na região</i>	

ANO	PESQUISA	AUTOS	PRODUTOS	EVENTOS
	<i>Remanescentes dos Kaiuanguês (Xapacó-Sta. Catarina)</i>	<i>Loureiro Fernandes e M<sup>a</sup> Dreyffus Roche</i>	<i>Festa dos Mortos entre os Kaiuanguês cantos do ritual no Cemitérios de Xapacó.</i>	
1955	<i>Expedição a Serra dos Dourados (Município de Cruzeiro do Oeste)</i>	<i>Loureiro Fernandes e a 7<sup>a</sup> Inspetoria do SP 1</i>	<i>colhido um machado de pedra polida e outros implementos de pedra e osso</i>	
1956	<i>Estudo entre as pop. sertanejas de Água Amarela e praia de litoral (preparo de mandioca e da erva-mate)</i>	<i>Valderez Muller (cerâmica do litoral) Marília Nunes (trançado) Altiva Balhana (italianos em Santa. Felicidade)</i>		
	<i>Contatos direto com os índios Xetá em plena selva</i>	<i>Loureiro Fernandes</i>	<i>Les penplement du nord-ouest du Paraná et les Indiens Setá c/ projeção de filme de 16 mm.</i>	<i>Palestra no XVIII Congresso Internacional de Geografia</i>
	<i>Estudo da coletividade praieira de Guaratuba sobre atividades oleiras dos remanescentes dos grupos de Parati e Barreiros</i>			
1957	<i>Nove expedição a Serra dos Dourados</i>	<i>Loureiro Fernandes</i>	<i>Conferencia. no C.N.P.I. sobre Os Xetá da Serra dos Dourados</i>	<i>Documento acampamento e estudadas as armadilhas de caça</i>
		<i>Loureiro/ Valderez Muller</i>	<i>III Cong. de Folclore: Folclore do Mar – Salvador (Anais)</i>	<i>Monografias- os pescadores da Praia de Leste no litoral (PR)</i>
	<i>Estudo sobre habitação rural (revisão)</i>	<i>M<sup>a</sup> Lourdes Tavares</i>		
	<i>Técnicas de preparo da alimentação do caboclo, alfaias e remédios caseiros</i>	<i>M<sup>a</sup> de Lourdes Lemos Muniz</i>		
1958	<i>Pesquisa sobre os índios Xetá</i>	<i>Loureiro Fernandes</i>	<i>Publicação de Separatas, .Mesu Redonda: Os problemas das comunidades indígenas e as medidas necessárias à sua conservação, aperfeiçoamento e incorporação à vida municipal</i>	<i>III Reunião de Antropologia PE 1<sup>a</sup> Comunicação sobre os Xetá 1<sup>o</sup> Seminário Interamericano Estud. Municipais na Escola de .Sociologia e Política de São Paulo</i>
	<i>Estudo. Colégio Jesuíta, em Paguá, p/ Centro de Estudos Antropológicos</i>		<i>Assistência de Convênio em UFPR e a DPHAN</i>	

ANTROPOLOGIA FÍSICA

ANO	PESQUISA	AUTOR	PRODUTOS	EVENTOS
1954	Coleta de dermatoglyphos digitais dos Índios Kaingangue no Posto Fioravante Esperança em Palmas	Loureiro Fernandes e Monique Les-trange	"Dermatoglyphes Digitaux et Palmares de 47 indiens du Brésil. Dermatoglyphes Digitaux et Palmares de 33 indiens cain-guangués, Paraná, Brésil	Boletim de La Société D'Antropologie de Paris
	Estudo. sobre os Kaingangues no Posto Fioravante Esperança	Loureiro Fernandes e Máximo Pinheiro	Contribuição do estudo da Antropologia Física e à Hematologia do Kainguangue	xxi Congr. Interna-cional de America-nistas São Paulo
	Estudo. antropométricos da popu-lação Kainguangue/ Palmas	Mª Júlia Pouchet, V. Muller e Eny Maranhão		
1955	Coleta de material hematológico p/ genética indígena -Posto de Palmas	Loureiro Fernandes e Hans Kalums	Defective colon vision F.T.C tastin and despano cytosis in samples from fifteen brasilian pop"	Defective colon vision F.T.C tastin and despano cytosis in samples from fifteen brasilian pop"
1956/ 1957	Estudo sobre o desenvolvimento físico do adolescen-te em Curitiba	Ma. Júlia Pouchet, Eny Maranhão e Loureiro Fernandes		

Fonte: Relatórios das Atividades da Seção de Antropologia, Etnologia e Antropologia relativos aos anos 1953/57 Arq/maep

Na ata n. 5 de 15/05/1954 é informada a extinção, ...da Seção de Folclore, cabendo a seção de Etnografia tratar desta especialidade<sup>249</sup>.

A partir desta ata, são flagrantes os desentendimentos internos sobre a distribuição de recursos que irão atingir a condução das pesquisas. No ano seguinte, em 24 de março de 1955, os auxílios financeiros solicitados ao conselho técnico científico, da ordem de Cr\$ 54.000,00 foram direcionados, exclusivamente, para as pesquisas do ...setor de Antropologia Física e Cultural, ficando a Seção de Antropologia desobrigada das pesquisas de Arqueologia e Linguística, que terão seção independente bem como solicitação financeira também<sup>250</sup>. O relatório de Mansur Guéiros, de 1954, registra a discriminação dos recursos que foram distribuídos: para os trabalhos arqueológicos (Cr\$ 50.000,00); para as pesquisas entre os caingangues dos Toldos de Palmas, Ivai, Rio das Cóleras e Marrecas (Cr\$ 25.000,00) e, para as pesquisas entre as populações pioneiras lingüísticas entre índios praieiros e sertanejos do Paraná (Cr\$ 10.000,00).

Na continuidade da crise, em 1957 é realizado um corte de recursos nas ...Seções cujos professores não manifestaram nenhum interesse pela investigação científica.

Foi então sugerida a extinção da subsecção de antropologia a qual tinha em andamento trespesquisas: em Água Amarela, na colônia de Santa Felicidade e no bairro do Tinguí). Neste momento são reveladas as divergências, expressadas pela Profa. Altiva Balhana que, expondo a “discriminação de auxílios” e, em defesa do seu trabalho na colônia de Santa Felicidade, afirma que “ele tem um caráter etnológico podendo permanecer na seção de Antropologia por tratar-se de Área afim”, ao contrário do que havia sido argumentado sobre o enfoque puramente histórico.

## A Coleta e os Registros sobre a Cultura Material Indígena

Fica evidenciado que, os cortes de recursos e a discriminação na distribuição dos auxílios estavam intimamente relacionados com a prioridade até então velada, na documentação, da pesquisas na Serra dos Dourados sobre os índios Xetá, chegando mesmo a ser realizado um acordo de ajuste de dívidas entre a seção de antropologia do IP e a Faculdade de Filosofia.

As despesas realizadas pelo licenciado Carlos Moreira, “encaminhado por Darcy Ribeiro”, somente para organizar uma coleção etnográfica dos índios Xetá, representou todo ...o saldo das verbas do ano de 1956 que não foram usadas pelos pesquisadores da seção, valor correspondente a Cr\$ 10.000,00, portanto se o material indígena mandado for suficientemente valioso a Seção de Antropologia do Instituto de Pesquisa poderia fazer uma espécie de transição com a Faculdade de Filosofia, ficando reembolsada da verba empenhada neste auxílio<sup>251</sup>.

No ano seguinte, Carlos Moreira vai ao Museu Goeldi, no Pará, para receber orientações sobre coleções indígenas e também estabelecer contatos a fim de enriquecer o Museu da Cátedra e, Wladimir Kosak alerta sobre o desgaste do material cinematográfico do Instituto de Pesquisa, que mantém uma coleção de filmes originais sem cópias sugerindo a reprodução ou mesmo a redução das projeções. Em abril de 1958 é registrada a criação do Departamento de Antropologia e a extinção das seções do IP,

com a incorporação das cátedras de História do Brasil, de Antropologia e Etnografia Geral e Etnografia do Brasil (por exigência legal)<sup>252</sup>. Nesta ocasião o departamento de história tinha suas quatro cátedras e o departamento de antropologia foi criado necessitando do apoio didático e técnico - científico deste seu co-irmão

De acordo com os termos destes relatórios, a coleta de artefatos, nas décadas de 50/60, continuou sendo aleatória e/ou fortuita, sem qualquer sistematização, sendo possível sintetizar tais procedimentos como se segue:

- 1) Em 1954 ficou registrada ...a compra de duas coleções etnográficas: 234 peças procedentes dos índios Carajás e coleção de 86 peças dos índios Caiapó;
- 2) As despesas realizadas pelo licenciado Carlos Moreira, com ...sua viagem a Belém do Pará para estabelecer contatos a fim de enriquecer o Museu da Cátedra;
- 3) Em 1958, são realizados ...gastos com passagem Recife – Belém – Recife para José Loureiro Fernandes para colher documentário etnográfico<sup>253</sup>;
- 4) Loureiro comunica a Rodrigo de Melo Franco “a compra de material etnográfico recomendado por D. Heloisa Alberto Torres”, sem especificar o tipo de artefato, mas possivelmente indígena, nos anos 60<sup>254</sup>.

Os relatórios, relativos aos anos de 1952 a 1957, são fontes que fornecem algumas informações complementares como: a aprovação do contrato do Prof. Adam Orssich de Slavetich para realizar pesquisa no litoral, em sítios pré-históricos, apresentando relatório sobre escavações no sambaqui do Araujo em 13/09/1952; a solicitação recursos do CNP para os trabalhos na zona do Ivai (arqueologia); a realização da conferência do Prof. Daniel Hammerly Dupuy sobre “Os índios da Patagônia e a Terra do Fogo”, em novembro; o prosseguimento dos trabalhos e pesquisa dos Prof. Oldemar Blasi no litoral; da Prof Altiva Balhana na Colônia de Sta. Felicidade e de Valderes Muller no Município da Lapa. Para os anos de 1953 a 1957, é possível observar a dinâmica das pesquisas nos relatórios parciais de arqueologia, antropologia cultural para esta área até 1958 e antropologia física (Ver Quadro 21).

As atividades cabocla, indígena e a contribuição do imigrante às “tradições populares” faziam parte do universo de análise da antropologia

cultural, tendo Loureiro Fernandes como coordenador de todos os trabalhos, inclusive nos internacionais, como o acordo firmado com o Museu do Homem de Paris através da participação de M.<sup>a</sup> Simone Dreyffus Roche, etno-musicologista que atuou em pesquisas realizadas em Chapecó, Sta. Catarina.

Na área da antropologia física não foi muito diferente, com a bagagem que trazia dos conhecimentos médicos, oportunizou a que Loureiro circulasse com segurança nestas áreas para desenvolver e insistir em alguns projetos direcionados para aspectos antropofísicos e antropométricos relacionados a populações indígenas em co-autoria com Monique LeStrange, assistente do Museu do Homem de Paris, bem como, com Hans Kaluns da Universidade Americana, durante os anos de 1954 e 1955.

A partir da documentação disponibilizada e impossível identificar os valores dos recursos injetados nas áreas de antropologia, etnografia e arqueologia, uma vez que as notas de empenho não informam sobre o detalhamento das concessões.

## A gleba oito da Serra dos Dourados e os índios Xetá (1955)

*...valorizava as expressões materiais indígenas ...se sentia na obrigação de conserva-los ...de preservar sua história hibernando nos museus enquanto os seus protagonistas definham e desapareciam*

*(Bertha Ribeiro, 1989)*

O que se pretende aqui é apenas divulgar o relatório elaborado por Loureiro Fernandes com as informações que teve acesso bem como, o seu posicionamento em relação à matéria<sup>225</sup>.

Entre os documentos acessados, foi encontrada ...a primeira comunicação oficial sobre os Xetá, ...foi feita na Terceira Reunião Brasileira de Antropologia, que se realizou em fevereiro de 1957, no Recife (e acrescenta ainda que segundo Darcy Ribeiro), já por si, (referia-se ao filme) diz do valor etnográfico desta pesquisa (opinião que será endossada e complementada pelo parecer do Prof<sup>o</sup> Loukotka). Segundo Loureiro, ao expressar que o filme teria superado, pela excepcional raridade do tema e, realização em tecnicolor, o documentário que obteve a melhor classificação naquele

certame de caráter internacional, (referia-se ao festival do filme etnográfico de Varsóvia).

Posteriormente, o reitor Flávio Suplici de Lacerda solicita, ao ministro da fazenda Miguel Calmon, ...isenção do desconto do imposto de renda da Universidade pelo envio, ao Museu do Homem de Paris, dos recursos para pagamento do trabalho técnico de sonorização no mencionado documentário<sup>256</sup>.

Em 1971 Loureiro, inquirido sobre a situação do mencionado filme, afirmando para o reitor Suplicy *...que o filme está aguardando ordens de V.Magnificência sobre a via pela qual deve ser devolvido ...em julho de 1970 foi manifestado "o propósito de oficiar à embaixada do Brasil, em Paris, a fim de reaver do Comité du Film Ethnographique, Musée de L'Homme em Paris, o original Kodak Chrome do filme Xetá ...segundo estou informado, esse pedido não foi feito ...por ofício que dirigi a V. Mag., em 17 de outubro de 1969, protocolado sob o n. 98.518 que gerou um expediente sobre o mesmo filme que, convenientemente informado, foi devolvido ao seu Gabinete em 16 de julho de 1970, conforme poderá V. Mag. verificar, no referido processo ...informo que a Profa. Laming Emperaire, virá ao Brasil de 18 de maio a 1º de julho ...poderia a reitoria entrar em entendimento a fim da referida professora trazer de volta o original do filme Xetá.*

Até a presente data, o original do documentário sobre os Xetás, permanece no Comité du Film Ethnographique do Museu do Homem de Paris e, uma copia telecinada em fita UHF encontra-se na atual MAE da UFPR. Nos relatórios referentes aos anos de 1955/1956, da sessão de antropologia, etnologia e antropogeografia do IP da FFCL, são mencionadas ...as descrições e relatos preliminares sobre os contatos iniciais com os índios Xetá na Serra dos Dourados, Município de Cruzeiro do Oeste, além dos estudos sobre a cultura material e espiritual dessa população, cuja cultura lítica perpetuou-se até os nossos dias ...(sendo) feitas observações antropológicas e lingüísticas<sup>257</sup>.



## As Ações da Seção de Sociologia do Instituto de Pesquisa

De acordo com o livro de atas da seção de sociologia, criada em 1952, foram definidas como linhas de pesquisas ...a debilidade mental e delinquência juvenil, em conjunto com a seção de psicologia; o “Bem estar Social”, baseado no sistema monográfico de Le Play (projeto solicitado pelo governo da República, por intermédio da comissão central) e a mortalidade infantil em Curitiba<sup>258</sup>.

O diretor eleito, o prof. Euclides de Mesquita da cadeira de sociologia, sugere na primeira reunião, a criação de um “Museu Social” que ficaria a cargo de Geny Parigot de Souza<sup>259</sup>.

Com o regulamento aprovado em agosto do mesmo ano, a seção de sociologia define suas finalidades e elege seus membros fundadores entre aqueles que estiveram presentes à reunião de instalação, ...M<sup>a</sup> Olga Mattar, Euclides Mesquita, Pe. Artidório de Lima, Aura Paula Soares, Alda Aracy Mueller, Ana Carolina de Paula, Pe. João Monteiro, Altiva Balhana, Leda Polatti, Carlos de Araujo Morais Neto, Geny Parigot de Souza, Olga José Vidal, Cavelino Spada, Francisco José Monego, Cecília M<sup>a</sup> Westphalen e Euclides Migliaci.

A seção de sociologia realiza nove reuniões com atas lavradas e cujas pautas gravitaram em torno da organização do congresso brasileiro de sociologia que seria realizado em comemoração ao centenário da emancipação política (1953). As deliberações destas reuniões foram: encontro com o governador para solicitar recursos; composição de comissões organizadoras; definição do temário das sessões científicas do congresso, discussões sobre “as inovações no campo de sociologia”, conhecidas em congressos realizados no Rio e em São Paulo que deveriam ser abordadas nas discussões; aprovação do programa oficial do encontro pelo governador e transferência da data do Congresso por falta de recursos.

Como temário do Congresso cinco abordagens foram priorizadas:

- 1) a sociologia e as ciências afins;
- 2) as pesquisas sociais no Brasil;
- 3) os estudos de áreas no Paraná;
- 4) a antropologia e
- 5) tema livre.

Para atender ao grupo de trabalho 3 - os estudos de áreas no Paraná - o Prof. Mesquita, visava ...organizar uma pesquisa sobre a mortalidade infantil e escolaridade no município de Curitiba, com alunos de Sociologia ...tendo o professor solicitado a colaboração da Prof. Cecília M<sup>a</sup> Westphalen para organizar e ver os meios possíveis de realização dos trabalhos, juntamente com a Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Olga Mattar encarregada da planificação da pesquisa.

Com relação aos alunos que poderiam compor a equipe de pesquisa, foi deliberado que ...o aluno que se interessar e merecer a referida bolsa, poderá permanecer em julho a novembro em São Paulo, fazendo o curso de pesquisa social percebendo a importância em dobro, Cr\$ 3.000,00<sup>260</sup>.

Como as notícias que chegavam dos grandes centros (Rio e São Paulo) acenavam para a tendência da análise que privilegiasse "as comunidades regionais", foi proposta a modificação no plano inicial de pesquisa, por impossibilidade de ordem técnica e substituída por outra, mais limitada sobre as condições de vida, em 100 famílias, em dois bairros diferentes da capital. Com tais metas, a Prof.<sup>a</sup> Olga Mattar apresenta a Planificação geral da pesquisa sobre as condições de vida de 108 famílias de dois diferentes níveis sociais do município de Curitiba, (contando com a colaboração da Prof.<sup>a</sup> Araci Möeller).

O adiamento do congresso, para o ano seguinte (1954), ocasionou a que ...o projeto também (fosse) adiado em virtude do atraso da verba e da exiguidade do tempo. (Foi então sugerido que os alunos fizessem) um trabalho teórico para o congresso que poderia versar sobre as pequenas e grandes propriedades bem como as causas que as determinam ...(sendo) indicada uma comissão para ir a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, solicitar dados para o trabalho sobre as moradias

A última ata que foi lavrada não avança nas discussões, apenas registra a substituição de tesoureiros e marca a próxima reunião, que não teve ata lavrada encerrando assim, as informações sobre a seção<sup>261</sup>.

Não é possível afirmar que os trabalhos da seção de sociologia do IP foram interrompidos no início de 1954 de acordo com o que foi acessado mas, certamente, seus membros fundadores são incentivados a acompanhar as discussões promovidas pela área de filosofia que, em nosso país, estruturou o conhecimento sociológico, bem como áreas afins como a biblioteconomia, no caso parananense.

O planejamento de “excursões de estudos”, para o corpo docente, foi efetivado no período do conselho de pesquisas. Outro dado importante é que a demanda para o curso de ciências sociais só vai ser alavancada em 1950, com 4 inscritos no concurso de admissão, após as tentativas de 1943, 1944 e 1945. Já em 1964, os inscritos no curso de ciências sociais totalizam 259 alunos, representando o curso mais procurado da FFCL<sup>262</sup>. Esta semente do curso de ciências sociais no Paraná, merece ser melhor aprofundada objetivando complementar o entendimento sobre o ensino superior na área de humanas e das demais ciências com a filosofia, a história, e a própria antropologia na UFPR.

## As Tentativas de Reabilitar a Ascendência Portuguesa e os Centros de Estudos

*...numa casa da Beira, quando se bate a porta, não se pergunta quem é, mas dizemos sempre” entrai por quem sois (Loureiro Fernandes, 1965)*

Loureiro Fernandes, contando com o auxílio e ao mesmo tempo orientando licenciados e bacharéis “nas excursões e investigações etnográficas”, também atuou, enquanto autodidata, com parceiros pesquisadores de outros estados (São Paulo e Rio de Janeiro) e de outros países como Portugal e França. Suas correspondências e viagens à Europa foram instrumentos que o auxiliaram a criar, manter e ampliar um variado círculo de amigos e de consultores externos.

Com estes especialistas de destaque em suas áreas, Loureiro, além de divulgar seus projetos e ações, mantinha um estreito intercâmbio de informações sobre métodos de trabalho, técnicas de confecção de artefatos etnográficos, além de trazê-los ao Paraná para ministrar cursos, palestras e seminários na FFCL, respaldado pelas atribuições do IP, incentivado pelos recursos do estado na gestão de Bento Munhoz da Rocha e concretizado pelos laços institucionais estabelecidos<sup>263</sup>.

Como já foi visto, os anos 50 foram marcados por nova onda de sentimento paranista que desta vez se redimia, reconhecendo e valorizando o passado e a herança cultural portuguesa. No entanto, não foi um movimento isolado. O Brasil havia sido invadido pelos livros de Gilberto

Freyre nos anos 30<sup>264</sup> e assiste a este sociólogo pernambucano, enquanto deputado federal, em 1946 apresentar um projeto na Câmara que propunha a criação do instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, o que foi aprovado.

O movimento literário, etnográfico e sociológico, que será promovido por este Instituto pernambucano representará fortíssima alavanca para a valorização da cultura popular, especialmente nordestina, como também lançará significativas e benéficas influências no centro-sul do país que retomará o discurso da etnicidade agora reconhecendo e valorizando a influência luso portuguesa como afirmou Bento Munhoz ....confundimos lamentavelmente a dependência política e a sequência cultural, essa transmissão de um sistema de valores que, queiramos ou não, continuam a sua influência, continuam a permanecer, a perpetuar-se, a reagir, a adaptar-se, numa presença irrenunciável<sup>265</sup>.

## A Prata da Casa

Não se pretende realizar um estudo sobre o desempenho da massa crítica formada pela FFCL. Apenas foi considerado importante trazer a discussão com que mão de obra, formada na AFF, Loureiro Fernandes contou para, inicialmente, coadjuvá-lo nos diferentes projetos nas áreas do conhecimento que implantou no ensino superior do Paraná e que se constituiu na massa crítica que deu consistência aos estudos e pesquisas arqueológicas, etnográficas e antropológicas e, sem dúvida às ações museológicas (Ver Quadro 22).

## QUADRO 22

A Primeira Geração de Profissionais, que aparecem na Documentação consultada, formados pela FFCL nas áreas de atuação de Loureiro Fernandes

NOME	BACHAREL (B) LICENCIADO (L)	ÁREA DE INTERESSE	DOCUMENTO DE DESIGNAÇÃO	ATUAÇÕES PRINCIPAIS
Alberto Tomita	C. Sociais 1960 (b)	Antropologia	Of 21/64 de 3/3/64 (1)	Cátedra de Método e Técnica de Pesquisas
Aryon Dall Igna Rodrigues	Letras Clássicas 1949(b)1950(l)	Etnologia Indígena	Atas nº 257 de 13/12/60 e nº 244 de 8/04/60 (1) Ata nº 52 de 12/06/54 (4)	Professor especializado no ensino da língua Tupi Secretário/Geral da Comissão Paranaense de Folclore
Beatriz Pellizzetti *	Geo/História 1953 (b) 1954 (l)	Restauração	Decreto 17.383 - 23/07/58, Of.47/58 - 25/11/58 e Of 83/59 - 24/09/59 (2)	Servidora do Estado à disposição da Cadeira de Antropologia Interessada em Atividades Folclóricas
Cecília T.Oliveira	Letras Neolatinas 1962	Cultura Portuguesa	Portaria nº 6.506 de 12/01/1970	Diretora do Centro de Estudos Portugueses
Cecília M* Vieira **	C. Sociais 1958 (b) 1959 (l)	Etnologia Indígena	Of 53/60 -23/03/60/ Ata 244 - 8/4/60 (3)	Auxiliar Voluntária da Cátedra de Antropologia/Chefe do DEAN
Celso Perota	História 1965 (b)	Arqueologia	Of.43/66. 7/7/66; Of 46/60.12/09/66 (2)	Laboratorista
Cirilo Zacchi	Geo/História 1942 (b) 1943 (l)	Etnografia/Antropometria	Ata CTA/FFCL n. 44 de 4/1/44 (1)	Assistente das Cadeiras de Antropologia/Etnografia
Eny C. Maranhão	Geo/História 1952 (b) 1953 (l)	Antropologia Física	Ata 212/21/3/58 (1)Ata 223 6/3/59 (3)	Instrutora Voluntária de Antropologia Física
Igor Chmyz	Geo/História 1962 (b) 1963 (l)	Arqueologia	Of 1/64 de 2/1/64; Of15/64 de 24/2/64; Of 22/64 de 4/3/64 (2) Portaria 9.383 de 17/01/1973	Trabalho Voluntário no DEAN ;Auxiliar de Ensino de Arqueologia Pré-Histórica e Etnografia do Br.; Diretor do CEPAN desde 1965/Representante da SPHAN/PR.
NOME	BACHAREL (B) LICENCIADO (L)	ÁREA DE INTERESSE	DOCUMENTO DE DESIGNAÇÃO	ATUAÇÕES PRINCIPAIS
Joaquim A C. Esteves	Geo/História 1953 (b)	Artes e Trad. Populares	Of16/66 de 12/04 6; Of19/67 de 14/6/67/ Corresp.11/12/67 (2)	Auxiliar de Ensino da Cátedra de Antropologia Serviços de Secretaria MAAP

Iracê Dantas	Geo/História 1961 (b) 1962 (l)	Cultura Popular	Ata nº 4 de 6/11/64 (3)	Função no MAAFP
João José Bigarella	Química 1943 (b) 1949 (L)	Geologia		Atuou nos trabalhos de identificação de Sambaquis
Marília D. Nunes	Geo/História 1952 (b) 1953 (L)	Etnologia Museologia	Portaria 57 de 10/03/1957 (2)	Instrutora Voluntária da Cátedra Diretora do MPR (1965/66)
Mª deLourdes Lemos Muniz	Geo/História 1954 (b) 1955 (l)	Antropologia Etnografia	Portaria 56 - 21/1/55; Of 6/59 de 8/159 Ata CTA 224 de 18/4/59 (1)	A disposição do Instituto de Pesquisas da FFCL e da Seção de Antropologia e Etnografia do MPR
Mª José Meneses	Geo/História 1953 (b) 1954 (l)	Arqueologia	Portaria 49/60 de 18/11/60 (1) Ata nº 68 de 14/10/77/ MAAFP de 15/09 (3)	Datilógrafa à disposição do DEAN oriunda do Inst. de Pesquisas /Diretora do MAAFP (1977/1979)
Mª Philomena Veloso*	Geo/História 1955 (L)	Antropologia		Auxiliar nas atividades práticas do DEAN
Oldemar Blasi	História 1950 (b) 1951 (l)	Antropologia/ Arqueologia	Portaria 22 de 14/3/52 protc.77/52 (1) Ata nº 8 de 4/3/66/Of JLF nº 310 13/03/67	Assistente voluntário, Assistente nas Cadeiras de Etnografia do Br.e Geral/Presd. da Sessão Regional da ABA /Diretor do MPR (1967/1969)
Olga José Vidal	Geo/História 1950 (b) 1951 (l)	Etnografia do BR e Geral	Portaria 20 de 26/3 de 1952 Prot. 78/52	Assistente Voluntária/ Assistente da Cadeira de Etnografia
Pórcia G. Alves	Pedagogia 1940 (b) 1941 (l)	Artes e Trad. Pop.	Ata nº 1 de 15/05/1948 (4)	Membro fundador da Comissão Paranaense de Folclore
Roselyz V. Roderjan	História 1964 (l)	Folguedos/ Trad. Pop.	Ata nº 60 de 25/11/64/ Ata nº 87 de 12/08/75 (4)	Aceita na Comissão .Paranaense de Folclore; Presidente da Comissão Paranaense de Folclore (1975/85 e 1993/98)
Ute Aumann	História 1964	Trad.Pop.		Pesquisadora
Valderez P. S. Muller	Geo/História 1944 (b) 1953 (l)	Antropologia e Etnografia	Corresp de 23/12/55; Ata 146 CTA de 5/3/54 ; Ata 312 de 5/03/65 (1)	Instrutora de Etnografia/Assistente Voluntária de Antropologia
Wilson Rauth	Geo/História 1961	Arqueologia	Port. 2963.30/11/63;15/64 8/4/64 (2)	Pesquisador do MAAFP

Fontes: Westphalen, 1988: 93-143. (1) Arq/SED (2) Arq/MAEP (3) Arq/DEAN (4) Arq/APE; (\*) auxiliar técnico do serviço público (\*\*) servidora da secretaria de educação (\*\*\*) bacharel e licenciada em ciências sociais em 1954 e, em 1957 foi bacharel e licenciada em filosofia. Altiva Balhana, (Geo/História -1949-b/1950-l) – apesar de ter desenvolvido algumas pesquisas etnológicas e ter respondido pela presidência da Sessão da ABA Regional, se dedicou efetivamente a História da América.

Muitos destes licenciados e bacharéis iniciaram suas atividades como instrutores ou assistentes voluntários, como auxiliares das cátedras, como laboratoristas ou pesquisadores. Outros ingressaram na faculdade como escriturários ou mesmo datilógrafos e se tornaram pesquisadores de peso em suas áreas de interesse, assim como alguns foram indicados para auxiliar de ensino acabaram desempenhando serviços de secretaria.

Para o professor catedrático, não importava a forma de acesso e sim o potencial que ele identificava ou mesmo precisava e, se o interessado demonstrava empenho e correspondia às expectativas, ele poderia contar com o apoio, o incentivo e o prestígio que Loureiro Fernandes gozava na política e na comunidade científica.

A mesma pena que assinava a solicitação de criação de cargos públicos, já relacionados à assembléia legislativa, também assinava cartas de apresentação às instituições culturais e educacionais do país e no exterior para cursos de pós graduação ou mesmo estágios técnicos e de aperfeiçoamento<sup>266</sup>.

Mas, a expectativa de retorno vinha na mesma medida portanto, o investimento só era feito em poucos mesmo assim, alguns profissionais não impediram<sup>267</sup> que a mesma pena mostrasse o seu rigor e o outro lado do poder até porque, as vagas eram duramente conquistadas portanto, os trabalhos teriam que apresentar resultados para a consolidação da “ciência do homem” no Paraná.

Por outro lado, para Loureiro Fernandes a perda de um dos seus discípulos que já havia demonstrado eficiência e competência era lamentada e acompanhada de um aceno incentivador para uma possibilidade de retomada de atuação, conforme expressou à Prof<sup>a</sup> Valderez de Souza Muller em 1959, ...reafirmo-lhe, por fim, como faço aos ex-alunos da Faculdade, que o DEAN continuará a receber com aquela viva cordialidade de sempre, pois certo está de que esta decisão não implica em desinteresse pelas múltiplas e inquietantes problemas da ciência do homem<sup>268</sup>.

Divergências de posições teóricas, ideológicas e políticas entre estes profissionais e o prof<sup>o</sup> catedrático são constantes da documentação denotando que o ex-aluno além de não permitir ingerências posicionava-se com muita firmeza ante as discordâncias especialmente aqueles que se dedicaram a hoje área de antropologia cultural. Sem dúvida, Loureiro havia feito escola, deixou marcar nestes licenciados ou bacharéis e na própria postura científica e ética, modelando este espaço de pesquisa no Paraná.

## O incentivador da Pesquisa Científica

Mas, como Loureiro via, com que poder exercia e, como tornava exequível a expansão do conhecimento das áreas que não estavam muito próximas das do seu interesse pessoal? Se ele priorizou a pesquisa etnográfica, também soube dinamizar a investigação científica em outras áreas, especialmente naquelas em que o Museu Paranaense atuava, tendo sido considerado o “seu incentivador”.

O depoimento de um ex-aluno da Faculdade de Filosofia, da área de história natural, com especialidade em botânica e, estagiário do Museu Paranaense oferece alguns esclarecimentos sobre estes questionamentos. Bacharel pela primeira turma daquele curso em 1945 e, licenciado em 1946, Ralph João George Hertel ao relatar sua experiência com Loureiro Fernandes descreve o relacionamento que manteve com o professor durante sua trajetória profissional<sup>269</sup>.

Mais recentemente, Igor Chmyz relata como o grupo de auxiliares de Loureiro era envolvido para o desempenho dos trabalhos técnicos, frente a falta de pessoal, testemunhando ...costumava aproveitar os finais de semana para a montagem das exposições do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, sempre acompanhado pelas equipes do Departamento de Antropologia e do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, classificando-se, e aos demais ...como estivadores do ensino e da pesquisa. (Chmyz, 2000:156)

Outros depoimentos mais recentes encontram-se em Anais (2005) e Hoenner (2003) nos quais a tônica dos relatos está pontuada na rigidez e no rigor exigidos no cumprimento das atividades acadêmicas, bem como, o apoio e o entusiasmo deste catedrático em viabilizar a qualificação de gerações de universitários curitibanos.



## A Institucionalização da Antropologia no Paraná

*...examinem a planificação do futuro Departamento da nossa Universidade, a solução regional encontrada para certos problemas, as tarefas parcialmente aqui executadas e nos deixem dos seus conhecimentos e experiências, com as justas observações, os estímulos para um maior esforço e futura cooperação que desejamos a mais ampla em prol do nosso Departamento de Ensino e Pesquisas Antropológicas em Curitiba. (Loureiro, 1959)*

### Desvendando alguns Véus

Fazendo parte da “segunda geração da tribo dos antropólogos” como definiu Corrêa (1995:5), Loureiro Fernandes é convidado a participar da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em novembro de 1953, sendo-lhe solicitado proferir uma palestra que foi titulada por ele como: “As possibilidades de Pesquisa e de Exercício de Atividades Técnico-Profissionais”.

Nesta ocasião, Loureiro traça, para professores de antropologia e especialistas qualificados estrangeiros e nacionais, uma minuciosa trajetória dos planos e das atividades já desenvolvidas ou em andamento no Paraná, além de fazer algumas considerações sobre o ensino e as dificuldades enfrentadas para o ideal desempenho das pesquisas no estado.

O “paper” com o tom de relatório e ao mesmo tempo de crítica e avaliação sobre o estado das artes, é um rico e interessante depoimento de época que deixou um manancial de informações sobre questões nacionais como: o reconhecimento das condições precárias do ensino das faculdades de filosofia, o programa das cátedras e principalmente, a preocupação de que elas se transformassem em institutos superiores de educação; o papel dos profissionais liberais que se transformaram em “ousados professores”, por seus pendores culturais buscando estimular vocações; as falácias entre a legislação oficial, a criação das faculdades de filosofia e a falta de amadurecimento da sociedade para reconhecer o papel da formação das novas gerações nas ciências humanas; o conceito de pesquisa, as precariedades para a documentação e principalmente as balizas teóricas e metodológicas para a sua prática científica nos anos 50, em todo país. Descreve também algumas situações vividas no seu cotidiano em Curitiba, revelando nuan-

ces e “aspectos da prática antropológica e museológica” que a documentação oficial obscurece, como por exemplo: o recrutamento de profissionais locais despreparados por falta de recursos para contratar os melhores que havia em outros estados; o reconhecimento da manutenção de um autodidatismo por não limitar setores do conhecimento (referindo-se às disciplinas de antropologia e etnografia no curso de geografia e história); cita seus discípulos mais destacados; enquanto médico, critica a postura da faculdade de medicina por não ter impulsionado o ensino na área de antropologia. Por outro lado, o relato ilustra e justifica a criação do instituto de pesquisas enquanto mola propulsora para o desenvolvimento das pesquisas a serem realizadas pelos acadêmicos no Museu Paranaense, evitando “a dispersão de esforços e a fragmentação de escassos recursos”. No entanto, é importante não esquecer que Loureiro foi o único membro do conselho, na ocasião da implantação do Instituto, a advogar em favor da criação do IP no litoral onde ele próprio já tinha alguns focos de interesses de pesquisas já em andamento...

Tal contradição no discurso, reforça a afirmação do próprio Loureiro ao declarar que “o que sucede freqüentemente é redundar numa estéril competição de rivalidades pessoais ou seja, o texto revela o espírito com que Loureiro conduziu a sua meta de política e prática acadêmica e cultural, sem deixar de frisar que na maior parte das vezes com grande esforço pessoal, para as áreas de arqueologia pré-histórica e antropologia”, que eram para ele, prioritárias. Este contexto sugere uma conjuntura sem encadeamento casual e temporal o que deve ter promovido repetições e tumultos didáticos e/ou administrativos.

Após a leitura deste texto, não resta a menor dúvida que Loureiro relacionava os museus com as pesquisas e com o ensino, especialmente o superior, tendo sido o MPR, em sua gestão e durante o seu ativo trabalho frente ao IP, como o espaço-laboratório onde as atividades práticas das cátedras da FFCL eram desenvolvidas tornando-se assim o Paranaense um típico museu universitário no estado.

Por outro lado, Loureiro se desnudava para os seus iguais - os precursores das ciências humanas no Brasil - compartilhando dificuldades comuns promovida por políticas equivocadas, apontando erros e feridas na prática acadêmica, reconhecendo deficiências técnicas e buscando garantir este apoio integrando-se aos melhores, com vistas ao seu fortalecimento local. E continuou obtendo (ver Anexo 6).

## As Primeiras Reuniões Nacionais

*...a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada por iniciativa dos participantes da II Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em julho de 1955, na cidade de Salvador, Bahia ... em Assembléia realizada no dia 8 de julho foi deliberada a sua fundação, organizando-se a sua primeira diretora e seu primeiro conselho científico.*

*(Boletim da aba, 1955 Arq/CEB)*

Na primeira reunião brasileira de antropologia, foi aprovada a resolução que fixou para dois anos o próximo encontro dos profissionais que atuavam na área da antropologia, na cidade de Salvador, em 1955.

A este grupo sob a presidência do prof. Castro Faria e no qual Loureiro Fernandes se integrava enquanto membro do conselho científico, coube a tarefa de redigir os estatutos e organizar a III reunião de antropologia que foi realizada, em Recife.

No encontro de Pernambuco, em 1957, foi eleito um novo conselho diretor, presidido por Loureiro Fernandes que contou com o apoio dos profs Manuel Diégues Jr, enquanto secretário geral e José Bonifácio Rodrigues como tesoureiro. Para compor o Conselho Científico desta gestão foram indicados: os prof<sup>o</sup> Egon Schaden (Univ. de São Paulo), Darçy Ribeiro (CBPE), Eduardo Galvão (Museu Goeldi/Pará), Herbert Baldus (Museu Paulista), Matoso Câmara Jr. (Museu Nacional), René Ribeiro (Univ. do Recife), Thales de Azevedo (Univ. da Bahia), Marina Vasconcelos (Univ. do Brasil) e Renato Lochi (Univ. de São Paulo)<sup>270</sup>.

A gestão 1958/1959 da ABA, presidida por Loureiro Fernandes, providenciou o registro dos seus Estatutos, lançou em março de 1959 o primeiro número do Boletim da Associação e organizou a IV Reunião Brasileira que aconteceu em Curitiba, no mês de julho.

## A Sessão Regional da ABA no Paraná

*...a Prof Altiva Balhana ...não recebeu a circular, que na última reunião em São Paulo, sugerimos fossem enviados a todas as secções regionais no sentido de achando-se vencido o mandato, a necessidade de renovação de Diretorias, as quais vão caber as responsabilidades de suas representantes comparecerem à VII reunião da ABA*

*(Loureiro Fernandes, 1965)<sup>271</sup>*

Os Estatutos aprovados previam estes estatutos a constituição de sessões regionais.

Em 31 de janeiro de 1959 reuniram-se e muitos poucos registros no Paraná foram feitos sobre a sua atuação. Sob a presidência de José Loureiro Fernandes, o prof<sup>o</sup> Brasil Pinheiro Machado, diretor do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, a prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Júlia Pourchet, chefe do Serviço de Antropologia do Instituto de Pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal, o prof<sup>o</sup> Oldemar Blasi, secretário do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, além dos licenciados Margarida Andreatta, Altiva P. Balhana, Eny C. Maranhão, M<sup>a</sup> de Lourdes L. Muniz, M. <sup>a</sup> José Menezes, José Wilson Rauth, Mario Bley Jr, Margarida M<sup>a</sup> P. dos Passos, M<sup>a</sup> de Lourdes Tavares, Marília Duarte Nunes, Wladimir Kosak, Walderez S. Müller, Cecília M<sup>a</sup> Vieira Helm, Iracê Dantas, M<sup>a</sup> Filomena G. Velozo, Mário Maia, Igor Chmyz e Oksana Boruszenko, todos membros fundadores da sessão regional da ABA, que se instalava.

Naquela oportunidade, discutiu-se sobre os projetos já em andamento como as pesquisas sobre índios Xetá e Kaingang em Palmas, sobre o desenvolvimento físico dos escolares, sobre os caboclos do litoral e a cerâmica popular e sobre a assimilação italiana em Santa Felicidade tendo a prof. Altiva Balhana proposto a realização de um trabalho sobre os eslavos e os alemães<sup>272</sup>.

Em março daquele mesmo ano, em nova reunião são debatidos e aprovados os estatutos e o regulamento desta sessão regional<sup>273</sup>.

Em maio é eleita a primeira diretoria que ficou assim constituída: José Loureiro Fernandes presidente, Eny C. Maranhão secretária, M<sup>a</sup> de Lourdes Muniz tesoureira e, compondo o Conselho Científico os Prof<sup>o</sup> Brasil Pinheiro Machado, Máximo P. Lima e Oldemar Blasi. Nesta oport-

tunidade foi designada a comissão organizadora da IV Reunião Brasileira.

Composta pelos integrantes do conselho científico, a comissão organizadora era constituída por: Marília Duarte Nunes, Altiva Balhana e M<sup>o</sup> de Lourdes Muniz. Cogitou-se também a possibilidade de se inaugurar o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá durante os trabalhos da sessão de estudos de arqueologia, idéia que não vingou. É importante ressaltar que o convênio com a DPHAN havia sido recém firmado e que somente quatro anos depois é que foi possível a sua inauguração após muitas dificuldades técnicas e administrativas.

As demais reuniões da sessão regional foram realizadas para eleição da nova diretoria e deliberações sobre a participação dos projetos que seriam inscritos nas reuniões nacionais<sup>274</sup>.

Em 1961 o prof<sup>o</sup> Brasil P. Machado é eleito presidente da regional e, Darcy Ribeiro sucede Loureiro Fernandes e preside a V<sup>a</sup> Reunião Brasileira, realizada em Belo Horizonte. Nesta ocasião quatro trabalhos paranaenses são inscritos:

- 1) Uma comunicação sobre os Xetá, por Loureiro Fernandes;
- 2) As Jazidas Pré-Cerâmicas - Sambaqui B de Guaraquacú, por M<sup>a</sup> José Menezes e Margarida Andreatta;
- 3) A Jazida Arqueológica de J. Lopes Ivaí -Pr, por Oldemar Blasi e Igor Chymz e,
- 4) As Primeiras notícias sobre as escavações junto as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo e Sambaqui de Saquarema, por W. Rauth<sup>275</sup>;

Em 1963 o Prof<sup>o</sup> Herbert Baldus, é eleito presidente da ABA e a prof<sup>a</sup> Altiva Balhana assume a presidência da sessão regional, e são discutidos os temas que deverão ser abordados na VI Reunião Brasileira, que foi realizada em São Paulo. Neste Encontro, a convite do Museu Paulista, Wladimir Kosak apresenta o filme sobre "O Enterro secundário do Orarimagodage - Yawary, Xingu", como parte da programação. No retorno os participantes da ABA, apresentam seus trabalhos à comunidade paranaense nos salões do Círculo de Estudos Bandeirantes<sup>276</sup>;

Na 8<sup>a</sup> reunião da regional, (1966) foram discutidos os problemas para o envio de filiados a Belém do Pará sendo que uma das razões foi a temática ter sido definida por assuntos sobre a Bacia Amazônica. Nesta ocasião, o Prof<sup>o</sup> Oldemar Blasi foi eleito presidente da sessão paranaen-

se<sup>277</sup>. Não foi encontrada qualquer outro registro sobre os trabalhos da sessão regional do Paraná, durante o período de interesse deste trabalho.

## Notícias sobre a IV Reunião Brasileira da ABA

*...temos dois antropômetros, acho no entanto interessante que traga um outro, como sugeri da outra vez, seria conveniente trazer a fita métrica metálica (Loureiro Fernandes, 1959)<sup>278</sup>*

No ano de 1959 foram comemoradas duas datas centenárias para a antropologia: a fundação da Société d'Antropologie de Paris e a publicação da obra de "Darwin The Origin of Species by Means of Natural Selection".

Por esta razão, foi planejada uma homenagem a Société d'Antropologie. Loureiro escreve ao Dr. Odorico Machado de Souza, então secretário geral da Sociedade Brasileira de Anatomia, reiterando a indicação do seu nome para proferir uma conferência sobre o papel da Sociedade ...evocando particularmente a personalidade de um dos seus fundadores, o Dr. Paul Broca, tão ligado às Sociedades de Anatomia e de Antropologia ...esperamos ser o intérprete da nossa homenagem à Escola Francesa de Antropologia<sup>279</sup>.

O convite foi preterido e, duas conferências foram realizadas: a preparada por Castro Faria intitulada "Broca e o Centenário de Fundação da Sociedade de Antropologia de Paris" e a proferida pelo Prof Egon Schaden "A obra científica de Darwin e a sua importância para a Antropologia"

Também foi confirmada, pelo Conselho Britânico, a vinda para Curitiba, da exposição itinerante sobre Darwin, além disso, Loureiro escreve a Lizarralde, seu correspondente no Museu britânico e solicita, ...uma foto das vitrines do Museu Britânico nas quais a exposição focaliza a evolução do homem ...se houvesse uma publicação a respeito com cópia das legendas ou exposições da seqüência seria ótimo. Fiz umas anotações em 1952, quando lá estive, mas são insuficientes<sup>280</sup>.

A programação oficial da reunião previa a conferência sobre "A obra Científica de Darwin e sua importância para a Antropologia" a ser proferida pelo prof. Schaden. Sobre a exposição itinerante, não foi encontrada informação que confirmasse a sua presença enquanto atividade paralela ao evento.

A comissão organizadora deste evento foi composta pelos professores Loureiro Fernandes, Brasil Pinheiro Machado, Máximo Pinheiro Lima, Oldemar Blasi, Altiva Pilatti Balhana, Maria de Lourdes Muniz (responsável pela disciplina de etnografia geral e do Brasil da Faculdade Católica de Filosofia) e Marília Duarte Nunes (assistente da seção de antropologia do Museu Paranaense).

Os trabalhos da IV Reunião foram realizados nas instalações do Dean, no sexto andar do recém-inaugurado prédio da Antiga Faculdade de Filosofia, local onde hoje ainda se encontra, no anfiteatro do 1º andar da Faculdade de Filosofia e nas instalações, ainda em obras, no Museu de Arqueologia e Artes e Tradições Populares de Paranaguá.

Além das cinco sessões temáticas (Ver Quadro 23), foram realizados três seminários que discutiram os temas:

- Problemas de classificação das línguas indígenas do Brasil (expositor o Prof Matoso Câmara Junior);
- Problemas de Antropologia Aplicada em relação ao indígena brasileiro (expositor o Prof Herbert Baldus) e,
- o Seminário Problemas de Assimilação Cultural do imigrante no sul do Brasil (expositor o Prof Thales de Azevedo).

### QUADRO 23

#### Trabalhos Apresentados pelo Grupo do Paraná na IV Reunião Brasileira de Antropologia (1959)

SESSÕES DE ESTUDOS	TÍTULOS DA PESQUISAS	AUTOR
1ª Etnografia	A abordagem Estrutural no Estudo de Comunidades	Fernando Altenfelder Silva
	Notas Preliminares para o Estudo da cestaria do Paraná	Marília Duarte Nunes
2ª Antropologia Física	Contribuição à Antropologia Física dos Kaingangues de Palma	Maria Júlia Pourchet, Eny Maranhão e Loureiro Fernandes
3ª Lingüística	Nenhum trabalho foi apresentado	
4ª Arqueologia	Nota Prévia sobre as Escavações no Sambaqui do Macedo Escavações nos Sambaquis do Litoral do Paraná. Sítios de Pedra Lascada no Interior do Paraná	Wesley Hurt e Oldemar Blasi Anette Laming Empereire
5ª Antropologia Indígena	Alberto Fritch e os índios do Paraná	Maria de Lourdes Muniz

Fonte: Programa Oficial da IV Reunião Brasileira de Antropologia Arq/CEB

As discussões sobre arqueologia aconteceram no litoral, onde os participantes tiveram oportunidade de visitar o sambaqui do Macedo e, após o almoço iniciarem os trabalhos nas dependências do antigo convento dos jesuítas, que se encontrava sendo restaurado e adaptado para a instalação do Museu da Universidade Federal do Paraná, o MAAAP.

Sem dúvida que pelos temas dos trabalhos apresentados, a arqueologia ainda se destacava mais que a etnografia, no Paraná. O discurso de abertura proferido por Loureiro (Anexo 8) aponta para: a forte influência da corrente evolucionista no pensamento antropológico da época; a necessidade do suporte técnico que o grupo local prescindia dos pares paulistas; os avanços alcançados nas investigações da área de arqueologia e a dependência das instalações físicas do MPR que abrigava o CEPAP; a importância do Museu Paranaense enquanto âncora para o desenvolvimento de atividades práticas e de pesquisas, a despeito de já ter perdido o mandato universitário e, fica evidenciado o pensamento de Loureiro sobre a indissociabilidade das atividades que se desenvolvem no ensino superior, a pesquisa e a função do espaço museológico, quando apresenta o Museu de Arqueologia e Artes Populares, como “o novo museu universitário”.

Nesta reunião, de abrangência nacional, o grupo do Paraná apresentou o seu corpo de pesquisadores e as tendências de pesquisas locais além de movimentar e sensibilizar, ainda mais, os segmentos políticos e universitários paranaenses para as questões vinculadas ao ensino da antropologia e da arqueologia, agilizando a implantação do departamento de antropologia, bem como, obter suporte acadêmico e científico, ao projeto recém iniciado de instalação do Museu Universitário em Paranaguá, uma vez que o convênio com a DPHAN, havia sido assinado, recentemente. Sem dúvida, havia uma conjugação de fatores, forjados por Loureiro, muito propícia e favorável para os seus planos acadêmicos.



## A Organização do Departamento de Antropologia

*...a descentralização do poder deve iniciar cuja influência marcante após 1930 tem sido tão nociva à administração pública  
(Loureiro Fernandes, 1964)*

Os planos para a criação e implantação do DEAN foram concretizados em 1957, quando Loureiro Fernandes, após discutir com o diretor do ensino superior, o Dr. Jurandir Lodi devidamente credenciado pela reitoria, apresenta ao diretor da FFCL, estudos preliminares para a sua organização<sup>281</sup>.

Nestes estudos estavam descritos os requisitos para a caracterização de um departamento didático, segundo o relatório do conselho nacional de ensino e que foram enriquecidos com os encontros que Loureiro manteve com “professores de Antropologia do Rio de Janeiro”.

Para a efetivação deste projeto, deveria constar o planejamento e criação: das disciplinas de lingüística - comparada e língua tupi-guarani, na cátedra de etnografia do Brasil, de um novo cargo de assistente e a concessão do regime de dedicação exclusiva. Estes novos requisitos eram no mínimo ...considerados indispensáveis para o prosseguimento dos estudos antropológicos e a organização do Departamento ...com as informações já enviadas a esta Direção, o C.T.A da Faculdade terá condições de deliberar definitivamente sobre a criação ou não do Departamento de Antropologia na nova sede, em 1958. (Loureiro Fernandes, 1950).

Sem dúvida que Loureiro tinha em mente garantir o espaço para as atividades antropológicas e arqueológicas no prédio, que abrigaria a Faculdade de Filosofia<sup>282</sup>. Não se pode esquecer que o reitor Flávio Suplicy de Lacerda autorizara Loureiro a tratar da organização do departamento de antropologia e da proposta de ocupação do antigo colégio dos jesuítas no mesmo expediente, portanto o catedrático de antropologia a partir de meados de 1957 se dedicou a estas duas grandes empreitadas no ensino superior: a criação de um departamento didático, sem um curso superior oficializado no país e, a instalação de um museu no litoral, voltado à preservação da memória pré-histórica e das tradições populares.

Estas duas frentes de trabalho, a partir do final de 1957 e durante os anos sessenta, irão absorver as atenções de Loureiro.

No que se refere ao departamento de antropologia, em 19 de abril

de 1958, Loureiro Fernandes solicita formalmente a Homero de Barros (diretor da FFCL) que fosse realizada ...uma revisão do texto regimental, antes de oficialmente encaminhar o anteprojeto do Regimento Interno do DEAN... (tendo) plena liberdade de correção e modificações consideradas necessárias para perfeita sintonia com o Regimento Interno da Faculdade.

Previendo a possibilidade de absorção, do Museu Paranaense onde eram realizados os trabalhos de laboratório das pesquisas de campo em arqueologia, bem como, a infra-estrutura e instalações de apoio para a continuidade das demais atividades Loureiro, no artigo 7º. do anteprojeto propõe que ...a incorporação de outros Institutos de Cultura não pertencentes a Universidade dependerá da prévia extensão de mandato universitário de conformidade com o Parágrafo 2º do Artigo 5º. dos Estatutos da UPR e, (no Artigo 57º antevê que) os trabalhos de pesquisa poderão ter por sede instalações pertencentes ao Patrimônio Nacional ou Estadual, mediante acordos firmados entre os órgãos governamentais e a reitoria da Universidade do Paraná, (redação que também acenava para o convênio com a DPHAN objetivando a instalação do Museu de Arqueologia e Artes Populares, em Paranaguá)<sup>283</sup>.

O documento contemplava ainda a formação de uma biblioteca especializada, a editoração de uma publicação e “um corpo de colaboradores estranhos” ao corpo da Universidade, sem dúvida os licenciados já contratados pelo estado ou os bolsistas da CAPES e CNPq que estavam atuando nos projetos<sup>284</sup>.

Mas este anteprojeto deveria ser adequado ao da FFCL que ainda estava sendo elaborado. Em janeiro de 1958 eram discutidas as emendas ao documento da antiga faculdade nas sessões do CTA e, na sessão do dia 21 daquele mês, Loureiro Fernandes ...sugeriu que figure a separação dos cursos de Geografia e História (aprovado para vigorar quando da regulamentação pelo MEC).

Em julho é apresentado ao CTA o texto da proposta oficial de regimento do DEAN. É definida uma comissão para apreciar a matéria e emitir parecer após a aprovação do regimento interno da Antiga Faculdade de Filosofia<sup>285</sup>.

Não se pode esquecer que, concomitante ao processo de concepção do DEAN, Loureiro estava também envolvido com a estruturação e consolidação do CEPA, com os projetos de pesquisa em cultura popular, com

os acordos e ajustes inerentes ao convênio firmado com a DPHAN para a ocupação do antigo colégio dos jesuítas e os desdobramentos técnicos e políticos que foram criados com o grupo do IHGPG , que já ocupava o prédio histórico de Paranaguá além de presidir a comissão organizadora da IV Reunião Brasileira de Antropologia que ocorreu em Curitiba, no mês de julho.

Para a ocupação e a instalação do DEAN, Loureiro procurou equipar o espaço com as melhores condições possíveis para o bom desempenho das atividades como:

- a guarda das coleções etnográficas em armários apropriados;
- a instalação de um gabinete de lingüística, que ...deveria ser sonoramente isolado para estudos e registros mecânicos dos fonemas lingüísticos, com equipamentos como um quadro negro em sistema de guilhotina;
- com ...as cortinas negras para as salas onde se realizariam projeções dos filmes etnográficos;
- com ...um armário para guardar o instrumental de precisão da disciplina;
- com a sala onde funcionaria o seminário do departamento de antropologia que deveria ...ser equipada com os recursos modernos para a exposição documentada de temas relacionados à ciência do homem”, como “o mapa étnico e racial do museu didático pintado sobre uma prancha de vidro” além da aquisição de um projetor cinematográfico , de um amplificador de som e de um quadro no corredor para afixar as comunicações culturais.

Loureiro não perdia uma única oportunidade para atingir suas metas, nesta fase de equipar o departamento ele lança mão da presença do Prof Aryon Dall’Igna Rodrigues na Alemanha onde cursava a pós-graduação, e envia-lhe uma “correspondência contando, com muita satisfação, as boas novas relacionadas à sua especialização - o estudo da lingua tupi - comenta sobre a impossibilidade de criar a cátedra de etnografia do Brasil e tupi-guarani, mas na manutenção da disciplina e, com bastante entusiasmo, complementa a descrição, com minúcias, das plantas de reformulação do espaço que enviou anexas à correspondência, como do estúdio para as atividades de etnomusicologia - “compartimento amplo completamente sem

luz para o trabalho de gravações”, tendo inclusive tratamento acústico na cabine de gravação, portanto solicitava que com o dinheiro que enviava, fosse comprado “um aparelho para gravar em disco ou outro, para registros fonéticos”<sup>286</sup>.

Tal infra-estrutura representava o que mais moderno havia na época, no país.

## A Regulamentação do Departamento de Antropologia

Na sessão do CTA de 12 de dezembro de 1959, é lido o parecer do presidente da comissão designada para opinar sobre o regulamento do DEAN, o prof<sup>o</sup> Rosário F.M. Guéiros que mostrou-se favorável à aprovação do novo anteprojeto que regulamentava o departamento ...recomenda que a redação final seja feita sem alterações no seu conteúdo e que ele seja constituído pelas cadeiras de Antropologia e Etnografia, História do Brasil e História da América, com a possibilidade de serem acrescidas outras cadeiras afins, dos cursos de História e Geografia isto posto, o Conselho declara fundado o Departamento de Antropologia ...(constituído pela união das)...cátedras de História do Brasil e História da América do Curso de Geografia e História.

Esclarece ainda que desde de 1963 a disciplina de língua tupi havia sido extinta sendo iniciada a de Arqueologia Pré-Histórica. Nesta reunião ainda foram tratados os assuntos relacionados:

- (ao) *ofício recebido em 5 de abril de 1962 que esclarece a modificação ocorrida na constituição do Departamento com a ida do prof Aryon Dall'Igna Rodrigues para a Universidade de Brasília (modificação vinculada ao ensino da lingua tupi);*
- (à) *manutenção da sala localizada no terceiro andar onde trabalhava o prof. Aryon, que passou a servir à antropologia cultural; à incorporação do maap ao dean uma vez que o mesmo tem em mira estimular a cultura popular e a investigação científica, no ambiente específico das tres disciplinas antropológicas;*
- (às vantagens) *de fáceis articulações de atividades interdisciplinares;*
- (ao) *pagamento do pessoal do museu que deveriam ser pagos com verbas para pagamento de serviços;*
- (a) *necessidade de fazer publicações em caráter moderno, (sendo sugerido o nome Cadernos para as publicações periódicas do MAAP, entre outras providências).*

Na reunião seguinte, a prof Maria Philomena G. Velozo tem aprovado o seu projeto para a sala de etnomusicologia em seguida é apresentado o organograma do departamento que era constituído de ...um Conselho Departamental, órgão supremo presidido pelo Diretor do Departamento, ao qual ficam subordinados o MAAp, a Divisão de Arqueologia PréHistórica e Etnografia do Brasil, a Divisão de Antropologia e a Sessão Administrativa. O MAAp abrange o setor de Museologia e Exposições, pois não concordou a Direção da Faculdade nem a Reitoria, que nomeia o pessoal, com a existência de uma Divisão de Relações Públicas e Administrativa ... passou a colaborar na organização da Biblioteca do MAAp ...para evitar duplicação ...(a necessidade de) ...intercâmbios entre a biblioteca do DEAN e MAAp (sendo que) está sendo organizada no sentido de ser constituída particularmente de livros especializados em Arqueologia e bibliografia indígena.

Mas estava a caminho outra reforma universitária, e exatamente um ano depois era aprovada e sancionada a Lei de Diretrizes e Base nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 com vigência a partir de 1 de janeiro do ano seguinte. Se o panorama da política nacional para o ensino superior era de instabilidade e mudanças, em Curitiba, na Faculdade de Filosofia desde meados dos anos 50 que dois grupos ...se digladiavam ...(pelo poder) desejosos da direção e da orientação da Faculdade separados por ideologias conflitantes, os católicos-clericais e os liberais anteclericais, ainda que essa classificação comportasse diferentes nuances (Westphalen, 1988:35-42).

Foi um período de crise política e de crise interna acadêmica que alteraram os planos para o DEAN, supostamente definidos.

## O DEAN e as Adequações a LDB/61

A LDB de 1961 promove não só profundas alterações no organograma da Faculdade como uma nova organização regimental que atingirá a composição dos departamentos didáticos e, no caso dos projetos do Loureiro, exigirá uma reorganização e vinculação administrativa do CEPA, do Centro de Estudos Portugueses e do MAAp.

Após adequação a essa LDB, a congregação da FFCL aprovou em 21 de fevereiro de 1963, o novo organograma da Faculdade de Filosofia onde

constavam os departamentos de: filosofia, química, física, matemática, botânica, biologia, geologia, geografia, história, letras e pedagogia, ciências sociais e antropologia<sup>288</sup>.

A primeira sessão ordinária do conselho departamental de antropologia, na sua nova fase, foi realizada às dez horas do dia três de janeiro de 1964 e contou com a presença da diretora do departamento de pessoal. Loureiro inicia a reunião esclarecendo que as reuniões anteriores não passaram de “reuniões preparatórias” para discussão e aprovação do regimento e que, após as reformulações no ensino superior, o departamento passou a ser constituído pela ...união da cátedra de Antropologia Física e Etnografia Geral com a Cátedra de Etnografia do Brasil e Língua Tupi e na organização atual terá que sofrer modificação sobretudo uma bibliografia sobre cultura folk<sup>289</sup>.

Tais declarações denotam que houve uma saída estratégica no uso e inclusão do ensino da língua tupi para a formação e constituição do departamento de antropologia. Poderíamos falar na criação de um “departamento exótico”?

Em setembro do ano seguinte, Loureiro envia ao CTA um ofício solicitando “a inclusão ainda para o corrente ano da Cadeira de Antropologia Cultural no currículo do Curso de Geografia assim como a interrupção da Cadeira de Etnografia do Brasil, no corrente semestre”, o plenário não acata a solicitação e, na reunião seguinte, Loureiro Fernandes comunica estar em desacordo com a decisão do conselho “em deixar para o próximo ano letivo a inclusão da Cadeira no currículo do Curso de Geografia e requer seja o caso levado à congregação”, o que é acatado.<sup>290</sup> A disciplina da antropologia cultural, ministrada por Loureiro Fernandes só irá ser incluída no currículo do curso de geografia em 1965, conforme decisão do CTA.

Este episódio acentuou e acelerou o processo de incompatibilidade entre o “modus operandi” de Loureiro Fernandes e os novos rumos e determinações da política oficial de ensino.

Com o golpe militar de 64, a nova Constituição levou a uma outra mudança estrutural que desenhava para o ensino superior do país, uma reforma universitária na qual, os departamentos passaram a ser a menor subunidade universitária e o ensino e a pesquisa foram agregados às unidades administrativas maiores, os Institutos e as Faculdades mas o DEAN, já se encontrava consolidado na estrutura da UFPR (Westphalen, 1988:45-49)<sup>291</sup>

Durante dois anos (1965/67) desacordos, desentendimentos, “incidentes com a reitoria” constantes reivindicações e disputas por vagas e funções para pessoal especializado tanto para o departamento, como para o CEPA e o MAAp, vão marcar os últimos momentos de Loureiro à frente destas unidades, bem como da representação que assumira enquanto delegado do IPHAN levando-o a renunciar e demitir-se destas funções permanecendo apenas, na direção do Museu “atendendo as solicitações da cúpula do IPHAN”<sup>292</sup>.

Aos poucos, Loureiro vai se afastando também das atividades acadêmicas. Em março de 1966 informa ao departamento que assumirá a provedoria da Santa Casa o que exigirá menos dedicação às causas universitárias e ...(entrega) a pasta da arqueologia aos seus integrantes.

Lembra por fim que as artes e tradições populares deverão ser objeto de estudo, de vários elementos do departamento e do Museu de Parana-gua. Na 14ª reunião departamental em 5 de abril de 1967, aos 64 anos Loureiro comunica a sua aposentadoria como catedrático da Universidade, ...estarei instalado no Circulo de Estudos Bandeirantes<sup>293</sup>.

Foi exatamente no ano de sua aposentadoria (1967) que foi diplomado o maior número de acadêmicos até então, na área das ciências sociais (62 formandos). No livro ponto do departamento de antropologia, encontram-se os primeiros registros de voluntários, assistentes e bolsistas. Era o início da segunda geração de formados, agora em ciências sociais, que iria dar consistência e continuidade aos estudos nas áreas do conhecimento, privilegiadas por Loureiro desde a AFF. Observando o Quadro 24, pode-se afirmar que poucos foram aqueles proporcionalmente (apenas 4,96%) buscaram o espaço de trabalho na Instituição que os formou. Fato que merece ser melhor aprofundado pelos atuais especialistas da Área.

## QUADRO 24

### Bolsistas e Monitores do DEAN 1967/1971

ANO/PERÍODO	NOMES/ANO DE FORMAÇÃO	ATIVIDADES
1967 Março a Junho	Anamaria V. Aimoré (1966) Elizabeth Fröhlich (1966) Marília G. de Carvalho(1966) Anelita Franzin Stipp(1967) Lida Bilyk (1967)	Auxiliares de Pesquisa em Etnologia Indígena. Visita ao Posto Indígena Manoel Ribas em Laranjeiras do Sul Pesquisas Bibliográficas
1968 Fevereiro a Março	Elizabeth Fröhlich (1965) Marisa Pastori (1966) Marília Carvalho Elizabeth Fröhlich (1966) Ani Troib (1966) Jungla Maria Pimentel (1967) Lida Bilyk Roseli M. Rocha (1968) Cleusa Saboia (1968)	No Rio de Janeiro buscando sobre orientação e bolsa de estudos  Auxiliar de Pesquisa em Etnologia Indígena – Posto Indígena de São Paulo – Índios Kaingang Todas relacionadas baixo foram estagiárias, neste período
	Marília Carvalho Jungla Mª Pimentel Daniel	Estagiária ausente do país em outubro
1970 Agosto Setembro Outubro	Marília Carvalho Kraemer Camilo Ricci (1971) Neuza Albuquerque (1971/História) Marilda E. Gadotti (1970/História)	Única bolsista do DEAN de 11/09/69 à 25/06/70 Bolsista substituído da Profª Marília C. Kraemer Bolsista do CEPA, orientada pela Profª Mª José Menezes Histórico p/ Pesquisa sobre os “Kaingang
	Camilo Ricci Marilda E. Gadotti Veraluz Cravo (1969) May Zanoni * Maria Cecília Costa (1969) Orlando Pilatti (1970)	Sob a orientação da Profª Cecília Mª Helm – Pesquisa “Integração do Índio à Sociedade Regional (PR)”  Colaboradores voluntários nas atividades de ensino e pesquisa a serem contratados

Fonte: Livro *Ponto de Bolsistas e Monitores Arq/DEAN; Westphalen, 1988:93-143*; \*Não foi localizada na relação consultada.



## Comentários

As mudanças ocorridas na política e na sociedade brasileira nos anos vinte propiciaram novas relações entre o estado e a igreja que, no discurso modernizador do Estado Novo, foram reforçadas. O poder central, buscou e concretizou uma articulação harmoniosa com a igreja, e ...uma ação coordenada e prudente por parte dos bispos, a participação de católicos convictos no governo e nos postos da administração pública e a presença de intelectuais, foram fatores importantes nesta nova fase da política brasileira: era a constituição definitiva de uma Igreja livre no Estado livre (Marchi, 1989: 232).

No Paraná, tais mudanças levaram à criação do Círculo de Estudos Bandeirantes do qual emanaram as bases estruturais para a implantação de práticas culturais desenvolvidas por intelectuais católicos que forjaram o processo de construção da identidade local.

Como um dos instrumentos desta construção, o Museu Paranaense foi impulsionado pelos movimentos políticos locais de conceituação, valorização e consolidação da sua identidade em “fusos horários”<sup>294</sup> distintos dos demais estados brasileiros não só porque todos guardavam suas especificidades sociais e políticas como o país, em relação ao “concerto das nações modernas”, (Andrade, M. [1937]1981) como ...também as mudanças (que provocaram estes movimentos) estavam relacionadas entre si e já faziam parte de um grande processo, (segundo o mesmo autor).

Portanto, a museologia iniciada e praticada no Museu Paranaense, na gestão de José Loureiro Fernandes entre 1936 e 1950, caracterizou-se pelas determinações da política voltada para a cultura material que norteava as diretrizes técnicas e científicas do Museu Paulista e do Museu Nacional, imprimindo as especificidades locais enquanto museu nascido regionalista. Foi uma prática museológica exercida por professores do emergente ensino superior em Curitiba, o que conferiu, ao MPR, uma ênfase no caráter didático e complementar na formação da massa crítica especializada nas áreas da sua atuação, em detrimento às ações museográficas voltadas para o público em geral.

Oferecendo suporte físico e de apoio para a implantação e a consolidação de cursos acadêmicos, a exemplo de seus co-irmãos – o Paulista e o Nacional, o MPR fez uso do seu mandato universitário tendo como pilar

científico, as bases acadêmicas universitárias, contribuiu para a dinamização do ensino e das pesquisas acadêmicas nas áreas da história natural (botânica e zoologia), antropologia, arqueologia pré-histórica e etnologia; viabilizou o ensino prático das cadeiras da Faculdade de Filosofia bem como de outras de áreas do ensino oficial.

Além disso, o MPR abrigou os laboratórios acadêmicos onde os bolsistas, de agências de fomento nacionais (CNPq e CAPES) e internacionais (FULBRIGHT, Fundação Gulbekian, Smithsonian) realizavam suas pesquisas iniciais. Da mesma forma, incentivava a vinda de especialistas estrangeiros para desenvolverem atividades científicas no estado, com vistas ao aprimoramento da formação da massa crítica local fato que contribuiu para que, nas áreas que o museu atendia, tornasse referência no sul do país, apesar de toda a debilidade estrutural, que era evidente e inquestionável.

A formação do seu acervo, por achados aleatórios e coleta sem sistematização, refletia o caráter do “autodidatismo das atividades científicas assim como a precariedade do ensino pelo exercício das incipientes cátedras universitárias” e distanciada de qualquer possibilidade de se constituírem em documentos museológicos. Por outro lado, este universo amorfo de peças etnográficas participava tanto das exposições nos espaços oficiais do museu, como das exposições temporárias e comemorativas que eram realizadas nos espaços culturais da cidade e também compartilhava os espaços acadêmicos da FFCL enquanto “Museu da Cátedra”. Tal prática ocasionou uma enorme perda e dispersão de artefatos, comprometendo os lançamentos no livro de tombo do MPR além de contribuir para um entendimento do conceito e função de uma coleção museológica no seio do ensino superior, por eles respaldado, muito distanciada do potencial informativo que possuem enquanto registros irrecuperáveis que representam da produção simbólica.

A composição do seu quadro de pesquisadores e bolsistas, foi articulada pelas relações de poder na manutenção, disputas e definições dos cargos e vagas, refletindo uma prática ainda ressonante da sociedade patriarcal que fazia uso da política dos “favores” na qual, criando uma relação de dependência, assegurava a autoridade e o controle das ações, no caso, o direcionamento das pesquisas científicas .

Da mesma maneira, que Loureiro usava sua condição econômica

para pressionar e manter os seus projetos pessoais e institucionais, ele também foi um interlocutor hábil, útil e utilizado nas intermediações entre o poder clerical e a sociedade civil; entre a intelectualidade acadêmica e o poder intervencionista; entre a academia e a política oficial voltada para a cultura.

Enquanto legítimo representante da “intelligentsia” paranaense e integrante do mesmo grupo à nível nacional, Loureiro gravitava entre o idealismo, o dever e o espírito de “missão” de organizar uma sociedade inorgânica carente de ordenamento cultural portanto, enquanto porta-voz dos interesses oficiais, antagonicamente, ...ele busca a sua própria identidade, (conforme Martins (apud Vilhena, 1997:50), numa sociedade em que sua própria condição de intelectual o aliena de sua sociedade.

Este fato pode explicar em parte, a excessiva criação de órgãos congêneres em uma sociedade ainda emergente intelectualmente, como foram aqueles instituídos voltados para a investigação e estudo da cultura portuguesa, evidenciando a exclusão cidadania de inúmeros descendentes de imigrantes que já atuavam e participavam ativamente com seus traços culturais da sociedade, da política e da economia local.

Com o projeto arquitetônico preterido pelo governo do estado, o Museu Paranaense ainda se manteve apoiado nos recursos, nos projetos científicos e usufruindo da mão de obra remunerada pelo IP da FFCL. As reformas universitárias exigidas pela federalização das universidades e a política cultural local, aceleraram a perda do mandato universitário que o Acordo firmado lhe concedia. O Paranaense passou a ter um ritmo de trabalho como as demais instituições públicas estaduais, perdendo o seu caráter científico de vetor e dinamizador de pesquisas., perdendo significativamente o fôlego e o dinamismo das atividades que ali foram desencadeadas o que revelou a fragilidade da instituição museológica enquanto espaço acadêmico e cultural<sup>295</sup>.

Enquanto museu histórico, o MPR entra em uma outra fase de representatividade cultural e desenvolvimento, período que merece ser analisado.

Loureiro Fernandes que também estruturou a antropologia no Paraná, aproximando não só os pesquisadores deste “jovem e emergente estado” à elite intelectual brasileira, sem dúvida contribuiu para a uma nova versão da paranidade, com “as formas e os traços” escolhidos e praticados

pela sociedade, especialmente a curitibana. Não se deve desconsiderar ainda o poder constituído acadêmico e político que modulou as especificidades locais e que, refletiam a perfeita sintonia com o discurso da extrema direita, que o governo central necessitava para reordenar nacional, acadêmica e politicamente o país, em que o MPR representou e atuou como um forte e fundamental instrumento.

Em 18 de Junho de 1889  
Senhores

Na presença de certas autoridades e  
figuras representativas da sociedade curiti-  
bana <sup>o Museu Nacional</sup> <sup>reuniram-se</sup> nesta data, em homenagem ao governo  
da Província do Paraná, chefiado então  
pelo nobre e querido de Ramalho Pais,  
pelos <sup>seus</sup> beneméritos fundadores ~~do Museu~~  
de Agostinho Cruzes de Neau e José Cândido de

trecho do ofício arquivo/CEB

# Capítulo 3

A PRÁTICA MUSEOLÓGICA NO LITORAL  
(Paranaguá 1958/1976)

BlankPage

...O SENHOR (RODRIGO DE MELO FRANCO), MAIS CONHECEDOR DO QUE EU DAS DITAS "PANELINHAS" DO SERVIÇO PÚBLICO, PODERÁ, ATRAVÉS DE TODA ESSA DOCUMENTAÇÃO, QUE AGORA REMETO, SENTIR COMO O PROFº FLÁVIO FEZ POLÍTICA PESSOAL, TAMBÉM NA REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ E ACABOU SENDO VÍTIMA DA EXTREMA AMBIÇÃO E AUDÁCIA DO ATUAL REITOR

(LOUREIRO, 1966)

...VEM VAMOS EMBORA QUE ESPERAR NÃO É SABER ...QUEM SABE FAZ A HORA, NÃO ESPERA ACONTECER (GERALDO VANDRÉ)

No Brasil, os anos 60 representam um marco que muitas gerações nunca esquecerão - foram os conhecidos anos de chumbo. Após a queda da ditadura Vargas, o país assistiu a inauguração da mais moderna capital das Américas – Brasília. Inaugurada em 1960, por seu idealizador, o presidente Juscelino Kubitschek, o país vivendo um período democrático, elegeu o seu sucessor Jânio Quadros, pelo voto direto. Este breve governo enfrenta uma grave crise política e econômica que o levou a renunciar em 1961.

O vice-presidente João Goulart inicia um governo, cuja a bandeira foram reformas de bases nas quais as classes trabalhadoras eram mobilizadas na direção de seus próprios anseios sociais. Segue-se um período conturbado, com passeatas, comícios, rebeliões principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro. Além destas questões internas, o país estava dividido ideologicamente pela Guerra Fria.

Acusado de subverter a ordem estabelecida e de declarar simpatia ao governo comunista, João Goulart é deposto (1964) iniciando um longo período de repressão e ditadura militar que forjou as instituições nacionais por quase vinte anos até a suspensão do Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>296</sup>, instituído em 1968, extinguindo o que restava de garantias individuais além de atribuir superpoderes ao general-presidente.

Se não havia liberdade de expressão política, a musicalidade foi a voz e o palco da resistência branca que com balizas bem definidas, acabaram por revelar talentos, realçar o sentido da brasilidade descortinando-a para o mundo. Surgem os festivais da música popular brasileira (MPB) e neles despontam compositores como Antonio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes, Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso, Tom Zé e Gonzaguinha entre tantos outros. O movimento da tropicália e os ritmos e as mensagens de protestos de Rita Lee e do grupo Os Mutantes, aproximam o país às grandes transformações promovidas pela ideologia que movia o movimento hippie; pelo lançamento da pílula anticoncepcional no mercado; pelos protestos à Guerra no Vietnã como também, ao arrojo do uso da minissaia moda que chegava ao som dos Beatles. Um pouco descrentes, os brasileiros assistiam pela tv, em edição extraordinária, Neil Armstrong pisar na Lua (1969). Seria mais um filme? Ou um fato histórico?

Mas como o país é ...abençoado por Deus e bonito por natureza, de repente aconteceu aquela corrente prá frente ...parece que todo o Brasil deu as mãos<sup>297</sup> nas comemorações de cada jogo ganho na Copa do mun-

do, no México, as ruas das cidades eram invadidas por torcedores/cidadãos homens, mulheres e crianças que, ao comemorarem, também clamavam por algo para se orgulhar das cores verde-amarelas em meio a tanto arbítrio e desrespeito. A Bandeira Nacional foi humanizada e, em 21 de junho de 1970 o país foi ao delírio, havia ganhado o tricampeonato mundial de futebol.

O governo do general Geisel ficou conhecido como o período do “milagre econômico”, e o país só viria a vivenciar outros momentos de democracia no início dos anos 80.

O Paraná foi um dos estados mais cordatos durante todo este período histórico estando a resistência ao regime militar localizada nos sindicatos, entre os intelectuais, no meio jornalístico, entre poucos políticos e, em alguns setores do ensino superior como na Universidade Federal nas pessoas de alguns alunos e professores. Protestos, invasão da reitoria pelos estudantes e interrogatórios marcaram a vida de alguns estudantes que reagiram contra a anuidade a ser paga pelos calouros (1968) e o alto custo do curso de engenharia, período noturno, instituídos pelo reitor Flávio Suplicy de Lacerda que teve o busto que mandou esculpir, arrastado pelo saguão de entrada da reitoria<sup>296</sup>.

Por outro lado, o segmento docente reivindicava aumento salarial, melhores condições de ensino e já se começava a discutir o papel do professor catedrático no quadro institucional. Estes anos de chumbo foram decisivos para o ensino superior nacional e principalmente para os cursos da área de humanas tendo sido operadas várias modificações estruturais.

Neste contexto paranaense, deu-se início, em seu litoral, a prática museológica de Loureiro Fernandes sob a orientação firme e decisiva da política oficial de preservação do patrimônio cultural, capitaneada por Rodrigo de Melo Franco.

O que nos guiará neste capítulo serão as atividades realizadas para a instalação do MAAP, considerando o meio sociocultural que iria usufruir deste empreendimento, o papel da UFPR e da DPHAN na sua implantação e as providências científicas que estruturaram este projeto de memória que era nacional e que se realizava localmente.



## Raízes de uma formação cultural em Paranaguá

*...Paranaguá de 1872, ...altamente intelectualizada, rica de tradições ...cultivava as artes ...mantinha elevado padrão social condizente com o luxo de suas posses e a fidalguia de esmerada educação (Anibal Ribeiro, 1972)*

Quando Loureiro se dedicou, efetivamente, na ocupação do antigo convento dos jesuítas, para ali instalar um Museu Univesitário, o meio cultural de Paranaguá, estava muito distanciado do pulsante mundo urbano e intelectual da capital do estado. Como os contatos deste intelectual católico com o litoral se deram desde os anos 30, época que se preocupava com a preservação dos sambaquis, dedicava as pesquisas sobre o cotidiano caboclo, os saberes dos pescadores documentando seus folguedos e festas religiosas, o que justifica a pertinência de lançar um breve olhar no contexto histórico e cultural no qual o MAAP seria instalado.

Paranaguá teve o seu povoamento iniciado às margens do rio Itiberê onde, no seu porto histórico, atracavam vários navios cargueiros e de passageiros nacionais e estrangeiros, que impulsionavam um grande intercâmbio comercial<sup>300</sup>.

No início do século XVII, foi elevada à categoria de Vila e em 1842 à de Cidade. Segundo alguns autores locais, Paranaguá chegou a ser a “comuna mais importante da 5ª Comarca de São Paulo”, compreensão esta que acabou deixando os parnanguaras decepcionados por não verem a sua cidade, após a Emancipação Política (1853), ser escolhida a capital da Província.

A sociedade, a economia, a história e a cultura de Paranaguá sempre gravitaram em torno do movimento do seu porto. Para os habitantes havia apenas uma fronteira - a Serra do Mar - limite este, que durante muito tempo, não significou obstáculo para a sua existência. Havia o Atlântico. As rotas eram longas mas, os centros de destino representavam o que de mais avançado o mundo oferecia, o conforto e o luxo para o cotidiano de vida da classe dominante como finos tecidos, alimentos para requintadas degustações, mobiliário de estilo, louças e jóias com fino acabamento; livros, sobre as diferentes correntes religiosas, filosóficas e ideológicas além de romances; acesso à formação intelectual e o seu aprimoramento, em centros como o Rio de Janeiro e/ou mesmo na Europa; a prática de festas,

de danças e de outras tradições açorianas, ou seja, esta posição geográfica favorecia o distanciamento sociopolítico e cultural dos conterrâneos dos planaltos.

Tais características deram a Paranaguá, uma trajetória de expansão e amadurecimento sociocultural impar, em relação as demais cidades do interior do estado. Sobre este contexto, três autores comentam .

Em 1850, o engenheiro Sarmento Menna, ao descrever a sua chegada a esta cidade, relata que *...a Bahia de Paranaguá hé assaz espaçosa e comunica-se com o oceano por 2 barras a do n e a do s, separadas pela ilha do Mel, bastante extença e povoada. Seus moradores são pela maior parte pescadores, e as suas casas todas insignificantes e posto que o terreno se preste a cultura da mandioca e de alguma outras plantas úteis não existe nella qualidade alguma de agricultura ...existem ainda dentro da Bahia outras ilhas sendo a mais notável a da Contiga meia legua ou pouco mais distante da cidade ...hé montanhosa e produz milho e feijão com abundância, mas pouco cuidão disso os seus moradores, ps. Quasi todos se ocupam da pesca (2), exceptos os principais que se occupam com o comércio. Junto a ilha hé o ancoradoro de negros novos. (3)*

## QUADRO 25

Residências e Logradouros de existentes em Paranaguá, segundo Sarmento Menna (1850)

A cidade Paranaguá – Ruas, Largos, Becos.	(4)	Igrejas	04
Lojas de Fazenda	21	C Consignação	68
Armazéns de molhados	55	Tabernas	20
Casas de massames de navios	02	Boticas	02
Escritórios comerciais	05	Cartorios	02
Assougues	07	Famancaria	01
Padaria	01	Tendas de Alfaiate	03
Ditas de Sapataria	04	Ditas de Funileiro	02
Casas de Bilhar	04	Mercearias	03
Ferrarias	03	Casas terreas	501

Casas de Sobrado	44	Chafarizes	02
Teatro particular	01	Tanoarias	02
Casa de Fogueteria	01	Tendas de Barbeiro	01
Fabrica de Charutos	01	Eleitores	22

*G.N. (7) 2 Batalhões formando 1 Legião, 1 Theatro, 1 casa d'Alfandega, 1 Quartel, Cadeia e Casa da Camara (Sobrado), Casa da polvora (5), 1 Hospital de Misericórdia e 1 Casa de Maçonaria (6). Estes últimos edifícios não estão no número das casas da Cidade acima apontado. Paranaguá 12 de Julho de 1850.*

Esta “fotografia” de Paranaguá, comentada pelo redator da revista do IHGPG, Prof. Manoel Viana, é seguida pelas observações ... (2) *em 100 anos essa situação não sofreu alteração alguma; ... (3) O autor quiz dizer ancoradouro de navios negreiros novos. Isto é de africanos recentemente importados para a escravidão. Era de fato ali onde ancoravam os navios negreiros para descarregarem a mercadoria antes da proibição do tráfico em 1830. Após a proibição do tráfico de escravos e até 1859, os barcos negreiros quando de regresso a África ancoravam sem um negro, sequer a bordo, tendo-os (desembarcado em logares desertos do litoral donde aos poucos eram trazidos para a cidade ou vendidos para o interior, assim burlando a lei Eusébio de Queiros, motivando o incidente do “Cormorant”, barco de guerra inglês que nesse local apresou navios nacionais suspeitos de se empregarem no tráfico de escravos, isto a 30 de Junho de 1850, um mês antes da chegada de Sarmiento Mena a Paranaguá.; ... (4) Em 1850 era esse o número de estabelecimentos comerciais e públicos da cidade, causando-nos dúvida o número, por exemplo, de 7 açougues, tanto quantos Paranaguá agora possui; ... (5) Casa no centro do Campo Grande e que servira para depósito de Pólvora do Comércio e que fôra construída em começo do século xviii para abrigos dos Padres Jesuítas enquanto se construía o Colégio. Demolida nos fins do século passado; ... (6) Esta casa de Maçonaria não era a atual Loja Maçônica “Perseverança” fundada em 1864 pelo médico Alexandre Bousquet. Seria a Loja “União Paranaguense” e ... (7) Guarda Nacional.* (Viana, 1957:23-252)

Quando Anibal Ribeiro se refere a sua terra natal, a descreve nos idos de 1872 como ... *uma cidade próspera, com recursos materiais que lhes garantiam vida requintada e folgada, com assistência à doentes, indigentes forasteiros, amparo à instituição e confôrto espiritual aos mo-*

radores ...sólidas firmas de comércio atacadista negociavam diretamente com os países da Europa e da América do Norte e do Sul, distribuindo as mercadorias do interior da Província por meio de comboios, carroções e tropas de burros, por que na falta de ferrovia ou qualquer outro meio eficiente de comunicação, o transporte era feito galgando as encostas da Serra do Mar pela tortuosa e íngreme estrada da graciosa.

Neste cenário, bem diferente das demais cidades da província, faltava um cenáculo onde *...(os ilustres parnanguaras) pudessem dar expansão aos primorosos dotes de es írito que possuíam dilatando os conhecimentos humanos e difundindo as ciências e as artes (acrescenta ainda o autor ...se outros randes centros do país possuíam institui ões culturais onde fulgurantes inteligências se al avam em vôos ...Paranaguá também estava em condições de fundar um Centro Cultural re resen-tativo de sua intelectualidade ...a idéia de se undar o "Club Literário" ...sur iu não como uma necessidade do meio mas como consequência natural lógica insofismável do elevado padrão social e cultural da so-ciedade de então. (Ribeiro, 1972:3-4)<sup>301</sup>.*

Uma terceira visão do contexto sociocultural parnanguara, está no artigo de Jesuina H. Santanna Sihle que, ao apresentar um trabalho nas comemorações do jubileu de prata do IHGPG, em setembro de 1956, afirma *...Paranaguá foi uma cidade próspera durante o tempo que o desenvol-vimento agrícola atingiu o litoral. Seu estacionamento começou com o crescimento da lavoura no Planalto e com a construção de estradas de rodagem para o escoamento dêsses produtos do Planalto para o norte e sul do país. Com isto a cidade de Paranaguá não acompanham o pro-gresso. Os seus velhos prédios, suas igrejas, principalmente a de São Francisco, um começo de cais no porto, as vetustas palmeiras imperiais, o velho convento bem como as lendas e narrativas locais, o folclore e as descrições de antigas festas são panos de amostra de um passado glorioso para a cidade que hoje se acha catalogada entre as cidades adormecidas (Sihle 1959:14-17)*

Em 1950 de acordo com o censo oficial, o município possuía 24.638 habitantes sendo que 26% da população ativa se ocupando das atividades portuárias. No período compreendido "entre junho de 1952 e julho de 1953, o movimento de exportação de café foi de 3.428 mil sacas, foi superior ao do Rio de Janeiro (DF) de 2.834 mil sacas, ficando apenas abaixo do

porto de Santos com 7.782 sacas”. Mesmo assim Paranaguá ainda era uma cidade que guardava muito dos aspectos do período provincial.

Neste contexto urbano, o Clube Literário foi, sem dúvida, o espaço formador de opiniões e disseminador do ideário político ideológico local, juntamente com o IHGPG, espaço cultural que também seguia as diretrizes dos demais Institutos Históricos que foram criados no país.

## O Clube Literário

*...O Club Litterário é a própria alma da cidade*

*(Leôncio Corrêa, 1962)*

Enquanto centro cultural, o Clube Literário irá refletir o pensamento da intelectualidade local atuando como espaço oficial dos eventos de relevância da vida social de Paranaguá e, oferecendo sustentação aos movimentos culturais que, em diferentes áreas “nasceram e cresceram à sombra de seu teto acolhedor” inclusive, o Instituto Histórico e Geográfico

Apesar de ter sido concebido, oficialmente, com características de uma “biblioteca franqueada ao público”, a filosofia norteadora e os propósitos do Clube Literário, fundado em 9 de agosto de 1872, ficam melhor revelados se forem analisados alguns artigos do seu Estatuto, aprovado em 1º de dezembro do mesmo ano.

Para estruturar esta análise vamos seccioná-la por itens:

### 1) Sobre as Finalidades

*...facilitar a leitura amena e instrutiva a seus membros, e formar uma biblioteca composta das melhores obras de instrução e recreio, em qualquer idioma, adicionando-lhe, o maior número de jornais políticos, literários e comerciais, que seja possível obter-se e ajudar mutuamente os sócios*

#### § Único

*...instrução, igualdade, fraternidade e perseverança, eis o que deverão ter por divisa os membros do Club Litterário (art. 1º).*

É interessante ressaltar o esclarecimento de Ribeiro sobre a questão da formação e da possibilidade de filiação de *...pessoas que tiverem meios honestos de viver, boa educação e idade maior de 12 anos (art. 2º),*

*(diz ainda o autor) ...por não possuírem os jovens daqueles tempos os cursos secundários e universitários ...se tornavam ...dependentes das famílias até a maioridade ...eram em pequeno número, na cidade, os diplomados em profissões liberais ...como não são somente diplomas em graus universitários que conferem cultura às pessoas, procuravam todos aumentar seus cabedais de conhecimentos ao mais elevado nível, muito embora não sancionados nem reconhecidos por instituições oficiais de ensino.*

- 2) *Sobre os Filiados ...além dos já mencionados estava também o Clube, aberto àquele que ...não tiver meios poderá ser proposto à diretoria ...nomeará uma comissão para dar seu parecer a respeito ... (art. 6º).*
- 3) *Sobre o Funcionamento ...as reuniões da sociedade aconteciam todas as noites (das 6 as 9 horas)" e as quintas feiras e os domingos eram reservados às "palestras" e nestes dias, as sessões eram públicas bem como o acesso a biblioteca ...Ficam absolutamente proibidas as discussões em matéria de religião; não se poderá falar mais que duas vezes na mesma matéria em discussão; são proibidos os diálogos prolongados e as apartes extensos; não se poderá discutir matéria previamente marcada como tratar de negócios que não sejam tendentes ao fim a que se propõe a sociedade (art. 8º ao 20º).*
- 4) *Sobre a Manutenção da disciplina e da ordem ...durante as sessões haviam apenas dois pronomes de tratamento "Vossa Senhoria" para o presidente e Señor ...para os demais. O assento da cabeceira era prerrogativa do presidente e ...os demais sócios conforme as regalias de cada um se acomodavam em redor da mesa (art. 1º); os sócios faltosos às reuniões eram multados bem como aqueles que não tinham urbanidade no trato com os demais, ou decência e moralidade em suas atitudes (Sobre isto Ribeiro comenta), no fringir dos ovos é que se conhece a manteiga, como diziam nossos avós ... as faltas poderiam ser cometidas por pessoas de caráter mal formado, cujo íntimo, nem o conhecimento superficial nem as comissões de sindicância para admissão de sócios, poderiam previamente devassar se o sócio tornar-se indigno de obter, pelo seu mau comportamento ou falta de cumprimento de deveres ... a Assembléia Geral cobrará como melhor julgar ...para a honra e bem*

da sociedade eliminando-o ...(e) o sócio eliminado não poderá mais ser proposto (art. 8º e 9º).

Tais atribuições eram afetas ao orador que, além de representar o Clube juntamente com o presidente, competia ainda ...dar conhecimento aos sócios da disposição dos estatutos sobre qualquer assunto a tratar-se ou em questão; acusar os sócios perante a Diretoria pelas faltas que houverem cometidos; dar o seu parecer e explicações sobre dúvidas que lhe forem apresentadas pelos sócios em matéria de instrução (art. 27º parágrafo 1º, 2º, 4º) (Ribeiro, op.cit:9-11).

A partir destas normas, os propósitos ideológicos do Club Literário afloram com fortes características positivistas e anticlericais quer na nomenclatura do seu estatuto, quer na prática das suas reuniões bem como no rigor da seleção dos seus associados. Outro dado interessante refere-se a questão da educação, bem afinada com o modelo positivista carioca de propagação das idéias novas, utilizando-se do aprendizado como via de acesso para novos conceitos “de ciência, de conhecimento e de progresso”.

No caso do Clube Litterário de Paranaguá, fica evidenciado ainda um viés peculiar que é a “solidariedade e a fraternidade” entre os seus membros, propósitos norteadores da maçonaria que emerge e se expõe nos art 31º e 32º quando se refere ...a uma pensão (concebida) por direito expresso nos estatutos, (no caso de algum) ...membro ...por infelicidade cair em estado de pobreza, por impossibilidade de poder exercer qualquer emprego, terá direito a uma pensão que a sociedade lhe arbitraré, não excedendo a vinte (20) mil reis... direito concedido... à sua família se a assembléia geral assim entender.

*Tal pecúnia correspondia a quatro vezes o valor da jóia e a vinte vezes o da mensalidade, o que significa uma mensalidade de mil réis e uma jóia de cinco mil réis, valores altos que eram utilizados como um mecanismo seletivo dos associados, preservando ainda mais o acesso à classe dominante. O caixa da Sociedade tinha por finalidade ...conceder pensões aprovadas pela Assembléia ampliar a biblioteca e subvencionar outros atos de beneficiência. Além das jóias, mensalidades e multas, o caixa era constituído pelos lucros da comercialização de bilhetes do jogo de loterias. Fechado à sócios femininos, o Club Literário titulóu, no decorrer de um século, a poetisa e professora Júlia da Costa como sócia Honorária por relevantes serviços prestados à instrução pública da cidade.* (Ribeiro, op.cit:141-143)

Não se pode esquecer que o segmento produtivo da sociedade parnaguara era de comerciantes atacadistas que mantinham contatos com mercados nacionais e internacionais. Este segmento social constituía a elite sócio-econômica e detinha o poder político-ideológico da cidade, através desta “confraria”, e no seu efeito multiplicador enquanto suporte estrutural para a organização de entidades como: o Centro Musical Carlos Gomes, o Centro Médico de Paranaguá, o Centro de Letras Leôncio Correia, o Conselho Municipal de Cultura, o Instituto Histórico e Geográfico e o seu Museu Histórico.

Além disso, o Clube Literário editava em tipografia própria, um periódico mensal a revista O Itiberê, fundada em 1919.

Com colaboradores efetivos em Paranaguá, Curitiba, Rio de Janeiro, Belém e Londres. A Revista, que até hoje circula com regularidade, representava um veículo literário voltado para a divulgação de idéias ortodoxas positivistas como se pode constatar pela presença de alguns correspondentes de Curitiba em 1920 como; Ermeliano Pernetá, Ermelino de Leão, Francisco Negrão, João Eugênio de Marques que faziam parte da Comissão do Centro de Estudos Esotéricos Luz Invisível, fundada em 1900 e dirigida por Dario Vellozo<sup>302</sup>.

O Clube atravessou fases difíceis, por ter flexibilizado às correntes ideológicas, menos rígidas. Ribeiro vai descrever estes momentos de crise como os originados *...pela incompreensão e pelo desamor de sócios, pelo abandono e pelo descaso de presidentes com consequências morais e espirituais, não afetando materialmente a sociedade, mas abalando sua estrutura, solapando seus alicerces, ferindo suas finalidades e pondo a prova os seus ideais de fundação. Aponta o autor para quatro períodos críticos ocorridos logo após a sua fundação, nos anos de 1874, 1875, 1877 e 1880, todos caracterizados pelo desinteresse dos associados descontentes e divididos em suas opiniões* (Ribeiro, op.cit:92)

Sem dúvida que uma análise mais aprofundada sobre a filosofia do Clube Literário torna-se fundamental para se obter uma compreensão mais ampla e completa sobre o seu papel sócio-ideológico, o que acredita-se representar uma inestimável contribuição para o estudo das mentalidades, até porque como afirmou Ribeiro em 1972, o primeiro estatuto *...é um notável e curioso documento elaborado com tal critério, sabedoria e*



bom senso que ...serve ainda hoje de diretriz à sociedade, embora já tenha transcorrido um século (Ribeiro, op.cit.p.13).

Para os limites propostos deste estudo, é suficiente que se faça o registro de que, tais crises do Clube Litterário oportunizaram, em Paranaguá, a criação do Clube Republicano em 1887 e mais tarde, em 1938, a publicação de outro periódico a revista *Marinha* - a revista do Litoral Paranaense que contou com correspondentes ideologicamente mais liberais como Romário Martins, Hugo Pereira Correa, Plácido da Silva, Leocádio Corrêa, Benedito Nicolau dos Santos e Anibal Ribeiro. No entanto, tais movimentos de reação não foram fortes suficientemente para impor, por muito tempo, seus propósitos.

## A intelectualidade de Paranaguá no início do séc. xx Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá

*Luz duma grei*

*a refulgir na terra mater que gerou o portentoso Paraná;*

*És nota certa que her dou*

*Paranaguá!*

*Salve templo da instrução!*

*Sodalício dêste torrão!*

*(Hino do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá- 2ª parte)*

O Instituto Histórico e Geográfico de Paranaigua (IHGPG) foi criado em 26 de setembro de 1931, por iniciativa de uma comissão de intelectuais paranaenguaras que aclamou uma "Diretoria Provisória" entre seus membros. Elaborado o Estatuto, definindo uma gestão de três anos para a diretoria e uma comissão para a revista, o IHGPG não teria uma vida ativa muito longa.

No entanto, a memória desta Instituição está registrada no "Livro das Diretorias" que se constitui de anotações manuscritas do Profº Hugo Pereira Corrêa, um dos seus fundadores e, nos livros de atas das sessões mensais que ocorreram a partir de 1951.

No primeiro livro, Corrêa menciona as diretorias cronologicamente usando a terminologia "nota" para relatar fatos que considerou importantes em cada gestão. No período identificado, pelo autor como - 1ª fase,

apenas dois números da Revista foram publicados.

Corrêa alerta que, em 1936 como os movimentos políticos pró-integralismo e comunista muito efervescentes, minavam as reuniões do centro cultural, principalmente, naquelas em que os sócios se manifestavam, a Diretoria teve que suspender as atividades da Instituição por tempo indeterminado, como medida pendente para salvaguardar os interesses da incipiente fundação cultural (Corrêa s/d:4).

A fragilidade do IHGPG fica evidenciada não só pelos motivos que o levaram a suspender os seus trabalhos mas, especialmente, pelo longo período em que esta suspensão se manteve.

Em 1948, por ocasião das Comemorações do Tri-Centenário da Fundação de Paranaguá, o Congresso de História e Geografia promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Paranaense é realizado na cidade, despertando o interesse entre os associados. Alguns sócios remanescentes foram convidados para apresentar trabalhos e integrar as comissões criadas, sendo todos os trabalhos preparatórios, assim como as solenidades e sessões do Congresso realizadas nos salões do Clube Literário, a exceção da sessão de encerramento que teve lugar no cine-teatro Santa Helena.

Contando com a presença, do secretário de Educação e Cultura Profº José Loureiro Fernandes representando o governador do estado, de João Eugênio Cominese, prefeito Municipal, do Dr. Luiz Bezerra representante do governo de Santa Catarina, e do Dr. Anibal Ribeiro, presidente do Clube Literário, foram iniciados os trabalhos das sessões de estudo. (Ver Quadro 26).

## QUADRO 26

### Trabalhos Apresentados nas Sessões de Estudos do 1 Congresso de História e Geografia – Paranaguá – 1948

TÍTULO	AUTOR
Nota Prévia sobre o Sambaqui de Matinhos	Dr. José Loureiro Fernandes (2)
A Imprensa de Paranaguá	Dr. Osvaldo Piloto (2)
O Colégio dos Jesuítas	Dr. David Carneiro (2)
Notas Biográficas sobre Monsenhor Celso Itiberê da Cunha	Padre Vítola (2)
Um detalhe do Cormorant	Dr. Osvaldo Piloto
Resposta a Vieira dos Santos	Dr. Júlio Moreira (2)

TÍTULO	AUTOR
Notas para a História e a Geologia de Paranaguá	Dr. Reinaldo Maack (2)
Paranaguá Berço da Civilização Paranaense	Dr. José Saboia Côrtes (2)
A Picada do Cristovão	Dr. Júlio Moreira
Aspectos da Vida do Prof <sup>o</sup> José Cleto da Silva	Dr. Joaquim Tramujas *
Florescimento da Arte no Paraná	Prof <sup>a</sup> Pompília Lopes dos Santos*
A Maçonaria em Paranaguá	Dr. Dario Nogueira dos Santos *
As Minas de Prata de Paranaguá	Dr. Joaquim Tramujas
Símbolos	Sr <sup>a</sup> Maria Clara Leão Fonseca (1)
Em Defesa do Folclore	Dr. Fernando Correia de Azevedo (2)
História de Paranaguá	Vicente Nascimento Junior *
Apontamentos Históricos sobre o Ginásio "José Bonifácio"	Prof <sup>a</sup> Maria Rulanski (1)
Primeiros Mestres de Paranaguá	Prof <sup>a</sup> Claudemira Marinho (1)
Fundação de Paranaguá	Prof <sup>a</sup> Claudemira Marinho
Paranaguá de Ontem e de Hoje	D. Glaci Folch Marques (1)

*Fonte: Ribeiro, 1953:3 e, 1972:145*

Entre os autores, pode-se observar que dos dezenove palestrantes, apenas quatro congressistas eram filiados do IHGPG (\*) (Joaquim Tramujas; Vicente Nascimento Jr, Prof<sup>a</sup> Pompília Lopes dos Santos e Dario Nogueira dos Santos) os demais são de Paranaguá (1) e de Curitiba (2) (Ribeiro, op.cit:143-146).

Se o movimento provocado por este congresso, não foi suficiente para incentivar a regularidade dos trabalhos executados pelo IHGPG, ele foi suficiente para motivar o prefeito João Eugenio Cominese a enviar uma mensagem à Câmara Municipal solicitando uma série de providências legislativas voltadas para a preservação do patrimônio natural e cultural (Anexo 9).

Somente em 1952, Vicente Nascimento Jr, lança um manifesto para reorganizar o IHGPG fazendo, em uma reunião do Clube Literário, um apelo com o intuito de salvar a Instituição com os remanescentes que se conservaram fiéis à entidade. Com a comissão reorganizadora montada, novos estatutos foram elaborados e convocada uma assembléia geral para o dia 23 de setembro daquele mesmo ano com o objetivo de: ...reerguer o sodalício que tanta projeção já deu a Paranaguá no âmbito das ciências históricas e geográficas...<sup>303</sup>

Nesta Assembléia foram nomeados três comissões de estudos: a de história e geografia, a de etnografia e arqueologia e a de "folk-lore". Com a reinstalação do instituto na comemoração do seu 21º aniversário, foi lavrada uma ata especial para a posse da nova diretoria sob a presidência de Joaquim Tramujas, e na composição desta nova diretoria foi criada a função do "redator do tombo" acumulada por Anibal Ribeiro Filho também bibliotecário. Tal função reafirma as atividades de registros e cadastro não só bibliográfico como também de objetos tendo em vista a ...campanha de arrecadação de peças para o museu iniciada em 27/10/57 (Corrêa s/d:9).

Reinstalado com um caixa de apenas CR\$ 42,70, o instituto permanece na sua sede provisória, os salões do Clube Literário. Na sessão especial de posse da nova diretoria(26/9/52), Nascimento Jr. proferiu uma palestra sobre "o - Tráfico de Escravos" - e o presidente Joaquim Tramujas teria três anos pela frente para impulsionar o novo IHGPG.

Em julho de 1953, Loureiro Fernandes e Fernando de Azevedo, ambos representando a comissão estadual de folclore, instalaram no IHGPG, a subcomissão que ficaria vinculada à estadual. Observando a relação dos trabalhos apresentados nas comemorações do tri-centenário de fundação de Paranaguá (Ver Quadro 26), Fernando de Azevedo proferiu a palestra - "Em defesa do Folclore" - e, em março de 1950, no Círculo de Estudos Bandeirantes, ele discorre sobre - "o Fandango da Ilha do Mel"<sup>304</sup>.

No entanto, desde o início da década de 40 aparece na documentação um "curioso do folclore" e dos costumes do homem do litoral. Trata-se do maestro Benedito Nicolau dos Santos, professor do Colégio Estadual José Bonifácio de Paranaguá, escriturário da Alfândega local e filiado ao Círculo de Estudos Bandeirantes. Como bandeirante, o maestro nas sessões ordinárias do CEB, narrava suas observações e apontamentos sobre: ...O desafio entre contadores de Guaratuba; Cantos patrícios – aspectos da vida no litoral, observações de costumes litorâneos e motivos folclóricos e Histórias da Festa do Rocio de Paranaguá<sup>305</sup>.

Na documentação e publicações consultadas referentes ao litoral não foi encontrada qualquer outra referência desta tendência etnográfica do maestro Benedito Nicolau dos Santos. Não houve espaço para suas narrativas nos periódicos parnanguaras, deixando parecer que este assunto não se enquadrava na temática de relevância local. O comportamento refratário dos intelectuais de Paranaguá em relação ao tema cultura popular,

sinaliza para a compreensão do que, deveria ser considerado objeto de interesse dos pesquisadores, quais seriam: os feitos históricos protagonizados na cidade que forjaram a formação da Província e, principalmente, o culto e o reconhecimento dos “filhos da terra” que se destacavam além dos seus limites geográficos. Datas históricas como o 60º aniversário do cerco da Lapa eram dignas de serem discutidas em várias sessões plenárias, até porque o IHGPG, através de uma comitiva significativa, em muito prestigiou e contribuiu para a fundação do co-irmão Instituto Histórico e Geográfico da Lapa evento que teve lugar no cine-teatro São João, rádio emissora ZYS-20 – legendária, em fevereiro de 1954.

Outro fato de grande repercussão ocorreu com ...a abertura do canal do Varadouro ligando o vasto lagamar de Paranaguá ao mar pequeno ou Saia de Cananéia, o plenário do IHGPG decide por enviar uma delegação para “uma visita de homenagem...”<sup>306</sup>.

Para este evento, ocorrido em 1955, foram realizados contatos com o historiador Antônio Paulino de Almeida em atividade no Arquivo Público de São Paulo, que informa aos participantes sobre existência de “vários documentos históricos sobre Paranaguá”. Tal notícia motivou uma solicitação formal do IHGPG, ao então governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, de cópias dos documentos referentes a Paranaguá e que se encontram no Arquivo Estadual Paulista.

A este pedido, o Instituto recebeu orientação da Casa Civil do governo do Estado de São Paulo no sentido de designar um pessoa para ir ...extrair cópias que são em número superior a quatro mil. (Após discussão foi votada a decisão de se obter) ...do Prefeito Municipal ou do Governador do Estado o necessário auxílio para custear o serviço de cópia ou fotocópias dos documentos referentes a Paranaguá<sup>307</sup>. O historiador Paulino de Almeida elabora um texto intitulado - Documentos de Paranaguá - que é publicado na Revista do Instituto n.º 8, no qual descreve sucintamente o universo documental de interesse à memória parnanguara e que encontra-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo<sup>308</sup>.

Em maio de 1954, Nascimento Jr. precisa novamente convidar os membros presentes à sessão mensal no sentido de ...empenharem seus esforços junto aos demais filiados para comparecerem às reuniões e cooperarem na elaboração da Revista, uma e outra causa fazendo com assiduidade<sup>309</sup>. Nesta ocasião o Instituto já se movimentava no sentido de se

organizar enquanto pessoa jurídica, a fim de ter condições para... instalar o Museu Histórico sob os auspícios do governo do Estado, como foi proposto pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto na Sessão Solene do dia 5 de dezembro de 1953, realizada nos salões do Clube Literário.

Nesta sessão encontravam-se presentes o prefeito municipal Roque Vernalha, o secretário de estado da Fazenda, José de Souza Reino Fernandes e demais autoridades locais. A pauta dessa sessão constava da leitura do ofício do Governador informando sobre a ...criação de um órgão que tomasse a si a responsabilidade da fundação e manutenção do Museu a ser instalado nesta cidade sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, no antigo e histórico edifício do Colégio dos Jesuítas, ora restaurado e entregue ao Município.

## A Construção dos pilares da Museologia no Litoral O Decreto nº 71.17, o Museu de Paranaguá e a Sociedade de Amigos

*...e não à proposta da Sociedade de Amigos  
de criação desnecessária (Nascimento Jr/1945)*

Torna-se necessário, neste momento, situar melhor a sessão plenária do IHGPG ocorrida em 5 de dezembro de 1953 que está intimamente vinculada ao ato do legislativo estadual – gestão Moisés Lupion – datado de 2 de junho de 1949.

*Decreto n.º 71.17 de 2 de junho de 1949,*

*Cria o Museu de Paranaguá*

*O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,*

*DECRETA:*

*Art. 1º - Fica criado o “Museu de Paranaguá” que será instalado no convento dos jesuítas, na cidade de Paranaguá, após a sua restauração;*

*Art. 2º - O departamento de cultura, da Secretária da Educação e Cultura, providenciará o regulamento necessário para o funcionamento do museu criado por este decreto;*

*Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação”.*

Curitiba, em 2 de julho de 1949, 128º da Independência e 61º da República (Aa) Moyses Lupion e Erasmo Pilotto.

Este Decreto caracterizou uma atitude política ressonante da viagem que Loureiro Fernandes, ainda como secretário de estado da cultura e educação, realizou ao Rio de Janeiro e que é relatada na reunião ordinária do Circulo de Estudos Bandeirantes em outubro de 1947 na qual esclarece que ...tendo recebido o encargo do governador de entrar em contato com Rodrigo de Melo Franco para oficialmente conseguir estabelecer o projeto da DPHAN, cuja a magna tarefa o governo se propõe a organizar dentro em pouco em nosso Estado. Para a concretização desse projeto, torna-se necessário a cooperação de todos os paranaenses ...a fim de não se destruir, em nosso Estado, o vestígio de uma velha casa ou de um templo religioso ou qualquer outra coisa que tenha raízes históricas na nossa era colonial, pois no Brasil, tais monumentos têm grande importância...

Loureiro explica ao plenário o papel da DPHAN para a preservação da memória. Na continuidade ele ainda afirma ...Rodrigo de Melo Franco propôs ...um convênio com os governos estaduais e que no art. 122 da atual Constituição recentemente elaborada, há dispositivos que mandam zelar pelo referido patrimônio<sup>311</sup>.

Sem dúvida, que a “magna tarefa” a qual o governo estava propenso a organizar nos estados foi logo aderida pelo grupo paranaense e, neste caso, tratava-se da implantação de um museu no próprio nacional tombado pela DPHAN em março de 1938, o antigo convento jesuíta, em Paranaguá.

Para este projeto ser exequível os trabalhos de restauração foram iniciados em 1949 pela DPHAN e concluídos com recursos da Prefeitura Municipal, que colocou à disposição a quantia de CR\$ 214.000,00 sendo considerado tal ato do governo local um atestado eloqüente do ...nosso apego às nossas tradições e da nossa cultura histórica, uma vez que se destinará à educação moral e cívica dos nossos patrícios<sup>312</sup>.

Com a conclusão das obras de restauro, em fins de 1950, era fundamental que o Decreto nº 71.17 deixasse de ser letra morta no papel. Bento Munhoz da Rocha, parnanguara de nascimento, tinha interesse político e, de certa forma afetivo pelo projeto uma vez que desejava ver próspera a terra em que nasci ...a cidade mater do Estado do Paraná

De acordo com o cronograma da Secretaria de Educação e Cultura aprovado em 1949, a Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico Cultural era um dos pilares de sustentação do Departamento de Cultura desta Secretaria de Estado e, o Decreto 71.17 delegava a este Departamento de Cultura a tarefa de regulamentar o funcionamento do museu portanto, nada mais cultural e politicamente correto do que a proposta de integrar esforços dos governos estadual, municipal e de outros segmentos da comunidade local para a concretização do “Museu de Paranaguá”, sendo esta a finalidade da sessão solene de 5 de dezembro de 1953 que se realizou no Clube Literário.

“Integrar esforços” na concepção dos intelectuais de Curitiba, significava organizar uma sociedade que se denominaria ...Amigos do Museu e da qual farão parte, indistintamente, os membros do Instituto Histórico e Geográfico e todos os cidadãos de boa vontade que quisessem cooperar para esse fim, Sociedade essa com diretoria eleita e estatutos registrados para obtenção de personalidade jurídica para representá-la interna e externamente em suas relações com terceiros, receber e aplicar os fundos provenientes de subvenções públicas que forem concedidas ao museu e, enfim dirigir este.

Não há dúvida que ao conclamar todos os cidadãos de boa vontade Loureiro e o governador do estado Bento Munhoz da Rocha estavam incentivando e contando com a participação ampla da comunidade local, principalmente da classe dominante e abastada que freqüentava o Clube Literário.

A diretoria provisória organizadora para a Sociedade de Amigos, foi constituída na mesma sessão solene, pelo prefeito, Roque Vernalha e por: Joaquim Tramujas, João Eugênio Cominese além de Nilson Neves, Genaro Regis, Anibal Ribeiro Filho, Didio Augusto de Camargo Viana e Vicente Nascimento Júnior, todos filiados do IHGPG.

O aceite inicial à proposta da Sociedade de Amigos é descrito em uma das notas da revista do instituto quando o redator alerta para uma possibilidade que poderia colocar em risco o investimento público e a proposta cultural do governo do estado quando afirma ...saibamos todos sem distinção de credos políticos ou religiosos, ...ajudar a se manter em evidência eloqüente o Museu a ser brevemente instalado no colloquial e agosto prédio dos jesuítas, cooperando com a sociedade de Amigos do Museu,



recentemente fundada e que terá a responsabilidade da sua administração<sup>33</sup>.

É irrefutável que correntes políticas e ideológicas fortes e divergentes disputavam, em Paranaguá espaços e seguidores, favoreciam ou fragilizavam Instituições, viabilizavam ou impediam transformações e mudanças na cidade. Portanto, este “apelo conciliatório” não encontrou ecos. A Sociedade de Amigos representava um poderoso canal de ingerência da política oficial preservacionista, já criticada pela intelectualidade local, a proposta foi feita por dois “bandeirantes” católicos, fatores considerados ameaçadores à autonomia de suas atividades além de ferir alguns princípios locais.

O longo silêncio, de quase um ano, da diretoria provisória da Sociedade de Amigos, ocasionou uma nova visita do governo do estado à sessão do IHGPG, por intermédio do diretor do Museu Paranaense, Loureiro Fernandes para serem retomadas as discussões sobre a implantação da Sociedade, que até então não havia sido normatizada por qualquer estatuto legal.

Convocada reunião extraordinária para este fim, em junho de 1954 com a presença do prefeito municipal, o presidente do IHGPG declara que *...o fim desta reunião era o de ouvir a leitura do projeto de Estatutos redigidos e apresentados pelo Dr. Loureiro Fernandes para servir à Sociedade de Amigos do Museu de Paranaguá, já fundada mas ainda sem regulamento básico para o seu funcionamento - um Estatuto que, si aprovado... (dará) a Sociedade e apreço ...meios para adquirir personalidade jurídica com a competente responsabilidade legal para entrar em acôrdo e entendimento com o governo do Estado, prefeitura Municipal e Serviço do Patrimônio Histórico da União e desses obter os auxílios necessários à instalação e manutenção do Museu e conservação do vetusto edifício do Colégio Velho dos Jesuítas*<sup>34</sup>.

Sobre estes estatutos, foi encontrado, na correspondência do MAAp, um ofício do Loureiro Fernandes para Rodrigo de Melo Franco, acusando o recebimento das cópias do anteprojeto dos estatutos da “Sociedade de Amigos do Museu de Paranaguá” *...para serem discutidos com o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, a própria Prefeitura Municipal e o Governo de Estado. (Neste documentos, Loureiro comunica ainda a reunião realizada no dia 5 de junho com os membros do ihgpg, na qual) ...ficaram aprovados os artigos que considereei essenciais e que constam*

*na folha anexa; ...foi indicada a constituição de três membros para a redação final do anti-projeto que deverá ser submetido à aprovação da Assembléia ainda em junho.*<sup>315</sup>

No anteprojeto de estatuto definia no seu art.1º o objetivo principal da Sociedade – *...ocupar-se do Museu de Paranaguá, cooperando com o Governo de Estado, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura de Paranaguá em tudo quanto se referir ao progresso e embelezamento do Museu da Cidade; (No seu art.2º) ...fica estabelecido como programa imediato de suas atividades promover e colaborar efetivamente para: a) a conservação do monumental edifício do “Colégio dos Jesuítas” construção do séc. XVIII, restaurado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano centenário de 1953, para a instalação do Museu de Paranaguá; b) o incremento das coleções de Pré-História, História, Arte e Etnografia, referentes ao litoral paranaense, as quais devem constituir os patrimônios das diferentes secções do Museu de Paranaguá; c) o incentivo da obra cultural do Museu de Paranaguá, por meio da íntima colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e as Instituições Educacionais da cidade.*

O anteprojeto encontra-se incompleto limitando a sua análise no entanto, fica evidenciado que a “Sociedade” nascia para ser “mais um auxiliar na instalação do Museu de Paranaguá”. Com este fragmento da documentação fica impossível esclarecer as atribuições de cada instituição e/ou repartição pública, no entanto, observa-se que a parte cultural do Museu ficaria a cargo do IHGPG e das instituições educacionais da cidade, subentendendo que os parceiros financeiros e econômicos da Sociedade seriam os poderes públicos em seus três níveis representados pelo governo do estado, prefeitura municipal e a DPHAN, vinculada ao ministério da educação. Sem dúvida, a política cultural vigente esperava que a Sociedade de Amigos, também absorvesse o segmento produtivo local dos comerciantes apontando para “as vantagens turísticas” que o Museu de Paranaguá iria oferecer à cidade, embelezando-a.

Não restam dúvidas que a proposta da criação da Sociedade de Amigos criou uma certa expectativa no IHGPG para uma nova fase. Funcionando por vinte anos mais como um grupo organizado de intelectuais, IHGPG desperta para a necessidade de existir enquanto uma Instituição juridicamente registrada , após a análise da proposta dos Estatutos da Sociedade.

Tanto, que na reunião ordinária do dia 9 de novembro de 1954, Joaquim Tramujas, então presidente do Instituto declara que ...não tendo sido possível a criação da Sociedades de Amigos do Museu ...pois os elementos que poderiam compô-la já se acham integrados no nosso Instituto, achou melhor que este, registrando devidamente os seus Estatutos e adquirindo personalidade jurídica, ficará apto a organizar e manter o museu e receber do serviço do Patrimônio Histórico da União as salas do Colégio Velho dos Jesuítas para nele funciona.

Retomar a publicação do seu periódico foi o indício do renascer do Instituto. Com uma nova comissão editorial, o então denominado Boletim do Instituto passou a publicar os estudos dos sócios que eram lidos no plenário além de aceitarem trabalhos sobre história, geografia, etnologia e folclore.

Os exemplares eram distribuídos entre os seus sócios como também enviados às Instituições congêneres e, segundo ainda o seu editorial, o endereço para correspondência era a rua Marechal Deodoro 20, apesar de continuarem a realizar suas sessões nos salões do Clube Literário.

No primeiro número da revista, nesta nova fase, já está definida a posição que, o grupo dos intelectuais do litoral, tomaria em relação a ingerência e atuação da DPHAN nos assuntos locais. No artigo - *A casa baleada* publicado neste número, é feito um relato do papel histórico desta morada conhecida como a chácara do Lucinda, nas lutas para a consolidação do regime republicano *...(estando) em ruínas que devem ser preservadas porque recordam uma página das lutas civis que ensangüentaram há meio século o Brasil ...restos de trincheiras por ali são vistos e muita ossada deve existir no solo, de soldados que pró ou contra a ditadura de Floriano da legitimidade da causa que defendiam, sempre brasileiro, sempre parnanguara, tingindo um solo que deve merecer inscrição no Patrimônio Histórico Nacional. Paranaguá, 1950.*

*N.L (\*) Não tendo o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional preservado as ruínas da Chácara da Lucinda, foram recentemente arrasadas para a abertura de nova rua Costeira<sup>316</sup>.*

Tal crítica à política de preservação do patrimônio nacional sinaliza para as restrições e resistências que foram colocadas na implantação das diretrizes oficiais voltadas para a memória local demonstra o distan-

ciamento das normas da política cultural oficial; o curto alcance que até então elas tinham nas cidades que não eram capitais, o que as transformavam em uma arena, onde forças políticas e ideológicas contrárias tiveram que ser superadas ou abafadas para a implantação da política oficial de preservação.

Portanto, o relator da proposta de estatuto Nascimento Júnior afirmará em seu parece ...o que foi aprovado na sessão passada era de se dar lei básica ao nosso Instituto e não a projetada Sociedade de Amigos do museu, de criação desnecessária quando o próprio instituto com a sua personalidade jurídica conhecida, pode assumir as responsabilidades de organização do museu e sua instalação no Colégio Velho dos Jesuítas<sup>37</sup>.

Aprovado o novo texto da lei básica para o Instituto, foram discutidos os procedimentos burocráticos para a publicação do seu extrato em Diário Oficial. Estes novos estatutos previam uma função para segundo tesoureiro o qual responderia pela direção do Museu. Nesta mesma ata é registrada a ...carta do senador federal Dr. Othon Mäder, agradecendo a revista e prometendo empenhar-se para que voltem ao patrimônio Municipal de Paranaguá, os terrenos de marinha da doação Pardinho.

O que se pode comentar sobre esta ata é que, o IHGPG abdicava das instalações do Clube Literário por alguma conveniência que merece uma pesquisa mais aprofundada. Outra observação curiosa reside na autoria do projeto do Estatuto que é atribuída a Loureiro, uma vez que ...não tendo sido possível a criação da Sociedade de Amigos do museu, conforme planos do Dr. José Loureiro Fernandes ...Esta afirmação não esclarece se o grupo do IHGPG estava ciente que o projeto de ocupação do antigo Colégio Jesuíta estava sendo gestado pela DPHAN e intermediado por Loureiro. Tal esclarecimento nos daria uma medida mais justa do atrito provocado pela concepção de patrimônio que o grupo do Instituto tinha, refletindo uma demanda muito diferenciada da iniciativa do governo central bem como o desempenho do Loureiro enquanto mediador desta política cultural, até porque, quatro anos mais tarde o relacionamento entre a DPHAN, o IHGPG e a prefeitura municipal, seria outro.

A idéia da "Sociedade de Amigos" foi rejeitada pela comunidade parnanguara e pelos próprios membros do IHGPG apontando para um movimento voltado para o fortalecimento do Instituto, com parceiros locais mais atuantes o que de fato se deu principalmente no que diz respeito ao governo local.

Animados com a possibilidade da implantação do museu na cidade, a câmara municipal, por intermédio do vereador Dr. Antônio Pereira da Costa, propõe incluir, no orçamento de 1955, uma verba de CR\$ 300.000,00 para as despesas com a instalação do museu projetado, o que ficou registrado em ata<sup>318</sup>.

O período compreendido entre a aprovação dos estatutos e a sua publicação em Diário Oficial, foi caracterizado por várias tomadas de decisões importantes para se viabilizar o projeto do Museu, entre elas, ficam ressaltadas aquelas que envolviam recursos financeiros.

Nesta ocasião o IHGPG se manteve também com recursos federais que eram intermediados por escritório de procuradoria e compras localizado no Rio de Janeiro. Na ata da sessão mensal de 26 de agosto de 1955 são registradas duas cartas-circulares, *...uma do Escritório de Procuradoria e compras da Firma Armando Freire e Filhos e outra do Escritório de Advocacia e Administração do Dr. Jorge Carvalho, ambas no Rio de Janeiro, se propondo ao recebimento mediante procuração, da subvenção de CR\$ 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros) do Tesouro Nacional, este cobrando 3% de comissão e o primeiro (Armando Freire e Filhos) 4%, oferecendo porém mais garantias, razão porque, posto em discussão e votação o assunto, foi resolvido que fosse preferida esta firma, expedindo-se-lhe ofício com a máxima urgência.*

Em dezembro do mesmo ano, a firma Armando Freire e Filhos comunica envio da quantia supramencionada por intermédio de conta do Banco do Brasil<sup>319</sup>.

Na Sessão Ordinária de 26 de julho de 1956, várias medidas administrativas, com ressonâncias importantes para o futuro do Instituto, foram tomadas como: oficializar a solicitação ao governador para... entrega ao município da casa do Antigo Colégio dos Padres Jesuítas e encaminhar cópias ao Senador Gaspar Veloso e aos deputados Borba Cortes e Manoel de Oliveira Franco Sobrinho; providenciar junto à bancada paranaense no Senado e Câmara para que seja votado auxílio federal ao Instituto no exercício de 1956, oficiando-se também os nossos procuradores no Rio de Janeiro – a firma Armando Freire e Filhos – autorizando-os agirem.

Sobre a solicitação formal ao governador para entrega ao município da casa do antigo colégio para lá ser instalado o Museu Municipal, a diretoria do IHGPG demonstra ignorar o significado do processo de tom-

bamento e da própria política cultural que estava sendo implantada pela DPHAN, no país<sup>320</sup>.

Outra questão interessante que, merece ser mais analisada, é que não foi encontrada, na documentação disponibilizada, qualquer informação sobre injeção de recursos financeiros quer da DPHAN, quer do governo do Estado para a instalação deste Museu até o final de 1958. Nos livros de atas apenas informações das apresentações dos relatórios financeiros.

Também não se teve acesso aos livros-caixa do Instituto, mas pela leitura das atas, as despesas do IHGPG residiam em duas atividades - a publicação da revista e sua expedição, nesta fase muito regular, sendo editada pela mesma gráfica que imprimia a revista *Marinha* e, a outra fonte de despesa para o Instituto eram as excursões realizadas às cidades vizinhas como a Lapa, Morretes e Cananéia (SP) quando os filiados também buscavam o apoio de parceiros como o Iate Clube de Paranaguá para a ida "à mais antiga das povoações brasileiras", nas esquadilha do comodoro João Vila, em 1955<sup>321</sup>.

Em 1956 o IHGPG comemora o seu Jubileu de Prata com o Seminário de Estudos Ciência, Arte e Civismo realizado nos dias 25, 26 e 27 de setembro. Alguns trabalhos apresentados neste Encontro foram publicados no seu periódico com o título - *Fundadores da Vila de Pernaguá, vestígios de seus descendentes nessa cidade (Paranaguá) - no qual a autora retrata a situação da memória histórica na década de 50 afirmando ...a História do Litoral, zona sul se apresenta cheio de falhas e de soluções de continuidade. A seu respeito não possuem arquivos, dados tão numerosos como os demais municípios do interior dos Estados. Atribui-se tais deficiências, ora a decadência daquela zona da vila oceânica brasileira, proveniente da deslocação do desenvolvimento econômico para o centro dos Estados, ora ao fato de terem sido destruídos os arquivos por incêndios, ou pelas intempéries na vida histórica da cidade, pelos ratos e principalmente pelo cupim* (Sihle. 1959: 18).

"A destruição dos arquivos por incêndios, ou pelas intempéries na vida histórica da cidade associado ao apelo para que todos sem distinção de credos políticos ou religiosos" de Joaquim Tramujas oferecem a medida e reforça o jogo de forças políticas, ideológicas e religiosas que minava a política cultural no litoral. Mas, as grandes discussões em atas, se davam em torno da implantação do Museu do IHGPG, no "velho colégio dos jesuítas".

## A Disputa pelo Próprio Nacional

### O Velho Colégio dos Jesuítas - sede do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá

*... o começo e a avaliação crítica da realização inclui a noção de que as pessoas e as estruturas podem mudar, juntamente com um compromisso de trabalhar por essas mudanças (Companhia de Jesus).*

Ainda sem sede própria, o IHGPG que já havia realizado suas sessões no Clube Literário, transferiu o local das suas reuniões para uma sala cedida pela Associação Comercial. Com a nova redação dos estatutos do Instituto, animados com a criação do Museu e sentindo o apoio da prefeitura municipal, o plenário da sessão mensal de 26 de agosto de 1955, discute a ...necessidade de um local próprio para sede de leitura e biblioteca, dado ao grande número de publicações recebidas ...o Sr. Presidente ...irá se estender com o Sr. Prefeito Municipal e demais autoridades competentes para se obter a instalação do vasto edifício do Colégio Velho dos Jesuítas onde será também instalado o museu<sup>322</sup>.

O prédio do velho convento dos jesuítas sempre foi motivo de orgulho para a cidade. Praticamente em todos os números da revista do Instituto saiu em artigo sobre o edifício sempre ressaltando o seu caráter simbólico de “célula mater” da educação e formação da “gente do Paraná”.

Quando a prefeitura viabilizou, com recursos financeiros o término das obras de recuperação, em 1953, o grupo do IHGPG se sentiu, dentro da sua concepção de valores históricos e de patrimônio, “os proprietários de direito da velha mansão monástica” até pela natureza da sua proposta de atuação. Este posicionamento foi manifestado em três momentos diferentes, com conotações e abrangências distintas.

O significado da missão jesuíta no séc. XVIII, para o discurso local, era retomado na década de 50 ocasião em que tinha lugar, no planalto, em Curitiba, os preparativos para os eventos comemorativos ao Sesqui-centenário da Emancipação da Província do Paraná. Com raízes no tempo pretérito, como se a Companhia de Jesus não tivesse sofrido mudanças, muito menos a sociedade paranaense, o papel da comunidade parnanguara

enquanto pioneira e responsável pelo aprimoramento moral e cívico da gente do Paraná são conceitos e leituras ressaltados em duas situações da época e que se complementam.

Inicialmente, pode ser observado, no artigo - “A nossa futura instalação” -, publicado na revista do IHGG é expressada, de maneira eloqüente, como a missão jesuítica era vista e o significado simbólico que o prédio histórico representava para os intelectuais locais ...*dentro em pouco e por nímia gentileza do Sr. Dr. Roque Vernalha, Prefeito Municipal, será instalado numa das suas amplas salas o nosso Instituto com a sua biblioteca já em formação, mapoteca, museu e outras instituições culturais. Nenhum outro local calharia melhor para a nossa sede do que a velha mansão monástica do século 18, sob cujo teto e à sombra das veneráveis arcadas de granito se instalou a primeira escola pernanguára, onde filhos de brancos e índios aprenderam a ler, escrever e contar, receberam os ensinamentos de doutrina cristã e até rudimentos de Latim além de outros conhecimentos ministrados pelos padres ...essa evangelização teria prosseguido com vantagem para as raças em miscigenação, se não a interrompesse juntamente o decreto do Marques de Pombal ...prejudicado por essa forma a obra educativa da demérita Ordem ...logo se concretize o sonho da instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá no Edifício que foi o primeiro templo consagrado à Instituição em temas paranaguenses (Nascimento Jr., 1954:43-44).*

As manifestações mais contundentes sobre a admiração que estes intelectuais nutriam em relação ao papel desempenhado pelos jesuítas, na formação dos “filhos da terra”, estavam registradas na ata da cerimônia de extração de uma pedra do pavimento térreo do edifício em 31 de março de 1954 e, no discurso proferido, nesta ocasião, pelo presidente da Câmara Municipal e do Instituto Histórico e Geográfico o Dr. Joaquim Tramujas. (Anexo 10)

A cerimônia pública, que aconteceu no piso térreo do antigo colégio, celebrava o duocentésimo quinquagésimo aniversário do início da construção do colégio jesuíta que comemorava, no dia da sua padroeira, o início da construção de um “projetado Instituto Educacional”, o atual Colégio Medianeira em Curitiba sendo a comitiva, que desceu à Paranaguá presenteada com a “pedra fundamental” para esta nova fase da “missão jesuítica” agora no primeiro planalto, o que mantia Paranaguá como “ci-



dade berço” do estado, ...cultuando a tradição de um povo e sua própria salvação moral.

Sobre este fato, Rodrigo de Melo Franco comenta com Loureiro ...não tive conhecimento da expedição dos fundadores do Colégio N. Sra. Medianeira, de Curitiba, mencionada no ofício de v.s., mediante a qual uma pedra das fundações do colégio de Paranaguá terá sido removida para o referido estabelecimento ...foi iniciativa leviana e que por certo não seria tomada se os padres que a praticaram tivessem conhecimento de que ela importava em infração do Código Penal<sup>323</sup>.

Sem dúvida que este evento merece um análise mais acurada para que alguns pontos sejam esclarecidos como por exemplo, de quem partiu a iniciativa de extração da pedra, do grupo do IHGPG ou dos padres jesuítas?

No entanto, qualquer que seja a resposta, ela apenas reforçará a “concepção moderna” de se entender as questões da identidade e da história arraigadas ao passado colonial e aos dogmas católicos. Era uma (re)evangelização jesuítica, necessária para manutenção da ordem e dos princípios.

Não se pode deixar de realçar também que este evento ocorreu dois anos antes da DPHAN, através do ofício nº1330 de 7 de dezembro de 1956, conceder ao IHGPG a posse provisória das chaves do “antigo colégio”. De acordo com a documentação, o Instituto recebia “a guarda do bem tombado” após três anos do término das obras realizadas pela DPHAN e pela Prefeitura Municipal.

Quando Loureiro publica o - “Antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá” - ele descreve a situação que antecedeu a ocupação do prédio como ...não tendo nem o Estado do Paraná, nem o Município de Paranaguá ...condições para instalar o museu no próprio federal, a DPHAN autorizou que temporariamente, o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, permanecesse de posse da chave do colégio restaurado e ocupasse uma das salas para se instalar. (Loureiro 1973: 6-8)

Esta autorização ocorreu em dezembro de 1956, dois anos após a aprovação do novo texto do regimento do IHGPG.<sup>324</sup>

Em 26 de fevereiro de 1957 o Instituto comemora o 1º centenário da morte de Manoel Francisco Corrêa Jr. e a instalação do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá nas salas, onde passa a funcionar, do antigo convento dos jesuítas recém restaurado pelo Serviço do Patrimônio Histórico da União Federal.<sup>325</sup>

Durante o período em que o grupo do IHGPG permanece ocupando o espaço do colégio dos Jesuítas - de março/57 à junho/58 – apenas duas atas foram lavradas e apesar de toda a expectativa de ocupação. Também não houve mais discussão sobre a montagem do seu museu, apenas a menção ao ofício da casa civil do governo de São Paulo sobre a documentação histórica existente no arquivo municipal daquela cidade, referente à Paranaguá<sup>26</sup>.

Tais atas são pontuais apontando para uma nova fase de baixo entusiasmo e produção do Instituto. Este estado de espírito dos filiados pode ser entendido pela perda de um dos seus maiores líderes Vicente Nascimento Jr. bem como, pelo desapontamento pela “posse provisória de uma das salas do velho Convento”.

No entanto, estes fatos não impediram que a Revista do IHGPG divulgasse a seus correspondentes, suas novas instalações ...se acha o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, por nímia gentileza do serviço do Patrimônio Histórico Federal, instalado em ampla sala do Colégio Velho dos Jesuítas, que o governo da União mandou restaurar nas suas antigas linhas anteriores a 1826, época em que no edifício se instalou a Alfandega de Paranaguá fazendo obras internas de adaptação ora felizmente removidas, para que na sala capitular e nos amplos salões e celas possa o nosso Instituto e outros serviços culturais para cuja efetivação estamos agindo (Nascimento Jr., 1957:54).

Enquanto órgão de divulgação, sem dúvida, a revista do IHGPG cumpria o seu objetivo expondo a filosofia da sua proposta de ação por intermédio dos seus artigos e noticiário criando uma imagem de Instituição forte e em crescimento aos correspondentes e assinantes. Esta credibilidade se respaldava, inclusive na informação da sua contra-capa quando informava além da data da sua fundação, a sua sede. A referência de localização apresenta-se do n.º 1 ao n.º 10 do periódico, como sede provisória – Auditorium do Club Litterário; do n.º 11 ao n.º 15, como sede própria – Colégio Velho dos Jesuítas; a partir do n.º 16, como sede própria – rua xv de Novembro n.º 2.

INSTITUTO  
HISTORICO E GEOGRAFICO DE PARANAGUÁ

FUNDADO A 26 DE SETEMBRO DE 1931

Sede Provisoria: Auditorium do Club Literario

DIRETORIA

Presidente - DR. JOAQUIM TRAMUJAS -  
Vice-Presidente - DR. GENARO REGIS  
Secretario - VICENTE NASCIMENTO JR.  
Tesoureiro - MANOEL VIANA  
Bibliotecario - DR. ANIBAL RIBEIRO FILHO

INSTITUTO HISTORICO E  
GEOGRAFICO DE PARANAGUA

FUNDADO A 26 DE SETEMBRO DE 1931

Sede Propria: Colegio Velho dos Jesuitas, rua 15 de Novembro.

DIRETORIA

Presidente - DR. JOAQUIM TRAMUJAS  
Vice-Presidente - DR. GENARO REGIS  
Secretario - Prof. MANOEL VIANA  
Tesoureiro - Prof. HELENA VIANA SURDIM  
Relator - Prof. MANOEL VIANA  
Secret. perpétuo - VICENTE NASCIMENTO JR.  
(Homenageado)

INSTITUTO HISTORICO E  
GEOGRAFICO DE PARANAGUÁ

FUNDADO A 26 DE SETEMBRO DE 1931

Sede Propria: Rua 15 de Novembro, 2

DIRETORIA

Presidente - DR. JOAQUIM TRAMUJAS  
Vice-Presidente - DR. GENARO REGIS  
Secretario - Prof. MANOEL VIANNA  
Tesoureiro - Prof. HELENA VIANA SUNDIM  
Relator - Prof. MANOEL VIANNA  
Secret. perpétuo - VICENTE NASCIMENTO JR.  
(Homenageado)

*Capas dos nº 14, 15 e 16 das Revistas do IHGPG  
Arq/ Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá*

No final dos anos 50, o Instituto tinha 31 filiados como membros efetivos e dezessete membros correspondentes espalhados no interior e na capital do estado, no Rio de Janeiro, e nas cidades de Recife, Porto Alegre e Santos, segundo informações contidas nas mesmas contra capas.

Ora, ao mesmo tempo que o IHGPG era consciente do caráter provisório da sua ocupação no prédio histórico, ele o divulgava enquanto “sede própria”. Transmitir esta notícia cria, sem dúvida a possibilidade de uma interpretação incorreta sobre a Instituição no entanto, ao mesmo tempo, a notícia a fortalece perante seus correspondente além de também apontar para mais um indício do mal entendimento sobre patrimônio e “posse do bem tombado” na linha adotada pela política nacional de preservação.

Quando Rodrigo de Melo Franco comunica formalmente a Joaquim Tramujas que ...mediante convênio firmado em data de 17 do corrente ...o próprio nacional ...foi confiado a guarda e serventia da referida Universidade do Paraná. O IHGPG se utilizará das páginas do seu periódico para divulgar a notícia - De antigo Colégio dos Jesuítas a Museu de Arqueologia - veiculada no jornal carioca Correio da Manhã em 26 de junho de 1958<sup>27</sup>.

O não posicionamento declarado de nenhum dos filiados sobre a entrega das chaves em curto espaço de tempo, reforça o descontentamento do grupo do IHGPG e descortina a silenciosa e ainda mal delineada disputa por este próprio nacional de Paranaguá.

Loureiro justificou a mudança da proposta do museu a ser instalado no Próprio Nacional afirmando ...cumpre assinalar que naquela época a idéia inicial de instalar o museu de História local, já havia sido abandonada, pois, um balan o preliminar ode verificar que as alfaias mais significativas para uma iniciativa dessa ordem se encontraram incor oradas ao Patrimônio do Museu Paranaense, do Museu David Carneiro e do Museu do Instituto Histórico e Geo ráfico de Parana uá nos uais era possível o acesso dos interessados a essa documenta ão histórica. (Loureiro op.cit:6-8).

Com esta declaração Loureiro desconsidera o potencial de acervo e coleções de valor historiográfico, ainda pouco explorado no litoral, além de ferir os “valores históricos locais”. Mesmo que publicada 15 anos após a cessão do espaço para a instalação do MAAP certamente elas aprofundaram a trinca já existente nas relações entre o fundador do Museu Universitário e toda a comunidade parnanguara manifestada na indiferença com que

a instalação do MAAAP foi sendo acompanhada pela comunidade científica local, apesar das anotações breves e contemporizadoras do Dr. Hugo Corrêa quando registrou, ...o prof. José Loureiro Fernandes foi um dedicado amigo do Instituto Histórico ...interessando-se para a instalação do museu em nossa cidade no velho convento<sup>326</sup>.

Somente em 1968 com na gestão do Prefeito Nelson Barbosa e depois com a nomeação do Interventor Gal. João da Silva Rebello é que Loureiro irá conseguir apoio do governo municipal para concluir os trabalhos de instalação do então MAAAP.

## O Museu Histórico de Paranaguá

*...a necessidade de coleta e documentos de valor histórico para o projetado museu ...junto às famílias paranaguenses ...possuidores de objetos antigos, retratos e documentos interessantes dos arquivos familiares e sempre relacionados com a vida social de Paranaguá ...evitando a dispersão e a perda total (Manoel Vianna,1956)*

Após a entrega das chaves do Antigo Colégio a Loureiro Fernandes, o Instituto volta a realizar as suas sessões nos salões do Clube Literário dispensando o direito nos salões facultado, pela Cláusula XIII do convênio firmado entre a UPR e a DPHAN de ...usar o auditório do museu para suas reuniões, em harmonia com o programa de atividades do museu e, bem assim, ocupar uma dependência do prédio.

Sem uma data precisa, na documentação consultada, o ...Instituto se abrigou provisoriamente no prédio anexo ao Convento dos Jesuítas onde o Estado teve os serviços de Saúde Pública enquanto pleiteava sua doação para a entidade ... (sem espaço em) ...uma pequena sala do prédio, foi organizada uma pequena mostra do acervo museológico existente, graças à campanha iniciada em 1975 ...o Instituto Histórico muito deve ao consórcio Manoel Viana ...na arrecadação e guarda do precioso acervo inicial que possibilitou a instalação dessa mostra provisória (Corrêa s/d:9).

Na sessão ordinária mensal de 15/03/1957, entre os expedientes despachados, encontrava-se ...uma carta do governador do Estado campeando informações do Conselho do Museu Paranaense sobre a projetada

instalação de um congênere nesta cidade, no antigo Colégio dos Jesuítas e a entrega deste ao nosso Instituto para aquele fim ao Estado competindo o ônus dessa criação: ciente, responde-se agradecendo e devolvendo ao Sr. governador o processo.

Sem maiores indícios sobre esta correspondência não foi possível aprofundar mais a análise, no entanto, de acordo com a legislação da assembléia legislativa sancionada a 10 de novembro de 1961 ...o poder executivo estadual doa ao Instituto Histórico de Paranaguá o prédio da rua 15 de Novembro contíguo ao antigo colégio<sup>329</sup>.

Após obras de reformas e recuperação em 30 de novembro de 1963 ...foi possível inaugurar o Museu Histórico, não mais no Convento dos Jesuítas, mas sim em sua atual sede própria, e aberto à visitação pública (mas, as afirmações faziam entender) ...estavam terminados dez anos de trabalho e sacrifício para a instalação do Museu do Instituto Histórico (Corrêa, s/d:9).

É possível, por tanto, levantar algumas questões:

- 1) Seria este museu o mesmo museu de Paranaguá criado pelo Decreto estadual nº 7117/49 e, oferecido à comunidade em Assembléia, em 1953?
- 2) A correspondência do governador lida e lavrada em Ata do dia 15/03/57 referia-se ao fato de que ...competia ao Estado o ônus dessa criação, mas não fica esclarecida a participação do governo estadual na instalação do Museu do IHGPG no prédio doado, na documentação disponibilizada.
- 3) Teria tido o Museu de Paranaguá, criado por decreto, o mesmo fim que a Sociedade de Amigos?
- 4) Qual a participação efetiva da municipalidade com relação ao museu do IHGPG? Afinal desde 1957 ou seja, durante cinco anos, ela doava peças significativas para compor o museu histórico da cidade.

Tais questões, como as acima apontadas, relacionadas à divulgação do endereço do IHGPG em seu periódico, merecem um aprofundamento para o melhor entendimento da memória local.

É interessante ressaltar ainda que, o MAAAP foi inaugurado apenas quatro meses antes do Museu do Instituto Histórico, o que significa que no segundo semestre de 1963, Paranaguá assistiu a inauguração dos seus dois museus mais representativos. Este fato não significa que o movimen-

to cultural tenha ocorrido dentro de uma harmoniosa conjugação de trabalhos, mesmo em se tratando de dois museus localizados em terrenos contíguos. Esta discussão, será retomada.

## Museu - de quem e para quê?

*...nosso empenho no Estado do Paraná deverá beneficiar o museu instalado, de acordo com o plano concebido por Vossa Senhoria no edifício do antigo colégio ou residência jesuítica de Paranaguá, imóvel esse que não creio possa ser, sob pretexto algum, ser transferido ao domínio do Estado ou de entidade privada (Rodrigo de Melo Franco, 1960)*

Efetivamente, a vocação histórica do antigo convento jesuíta, era a de se transformar em um museu, por toda a carga simbólica que, a política cultural vigente lhe atribuía, como já foi visto. Mas, uma rápida retrospectiva sobre a trajetória para a sua ocupação, indica:

### 1º Momento

- Um senador, parnanguara, defende a sua transferência de vinculação administrativa da esfera federal para a esfera municipal. Uma questão polêmica, um projeto regionalista em um contexto histórico marcado pelas transformações estruturais da política nacional que visava a centralização, com bases na ideologia que combatia a fragmentação, através de valores que representassem e caracterizassem um conjunto harmônico, ou seja, uma nação. Iniciativa inócua.
- Em 1938, o “velho prédio é destinado para a sede de um Museu Municipal”- decisão de um plenário de intelectuais reunidos em congresso na cidade de Paranaguá, no mês de julho. Não se deve esquecer que em março do mesmo ano, o velho prédio havia sido tombado, como patrimônio nacional, pela DPHAN.
- Dez anos depois, um outro congresso, enquanto fórum da mesma área do conhecimento, o encontro de âmbito estadual, contou com a presença de autoridades e especialistas paulistas e catarinenses, além de um convidado muito especial, o Dr. Saia, chefe do 4º Distrito do DPHAN do Ministério da Educação e Cultura. O prédio estava

- em ruínas. Solicitava-se restauração. As obras são iniciadas, com recursos municipais.
- Em 1953 dois depoimentos distintos são registrados:
    - a) Loureiro relata que a inauguração do Museu de Etnografia e História, no antigo colégio dos jesuítas em Paranaguá, estava prevista, pela comissão central da Secretaria de Cultura de Estado para os festejos comemorativos ao I centenário da criação da província do Paraná e;
    - b) Ribeiro registra que neste ano, o governador do estado Bento Munhoz da Rocha Neto, vai a Paranaguá para presidir uma assembléia de intelectuais inclusive os filiados ao IHGPG realizada no Clube Literário. Expondo as vantagens da criação de um museu na cidade sendo proposta a fundação, nesta ocasião, da “Sociedade Amigos do Museu de Paranaguá” e escolhida comissão para concretizar a idéia. Dessa assembléia, com resoluções consideradas no livro atas do IHGPG nasce mais tarde, o “Museu Histórico de Paranaguá”, vinculado àquele Instituto e aborta a proposta da “Sociedade de Amigos”
    - c) O município e o estado sem condições de instalar o museu, após um período de três anos, levam a DPHAN a ceder as chaves do colégio ao IHGPG para uso das salas (em dez/1956);
  - Em novembro de 1957, o reitor da Universidade do Paraná encaminha projeto do diretor do ensino superior, a ser instalado no antigo colégio jesuíta. Autor do projeto, de interesse da Universidade, o Profº José Loureiro Fernandes.  
Tal projeto preenchia todos os requisitos da política preservacionista e levava a chancela de uma Instituição de ensino superior.
  - Em 1958 foi assinado o convênio e solicitado ao IHGPG que entregasse as chaves ao responsável pelo projeto de instalação do museu, o Profº Loureiro Fernandes. Iniciam-se os trabalhos de um museu universitário dedicado à arqueologia e às artes populares.

Neste primeiro momento, surge uma dúvida: qual a proposta de museu, para Paranaguá que o governador defendeu no Clube Literário? A do “Museu de Etnografía e História” projeto da secretaria (leia-se Museu Paranaense); a do Museu Histórico concretizada mais tarde pelo IHGPG



no dizer de Ribeiro ou, falava-se do mesmo projeto ainda não definido? Diante esta discussão será retomada.

## 2º Momento

- Loureiro justifica que a idéia inicial de instalar um museu de história local, havia sido abandonada uma vez que as alfaias já estavam incorporadas ao Museu Paranaense, ao Museu David Carneiro e ao Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (data não definida);
- A cláusula XIII do convênio firmado entre UPR/DPHAN/DES reza: ...ao IHGPG de usar o auditório do museu para suas reuniões, e ocupar uma dependência e, localizada de acordo com o representante da Universidade do Paraná, para exposição permanente do acervo histórico do Instituto.
- O IHGPG, nunca ocupou espaço no MAAP nem mesmo promoveu qualquer exposição com o seu acervo;
- Em 1975 Loureiro ainda nutria expectativas de expandir a área física do MAAP e ocupar a sede do IHGPG ...com a possibilidade da mudança de seu acervo para um sobrado ao lado do Conselho Municipal de Cultura. Até a presente data o IHGPG se encontra instalado no mesmo local.

Neste segundo momento, observa-se que o projeto do Loureiro é respeitado e atinge credibilidade junto a DPHAN não só pela proposta de se ...divulgar o patrimônio através da arqueologia e das artes populares (como também por dispor da sustentação científica de pessoal capacitado de uma Universidade, conforme expressou a DPHAN) ...não justificaria vir a administração federal assumir o encargo da manutenção do museu (David Carneiro) não só por lhe faltarem elementos ...mas pelo número já muito considerável de instituições do mesmo gênero existentes no país às expensas da União<sup>390</sup>.

Por outro lado, o mesmo documento sinaliza para uma insegurança do Loureiro no que se refere a vinculação administrativa do seu projeto museológico. Rodrigo de Melo Franco, distante das incongruências dos interesses tecidos na malha da política cultural do Paraná, que o tranquiliza.

Fica evidenciado um silencioso conflito na disputa pelo auxílio financeiro e chancela de legitimização oficial oriundos da DPHAN. A disputa estava não só no espaço (entre a UFPR e o IHGPG) mas também na proposta temática (entre o projeto arqueológico e etnográfico e o acervo particular e histórico de David Carneiro). Loureiro nunca deixou de alimentar o projeto de instalar, no litoral, um Instituto de Pesquisa. Ele estava conseguindo concretizar sua meta, de certa maneira.

### **3º Momento**

Retornando ao ano de 1953 quando Loureiro, enquanto membro da comissão central dos festejos comemorativos ao I centenário da criação da província, informa sobre a inauguração do Museu de Etnografia e História não significa que ele havia abdicado da sua intenção na criação de um centro de pesquisa arqueológica. Não se pode esquecer que a arqueologia enquanto conhecimento estava aprisionada na cátedra de etnografia portanto era apenas uma questão de estratégia de retórica, como tantas outras que foram utilizadas por Loureiro Fernandes

Por outro lado, aos filiados do IHGPG ...entendiam um Museu Municipal ... (onde não) se apaguem e se perpetuem para o futuro incerto ...os padrões de glória da nossa cultura e do nosso civismo ... (observando-lhe) o cumprimento do mais nobilitante mister (Tramuja1973:49).

Com tais evidências é possível dizer que a dúvida surgida no primeiro momento fica esclarecida até porque na época, Loureiro encontrava-se na direção do Museu Paranaense e havia perdido o terreno doado no governo Manoel Ribas, fronteiro ao prédio da Universidade, na Praça Santos Andrade com um ato legislativo do governador Bento Munhoz da Rocha que priorizou no centro de Curitiba a construção do Teatro Guaíra e o Museu Paranaense passou a ter mandato universitário, como já vimos.

Portanto, no Clube Literário, o que foi defendido pelo governador foi a proposta de um Museu de Etnografia e História aos filiados do IHGPG e estes, firmes na posição de que enquanto cidade mater, era necessário instalar um museu para registro da história e memória local, mais tarde fazem nascer o Museu Histórico de Paranaguá, ...hoje conhecido em todo país e com elevada freqüência, de visitantes, estudiosos e pesquisadores (Ribeiro, 1977:23).

Com base, neste raciocínio, o conceito de memória parnanguara, permanecia prevalecendo os registros das elites, sendo as tradições populares excludentes de um passado a ser preservado.

## A Instalação do Museu da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Paranaguá

*...a remoção das dificuldades encontradas dependerá da persistência e da firmeza de nossos propósitos (Rodrigo M. Franco, 1962)*

## A Proposta de uso do Próprio Nacional

*... apelo, portanto, para o comprovado civismo de Vossa Senhoria e para o seu zelo pela causa da cultura, a fim de que não deixe de emprestar ao museu de Paranaguá sua chefia (Rodrigo M. Franco, 1960).*

Através do ofício nº1243/57 datado 25 de novembro de 1957 o reitor Flávio Suplicy de Lacerda, apresentou o Profº José Loureiro Fernandes ao diretor do ensino superior do Ministério da Educação e Saúde. Neste documento, dois objetivos estão contemplados: a organização do departamento de antropologia ...sendo nosso desejo incentivar as pesquisas científicas que vêm sendo realizadas a par das atividades didáticas daquela cátedra ...igualmente, está credenciado pela reitoria da Universidade a ter um entendimento com Vossa Excelência a propósito do Museu de Arqueologia e Artes Populares a ser instalado no secular Colégio dos Jesuítas em Paranaguá

A partir deste procedimento administrativo, inicia-se uma nova fase de utilização deste patrimônio arquitetônico contemplando postura museológica e expansão da consciência preservacionista no litoral e no Paraná além da consolidação da pesquisa acadêmica nas áreas de arqueologia e etnologia. Para tanto, uma farta e rica correspondência foi trocada entre Loureiro e Rodrigo de Melo Franco, na qual as trocas de informações técnicas eram mescladas com os incentivos mútuos para vencerem os obstáculos das máquinas administrativas e sempre com um bom tom de camaradagem.

Mas, antes do convênio ser assinado era preciso serem constatadas as necessidades e a exequibilidade da proposta. Assim que a DPHAN enviou a Paranaguá o arquiteto responsável pelo setor de obras e, o seu relatório, após inspeção realizada com Loureiro ainda em dezembro do mesmo ano, foi emitido com as seguintes informações:

- 1) *o segundo andar será destinado à instalação do Centro de Pesquisas Arqueológicas, com laboratórios e depósitos de material para estudo, o museu ocupará os demais pisos inferiores;*
- 2) *o salão à extrema direita do segundo andar será adaptado para auditório, servindo às atividades do Instituto Histórico;*
- 3) *os aparelhos de iluminação deverão ser substituídos por outros mais condizentes ao aspecto do interior do monumento;*
- 4) *foi indicado ao prefeito a conveniência de se gramar o pequeno terreno no nível da rua posterior;*
- 5) *o Profº Loureiro solicitou a colaboração técnica do patrimônio no sentido de lhe ser indicada a formula imunizante de caixas e vitrines de madeira;*
- 6) *o calçamento do passeio do prédio será de lajotas de pedra de cantaria, de juntas corridas e nas dimensões aproximadas de 25 x 25.*  
*(a) Edgar Jacinto da Silva em 22/01/58.*

*Solicito a d.c.r. elaborar as indicações, em cópias de plantas do edifício, para os diversos serviços previstos e instalações do Museu, Centro de Pesquisa da Universidade do Paraná e do Instituto Histórico de Parana-gua. (a) Rodrigo m.f. de Andrade.*

A partir desta vistoria e avaliação, o MAAp começava ter consistên-cia por intermédio de uma conjugação de esforços pessoais de Loureiro Fernandes e do apoio técnico financeiro vindo da DPHAN. O projeto do Loureiro incluía, também, uma parceria com o IHGPG o que ainda é con-firmado na correspondência de Rodrigo de Melo Franco ao presidente da-quele Instituto, Joaquim Tramuja, em 19/07/58, quando lhe é informado, por força de convênio, o fato do IHGPG ...ter um espaço para exposição permanente do seu acervo histórico.

No caso do aceite dessa parceria, o projeto para a instalação do MAAp estaria plenamente adequado à filosofia e política preservacionista ou seja, contemplaria a preservação do Monumento Nacional já tombado, do pa-trimônio pré-histórico, divulgaria as artes populares e, com o acervo his-tórico do IHGPG, a memória local.

O IHGPG detinha a guarda do Próprio Nacional desde 7/11/1956 e durante todo o período de interesse não foi encontrada qualquer correspondência entre estas Instituições (o IHGPG e a DPHAN), que apontasse ou sugerisse ações técnicas conjuntas no espaço do antigo colégio a não ser, convites para cursos e ou exposições. Seria muito inadequado, afirmar que o grupo de intelectuais do IHGPG se manteve descontente com a decisão da política oficial da DPHAN. É necessário que esta questão seja mais bem aprofundada<sup>331</sup>.

## O Convênio com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

*...O comportamento do Magnífico Reitor corresponde a totalidade das autoridades públicas superiores do país à causa dos museus e do monumentos históricos, artísticos e arqueológicos ...por lhes faltar compreensão do valor real dos bens e instituições (Rodrigo de Melo Franco, 1962)*

Com a celebração do convênio entre a “Reitoria da Universidade do Paraná e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a instalação do Museu de Paranaguá”, assinado em 17 de julho de 1958, na sede da diretoria do ensino superior por seu diretor Dr. Jurandyr Lodi, pelo reitor da Universidade do Paraná, o Profº Flávio Suplicy de Lacerda e pelo Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de acordo com a

*Cláusula I, era confiada ...a guarda do Antigo Colégio dos Jesuítas à UPR para o fim de nele ser instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá-*

*Cláusula II - O Museu terá como finalidade:*

- a) Servir à pesquisa científica, pela realização de trabalhos de campo e de laboratório pelo colecionismo de peças de arqueologia e trabalhos de arte popular brasileira notadamente da região;*
- b) Contribuir para a educação popular, pelo franqueamento de suas coleções e pela realização de cursos, de conferências, publicações e outras atividades....*

*Cláusula III – Se constituirá em um Instituto Uuniversitário, inte\_rante do Instituto de Pesquisas da upr ao ual caria subordinado técnica e administrativamente or intermédio do seu Diretor*

*Cláusula IV – O Diretor será nomeado por Decreto do Presidente da República mediante lista encaminhada ela Reitoria ... composta por três nomes de vro essores catedráticos efetivos do Curso de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, ouvido o Conselho Consultivo da DPHAN*

*Cláusula V – O museu será constituído por uma Divisão de Arqueolo\_ia e uma Divisão de Artes Populares chefiadas or técnicos indicados elo Diretor e admitidos e dis\_ensados or Ato do Reitor. Esses técnicos pertencerão normalmente ao corpo científico ou técnico da Universidade salvo em casos exce\_cionais ue recomendem a admissão de elementos estranhos sem re especializados*

*Cláusula VII – A DPHAN restará assistência técnica ao Museu, será consultado sobre os assuntos ue digam respeito à or\_anização museogr\_á\_ica e receberá relatórios anuais e informa\_ões mensais de interesse da d\_han de seu Diretor, de suas\_rinci\_ais atividades*

*Cláusula VIII – A Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional incluirá anualmente em sua\_ro\_osta or\_amentária dota\_ão ade\_uada a fim de contribuir, de acordo com as possibilidades eventuais, para o enri\_hecimento das cole\_ões do Museu desenvolvimento de estudos e pesquisas ou\_ara\_ns de publica\_ões relacionadas com as Artes e Tradi\_ões Po\_ulares*

*Cláusula IX – O custeio das des\_esas de pessoal de material e com as atividades do Museu será feita a custas das dota\_ões or\_amentárias da Universidade...*

*Cláusula XV – Deixando de convir à Universidade do Paraná a manuten\_ão do servi\_o\_oderá denunciar o resente convênio com a anteci\_a\_ão de seis meses mediante notificação à dphan. Nessa eventualidade o acervo do Museu passará a jurisd\_i\_ão exclusiva deste or\_ão do mec.*

As demais cláusulas se referem ao pessoal administrativo (VI), as responsabilidades sobre as obras e restaurações (X), as ações de solicitações para fomento as pesquisas e demais atividades técnicas do museu (XII), ao espaço a ser utilizado pelo IHPG (XIII) e, a necessidade da elaboração de um regimento interno (XVIX).

A leitura destas cláusulas, evidencia:

- 1) a função técnica da DPHAN enquanto órgão mentor das diretrizes museológicas e museográficas e a função executiva dos profissionais vinculados a UPR;
- 2) a forte ingerência da política oficial cultural nas atividades de pesquisa, no ensino superior e principalmente, nas diretrizes técnicas e científicas do museu, com a prerrogativa da designação do seu diretor;
- 3) a definição da propriedade do acervo a despeito da fonte de recursos para as pesquisas e,
- 4) a divisão de atribuições, provisionamento e aplicação de recursos e verbas das duas Instituições vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde, para a realização das atividades.

Algumas destas cláusulas custaram a ser cumpridas, e outras causaram longas e acirradas polêmicas. Entre elas, a mais ousada foi o trâmite da designação do seu diretor e a mais comprometedora para a concretização e desempenho do museu foi sem dúvida, a criação e implantação do seu quadro de pessoal técnico<sup>332</sup>.

Mas, foi este convênio o único documento que legitimava o MAAP até 1962 quando, só então a resolução nº 01/62 do conselho universitário, o incorporou de fato, ao organograma da Universidade.

Portanto é fundamental entender o processo de instalação do MAAP (entre 1958 até 1962) para que a questão do quadro de pessoal para o Museu e a política universitária praticada para a sua implantação e funcionamento sejam melhor entendidas. Ou seja, durante estes quatro anos, o MAAP foi “um órgão alienígena” à política da UPR representando um esforço conjunto, mas unilateral da DPHAN e de Loureiro, parceiro necessário para seguir com a “nobre tarefa”, segundo a ideologia daquela Diretoria oficial, de expandir a política preservacionista no sul do país<sup>333</sup>.

## As Obras para adequar o espaço museológico: polêmicas, desacordos e ajustes

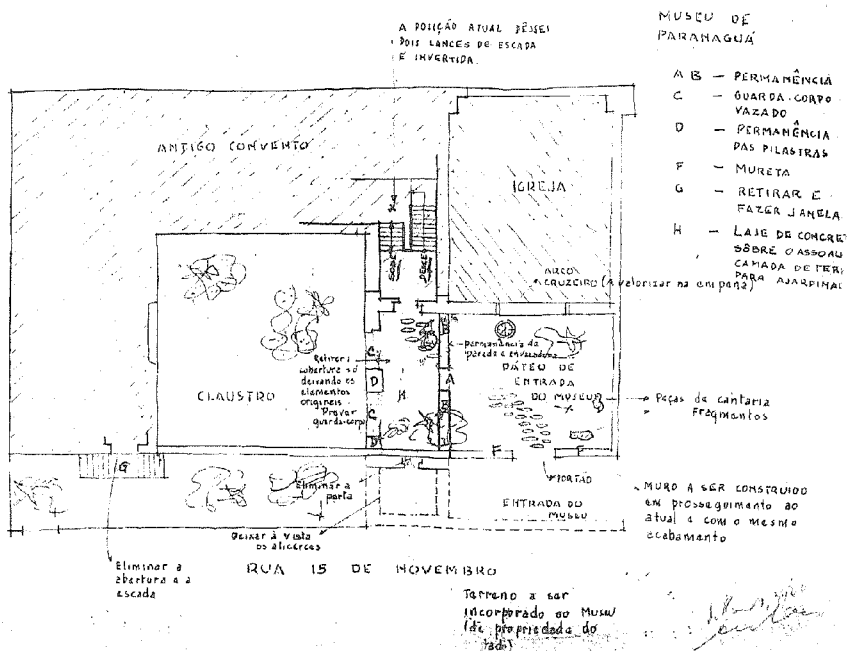
*..Ruínas, ruínas, ruínas... (Mário de Andrade, 1937)*

A partir da assinatura do convênio, observa-se um volume enorme de correspondências onde detalhes técnicos das obras e da implantação do circuito museográfico eram debatidos permeados, com assuntos relacionados à política universitária, constituindo assim um excelente universo interpretativo do pensamento acadêmico e sua representatividade simbólica no discurso oficial.

Após a inspeção realizada pelo arquiteto Edgard Jacinto da DPHAN na qual ficou decidida a viabilidade de adaptação do espaço interno (1958), no início de 1960 é elaborado, pelo escritório técnico da DPHAN, um “croqui de ajustes” que deviam ser executados no edifício do convento dos jesuítas.

Observando com atenção as alterações e/ou correções constantes do estudo arquitetônico, ficaram ressaltadas as várias intervenções pelas quais passou o prédio para atender os serviços básicos da Alfandega, da Guarda Nacional e da 5ª Região Militar, repartições públicas que ocuparam o Convento antes do seu tombamento. Loureiro solicitou a Rodrigo de Melo Franco documentos fotográficos das intervenções anteriores. A DPHAN diz encaminhar algumas fotos tiradas pelo fotógrafo, Sr. Eric Hess, mas não foi possível localizá-las na documentação visual do MAEP, o que impossibilitou um estudo mais detalhado sobre a trajetória destas interferências restando apenas informações entrecortadas<sup>334</sup>.





*Proposta de adaptação de espaço interno do antigo convento para a instalação do museu realizada pelo arquiteto Edgard Jacinto da DPHAN (1958). Arq/MAEP*

De acordo com o parecer do arquiteto Luiz Saia as obras iniciais para a recuperação do prédio enquanto patrimônio deveriam ser ... localizadas procurando resguardar os elementos típicos das construções coloniais. Com tais preocupações o laudo técnico previa:

- 1) em A existe uma envassadura que deve ser aberta;
- 2) em B, naturalmente em função da solução A, a parede deve se deixada pelo interesse que representa como vedação da área do pátio e como conservação de uma parede seguramente antiga;
- 3) em D devem ser deixadas os "restos" de pilastras antigas, demolida a parede de meio tijolo aí construída, desaparecendo portanto o telhado bico de pato que é de uma feiura exemplar. Nos intervalos CC deve ser construído um guarda corpo de madeira com balaustres de seção quadrada. Em H deve ser feita uma laje de concreto, armada sobre o assoalho existente; sobre esta laje impermeável deve ser colocada uma camada de 5 cm de terra vegetal e grama;

- 4) o muro fronteiro deve prosseguir até encontrar a parede B. Prosseguindo ainda, em F, deve ser feita uma mureta que ultrapasse de 10 cms. Apenas o nível da terra do jardim. Esse jardim começaria no limite da sarjeta indo até o alinhamento da construção em toda a extensão desta;
- 5) em G deve ser a porta substituída por uma janela e deve desaparecer a escada de duas asas;
- 6) acho perfeita a idéia de valorizar o arco cruzeiro e enunciar melhor a empena;
- 7) o ajardinamento fronteiro deve, como sugere o Dr. Soeiro, deixar bem à mostra os restos de parede e alicerces;
- 8) em X, a posição atual dos lanços de escada deve ser invertida. Como está, o lado mais estrangulado recebe em 1,84 um lanço que precisa vencer nada menos que 2,08 m., o que é positivamente um absurdo num museu;
- 9) é claro que a solução proposta elimina também as duas entradas atuais. Neste esquema pouca diferença há daquilo que contém o esquema do Dr. Soeiro. A diferença mais importante está na conservação da parede B e na mudança da posição dos lanços da escada interna<sup>335</sup>.

Todas as reformulações foram executadas, apenas o acesso em (H) foi modificado bem como o ajardinamento, devido a infiltrações, para uma laje de concreto. Pode-se afirmar que até hoje, este acesso causa problemas de forte umidade no claustro do edifício.

Para dar início às obras, foram destinados CR\$ 120.000,00 por intermédio de cheque, em conta aberta para este fim, no Banco do Brasil onde todos os recursos alocados pela DPHAN ao MAAP eram movimentados. Este montante mesmo para Rodrigo de Melo Franco foi considerado muito pouco, mas ...era a realidade dos meios que o orçamento de 1959 dispunha.

Paralelamente, os trabalhos de adaptação da planta interna para o circuito museográfico já estavam sendo realizados desde o ano anterior, conforme parecer do arquiteto Jacinto<sup>336</sup>. Assim é que foi constatado a necessidade de ...reforço do barroteamento do assoalho do cômodo destinado ao auditório, de um estabilizador de corrente para o novo projeto elétrico. Além do que, Loureiro recebeu orientações técnicas para o extermínio do

cupim com ...o uso de óxido de ferro para a proteção de material de serralheria. No mesmo ofício, Soeiro recomenda para a proteção de madeiras atacadas pelo cupim, o pentacloro fenol Dowicide ou, na falta deste, carbolinem todos produtos muito tóxicos<sup>337</sup>.

Para a execução destas obras, entra em cena a firma Martim Varela, de Paranaguá que com o aval da DPHAN realizou alguns serviços no prédio, com recursos e orientação daquela Diretoria e supervisão imediata de Loureiro. Nesta fase dos trabalhos Oldemar Blasi foi parceiro de Loureiro nas intermediações junto à DPAHN não que se referia às consultas técnicas, no Rio de Janeiro.

Será exatamente nesta ocasião, no início das obras, que se iniciarão os desentendimentos entre Loureiro e os arquitetos da DPHAN. A localização de sanitários e a colocação de uma placa nominativa na fachada do convento foram motivos para quatro meses de discussões até que Rodrigo de Melo Franco entreviu para esclarecer, a Loureiro que *...a utilização de monumentos de arquitetura antiga à finalidade de museu impõe certo número de restrições importantes à respectiva instalação, restrições essas, que precisam estar sempre presentes no espírito dos responsáveis por seu funcionamento. Assim é que as sedes dessas instituições não poderão jamais se compatibilizar, externa e internamente, com iniciativas susceptíveis de alterar-lhes as peculiaridades originais ou prejudicar a aparência de sua destinação primitiva. Por êsse motivo, tanto o Museu Imperial, quanto o Museu da Inconfidência, o do Ouro, o do Diamante e os demais, instalados em edifícios de valor histórico ou arquitetônico, não ostentam placas nas fachadas, nem sofreram em sua disposição interna modificações substanciais para corresponder à sua finalidade atual ...portanto ...considere justificado o pronunciamento desfavorável dos arquitetos da dphan à iniciativa de colocação da placa com a denominação do Museu na fachada do vetusto prédio jesuítico, bem como à localização proposta para o sanitário destinado aos visitantes da instituição*<sup>338</sup>.

Percebe-se, na diplomática e firme intermediação entre as partes que, além da sua fundamentada e definitiva exposição de motivos, Rodrigo de Melo Franco sinalizava para:

- 1) o MAAP estava recebendo o mesmo tratamento e orientações técnicas dos demais museus vinculados à Diretoria, a despeito de estar loca-

- lizado em uma cidade periférica do eixo de maior intervenção Minas Gerais e Rio de Janeiro e, da natureza do seu acervo;
- 2) a política preservacionista de patrimônio, encontrou, em muitos casos, dificuldades em recuperar a integridade dos bens imóveis, nem sempre alcançada, devido ao longo tempo em que eles estiveram abandonados sem qualquer preocupação com a sua representatividade cultural;
  - 3) a ambigüidade do discurso entre “recuperar integridade dos bens móveis e a prática que já estava sendo exercida nas adaptações do Antigo Convento para abrigar o Museu”;
  - 4) a necessidade de se manter sempre presente o “espírito” da política de preservação, qual seja, resguardar “as peculiaridades originais” sem alterar a sua destinação primitiva norma que a partir do tombamento deve ser rigorosamente seguida pelo responsável pelo imóvel que se caracterizou na época, como “um dever cívico” e não uma prática cultural;
  - 5) expôs ao seu mais recente interlocutor, a sua autoridade e a coesão do bloco preservacionista nas decisões técnicas e,
  - 6) fez ver a Loureiro Fernández perceber a determinação e até certo ponto, a intransigência na manutenção das suas idéias.

Na verdade, através deste primeiro embate, dava-se início a uma relação estreita não só de dois fortes profissionais resolutos, perspicazes e determinados que veio com o tempo a se transformar em uma franca camaradagem e cumplicidade que permearam todas as ações do trabalho conjunto, o que traria significativas vantagens ao MAAP e a própria política oficial de preservação.

Na continuidade dos trabalhos executados pela firma Vilella, Loureiro comunica a Rodrigo de Melo Franco a descoberta de paredes de pedra sugerindo túneis no subsolo do Antigo Convento, recebendo do arquiteto Paulo T. Barreto, chefe da S.A. da DPHAN, o seguinte comentário ...as paredes de pedra, descobertas agora pelo Profº Loureiro Fernandes, devem ser alicerces da torre então iniciada. Não creio que se deva acreditar em “famoso subterrâneo”, lenda em tórno de todos os colégios. Contudo não vejo inconveniência que o Profº Loureiro Fernandes continue suas escavações<sup>339</sup>.

## A Necessidade de ampliação do espaço físico

Já em 1958 se discutia a anexação de três terrenos localizados na rua da Praia, fachada que serviu para ampliação do museu, uso da biblioteca e aumento da área para reserva técnica e administração. Ao longo de toda a pesquisa foram encontrados documentos da DPHAN à prefeitura, ao governo do estado e até presidência da República com consultas jurídicas, acordos, plantas e estudos relacionados a desapropriação da área, no plano urbanístico.

A intenção de Loureiro era transformar aquela quadra em um grande espaço cultural científico em Paranaguá, onde já se encontravam além do antigo convento sendo adaptado para o MAAAP, o posto sanitário do estado, espaço arquitetônico que já abrigara a Escola Humanitária Parananense, no início do século e que na ocasião era a sede provisória do IHGPG.

Na correspondência entre Loureiro e Rodrigo várias discussões e planejamentos eram realizados com vistas na posse dos terrenos circunvizinhos ao MAAAP e, em especial, naquele no qual foi construída a capela do Antigo Convento além do interesse em anexar o próprio estadual localizado na rua 15 de Novembro ao complexo cultural e científico que instalavam.

Este projeto Loureiro não conseguiu concretizar, seja pelo alto valor da avaliação realizada em 61, cerca de CR\$ 3.000.000,00, quando a Universidade acenou para a possibilidade de adquirir, seja pela dificuldade de se conseguir a desapropriação, seja pela doação do governo do estado do prédio ocupado pelo IHGPG para sua sede própria<sup>340</sup>.

*Respondendo o Ofício nº1747 de 11/12/1961, informo a Vª Exmª que o terreno situado, à Rua 15 de Novembro contíguo ao Antigo Colégio dos Jesuítas, no Município de Paranaguá, estado do Paraná não é de propriedade da União. O Próprio Nacional, Antigo Colégio dos Jesuítas, é constituído por duas áreas de terreno, que assim podem ser discriminadas: a) terreno de marinha de 1.144,525 m<sup>2</sup> medindo 45,80 de frente pela rua Coronel João Estevão; 27,10 pelo lado esquerdo, por onde faz frente para uma travessa sem nome; 17,55 mais 12,20 m pelos fundos, onde confronta com terreno interior de propriedade da União, adiante descrito e 4,55 + 1,10m + 10,90m + 15,00m + 15,50m pelo lado direito, onde confronta com terrenos da marinha na posse do governo*

do Estado e de Frederico Risseti.; b) terreno interior de 89,08 m<sup>2</sup>, medindo 29,20 m de frente pela rua 15 de novembro; 6,00 m pelo alinhamento da Travessa sem nome, antes aludida; 17,55 m + 12,20 m pelo lado direito onde confronta com terreno de marinha e, finalmente, 1,90 m pelo lado esquerdo confrontando aí com terreno de propriedade do Estado. (Aa) Francisco de Sá Filho<sup>341</sup>.

Mas Loureiro não era homem de desistir facilmente. Em 1975, ele justificava a solicitação de recursos para a obra ao Diretor do então IPHAN, que *...no memorial pedia inclusive uma verba para o início da construção da biblioteca do museu a qual conforme discutimos, em sessão do Conselho Técnico Administrativo no ano passado, deve ser construída na parte posterior das novas dependências do museu, ocupando o terreno que ficará livre com a mudança da sede do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá para o pequeno sobrado situado em frente da Matriz e ao lado do Conselho Municipal de Cultura (Casa do Monsenhor Celso) ...deve v.s. recordar-se que o Prefeito Nelson Barbosa, frente a referida sessão, comprometeu-se a fazer, mediante prévio acordo, a mudança do Instituto e seu Museu Histórico, para o dito sobrado ...do prefeito já consegui o tombamento do referido sobrado, medida julgada indispensável para facilitar o seu processo posterior de desapropriação*<sup>342</sup>.

A partir da inauguração do MAAP (1963) percebe-se uma diminuição no ritmo dos trabalhos da DPHAN como também na injeção de recursos para as ações técnicas do museu, em especial, aquelas relacionadas com as reformas arquitetônicas, que passaram a ser arcadas pela prefeitura da Universidade. Foram encontrados em dois ofícios, recomendações da DPHAN nesta direção incluindo também a Prefeitura Municipal de Paranaguá<sup>343</sup>.

Mas a orientação técnica para a preservação do patrimônio imóvel ou mesmo móvel, Loureiro continuava recebendo até porque, o IPHAN na década de 70 contaria com o seu civismo e zelo pela causa da cultura por já considerarem o MAAP uma unidade museológica capaz de gerenciar à distância sete museus, atribuição conquistada pela sua projeção e atuação, como voltaremos a observar.

## Os Ditos e os Feitos

*...espero que o nosso amigo Saia já lhe tenha comunicado ...a respeito da escada de acesso ao museu e da conversão de uma porta em janela, para atender ao desejo dos homens do Instituto Histórico local ( Rodrigo M. Franco, 1962)*

Durante toda a pesquisa, foram encontradas na literatura consultada e na documentação primária, várias incongruências não só relacionadas às datas, que poderiam ser atribuídas ao lapso de impressão, o que não é justificável, com também às propostas subliminares dos intelectuais relacionadas a própria política cultural e, ao conteúdo temático e conceitual das Instituições envolvidas.

Sempre que possível optou-se por utilizar as informações contidas nas fontes primárias citadas. No entanto, é interessante tecer alguns comentários sobre os paradoxos mais significativos relacionados: a criação, a instalação e a inauguração do MAAF.

Nos acordos, ajustes e acertos para a adaptação do antigo convento dos jesuítas em espaço museológico, foram identificadas algumas contravérsias na condução técnica da DPHAN, como:

### ○ Acesso de entrada para o Museu

Rodrigo de Melo Franco informa a Loureiro que *...o projeto definitivo do novo acesso ao museu ...estou insistindo com o arquiteto Saia ...para ultimar ...as providências principalmente para ser o referido projeto apresentado ao Governo do estado visando fundamentar o edido da cessão do “Pró rio Estadual” e complementa) ...creio ue somente à vista de um desenho elucidativo da nova entrada rojetada para o museu, perceberá mesmo governador o interesse público para justificar a solicita ão formulada.*

Loureiro fora diplomáticamente alertado por Rodrigo sobre a premissa fundamental da política preservacionista que inviabilizava a descaracterização do monumento tombado, em favor da sua nova utilização devendo, esta sim, “adequar-se ao espaço físico do prédio, tal premissa poderia ser flexibilizada desde que interesses mais relevantes” estivessem em jogo.

No caso, era a ocupação de toda a quadra em que se localiza o antigo convento que interessava a Loureiro para a expansão do Museu o que implicaria, na desapropriação de terrenos vizinhos como também na cessão e incorporação do imóvel pertencente ao governo do estado, no qual estava instalado o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, projeto apoiado pela diretoria da DPHAN<sup>345</sup>.

Pode-se afirmar que, o antigo convento se comunicava com a cidade pela rua Coronel João Estevão conhecida como rua da Praia. Este acesso principal pode ser comprovado:

- 1) pelas amplas aberturas de acesso que se encontram na fachada leste/sul viabilizando a entrada e o escoamento de produtos para a alfândega;
- 2) pela proximidade com o rio Itiberê e o porto histórico, bem como, do material bélico pesado que chegava para a 5ª Região Militar;
- 3) pela observação contida no parecer do arquiteto Luiz Saia (1956);
- 4) pelo ofício nº396/Dc de 23/03/62 do diretor do Serviço de Patrimônio da União para Rodrigo de Melo Franco.

Estavam sendo flexibilizadas “as peculiaridades originais” sendo alterada a aparência de sua destinação primitiva.

O projeto “do novo acesso ao museu” criou inconvenientes técnicos e científicos por que, impediu que:

- a) o Antigo Convento fosse plenamente apreciado a partir da sua projeção arquitetônica frontal original enquanto patrimônio, única construção jesuítica no Paraná com três pisos, no sul do país;
- b) o circuito museográfico e o claustro, favoreceram uma relação irreal de unidade temática e institucional com órgão co-irmão, o Museu Histórico do IHGPG, confundindo os visitantes;
- c) exigiu a construção de um mezanino e de uma escada de madeira, a anulação de duas escadas originais, em cantaria, para organizar “o circuito museográfico” e,
- d) contribuiu para o comprometimento da informação sobre a capela do antigo convento.

Em 1974, Loureiro em correspondência a Renato Soeiro, então diretor do IPHAN, em substituição a Rodrigo, ao discorrer sobre o atraso das



obras que impedia a abertura das salas de visitação do Museu, consulta se não poderiam reabri-lo ...adotando-se a eventual entrada na Rua da Praia, o que era feito antes do início das obras<sup>346</sup>.

Portanto, a entrada oficial do MAAp, pela rua xv de Novembro se constitui em uma clara demonstração de poder e de força que a política cultural oficial da DPHAN implantou em Paranaguá, em apoio ao projeto de Loureiro Fernandes, mesmo com o comprometimento da ações técnicas e ferindo os interesses locais representados pelo grupo do IHGPG.

## A Nave central da Capela do Antigo Convento dos Jesuítas

Com a mudança do acesso principal do prédio tombado, a nave central da capela do convento dos jesuítas se transformou na passagem de ligação entre a entrada do MAAp e a rua xv de Novembro.

Para sanar, a imprecisão provocada pelo ajuste por interesse, Loureiro recorreu a Cúria Diocesana do Paraná, solicitando a doação e transferência da ...cruz feita de trilhos da estrada de ferro (Paranaguá-Curitiba), que se acha no pátio da igreja catedral, apoiada à parede da mesma igreja. Com a permissão concedida pelo Bispo, a cruz é instalada, sob o arco cruzeiro, na parede externa da antiga capela.

Se por um lado, Loureiro procurava sanar uma falha na informação, por outro, simbolicamente, ele procurava dar consistência à vinculação entre o litoral e o primeiro planalto com atributos religiosos no espaço jesuítico legitimado para a preservação da memória, ação já realizada pelo grupo do IHGPG e por ele criticada<sup>347</sup>.

## A Porta de entrada do Museu

*...do jardim para a área interna do Museu, felizmente a velha porta da Igreja de São Benedito, de duas folhas, adapta-se muito bem ao antigo vão, mandei orçar o caixilho ...teremos assim resolvido o desagradável problema...*

Loureiro apresenta a Rodrigo uma “solução prática”, definitiva e coerente que auxilia legitimar o novo acesso para o Museu, a DPHAN calou, no sentido oficial, e a porta da Igreja de São Benedito, foi instalada no acesso principal do MAAP, com o seu “consentimento mudo”<sup>348</sup>. Mas, que porta teria sido colocada na Igreja de São Benedito?

## A Colocação de grades nas janelas

A questão da segurança das peças sempre foi motivo de preocupação. Os grandes vãos que representam as janelas externas do antigo convento eram vias fáceis para furtos e invasões por parte da “molecada local” afinal, o convento está localizado na área portuária da cidade. Tais preocupações levaram Loureiro a colocar grades de ferro nas janelas do primeiro pavimento. Estas grades deram ao antigo convento o aspecto de prisão e, como o espaço arquitetônico foi ocupado pela Guarda Nacional, muitos moradores da cidade, atribuem esta segurança ao fato de que ali ...poderiam ter sido aprisionados negros, ladrões e até mesmo os inimigos do Império<sup>349</sup>.

A lista dos ditos e dos feitos é mais longa e será abordada adiante quando forem analisadas as adaptações internas para o circuito museográfico e a formação do acervo. Por hora, é feito apenas o registro que, quando Loureiro desceu a serra do mar em direção a Paranaguá para ali realizar o seu projeto de museu universitário, pela segunda vez, ele conseguiu impor seus planos e metas com o auxílio do poder constituído. Se no caso do Museu Paranaense contou com o apoio do interventor Manoel Ribas e de catedráticos da FFCL, especialmente alguns “bandeirantes” no litoral, ele contou com a ação incisiva da política preservacionista oficial. Sem tais parceiros, a museologia do Paraná não teria qualquer representatividade no cenário nacional e até mesmo internacional, portanto, foi graças a determinação e persistência e, tendo no autoritarismo político um fortíssimo aliado que Loureiro concretizou seus projetos museológicos.

## As Articulações e os Convenios Realizados para a Instalação do Museu da Universidade Federal do Paraná, em Paranaguá

*...na resposta a minha carta o Sr. Ministro não soube honrar a sua palavra. Nada mais me compete fazer senão acautelar-me e não mais confiar nas afirmativas verbais de quem quer que seja: não importa seja Governador, Arcebispo, Ministro, Reitor, Diretor ou simples Professor Universitário (Loureiro, 1965)*

O que se pretende neste item é apresentar a complexa tarefa de instalação do Museu Universitário no litoral do estado, mesmo com o apoio e incentivo da política oficial de preservação, que chegou a ser considerado, por muitos, como um “capricho pessoal” de Loureiro Fernandes.

### A Institucionalização do MAAP na UFPR

*...mais recursos para o Museu do Loureiro (Homero de Barro, 1961)*

*...o Processo nº11.423/65 da dphan (15/03/65) ...devolvido à essa Universidade em 17/05/66 ...não havia pessoal concursado no Paraná ...o processo foi inexplicavelmente, engavetado na Antiga Faculdade de Filosofia e, descoberto, após o início da atual Reforma Universitário (Loureiro Fernandes, 1974)*

*...Profº Loureiro, a sua Universidade, tem um grave defeito que impede em parte, seu progresso. Carrega demais no r de burocracia (Alfredo Russin, 1974)<sup>35º</sup>.*

Se para a DPHAN o MAAP já existia em suas planilhas financeiras, projetos de restauração e diligências para a formação do acervo, no organograma da UPR ele só foi criado, instituído e autorizado o seu funcionamento por intermédio de resolução 01/62 do conselho universitário.

Até então, a correspondência encaminhada por aquela diretoria do patrimônio, era dirigida ao chefe do departamento de antropologia, ao

diretor do Instituto de Pesquisa ou mesmo ao Profº Loureiro Fernandes, caracterizando uma situação peculiar na qual, o MAAAP e a pessoa de Loureiro Fernandes se confundiam.

A falta de um expediente interno que o instituísse enquanto unidade universitária, propiciou que houvesse uma centralização das atividades do e para o MAAAP no âmbito universitário, na pessoa de Loureiro Fernandes o que ocasionou e garantiu, sem dúvida, a sua implantação, embora tenha criado um grande distanciamento entre o museu, a comunidade científica e as instâncias decisórias da reitoria.

Por outro lado, o envolvimento e a articulação destes três níveis na concepção, no gerenciamento e implantação do MAAAP, além da total ausência e participação de segmentos sociais locais, ocasionaram graves conseqüências conceituais e comprometimentos a atuação e ao papel deste museu universitário, relacionados a importância e procedimento metodológico na formação das coleções; ao tratamento técnico essencial voltado para o acervo e a sua dinamização, a viabilidade do papel educativo, cultural e até mesmo turístico do museu enquanto centro de documentação do litoral, conforme foi proposto no seu projeto original, em 1950.

Tais restrições, sem dúvida nenhuma, favoreceram a que o MAAAP passasse a ser conhecido e referido como o “Museu do Loureiro”, conforme expressão usada pelo então, diretor da Faculdade de Filosofia além, daqueles que o identificavam como um Museu Municipal<sup>351</sup>.

## A Constituição de um quadro de pessoal e os seus reflexos na constituição do museu

A Resolução 01/62 dispunha:

*Art nº 2 - o Museu de Arqueologia e Artes Populares é constituído dos seguintes órgãos:*

- a) Serviços Técnicos Científicos, integrado por duas Divisões: Divisão de Arqueologia e a Divisão de Artes e Tradições Populares.*
- b) Serviços Técnicos Educacionais, integrado por duas Divisões: Divisão de Cadastro das Jazidas Arqueológicas e a Divisão de Assistência ao ensino e orientação do público.*
- c) Serviços Administrativos e Técnico – auxiliares.*

*Art nº 4 – o Diretor do Museu será nomeado pelo Reitor da Universidade do Paraná, ouvido o Conselho Consultivo do dphan., mediante lista organizada pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e composta de três nomes de professores do Curso de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da mesma Universidade*

*Art nº 5 – os serviços técnicos educacionais serão exercidos por pessoas de nível técnico, secundário ou Normal que possuam títulos específicos ou tenham realizado trabalhos afins aos serviços de que especificamente se ocupa a Divisão. Art nº 6 – os serviços administrativos e técnico auxiliares do maap serão exercidos por pessoal, igualmente, nomeado no quadro Permanente do Pessoal da Universidade do Paraná e compreende os serviços de: secretaria (AF), biblioteca (EC), Transporte (CT), Guarda e Conservação (GG)<sup>352</sup>.*

Imediatamente Loureiro, enquanto “encarregado da organização do MAAP” encaminha ao reitor, em atendimento a sua determinação, o quadro de pessoal necessário para o museu (Ver Quadro 27), a ser incluído ao quadro geral da universidade e submetido ao ministério da Educação e Cultura.

## QUADRO 26

### Necessidades de Pessoal Qualificado para o MAAP/1966

CARGOS PROPOSTOS	LOTAÇÃO / NÍVEL	FUNCIONÁRIOS A SEREM NOMEADOS
Antropólogo A/ Pesquisador		Lic. José Wilson Rauth
Antropólogo B / Pesquisador	2 / 18	Lic. Mª Philomena Gebran Velloso
Oficial de Administração	1 / 12	Bacharelado Igor Chmyz
Preparador de Museu	2 / 12 A	Não indicado
Escriturário	2 / 8	Não indicado
Laboratorista		Bacharel Iracê Dantas/Abrão M. Celestino
Motorista	1 / 8	Aguinaldo Araújo Bastos
Auxiliar de Museu		Não indicado
Auxiliar de Biblioteca	1 / 5	Profª Clenir de Assis
Escrevente datilógrafo	1 / 5	Não indicado
Servente	4 / 5	Felipe P. da Rocha /Heitor Alexandrino Gomes / Orlando Lopes Martins

Fonte: Of/JLF nº 8/62 de 20 de março de 1962 Arq/MAEP

Somente com o planejamento da inauguração do MAAP para 19 de dezembro de 1962, quando das comemorações do cinquentenário da Universidade é que salta aos olhos da administração central da reitoria, a incongruência na competência sobre a deliberação da nomeação do diretor do Museu, segundo a cláusula IV do convênio com a DPHAN<sup>353</sup>.

Nela, o diretor do MAAP seria “nomeado por Decreto do Presidente da República, mediante lista tríplice encaminhada pela Reitoria” e, de acordo com o art 4º da resolução nº 01/62 do conselho universitário, ele “seria nomeado pelo Reitor da Universidade do Paraná, ouvido o Conselho Consultivo da DPHAN”.

Nesta ocasião, o reitor Flavio Suplicy de Lacerda e o diretor da FFCL, Homero de Barros, comentaram oficialmente ...só agora foi verificado que com aquele documento estamos infringindo a universidade ...assinamos compromissos quase unilaterais e estamos dando atribuições ao Sr. Presidente da República<sup>354</sup>.

A correspondência particular de Loureiro aponta para o significativo jogo de forças que se dava nos bastidores da Universidade no que diz respeito a implantação do MAAP. Muitos são os documentos que expressam claramente que o projeto do Museu era da política oficial de preservação e não acadêmico.

Sobre esta situação, muito interessantes e fortes são as palavras que Loureiro Fernandes dirige a Marília Duarte Nunes, em uma das suas cartas pessoais ...neste sentido recebi uma carta fabulosa do Rodrigo no dia 14 na qual me comunicava que no dia 15 de maio havia sido convocada uma reunião do Conselho da DPHAN para apreciar o caso da minha nomeação, pois o Reitor havia oficiado, submetendo a mesma a apreciação do Conselho da DPHAN. Primeira captulação Magnífica. Portanto voce estava certa ...quando ao entregar ao Rodrigo aquelas cópias defendeu e procurou justificar a atitude deste seu velho amigo<sup>355</sup>.

Após uma grande troca de correspondências entre a reitoria e o então IPHAN, Loureiro foi nomeado em 9/04/62 segundo o Art nº 4 da Resolução nº 01/62, Diretor do MAAP e, deliberou ...tratei logo de convocar o Conselho Consultivo do iphan que, em Sessão realizada a 15 do corrente, aprovou por unanimidade e com louvor, o Parecer do Relator, o Profº Pedro Calmon, a sua designação para diretor do museu de Paranaguá, ..(no qual esclarece que) . Afigura-se me que, sendo o Museu criação

*universitária no gozo da autonomia administrativa e didática, sem que no Quadro de Pessoal da entidade figure o cargo de Diretor, assim sem origem na Lei, não cabe ainda a audiência do Chefe do Estado. É pacífico que em tal situação o poder nomeante é, na forma do estatuto da Autarquia Cultural, o seu chefe, o Reitor. Como o instrumento de fundação do museu foi aprovado com esta ressalva pelo Conselho Universitário, é legítima esta indicação sobre a qual se pronunciará por mérito, como colaborador – interveniente o dphan ... (e) ... que o ideal seria normalizar-se a vida do novo instituto, tão interessante para os estudos arqueológicos, folclóricos e artísticos no litoral do sul do país, tendo como centro o velho Colégio de Paranaguá<sup>356</sup>.*

Este episódio causou um mal estar interno da Universidade e valeu, ao MAAp algumas retaliações de recursos financeiros e humanos. Entre elas pode-se destacar, poucos meses depois, uma correspondência remetida a Rodrigo de Melo Franco, na qual Loureiro relata que, quando da visita do ministro da Educação e Cultura Darcy Ribeiro ao Paraná, durante entendimentos pessoais realizados entre o ministro e o reitor, sobre o quadro de pessoal especializado para o MAAp, Flávio Suplicy de Lacerda, ... alegou que as condições financeiras eram desfavoráveis e que piorarão ainda mais no próximo exercício<sup>357</sup>.

Rodrigo de Melo Franco então afirma que, ... em tais circunstâncias, o adiamento da inauguração do museu impõe-se como única solução. Loureiro ainda sugere a constituição de uma fundação para manter o museu, ... mas a que fontes recorrer para obtenção do patrimônio financeiro de tal fundação? (Pergunta-lhe Rodrigo)<sup>358</sup>.

Inconformado, Loureiro comunica ao ministro Darcy Ribeiro o valor da verba aprovada pelo conselho universitário, três milhões de cruzeiros, para a manutenção e pagamento do pessoal, o que já representava 50% de custo para a remuneração de pessoal prestador de serviços. Sugere então Loureiro que ... se o Governo Federal aproveitar os termos do Art nº 23 da Lei nº 4.069 de 11/06/62, três dos funcionários, que já anteriormente a esta data, trabalhavam para o museu, ... a situação melhoraria, pois passarão, por certo, a ser pagos por outra verba.

O que Loureiro reiterava, na verdade, era a absorção dos funcionários no serviço público o que já havia sido solicitado em setembro de 1962, pela reitoria, nos termos da lei nº 3.760 de 18/08/60, o que possibilitaria

... o funcionamento do museu como uma Instituição não só consagrada à educação popular mas também ao progresso dos estudos científicos nos setores da Arqueologia, das Artes e Tradições Populares, como fora planejado ...peço vênha, para fazer novo apelo ao ilustre antropólogo e titular da pasta da Educação e Cultura do nosso país<sup>359</sup>.

Por três anos, Loureiro respondeu pelas duas divisões do Museu, a de arqueologia e artes populares. Somente em 1962 o MAAp terá pessoal de apoio que, também guardava o museu, pagos mediante recibo, com recursos ora da DPHAN, ora como prestadores de serviços vinculados a algum projeto de pesquisa arqueológica financiadas por agências de fomento como a CAPES.

Em uma longa e detalhada exposição de motivos sobre a necessidade do preenchimento do quadro de pessoal, apresentada ao diretor da Faculdade de Filosofia, o Dr. Homero de Barros, em fevereiro de 1965, Loureiro afirma que *...o museu funciona precariamente com três funcionários efetivos, nomeados pela contingência da Lei nº 4069 de 11 de junho de 1962 ...são os licenciados José Wilson Rauth, Professor da Antropologia da Faculdade de Filosofia de Paranaguá, responsável pelas coleções de Arqueologia; Igor Chmyz, escriturário datilógrafo e responsável pelo cadastro das jazidas arqueológicas, o qual, como é do conhecimento de V. Excia, desde 1964 está funcionando no laboratório de Arqueologia Pré-Histórica, e o servente Felipe Pereira da Rocha, a cujo cargo está zelar, particularmente, pela limpeza, conservação e fiscalização da visitação pública ... para que pudéssemos franquear à visitação pública a maior parte do primeiro e segundo pavimentos, onde estão expostas preciosas coleções arqueológicas, etnográficas e de cultura sertaneja, tornou-se necessário não só manter, mediante pagamento de serviços prestados, o Sr. Aguinaldo Bastos, mas também conseguir com o Estado do Paraná, um feitor da região litorânea, o qual recebe uma pequena gratificação adicional.*

Esta situação além de impedir a expansão dos “trabalhos científicos” do Museu, sobrecarregavam o pessoal docente do dean, que *...prestavam assistência periódica ao Museu, (comenta ainda) sobre os poucos recursos materiais e de pessoal que foram disponibilizados, após a assinatura do convênio com a dphan, à disposição do Departamento de Antropologia, mal permitiram dar início ao museu para o público (e acrescenta)*



*...graças à cooperação da equipe do Departamento de Antropologia e a colaboração da Sr<sup>a</sup> Diretora do Museu Paranaense (Marília Duarte Nunes), como consta do próprio relatório de 1963 do Senhor Diretor da Faculdade de Filosofia, foi possível realizar essa etapa inicial e inaugurar o Museu a 29 de julho de 1963.*

*Loureiro alerta ainda que, o Decreto nº 55.617/65 exigia um ...plano de desenvolvimento do serviço ...ora, desde 26/01/62 quando da criação do maap, o plano já havia sido apresentado ao Conselho Universitário sendo inclusive, ressaltada a necessidade de pessoal qualificado para o funcionamento do museu no que se refere à visitação pública (além de dar início a) ...organização do acervo para os especialistas, ao qual cumpre beneficiar, em nível universitário, os estudos sobre a cultura tradicional brasileira, particularmente em perspectivas paranaenses.*

*Tal providência não ocorreu até 1964, segundo o diretor do MAAP em sua exposição de motivos. O museu permaneceu sem um pesquisador para desenvolver atividades na divisão de artes e técnicas populares bem como de arqueologia, "isto porque no quadro da Universidade não foi criado o cargo de antropólogo".*

*Nesta ocasião, Loureiro chega a indicar nomes para os cargos de laboratoristas, nas duas áreas do Museu. Quando refere-se aos serviços administrativos, ele afirma que ...foi onerando os serviços do Departamento de Antropologia que já são precários ...o que acarretou graves contratemplos em 64, pois ...a comunicação entre as instituições é difícil telefonicamente pela falta de um aparelho no Museu ...as atividades essenciais e educativas e culturais que cumpre desempenhar a Universidade, encontram-se prejudicadas ainda pela falta de nomeação da bibliotecária indicada, na época e que reside em Paranaguá<sup>60</sup>.*

*Outra preocupação de Loureiro referia-se ao ...licenciado Igor Chmyz, ...(pois) não só deu provas da sua capacidade didática auxiliando-me, como assistente voluntário, ao lecionar em 64 a disciplina de Arqueologia Pré-Histórica, como também assumiu a direção dos trabalhos de cadastramento das jazidas arqueológicas do Estado do Paraná, tarefa que realizamos em colaboração com a dphan ...dando assim a Universidade do Paraná, através do Departamento de Antropologia, colaboração eficiente para o cumprimento da Lei de proteção às Jazidas Arqueológicas. Representaria a nomeação do licenciado como auxiliar de ensino,*

*dupla vantagem, pois não só regiria, no Departamento de Antropologia, a disciplina Arqueologia Pré-Histórica e Etnografia do Brasil, como supervisionaria, no Museu de Arqueologia e Artes Populares, na Divisão Técnica Educacional, a secção de cadastros das jazidas arqueológicas.*

Sintetizando a necessidade do quadro mínimo para o bom andamento do museu (Ver Quadro 28), ainda no mesmo documento, Loureiro reapresenta suas demandas.

Após considerar que o espírito do decreto nº 55.617, no seu entender, é o de solucionar os graves problemas que vem travando o desenvolvimento e normal andamento dos órgãos que integram as Universidades Federais, um dos que merece ser pelo menos contemplado é o MAAAP, advoga ainda o seu diretor.

Finalmente, Loureiro encerra escrevendo *...peço vênias para acentuar a V. Excia, que ao apelar não só ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Profº Flávio Suplicy de Lacerda, mas particularmente ao Exmo. Sr. Reitor da Universidade do Paraná, Profº Nicolau dos Santos e V. Excia. Senhor Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, para que V. Excias., usem dos benefícios que lhes faculto o Decreto nº 55.617, em favor do Museu de Arqueologia e Artes Populares, eu faço como último esforço, para impedir que esta Instituição, que foi criada para ser um grande centro universitário, no sentido de incrementar os estudos sobre a cultura brasileira, venha a se transformar num simples depósito de material.*

## QUADRO 28

Pessoal indicado para o MAAP/1965

DIRETOR	PROFº JOSÉ L. FERNANDES	JÁ NOMEADO
1 Pesq. S./Arqueologia	Licenciado José W. Rauth	Já nomeado
1 Pesq. S./Artes e Trad. Populares	Licenciada Iracê Dantas	Nomeação solicitada
1 Lab. S./Arqueologia	Abraão M. Celestino	Idem
1 Lab. S./Artes e Trad. Populares	Licenciada Ute Aumann	Idem
1 Aux./Bibliotecaria	Profª Clenir de Assis	Idem
1 Escrit./Datilógrafo	Joaquim Estevão	Aguarda vaga
1 Servente	Felipe F. da Rocha	Já nomeado
1 Servente	Gabriel A. Bastos	Nomeação pedida
1 Motorista	Aguinaldo A. Bastos	Nomeação pedida

Fonte: Of/11f nº 05/65 de 23 de fevereiro de 1965 Arq MAEP

Na verdade, o que se observa em toda a documentação é que a Universidade sempre emprestou resistência em criar um quadro de pessoal para o Museu, além das várias mudanças na política voltada para o funcionalismo público. Loureiro indicava aqueles com os quais podiam contar por já terem demonstrado afinidades, interesses e rendimento nas atividades técnicas. Mas, o momento já não era de nomeações e sim de concursos; a Universidade não oferecia qualquer condição para a permanência de pesquisadores no litoral inclusive, em vários documentos, as instalações livres do Museu são descritas como alojamento para os pesquisadores.

## A Tentativa de Desvincular o MAAP da Universidade

*...a solução de desligamento total da Universidade é ideal, tanto Vossa Magnificência, Sr. Profº José Nicolau dos Santos como o ex-Reitor Profº Flávio Suplicy de Lacerda, colocaram sempre em uma posição excêntrica o Museu, no contexto universitário*  
(Parecer/11FL, 1966)

Reiterando este apelo, Loureiro encaminha um ofício ao ministro, o Profº Flávio Suplicy de Lacerda que foi encaminhado por intermédio de Dr. Rodrigo de Melo Franco. Por motivo de saúde do mencionado ministro, o expediente é entregue ao ministro Interino, o Dr. Raimundo Moniz de Aragão, acompanhado de um outro documento no qual realça a necessidade de *...serem feitas, para o exercício de funções absolutamente indispensáveis ao referido museu, as nomeações de 3 técnicos de nível superior, 1 auxiliar de bibliotecário, 1 administrativo e 3 de pessoal subalterno ...cabe-me esclarecer que o Museu de Arqueologia e Artes Populares ...é órgão importante fora do comum no momento, por motivo das disposições da recente Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que estabeleceu normas extremamente rigorosas para a proteção das jazidas de material arqueológico e pré-histórico do país, reclamando, portanto, atividade intensa e relevante dos museus destinados a recolher, conservar e estudar o acervo das aludidas jazidas ...impressionante monumento histórico nacional que foi outrora Colégio dos Jesuítas, o museu, em causa, ...(tem) como Diretor o ilustre Profº José Loureiro Fernandes, catedrático de Antropologia da Universidade do Paraná e uma das maiores autoridades em nosso país, nos domínios da Arqueologia e da Etnologia ...seria profundamente lamentável e incompatível com o alto senso de responsabilidade do presente Governo da União, que uma unidade universitária com os requisitos excepcionais do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, não pudesse corresponder a seus relevantes objetivos por falta de um mínimo de servidores idôneos, cuja a remuneração importará em onus modestíssimos para os cofres públicos*<sup>361</sup>.

Sem qualquer solução para estas correspondências, Loureiro em dezembro do mesmo ano através de um ofício, comunica oficialmente ao reitor que, devido ao já exposto, solicita urgência de uma solução na medida em que, o departamento de antropologia entraria em férias coletivas, no mês de janeiro, e ele estaria em “afastamento voluntário” da direção, ficando portanto “entregue o museu as decisões do servente Sr. Felipe Ferreira da Rocha”<sup>362</sup>.

Afastado, Loureiro sugere em janeiro, ao departamento pessoal que, como a reitoria estava elaborando o quadro único de pessoal, fosse incluído o cargo de diretor do MAAP e duas funções gratificadas para as divisões

de arqueologia e artes populares. A questão permaneceu em aberto, sem solução.

Além disso, um episódio bastante peculiar ocorreu em outubro de 1965. Naquela ocasião, Loureiro solicitou demissão enquanto diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e, o reitor assina e é publicado no Boletim Informativo da Universidade, a “portaria nº3468 dispensando, a pedido, o professor da Direção do Museu”. Após contatos pessoais com o diretor do Conselho de Pesquisa e diretor do departamento de pessoal, o “descuido ou engano” foi localizado nos trâmites da reitoria e, em novembro a portaria nº3478 é expedida tornando a anterior insubsistente.

Rodrigo de Melo Franco ao receber o Boletim Informativo, enviado por Loureiro, reage imediatamente. Manifestando a sua indignação por carta, encaminhada à residência de Loureiro Fernandes, na qual afirma *...em face do ocorrido, fiquei imensamente desejoso de obter a denúncia do Convênio firmado ...e pleitear que o Museu de Paranaguá passe a órgão integrante desta repartição. E, uma vez que estamos, desde algum tempo, advogando junto ao atual Ministro reestruturar nossa Repartição, para que ela adquira maior autonomia administrativa e organização mais correspondente à diversidade e à especialização dos serviços a seu cargo, poder-se-á encarecer a conveniência de passar o Museu de Arqueologia e Artes Populares ao setor dos museus subordinados à DPHAN*<sup>63</sup>.

Na verdade, o afastamento de Loureiro do MAAP implicava em perda para o DPHAN, não só de um grande colaborador com também exigia um recomeço de contatos além de, “ameaçar a política cultural, no sul do país, tão bem conduzida”.

Loureiro, não era mais o “museologista” de outrora tinha outra linguagem técnica estava perfeitamente integrado ao movimento museológico da época e, já “cansado da tantas trapalhadas e brincadeiras”, como escreveu ao amigo Rodrigo, desculpando-se pelas gírias, interpretou a possibilidade, de denúncia do convênio, como uma oportunidade para tirar o museu da “estagnação em que se encontrava”<sup>64</sup>.



Carteira de Membro do ICOM. Arq/CEB

Em resposta a uma correspondência de Rodrigo de Melo Franco, o ministro Pedro Aleixo se dirigea reitoria da UPR e, é aberto o processo nº55-353 que teve como matéria a conveniência da incorporação do MAAp ao Patrimônio Histórico Artístico Nacional ...*pelo meio e a seu entender mais próprio ...recomende ao Magnífico Reitor daquela Universidade que o referido museu fique integrado ou subordinado ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, desligado da vinculação que tem atualmente ...trata-se ...de um dos empreendimentos culturais mais bem sucedidos do Brasil. Todos aqueles que, possuindo conhecimento satisfatório das matérias compreendidas nas finalidades do Museu ...manifestam viva admiração ...no entanto, fica impedido de dar ao museu, o impulso que reclama, por uma série de circunstâncias desfavoráveis motivadas pela posição excêntrica do estabelecimento no contexto universitário, e, tal é o desgosto causado pela presente situação ao ilustre especialista, que a obra ali empreendida está ameaçada de perder seu concurso insubstituível ...a solução preferível, na conjuntura, seria o desligamento está instalado total do museu da Universidade do Paraná e sua integração numa Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reestruturado ... (uma vez que) ...1º - que*

*ele no edifício do Antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá, próprio nacional entregue a esta repartição e pela mesma restaurado e adaptado à destinação de museu; 2º - que a Lei nº3.924, de 26 de julho de 1961, conferiu atribuições à dphan para assegurar a proteção e a divulgação do patrimônio arqueológico do país*<sup>365</sup>.

O diretor do Museu é consultado e expõe seu parecer no corpo do processo declarando que *...na defesa dos interesses do próprio Museu não devemos perder esta oportunidade que proporciona o Exmo.Sr. Ministro da Educação e Cultura, de liberar a Universidade do Paraná dos encargos do Museu transferindo-o integralmente para a dphan ...dada a íntima conexão existente entre o referido Museu e a dphan, decorrente da instalação do Museu num próprio nacional, cuja a conservação está entregue a esta Divisão Ministerial, a solução de desligamento total da Universidade é ideal, tanto Vossa Magnificência, Sr. Profº José Nicolau dos Santos como o ex-Reitor Profº Flávio Suplicy de Lacerda, colocaram sempre em uma posição excêntrica o Museu, no contexto universitário. A mesma falta de sensibilidade no que diz respeito a alta missão educacional que sempre o Museu desempenhou no âmbito da Universidade do Paraná, foi igualmente demonstrada durante estes oito anos, pelo Diretor da Faculdade de Filosofia, o Profº Homero Batista de Barros. A experiência da sua vinculação ao Conselho de Pesquisa, também não foi favorável ao progresso do Museu pois multiplicou as dependências administrativas, contribuindo para complicar normas burocráticas, acarretar maior desperdício de tempo. Por último estamos tendo a experiência da subordinação do referido Museu ao Departamento de Antropologia, que criou para a Diretoria uma situação curiosa, passa a ser integrante novamente da Faculdade de Filosofia, para certas medidas administrativas e para outras tem que continuar recorrendo a Direção executiva do Conselho de Pesquisa, como seja, a assinatura dos cheques de pagamento dos honorários do pessoal do maap ...com a nossa assegurada experiência, que a atual vinculação, não resolve o problema do museu ...Não há clima de progresso para uma Instituição Educacional, tão complexa, como é um museu numa Univerddidade como a do Paraná, na qual os seus órgãos administrativos a nosso ver, em consequência de falha interpretação das saneadoras normas burocráticas, estabelecidas pelo atual governo, não só tem complicado o andamento das nossas atividades de rotina, como também, tem prejudicado e desalentado todas*

*as iniciativas desenvolvimentistas tomadas pelo Museu. Haja visto as medidas desta Reitoria, fazendo recolher (em setembro de 1965) o único veículo próprio que o Museu possuía ( comprado com recursos da DPHAN) à garagem da Universidade para reparo e até a presente data, não dando qualquer solução objetiva ...recusando nos fornecer veículo aos sábados para trabalharmos no Museu, quando a legislação a respeito estabelece normas para estes casos ...revelam a sociedade que há ou incapacidade administrativa ou falta de sensibilidade da parte da Universidade do Paraná, em relação ao Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá e conseqüentemente deve da mesma Universidade, ter desligamento total.*

Na sessão do dia 9 de dezembro de 1966, o conselho universitário resolve por unanimidade de votos aprovar o desligamento total do MAAP e encaminha o processo a reitoria, para “estudo e execução das medidas necessárias ao seu desligamento”.

Tais medidas diziam respeito ao material pertencente a Universidade, o que incluía as coleções científicas, o pessoal ali lotado e o patrimônio administrativo. Por outro lado, a DPHAN ainda estava passando por um processo de reestruturação e, as dificuldades para esta transferência estavam também localizadas no quadro de pessoal vivendo problemas de preenchimento para o seu próprio quadro e, até mesmo da sua inserção no organograma do ministério.

Apreensivo com a reação dos poucos funcionários, recém lotados no Museu, já terem manifestado o desejo de permanecerem no quadro da Universidade, Loureiro escreve a DPHAN, agora dirigida por Renato Soeiro, reiterando a necessidade de serem criadas funções gratificadas para o quadro do Museu apontando os técnicos que deveriam ser contratados.<sup>367</sup> (Ver Quadro 28).

## QUADRO 28

Pessoal a ser Lotado no MAAP/1967

Laboratorista (contratado)

Datilógrafa (transferida do Hospital de Clínicas)

Licenciados (recém nomeados)

Celso Perota

M<sup>a</sup> Esmeralda Quadros

Wilson Rauth e Igor Cmyz

Fonte: Of/JLFS/nº de 17/06/67 Arq/MAEP



Também era observada, no Paraná, a dificuldade para atuar no controle das jazidas arqueológicas por falta de recursos e de pessoal. Loureiro em correspondência a Renato Soeiro declara *...estar preparando a sua retirada da Direção do maap ...por começar a descrever no andamento do processo renovador, que se encontra em Brasília, graças ao qual teríamos possibilidades de outros recursos e de pessoal ... (e acrescenta) compreendendo que para a situação atual da dphan, talvez seja desejável continuar essa colaboração com a Universidade Federal para levar avante a obra do nosso museu, caso assim seja, ...deixarei a sua Direção para quem nesse rumo possa melhor orientar o futuro do Museu.*

## Reformulação do Convênio com a DPHAN

*...mostrando assim que a Universidade Federal do Paraná colaborava com um Órgão do Ministério da Educação e Cultura, no sentido que se realizasse o programa da política cultural do Governo, qual seja dar tanto quanto possível aos prédios-monumentos nacionais, após restaurados, uma finalidade precípua cultural. A finalidade de Museu é que caiba no caso do Colégio, pois o seu êxito já estava assegurado só com a visita organizada àquela construção jesuítica do século XVIII a única ainda existente no Paraná com três pisos (Loureiro, 1972)*

Atendendo a solicitação de Soeiro para permanecer a frente do MAAP, e sendo impossível contornar a situação, Loureiro então recua e retoma as negociações com a Universidade esclarecendo que, *...por não encontrar a DPHAN, solução satisfatória para o caso do MAAP, na reforma administrativa por que passou o Ministério da Educação, continuaria o museu, como um órgão universitário*<sup>369</sup>.

Na Universidade, devido as reformulações e questões de política interna, o museu havia saído da esfera do Instituto de Pesquisa, então transformado em Conselho de Pesquisa, e fora anexado ao departamento de antropologia, “à vista dos interesses do ensino”. Estando vinculado a um departamento didático, tornou-se necessário ser reformulado convênio com a DPHAN e, um termo aditivo foi firmado em 6 de fevereiro de 1969 neste documento, são as seguintes as alterações;

- na cláusula II foi acrescido do item (c) - contribuir para a formação técnica e científica dos estudantes nas diferentes disciplinas antropológicas;
- na cláusula IV o diretor do museu passou a ser nomeado pelo reitor da Universidade Federal do Paraná;
- na cláusula VII a DPHAN prestaria apenas assistência técnica ao museu e deveria ser consultada sobre os assuntos que diziam respeito à organização museográfica;
- na cláusula VIII permanecia o compromisso de inclusão do museu na proposta orçamentária do DPHAN e,
- na cláusula XI o quadro administrativo permanecia a cargo da Universidade

O prazo para a elaboração do Regimento (até então não elaborado) foi estendido para 120 dias (cláusula XIII) e permanece a cláusula XIV na qual na eventualidade de denúncia do convênio, o acervo do museu passará à jurisdição exclusiva deste órgão do Ministério da Educação e Cultura<sup>370</sup>.

Com este novo acordo, o MAAP permaneceria subordinado técnica e administrativamente ao DEAN, diminuía a ingerência do DPHAN, na política interna da Universidade mas, permanecia o controle sobre a política museológica, a manutenção do patrimônio arquitetônico e do acervo, ali depositado, estando portanto a UFPR, gerenciando para a DPHAN, o bem imóvel e os bens imóveis nele contido.

Como medida preliminar necessária para a efetivação do aditivo, foi aprovada uma tríplice Divisão científica, para orientar as exposições permanentes, que já haviam sido definidas desde a implantação:

a 1ª seção-arqueologia geral e sítios arqueológicos pré-cerâmicos - a cargo da profª Mª José Menezes;

a 2ª seção sítios arqueológicos cerâmicos e ergologia indígena - a cargo do profº Igor Chmyz e,

a 3ª seção artes populares e folguedos temáticos paranaense a cargo do próprio Loureiro que continuava respondendo pela direção<sup>371</sup>.

Percebendo as fortes mudanças ocorridas na política preservacionista e cultural oficial, Loureiro sentiu que o apoio da DPHAN cada vez era mais frágil e eventual. Por outro lado, ele sabia que não poderia esperar mais muito tempo, tendo em vista, o afastamento de Rodrigo de Melo

Franco, seu braço forte, da direção como também, frente as modificações na legislação do funcionalismo público federal, com a criação do DASP. Mas os seus planos não haviam ainda sido concluídos.

## O Convênio com a Prefeitura Municipal de Paranaguá

Amparado em legislação municipal de Paranaguá voltada para a cultura e contando com o entusiasmo e apoio do prefeito Nelson de Freitas Barbosa, Loureiro vislumbra uma oportunidade para sanar alguns problemas de ordem prática e também científica promovendo a celebração de um convênio entre a prefeitura municipal, através do seu conselho de cultura e a DPHAN, por interveniência da Universidade que foi celebrado em 25/01/69, pelo mencionado prefeito, pelo vice-reitor, Dr<sup>o</sup> Brasil Pinheiro Machado, pelo chefe do 4<sup>o</sup> Distrito da DPHAN, o Dr<sup>o</sup> Luiz Saia, pelo presidente do conselho municipal de cultura, o Prof<sup>o</sup> Antonio Regis da Costa e por um dos seus conselheiros o prof<sup>o</sup> Manoel Vianna e, pelo próprio diretor do Museu, Loureiro Fernandes.

Por este documento a prefeitura assumia o compromisso de conceder mensalmente, a partir de janeiro de 1970, o auxílio financeiro correspondente de dez salários mínimos que seriam destinados ao pagamento de energia elétrica, de água e esgoto, à aquisição de equipamento técnico científico para o laboratório, de peças museológicas, livros, revistas para a biblioteca bem como seria designado um funcionário para ...prestar, no museu, com objetivo específico de entrosar suas atividades com os serviços culturais e de turismo da referida Municipalidade ...o museu funcionará como organismo complementar para o ensino primário e médio e, bem assim como ponto de atração turística para a cidade e centro de difusão de cultura geral<sup>372</sup>.

O termo de retificação e ratificação deste convênio, que não representou grandes alterações ao documento original, foi assinado pelo interventor federal de Paranaguá, o general de divisão R/1 João Rabello, pelo Dr. Luiz Saia do 4<sup>o</sup> distrito do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, pelo diretor do Museu prof<sup>o</sup> José Loureiro Fernández, pelo reitor da Universidade prof<sup>o</sup> Flávio Suplicy de Lacerda e pelo diretor do Patrimônio Nacional, Dr. Renato Soeiro<sup>373</sup>.

Este instrumento representa a primeira articulação concreta entre o município e o MAAP, após dez anos de uma indiferença branca exercida pelos intelectuais locais. Não foi localizado qualquer documento que comprove a participação da Prof<sup>a</sup> Henilda em atividades efetivas no Museu, nem ações museológicas voltadas para o ensino primário e médio da cidade. No entanto, algum movimento no sentido de incentivar e organizar o plano urbanístico para atender a demanda turística foi levado a cabo.

## O MAAP e o Turismo Cultural no Litoral

*...não tenho notícia de qualquer iniciativa desinteressada em favor do turismo paranaense levada a efeito por qualquer grupo liderado pelo signatário do referido ofício ...a iniciativa que se pretende levar avante na "Ilha do Farol" não visa o interesse público e irá parcial e gravemente destruir um recanto paisagístico da nossa costa atlântica ...trata-se de uma organização particular que visa a exploração econômica turística, para uso dos "pagan-tes" do hotel (Loureiro/1964)*

Motivado pelos resultados do congresso realizado em comemoração ao tri-centenário de fundação de Paranaguá, ocorrido em julho de 1948 (item 1-2), o prefeito João Eugenio Cominese expressa oficialmente a câmara municipal as vantagens econômicas que a cidade poderia usufruir face ao seu potencial turístico. Ações nesta direção, no que diz respeito à questão da urbanização só serão iniciadas nos anos 60. (Ver Anexo 9)

Loureiro havia participado do conselho da defesa do patrimônio natural do Paraná, vinculado a secretaria estadual da agricultura enquanto representante do Museu Paranaense do qual se afastou em 1955, como também, participou do conselho estadual de turismo do departamento de turismo da secretaria de estado de cultura enquanto representante do CEB enquanto Júlio Moreira representava o Museu Paranaense portanto, mesmo antes da assinatura do convênio com a prefeitura, Loureiro já atuava na preservação do patrimônio natural como também na sua valorização enquanto patrimônio de interesse turístico<sup>374</sup>.

Tendo feito contato e, contando com a colaboração do Dr. Joaquim Tramujas, Loureiro envia um plano urbanístico de Paranaguá atendendo

a solicitação do Touring Club, por intermédio do Sr. Branislau Roguski, no sentido de sinalizar os pontos históricos de interesse turístico ...onde estavam assinalados com pontos vermelhos, o local onde devem ser colocadas 12 placas do Touring Club indicativas da sede do supra museu ... Alerta ainda Loureiro, que algumas destas placas poderiam também levar a indicação de ...alguns locais de interesse para a visitação turística como a Velha Fonte (séc.XVIII); a Igreja de São Benedito (séc. XVII); a Igreja de São Francisco e a casa onde nasceu Brasília Itiberê...<sup>375</sup>.

No entanto, em 1966 este assunto retoma à pauta das correspondências trocadas, com o então prefeito Nelson Barbosa. Em uma delas, Loureiro orienta sobre como a Prefeitura deveria proceder sistematicamente levando em consideração ...os pontos essenciais: entradas da cidade por automóvel, estação de estrada de ferro, aeroporto, cais do porto, Rua XY de Novembro; os pontos como, a praça Cônego Ascendino, a Matriz, a Avenida Gabriel de Lara, o Rocio, as adjacências da Escola Normal com o edifício do Comércio e Telégrafos...<sup>376</sup>.

Tais providências só foram efetivadas em 1968, quando Loureiro acusa à prefeitura o recebimento de ...15 setas indicativas que devem ser afixadas na área urbana, sete indicativas do MAAAP e as demais referentes a Matriz, a Igreja de São Benedito e de São Francisco, a Fonte Velha, o Museu e Museu do IHGPG ...rogo-lhe acusar ao Touring o recebimento.

Acredita-se que as placas que até 1998 se encontravam na cidade, datem desta época.

Consultado pelo presidente do conselho estadual de turismo, por seu conhecimento da região, sobre a viabilidade do anteprojeto nº 140 de 11/11/1966 para ...*a construção de um grande centro de turismo e divulgação ... (constituído) por um hotel, um restaurante panorâmico e pequenas construções adjacentes, Loureiro é enfático ao criticar e se opor à proposta ...as pessoas que como eu e o signatário do referido projeto não podem ignorar que aquela área do balneário com as variantes de ritmo das marés oferece excepcionais mutações paisagísticas que não ocorrem em nenhum outro balneário. Nas grandes preamaras é realmente uma ilha batida pelas impetuosidades das ondas, isolada em meio das águas atlânticas, nas grandes baixamaras é uma pequena e encantadora península ligada por um istmo rochoso arenoso à prainha do morro ...sou de parecer que não só se deve recusar, sistematicamente, qualquer apoio*

*do Conselho de Turismo, à construção naquela área como também se deve urgentemente interferir junto ao Conselho do Patrimônio Natural do Paraná ou qualquer outra organização congênera oficial no sentido de ser considerado patrimônio nacional o mais belo recanto paisagístico de nossa costa atlântica ...já percorri a pé, toda orla atlântica do nosso estado e dos raros afloramentos rochosos que valorizam as nossas praias arenosas, nenhum conjunto paisagístico oferece tanto valor turístico como esse promontório de Caiobá com a sua pequena ilha conhecida por ilha do Farol ...face ao exposto, o Conselho Estadual de Turismo deve negar a aprovação do referido<sup>377</sup>.*

O diretor do Museu Universitário no litoral, não só acreditava e investia na “obra do MAAP” como entendia que ela precisava ser divulgada, socializada o que lhe renderiam argumentos legitimadores tanto para a DPHAN, que cobrava relatórios mensais, com o movimento da frequência de visitantes, (parâmetro que mensurava sua inserção educativa/cultural no contexto social e que lhe rendia recursos para ações técnico administrativas), para a sua argumentação junto a comunidade acadêmica e, como forma de envolver a comunidade local.

Nesta direção, Loureiro acena para o prefeito Nelson Barbosa sugerindo *...é necessário uma pessoa da parte da municipalidade que controle o convênio, pago pela Prefeitura, que em colaboração com o Museu, faça promoções de interesse cultural e turístico, sobretudo, na esfera folclórica, ...creio que o Esteves pelo Curso de História que possui e, dada a sua formação jornalística, seria a pessoa indicada... . (e continua) ...posso exemplificar com um caso imediato; entre os dioramas que vamos montar no andar superior do museu, o “Boi de mamão”, folguedo popular, no Paraná, sobrevivendo no litoral, frequentemente apresentado no carnaval ...se conseguirmos fazer conveniente montagem, poderá o Município tirar uma vantagem turística associando folguedo, visita comentada ao Museu com o afluxo de pessoas que fogem do carnaval nas capitais. É assunto que exige planejamento com maiores detalhes. Para a montagem deste “stand” necessita o Museu da colaboração da Prefeitura...<sup>378</sup>*

Não foi encontrada qualquer outra referência sobre a atuação do jornalista Esteves. Tão pouco foram encontrados documentos que comprovassem auxílio financeiro do município, para a montagem do diorama sobre o Boi de Mamão.

Procurando conscientizar todos os segmentos sociais e produtivos e suscitar na região, o interesse para o melhor aproveitamento dos atrativos turísticos culturais da cidade berço do estado, Loureiro não media esforços. Uma passagem típica foi a que se deu, em 1965 com o representante da firma Leon Israel Agrícola e Exportadora Ltda de Paranaguá – seção de vapores – que em resposta a Loureiro informa *...a escala dos navios de passageiros são marcadas com a antecedência de um ano, isto é, o itinerário e horários de chegadas já estão rigorosamente fixados, inclusive uma tabela impressa nos é remetida diretamente de New Orleans. Os navios, salvo algum imprevisto, tem entrada na barra de Paranaguá às 06:00 horas e somente às 10:30 horas são os passageiros autorizados a deixar o navio, uma vez que a Alfândega tem que fazer a devida verificação nos documentos de cada um. Assim é que somente neste horário é que estamos habilitados a iniciar o "tour", que começamos com uma passagem de vinte minutos por um armazém de café, após o que, seguimos para o Museu de Arqueologia, ou seja, lá pelas 11:15 horas, porém esta visita é bastante rápida, levando no máximo 40 minutos, uma vez que até o meio dia temos que estar com os passageiros nos restaurantes e às 13 horas de volta com os mesmos para o navio, pois temos um contrato com os taxis. Considerando que a escala dos navios em Paranaguá, ocorre somente de 15 em 15 dias, ou seja somente duas vezes por mês ...achamos que não seria por demais incomodo ao senhor encarregado do museu, fazer esta especial deferência, nos concedendo alguns minutos fora do seu horário habitual de atendimento*

Em atenção a estas peculiaridades, Loureiro informa à empresa que ...no último sábado, dei posse à Prof<sup>a</sup> Iracê Dantas, na Vice Direção do Museu e estudamos uma maneira de atender, definitivamente, o caso especial de visita dos passageiros das empresas de vapores, das quais esta conceituada firma é representante<sup>379</sup>.

Não se pode afirmar que a solicitação tivesse sido atendida, no entanto, a preocupação para com a orientação e a movimentação dos turistas fica claramente evidenciada, além do que o diretor do Museu sabia que esta frequência turística contribuía para a argumentação sobre a necessidade de pessoal para o museu.

Por outro lado, em uma correspondência informal, Loureiro informa ao prefeito Nelson Barbosa em 26/07/75 que ...li domingo passado,

na Gazeta do Povo, a notícia que remeto-lhe em anexo, na qual V. Excia poderá ver que realmente o museu é um fator de influência no turismo local ...temos, pois, de continuar a insistir no seu progresso

Reconhecendo o valor e a necessidade de conscientização sobre as questões que envolvem o turismo, a cultura popular e demais áreas das ciências humanas, o departamento de assuntos culturais (DAS) da UFPR, convida Loureiro para organiza, dentro da sua programação de verão e, contando com a colaboração da prefeitura municipal de Curitiba e Divisão de turismo da secretaria da indústria e comércio do estado do Paraná , o primeiro curso de tradição e turismo com 70 vagas e aulas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal (Ver Quadro 30)<sup>38o</sup>.

### QUADRO 30

#### Programa do Primeiro Curso de Tradição e Turismo da UFPR/1968

DIA/MÊS	TEMAS	PROFESSORES
15/01	História do Paraná Formação Étnica	Brasil Pinheiro Machado Altiva Balhana
17 E 19/01	História do Paraná História das Artes (Música)	Oswaldo Piloto Roselys Roderjan
22/01	Rodovias do Paraná Hotelaria Paranaense e Similares	Eurico D. de Macedo Milton Dal Nero
24/01	Curitiba Antiga Geologia	Júlio Moreira João José Bigarella
26/01	História Religiosa Geologia	Júlio Moreira João José Bigarella
29 E 31/01	Curitiba de Hoje Geografia Turística	Luiz A. L. Garcez Alda Moeller
02/02	Curitiba do Futuro Panorama Cultural do Paraná	Almir Fernandes Isolda Andreatta
05/02	Arqueologia Panorama Cultural do Paraná	Igor Chmyz Eny Maranhão
07/02	Arqueologia Roteiros Turísticos de Curitiba	Igor Chmyz Eny Maranhão
09/02	História de Curitiba História das Artes Plásticas	Newton Carneiro Fernando Vellozo



DIA/MÊS	TEMAS	PROFESSORES
12/02	História do Paraná por Regiões Patrimônio Histórico	Ruy Wachowicz Dalena G. Alves
14 E 16/02	História do Paraná por Regiões	Folclore Ruy Wachowicz José Loureiro Fernandes
17/02	Museu Paranaense (visita) metade da turma Museu David Carneiro (visita) metade da turma	Oldemar Blasi Fernando Carneiro
19/02	Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá Artesanato	Euro Brandão Newton Carneiro
21/02	Desenvolvimento Econômico Relações Públicas	Bento M. da Rocha Neto Luiz Carlos Sibut
23/02	Relações Públicas Aplicada ao Juris- mo – Cinema (projeção de documen- tários)	Luiz Carlos Sibut
24/02	Museu Paranaense (visita) Museu David Carneiro (visita)	Oldemar Blasi Fernando Carneiro

*Fonte: Folder de divulgação dos Cursos de Verão/1968 – Curso nº 28 Arq /CEB*

O programa oficial deste curso foi montado contando com a participação de professores da primeira geração de formandos em etnologia e discorreu sobre os aspectos comuns que caracterizam as áreas envolvidas. A realização deste curso caracteriza, com tal inovadora temática para Curitiba, a adequação às diretrizes da comissão nacional do folclore que incentivava o turismo cultural; o reconhecimento da formação da massa crítica local; um incentivo à prata da casa; um forte reforço prático ao discurso sobre a valorização da mão de obra especializada na área da cultura e do patrimônio no Paraná o que, para Loureiro que pautou sua vida profissional nestas áreas desprestigiadas do conhecimento, teve sabor de realização. É interessante notar que não houve uma programação de visita ao MAAE, por motivo de obras<sup>381</sup>.

## A Museologia praticada no MAAAP e a Formação do seu Patrimônio

Convivendo com as dificuldades de recursos – mão de obra e financeiros – para as pesquisas de campo na Área da cultura popular, os trabalhos técnicos na Área da arqueologia, especialmente, propiciaram ao MAAAP nos anos 60, a consistência de uma instituição de pesquisa respeitada nacionalmente que além de trazer ao país pesquisadores e especialistas americanos e franceses, também o projetava no cenário arqueológico internacional face ao incentivo à formação da mão de obra especializada<sup>382</sup>.

A formação das coleções pré-históricas, das “coleções etnográficas” e a montagem do circuito museográfico com todas as suas implicações técnicas e de infra-estrutura, como já foi visto, fizeram parte do cotidiano do Museu que inquieto, aguardava resoluções, decretos, recursos, portarias e fundamentalmente, pessoal capacitado para executá-los.

### O Museu de Arqueologia de Paranaguá, nos anos 60: estabelecendo atribuições e espaços

Certamente nas décadas de 50 e 60, a arqueologia paranaense viveu uma grande movimentação e foi impulsionada com a presença de especialistas estrangeiros que realizaram pesquisas e ministraram cursos e seminários. Loureiro, através do IP, levou em 1952 para escavações em Guaratuba no sambaqui do Araújo II, o Conde A. Orssich de Slavetich e Elfride Stadler Orssich, cientistas iugoslavos que procederam, ...pela primeira vez no Estado, escavações sistemáticas com metodologia e técnicas modernas ...(foram realizadas) para a análise em especial do material conchífero e do material ósseo humano (Menezes, 1967:97)

Além destes trabalhos, os autores realizaram prospecções em outras jazidas do litoral e os resultados das suas pesquisas foram publicados pela Universidade de São Paulo.

Percebe-se que os dois pesquisadores estavam no MPR, dando continuidade aos trabalhos de Ottorino Fiori, e Loureiro aproveita as suas presenças no Brasil e os convida ao Paraná por intermédio de Paulo Duarte, na ocasião diretor do Museu Paulista.

Amadurecendo os contatos com o casal Empeaire, que se encontrava no país realizando expedições científicas, Loureiro organiza um plano de ações mais detalhadas para os sambaquis do litoral paranaense. Em carta enviada a Annete Empeaire em 24 de março de 1958, ele comunica que a CAPES havia aprovado a proposta de trabalho a ser realizada nos sítios arqueológicos do Paraná<sup>383</sup>.

Durante esta primeira campanha de trabalhos, a pesquisadora francesa do Museu do Homem de Paris realizou escavações nos Sambaquis do Guaraguaçu (1958) e na jazida José Vieira (1959), contando com a colaboração de licenciados da Faculdade de Filosofia. Mas os trabalhos não foram totalmente concluídos e havia a necessidade de se formar uma mão-de-obra especializada. Loureiro elabora um projeto para CAPES, solicitando recursos para um "Curso intensivo de Arqueologia Pré-histórica", somente realizado nos anos 60.

Loureiro oportunizou a que esta massa crítica conhecesse também a metodologia da escola americana e, em parceria com a CAPES, com a Fulbright Commission of USA, o Instituto de Pesquisa da FFCL através do CEPA e do Museu Paranaense, traz ao Paraná, Wesley R. Hurt da Universidade de Dakota do Sul, que realizou trabalhos no sambaqui do Macedo em Alexandra (1958), contando com a participação de geólogos, botânicos além do apoio técnico-científico do Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro.

Através do Of/1LF nº 107/53 de 23 de dezembro de 1959, Loureiro entra em contato com Clifford Evans e Betty Meggers iniciando entabulações para a vinda destes pesquisadores especializados em cerâmica pré-histórica sul-americana vinculadas ao Smithsonian Institut. (Chymz,2000:132-154) e comenta *...após cinco anos do nosso encontro no Congresso dos Americanistas de São Paulo ...temos funcionando na Universidade do Paraná um "Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas" que passou a fazer parte do Departamento de Antropologia ...tivemos como professores estrangeiros nos três primeiros anos de funcionamento J.Empeaire (falecido na Patagonia) e Wesley Hurt. No próximo ano lecionará a disciplina Arqueologia Pré-Histórica o seu colaborador Profº Peter Paul Hilbert ...lhe remeto ...a primeira publicação do Departamento da série "Arqueologia"- Jazida de José Vieira ...quando poderíamos contar com a presença dos Evans no Brasil? O Centro favorecer-lhes-ia a vinda e trabalhos no Paraná.*

Em 1964 os pesquisadores aqui chegavam para orientar o - Seminário de Ensino e Pesquisa Cerâmicas. Destes trabalhos resultaram artigos sobre a ...Terminologia Arqueologia Brasileira para a Cerâmica ...e os planos iniciais do "Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, desenvolvido entre 1965 a 1970, cujas notas prévias foram divulgadas pelo Museu Paraense, Emílio Goeldi, na sua série de "Publicações Avulsas" (Chmyz,1976:4)

Em 1960, já havia sido aprovada pelo Conselho Universitário, na sessão de 8 de março, ...a solicitação contida no ofício nº72/60 para a contratação da prof<sup>o</sup> Annette Laming Emperaire para ministrar um Curso de arqueologia ... (bem como) o orçamento encaminhado à CAPES cuja a participação de fomento foi da ordem de CR\$ 600.000,00 distribuídos entre 4 bolsistas, despesas eventuais e remuneração da Mme Emperaire.

O curso de aperfeiçoamento em arqueologia foi realizado com aulas práticas de escavações no sambaqui do Toral em Alexandra como também, foram iniciados os trabalhos no sambaqui do Guaraguaçu. Para este curso foram inscritos interessados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro além dos licenciados já envolvidos nas pesquisas arqueológicas do Paraná. Nesta ocasião, Igor Chmyz respondia pela sessão de arqueologia do MAAP, atuou como coordenador do curso e também desenvolvia pesquisas na ilha sambaqui da Barra com Wilson Rauth, conforme comunicou Loureiro a Rodrigo encaminhando, em anexo ao seu relatório técnico<sup>385</sup>.

Deste curso saíram vários pesquisadores que hoje atuam, ou atuaram como doutores em arqueologia na UFPR, na USP, no Museu Nacional, e em instituições de pesquisa em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. As campanhas de pesquisa do casal Emperaire foram publicados alguns artigos que ainda são bibliografia referência para os profissionais da Área.

Neste momento, para melhor situar a preocupação para com a memória pré-histórica, através do CEPA, é oportuno trazer a nossa discussão a proposta de maior eficácia à preservação, feita por Loureiro à DPHAN, no bojo do Of. nº107/61 de 23 de novembro, que mereceu de Rodrigo de Melo Franco a seguinte resposta, ...*agradecendo-lhe as informações contidas... a cerca das providências tomadas por sua iniciativa para facilitar o cumprimento da lei nº 3.924 ...comunico-lhe que me pareceu oportuna*

*e excelente a idéia de cadastro das jazidas do Brasil meridional ...a favor de esclarecer mais circunstanciadamente o alvitre, tendo em vista as disposições legais ...espero que a passagem do naturalista Luis Costa Faria pelo Paraná proporcionará entendimento útil com Vossa Senhoria sobre o assunto*<sup>386</sup>.

Aprovada a proposta em 1962, inicia-se o cadastramento e fiscalização das jazidas arqueológicas no sul do país, levantamento este que viabilizou o mapeamento e a descoberta de um número maior de sítios de interesse, com recursos e infra-estrutura da DPHAN. Em julho deste ano Loureiro dirige-se ao DPHAN sugerindo e indicando a integração de parceiros para os estados de Santa Catarina, Oswaldo Cabral e Walter Piazza e, para o Rio Grande do Sul, Luiz Pila, Pe Inácio Schmitz e Pe. Alfredo Rohr<sup>387</sup>.

No Paraná, Igor Chmyz foi o coordenador dos trabalhos coadjuvado por Celso Perota (na ocasião Wilson Rauth já havia sido afastado do MAAP) e, no ofício nº27/65 para Loureiro "relatam achados em Piratuba em Santa Catarina". Além disso, projetos especiais de salvamento, como o "do vale do rio Itararé, desenvolvido entre 1965 e 1968 e que resultou na descoberta e estudo de 112 sítios arqueológicos" foram realizados pelo CEPA e, pelo então, Conselho de Pesquisa da UFPR<sup>388</sup>.

Segundo o mesmo autor, ...o material arqueológico coletado nas escavações e prospecções inicialmente era depositado no MPr ...posteriormente o mesmo passou a ser acomodado no prédio tombado ...no qual ...estava sendo instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares e ...no gabinete de Arqueologia do Departamento de Antropologia da Universidade (Chmyz, 1976:5).

Tal distribuição de peças, artefatos e coleções causou graves consequências e danos na formação do acervo arqueológico do estado e por extensão à sua memória pré-histórica, como ficou evidenciado no relatório sobre o acervo arqueológico do MAEP, elaborado durante o projeto de reestruturação do MAEP (Furtado, MRegina e Bojanoski, S., 1996).

Não se pode também, desconsiderar a notícia da doação ao Museu Histórico do IHGPG de um crânio do sambaqui do Goulart trabalhado por Ermelino de Leão, apresentando mais um local de dispersão de documentos arqueológicos<sup>389</sup>. Ressalta-se que não houve acesso ao livro tombo do IHGPG, portanto ha necessidade de um levantamento e mapeamento desta

documentação representa um trabalho fundamental para os primórdios da memória pré-histórica paranaense .

Após dez anos, ainda enquanto diretor da CEPA, por força da portaria nº 898, Loureiro já demissionário, argumenta e sugere ao diretor do Conselho de Pesquisa da UFPR que, a portaria fosse atualizada e adequada a nova realidade estatutária do próprio Conselho de Pesquisa uma vez que o Centro de Estudos foi criado na época do Instituto de Pesquisa<sup>390</sup>. Ressalta também, as atividades acadêmicas que a disciplina de arqueologia desempenhava, os cursos de especialização que o CEPA oferecia além de propor sua vinculação com o departamento de antropologia. Tais alterações iriam se refletir na composição do CTC do CEPA<sup>391</sup>.

O CEPA havia crescido, podia prescindir da colaboração incondicional de outros órgãos científicos paulistas e cariocas, até por que fora capaz de criar e aprimorar uma massa crítica inclusive destes e para estes estados e em especial para os estados do sul e no Paraná. Loureiro entendia que já havia feito “escola”, deixando bacharéis e licenciados em condições para dar continuidade aos trabalhos, é a informação que o discurso das fontes relacionadas com o seu afastamento do CEPA oferece.

Mas, as reais razões foram confidenciais à Mme Emperaire em correspondência pessoal de 30 de setembro de 1965 *...tive desentendimento com o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, que não cumpriu a palavra dada ...perdemos pessoal e não podemos repor novos ...acabei desistindo, não quero mais continuar a fazer as coisas com aqueles sacrifícios e esforços que a senhora conhece e já me fez justiça ...dei por encerrada as minhas atividades na direção do Departamento de Antropologia ...como também deixei o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) que aguarda novo diretor, enquanto isso responde por ele o Dr. Brasil Pí-nheiro Machado, diretor do Conselho de Pesquisa da Universidade*<sup>392</sup>.

A questão de pessoal técnico, tanto para o CEPA como para o MAAp, foi o grande obstáculo acadêmico enfrentado por Loureiro, sem quadro de pessoal habilitado para suas especificidades estes dois órgãos ainda hoje encontram dificuldades para se sustentarem cientificamente. No caso do MAAp, tal obstáculo caracteriza o seu “duplo pecado original”, parafraseando Reginaldo Guimarães (1977) que se refere a prática nacional de instalar museus em prédios históricos.

Outra possível causa do afastamento do Loureiro teriam sido as constantes solicitações de comprovação de uso de recursos financeiros com fortes conotações críticas. Na época, quem gerenciava os recursos da Universidade para as pesquisas, era o Conselho de Pesquisa, mediante recibos (estando muito deles, em cópia, no arquivo do MAEP).

Como reflexo do seu afastamento, Loureiro foi inquirido pela remessa de recursos para o Museu do Homem de Paris o que o faz prestar a seguinte informação *...o auxílio é destinado a assegurar a continuidade de trabalhos sobre tipologia lítica, isto é, sobre artefatos de pedra lascada e polida procedentes de sítios pré-cerâmicos, da América do Sul (vide comprovantes bancários de prestação de contas). Contesto a informação 1B também no que diz respeito à autorização ...a mesma foi feita pelo Conselho de Pesquisa da Universidade Federal, cujo diretor foi previamente consultado ...não me compete discutir se o Conselho tinha ou não tinha autoridade ...na minha opinião de professor universitário, tinha e continua a ter, pois a realização de certas despesas e medidas administrativas de interesse científico fogem à competência exclusiva de funcionários burocráticos*<sup>393</sup>.

Com a federalização da Universidade, no início dos anos 50, várias modificações foram necessárias para adequar seus órgãos, institutos, faculdades e cursos aos novos estatutos da UFPA<sup>394</sup>.

O MAAP e o CEPA, por terem duplicidade de funções, foram analisados por uma comissão designada pela portaria nº 10.405 que deliberou, no processo nº 36.038/72, pela extinção do CEPA.

Tal comissão opinando sobre o acervo do CEPA definiu que *...ao Museu de Arqueologia e Artes Populares destinou os seus laboratórios, coleções arqueológicas e parte da biblioteca e à disciplina de Arqueologia Pré-histórica do Departamento de Psicologia e Antropologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, o seu material didático e parte da biblioteca.*

Esta deliberação promoveu outra dispersão do acervo arqueológico e da própria biblioteca especializada, além de transtornos de espaço físico criados tanto no MAAP como no DEAN para acomodar os inúmeros artefatos<sup>395</sup>.

A partir desta situação, o CEPA passou a "ser abrigado", no MAAP que institucionalizava as suas atividades e funções como o Curso de Aperfei-

çoamento que ocorreu em 1973 sobre ...*as Técnicas Arqueológicas Aplicáveis a Sítios Pré-Cerâmicos, sob a chancela do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade ...ministrado pela Dra. Annette Laming-Emperaire, cujas aulas teóricas e práticas foram desenvolvidas no sambaqui do Centenário, em Paranaguá, e nas instalações do próprio museu, ...contou com a participação de 14 graduados nacionais e estrangeiros. (Chmyz,1976:5-6)*<sup>396</sup>.

Nesta época, Igor Chmyz já era o “responsável pelo ensino de arqueologia na nossa universidade e diretor de Divisão de Arqueologia do Museu de Arqueología”, informava Loureiro a Emperaire, citando inclusive a Portaria nº9.383 de 17 de janeiro de 1973 que o designava, além de ser representante do SPHAN no Paraná<sup>397</sup>.

A nível estadual e nacional, já se discutia a construção da hidroelétrica de Itaipu e eram necessários os trabalhos de salvamento arqueológico. Loureiro escreve ao CNPq ...colocando os laboratórios e material da sessão de arqueologia do MAAp bem como suas dependências para receber os bolsistas, à disposição do Projeto Arqueológico Itaipu<sup>398</sup>.

Aproveitando-se desta situação, Loureiro pressionava Soeiro no que se refere a desapropriação dos imóveis anexos ao Antigo Colégio para ampliação do MAAp, assunto discutido desde a implantação do Museu, alegando ...o volumoso acervo do CEPA já aqui depositado e as futuras coleções que virão do projeto Itaipu<sup>399</sup>.

Igor Chmyz esclarece, à direção do MAAp que ...o Projeto Arqueológico ITAIPU (PAI), foi viabilizado através do Convênio celebrado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do MEC, e a Empresa Binacional Itaipu em 8 de julho de 1975, através da Portaria nº5/76 do IPHAN<sup>400</sup>.

Com este projeto de salvamento arqueológico, o CEPA renasce, as coleções do PAI não foram enviadas ao MAAp, apenas o bacharel João Carlos Chmyz, lotado no museu era requisitado para auxiliar nos trabalhos de campo.

Buscando dotar o laboratório de arqueologia do MAAp com um especialista que já trabalhara na área e que havia demonstrado interesse em voltar para o Paraná, Loureiro em diversas correspondências solicita a transferência de Celso Perota da Universidade do Espírito Santo para a UFPR, o que não conseguiu.



Muitas peças pertencentes ao CEPA ainda permanecem sob a guarda do atual MAE.

Hoje o CEPA, permanece sendo dirigido por Igor Cmhyz, se constitui em uma unidade do setor de ciências humanas da UFPR e se dedica, especialmente, a arqueologia de salvamento, ao ensino da disciplina de arqueologia pré-histórica do elenco das disciplinas do DEAN e à formação de recursos humanos<sup>401</sup>.

## A Constituição do Patrimônio Cultural do MAAP O Acervo de Arqueologia

Com o afastamento de Loureiro do CEPA (1965), as atividades arqueológicas do MAAP também ficaram comprometidas afinal, apesar de todos os cursos, a demanda de trabalho técnico e a carência de recursos humanos especializados continuaram em desequilíbrio. São inúmeros os pedidos, os acordos, as solicitações para suprir esta defasagem tanto na correspondência administrativa do Museu encaminhada à reitoria como naquela enviada ao então SPHAN.

Sem um quadro de pessoal necessário previsto, aprovado e preenchido, era impossível dar continuidade a qualquer atividade técnica em Paranaguá. Cabe ressaltar que o MAAP se ressentia de especialistas não só em arqueologia mas em etnologia também.

Com esta realidade, o Museu convive até hoje, ou seja interrupção da exploração técnica dos sítios arqueológicos do litoral e a falta de pessoal especializado na área. Isto significa que o material arqueológico existente no atual MAE não se expandiu permanecendo o mesmo que foi recolhido e ou depositado nas décadas de 50 e 60.

Os artefatos que compõem o “acervo arqueológico” existente no museu se constituem, quanto a sua natureza, de peças cerâmicas, líticas, malacológicas e material ósseo humano e animal. Numericamente, ainda é impossível se fazer uma estimativa por tipologia ou mesmo total das peças mas, considerando o espaço físico podemos afirmar com segurança que a reserva técnica da arqueologia do MAEP ocupa 166,50 m<sup>2</sup> da área útil do prédio denominado de Anexo<sup>402</sup>, abrigando um universo muito grande e representativo, principalmente se for considerada a área que ocupam a

documentação textual (15,20m<sup>2</sup>); o acervo de artes populares (64,30m<sup>2</sup>) e a própria biblioteca especializada (120,46m<sup>2</sup>)<sup>493</sup>.

Somente em 1983 é que o material ósseo humano foi analisado após despertar interesse de pesquisador do Instituto de pré-história da USP e, da estagiária do Centro de Estudos do Mar, órgão suplementar da UFPR, no que se refere ao acervo malacológico<sup>494</sup>.

Portanto, por mais de vinte anos a memória pré-histórica do litoral do Paraná teve que aguardar para ser melhor conhecida, mesmo assim parcialmente. Nesta ocasião, o relatório de Walter Neves oferece condições para se avaliar o estado destes artefatos ao comentar *...a inexistência de um registro geral para o acervo da Museu de Paranaguá obrigam-nos a dedicar vários dias na tentativa de levantar o material existente na instituição ... (o objetivo era realizar) ...um levantamento do material antropológico existente no acervo; ...análise de marcadores antropológicos para estudos de paleogenética ...e de patologias degenerativas das articulações para estudo de hábitos de vida e organização do trabalho.*

Mesmo reconhecendo a potencialidade das séries de esqueletos que conseguiu encontrar, Neves afirma que *...somente uma pequena parte é passível de análise, uma vez que os esqueletos apresentam-se extremamente fragmentados e em péssimas condições de apresentação.*

Concluindo, o autor chama atenção para *...a necessidade e da importância capital ... (da) revitalização do Museu de Paranaguá, enquanto Centro de Pesquisas Arqueológicas, bem como a organização de seu acervo, para que ele continue cumprindo suas funções de órgão universitário e científico*<sup>495</sup>.

Em 1992 as cadernetas de campo do casal Emperaire, são doadas ao MAEP. As anotações nelas contidas, referem-se às pesquisas realizadas no litoral e no interior do estado e permanecendo no aguardo da sua análise e exploração<sup>496</sup>. No entanto, como os artefatos arqueológicos recolhidos nas “diversas campanhas” dos anos 50 e 60 foram por duas vezes divididos entre o CEPa, o MAAP e o Museu Paranaense, permanece sem solução a questão sobre o patrimônio arqueológico.

As conseqüências desastrosas destas divisões foram apresentadas por Neves ao relatar que, “a maior parte daquelas séries estão incompletas levando-se em consideração as informações publicadas sobre os respectivos sítios” e, no processo de seleção do material para compor a exposição para o novo circuito museográfico do Museu.

A proposta temática da exposição de longa duração – “O saber e o fazer do homem do litoral do Paraná” – inaugurada, parcialmente, em agosto de 1995 viabilizou o conhecimento sobre o nível documental do restante do material arqueológico que, após as várias divisões ainda se encontravam no MAEP.

No relatório técnico<sup>497</sup> sobre as atividades realizadas no acervo de arqueologia do museu para a montagem deste circuito museográfico/95, as autoras revelam que a seleção do material para compor a exposição, ...após todos os levantamentos e, levando-se em consideração o material existente que tivesse representatividade junto ao tema ...e sobre o qual fosse possível recuperar e contextualizar as informações necessárias, (ficou constatado que):

- 1) *os artefatos cerâmicos não apresentam representatividade da produção ceramista do litoral, pois todas as coleções ...procedem de outras regiões do Estado ...foram utilizados apenas fragmentos de cerâmica neo-brasileira procedentes da camada superficial do sambaqui do Macedo;*
- 2) *no que se refere ao material ósseo humano foram considerados suficientes ao enterramentos já existentes na exposições antiga ...(pois) supriam, num primeiro momento, as necessidades do novo circuito;*
- 3) *com relação ao material lítico só foi possível explorá-lo sob a ótica da técnica e do aproveitamento da matéria-prima e,*
- 4) *o acervo malacológico que, após o trabalho realizado pela estagiária bióloga encontra-se ainda indisponibilidade ao visitante porque a sala que foi projetada para expor a técnica de escavação arqueológica e os seus métodos de trabalho não foi concluída, por falta de recursos (Furtado e Bojanoski, 1996:46)*

As dificuldades encontradas para a identificação das peças quer no livro tomo, quer no fichário individual, demonstraram os sérios problemas que a pesquisa museológica enfrentou para extrair dos artefatos informações a serem socializadas nesta exposição.

Como a proposta museológica está estruturada na análise contextual do objeto e do seu agente produtor, ...*não importa o volume quantitativo das peças e sim, o conteúdo e o nível de informações que o produto*

*cultural do homem oferece ao bojo da temática definida para as duas atividades educativas voltadas para diferentes segmentos sociais a partir de projetos de pesquisas multidisciplinares que respaldarão o planejamento de ações preventivas e de prevenção do acervo viabilizando ai sim, o desempenho e o papel social dos museus, em especial àqueles vinculados às universidades<sup>408</sup>.*

Era necessaria uma política técnico-científica direcionada para somar as carências da Área da arqueologia no então MAE ou, do contrário a memória pré-histórica continuará ali “depositada” propiciando um grave comprometimento para o conhecimento pré-história do litoral paranaense e conseqüentemente para a reconstituição da ocupação pré-histórica do sul do país, até porque, a bibliografia mais atualizada sobre a pré-história indica a existência de sítios recentemente descobertos, o que amplia significativamente o potencial de análise deslocando a área de interesse para o litoral norte do estado<sup>409</sup>.

Se nas décadas de 40 e 50 a arqueologia esteve “aprisionada” pelas cátedras de antropologia e etnologia hoje, no Paraná, podemos dizer que a memória pré-história extraída nas pesquisas realizadas nos sítios arqueológicos nos anos 50 e 60 encontra-se “aprisionada” nas reservas técnicas ou “depósitos” de instituições como MPR, MAEP e CEPAC. Situação essa recorrentes da política cultural e científica adotada e praticada pelo IPHAN, pelo governo do estado e pela academia.

## A Constituição das Coleções Etnográficas

*...percebemos que o ato de colecionar se deu relacionado com o desenvolvimento das teorias e métodos da Antropologia, sem observar-se questões ligadas a um programa específico para cada instituição. O que se observa é um contínuo recolher de peças, sem uma coerência que configure um acervo na sua totalidade (Cunha, 1996)*

Quando Loureiro definiu a proposta para a exposição de longa duração do MAAP com o tema - “Roteiro Evolutivo das Técnicas” - ele havia encontrado uma fórmula para integrar o acervo arqueológico com os “retalhos etnográficos” que compunham as demais coleções do Museu<sup>410</sup> ao

comentar ...era a nossa (no sentido paranaense) fase pré-industrial interagindo com os vários aspectos particulares da nossa (no sentido do nacional), cultura Tradicional Popular, dando ênfase à tecnologia popular (Loureiro, 1973:9)

A formação das “coleções etnográficas do MAAAP” se deu de maneira indireta , por várias décadas e, obedecendo a “prática científica” oficial da época. A proposta museológica inicial para o Museu, definida na cláusula II do convênio/58 privilegiava ...os trabalhos de campo e de laboratório e (o) colecionismo de peças de arqueologia de arte popular, notadamente da região.

Mas, não foi o regionalismo, o critério norteador do processo de constituição do acervo etnográfico indígena e de cultura popular. A orientação técnica da DPHAN não se restringiu ao patrimônio arquitetônico. O controle centralizado da política cultural estava em perfeita sintonia com as diretrizes do Estado Novo, como já foi visto, inclusive, na coleta de artefatos e montagem das salas de exposições das casas de memória que eram criadas.

A farta correspondência trocada entre Loureiro e Rodrigo além dos demais documentos que foram consultados corroboram a tese de Santos (1996) quando a autora defende que este órgão teve um desempenho semelhante a uma “Academia” a partir do caráter e conteúdo dos artigos, correspondências, relatórios , atas, cartas, narrativas enfim de toda a produção documental que constitui a sua memória e que registrou o perfil e desempenho do órgão federal, criado para implementar um ordenamento sistemático do controle, de preservação, de divulgação do ...conjunto de representações que caracterizariam a nação brasileira, tendo como meta fundamental construir a nacionalidade (Santos, op.cit p: 87).

Optou-se por dividir a análise desta discussão, priorizando os artefatos que foram mencionadas na documentação consultada. Assim ela é iniciada relatando a formação das coleções de etnologia indígena depois, as de cultura popular que compõe o universo documental do então, Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá.

## As Coleções de Etnologia Indígena

*...tudo que se puder colher acêrca dos costumes dêstes primogênitos do solo Americano, será de grande utilidade para a história futura. Tempo virá que os nossos descendentes duvidarão da existência de uma raça de homens que viviam em um estado de natureza a mais completa. (Frei Luiz de Cimitille, 1882)*

O conhecimento da formação do patrimônio cultural do MPR é importante na medida em que, estes artefatos irão ser utilizados por Loureiro Fernandes, inicialmente, como material didático em suas aulas expositivas na Faculdade de Filosofia; participarão das exposições temporárias promovidas pela cadeira de antropologia e pelo departamento de antropologia. Em recente levantamento do material etnológico indígena do MAEP, algumas peças constam como “pertencentes ao Museu Paranaense” e outras foram relacionadas no livro de empréstimos daquele museu do litoral.

Com a Reforma Universitária, em todas as Universidades Brasileiras e, conseqüentemente a criação dos departamentos didáticos, estes artefatos indígenas que constituíam os “laboratórios de etnografia” passaram a fazer parte do então departamento de antropologia. Portanto, ao advogar, na FFCL e junto a DPHAN em favor da implantação do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, Loureiro contava com a existência destes artefatos indígenas já arrolados e registrados em atas e relatórios oficiais do estado e da própria faculdade, bem como do material pré-histórico que vinha sendo resgatado pelas pesquisas arqueológicas em franca expansão, para a “arrumação do museu”, como costumava se referir à montagem museográfica das exposições.

O registro de uma análise detalhada sobre a situação museológica dos artefatos indígenas, só foi realizada recentemente, realizada pela pesquisadora Carmen Lúcia da Silva que afirma em seu relatório técnico de 1992:

- a) Quanto a procedência das peças *...são de procedência e propriedades variadas, não possuindo o mesmo a sua situação de posse regularizada, salvo àqueles que se encontram registrados no Livro Tombo de Coleções Etnográficas do Museu, ...sendo que todos os registros*

*de entrada foram feitos entre 1980 e 1985, são de sua propriedade ... (considerando): 37 peças provenientes do dean/ufpr; 132 pertencentes à Coleção Passos (em depósito no Museu conforme o processo nº18230/84); peças cuja origem e procedência são desconhecidas; 66 peças compradas de João A Peret, da Loja Turismar Lembranças (s/d) e 13 com recibos datados de 20/07/1977; 14 peças do Museu Paranaense além das que estão em exposição ... constatamos que apenas o material pertencente ao museu, possui sua situação regularizada, embora de forma precária .... de todo o trabalho de organização topográfica das peças na nova reserva técnica, tentou-se comparar os artefatos de origem e procedências desconhecidas, com aqueles semelhantes, sem contudo alcançar êxitos, restando-nos agora decidir o que fazer com tais materiais, uma vez que não dispomos de informações mínimas a seu respeito.*

- b) *Quanto as possibilidades de contextualização ... uma vez que não dispomos de qualquer informação que nos oriente e facilitem no estudo de tais peças ... cabe registrar que os dados encontrados nos documentos, são incipientes e incompletos para permitir uma análise de todos os aspectos que envolvem cada objeto de arte indígena ... para que este registro provisório se torne definitivo, faz-se necessário definir a situação deste material etnográfico, no tocante a sua propriedade, apesar dos mesmos estarem guardados na reserva técnica do anexo do Maep ou expostos no monumento. Sem a definição da situação legal destes objetos, será inviável o seu estudo, se considerarmos os objetivos do Projeto de Recuperação da Identidade do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá<sup>411</sup>.*
- c) *Quanto a integridade dos artefatos ... apenas um pilão vertical Xetá ficou isolado deste espaço, por estar cupinizado, e necessitar tratamento ... das cento e uma peças, 36 (trinta e seis) estão danificadas e necessitam reparos ... com a transferência de alguns armários do dean/ufpr, para o maep, alguns artefatos indígenas foram encontrados dentro das gavetas daqueles armários provenientes do Departamento de Antropologia...*

d) Quanto a representatividade da produção de artefatos indígenas paranaense ...entre os objetos de arte indígena pertencentes ao museu, não existem peças de grupos tribais paranaenses, que se enquadrem na temática de exposição, ...apenas três peças são de origem Guarani da Ilha da Cotinga ...algumas peças, não pertencem a grupos indígenas do Paraná e sim àqueles da região Norte e Centro Oeste do Brasil ...entre os artefatos pertencentes ao dean/ufpr, que encontram-se depositados na reserva técnica do Maep, existem peças de um dos grupos tribais paranaenses – Xetá, que poderiam ser incluídas às exposições temáticas. No entanto, a não regularização da situação de tais materiais, no que tange a sua doação definitiva ao museu impossibilita-nos utiliza-las nas exposições permanentes, e até mesmo estudá-las (Silva, C. L.1992)

Estas últimas afirmações sobre os artefatos dos Xetá, possibilitam questionar: Por que Loureiro Fernandes, que estudou e divulgou internacionalmente, este grupo indígena paranaense não fez uso da sua produção cultural nas salas de exposições do Museu de Paranaguá?

Posivelmente pode ser esclarecido com o contido na cláusula xv do convênio firmado entre a UPR e a DPHAN em 1958, na qual rezava... deixando de convir à Universidade do Paraná, a manutenção do serviço, poderá denunciar o presente convênio, com a antecipação de seis meses, mediante notificação à DPHAN. Nessa eventualidade o acervo passará à jurisdição exclusiva deste órgão do MEC.

No termo aditivo ao convênio assinado em 1969, o Museu passou a ter também subordinação técnica do departamento de antropologia mas, no que se refere as normas relacionadas com o destino das coleções, estas não são alteras (cláusula XIV)

Procurando contornar a situação, Loureiro Fernandes comunica a Rodrigo de Melo Franco que ...a montagem do museu teve um avanço razoável, apesar de todas as dificuldades ...o Poty, esteve aqui e executou o painel destinado a dar uma visão de conjunto de uma pequena aldeia índia cujo grupo ainda se encontrava sob o ponto de vista das técnicas na área da cultura marginal<sup>412</sup>.

O grupo Xetá estava representado na exposição do MAAP e, a sua produção cultural resguardada nas gavetas dos armários do departamen-



to de antropologia, a salvo de qualquer risco de perda para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caso do convênio vir a ser denunciado, afinal as expedições foram realizadas com recursos da Universidade e, Loureiro não sentia muito segurança na manutenção deste convênio, por parte da Universidade, no que ele não estava enganado, como já foi visto.

Somente em seu primeiro Regimento Interno, aprovado em 1973, é que *...as atuais peças arqueológicas, indígenas e de artes populares brasileiras ...o mobiliário existente ...o material técnico científico dos seus laboratórios e gabinetes ...os moldes de peças raras existentes em outros museus, ...as coleções de livros e revistas existentes em sua biblioteca... as coleções de filmes e diapositivos para projeções... tais peças de fato passaram a constituir o seu patrimônio do maap (Título III art.3º)*<sup>43</sup>.

Fica evidenciado que este documento passou a oferecer garantias e segurança aos artefatos de cultura material dos índios Xetá que, desde os primeiros contatos feitos pelo homem branco, em meados dos anos 50 até a sua redação e aprovação em 1973<sup>44</sup>. Por outro lado, este artefatos permaneceram em um limbo científico, ou seja, foram apropriados em nome da ciência e da investigação, foram exibidos nacional e internacionalmente como troféus exóticos e amordaçados como os atores sociais que o fizeram e, na reserva técnica do museu permaneceu engessado, representando a dura realidade da pesquisa etnológica, em seus primórdios já descrita por Bertha Ribeiro(1992)

## As Coleções de Cultura Popular

*...embora seus trabalhos sejam sempre encontrados em Natal, nas feiras da Roca e do Alecrim, todavia, o velho ceramista vive com a família numa penúria de fazer pena, eternamente explorado pelos intermediários que lhe compram as louças por um preço irrisório, revendendo-as com grandes lucros (Oswaldo de Souza, 1966)*

Em julho de 1958, logo após a assinatura do convênio com a DPHAN, Loureiro informa a de Melo Franco que o prefeito de Paranaguá já estava sendo informado sobre “a necessidade de se começar a colheita de material

para a Divisão da Artes e Tradições Populares". Durante toda a pesquisa não foi encontrado qualquer movimento do governo municipal no sentido de promover uma prática de aquisição de artefatos até esta época. As ações capitaneadas por Loureiro visando a formação de coleções, somente terão início no final dos anos 50 e início de 60.

Consultando a Diretoria do Patrimônio sobre a possibilidade de colaboração para aquisição de acervo de arte popular, Loureiro recebe de Rodrigo de Melo Franco, o sinal verde ...quanto a nossa colaboração para coleta de material destinado ao acervo do museu, estou pronto para diligenciar no sentido de prestar-lhe todo o concurso a nosso alcance. Mas careço saber, primeiramente, o que mais interessará para obter para as coleções do museu<sup>45</sup>.

Mas não foi apenas a DPHAN consultada, o Prof<sup>o</sup> Geraldo Pitaguary do Museu Nacional, também foi informado sobre o convênio e a "necessidade de se obter peças para compor o acervo do museu". Em resposta a Loureiro Fernandes ele enfatiza o regionalismo e ilustra o modo de distribuição do "acervo nacional" e, as finalidades dos museus, no seu entendimento ...ainda agora com a morte do Gastão Curls, a família, à pedido de D. Heloisa Alberto Torres, doou ao Museu do Índio diversos objetos, muitos deles são de arte popular ...sugeri que aquilo que não nos interessava, fosse oferecido ao Museu de Paranaguá ...penso que mesmo não sendo regional, poderia possuir uma reserva de arte popular de outras partes do Brasil que serviriam para estudos comparativos, bem como pequenas exposições temporárias ...o museu imprimiria mais uma finalidade, além daquela de recolher, guardar e expor, animaria a arte popular, tornaria também conhecida outras regiões brasileiras<sup>46</sup>.

A partir daí, inicia-se uma ampla troca de correspondências entre especialistas, sobre aquisição, seleção, transporte, registro de perdas e danos, falta de informações, peças trocadas ou incompletas<sup>47</sup>.

Os critérios utilizados na aquisição e formação do acervo do MAAP, foram desde a compra de artefatos até a coleta aleatória, segundo a documentação consultada, sob a orientação dada pela política nacional de preservação como pelos especialistas do Museu Nacional. Em alguns trechos destas correspondência, pode ser observado como este processo se deu desde a sua seleção, coleta e distribuição por todo o país, sem qualquer critério ou método que pudesse dar às casas de memória, em formação,

um perfil harmônico, coerente ou documental. Ou seja, como entender a questão do regionalismo estruturando a unidade nacional?

...o Dr. Abelardo Rodrigues, especialista autorizado e importante colecionador particular do Recife, foi incumbido de organizar relação semelhante, como providente ao acervo do Estado de Pernambuco<sup>418</sup>.

...temos aqui, procedente de Pernambuco, em caixote com obras de cerâmica de autoria do Mestre Vitalino, de Caruarú, selecionados pelo especialista Abelardo Rodrigues e pelo chefe do 1º Distrito do dphan, juntamente com outras peças de outra região daquele estado. Na sede desta repartição, na cidade de Salvador, está outra coleção maior, de obras de arte popular baiana, escolhidas por nosso companheiros do 2º Distrito e cujas fotografias já foram examinadas por D. Maria Duarte Nunes<sup>419</sup>.

... quanto ao tear, de Minas ou Goiás, creio que talvez possamos transferir do acervo de algum dos museus mineiros subordinados à dphan a peça desejada. Vou escrever a esses respeito aos Diretores do Museu de Inconfidência e do Museu do Ouro e, assim que obtenha respostas escreverei sobre o assunto ao prezado Amigo<sup>420</sup>.

...conversei com o Saia ...sobre o tear, é urgente providenciar sua vinda ...se conseguíssemos uma roca e alguns fusos. Temos apenas um fuso e uma roda de fiar ...Saia informou-me ser fácil conseguir um tear em Goiás<sup>421</sup>.

...as peças que nos foram enviadas da coleção Gastão Cruls não trazem indicação a não ser a representação dos tipos populares de Zé Caboclo<sup>422</sup>.

...sobre os objetos da coleção Gastão Cruls, enviados ao Museu de Paranaguá, não possuo, infelizmente indicações. Suponho, entretanto, que o Sr. talvez encontre elementos para elucidar a origem dos objetos na obra de autoria do p.p. escritor intitulada Hileia Amazônica, Ed. José Olympio<sup>423</sup>.

...recebemos o material da Bahia, o grande vaso, o purrão que tanto ambicionávamos, para figurar na seção de cerâmica popular cabocla, chegou extremamente quebrado e da cerâmica utilitária só nos enviaram miniaturas quando precisávamos de peças utilitárias originais para con-

*fronto com as nossas ...a visão deste aspecto cultural comum, tem toda uma tradição beira, que havíamos visto ao visitar a feira de Água dos Meninos, há alguns anos passados<sup>424</sup>.*

*...creio não fui bem compreendido quanto as miniaturas de louça utilitária, que veio foram caxixis e eu desejava peças originais de louça em tamanho usual para confronto com as do sul<sup>425</sup>.*

*...quando estive em Franca, em maio, vim a saber que nas vizinhanças ...havia um carpinteiro Sr. Gaspar José Perez que os ajeitava e construía ...mediante diária de dez mil cruzeiros... que poderei pagar com verba da DPHAN<sup>426</sup>.*

*...quero comunicar-lhe que compramos aquela coleção etnográfica do recomendado de D. Heloisa a qual vai contribuir para melhorar as vitrines do MAAP<sup>427</sup>.*

*...entregou-me tres pequenos volumes remetidos pelo Senhor contendo cerâmica que me informou procedente do nordeste do Brasil, no material de embalagem, encontrei jornais de Natal . Acredito que se trate de material do RioGrande do Norte. Como as peças não vieram numeradas, nem acompanhadas de qualquer relação, encontram-se sem identificação segura<sup>428</sup>.*

*...consegui obter um velho mas bom exemplar de monjolo hidráulico, espero um pé para apresentar o conjunto<sup>429</sup>.*

*...o monjolo tão logo for montado, enviarei a fotografia solicitada<sup>430</sup>.*

Esta “colcha de retalhos” que compôs as coleções de cultura popular do MAAP, foi também enriquecida com a reforma curricular escolar de belas artes. Excluída a cátedra de folclore, foi o ...material folclórico paranaense, que constituía um pequeno museu da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, incorporado, por doação da referida Escola, por iniciativa do seu Diretor Prof<sup>o</sup> Fernando Corrêa de Azevedo.

Nesta oportunidade, sugere Loureiro a Rodrigo que o exemplo servisse de estímulo aos demais estados<sup>431</sup>.

As insertivas acima são muito esclarecedoras mesmo assim, merecem alguns comentários.

Tal procedimento de “aquisição e de distribuição” de artefatos **ca-** racterizou-se como um perfil da política oficial da DPHAN e, em ...**muito** comprometeu a tão necessária preservação da memória social e **regional** uma vez que o colecionismo reunia objetos e não documentos...

- 1) Esta prática, revela que ainda na década de 60, a política preservacionista oficial encontrava-se distanciada e desvinculada da pesquisa **aca-** dêmica, ou seja, o colecionismo aleatório, utilizando critérios **seletivos** subjetivos, mesmo que balizados por colecionadores ou conservadores estava mais aproximada da coleta dos achados arqueológicos **fortuitos**, das décadas de 30 e 40, do que da representatividade social;
- 2) o desenvolvimento e a aplicabilidade metodológica e técnica de **pesqui-** sas das ciências sociais, da antropologia, da história seguramente **ainda** eram insuficientes para serem partícipes deste processo; tal procedimento indica que, nos anos 60, os técnicos da DPHAN e **os**
- 3) diretores dos museus que com eles se aconselhavam, **permaneceram** descobrindo ou re-descobrindo o Brasil conforme afirmou estar **fazen-** do Mário de Andrade em cartas enviadas a Rodrigo de Melo Franco, em 1937, após suas viagens ao nordeste.

Apesar do acima exposto, foi esta prática que deu “consistência **con-** ceitual e temática” às coleções museológicas em todo país “pontilhadas de amnésias”. Tal processo amnésico, estruturado na seletividade privativa dos “especialistas autorizados”, conferiu às coleções, principalmente de cultura popular, uma fragmentação significativa na sua representatividade museológica além de ser ...impossível contabilizarmos o **patri-** mônio esquecido, conforme afirmou o autor, ao que acrescentaríamos, e o destruído. (Rubino,1996:105).

Fica evidenciado também, o desconhecimento, por parte destes **es-** pecialista de algumas técnicas decorativas ou mesmo características **fun-** cionais de peças cerâmicas, como por exemplo, - em que os caxixis se **di-** ferenciam das miniaturas!

Pode-se afirmar que a produção cultural foi utilizada como “**viés** exótico” que caracterizava nossa nacionalidade multifacetada para ser **exi-** bida nas vitrines legitimadas da brasilidade e, finalmente é preciso **lem-** brar que o Paraná não tem qualquer tradição enquanto estado tecelão, muito menos o seu litoral.

Neste processo, o valor cultural atribuído às peças coletadas ficou a cargo dos especialistas e “representantes oficiais” da DPHAN que nitidamente desconheciam e ignoraram os valores intrínsecos e até os extrínsecos concedidos pelos atores e/ou produtores sociais.

As peças etnográficas que eram coletadas, nesta ocasião, foram utilizadas para a montagem das exposições do DEAN, conforme prática didático-pedagógica, apoiada e incentivada por Loureiro (Ver Quadro 31).

## QUADRO 31

### Exposições Temporárias Etnográficas Realizadas entre 1963/1972

PERÍODO	TEMA	LOCAL	OBSERVAÇÕES
Abril/60	Os índios e suas linguas	DEAN	Dia do Índio e da Declaração dos Direitos Humanos
Abril/63 (1)	Adornos Indígenas	DEAN	Dia do Índio. VIII <sup>o</sup> Exp. do DEAN
Dez/63	Declaração dos Direitos Humanos	DEAN	xv <sup>o</sup> Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. 1x <sup>o</sup> Exposição do DEAN
Abril/64	Ritos Brasilíndios de Passagem	DEAN	x <sup>o</sup> Exposição do DEAN
	Aspectos Religiosos do Folclore no PR	DEAN	xi <sup>o</sup> Exposição do DEAN
Abril/64	Arq. Pré-Histórica e Origem do Homem Americano	DEAN	xii <sup>o</sup> Exposição do DEAN
Ago/65	Os Números na Superstição	DEAN	xiii <sup>o</sup> Exposição do DEAN
Mar/68	Arqueologia e Etnografia	DEAN	xiv <sup>o</sup> Exposição do DEAN
Jun/68	Etnografia do Brasil	DEAN	xv <sup>o</sup> Exposição do DEAN
	Práticas Funerárias do Índio Brasileiro desde a Pré-História até os nossos dias	DEAN	xvi <sup>o</sup> Exposição do DEAN
Abril/71	A Visão de Mundo dos Nossos Índios	DEAN	xvii <sup>o</sup> Exposição do DEAN
Abril/72	A Arte Indígena	DEAN	xviii <sup>o</sup> Exposição do DEAN

*Fontes: (1) e demais In, Livro de Registro de Exposições do DEAN Arq/DEAN. Mais duas exposições estão registradas neste livro mas foram montadas fora do período de interesse. As fotos das Exposições realizadas em 1960 e 1963 podem ser vistas in, Chmyz (2005:85-86)*

Ou seja, no caso do MAAP e sem dúvida, de muitos outros museus brasileiros que sofreram a ingerência da DPHAN, os “outros coletores” foram os funcionários públicos desta repartição federal que, estando em diferentes locais do nordeste brasileiro, definindo cultura material representativa da brasilidade identificavam, coletavam (sem qualquer informação), distribuíam e despachavam para quem estivesse interessado, “as peças típicas das tradições populares” assim classificadas à partir do seu olhar e gosto pessoal. Chancelados pelo aval do escritório central da DPHAN, “os viajantes dos anos 60” nem ao menos tinham uma relação de interesse sobre o tema, apenas executavam seus serviços, como se estivessem em alguma sala de alguma repartição pública, reuniram “exemplares típicos” para serem depositados nos museus em formação, tal qual seus antecessores no início do século, na Europa.

No caso de Loureiro Fernandes, que já havia perdido, na política cultural local o seu projeto de agregar definitivamente o Museu Paranaense ao ensino superior, obter da “Academia SPHAN” de âmbito nacional, as diretrizes e normas para a montagem do museu universitário, significava a garantia da concretização dos seus planos para que a antropologia e a pré-história tivessem, em espaço acadêmico, uma referência científica e socializadora das pesquisas etnográficas e arqueológicas iniciadas por ele e que por seu apoio e incentivo tiveram continuidade.

## Kosak e os Registros Audiovisuais do MAAP

*...o custo com certeza surpreende V.S. ...sendo conhecedor que eu trabalhei para o Museu Paranaense de graça e anos para a UFPR pelo salário miserável, além de desprestigiado ...embora entusiasmado, não me é possível fazer este trabalho por menos (Kosak/70)*

Foi com o fotógrafo e cinegrafista Wladimir Kosak que Loureiro contava em suas pesquisas de campo desde o Museu Paranaense, para documentar as etapas de trabalhos científicos e as manifestações culturais com fotos e filmes de 16mm.

Esta documentação iconográfica começa a aparecer, nas fontes consultadas, no ano de 1947 quando Loureiro no Círculo de Estudos

Bandeirantes, apresenta o trabalho de uma aluna da Faculdade de Filosofia intitulado ...Canoas – um estudo sobre o nosso litoral utilizando projeção de filmes e desenhos explicativos ...no qual é detalhado o assunto sobre os aspectos técnicos e práticos através dos tempos ...onde são focalizadas as praias de Caiobá e Matinhos pouco conhecidas, mas estudadas desde 1927.

Na Faculdade de Filosofia, no mesmo ano, Loureiro realizou algumas reuniões e seminários na cadeira de etnografia do Brasil, acompanhadas de projeções cinematográficas para os acadêmicos

Em 1928 Loureiro promove no CEB, nova sessão cinematográfica, com cenas do litoral paranaense. Já utilizando-se dos recursos do Instituto de Pesquisa, em 1958, Loureiro apresenta Kosak ao diretor do Museu Goeldi em viagem à ...Amazônia para colher documentário cinematográfico sobre as nossas populações, levando projetor cinematográfico e amplificador de som.

Todo o registro fotográfico sobre os Xetá bem como o filme realizado com os recursos do Museu do Homem de Paris, também foi trabalho de Kosak.

Na década de 60, Kosak é o responsável pelo laboratório fotográfico da Faculdade de Filosofia, atendendo a todas as Áreas do conhecimento, o que exigiu uma normatização do presidente do conselho técnico administrativo no sentido de organizar seu atendimento, deliberando que ...os serviços do cine-técnico, o Sr Wladimir Kosak, devem ser requisitados à Diretoria, do que será notificado aquele funcionário a bem da ordem administrativa. Inclusive, participou do Simpósio de Fotografias Aéreas na cidade de Presidente Prudente, representando a UFPR <sup>432</sup>.

No CEB, é promovida ...uma sessão de filme colorido do Kosak sobre a fabricação do vinho com a apresentação de Altiva Balhana com o seu trabalho sobre Santa Felicidade, sendo registrada baixa assistência apesar de numerosos convites expedidos ...(Loureiro declara-se) ...muito satisfeito com as novas gerações de licenciados, os quais estão trabalhando ativamente, cada qual no seu setor, contribuindo para a divulgação dos aspectos da vida regional<sup>433</sup>.

Mas a participação de Kosak não se limitava apenas ao registro documentário, várias foram as orientações técnicas de como conservar estas películas. Entre elas pode-se citar a indicação da necessidade de ...adquirir



um armário climatizador para a conservação da documentação fotográfica do Departamento de Antropologia e as orientações técnicas sobre a manutenção e limpeza de filmes para aumentar a sua vida útil. Também foi encaminhada a Loureiro uma relação detalhada de material para equipar um laboratório audiovisual no MAAP, onde havia uma intenção de organizar ...uma filmoteca partindo dos filmes que a Universidade tem, sem arrolamento e o necessário cuidado, que ainda se encontram no antigo gabinete fotográfico do prédio da extinta Faculdade de Filosofia...<sup>434</sup>

Se em 1962 Loureiro já promovia palestra no CEB sobre as “Cavallhadas de Guarapuava”, somente em 1970 é que Kosak apresentará um orçamento para as suas filmagens cobrando um custo acima do que a UFPR poderia pagar, o que foi complementado com recursos do IBICC<sup>435</sup>.

A reabertura das exposições do Museu em 1975 é marcada, com a ... exibição, no auditório, local definido como setor educativo, do filme sobre o trabalho de beneficiamento de madeiras que foram retiradas da floresta litorânea para as obras de recuperação do museu e feitura do mezanino do seu interior, conforme havia sido combinado com o Saia. Nesse filme, foi documentada a antiga técnica de beneficiamento de madeiras para construções, utilizando o processo de estaleiro<sup>436</sup>.

Tal patrimônio audiovisual, realcionado no Quadro 32, representa mais um exemplo da movimentação e circulação de artefatos e produtos culturais entre as Instituições criadas por Loureiro, encontra-se em perfeitas condições tendo recentemente sido copiados em sistema de telecinagem.

## QUADRO 32

Filmes Etnográficos sobre Tradições e Técnicas Populares nos Estados do Paraná e São Paulo – realizados por Wladimir Kosak e José Loureiro Fernandes (1950/1974)\*

TÍTULO/CÓDIGO/TEMPO	RECURSOS DATA	SÍNTESE
Dança de São Gonçalo (F.003) / 5"	IP/UPR s/d	Dança votiva p/ homenagear o santo português padroeiro do casamento. As festas em sua homenagem vieram para o Brasil c/ os colonizadores e seu 1º registro é de 1718.
Congadas da Lapa (FO1 (F.004)/23"	IP/UPR 1951	Dramatização da luta entre o rei Congo e a rainha Ginga de Angola, na comemoração religiosa de NªSª do Rosário e São Benedito. O filme apresenta a parte da festa em frente à igreja.

TÍTULO/CÓDIGO/TEMPO	RECURSOS DATA	SÍNTESE
Cavalhadas de Palma, e Guarapuava e Pau de Fita (F018)/28"	IP/UPR 1950	Documentário sobre Pau de Fita e a Cavalhada ; manifestações difundidas em vários estados do país c/ pequenas variações.
Cavalhada de Guarapuava (F019)/42"	IP/UPR 1970	Documentário sobre a Cavalhada de Guarapuava, PR, realizada em 13/12/70, em homenagem ao aniversário da cidade. Os artificios utilizados para a representar o combate entre cristãos e mouros e a conversão final destes últimos ao cristianismo.
Cavalhada de Franca (S. Paulo) (F020)/25"		Cenas do Folguedo, inspirado nos torneios medievais, evocando a luta entre cristãos e mouros. Os cavaleiros apresentam-se ricamente vestidos, realizando combates, desafios entre os dois reis troca de embaixadas, até o pedido de trégua e a conversão.
Congadas da Lapa (F022)/45"	IP/UPR 1951	Versão rural das Congadas, na cidade da Lapa, PR, rica em textos fala dos e cantados, coreo grafias e vistosa idumentária inspirada na antiga nobreza européia.
Congresso Bras. de Folclore, 1 (F043)/20"	IP/UPR 1951	Documentário sobre o Congresso realizado no RJ, de 22 a 31/08/51. Considerado um marco para os estudos do folclore no país. Apresentação de grupos folclóricos. Presença do Presid.Vargas, Renato de Almeida e Cecília Meireles.
Prelado de Palmas (F046)/4"	IP/UPR 1950	Rodado na cidade de Palmas (PR) mostra em seqüência, cenas de cavaleiros uniformizados, bração do Bispo de Palmas, 1ª Semana Mariana de Palmas (01 a 06/01/50). Missa Pontifical
Trançado em Cipó (F050)/30"	IP/UPR 19--	Documentário sobre o trabalho dos trançados em taquara e palha de milho na localidade de Agua Amarela/Lapa (PR). O processo de produção artesanal desde a retirada da fibra até o prod. acabado.
Rapadura e Boi Ferdinando (F052)/10"	IP/UPR 19--	Documentário sobre o processo da fabricação da rapadura no litoral do PR: moagem de cana com tração animal, peneiração do caldo, aquecimento e secagem na janela. Algumas cenas do folguedo Boi Ferdinando, em que os homens se fantasiavam de boi.
Mandioca (F056) / 10"	IP/ UPR 19--	O processo da fabricação da farinha em todas as fases: coleta da raiz, lavagem, amassamento, forneamento em fogões apropriados, peneiramento.
Fabricação de Violas (F060) / 20"	IP/ UPR 19--	Documentário sobre o processo de fabricação de viola caipira, com intertitulos explicativos nas etapas.
Fabricação de Redes (F061) / 13"	IP/ UPR 19--	Seqüência das atividades da pesca e confecção de redes, além de cenas de dança folclórica
Fabricaçã de Esteiras (F062) / 5"	IP/ UPR 19--	Documentário sobre a fabricação de esteiras, trançadas em tear rudimentar de madeira, desde a retirada das fibras até o acabamento final.
Esteiras (F063) / 5"	IP/ UPR 19--	Documentário sobre o processo de fabricação de esteiras em tear c/ bilros, no PR, desde a coleta da matéria-prima até o produto final.

TÍTULO/CÓDIGO/TEMPO	RECURSOS DATA	SÍNTESE
O Estaleiro (f064)/36"	MAAP 1974	Documentário sobre a feitura de tábuas de madeira na própria mata, de modo artesanal, c/ o uso do estaleiro. Buarque de Holanda registra o verbo "estaleirar" reunir em determinado lugar as toras de madeira retiradas da mata, antes de transportar para a serraria.
O Cultivo do Arroz (f065)/5"		Documentário sobre o processo de fabricação do arroz desde a colheita, passando pela bulha, até o beneficiamento

*Fonte: Catálogo – Audiovisuais/Filmes/Videos (IBAC) RJ 1996 - Fundação Nacional de Arte - FUNARTE. Coordenadoria de Folclore e Cultura Popular Arq/Biblioteca Amadeu Amaral/RJ. \*Os originais, todos em 16mm, preto/branco e mudos, encontram-se nos arquivos do atual MAE, além dos filmes: Beira-Mar; Cerâmica e Técnica; Boide mamão; Os Suábios de Guarapuava.*

## A Biblioteca e o Acervo Bibliográfico

Pouco ficou registrado na documentação sobre os títulos que foram sendo incluídos, selecionados ou agregados na formação da biblioteca do MAAP.

Loureiro informa a Rodrigo em 1962 sobre o início da montagem da biblioteca e cobra do Diretor da DPHAN a "sua interferência" junto ao Instituto Brasileiro do Livro ...para que dê uma boa contribuição para a instalação da biblioteca em Paranaguá.

Esta solicitação é reiterada sete meses após, com o alerta ...não obstante haver sido feita a inscrição do Museu no Instituto do Livro, nada recebemos até o presente, perdoo-me a insistência, mas as nossas prateleiras estão vazias, um telefonema seu, ao Diretor do mesmo, ...agora que já foram cumpridas as formalidades, de uma grande ajuda<sup>437</sup>.

Por outro lado, solicita ao arquiteto Saia os equipamentos e mobiliário necessário (mesas, estantes e cadeiras, para o funcionamento da biblioteca. Loureiro que havia sido o organizador da biblioteca do CEB, havia enriquecido a biblioteca do Museu Paranaense, a da Comissão Paranaense de Folclore, no espaço da UFPR que lhe foi destinado, além da biblioteca do departamento de antropologia e a do Centro de Estudos Portugueses como também incentivou a formação da biblioteca do CEPA, encontrava dificuldades para organizar a biblioteca do MAAP.

O acervo bibliográfico só foi consolidado com os convênios firmados com a prefeitura de Paranaguá e a Diretoria de Assuntos Culturais do

MEC, que contemplavam. “a aquisição de bibliografia especializada” sem no entanto, seus títulos terem sido registrados, na ocasião.

Assumindo a biblioteca do MAAP em 1973 a bibliotecária Regina Maria Campos Rocha elabora um relatório naquele mesmo ano, após os trabalhos técnicos ali desenvolvidos afirmando que *...vimos a impossibilidade de elaboração dos fichários, pois o acervo, na sua maior parte, não tinha indicações de procedência, forma de aquisição, etc... não havia condições de se avaliar o patrimônio da biblioteca, pois não havia registro organizado ou “inventário da biblioteca” ...decidiu-se que um novo registro seria feito ...tendo como ponto de partida arrolamento das notas fiscais e recibos de compra de livros e revistas, de acordo com as prestações de contas arquivadas no maap desde 1963 ...há inúmeros livros que tem procedência ignorada ...passamos ao registro dos folhetos, separatas e revistas ...já estamos realizando os serviços de catalogação, classificação, desdobramento de fichas e pedindo atualização dos periódicos atrasados ...a maior parte da população, principalmente estudantes universitários, ignoravam que o Museu tivesse uma biblioteca, e os que sabiam da biblioteca, ignoravam a qualidade do seu acervo ...a falta de recursos bibliográficos da municipalidade, propiciou assim maior integração entre Museu, Escola e Comunidade (Arq/CEB)*

Em 1975, como assessora do convênio firmado entre a UFPR e a DAC/MEC para a manutenção da biblioteca, Regina Maria Campos Rocha envia uma cópia do acordo para Loureiro que pretendia ampliá-la. Afinal na argumentação sobre a necessidade de expansão do espaço físico do museu estava também estruturada na melhor e mais adequada instalação do acervo bibliográfico<sup>438</sup>.

Em recente relatório técnico da biblioteca central e do departamento de biblioteconomia da UFPR, solicitado pelo projeto de reestruturação do MAAP/89, ficou evidenciado o estado deste acervo bibliográfico quando foram relatadas ...as condições da biblioteca do Museu descritas neste Relatório indicam a necessidade de imediata recuperação e controle do acervo disponível, para que os recursos investidos na sua aquisição possam ser aproveitados de maneira eficiente por estudiosos e pesquisadores e para que a biblioteca torne-se realmente um elo entre o usuário e a informação propiciando condições de estudos e pesquisa (Bastos,1989:3).

Hoje a biblioteca do MAE encontra-se vinculada à Biblioteca Central da UFPR, usufruindo do seu atendimento técnico.

## A Montagem do Circuito Museográfico do MAAP

*...havendo impossibilidade imediata de arquiteto ou museologista da dphan ... (para) colaborar ... (na) arrumação do museu de Paranaguá peço aguardar.... (Rodrigo M. Franco, 1959)*

*...a Universidade Federal do Paraná aproveitando o secular edifício e, na impossibilidade de obter recheio histórico para o seu interior, montando exposições permanentes de coleções de arqueologia e artes populares não só enriqueceu o interesse do público, pela arquitetura do edifício, mas contribuiu para a educação popular ao conhecimento da nossa arqueologia e a cultura popular nacional (Comissão Especial, 1972).*

*...Museu de Paranaguá, minha grande escola de aprendizagem  
(Marília Duarte Nunes, 1972)*

Entre a assinatura do convênio entre a PR e a DPHAN, em 1958 e, a resolução 1/62 que inseriu o MAAP na estrutura organizacional da Universidade do Paraná, houve uma alteração significativa na proposta museográfica do Museu.

Enquanto no primeiro documento é realçada como uma das finalidades ...o colecionamento de peças de arqueologia e trabalhos de arte popular brasileira, notadamente da região, .., na Resolução 1/62, a representatividade da cultura material que comporia o acervo do MAAP é especificada como - brasileira - sem, necessariamente ser regional, o que viabilizou o uso dos artefatos reunidos pelo processo de aquisição permitindo também definir a temática central daquele circuito museográfico.

Os contatos entre Loureiro e a DPHAN sobre a montagem do circuito, são marcados com constantes consultas técnicas sobre a ocupação do espaço. Foram encontrados vários documentos em que relatos sobre o andamento dos trabalhos tornam-se a tônica da correspondência como a que foi enviada em 1965 para o arquiteto Saia na qual Loureiro afirma ... escrevo-lhe especialmente a propósito daquele plano de ocupação progressiva do prédio para exposições, pois com a verba deste ano, poderei dar início à montagem das exposições na ala da frente do primeiro andar.

Este documento pode ser complementado com tantos outros mas, um dos mais significativos não só pelo seu conteúdo, mas sobretudo pela larga extensão de tempo que este acessoramento se manteve, refere-se ao que em 1972, Loureiro escreve a Soeiro lembrando que ...a Cláusula VIII do nosso Convênio faculta-nos consultar o IPHAN a respeito da organização museográfica ...estou fazendo uma mostra das Cavalhadas de Guaruapuava, seria recomendável fazer exposição dos trajes (de dois cavalheiros e a princesa) em manequins de "isopor" e se encontrarei estes tipos aí no Rio ...a Congada da Lapa com manequins em cartonpiene todos pintados de negro, produz bom efeito e o seu precário sistema luminoso e sonoro funcionam a contento, até o momento...<sup>439</sup>.

No entanto, quando Marília Duarte Nunes relata o processo de montagem da exposição de longa duração - "A dinâmica das técnicas nos vários aspectos da cultura material do homem brasileiro" - realizada com as coleções arqueológicas do Museu de Paranaguá, em seu trabalho apresentado no IIIº Congresso Nacional de Museus, é que se pode entender a metodologia empregada na montagem da exposição não só no setor da pré-história, com na área da etnografia.

Ao descrever sobre a adequação da temática museológica ao espaço físico disponibilizado, a autora oferece elementos essenciais para a compreensão das orientações bem definidas da DPHAN, na museografia brasileira levando-se em conta que a grande maioria dos museus, neste período, era instalada em prédios tombados por aquela diretoria.

Se este artigo for analisado por partes, é possível fazer alguns comentários sobre pontos importantes deste processo e, por intermédio das insertivas acompanhar a busca de "soluções conciliatórias" para a execução da montagem da exposição além de evidenciar os fortes e inflexíveis (em alguns casos, como já foi visto) limites de autonomia técnica museográfica que eram impostos ao fazer museológico em museus instalados em monumentos tombados. Era a concepção de preservação de bem cultural priorizando o patrimônio de pedra e cal na prática da valorização da cultura material popular.

Marília discorre sobre algumas questões relacionadas com os problemas que tiveram que ser enfrentados por tratar-se de uma exposição em "um museu instalado em monumento histórico, uma vez que o tema tem provocado divergências entre arquitetos e museologistas". As polêmicas podem assim ser discutidas:

## 1) Sobre a Questão da Adequação do Circuito

*...buscamos sempre soluções conciliatórias e acreditamos ter podido ajustar, perfeitamente, os interesses arquiteturais do edifício, com o nosso objetivo de dar à exposição uma feição moderna e diferente, procurando mesmo estabelecer um justo e agradável contraste entre a secular construção e o moderno mobiliário indispensável a uma correta mostra museológica ...embora sempre tivéssemos encontrado na Diretoria e técnicos da dphan a mais completa assistência e interesse em solucionar os impasses criados, face esta condição especial do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, não conseguimos montá-lo tecnicamente com maior perfeição como seria de desejar.*

*...tomei conhecimento, por intermédio da professora Marília D. Nunes das sete fotografias correspondentes aos mostruários novos instalados, em duas das respectivas salas de exposição, inaugurados no dia 29/07 próximo<sup>440</sup>.*

*...estamos com dificuldades de espaço para expor as coleções de tradições populares. Serei obrigado a utilizar o lance do pavimento superior que fica em comunicação com a entrada do museu<sup>441</sup>.*

O pavimento superior estava reservado para a administração do Museu, laboratórios e biblioteca. Segundo Marília, a circulação geral do Museu era iniciada no “hall de entrada onde o público pode ter acesso imediato ou ao salão de conferências, ou às salas de exposições do segundo e primeiro andares”. Não foi encontrado qualquer documento que esclarecesse o bloqueio de duas escadas originais de pedra, que fazia a ligação entre o térreo, o primeiro piso e o segundo piso.

A autora complementa ainda dizendo ...procuramos estudar a circulação nas salas e corredores de maneira prática e objetiva, dispondo as vitrines de modo a impor, ao visitante, um trajeto natural e obrigatório (Nunes, 1966:6)<sup>442</sup>

Dando continuidade a sua argumentação sobre o espaço para os folgedos populares, Loureiro afirma, *...há 3 salas (no terceiro piso) e em cada uma será montado um folgado que entendemos conveniente do-*

cumentar no Paraná.: O Boi de Mamão no litoral; a Congada da Lapa e a Cavallhada de Guarapuava ...dado o tamanho das peças e o número de manequins estritamente necessários é absolutamente impossível fazer a montagem do material em estrados e permitir a circulação do público pelas portas de comunicação que se encontram no centro das duas paredes divisórias que separam estas três salas ...quero informar-lhe que essas paredes não são originais, aí não existiam paredes, se este salão foi dividido em três é porque encontrou-se uma "parede de sopapo" com paus roliços ao que parece coincidindo com a indicação da antiga planta. Estas paredes divisórias, foram feitas, quando da reconstituição com taboas e ripinhas, tipo estuque, aqui chamado francês, o que acabo de confirmar retirando um pouco de reboco ...o que é inegável é que não podemos montar esse material em vitrine<sup>443</sup>.

Em outro documento é registrado que ...de acordo com as indicações deixadas pela sua auxiliar, parece nos ser preferível, considerando os inconvenientes apontados em se manter três salas com circulação independente. Foi previsto contudo, o rebaixamento do teto utilizando-se a madeira na forma indicada no desenho anexo, a fim de proporcionar uma melhor circulação ao corredor. ...Submetemos à apreciação do senhor à continuidade das salas vitrinas, que deverão ser guarnecidas em toda sua extensão com vidros bem menores do que os projetados nos desenhos ...(e prossegue) ...estou enviando-lhe a amostra anexa de um tecido para cortinas, de cor bege. Como o meu prezado amigo havia recomendado fossem feitas as cortinas para as portas de entrada do Museu, dessa cor bege ...consulto-lhe se seria este o tecido conveniente<sup>444</sup>. As dificuldades para a realização dos trabalhos museográficos eram enormes ...feita a grande vitrina, verificou-se que realmente ficaram muito "amontoados" os três folgedos. Decidimos na área, apenas montar o "Boi de Mamão" e a Congada da Lapa. Aguardaremos a nova construção ao lado do Museu para montar a vitrina sobre a Cavallhada de Guarapuava<sup>445</sup>.

Marília Duarte, em carta a Loureiro não deixa de expressar o seu posicionamento sobre o uso de bonecos em exposições afirmando, ...sempre fui contra manequins com feições em museus etnográficos é um perigo tal utilização, nunca se consegue as características raciais perfeitas, sugerindo o uso de manequins em madeira ou cartão como os usados no



*Museu do Homem de Paris e no da Bretanha. Os manequins que ilustraram os personagens da Congada, ainda existentes na reserva técnica do maep, são negros e sem características faciais*<sup>46</sup>.

Em 1972, Loureiro informa ao então reitor, o Profº Algacy Munhoz Mäder, algumas reformas internas que estavam sendo executadas pelo IPHAN que também “iriam sanar deficiências do circuito”. Na verdade tratava-se da montagem de uma escada de madeira que concluía o circuito levando o visitante da sala do engenho de cana para o piso de acesso as exposições sendo para isto construído um mezanino. Muito satisfeito, ele comunica a Marília, nesta ocasião no Museu do Índio do Rio de Janeiro, que ...com a construção do mezanino interno conseguimos corrigir o término do roteiro do museu, de maneira que os visitantes não são obrigados a fazerem parte do percurso final percorrendo salas já visitadas ...era a minha intenção corrigir esta parte do percurso mas sempre encontrava objeções do Saia, agora com o apoio do Soeiro, conseguimos a sua efetivação<sup>47</sup>.

Nesta ocasião, Loureiro já apresentava fortes sinais de cansaço e doenças, talvez isto tenha a levado a que Soeiro acabasse por concordar com a “interferência visual” que esta escada-mezanino provocou na sala do engenho de cana.

## 2) Sobre o projeto de iluminação

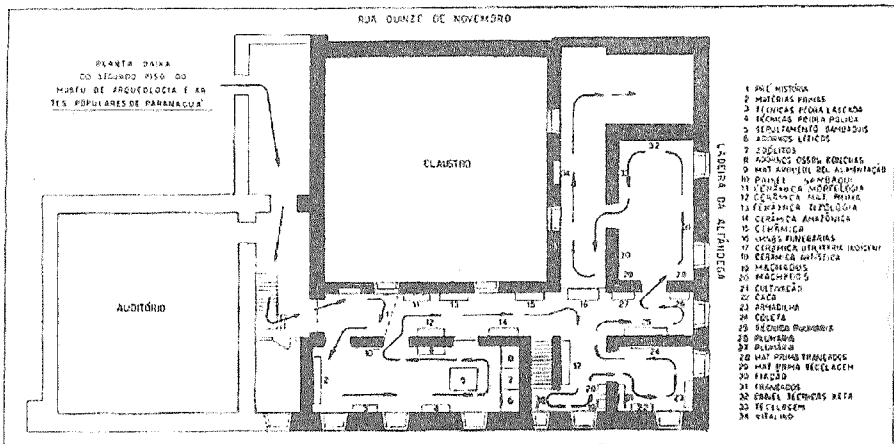
*...perdura ainda, defeitos de circulação e ocorrem reflexos nas vitrines colocadas em frente as janelas, muito embora tivesseamos tido cuidado de usar vidros inclinados e iluminação apropriada ... a luz externa é mais intensa que a interna, não havendo recurso de iluminação do qual se pudesse lançar mão para a correção dêste defeito. A solução estaria na vedação definitiva das janelas, medida que viria interferir, diretamente, na arquitetura do prédio ....(e acrescenta) ...o problema da iluminação acarretou, sérios contratempas dada às precárias condições de fornecimento de energia elétrica à cidade, tornando-se necessário aguardar a conclusão dos trabalhos de extensão da rêde de cabos, que trouxe energia da usina hidroelétrica de Ipiranga para Paranaguá (Nunes, 1966:7)*

Com relação as precárias condições da cidade e as dificuldades de comunicação com Curitiba, Loureiro em 1962 escreve a Rodrigo de Melo Franco, ...a montagem do museu prossegue ativamente, como é possível, um trabalho desse gênero em uma cidade como é Paranaguá<sup>448</sup>.

Também não foram localizados documentos que comentassem a montagem da sala da pesca na qual, todas as janelas foram inutilizadas, com placas de papelão, para o completo aproveitamento de um grande vão de parede.

### 3) Sobre o projeto museográfico

Na época, as legendas representava um traço forte das exposições museológicas *...com vistas à educação popular ... (por meio) ...do trabalho educativo e cultural, ...nossa intenção (foi) transmitir, em cada vitrine, dois conteúdos, duas mensagens culturais ao público: uma de caráter tecnológico, fixando os meios de ação do homem sobre a matéria; outra de natureza funcional, documentando o uso desse instrumental criado, face às necessidades do homem de atuar no meio ambiente ... (complementando a autora esclarece) ...mas a utilização cultural das coleções arqueológicas do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá não estaria satisfatória somente com esta diretriz de apresentação. Para completa-la tornou-se necessário a elaboração de legendas que viessem consolidar a perfeita compreensão do problema das técnicas ...uma legenda-base, de caráter geral, colocada fora da vitrine, procura dar ao visitante a importância temática da sala; outra, de caráter específico, colocada no interior da vitrine, dá necessária ênfase aos detalhes técnicos (Nunes, 1966:3-4).*



ESTAMPA A — Planta de circulação da área de exposição

*Circuito Museográfico Inaugural do MAAP. In, Nunes Duarte, Marília A Utilização Cultural das coleções Arqueológicas do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, Arquivos do Museu Paranaense n.s. Antropologia nº 13:09. Dez/1966. Curitiba*

A orientação técnica para a montagem museográfica das peças arqueológicas, foi dada por Mme Empereire. Loureiro manteve estreita correspondência com esta especialista até meados dos anos 70. A consulta mais enfática que foi realizada tratou-se do painel carro/chefe da exposição, a ser inaugurada e que deveria transmitir ao visitante a idéia básica da proposta museográfica ou seja, a tecnologia do homem pré-histórico nos continentes europeu, africano e asiático que antecederam a dos achados paranaenses.

Nesta direção, Loureiro encaminha a ...*planta baixa do corredor de entrada do Museu de Arqueologia cuja parte inicial assinalada em lapis vermelho, corresponde ao hall de entrada, à propósito do qual lhe falei e que deve ser utilizado para darmos uma idéia sintética dos problemas arqueológicos da Europa, África e Ásia ...o quadro de "Mavius" adaptado pela senhora ficaria em face do visitante que entra e a parte da África numa das paredes do lado e, a Ásia e a América na outra parede. Julgo que neste sentido deveríamos obter moldes dos primitivos implementos, indústrias mais ...que o abevilense europeu, com certos exemplares líticos da "Pebble Culture" (e continua) Como a senhora nos falou das dificuldades das moldagens, embora ao que parece pela carta de Varagnac, pareceu-me interessante que o Reitor enviasse uma carta ao Diretor do*

*Museu, a fim de ver se numa tentativa oficial de interesse de obtenção de moldes, manifestado pela própria Universidade na expectativa da inauguração de seu Museu nos levaria mais depressa a solução do caso. Dessa carta lhe envio uma cópia anexa. Insisito, julgo indispensável que a "Universidade do Paraná" tenha boas moldagens para ilustrar os seus Cursos de Arqueologia com algumas das peças clássicas de pré-história geral. Só a senhora aí na Europa, poderá nos auxiliar nesse sentido. Esteve aqui o Profº Alex Krieger, recomendado dos Evans, deu a indicação de uma organização norte-americana que faz moldagens. O Wilson já escreveu consultando, a fim de obtermos moldagens das pontas clássicas da arqueologia americana<sup>450</sup>.*

Loureiro obteve o solicitado mas, não se furtou de consultar o Profº Galvão do Museu Goeldi, sobre as salas de exposições daquele Museu Paraense: ...a exposição do material arqueológico é feita sobretudo na base de cerâmica das jazidas arqueológicas da Amazônia, não é? As peças nas vitrinas as peças nas vitrinas são agrupadas jazidas? ...Há fotografias ou slides do interior das salas de arqueologia? Seria possível conseguir as mais características?<sup>451</sup>.

Todas estas insertivas apontam para a qualidade do suporte técnico museográfico e/ou didático buscava para as suas áreas de trabalho; para a criteriosa informação a ser socializada nas salas de exposição; para a necessidade que Loureiro tinha de obter apoio e ver legitimado o seu projeto, pelos especialistas de grande expressão; para o alto custo que representou a montagem deste circuito com suportes complementares vindos do Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo da Europa e, para a referência ainda marcante dos padrões museográficos importados.

A ocupação progressiva do espaço, foi acompanhada pela inauguração progressiva das exposições. Procurando seguir a seqüência da montagem das exposições através da documentação, pode-se dizer que, a casa do caboclo, o engenho de açúcar, a confecção da proa do barco e a exposição sobre espécimes botânicas em vasos que foram distribuídos sob os arcos do claustro, representaram as mostras iniciais da seção de cultura popular<sup>452</sup>.

## Guaraqueçaba Mar e Mato e o Casal Alvar

A presença do etnólogo espanhol Júlio Alvar e a sua esposa Janine no litoral paranaense, no início dos anos 70, altera o ritmo da correspondência entre o MAAAP e Prefeito Nelson de Freitas Barbosa. Loureiro bastante entusiasmado com a contribuição da pesquisa etnográfica que se realizava em Guaraqueçaba além de solicitar que Alvar fizesse desenhos sobre placas de acrílico para a sala de moagem de farinha, em ofício ao diretor do Setor de Humanas, o Prof<sup>o</sup> Temístocles Linhares, frisa ter estado com o reitor, em seu gabinete, ...conversando sobre o caso do Prof<sup>o</sup> Alvar que irá usar as dependências do museu para a grande pesquisa em Guaraqueçaba e, promove duas palestras<sup>453</sup>.

Uma foi realizada no Conselho Municipal de Cultura (23/07/74), e contou com a presença do reitor, do Prof<sup>o</sup> Temístocles Linhares e do prefeito de Paranaguá ...com a projeção e os desenhos feitos pelo etnólogo e a outra palestra teve lugar no auditório do Conselho de Cultura de Guaraqueçaba, com a exposição de todo o material iconográfico, produzido por Alvar<sup>453</sup>.

Além disso, Loureiro comunica ao etnólogo a possibilidade da apresentação do prefeito recomendando que “fosse preparando terreno para um futuro estudo sobre o Município de Paranaguá”<sup>454</sup>. Este foi outro projeto de Loureiro que não foi concretizado, mesmo tendo incluído os custos no orçamento de 1976, para a pesquisa sobre Linguística Etnográfica com início previsto para julho daquele ano. Os recursos foram indeferidos porque “os referidos professores não foram indicados por Universidade ou Instituição de Pesquisa”<sup>455</sup>.

Loureiro advogava em favor da “importância e necessidade de se iniciar o Curso Litoral Paranaense, região de Paranaguá” com vistas a formação de pesquisadores no estado e em outras regiões do país, expondo ainda a infra estrutura que o MAAAP oferecia para o seu desenvolvimento e ressalta “seria a primeira pedra de um Centro de Estudos Etnológico”.

Mesmo com o afastamento de Loureiro da direção do Museu, as tentativas de se viabilizar a pesquisa em Paranaguá, foram inúmeras por que o casal Alvar já havia desenvolvido “um trabalho etnográfico no sul da Espanha intitulado Atlas Linguístico e Etnográfico de Andaluzia, obra considerada como padrão para as pesquisas etnológica”, afirma o então di-

retor do Museu Profº Eloy da Cunha Costa, em 1977, em correspondência dirigida a Manuel Diégues JR, diretor geral do departamento de assuntos culturais do Ministério da Educação e Cultura (DAC/MEC).

A Profª Maria José Menezes, quando diretora do MAAAP, chega a propor o início do projeto para 01/07/78 e previsão de término para 30/06/79; a Profª Cecília Maria Westphalen informa ao casal que “a pesquisa receberia auxílio do DAC”. Mas, na verdade o que foi concretizado foi a publicação sobre a pesquisa realizada em Guaraqueçaba<sup>456</sup>.

Paranaguá, até hoje se ressentido de uma análise sistematizada em que contemple “etnografia gráfica; uma etnografia descritiva, um vocabulário etnográfico”, um estudo econômico e sócio etnográfico associados conforme estava previsto no plano de trabalhos do casal Alvar, apresentado ao reitor, por Loureiro em 19/11/75.

## A Inauguração do Museu

*...pena que a sua súbita chegada e pouca permanência entre nós, não houvesse proporcionado tempo para lhe prestarmos as homenagens a que tem direito pela obra de engrandecimento nacional que realizou e continua a realizar ...agradeço as efusivas congratulações pela obra memorável - Museu de Paranaguá (Loureiro à Rodrigo, 1966)*

Com a preocupação de garantir o projeto do museu universitário em Paranaguá, Loureiro programou, por três vezes, a sua inauguração:

- A primeira para 1959 aproveitando a 4ª Reunião Brasileira de Antropologia quando: - *participariam ...quase a totalidade dos professores de Antropologia das Faculdades e grande número de cultores de nossas Artes e Tradições Populares (e também para aproveitar a presença) até abril/59 do professor americano Wesley Hurt da Universidade de South Dakota e o Diretor do Museu Arqueológico local, bom técnico no setor arqueológico da museologia, que vai dar um curso de arqueologia da América, no cepa da Universidade. O Profº Hurt está pronto para colaborar nos trabalhos de montagem da Divisão de Arqueologia do Museu, o que me parece muito interessante dada a sua especialidade nos problemas da arqueologia pré-histórica da América*<sup>457</sup>.

Por não ter ainda conseguido montar as exposições planejadas, Loureiro tinha um plano de ocupação progressiva dos dois pisos reservados para tal. A inauguração foi postergada.

-A segunda data prevista foi 1962, procurando conciliar as comemorações do cinquentenário da Universidade e também o fato da Campanha de Defesa do Folclore, ter deliberado que a sua reunião anual seria em Curitiba entre os dias 27 e 29 de julho. Loureiro propôs a data de 19 de dezembro, para a inauguração mas nesta ocasião, "o congelamento de verbas" e a falta de pessoal técnico/administrativo para o quadro de pessoal foram os impedimentos.

Mesmo com a vinda do ministro Darcy Ribeiro ao Paraná, Loureiro não consegue agilizar a lotação mínima necessária para os trabalhos técnicos do Museu o que faz com que ele justificasse a Rodrigo de Melo Franco, um novo adiamento da inauguração do museu ...depois da partida do Ministro, (o reitor), disse-me que não podia fazer este ano nada pelo pessoal do museu e que no próximo ano a situação seria pior; ...aconselhou-me que não inaugurasse ...prorrogando esta impossibilidade de inauguração, até dezembro de 1963<sup>458</sup>.

-No entanto, prorrogar por quase mais dois anos era muito e, em abril de 1963, Loureiro comunica ao DPHAN que ...o Dr<sup>o</sup> Tramujas (então prefeito da cidade) desejaria que a inauguração do MAAP fosse em 29 de julho, data Magna de Paranaguá, quando naquele ano se comemorava o 315<sup>o</sup> aniversário de Carta Régia da Cidade<sup>459</sup>.

*Por outorga do Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, tenho a honra de convidar V. Excia. para o ato inaugural do MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES, montado pelo Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná, no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá, recentemente restaurado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

*O ato inaugural será procedido às 14 horas do dia 29 de julho, ao ensêjo das comemorações anuais da Carta Régia de 1648.*

*Paranaguá, julho de 1963.*

**JOSÉ LOUREIRO FERNANDES**  
DIRETOR

*Convite para a Inauguração do MAAP. Arq/CEB*

De imediato, Rodrigo de Melo Franco responde estar ciente, mas que não poderá comparecer justificando ter alguns compromissos já agendados em Minas Gerais para a mesma ocasião.

Mesmo inconformado com a notícia da possibilidade de ausência do seu incentivador e companheiro de lutas e desafios em prol da instalação do Museu, Loureiro não altera esta data, até porque “fora autorizado pelo Reitor Flávio Suplicy de Lacerda a fazer funcionar o museu” e o MAAAP é inaugurado em 29/07/1963, após 5 anos da assinatura do convênio que o criou<sup>60</sup>.

Durante muitos anos o aniversário do MAAAP foi comemorado, equivocadamente, em 25/07/62<sup>61</sup>.

Foi encontrada nos arquivos do CEB, apenas a folha nº11 do discurso manuscrito proferido por Loureiro nesta data (Ver Anexo 11). Nele Loureiro realça os 25 anos de magistério da cátedra de antropologia, o trabalho fundamental dos seus discípulos mais próximos bem como, a participação da equipe do DEAN. Loureiro estava certo que ...consolidado está o futuro dos estudos de Antropologia no Paraná e que este Museu hoje inaugurado será um dos mais fecundos centros do seu progresso nos sectores da arqueologia e das arte e tradições populares

Logo após a inauguração, Loureiro faz uma longa explanação a Rodrigo de Melo Franco sobre a manutenção da data de abertura oficial do Museu comentando o fato do Reitor não ter *...efetuado as nomeações autorizadas pelo Ministro da Educação e Cultura, pelo senhor conseguida, gerou descontentamento no reduzido pessoal que nele trabalha na base de serviços prestados ...a lentidão da sua montagem começava a criar comentários que me eram desagradáveis como professor da Universidade encarregado da sua montagem ...o mais grave é que o retardo do funcionamento do museu começava a gerar entre o pessoal uma atmosfera de desinteresse pela nobreza do trabalho ...embora no roteiro, faltasse algumas peças essenciais na sua seguência como é o caso do tear (e desabafa) ...do iv Distrito também não tivemos nenhuma manifestação por ocasião da inauguração, tentei na antevéspera uma comunicação com o Saia mas foi impossível dada as más condições telefônicas com São Paulo.*

Em seguida, Loureiro discorre sobre as personalidades de Curitiba e de Paranaguá que prestigiaram o ato, bem como, das filmagens feitas pe-



los canais de comunicação local, em especial a tv dos Diários Associados e, comenta que ... a Secretaria de Educação, através da sua Divisão de Ensino Secundário, entrou em entendimento com a Rede Ferroviária Nacional Paraná/Santa Catarina para obter, um dia por semana, vagões especiais para transportar normalistas e ginásianos à Paranaguá<sup>462</sup>.

O sentimento pela ausência dos seus parceiros externos foi reiterado na correspondência, quando o diretor do MAAP reforça ...*lamentamos muito que todos os convites feitos para o Rio de Janeiro e São Paulo tivessem deixado de ser atendidos, por múltiplas razões, pois não teve no momento oportuno, o esforço que a equipe do dean realizou tão generosamente em prol da concretização do museu, o apoio e o prestígio da presença das autoridades federais. Mas cumprimos o prometido e assim libertamo-nos de um grande compromisso que tínhamos sobre os ombros, o que nos proporcionou uma grande satisfação íntima...*<sup>463</sup>.

Mesmo sentindo-se de certa forma solitário no momento do “co-roamento” do seu trabalho, Loureiro sabia que sem o grupo da DPHAN nada poderia ter feito e que também a proposta museológica do Museu não se concluiu com a sua inauguração. O ato oficial apenas acenava para a determinação do seu projeto político cultural na área da preservação e da dinamização do patrimônio cultural, no litoral do Paraná e, sem dúvida deu visibilidade ao MAAP.

Um ano e meio depois, o Museu funcionava, ...em caráter precário, com apenas cinco funcionários: três nomeados e dois recebendo por serviços prestados ...o material científico acumula-se nos depósitos, pois não temos laboratoristas; as exposições das coleções revelam a carência dos preparadores de museu; a parte administrativa é feita pelo Departamento, fatos esses que se acumulam e fazem estacionar o progresso do MAAP que devia se tornar um florescente Centro de Estudos e Pesquisas da nossa Universidade, nos setores da Arqueologia e Artes e Tradições Populares<sup>464</sup>.

Mas esta situação não impediu que Loureiro continuasse a montagem das exposições. Em 64 a biblioteca é disponibilizada e mais “uma parte das coleções é franqueada ao público além de ser necessário refazer alguma peças do folguedo Boi de Mamão”<sup>465</sup>.

A montagem das exposições dependiam do andamento das obras, que era muito lento e da liberação dos recursos que sempre foram insu-

ficientes retardando os trabalhos de “montagem da seção de folguedos populares e a instalação dos recursos audiovisuais do auditório”. Os recursos para a montagem das exposições arqueológicas vinham do DPHAN, do CNPQ e do convênio com o Museu do Homem de Paris. Já para a montagem dos folguedos, os recursos chegavam da Campanha Nacional do Folclore e do convênio com a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC/MEC).

Em 1966, Loureiro consegue montar o folguedo Boi de Mamão e inicia o diorama sobre as Congadas da Lapa. Este diorama só será inaugurado em 1969 quando Loureiro solicita ao prefeito “seja providenciado e concedido almoço para 35 pessoas, componentes da “Congada da Lapa” que vêm abrilhantar a inauguração do Diorama”. Este evento contou com a presença pela primeira vez, do reitor ao Museu<sup>466</sup>.

A aquisição das peças para a montagem dos engenhos de grãos e torrefação da farinha de mandioca, vão aparecer na correspondência trocada em 1968, com o prefeito Municipal quando Loureiro solicita auxílio na montagem de um engenho de soque de arroz, da colônia Quintilha, com pilões e uma engrenagem de torrar farinha. Também nesta ocasião, surgem problemas com os manequins do diorama sobre as Congadas<sup>467</sup>.

Após o longo período em obras pelo qual passou o Museu no início dos anos 70, Loureiro escreve a Soeiro sobre a possibilidade de inaugurar a exposição sobre as Cavalhadas, quando da reabertura do museu; em seguida comunica a Marília Duarte o recebimento de legendas sobre a fiação e consulta sobre a pertinência da montagem de uma exposição sobre a plumagem indígena. O projeto da montagem do diorama sobre as Cavalhadas, Loureiro não chegou a concretizar<sup>468</sup>.

## O MAAP no Organograma da UFPR

*...na Administração Universitária ainda não entenderam que os assuntos do MAAP nada tem haver com o DEAN (Loureiro, 1972)*

...como o Pró Reitor reconheceu, ...o assunto merece pronta solução e se arrasta por mais de 11 anos na nossa Administração Universitária e que tem motivado inúmeros processos entre eles o de nº11.423/65 da DPHAN ...que quase sempre acabam relegados nas gavetas administrativas

ou no Arquivo Geral dessa Universidade ...ao contrário do que sucedeu na maioria dos organismos técnicos da Universidade Federal do Paraná (Loureiro/1973)

Mesmo inaugurado oficialmente, o MAAAP continuava vulnerável na política universitária. Com a implantação do plano diretor de desenvolvimento de Paranaguá, coordenado por Cyro Correa Lyra, a comissão de desenvolvimento municipal (CODEM), celebra convênio com a prefeitura de Paranaguá (19/06/67) e este arquiteto solicita uma sala para estudos, reuniões e pesquisas, no Museu pelo período de três meses (06/07/68). O que foi concedido.

Loureiro se utiliza dos recursos municipais oriundos deste convênio para viabilizar a publicação dos - Cadernos de Artes e Tradições Populares-, informando também que necessitava de recursos para editar os - Cadernos de Arqueologia, esperando obter o apoio da prefeitura, e o obteve .

Em maio de 1970 o Conselho Universitário transfere o MAAAP para ...o Museu de Ciências e Artes, Órgão Suplementar da Universidade previsto no Estatuto (art 13, letra h) ...enquanto não for implantado o Museu de Ciências e Artes o MAAAP fica subordinado diretamente à reitoria<sup>469</sup>.

Sobre este Museu de Ciências e Artes, nada foi encontrado podendo ser afirmado que ele jamais foi instalado e o MAAAP permaneceu vinculado à reitoria.

Com a mudança na administração central da Universidade, Loureiro se entusiasmou e então sugeriu ao interventor federal de Paranaguá, que articulasse uma visita oficial do reitor ao litoral e, em especial ao Museu. Estando ainda em jogo, a estabilidade do MAAAP, as mudanças na reitoria poderiam trazer, outras expectativas. Loureiro acreditava que novos tempos poderiam se iniciar para a concretização do MAAAP, afinal ele conhecia a linguagem dos interventores. No passado, quantas foram as conquistas alcançadas no governo de Manoel Ribas!

Estava ainda em jogo a estabilidade do MAAAP<sup>470</sup>.

Loureiro que não havia mudado o seu entendimento sobre museus, ou seja como uma Instituição de pesquisa estruturada em um trabalho acadêmico e científico, enfrentava mais dificuldades no MAAAP do que no MPR, para concretizar esta meta. Os tempos eram outros, Loureiro já não tinha mais a autoridade e o poder interno na Universidade assim que se por um lado, sua determinação e o apoio de Rodrigo Mello Franco deu

forma e concretude ao projeto do MAAP por outro lado, sofreu uma diversificada vinculação administrativa na UFPR através do seu organograma, demonstrando que havia uma distância muito grande entre o projeto deste Museu e a condução da política universitária.

Em 1972 o Conselho Universitário, após a visita do reitor ao Museu, resolve constituir uma Comissão Mista Especial, designada pelo reitor Algacy Munhoz da Rocha, para estudar e propor a sua reestruturação bem como elaborar um anteprojeto de regimento<sup>471</sup>.

Compunha esta Comissão Especial: o diretor do Museu, José Loureiro Fernandes; o coordenador dos Orgãos Suplementares, Alceu Schwab; o assessor de Planejamento da Reitoria, Guilherme Lacerda Braga Sobrinho; o presidente do Conselho Municipal de Cultura de Paranaguá, Antonio Moraes Pereira da Costa, e os representantes da prefeitura municipal, Luiz Fernandes Ramos e do Departamento do Patrimônio Histórico do Estado do Paraná, Cyro Illidio Correa de Oliveira e, de Igor Chmyz representando o Instituto de Ciências Humanas. Mais do que nunca, nesta ocasião, o Museu agonizava e, apesar de quase dez anos da sua inauguração, ...continuava sem seu quadro de pessoal mínimo necessário ...não obstante ter a Direção neste sentido cumprido a determinação do ex-reitor Prof<sup>o</sup> Dr. Flávio Suplicy de Lacerda e encaminhado a essa Reitoria ofícios e sucessivos expedientes em relação ao pessoal, não encontravam nunca solução de parte dessa Administração Federal ...continuando o museu com um diretor honorário e três serventes pagos pela Universidade.

Esta Comissão trabalhou de maio a setembro de 1972, deliberando sobre ...a constituição do MAAP em Órgão Suplementar da UFPR; o valor da dotação orçamentária para o ano corrente em CR\$ 31.100,00; a aprovação do regulamento do museu; a seleção de 13 elementos aprovados nos concursos da UFPR para integrarem parte do pessoal do MAAP e a reserva das vagas para antropologia, auxiliar de pesquisador e de laboratório, e auxiliar de museu, existentes no quadro geral da universidade e regidos pela CLT.

A primeira reestruturação pela qual o MAAP passava, de caráter administrativo, sinalizava para o saneamento do seu calcanhar de Aquiles, ou seja, a questão do quadro de pessoal. Além de estabilizar o Museu no quadro institucional da Universidade, enquanto órgão suplementar, através da Portaria nº9245 de 24 de novembro de 1972 (Ver Quadro 33).

### QUADRO 33

#### O MAAAP no Organograma da UFPR (1962/1972)

ATO	DATA	SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA
Ofício nº 1243 do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda ao Diretor do Ensino Superior (MES)	25/11/1957	Primeiro contato oficial para a sua implantação
Convênio entre a UPR e a DPHAN	17/07/1958	Instituto Universitário-vinculado ao Conselho de Pesquisas da UPR(CPUPR)
Portaria nº 27/64		Integrado ao Departamento de Antropologia
Processo nº 55.353	13/12/1964	Desligamento do MAAAP da UFPR
Convênio entre a DPHAN, a UFPR e a Prefeitura Municipal de Paranaguá	25/01/1969	Vinculado à reitoria
Termo Aditivo ao Convênio com a DPHAN	6/02/1969	Vinculado ao Departamento de Antropologia
Resolução nº 4/70	26/05/1970	Vinculado ao Museu de Ciências e Artes, Órgão Suplementar da Universidade
Portaria nº 9245	24/11/1972	Órgão Suplementar da Pró-Reitoria de Órgãos Suplementares

Esta Portaria, acatando decisão do Conselho Universitário, define, enquanto as finalidades do museu ...coligir, classificar e conservar material de interesse ao estudo da arqueologia e artes populares, realizar pesquisas e estudos relacionados com a arqueologia e a cultura popular brasileira, bem como divulgar conhecimentos sobre essas disciplinas antropológicas.

Por esta portaria ainda, o MAAAP passava a ser constituído pelo conselho técnico/administrativo e os serviços: técnico/científicos, técnico/educacionais e administrativos e técnico/auxiliares sendo que, tais serviços seriam dirigidos por profissionais do nível universitário.

O conselho técnico administrativo foi constituído pelo ...Diretor, que o preside, pelos chefes dos serviços referidos no ítem 2, por um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por um representante do Município de Paranaguá e por um representante do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná ...(e), o diretor do Museu seria nomeado pelo Reitor.

O Regimento aprovado em 23/01/73 pelo Conselho Universitário, ratifica as decisões da Portaria nº9245 e acrescenta significativas mudanças na estrutura do Museu, enquanto instituição cultural universitária como:

- 1- *privilegiou a divulgação mediante o ensino e a pesquisa, de conhecimentos nos domínios da Arqueologia e da Cultura Popular Brasileira (Art 1º);*
- 2- *apontou para a necessidade da sua ampliação espacial para atender às dependências administrativas, de estudos e de laboratórios, a serem construídas em terrenos vizinhos (Art 2º);*
- 3- *retirou do IPHAN a “posse das coleções” em caso da denúncia do Convênio, passando-as a “constituir patrimônio do museu” (Art 3º) incentivou, em suas finalidades, as atividades de pesquisa e extensão*
- 4- *universitária (Art 4º); reafirmou a estrutura em duas Divisões, que seriam sub-divididas*
- 5- *em sessões e sub-sessões propostas pelo Conselho Técnico Administrativo: uma Divisão de Arqueologia e, uma Divisão de Artes e Tradições Populares (Art 5º) deliberou que as chefias destas Divisões Técnico/Científicas deveriam*
- 6- *ser exercidas por pessoas credenciadas, portadoras de títulos universitários especializados como: licenciado pelo Instituto de Ciências Humanas; museólogo ou outro específico que venha a ser concedido pelos Cursos de Museus de nível superior, oficialmente reconhecidos no país e, excepcionalmente por estudantes dos cursos acima mencionados (Art 8º); propôs a divulgação de suas atividades e pesquisas por meio de publi-*
- 7- *cações oficiais (29º e 30º).*

O primeiro regimento do MAAP vigorou até 1976 e, foi a sua normatização que lhe deu a consistência de uma entidade universitária museológica de fato, que garantiu à UFPR as “coleções” e os artefatos de cultura material, com a modificação da cláusula xv do convênio firmado com a DPHAN em 58 e que ainda se encontrava em vigor, exigência que teve repercussão na montagem do circuito museográfico. No seu Artº8, este Regimento garantia a direção do Museu a Marília Duarte Nunes única museóloga que já vinha desempenhando importante papel junto a Loureiro na montagem do MAAP. Fato que não ocorreu.

## O MAAP - Unidade Museológica Sede do Grupo V do IPHAN ?

*...conforme intenção manifestada pelo Dr. Rodrigo, no sentido dela (Marília Duarte Nunes) atender a todos os museus da área sul do Brasil, pertencentes ao IPHAN (Loureiro, 1974)*

Em 22 de janeiro de 1976, Loureiro demite-se definitivamente da direção do MAAP deixando o quadro de pessoal permaneceria incompleto<sup>472</sup>.

Vários são os pedidos de esclarecimentos de Loureiro Fernandes à Soeiro, sobre algumas modificações internas do organograma da IPHAN, *...um recorte do jornal “Globo” na edição de 4ª feira, p.p. na qual o Diretor do dasp faz algumas declarações a respeito do andamento dos processos de reclassificação do Pessoal da Administração Federal e da Reestruturação do iphan. Assim o 4º Distrito do iphan terá criado mais um Distrito no Rio Grande do Sul e uma Coordenadoria para os Museus em Santa Catarina e Paraná. Sei que estes cargos da Coordenadoria são fruto de confiança, nomeados pelo Sr. Presidente da República, mediante proposta do Sr. Ministro da Educação. Para eles, deve haver preferência de indicação dos antigos funcionários que devem ser remanejados no processo de Reclassificação; igualmente sei que serão aumentadas as lotações para novos funcionários.*

Na ocasião, o ex-diretor do MAAAP, esclarecia o seu bom relacionamento com o ministro Ney Braga o que poderia auxiliar muito “o progresso do MAAAP”<sup>473</sup>.

Por fim em outubro de 1976, o reitor da UFPR, recebia uma comunicação oficial do IPHAN esclarecendo a situação do MAAAP junto aquele órgão que, de acordo com a sua nova estrutura o Museu deveria “enquadrar-se” ao contido na Portaria Ministerial nº230 publicada em Diário Oficial de 30 de março de 1976.

Esta portaria, no seu Capítulo II, dispunha sobre as unidades museológicas do IPHAN que se distribuíam em grandes grupos. O Art. 4º reza sobre o Grupo V, que incluía:

- a) *Unidade Museológica Sede - Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, no Estado do Paraná;*
- b) *Unidades Locais - Museu Nacional do Ferro em Iperó, Casa do Padre Inácio, em Cotia; Casa do Sítio Santo Antonio, em São Roque e Museu do Café em São José do Barreiro; todos no Estado de São Paulo; Casa de Vitor Meireles, em Florianópolis e Museu da Imigração e Colonização, em Joinville no Estado de Santa Catarina; Museu das Missões, em Santo Angelo no Estado do Rio Grande do Sul.*

De acordo com este documento, era ...dado um especial destaque ao MAAAP não só quanto à sua projeção e atuação como Unidade Museológica Sede, como também, supervisor de 7 (sete) outros Museus e Casas Históricas localizadas em 3 (três) outros Estados, sem dúvida que tal atribuição exigiria uma estrutura administrativa do MAAAP compatível com as suas novas atribuições.

Com esta portaria ministerial, o termo aditivo firmado entre o IPHAN e a UFPR em 1974, foi denunciado apesar de que a implantação das medidas só seriam efetivadas em 1977, “frente a nova dimensão do IPHAN.”

Fica uma pergunta no ar: ao pedir sua demissão, apenas dois meses antes, o Profº Loureiro Fernandes, mesmo estando muito doente mas, sempre tão bem informado, desconhecia esta proposta do IPHAN ou, reconhecendo os limites do quadro de pessoal na UFPR, para atender as necessidades do MAAAP, preferiu se afastar para melhor observar de longe as providências da Administração Central, uma vez que já havia visto perdi-



das as possibilidades de definir, como queria, a sua sucessão? Poderíamos estar diante de outra estratégica de Loureiro?

Com este instrumento legal, o IPHAN denúncia o termo-aditivo/74 relativo ao convênio firmado com a UFPR. A portaria ministerial passou também a se caracterizar como a alavanca que faltava para que a UFPR assumisse definitivamente o MAAP enquanto órgão suplementar em detrimento de arcar com as responsabilidades de tê-lo enquanto unidade museológica sede do IPHAN, no sul do país.

Também com a denúncia do termo-aditivo/74, nova reformulação do regimento interno do MAAP se fez necessária, reajustando as competências das partes, mas a participação do IPHAN jamais voltou a ser como outrora, quer por sua política interna e escassos recursos, quer pelo empenho dos seus dirigentes à causa do MAAP.

Em 1976 o IPHAN alocou três funcionários no quadro de pessoal do museu (um de nível técnico, um funcionário administrativo e outro de nível de apoio, todos residentes no litoral); prestou assessoria técnica às reformas e/ou intervenções físicas no Patrimônio Tombado realizadas na sua maioria, pela prefeitura da UFPR, permanecendo atuando, de modo policialesco<sup>475</sup>.

Assim, que de todos os convênios firmados com o MAAP, dois foram fundamentais para a concretização da sua proposta científica, aquele firmado com a DPHAN em 1958 e os seus termos aditivos de 1969 e 1974 e, o Convênio assinado com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, em 1968 e o seu Termo de Retificação e Ratificação de 1970.

## O Afastamento do Diretor e Fundador do MAAP

*O Sr fica escondendo o seu "tesouro" em vez de anuncia-lo ao meio museológico brasileiro (Marília D.Nunes,1973)*

*...apesar do Museu estar funcionando há 10 anos, não vejo nos seus raros colaboradores, ninguém que tenha interesse em continuar o trabalho por nós iniciado (Loureiro, 1974)*

O início dos anos 70 se mostrou favorável ao Museu. As primeiras publicações dos Cadernos de Artes e Tradições Populares foram editadas; as

possibilidades de serem desapropriados os terrenos vizinhos para a sua ampliação, tornaram-se muito grandes; dois cursos são realizados, um sobre o “Aperfeiçoamento em Técnicas Arqueológicas de Escavações em Sítios Cerâmicos Brasileiros” e o Curso de Extensão Universitária em “Noções de Museologia”.

Com este Curso de Museologia, Loureiro acena para a possibilidade de realizar um convênio com a FUNAI, através do Museu do Índio para que, cursos regulares fossem ministrados pela museóloga Marília Duarte Nunes.

As mudanças ocorridas no interior do Ministério da Educação e Cultura obviamente atingiam o MAAP. Em 1971, o presidente da República já havia indeferido o pedido de nomeação de contrato de pessoal qualificado para o museu, dentro da reestruturação do então IPHAN, fato que abala a programação museográfica prevista para o ano. Em cartas escritas a Soeiro, Loureiro propõe conversar com o ministro da Educação, o paranaense Ney Braga, para tentar sanar a situação do quadro de pessoal e da transferência de Marília Duarte do quadro do Museu do Índio (FUNAI) para o quadro de pessoal do IPHAN, assegurando assim a sua substituição no MAAP. O que não foi conseguido.

Nesta ocasião, Loureiro consegue pagar “os serviços de especialistas” com recursos do Conselho de Cultura de Paranaguá, para que “as coleções não sofram mais do que vem sendo prejudicadas”<sup>476</sup>.

O departamento pessoal da Universidade já havia informado ao MAAP, que ...os cargos que figuram no quadro fixo e geral da Universidade e que ainda estão vagos eram: oficial de administração e escrevente/dati-lógrafo, os cargos de antropólogo nível 19 (2 vagas); auxiliar de museu, nível 8 (2 vagas); auxiliar de pesquisador e laboratório nível 8 (3 vagas); faxineiro nível 5, existem algumas vagas mas são regidas pela CLT, portanto deverão ser ocupadas por pessoal temporário comunicando ainda que no mês de agosto haveria concurso.

Bastante animado e otimista, nesta época, Loureiro comunica a Soeiro como a situação do Museu “encontra-se favorável, por estar contando com a colaboração e boa vontade do novo reitor, Dr. Theodócio Atherino “que, enquanto acessor de planejamento da Reitoria muito já havia contribuído para o progresso do museu na esfera universitária, além do apoio do prefeito de Paranaguá Nelson de Freitas Barbosa.

Mesmo assim, o quadro de pessoal do MAAP continuava em estado precário tendo sido inclusive uma das razões pelas quais não se pôde pleitear a execução da construção das dependências técnicas, pelo IPHAN a exemplo do que ocorreu com o prédio do Museu da Universidade do Espírito Santo.

Nesta ocasião, o corpo técnico do MAAP estava constituído por cinco profissionais especializados.

### QUADRO 33

#### O Corpo Técnico do MAAP/1973

Diretor	José Loureiro Fernandes
Bibliotecária	Regina Campos Rocha
Preparadores de Museu	João Carlos Chmyz e M <sup>a</sup> de Lourdes S. Lobo
Serviços de Arqueologia e de Artes Populares	Prof <sup>o</sup> Igor Chmyz

Fonte: Of/JLF n<sup>o</sup> 10c de 30/10/73 Arq/MAEP

## A Missão de um Idealista

*...fiquei impressionado com o êxodo quase total dos servidores do nosso museu que me pareceu muito expressivo na falta de solidariedade dos funcionários com a causa a qual era de se supor fossem devotados. (Rodrigo de Melo Franco, 1967)*

Desde 1962 Loureiro, em várias correspondências, registra a sua vontade de deixar os trabalhos e a “obra do Museu”.

*...como vê estou chegando ao momento de parar com o museu, falta-me pessoal, material e dinheiro<sup>478</sup>*

*...diz o Prof<sup>o</sup> José Loureiro Fernandes que o referido Museu está em crise e que está disposto a desistir dele<sup>479</sup>*

*...gostaria que me informasse se havia qualquer dificuldade por ter o Diretor do MAAAP, feito reclamações um pouco enérgicas, pois não sou pessoa apenas de cargo quer remunerados, quer honorários, pois se pelo meu modo de agir eu fosse um entrave ao desenvolvimento do Museu, desejava deixar a sua Direção<sup>480</sup>*

*...está se tornando quase insuportável para mim, dado ao meu estado de saúde, continuar na direção do museu<sup>481</sup>*

*...em virtude de mal entendidos havidos a respeito das obras de entrada do Museu e a situação atual do MAAAP, resolvi afastar-me<sup>482</sup>*

O desânimo de alguns momentos, pelos percalços da política acadêmica, pelas mudanças na burocracia do serviço público era, na maioria das vezes, ignorado prevalecendo a determinada, firme, incansável, persistente e até mesmo ácida, irreverente e desafiadora vontade de fazer acontecer suas idéias e projetos, traço típico de um temperamento que Loureiro, enquanto legítimo representante da “intelligentsia” paranaense, as potencializa em especial nas ações voltadas para o MAAAP até porque, aposentado da Universidade, encontrava mais tempo para se dedicar à missão que se propôs e que não era recente.

Este “espírito missionário”, foi típico dos “heróis pioneiros” que se dedicaram à obra de patriotismo e optaram pelos estudos pouco considerados na época como a antropologia, a cultura popular e a arqueologia que se acrescenta a museologia conforme inclusive, as expectativas de Rodrigo de Melo Franco (Vilhena 1997:83-94).

Além do que, mesmo divergindo ideologicamente de alguns pares do CEB, Loureiro enquanto seu “presidente perpétuo”, ainda comungava da “filosofia desbravadora dos bandeirantes”. Esta faceta fica evidenciada não só na sua ação prática no processo de “construção de espaços culturais e acadêmicos”, como no campo das idéias, na formação de uma massa crítica significativa, e sobretudo, na imagem que projetou do estado.

Associado a esta “postura cívica” Loureiro, enquanto representante da congregação da Faculdade de Filosofia participou dos trabalhos iniciais do Conselho Universitário na gestão do primeiro reitor da Universidade, o Profº Victor Ferreira do Amaral e, em correspondência datada de 18 de

junho de 1947, deixou a marca e o tom de retórica que identificaria um documento por ele assinado quer na correspondência interna da Universidade, quer na vasta papelada administrativa e burocrática da política cultural que exerceu. No entanto ele só não previu que para a efetivação do programa de trabalhos de campo nos domínios da ciência antropológica, iria envolvê-lo e muito, na área administrativa não só do ensino como da cultura, respondendo por cargos não remunerados além de investir, com seus próprios recursos, em atividades para que elas se concretizassem, como ficou registrado em muitos documentos<sup>483</sup>.

*...os meus múltiplos afazeres ...conseqüentes da realização de um programa de "trabalhos de campo", nos domínios da ciência antropológica, devem ainda mais tolher minhas atividades nos sectores técnicos e administrativos do ensino ... anexo, encontrará o recibo relativo à aplicação da importância que me foi entregue, após a última sessão, pelo Exmo.Snr. Prof.Secretário, a qual recebi acatando com o devido respeito a decisão da maioria do Conselho, mas que, por um dever de coerência, não me cumpria conservar ou aplicar em interesse próprio (Arq/CEB)*

*...como Reitor está bem ao par das dificuldades que tivemos para que o Colégio de Paranaguá, que pela não ocupação, começava a entrar em estado ruinoso ...duplamente injusto quando ao lhe explicar as dificuldades que tenho por não possuir um funcionário administrativo, perguntou-me se não sou capaz sózinho de administrar em milhão de cruzeiros, o que numa época de inflação, como a que passa o Brasil, tem sabor de piada. Se apelar um pouco para sua memória deve reconhecer que no início do primeiro decênio de sua gestão, dirigi a Faculdade de Filosofia e o Instituto de Pesquisas, cargos que nesta época não contava com bons ordenados de magistério e ótimas gratificações e as deficiências de funcionalismo enormes ...nessa época minhas condições de saúde permitiam-me suprir a deficiência dos outros o que hoje não é mais possível, se quiser tentar chegar a bom termo com os meus primitivos planos culturais<sup>484</sup>.*

*...aposentado que estou da Universidade, fiquei fazendo tudo só em Curitiba e praticamente orientando tudo em Paranaguá. O pior é que não tive condução, várias vezes descí com o meu carro particular à Paranaguá e depois de abril pagando com o meu bolso todas as despesas de viagem<sup>485</sup>.*

*...solicito reembolso de recursos pessoais que foram aplicados no Curso de Aperfeiçoamento em Arqueologia ...para que não sofresse solução de continuidade<sup>486</sup>.*

O desgaste profissional foi somatizado e Loureiro tornou-se um homem de saúde frágil que, enquanto sexagenário já havia tirado algumas licenças para tratamento de saúde<sup>487</sup>.

*...tenho tido umas crises hipertensivas desagradáveis que agora complicam com uma diabetes que de agosto para cá amolou-me um bocado por causa de uma polinevrite que comprometeu-me a metade direita do corpo ... um pouco de repouso e muita vitamina B melhorou-me bastante mas ando muito cansado mesmo intelectualmente ...não tenho podido trabalhar como desejava<sup>488</sup>.*

*...estou com a minha taxa de diabetes alta<sup>489</sup>.*

*...encontro-me em recuperação do acidente que me aconteceu em meados de maio p.p<sup>490</sup>.*

*...como verificou na visita que comigo fez no Museu já se torna para mim penoso o exercício dos cargos de Direção ...dentro de algum tempo as minhas condições de saúde me obrigarão a renunciar ...preparar o Museu para a sua reabertura, expos-me a um esforço maior, que redundou na piora do meu poder de locomoção pessoal e exigiu que voltasse a Curitiba ...para submeter-me a um trabalho de recuperação ...ando muito deprimido, pois muito tem sido os contratempos havidos, sobretudo com o MAAIP<sup>491</sup>.*

## **Ações de um Diretor Demissionário**

O pedido de demissão do Museu, informado ao CTC do MAAIP, em sua 4ª reunião ordinária ocorrida em 17/02/1975, não representou o afastamento definitivo de Loureiro, das ações e atividades relacionadas ao Museu. Os conselheiros presentes à reunião, julgaram indispensável a regularização do “cargo de Diretor para o qual não existe lotação nem dotação”.

Na reunião seguinte, em 12/03/1975, Loureiro aceita a sugestão dos demais conselheiros presentes e concorda em permanecer a frente da direção do Museu até que a situação funcional de Marília Duarte Nunes, então museóloga do Museu do Índio no Rio de Janeiro, fosse resolvida de maneira que ela pudesse substituí-lo. Este recuo de Loureiro levou ao cancelamento da Portaria nº12.943 de 13/2/75 do reitor, que designava a bibliotecária do Museu, Regina Maria Campos Rocha sua diretora.

Neste período de transição na direção, além de “concluir os trâmites da doação do traje folclórico da Rainha Cristã das Cavalhadas de Guaruapuava e tentar a locação do arqueólogo Celso Perota no Museu”, Loureiro se ocupará basicamente de cinco assuntos ainda pendentes<sup>492</sup>:

## 1) A Área da Museologia e a Situação Funcional de Marília Duarte Nunes

*...por isso mostro que da minha turma do Departamento de Antropologia, voce é minha assessora em todos os assuntos que tangem à Museologia (Loureiro, 1974)*

Como no caso da sua substituição na direção do CEPa, quando deixou Igor Chmyz em seu lugar, Loureiro queria também no caso do MAAP, deixar definido o seu sucessor. Neste caso tratava-se de Marília Duarte Nunes que de licenciada, se transformou no braço direito de Loureiro secretariando-o quando presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes em meados dos anos 50, também nesta época, foi sua coadjuvante nas montagens de exposições do DEAN; na década de 60 respondeu pela direção do Museu Paranaense<sup>493</sup>; por várias vezes Loureiro a solicitou ao então secretário de estado de Educação e Cultura, o Dr. Carlos Alberto Moro, para que ...em dias, pré determinados, a Sr<sup>a</sup> Diretora do Museu Paranaense, deslocar-se a Paranaguá.

Marília ainda fazia a ponte entre o Paraná e o Museu Nacional, o Museu do Índio e a DPHAN mantendo contatos pessoais e técnicos com os Prof<sup>o</sup> Geraldo Pitaguary e Castro Faria na década de 50, com Heloisa Alberto Torres e Rodrigo de Melo Franco além de todo o grupo jovem do Museu Histórico Nacional, onde fez o Curso de Museologia. Com estágio

em alguns museus europeus e na fundação Gulbenkian em Lisboa, Marília não só atualizava a museologia que se praticava no Paraná mas também a divulgava, enviando informações para que o MAAp, fosse incluído na publicação - Museus Brasileiros - além de representá-lo e apresentar trabalhos sobre atividades museológicas paranaenses, em dois Congresso Nacionais de Museologia<sup>494</sup>.

Em 1974, Lourerio chegou a reconhecer que ela... era a (sua) assessora em todos os assuntos que tangem à museologia e, no ano seguinte, Loureiro escreveu a Soeiro que ...apenas aguardo a nomeação da professora Marília D. Nunes como minha sucessora na Direção do MAAp.

Com a revisão do quadro de pessoal da administração federal e formulação do regimento interno do Museu, ambos por exigência das mudanças operadas no DASP, Loureiro tenta articular a transferência de Marília Duarte do quadro funcional do Museu do Índio para o quadro da Universidade ou mesmo do IPHAN e, neste caso a UFPR teria que transferir a lotação e a dotação orçamentária de diretor do Museu para o quadro de pessoal daquela instituição do Patrimônio Nacional e ...assim (assegurar) a continuidade da obra administrativa do MAAp traçada pela direção do IPHAN ...e que ainda em vida do Dr. Rodrigo, havia sido indicada como minha eventual sucessora no cargo.

*Sobre esta situação Loureiro desabafa a Soeiro que ...não fui capaz de encontrar elementos na parte de museologia do Museu; sobre este assunto já tive oportunidade de escrever a essa Direção. Não temos pessoal que tenha curso e prática de museus e por isso temos de recorrer aos licenciados de geografia e história, que evidentemente, pela sua formação universitária, não tem muitos pendores nem entusiasmo para esse gênero de trabalho. Gostaria que antes de vir a Curitiba, V. S. conversasse objetivamente com a Prof<sup>a</sup> Ligia Martins Costa e, talvez com o dasp se poderíamos abrir concurso específico para o Museu, em Paranaguá, pois francamente não vejo solução para termos pessoal técnico categorizado para administrar e cuidar dos problemas museológicos do maap.*

Toda polêmica relacionada a esta transferência para a Universidade, foi encerrada com os esclarecimentos do pró-reitor de órgãos suplementares na 7<sup>a</sup> reunião ordinária do MAAp ao declarar que ...segundo uma recente Resolução do DASP, o MAAp está enquadrado na categoria de Órgão de



Assessoramento Intermediário e os cargos junto aos mesmos, só poderão ser preenchidos por pessoal da própria Universidade.

Na Reunião seguinte, o conselheiro Newton Carnerio, representante do IPHAN no CTA, pretendia informar sobre entendimentos mantidos com Soeiro, em sua recente viagem ao Rio de Janeiro sobre a Direção do Museu, ...foi comunicado pelo Pró-Reitor de Órgãos Suplementares sobre a nova Constituição da Universidade do Paraná, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro de 1975, que dispunha sobre o Museu ...de acordo com a publicação julgava o caso resolvido ...assim sendo, os entendimentos havidos (com o Diretor da DPAHN) ficavam sem efeito<sup>495</sup>.

Loureiro garimpava técnicos em outras Áreas que pudessem prestar serviços aplicados à museologia como foi o caso do taxidermista André Mayer do Instituto de História Natural que por 30 dias auxiliou na montagem do MPR e, do funcionário Wener João Kögler da Secretaria de Cultura do Estado<sup>496</sup>.

Mesmo assim, ainda nutrindo a esperança de ver a condução do Museu nas mãos de Marília Duarte, à despeito do seu novo diretor, o Profº Eloy da Cunha Costa, já tendo assumido em 5/02/76, Loureiro faz uma última tentativa sobre o assunto consultando o IPHAN sobre as possibilidades da movimentação da museóloga que agora dependiam da... marcha que segue o Processo para a Instalação da Assessoria Sul dos Museus Brasileiros, a qual permitirá por fim a nomeação da Profª Marília<sup>497</sup>.

Esta possibilidade que Loureiro ainda acalentava não foi concretizada.

Para sanar esta lacuna, Loureiro programa com Marília Nunes, na época no Museu do Índio, um Curso de Museologia que teve início em 17/09/73 (na ocasião, Mme. Emperaire ministrava o Curso Técnicas de Escavações Arqueológicas, no MAAP). Para esta finalidade, Loureiro propõe ao reitor, um convênio entre a UFPR e aquele Museu do Rio de Janeiro, ...entusiasmado com os resultados do Primeiro Curso de Noções de Museologia complementa a argumentação citando a promoção de Cursos de Verão a serem oferecidos em colaboração com órgãos estaduais sobre Folclore, Tradições e Turismo e Cultura Popular<sup>498</sup>.

Sua preocupação com as questões técnicas, na área da museologia, também estavam relacionadas com o planejamento de um guia para visitante, o que levou-o a esclarecer a Rodrigo de Melo Franco que ...é lógico

*que quando falamos sobre catálogo bilingue, subentendíamos um “guia do maap”, com notas em português e inglês. Creio que o nosso jovem museu ainda está muito longe de poder pensar em um catálogo, onde as informações sobre o roteiro e as peças expostas possam ser logicamente combinados. Loureiro além de não ter pessoal habilitado para este trabalho, sabia que mesmo um guia para as exposições era praticamente impossível de ser elaborado, frente não só as restritas informações da exposição com também à questão de pessoal e recursos materiais tanto, que este projeto ele também não realizou*<sup>499</sup>.

Com a assinatura do convênio entre a FUNAI e a UFPR e em resposta à Marília, Loureiro comenta ...tive muita inclinação pela cultura indígena brasileira mas hoje absorvem-me as culturas arqueológicas brasileiras e suas manifestações populares. Agora que temos assinado o Convênio com a FUNAI, não será conveniente começarmos a pensar no Curso de Especialização Museológica do MAAP, a ser iniciado em 74 ...incluindo a licenciada Beatriz Pellizzetti como responsável pela parte de restauração...

Para este projeto, Loureiro propõe um convênio com a Diretoria de Assuntos Acadêmicos do MEC/DAC ...para fazer funcionar o Curso de Especialização de Museologia e ampliar o acervo bibliográfico.

Na verdade os termos deste Convênio, assinado pelo Ato Executivo nº190/76 e pela Portaria 15.248 na qual é designada coordenadora a bibliotecária Regina Maria Campos Rocha, contemplam apenas a publicação das revistas do Museu referentes ao folclore, artes populares e arqueologia<sup>500</sup>.

O Curso de Especialização em Museologia, foi outro projeto de Loureiro Fernandes que não se concretizou.

Procurando ainda sanar o vazio técnico na Área da museologia, Loureiro consulta o reitor comentando sobre a situação: ...houve concurso para auxiliar de museu em 1969 e não assumiram os concursados aprovados, consulto se não é possível revalidação e convocação do mesmo pessoal já aprovado, para servir no Museu.

Em 1972, João Carlos Chmyz foi indicado por Loureiro ao reitor para ...ocupar uma vaga no quadro geral da Universidade para auxiliar de Museu ...(por já ter) ...uma experiência no CEPa.

No mesmo ano, ainda ele recomenda a Igor Chmyz que João Carlos fosse fazer ...um curso de extensão em museologia. Até que, Igor Chmyz,

enquanto diretor em exercício, solicita ao Reitor ...autorização para João Carlos Chmyz– preparador de Museu – ir fazer estágio no Museu do Índio durante o período de 28/01 a 28/02 a ser orientado pela museóloga Marília D. Nunes<sup>501</sup>.

## 2) A Preparação da Mão-de-Obra Paranaense para a Museologia: Curso e Convênio com o Museu do Índio

*...digo intensivo por achar que a maioria dos alunos virá a frequentá-lo representando na sua cultura individual, "zero em museologia", pois estarão ainda no início imbuídos daquela mentalidade arcaica que : museu é depósito de coisas velho (Loureiro, 1974)*

Estando a frente do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, na gestão do ministro Ney Braga, Manuel Diégues implementou um Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos, na Área da museologia, com a criação de curso regionais de reciclagem. Loureiro havia pleiteado que esta atividade, no sul do país, fosse realizada no MAAAP alegando ser um Museu Universitário e certamente contando com a assessoria técnica de Marília Nunes por reconhecer ...não sou museólogo, mas sim Diretor do Museu e por isso interessado diretamente no assunto ...e não podia deixar escapar a possibilidade da realização do curso em outra universidade...

Para a sua realização, foi necessário um convênio entre a UFPR e a FUNAI através do Museu do Índio e, onde Marília Nunes atuava como museóloga. Após todos os contatos técnicos, Loureiro sugeriu ao reitor, a sua celebração, tendo em vista o sucesso que foi o primeiro Curso de "Noções de Museologia" ofertado em 1973<sup>502</sup>.

- Eram objetos deste Acordo:  
proporcionar especial incremento ao intercâmbio entre os setores cultural e museológicos das convenentes (cláusula 1<sup>a</sup>);
- o Museu do Índio, comprometer-se-ia a receber dois servidores do MAAAP para estágios museológicos e cultural bem como cederá um técnico em Museu para coordenar o Curso de Extensão (cláusula 2<sup>a</sup>);

- a Universidade comprometer-se ia a manter anualmente, por intermédio do seu Museu de Arqueologia e Artes Populares, um Curso de Extensão Universitária em Museologia de no máximo 30 dias ...tendo um período final de técnicas museográficas que será realizado no MAAP ... o ônus do técnico em museus do Museu do Índio, durante a realização do curso correrá a conta da Universidade (cláusula 3<sup>a</sup>); a Universidade assume o compromisso de incluir, no orçamento anual do MAAP, os recursos necessários à realização do referido curso e concessão de cinco bolsas de estudos, para cada candidato à especialização, em técnicas museográficas, no Museu de Paranaguá ...sendo o ônus que o presente convênio representa da exclusiva responsabilidade da
- Universidade (cláusulas 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup>) e, o prazo de vigência do presente convênio é de 10 anos a partir de 02 de julho de 1974 até 02/de julho de 1984 (cláusula 9<sup>a</sup>).

Com tais projetos para a museologia a ser praticada no Paraná, através dos cursos regulares propostos no Convênio, a dobradinha Loureiro e Marília esperava fazer do MAAP não só um centro de formação básica voltado para os interessados nesta especialidade técnica e que não tinham condições para deslocar-se até o Rio de Janeiro onde se realiza, até hoje um dos três cursos de graduação em museologia, existentes no país, como também, favorecer a este museu universitário condições mínimas para a prática museológica e museográfica, enquanto laboratório experimental.

Com estes propósitos, em 1974 Loureiro sugere à Marília que neste segundo curso fosse incluído ...um estágio técnico no MAAP ...para os estudantes e particularmente os que já são simples funcionários de museus, terem uma noção mais objetiva do cuidado que se deve ter com o material museológico ...(e) ...atividades educativas através das coleções arqueológicas e das coleções de artes populares (etnologia regional) ...(assim) ...seria a oportunidade de focalizar a função do MAAP ...(e) uma parte (seria) dedicada à filmoteca, cinema educativo e a TV educativa e ao serviço de divulgação.

Naquele mesmo ano Beatriz Pellizzetti, museóloga e especialista em restauração com cursos no exterior, é convidada para ministrar a parte de conservação. Era mais um reconhecimento na prata da casa<sup>503</sup>. Cinco bolsas definidas pelo CTA do MAAP foram distribuídas ...para cinco participantes

*do Curso de Noções de Museologia realizado no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá ...Sonia Maria Giovanetti, aluna do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, estagiária do Museu Paranaense; Ana Maria Paula Soares Paiva, licenciada em História, estagiária do Museu Paranaense; Héliná Samyra de Souza e Dioneide Miranda Lucas, alunos do curso de História da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá, estagiárias voluntárias do Museu de Arqueologia e Artes Populares e Werner João Kugler, colocado à disposição do maap pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, onde prestou serviços de montagens de exposições do Museu Paranaense*<sup>504</sup>.

Fora estes bolsistas, não foi encontrada a relação dos demais alunos mas, entusiasmado com as repercussões do curso e do convênio, Loureiro informa ao pró-reitor de órgãos suplementares ...achamos de bom alvitre já incluir as lotações dos Serviços de Museologia e Documentação, atendendo o que na Reunião Extraordinária do Conselho Técnico Administrativo (CTA) do MAAP, realizada em 31 de agosto p.p.

Loureiro se referia a ampliação das instalações físicas do Museu<sup>505</sup>.

Este curso foi realizado em julho de 1975, logo depois que Marília Nunes, enquanto coordenadora, envia oficialmente ao reitor Theodocio Jorge Atherino uma cópia do programa a ser executado e solicita a designação de um coordenador local<sup>506</sup> (Ver Quadro 35).

Acredita-se ter sido este, o único curso promovido por força deste Convênio, de acordo com as fontes.

## QUADRO 35

### Programa do Curso de Reciclagem em Museologia (1975)

PERÍODO	TEMA	RESPONSÁVEIS
1ª Semana : 07 à 12 de julho	Documentação e Técnica de Museus	Técnica de Museus por Lígia Martins Costa Arquivística para Museus por José Pedro P. Esposel
2ª Semana: 14 à 19 de julho	Arte	História das Artes por Almir Paredes Cunha Museus de Arte Con- temporânea por Fernando Velloso
3ª Semana: 21 à 26 de julho	História	Metod. da Pesq. Histórica por Altiva Balhana Museus Históricos por Solange Godoy
4ª Semana : 28/07 à 02/08	Conservação de Coleç. Museológicas	Porcelana, Prata, e Arte Sa- cra por Neide G. Oliveira Conservação de Coleç. Museológicas por Beatriz Pellizzetti

*Fonte: Corresp. Marília Duarte p/ o Reitor da UFPR de 05/05/75.  
Arq/MAEP*

### 3) A Desapropriação dos Terrenos Vizinhos aos Museus

*...o Sr° Presidente perguntou então se poderia a Direção do Museu prosseguir dentro das normas estabelecidas e cogitar desses novos prédios para a instalação de laboratórios e salas de estudos, ao que respondeu afirmativamente o Dr. Renato Soeiro, argumentando que o mesmo procedimento tinha sido posto em prática no Museu Imperial, em Petrópolis, onde 90% (noventa por cento) do setor administrativo já havia sido transferido para um prédio novo, permanecendo no prédio do Museu apenas a sala do Diretor e uma pequena biblioteca de uso imediato<sup>507</sup>.*

*...em fins do ano passado, a Reitoria enviou-lhe um Memorial, solicitando sua opinião sobre a consignação de verbas no orçamento da Universidade para começar a estrutura de cimento armado destas construções ... e o Magnífico Reitor disse-me que nenhuma resposta recebeu resposta recebeu nesse sentido (Loureiro, 1975)*

No início dos anos 70, o IPHAN havia alocado recursos para a indenizar os proprietários dos cobiçados terrenos vizinhos ao MAAp para a sua expansão

*...o Dr. Soeiro respondeu que iria por em prática, dentro do mais breve possível, as medidas necessárias desde que fossem liberados os recursos financeiros e que nos próximos dias quando em Brasília falaria como Ministro da Educação a esse respeito, de acordo com o que o Ministro Ney Braga já havia tratado como Dr. Loureiro<sup>508</sup>.*

Animado, Loureiro informa a reitoria que *...o Sr. Diretor do iphan autorizou o arquiteto Ciro Correa Lyra, a iniciar os estudos do projeto do novo edifício que abrigará as futuras instalações Técnicas Administrativas do Museu (e ao próprio Soeiro) ...quando o Dr. Saia esteve em Paranaguá avaliando os terrenos anexos ...referiu-se vagamente à nova estrutura da construção que seria em estilo moderno, estudo dos arquitetos do iphan ...no nº2 de 1980 da Revista Museum da Unesco, deparei com a fachada do Museu Histórico de Hannover cuja fachada moderna me pareceu integrar-se harmoniosamente com a arquitetura dos edifícios*

*vizinhos, motivo pelo qual não resisiti ao desejo de enviar-lhe uma cópia em xerox da referida fotografia na esperança de ter alguma utilidade uma vez que o novo prédio terá 3 andares<sup>509</sup>.*

O arquiteto Cyro Corrêa Lima, então diretor do Patrimônio Histórico Estadual e um dos membros da comissão de desapropriação, elaborou o projeto arquitetônico do anexo onde as dependências administrativas, os laboratórios, os gabinetes de estudos e o arquivo deveriam ser instalados, conforme o art 2º e seu parágrafo unico do novo Regimento Interno do Museu, permitindo não só a expansão das exposições caracterizando o prédio histórico enquanto espaço museográfico como oferecendo condições para uma reserva técnica mais apropriada à ampliação das coleções e o seu adequado acondicionamento. No caso da biblioteca, esta seria ... *construída na parte posterior das novas dependências do Museu, ocupando o terreno que ficará livre com a mudança da sede do ihgpg, para o pequeno sobrado situado em frente da matriz e do lado do Conselho Municipal de Cultura (Casa Monsenhor Celso). Deve vª sª recordar-se que o Prefeito Nelson Barbosa, presente à referida Sessão (Loureiro referia-se a Reunião do cta nº1 de 19/06/73 do MAAp) comprometeu-se a fazer a mudança do Instituto e seu Museu Histórico, para o dito sobrado ...com a aprovação dos Conselheiros daquele ihgpg ...o referido Prefeito já conseguiu o tombamento do referido sobrado, medida julgada indispensável para facilitar o seu processo posterior de desapropriação, que conforme o previsto, será feito pelo poder público municipal<sup>510</sup>.*

Nesta ocasião o DAC/MEC havia alocado recursos para a ampliação do acervo bibliográfico do Museu. Mas, este mesmo DAC/MEC, fez uso da verba destinada para a desapropriação dos terrenos vizinhos, fato que leva Loureiro a indagar a Soeiro se ...este órgão não tinha a obrigação de repor a mesma este ano?

Loureiro não abandonara o velho sonho de transformar aquela quadra no complexo histórico/cultural de Paranaguá até porque, neste momento, a ampliação do MAAp se fazia urgente não só "porque o acervo arqueológico do CEPA, que coube ao museu quando da sua extinção, já havia chegado" como também o Profº Manoel Diegues enquanto Diretor da Diretoria de Assuntos Culturais do MEC, havia assinado um Convênio com o MAAp para a ampliação do acervo bibliográfico, no valor de CR\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros). Além disso, a caminhonete que



servia às pesquisas arqueológicas no litoral estava, com a aposentadoria do servente Gabriel de Araujo Bastos, sem garagem e ...permanecia em um galpão de propriedade do servente.

Loureiro consulta Soeiro, mais uma vez, sobre o projeto arquitetônico afirmando ...falei com o Dr. Cyro, vi a planta do antiprojeto das dependências do MAAP ...não me quis confiar uma cópia para exame do CTA do Museu. Acho pois que o senhor nos poderá enviar oficialmente uma cópia, com o fim de ser examinada pelo referido Conselho<sup>511</sup>.

Nas reuniões ordinárias do CTA do MAAP, não consta o registro de nenhuma análise deste antiprojeto de ampliação para o Museu, a desapropriação dos terrenos vizinhos não foi efetivada e o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá permanece localizado no mesmo imóvel na Rua xv de Novembro.

#### 4) As Intervenções e Obras de Recuperação do Patrimônio Arquitetônico

*...no forro embaixo do telhado há cupim, urge uma grande limpeza e tratamento ...as esquadrias externas estão sem tintas, foram pintadas em 1953, apodreceram as janelas debaixo do lado da ladeira ...continuo aguardando as grades ou os varões de ferro que o Saia prometeu colocar ...tenho escrito e mostrado a lenta destruição que se está processando há três anos e nada se faz (Loureiro, 1968)*

*...em visita de inspeção às obras realizadas pelo IPHAN na pessoa do arquiteto Dr. Saia, a avaliação foi a mais negativa possível, as quais julgou mal feitas e que devem em parte ser refeitas ( Loureiro, 1975)*

Os desentendimentos com os técnicos da firma Aresta, no que diz respeito ao calçamento de acesso a entrada do Museu e que exigiram o seu fechamento à visitação pública por 10 meses, aceleraram o processo de afastamento de Loureiro. Um relatório minucioso elaborado pela bibliotecária do MAAP, transcrito na Ata nº 4 do CTA do Museu, aponta para uma situação de quase abandono do responsável pelos trabalhos em mãos de peões que além disso eram mal pagos<sup>512</sup>.

Esta obra foi refeita com recursos da UFPR e posteriormente, de acordo com o parecer do arquiteto Dr. Armando Rebolo do 4º Distrito do IPHAN de 1975, este órgão federal se comprometia em ...agosto deste ano, assumir as obras que não foram efetuadas e nem iniciadas pela Firma Aresta. Estas reformas diziam respeito “ao telhado e às goteiras que provocam infiltrações”. Além disso o Museu nesta ocasião necessitava ainda da “substituição de caixilho de uma janela e de uma porta, do rés do chão e a revisão da cantaria dos arcos internos do claustro do Convento”.

De acordo com Pimentel & Baumel (1993), os dados do dossiê do Instituto do Patrimônio Histórico Cultural (IBPC) 10ª Coordenadoria Regional, o Antigo Colégio se caracteriza como uma arquitetura civil, em alvenaria de pedra, estilo colonial português, com três pavimentos, trinta e dois cômodos e possui uma área total de 1.470,03 m<sup>2</sup> tendo sofrido até 1994, as seguintes intervenções:

- 1944 *Primeiras obras à cargo do Patrimônio Histórico*
- 1950 *Obras à cargo da Prefeitura Municipal*
- 1958 *Várias intervenções através da UFPR e IPHAN para a criação e implantação do Museu*
- 1961 *Recuperação da estrutura da cobertura, pisos, forros e instalações. Prospecção dos pisos e paredes*
- 1966 *Recuperação de esquadrias e grades*
- 1972 *Substituição de barroteamento e assoalho do piso do 2º pavimento.*
- 1973 *Recursos do Conselho Federal de Cultura*  
*Reforços estruturais, impermeabilizações, revestimentos e pintura externa*
- 1982 *Revisão total da cobertura e assoalho do 3º pavimento*
- 1987 *Revisão Geral da parte elétrica.*

Com o andamento destas obras, o Museu foi reaberto à visitação pública em 3 de julho de 1975, tendo na sua programação, a inauguração da cinemateca educativa.

## 5) O Documentário para a Cinemateca Educativa

Quando, no início dos anos 50 a DPHAN realizou as primeiras intervenções no próprio nacional, um estaleiro para o beneficiamento da madeira que seria utilizada nas obras de recuperação, foi montado nas imediações do Museu. Loureiro pretendia documentar esta construção cabocla que representava um espaço de trabalho artesanal no beneficiamento da madeira. Tal documentação audio-visual ( filme com cerca de 20') foi realizada por Wladimir Kosak, já aposentado e que, durante muito tempo já havia trabalhado com Loureiro em suas pesquisas de campo, conforme foi visto. Por certo, de todos os projetos que ambos realizaram em conjunto, este foi o processo administrativo mais ágil de aprovação e liberação de recursos , o que deve ter sido motivo de estranheza para os dois parceiros que, por mais de 20 anos trocavam correspondências cuja a tônica era a solicitação de pagamentos atrasados por serviços prestados. O documentário – O estaleiro - faz parte do acervo do MAAP (Ver Quadro 32) e, foi o último documentário etnográfico planejado na gestão de Loureiro Fernandes no MAAP.<sup>515</sup>

Loureiro Fernandes morre em 16 de fevereiro de 1977.

Segundo um dos seus grandes amigos e parceiros em vários empreendimentos na Area da saúde , o Dr. Mário de Abreu, Loureiro foi um homem humilde ao extremo ...tinha o hábito de guardar para si informações sobre a própria vida...<sup>516</sup>

No que se refere a sua atuação como membro da intelligentsia nacional e local, podemos afirmar que em sua vida pública Loureiro foi um determinado e tenaz planejador, empreendedor e realizador.

Agindo com as ferramentas que estavam ao seu alcance e fazia uso de seus contatos e prestígio socioeconômico para conquistar as demais, sempre que necessário e desde que pudesse, ele mesmo, manejá-las.

## Comentários

A museologia imposta e praticada no litoral paranaense, foi um reflexo do distanciamento existente entre a política oficial de preservação do patrimônio e a sociedade local envolvida além de evidenciar,

o frágil comprometimento da comunidade universitária durante o seu projeto de instalação.

A disputa pela posse, pela ocupação e pelo gerenciamento do bem arquitetônico - Antigo Convento jesuíta - emblemático exemplar do "berço da civilização paranaense", motivo de orgulho e resistência para os parnanguaras e, expressivo patrimônio cobiçado pela política oficial de preservação além de ter se constituído em um campo de forças e de poder, assinala: o descompasso dos "fusos horários" da comunidade local em relação aos fatos e acontecimentos que já se encontravam em franco desenvolvimento no cenário político e cultural estadual e nacional (Anexos 6, 8 e 9) fato este que, sem dúvida, ocorreu em muitos outros municípios brasileiros.

Este projeto da DPHAN, fora do eixo Rio de Janeiro/Minas Gerais foi possível de ser levado a cabo porque houve um "abnegado cultor das tradições", como Rodrigo de Mello Franco o denominou, enquanto interlocutor na e da Universidade que, insistia na manutenção do projeto oficial à despeito dos frágeis interesses da política acadêmica e da indiferença branca da comunidade científica local pelo processo, e dos flagrantes e fortes indícios da fragmentada sociedade que se queria unificar. Por outro lado, as fontes consultadas revelam que quanto aos interesses da DPHAN Loureiro, com sua trajetória de trabalho, garante o apoio necessário para a montagem do MAAP e se firma como representante regional desta Diretoria no Paraná.

Tais fatores, associados à composição do acervo revelam uma prática científica descompromissada com a realidade social caracterizando-se como uma inócua e inóspita promoção cultural. Politicamente, o investimento foi uma significativa ressonância da construção da brasilidade no sul do país, da consistência científica do meio acadêmico nacional nos anos 50 e 60 e, da estruturação da intelectualidade paranaense.

Tecnicamente, a correspondência trocada entre Rodrigo de Melo Franco e Loureiro Fernandes bem como, as orientações para a adaptação do prédio em museu se tornaram um espelho claro do despreparo da equipe oficial do patrimônio na improvisação da catalogação e seleção do patrimônio representativo em formação. Por outro lado, a ambivalência do discurso norteador das medidas e providências preservacionistas, acabaram por deixar marcas profundas no legado cultural dos museus etno-

gráficos que se transformaram em simulacros da brasilidade construída pelo Decreto Lei n.º 25/37, ainda em vigor, contrariando a proposta inicial de Mario de Andrade (Andrade, [1937] 1981:39-54).

Todos estes elementos, corroboram as afirmações já feitas nos comentários já feitos sobre o papel desempenhado por Loureiro, no sentido de que, como ...a sociedade era incipiente em nosso país, o Estado acaba sendo o principal ator desse processo, que teve como consequência uma centralização que impediu a desejada autonomia do campo cultural. Enquanto coadjuvante nesse processo e, presa entre os dilemas da cooptação e a incompatibilização com o regime, a intelligentsia vê seu projeto distorcido pelos diferentes interesses que presidiram a ação estatal (Vilhena, 1997: 50).

Em 1974, o Departamento de Assuntos Culturais sob a direção de Renato Soeiro, lança o Programa de Ação Cultural que tinha como meta ...sensibilizar a opinião pública brasileira, nas diversas unidades federativas, com nítido sentido nacional, promover as medidas de valorização e proteção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural, bem como aquelas que de apoio à criação livre, as quais, devidamente difundidas, irão acelerar o desenvolvimento cultural integrado e harmônico.

Tal programa, seria implantado com um projeto denominado: Rodrigo Melo Franco de Andrade, no qual ...um dos objetivos era sensibilizar a opinião pública para aceitar a realização do levantamento do nosso acervo cultural como a retomada de um processo de redescobrimto nacional (Soeiro, 1974:3-7). O que se observa é que grupo da Patrimônio ainda permanecia considerando importante, como em décadas passadas, colecionar e classificar a produção cultural.

Já em 1976, com todas as carências técnicas, de pessoal e de infra-estrutura acadêmica, paradoxalmente, o MAAP ao ser considerado, pela política oficial de preservação, capaz de coordenar sete Museus do grupo IPHAN no sul do país, evidenciava o apagar das luzes, e a agonia da fase mais produtiva da Instituição voltada para a preservação e a memória nacional.

O MAAP, ao contrário do que previa o seu idealizador (Anexo 11), não usufruiu da formação da massa crítica nas Áreas do conhecimento que lhe deu origem – a arqueologia e a cultura popular - permanecendo durante muitos anos em um estado de inércia fato que pode ser consta-

tador na documentação administrativa datada a partir de 1976 bem como, em seu livro de atas (iniciado em junho de 1973, há um vazio de registros de atividades, de setembro de 1977 a maio de 1989).

Toda a farta correspondência firmada por Loureiro, bem como a documentação administrativa consultada, ressaltam o papel fundamental que este catedrático desempenhou na implantação e estruturação das ciências sociais e humanas na “Terra das Araucárias”. Enquanto indivíduo de temperamento forte e possuidor de um caráter empreendedor que, com muita determinação nas tomadas de posição, mobilizava o que fosse necessário para atingir suas metas de maneira incansável, Loureiro distinguiu-se no cenário político, cultural e acadêmico do Paraná além de ter deixado marcas na formação profissional de várias gerações de universitários e profissionais em diferentes áreas que ainda hoje atuam no mercado de trabalho em diferentes estados brasileiros.

Enquanto membro da “intelligentsia”, legou uma obra que capacitou o Paraná de elementos e condições para acompanhar os avanços teóricos e metodológicos das Áreas do conhecimento voltadas, especialmente, para as investigações pré-históricas, antropológicas e de cultura popular, através das ações administrativas, docentes e museológicas que promoveu e viabilizou, tanto em Curitiba como em Paranaguá oportunizando assim, a que o estado, integrado ao processo modernizador nacional, contribuisse para o seu reordenamento socio-cultural, para a formação de uma massa crítica especializada e, que tivesse em condições para interagir com a sociedade científica internacional destas Áreas.

No entanto, esta sua trajetória científica iniciada com a preocupação na e para a preservação da memória histórica e social contida nos sítios pré-históricos, apesar de muito diversificada e rica em contribuições para a vida cultural paranaense, sem dúvida tem um forte eixo articulador que se localiza nas realizações voltadas para a arqueologia e a museologia local.

A análise das fontes evidencia que, no Paraná, não mencionam a obra e a atuação de Loureiro Fernandes no campo de estudos da arqueologia denota despreparo, desconhecimento e até mesmo uma inflexão na estrutura sociocultural e científica do estado.

Enquanto “bandeirante” católico, muito aprendeu com esse processo, modificando valores, conceitos e posturas. Mudanças estas que ficaram

registradas em 1962, no seu relatório anual para o CEB, quando deixava a presidência daquele Centro de Estudos afirmando ...urge, como diria um antropólogo social, na serenidade de sua qualidade científica, que outro mais adestrado para a vida social e intelectual do catolicismo e que melhor se tenha modelado aos padrões estabelecidos pela Igreja, substituísse o velho bandeirante cujos atos não mais podem ser condicionados nem pela mesma fé, nem pelas seguras convicções religiosas de outrora.

Não era mais o fundador e o intelectual católico e sim, o cientista social que renunciava à presidência do Círculo de Estudos Bandeirantes, semente da vida cultural no Paraná.

Mesmo considerando muito estratégica a metodologia de trabalho que empregava Loureiro Fernandes para alcançar seus objetivos, resta-nos uma pergunta. Como estariam, especialmente, os estudos etnográficos e etnológicos, as pesquisas arqueológicas e a prática museológica no Paraná não fossem as “artes e as manhas” deste intelectual típico da “intellisentia nacional?”

FORMA



**Anexos**

**Anexos**

BlankPage

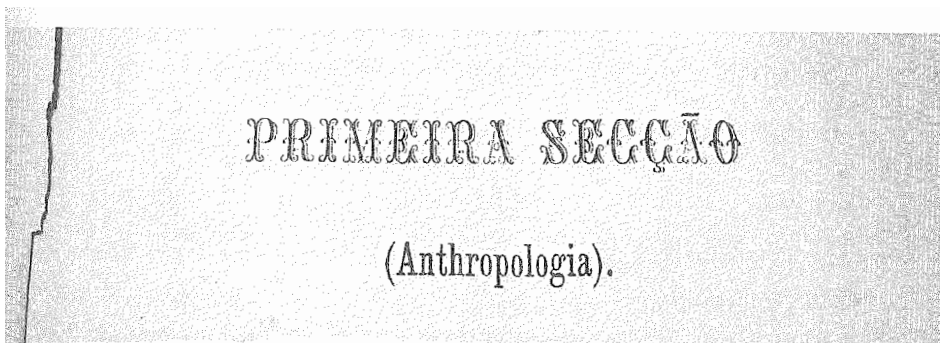


## Lista de siglas

AA	assinado por
ABA	associação brasileira de antropologia
ARQ	arquivo
APE	arquivo público do estado
CAF	centro acadêmico da faculdade
CEB	círculo de estudos bandeirantes
CEPA	centro de ensino e pesquisa de arqueologia
CPUP	conselho de pesquisa da univ. do pr
DEAN	departamento de antropologia
DNPM	departamento nacional de produção mineral
DES	diretoria de ensino superior
DPHAN	diretoria do patrimônio histórico artístico nacional
ESIMPAR	estudos dos símbolos do paraná
FAFIPAR	faculdade de filosofia, ciências e letras de paranaguá
FFCL	faculdade de filosofia, ciências e letras da upr
FNF	faculdade nacional de filosofia
IBECC	instituto bras. de educação, ciências e cultura
IHGPR	instituto histórico e geográfico do paraná
IHGPG	instituto histórico e geográfica de paranaguá
IHGPG	instituto histórico e geográfica de paranaguá
IP	instituto de pesquisa
IPHAN	instituto do patrimônio histórico artístico nacional
MAAP	museu de arqueologia e artes populares
MAEP	museu de arqueologia e etnologia de paranaguá
MAE/UFPR	museu de arqueologia e etnologia da ufpr
MHN	museu histórico nacional
MI	museu do índio
MN	museu nacional
MPR	museu paranaense
MP	museu paulista
OF/JLF	ofício de José Loureiro Fernandes
RMF	ofício de Rodrigo de Melo Franco de Andrade
PUC	pontifícia universidade católica
SED	setor de educação da ufpr
SECE	secretaria de educação e cultura do estado do pr

## Anexo 1

Catálogo dos objetos do Museu Paranaense remetidos à Exposição de Anthropologia do Rio de Janeiro (1882) (Arq/CEB)



*Primeira Secção (Anthropologia)*

### 1º. Grupo

- 1- Fragmento de diversos esqueletos encontrados no Sambaqui (1) do Goulart
- 2- Ossadas de um esqueleto, do mesmo Sambaqui
- 3- Ossadas de um esqueleto, do mesmo Sambaqui
- 4- Fragmentos de diversos craneos, do mesmo Sambaqui - ib
- 5- Fragmentos de um esqueleto, esqueleto, encontrado na superfície da terra e acompanhado de um pouco de materia que o envolvia (S. do Goulart)


(1) Sambaqui é o nome dado a os montes de cascas de ostras que se encontram no litoral da provincia.

Visitei muitos Sambaquis do Goulart, onde houve dias em que me foi possível achar mais de 10 esqueletos. É extraordinária alli a abundancia de fosseis.

Infelizmente não pude extrahir perfeitos as ossadas por se pulverisarem com muita facilidade. Segundo a opinião do Conselheiro Caminhóa, ellas tem mais de 300 annos. Nas immediações da cidade de Antonina existem immensos . Visitei muitos e em dois d' elles notei que abundavam instrumentos de pedra lascada. Ha Sambaquis que medem mais de 800 metros de extensão, e encontrão se todos fora da terra firme, ou formando sempre ilhotas. Enfim, o littoral desta provincia é um vasto campo de investigações. Paleothologicas.

### II

- 6- Terra do Sambaqui do Goulart
- 7- Osso petrificado, procedente de um Sambaqui de Guaratuba
- 8- Crâneo de um indio Chavante, morto por ocasião do assalto da fazenda Jaguarê em 1876
- 9- Crâneo de um indio Guarany fallecido de variólas em 1876, nas margens do rio Tibagy



## SEGUNDA SECÇÃO

(Archeologia).

*Segunda Secção (Archeologia)*

### **1º. Grupo ( Objetos de Pedra)**

- 10- Dez machados polidos de diversos formatos, encontrados no Sambaqui do Goulart
- 11- Um machado polido, procedente de Paranaguá
- 12- Três machados polidos de diversos tamanhos e formatos, procedentes da colônia do Assunguy
- 13- Um machado polido, do Arraial-Queimado
- 14- Dois ditos da Campina Grande
- 15- Dois ditos, encontrados nas escavações feitas junto aos rios Ivahy e Jatahy. Expositor - Telêmaco Moricines Borba (1)

*(1) o que não estiver em expositor especificado fica entendido que são expostos pelo Museo Paranaense*

### **III**

- 16- Doze machados de pedra lascada de diversos tamanhos e formatos, Sambaqui do Goulart
- 17- Doze machados do Sambaqui do Corisco
- 18- Um grande machado do Arraial-Queimado
- 19- Três pontas de sílex lascadas, extrahidas nas escavações em terrenos da fazenda do Capão Alto, municipio de Castro
- 20- Uma ponta de rocha da mesma procedência
- 21- Uma ponta de quartzo, do Sambaqui da Faisqueira
- 22- Duas pontas de sílex do interior da provincia
- 23- Uma ponta de rocha desconhecida, de igual procedência
- 24- Uma ponta de rocha desconhecida, achada nas escavações do Ivahy. Exp. Telêmaco Monicines Borba
- 25- Um tembetá (2) de quartzo, de procedência ignorada
- 26- Um tembetá de pedra, encontrado nas escavações feitas por ocasião de edificar-se a igreja de Guarakessaba

- 27- Cinco tembetás de resina, feitos, pelos coroados, de uma madeira a que chama Parasatunga ou Guassatunga (3)
- 28- Dois tembetás, sendo um quebrado Exp – Telêmaco Monicines Borba
- 29- Um tembetá – Exp - Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas  
 (2) *Nesta província, é conhecido pelo nome de Chemmbetá*  
 (3) *Os Coroados usam o tembetá ou Cherimbetá como enfeite para o lábio inferior, pelo que o furam desde os primeiros annos.*

#### IV

- 30- Uma massa de pedra e uma esfera pequena, encontrados em escavações do novo cemitério de Assungy
- 31- Uma massa, dada ao Museo Paranaense pelos índios
- 32- Uma massa, procedente do Arraial-Queimado
- 33- Duas massas, do Sambaqui do Goulart
- 34- Uma dita, das escavações do Ivahy. Exp. Telêmaco Monicines Borba
- 35- Uma dita, da ilha de S. Sebastião – (São Paulo)
- 36- Uma grande pedra cavada com faces lavradas para diversos misteres, encontrada no Sambaqui do Goulart
- 37- Quatro pequenas pedras de diversos formatos e de uso desconhecido, do mesmo Sambaqui
- 38- Três pequenas pedras do Sambaqui do Corisco
- 39- Uma pedra polida( em forma de ancora) de uso ignorado
- 40- Dois machados: um indicando ser muito antigo e outro, ter tido muita serventia
- 41- Uma massa encontrada em excavações no Alto da Gloria, desta cidade
- 2º. Grupo ( Objetos de Argila)
- 42- Um grande vaso com dentes internos, de uso desconhecido: achado por ocasião em que se preparava o local para estabelecer a Colônia Assunguy
- 43- Uma panela grande, do mesmo lugar. Supõe-se servir para depósito de víveres
- 44- Um vaso encontrado nas ruínas de S. Ignácio do Paranapanema

#### V

- 45- Uma panella feita pelos índios de São Ignácio do Paranapanema
- 46- Uma telha, das ruínas da Cidade Real, Guayra

46—Uma panela, das ruínas da Cidade Real, de Guayra.  
nápanema.

## TERCEIRA SECÇÃO

(Ethnologia).

### 1.º GRUPO (OBJECTOS DE GUERRA).

47—Um arco tomado em Dezembro de 1881 ao cacique Voãe, botocudo, em um assalto que fez no lugar denominado Estiva, do município do Rio Negro, desta província. Contam que o cacique Voãe era de estatura gigantesca. Offerecido ao Museo Nacional do Rio de Janeiro, pelo presidente de esta província Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho

*terceira Secção (Ethnologia)*

### 1º. Grupo (Objetos de Guerra)

47- Um arco tomado de Dezembro de 1881 ao cacique Voãe, botocudo, em um assalto que fez no lugar denominado Estiva, do município de Rio Negro, desta província. Contam que o cacique Voãe era de estatura gigantesca. Offerecido ao Museo Nacional do Rio de Janeiro, pelo presidente de esta província Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho

48- Um arco de índio de Cayguá - Exp. Comendador Antonio Martins Franco

49- Nove flechas de índios Cayguá - Exp. Comendador Antonio Martins Franco

50- Um arco de índio de Guarapuava. Exp - Comendador Antonio Martins Franco

51- Nove flechas de índios de Guarapuava. Exp - Comendador Antonio Martins Franco

52- Uma clava (cacete de bugre) do lugar Passo Ruim(1)

(1) Estrada que vai para o Rio Grande do Sul, em pleno sertão existe o logar Passo Ruim. Em 13 de Janeiro de 1868 os índios atacaram um pequeno povoado onde foi achado depois a clava que se expõe

## VI

53- Uma lança - Botocudo (1)

54- Uma ponta de flecha cravada em madeira (2)

55- Quatro flechas de pontas diversas (3)

56- Bigode usado pelo chefe de uma tribo de Coroados (4). A tribo Coroados estabelecida as margens do ribeirão da prata, usava, nas ocasiões de combate do bigode exposto, feito de unhas de Tamandúá.

- 57- Um machado com cabo de madeira
- 2º. Grupo (Objetos de Caça ou Pesca)
- 58- Um arco de índio Coroado
- 59- Sete flechas
- 60- Uma flecha para caça de aves, com uma esfera na ponta para evitar que a ave seja ferida
- 61- Cinco arpões para a pesca
- 62- Um arco da tribo Charrua de Montevidéo
- (1) *Em 1878 estes índios atacaram o povoado de Papanduba (Rio Negro)*
- (2) *Lugar - Arenal (Rio Negro) ataque dos Botocudos 1878 - peça no. 54*
- (3) *A expedição ( composta de 30 homens) do Major Jorge Lopes da Costa Moreira, diretor da Colônia Militar São Lourenço, Mato Grosso, foi em caminho assaltada por selvagens em grande número. Deu-se a lucta renhida, triunphando a expedição, que conservou as flechas como tropheus da victoria alcançada*

## VII

- 63- Três flechas diversas para pesca, caça e guerra. Da mesma tribo.
- 64- Um meandro de timbó ( ou tinguy, como chamnão os índios) para matar peixes

### 3º. Grupo ( Objetos de Pennas e Ornatos)

- 65- Um diadema, usado pelo cacique Coroado
- 66- Quatro gyguacás ( diademas) usados pelos caciques Cahiguá e Guaranny
- 67- Três pulseiras de pennas
- 68- Uma pulseira de casca de cipó
- 69- Dois collares de penas
- 70- Um collar de missangas
- 71- Quatro fios de missangas, de uso desconhecido
- 72- Duas camisas tecidas de fibras de ortiga bravia
- 73- Dous corus um de homem e outro de mulher
- 73 a) Uma cinta com borlas
- 73 b) Duas ditas lisas
- 74- Um sceptro
- 75- Um objeto de tanguára de uso desconhecido

### 4º. Grupo ( Objectos para festividades)

- 76- Um bastão usado por um chefe aborígena da província por ocasião de festas (1)
- (1) *É raríssimo este artefacto dos indígenas*



## VIII

- 77- Um maracá (1)
- 78- Duas flautas
- 79- Um bastão(2)

### 5º. Grupo ( Objectos Religiosos e Funebres)

- 80- Uma cruz feita de resina pelos Coroados aldeados em S. Ignácio do Paranápanema
- 81- Uma cruz de madeira, pelos mesmos
- 82- Um meandro de sementes aquáticas, do rio Iguatemy, usado contra dores de cabeça

### 6º. Grupo ( Objectos de Uso Doméstico)

- 83- Dois cachimbos encontrados nas ruínas de S. Ignacio  
Crê-se que forão feitos pelos índios
- 84- Três cestas de tamanhos e formatos diversos, feitas pelos Cayguás
- 85- Um abano, pelos mesmos quando aldeados em S. Ignácio
- 86- Uma peneira, pelos mesmos
- 87- Um balaio feito por índios de uma aldeia das tribus do interior da província
- (1) Ou chocalho, usado nas danças
- (2) Consta ter sido feito por um bugre aldeado

## IX

- 88- Um balaio feito, pelos bugres
- 89- Seis vasos de argila, pelos Coroados aldeados em S. Pedro de Alcantara
- 90- Seis vasos diversos, pelos Guayguás
- 91- Um vaso pelos Coroados- Exp, Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas
- 92- Um vaso pelos Coroados - Exp. Francisca Mendes de Sá
- 93- Cinco vasos diversos feitos pelos índios aldeados
- 94- Dois cascos de tatú, usados para condução de víveres, frutas etc.
- 95- Um balaio de crina de animal, feito por índio. Exp Capitão Joaquim L. de Sá Brito
- 96- Um par de sapatos, feito por índio Cayaguá
- 97- Duas cuias e uma cabaça, preparados pelos Guaranyys

### 7º. Grupo

- 98- Pequeno vocabulário da língua dos Cayngangs, Cayguás, Chavantes, por Telêmaco Moricines Borba
- 99- Memória sobre os índios Coroados ou Camés por Frei Luiz Cemitille
- 100- Notícias sobre os índios Caynguangs, por Telêmaco M. Borba
- 101- Uma brochura (3 exemplares) sobre os índios da província, pelo tenente coronel Antonio Ricardo Lustosa de Andrade

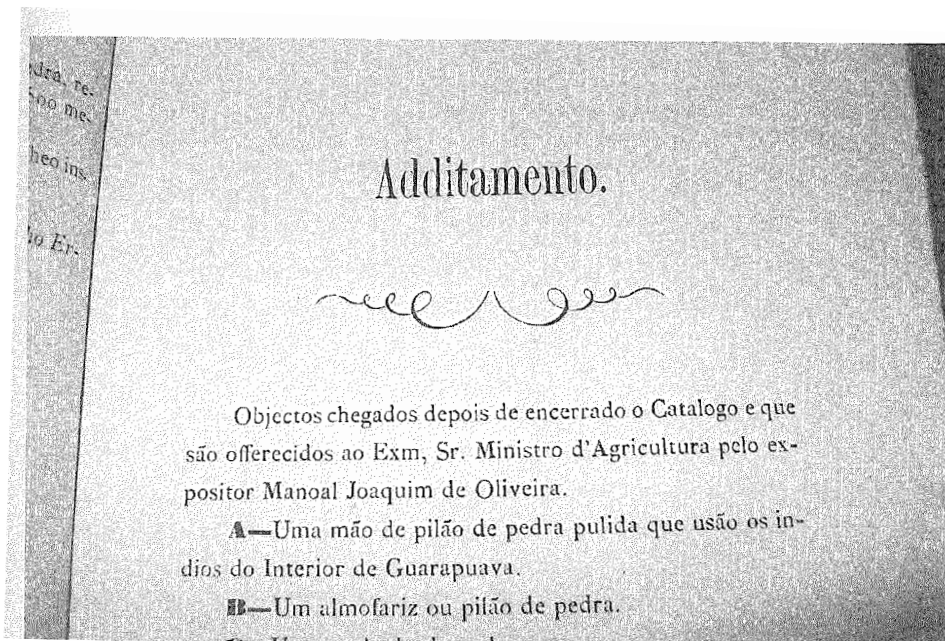
## X

102- Cópia de um desenho em alto relevo, em pedra, representando figuras geometricas, encontrado 500 metros ao norte da cidade de Antonina

103- Uma photographia representando Frei Timotheo instruindo aos índios

O encarregado do Museo Paranaense - Agostinho Ermelino de Leão

Objectos que chegados depois de encerrado Catálogo e que são offerecidos ao Exmo, Sr. Ministro d' Agricultura pelo expositor Manoel Joaquim de Oliveira



### *Additamento*

A- Uma mão de pilão de pedra pulida que usavam os índios do interior de Guarapuava

B- Um almofariz ou pilão de pedra

C- Um machado de pedra

D- Um pedaço de madeira petrificada

E- Um arco com 4 flechas

F- Um masso de corda que usão os índios

G- Uma guampa

H- Um cabaço

I- Uma taguara bordada pelos indios

J- Uma grande maracá que usão nos festejos

K- Um balaio

1) Texto de Frei Luiz de Cimitille

Prólogo p:1

Costumes p:2-10

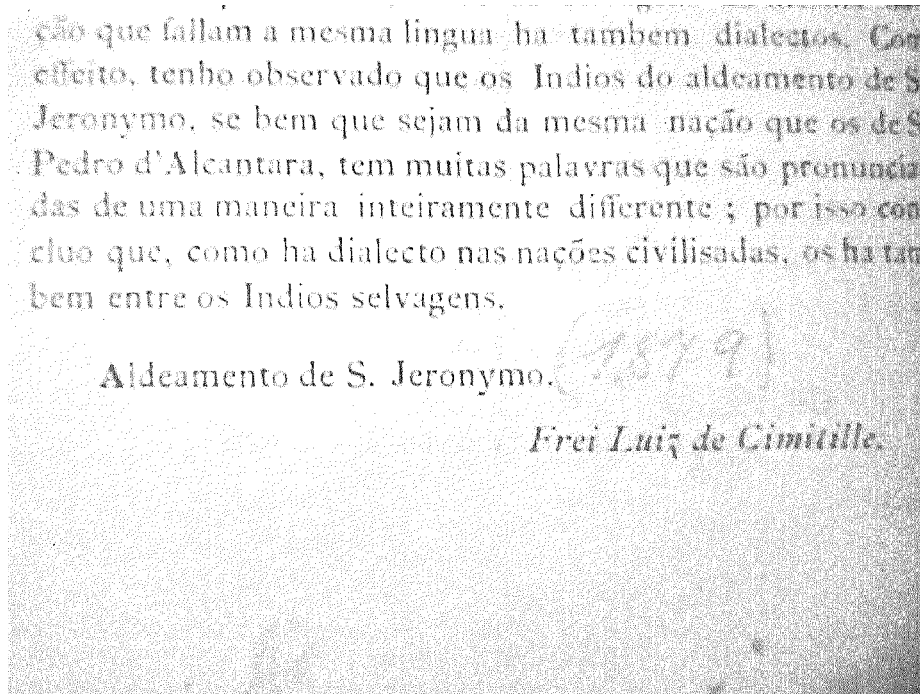
Religião p:10-13

Dialecto p:13

Frei Luiz de Cimitille (1879)

2) *Pequeno vocabulário das línguas portugueza e Caingangs ou Coroados* p:1-7

3) *Pequeno vocabulário das línguas dos índios Cayguás e Chavantes* p:1-5



AA Frei Luiz Cimitille em 1879

## Anexo 2

Relatório do Auxiliar Técnico do Museu Paranaense, João Tenius ao Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento – Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública – 1934 (códice 147/APE)

*Passo a relatar as principais ocorrências havidas durante o ano de 1934 na Administração do Museu Paranaense – O Museu Paranaense constitue, sem dúvida, uma escola de ensinamentos úteis a todos os que aqui de fato se interessam pelo nosso brilhante passado histórico e pelas possibilidades grandiosas do nosso Estado. Sem instalações adequa-*

das com uma pequena verba de conservação (apenas 50\$000 mensais) temos procurado ampliar com a máxima dedicação, as ricas coleções existentes. Não possuímos verbas para aquisições, mas é digno de nota a espontaneidade dos nossos conterrâneos em oferecer gratuitamente um grande número de objetos valiosos que enriquecem as nossas coleções aumentando assim o patrimônio do Estado. Devemos citar especialmente o oferecimento do ilustre paranaense, Cel. Temístocles Pais de Souza Brasil chefe da comissão para a demarcação dos limites entre o Brasil e a Bolívia, de uma riquíssima coleção de artigos dos índios Tucanos e Macú, do Alto Amazonas, que seriam um orgulho para qualquer dos grandes museus estrangeiros. Esta coleção entretanto não está exposta ainda por motivo de falta de móveis adequados e que já foram requeridos a esta Secretaria. As coleções dos museu estão distribuídas em nove (9) salas e constituídas do seguinte: Numismática, História Natural, Geologia, Botânica, Archeologia Indiana, Armas em geral, Pinacoteca e História Pátria. Sala 1)- objetos diversos modelos, etc...; Sala 2)- Numismática; Sala 3) Móveis e Utensílios; Sala 4)- História Natural, Zoologia; Sala 5) História Natural Geologia e Botânica; Sala 6)- Archeologia Indiana; Sala 7)- Armas em geral; Sala 8)- História Pátria e Pinacoteca; Sala 9)- Gabinete do Diretor, quadros de honras contemporâneos. Todos os objetos estão sendo constantemente conservados e fazemos questão de realçar a ordem e o asseo que reina em todas as dependências ...a elevada frequência do Museu Paranaense com um total de 5.168 visitantes durante o ano de 1934, deixou de ser um departamento abandonado e esquecido. (Segue impressões dos visitantes e relato de problemas administrativos). O movimento do museu é registrado em livro próprio – registro de documentos e ofícios; registro de entrada de objetos; registro de saída de objetos; assinatura de visitantes; livro de impressões; livro caixa; protocolo. São funcionários: João Tenius com função de diretor (auxiliar técnico 2ª classe); Darcy Pacheco (auxiliar técnico 3ª classe – licenciado há 3 anos por motivo de saúde); Arnaldo Cabral, porteiro servidor leal e prestinoso. Durante este meses visitaram as escolas; mês/ fevereiro - Colégio Bom Jesus; mês/maio- 157 delegados das Sociedades Agrícolas; mês/agosto- alunos e prof. do Colégio Progresso; mês/outubro - 28 alunos e prof. do Ginásio Novo Atheneu; mês/novembro - 11 alunos e prof. do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Segue descrição: dos

*autógrafos, revistas e boletins, das fotografias e litografias, das biografias, diversos (5 ações da empresa de bonde), archeologia indiana, uma moringa de barro, numismática-Brasil Colônia, Brasil Império- papel moeda/Brasil Império, moedas estrangeiras (Austria, Argentina, Alemanha, Bélgica, Dausig, Hespanha, E.U.A.N Inglaterra, Itália, Polônia, Rússia, Portugal, Sérvia, Suécia), papel moeda estrangeira (Polônia, Ucrânia (total de 75), medalhas comemorativas (13), condecorações (2), distintivos (19), História Natural (seção de Geologia) conchologia (estrela do mar), zoologia, esculturas (1), diversos (2), seção de armas e munição (2), uma sala de canhão e um revolver antigo.*

*Aa João Tenius – abril/1935*

### **Anexo 3**

Coluna Ao correr da pena. Guérios, Mansur, in jornal O Cruzeiro no.104 de 27/12/1931 (Arq/CEB)

*Quatro décadas de República perifrasticamente denominada - regime passado - que tanto nos infelicitou, e que deram à luz nove grandes reformas do ensino, número que ultimamente subiu a dez. Além dessas, brotaram umas tantas reforminhas emanadas dos "avisos ministeriais" que placidamente derrotavam os mais claros dispositivos legais. Os particularíssimos interesses de um e de outro filho ou afilhado ou protegido de um ou de outro mandarim - mirim, bastavam para que o caso fosse resolvido contra a lei e a favor do estudante. Era a pura oligarquia que dominava tanto neste como em outros assuntos. À vista de tantas reformas do ensino, bem fácil é de se concluir não ter havido geração destes últimos cinquenta anos, que não tenha sido desviada para um novo rumo traçado ao sabor de cada novo governo. Que isso foi e continua sendo prejudicial à formação intelectual dos indivíduos, salta aos olhos. A última reforma revolucionária do ensino em tão pouco tempo tem sofrido tantas e tais brechas, que na comparação dos motivos que determinavam as anteriores alterações da lei do ensino, verificamos que essas subsequentes reformas provem da vontade de todos os que indiretamente se dedicam às ciências e letras : é uma reforma de governo democrático, predominando a vontade dos interessados. Aristóteles dizia que o abuso da democracia resulta anarquia. Será uma cangalha de erudição no pescoço de oitenta por cento de analfabetos.*

## Anexo 4

Resposta do Vereador José Loureiro Fernandes ao deputado Atílio Barbosa ao artigo "A agonia de um pequeno mundo", in o Jornal o Diário da Tarde de 30 de março de 1950 (síntese) Arq/CEB

*Ao Deputado Atílio Barbosa*

*Louvo-lhe o zelo por construção tão venerável do nosso passado e quero felicitá-lo pelo conteúdo humano, que trouxe para a história da secular capela de Tamanduá, registrando em seu artigo, valiosas informações colhidas por tradição oral entre antigos moradores da região. ...O apelo que me endereçou através da sugestão do Sr. Clemente Bruel admirável cultor das tradições de Tamanduá, já foi encaminhado ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Na sua sessão de 23 de fevereiro foi o assunto devidamente apreciado e aprovada a sugestão a ser encaminhada ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Paraná em prol da Capela de Tamanduá. ....A propósito, cumpre-me informar-lhe que, em 1948 foi também feita uma indicação a esse respeito ao Dr. Luiz Saia, chefe do 4º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando aqui estive, só contratempos de última hora não lhe permitiram que visitasse em companhia do deputado João Chede, a Capela de Tamanduá. ...Mas em janeiro do corrente ano, o Dr. Júlio Moreira, Diretor da Seção de História do Museu Paranaense lá esteve, fazendo um primeiro levantamento para que fosse possível posteriormente serem tomadas seguras providências no sentido de recuperar a velha construção. ...Estuda o Dr. Júlio Moreira, atualmente o caso da Capela de Tamanduá, mas quero valer-me da oportunidade que me deu para focalizar em linhas gerais o problema da recuperação de nossas velhas construções tradicionais. De nada vale só o estudo das mesmas, pois vários estudos estão sendo feitos sobre outras primitivas construções e praticamente nada até agora pode ser realizado e nada poderá ser realizado sem as necessárias verbas e um serviço devidamente organizado. ...Eis a realidade e uma das razões que me levou a incluir, no Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura, a Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Natural, que provavelmente será sacrificado quando da aprovação de um projeto em trânsito na Assembléia Legislativa. Mas antes de ser sacrificada essa Divisão, devemos ponderar que foi pela falta de um or-*

gão dessa natureza, na organização administrativa do estado do Paraná, que assistimos durante anos passados, apesar dos protestos dos cultores da nossa História, a destruição da Igreja do Rosário - a única construção religiosa colonial em Curitiba - e a Casa dos Capitães Mores de Paranaguá, tão cheia de tradições para o Paraná e para a história social daquela cidade litorânea. ... Por isso os cultores de nossas tradições esperam de Vossa Senhoria e dos seus esclarecidos colegas da Assembléia, legítimos representantes do Povo, medidas positivas que venham favorecer a defesa efetiva de nosso Patrimônio Histórico. ...no fato de conhecer minha atuação em defesa do Patrimônio Histórico do Paraná, quando Diretor do Museu ...as circunstâncias naquela época eram outras, pesava-me sobre os ombros uma grande responsabilidade, vivíamos um regime ditatorial, havia merecido pela confiança de um velho amigo, o Interventor Manoel Ribas, a Direção do Museu, órgão oficial a que se atribuía então no Estado uma série de funções culturais, suprimindo assim deficiências da organização administrativa, tinha pois que me valer dessa confiança para, com os meios que me eram colocados ao alcance, num regime de transição, fazer algo pelo nosso Patrimônio Histórico e Artístico, creio assim cumpri o meu dever ...Hoje vivemos um regime democrático, há representantes do povo reunidos na Assembléia Legislativa, que tudo podem nesse sentido, pois politicamente é matéria pacífica ...A nós, modestos cultores da tradição paranaense, na hora atual, cumpre apenas aplaudir todas as medidas que por meio das leis venham facilitar qualquer realização nesse sector. ...Foram os constituintes de 1946 que aprovaram a Lei nº 112 que criou na Secretaria de Educação e Cultura a Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Paraná, resta apenas que os Senhores Deputados proporcionem aos serviços que contribuíram para criar, os recursos necessários ao seu perfeito funcionamento. ... Não tivesse a proposta orçamentária para 1949 da Secretaria de Educação e Cultura, elaborada em 1948, sofrido profundas alterações até sua aprovação final e o Paraná já haveria realizado alguma coisa em prol do seu Patrimônio Histórico e Artístico. ...A organização no Paraná, através da legislação já mencionada, que me parece ser, dada a experiência que tenho pelo contacto durante vários anos desses problemas, satisfaz plenamente o caso estadual desde que possa ser posta em prática e não continue a ser letra morta no texto da

*lei. Ela mereceu aplausos do Dr. Rodrigo de Mello Franco, foi considerada solução acertada por Luiz Saia e David Carneiro que durante anos foi delegado no Paraná do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. ...Quanto a mim, só me resta como modesto cultor dessas tradições, aplaudir a atuação dos representantes do povo pelas medidas a propósito tomadas ou lamentar a sua incúria, a qual virá permitir, que a ação demolidora das intempéries e dos homens, destrua dentro de alguns anos um patrimônio irrecuperável. ...não me cabe a palavra, mas sim aos nobres Deputados e particularmente o Deputado Atilio Barbosa que focalizou no mencionado artigo um dos facies de tão importante problema para os nossos foros de povo culto. Curitiba, 3 de março de 1950. (u) José Loureiro Fernandes*

## **Anexo 5**

Ofício Circular Reservado nº 11-54.2 de 26/06/1944 do Ministério das Relações Exteriores para todas as Interventorias estaduais – Conservação do Patrimônio Histórico, Bibliográfico e Artístico Brasileiro nos Estados. (Síntese)

*Este documento alertu para as seguintes situações:*

- 1) ...a presença de personalidades eruditas, técnicos de bibliotecas e outros ...solicita-se tenham assistência e autorização ...no entanto:*
- 2) Iul situação não excluem que a interventoria exerça para o bom resguardo da documentação histórica, bibliográfica e bibliófila, existentes nas bibliotecas, nos museus, nos arquivos e outros estabelecimentos ...*
- 3) Esta ponderação é feita em vista do que está sofrendo o Brasil, por iniciativas de refugiados de guerra e de adventícios em geral, uma verdadeira arrecudação de documentos e preciosidades artísticas, os quais de algum tempo vêm sendo veiculados para o estrangeiro. Terminada a guerra, assumirá este movimento o caráter de evasão em grande escala, se medidas acauteladoras não forem adotadas em contrário*
- 4) No tocante a manuscritos e livros, por possuírem cousas de fácil transporte, essa evasão já vem sendo feita, infelizmente conforme acaba de verificaro Itamaraty em colaboração com o Ministério da educação e Saúde e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*
- 5) Seriu de desejar a adoção de medidas severas e imediatas no sentido*



*de sustar esse comércio de bases clandestinas, nutrido em parte por meio da corrupção de elementos modestos do serviço e pela prática dos mercadores em conseguir valiosos estoques, pacientemente acumulados, valendo-se de aquisições equívocas nas capitães e nas localidades do interior*

*6) Medida igualmente aconselhável a de prover-se o governo de recursos orçamentários de modo a que se possa adquirir, para os seus museus, bibliotecas, arquivos e galerias coleções consideradas de valor histórico, artístico e documental ou documentário que sejam levadas à venda ou a hasta pública por particulares e por inventariantes ou herdeiros de espólios*

*7) A alta compreensão sempre manifestada por V. Interventoria, nos assuntos de ordem nacional que lhe estão afetas por força das próprias funções de amplitude regional, dará acolhida ....(aa) pelo ministro Osvaldo Aranha*

## **Anexo 6**

Ofício nº72/44 de 25/07/1944 do Museu Paranaense para o Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública – Fernando Flores - Sobre o Ofício Circular Reservado nº11-54.2 (Síntese)

*...desde 1939 quando o sr. Interventor Manoel Ribas determinou iniciasse a reorganização do Museu, outra não foi a preocupação da sua Diretoria e do conselho Administrativo senão, dentro das suas limitadas possibilidades contribuir para a preservação do patrimônio histórico. Arquelógico, bibliográfico e artístico brasileiro no estado do Paraná. Infelizmente a escassez de verbas para a aquisição de material, tem por vezes impedido que seja incorporado ao patrimônio do Museu preciosidades que acabam sendo adquiridas por colecionadores ricos. No tocante aos manuscritos tem sido ampliado ao patrimônio do Museu, como é do conhecimento de V. Exma, a carência de instalações adequadas, que assegurem contra riscos de incêndios, um dos fatores que tem prejudicado seriamente a nossa atuação no sentido de incorporar às nossas coleções peças que se encontrariam de posse de particulares e repartições oficiais. Relativamente, " a adoção de medidas severas" – a que se refere a reflexão nº5 do mencionado ofício do Ministério, julgamos de inteira*

*necessidade, mas quer parecer que existindo um Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, a este órgão competente propor essas medidas e executá-las, pois possui o estado do Paraná um delegado credenciado para tais iniciativas. A falta de organização a esse respeito é lamentável e posso afirmar que a prática do comércio por determinados mercadores, em nosso meio tem sido fator de evasão de peças para o nosso patrimônio histórico e artístico.*

*A propósito da reflexão 6, dos recursos orçamentário, outro não tem sido o nosso desejo quando organizamos os orçamentos anuais, os quais há 3 anos, vem sistematicamente sendo amputados. Essas, Sr. Secretário, as informações que me cumprem dar a propósito da atuação do Museu no assunto que constitui objeto do seu ofício de 21 do corrente ; qualquer outra providência da nossa parte só poderá ser tomada em colaboração com os serviços especializados federais e com o apoio especial do Governo do Estado. (aa) pelo diretor José Loureiro Fernandes*

## **Anexo 7**

### **QUADRO 17**

#### **Empenhos da FFCL/Universidade Federal do Paraná (1952/1963)**

EMPENHO	52	53	54	55	56	57
Acervo bibliográfico e laboratorial	149.481,60	174.838,40	209.999,80	219.999,50	249.994,90	375.845,90
Material acampamento e campanha	18.971,30	19.999,50	25.000,00		49.369,00	20.500,00
Publicações		23.000,00	4.960,00	26.240,00		101.495,70
Passagens professor	102.948,80	559,00	28.000,00	40.029,90	58.668,50	94.720,20
Passagens aluno	6.126,60	559,00	12.000,00	13.248,00	10.105,00	
Passagens técnico	682,80					
Passagens professor/ alunos	34.073,40	4.085,00				
Pesquisas história natural	7.500,00				3.000,00	
Pesquisas geografia geologia *			5.000,00			
Remuneração p/ aulas	24.000,00	2.000,00	5.500,00	7.000,00	17.810,00	18.000,00
Bolsa de estudos	14.500,00			8.000,00		
Aluguel de salas no CEB	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00		

EMPENHO	58	59	60	61	62	63
Acervo bibliográfico e laboratorial	499.965,30	698.950,00	999.992,70	1.300.000,00	1.700,00	2.800.000,00
Material acampamento e campanha	9.938,00			20.000,00	20.000,00	
Publicações			229.482,00	195.718,00		
Passagens professor	118.391,30	92.925,00	67.600,00	75.000,00	139.000,00	265.000,00
Passagens aluno		5.000,00		25.000,00	30.000,00	130.000,00
Passagens técnico						
Passagens professor/ alunos			104.400,00	210.000,00	50.000,00	194.120,00
Pesquisas história natural						
Pesquisas geografia geologia *					70.000,00*	
Remuneração p/ aulas	50.000,00	53.000,00	90.000,00		50.000,00	
Bolsa de estudos						
Aluguel de salas no CEB						

EMPENHO	TOTAL	%
Acervo bibliográfico e laboratorial	7.680.768,10	70,68%
Material acampamento e campanha	183.777,80	1,31%
Publicações	581.175,70	4,19%
Passagens professor	1.117.181,70	8,41%
Passagens aluno	232.038,60	1,91%
Passagens técnico	682,80	0,01%
Passagens professor/ alunos	597.178,40	5,00%
Pesquisas história natural	10.500,00	0,09%
Pesquisas geografia geologia *	5.000,00	0,66%
Remuneração p/ aulas	326.310,00	2,90%
Bolsa de estudos	22.500,00	0,21%
Aluguel de salas no CEB	40.000,00	0,37%

Fonte: Livro de Empenhos do IP da FFCL Arq/SED

## Anexo 8

Discurso de Abertura da IV reunião Brasileira de Antropologia em Curitiba, proferido por Loureiro Fernandes (julho/1959) Arq/CEB

*Senhores membros participantes:*

*Ainda não decorridos dois anos da Assembléia de Recife, estamos novamente reunidos procurando cumprir um dos principais objetivos científicos para a consecução dos quais, em 1955, nos constituímos numa associação de antropólogos. Inegavelmente, entre as suas realizações, figuram as destas assembléias periódicas, as reuniões Brasileiras de Antropologia, cuja efetivação, sem discrepância, todos consideramos vital para a nossa vida associativa e desenvolvimento dessa consciência profissional almejada pela totalidade dos antropólogos brasileiros,*

*Da sua importância ficou-nos impressão bem nítida, quando em 1953, professores de antropologia e especialistas qualificados, reuniram-se no Museu Nacional, recinto credenciado por um secular pioneirismo científico, para tentar uma primeira troca informal de experiências e conhecimentos, tendo por objetivo principal o esforço de colaboração, entre os participantes e conseqüentemente o maior progresso em nosso meio, dos estudos antropológicos. Nessa primeira e memorável Reunião, tão fecunda pelo balanço feito no Brasil sobre realizações e possibilidades de pesquisas especializadas, não foi possível, aos presentes valerem-se, deste amplo contacto, para fundarem uma sociedade brasileira de antropologia. Mas, se não foi encontrada uma estrutura formal, formula satisfatória ao desejo de todos, para a constituição de uma associação de antropólogos, por singular contraste, tínhamos que reconhecer que um pensamento comum nos dominava, era o desejo manifesto unanimemente dos presentes que se prosseguissem, em convocações periódicas, a efetivação das Reuniões Brasileiras de Antropologia, sem perder aquele cunho predominante de ser uma convocação para trocas informais. Tão seguras eram as diretrizes deste pensamento, tão acordes com uma exigência do nosso progresso científico, que num gesto de sábia prudência, os integrantes desta primeira assembléia, adotaram, por unanimidade, uma resolução que fixou para dois anos após a realização da ii Reunião Brasileira de Antropologia, na cidade de Salvador. Um dos resultados alcançados na Reunião da Bahia, cujos valiosos anais, já se acham publicados, "foi exatamente a Constituição da Associação Brasileira de*

*Antropologia, de acordo com a resolução "datada da sala das sessões, em Salvador, oito de julho de 1955" proposta por uma Comissão escolhida, no momento, para opinar sobre o modo de concretizar a aspiração já manifestada em 1953". Realmente ratificada esta resolução na Sessão Solene de Encerramento, foi a aba instalada na Bahia e empossada sua primeira Diretoria.*

*A terceira Reunião, a do Recife, já convocada pela aba, revelou um progresso nos trabalhos, focalizados foram particularmente temas de etnologia indígena, de antropologia cultural, com ênfase no estudo das comunidades, tendo como principal assunto de uma sessão plenária os problemas de aculturação e abordando-se em duas outras, estudos das atividades de pesquisa e didática na antropologia bem como problemas no setor da antropologia aplicada. Estas comunicações tendo sido comentadas e debatidas por vários dos participantes, de acordo com suas especialidades ou suas preferências, trazendo-lhes aditivos, pedindo esclarecimentos ou oferecendo sugestões, deram a Reunião o cunho objetivo, que tem sido justamente a principal preocupação na realização desses novos encontros.*

*Das mesas redondas realizadas sobre "as pesquisas e a política indigenista" julgou oportuna a designação de uma comissão coordenadora de pesquisas etnológicas e linguísticas, a qual através de um relatório, deverá dar contas a esta iv Reunião como se desincumbiu de suas tarefas. Ao ensejo daquela Reunião procedeu-se a eleição da Nova Diretoria, na qual, investidos na presidência, coube-nos assumir a responsabilidade de presidir e colaborar nos trabalhos de organização da Quarta reunião Brasileira de Antropologia para cuja sede escolhida fora a cidade de Curitiba.*

*Aqui estamos cumprindo a decisão tomada no Recife e que considerou medida louvável que esta nossa Reunião, fixada em Curitiba, se realizasse em 1959, não só por se retomar assim ao ciclo periódico de dois anos, iniciado em 1953 e dentro do qual se processaram os nossos primeiros encontros, mas também pela ponderável razão de ser este um ano significativo para a história da evolução dos estudos antropológicos com a ocorrência de duas datas centenárias: a "Fundação da Société d'Antropologie de Paris" e a publicação da "The Origin of Species by means of Natural Selection".*

*Na conferência a ser realizada hoje à noite, pela palavra do Prof Luiz Castro Faria, vamos por decisão do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Antropologia, homenagear a Sociedade de Paris, a primeira fundada no mundo, neste setor da ciência, cujo centenário ocorreu a 19 de maio do corrente ano. Sociedade pioneira, a qual teve por um dos seus principais fundadores, Paul Broca, um dos homens de ciência, mais sábios da sua geração, cujos métodos e técnicas bem como orientação geral das pesquisas na antropologia física, tiveram influência universal, "das mais amplas e duradouras", pois foram os melhores da época.*

*Decorridos um século, seria um pecado grave de omissão, esquecermos entre as brilhantes iniciativas intelectuais daquela época, a fundação de primeira Sociedade de Antropologia e as seguras diretrizes transmitidas por Broca e sua Escola a todos os pesquisadores do mundo, inclusive os raros brasileiros que na quele tempo se ocuparam de estudos dessa natureza.*

*As comemorações centenárias do corrente ano, de predominante interesse para os antropólogos físicos, mais uma vez darão ensejo a meditarmos sobre as etapas percorridas no mundo das idéias, pelo pensamento antropológico, particularmente em face do biológico. E uma sincera análise, por mais breve que seja, força-nos a reconhecer que o biológico e o antropológico não só se são influenciado mutuamente mas também se tornaram partes de um mesmo clima intelectual. Nesse aspecto a publicação da "ORIGEM DAS ESPÉCIES" e dos trabalhos de Darwin que se seguiram, merecem ter seu valor realçado pelas novas referências que emprestaram à antropogênese e à taxonomia.*

*Quando buscamos uma referência para classificar, para situar uma categoria taxonomônica, no mundo biológico, o homem, é que particularmente sentimos o alto valor do pensamento de Darwin.*

*Não há como negar o interesse que proporcionou para os estudos da antropogênese esta perspectiva darwinina, ao tentar elucidar elos que prendem entre si as diferentes formas de vida. Pois sabemos que ainda em meados do século passado, limites muito rígidos separavam o conjunto das formas viventes da dos fósseis, não se aceitava a alta antiguidade da terra e, a ciência oficial afirmava ser recente o aparecimento do homem; esses conceitos com os quais não encontravam concordância as idéias do genial sabio britânico, fruto de suas vastas observações e*

*demorado meditar após a longa e famosa viagem de Beagle. Se não podemos ir ao extremo de afirmar que só Darwin, nesse momento, tornou possível o progresso da antropologia, não podemos deixar de reconhecer quão fecunda foi esta concepção nova da antropologia ter como objeto – o homem em evolução. A curiosidade do Homem sobre seu próprio ser passa a estender-se por novos e amplos e campos de investigação, torna forçosamente necessária a especialização, mas nos seus excessos não podemos esquecer, que para determinados fins científicos, o ser humano deve ser colocado no mesmo plano dos demais seres vivos. Esta, uma atitude francamente assumida pelo Darwinismo, que tanta celeuma causou, mesmo ente paleontólogos e antropólogos no século passado, quando simplesmente concluía “que todas as formas de vida do mundo são aparentadas entre si e que as relações postas em evidência no tempo e no espaço entre as diferentes vidas são suficientemente uniformes para serem expressas em uma formula geral ou lei de evolução”*

*Se sabemos que o progresso dos conhecimentos científicos, obrigou o próprio Darwin, ainda em vida, a modificar o rumo das suas teorias, como também, depois as teorias dos darwinistas não resistiram incólumes à prova do tempo e de experimentação, forçoso é reconhecer que a sua parte essencial o pensamento do grande sábio, decorrido um século emerge triunfante do oceano de controvérsias e incompreensões no qual fora lançado. Ao universal tributo de admiração à sua memória ao ensejo do centenário da publicação de sua obra “A ORIGEM DAS ESPÉCIES” associar-nos-emos amanhã, mais veemente, na palavra do prof Egon Schaden, da Universidade de São Paulo, interprete oficial da Associação Brasileira de Antropologia por designação do seu Conselho Diretor.*

*Ter-nos-emos, assim, associado às comemorações centenárias que neste ano, vem sendo realizadas em outras cidade universitárias, justa evocação de homens e instituições cuja ação no século xix, em prol do progresso científico merece ser honrada e exaltada.*

*Para nós, particularmente, foi grato após haverdes escolhida para a sede da Reunião as capitais universitárias de S. Sebastião do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife brasonadas de séculos, terdes elegido Curitiba, para local da iv Reunião da aba reunidos no mais jovem dos Estados brasileiros teremos assim oportunidade na Faculdade de Filosofia do Paraná de não só comemorarmos conquistas do passado, tão significativas na história do espírito humano, mas também discutirmos*

*problemas atuais tendo em mira muito objetivamente o progresso do ensino e da pesquisas antropológica, cuja implantação no seio das universidades brasileiras lamentavelmente data de menos de um quarto de século.*

*Foi como professor de uma dessas Universidade, quando em 1953 o estado do Paraná, comemorava apenas um século de emancipação política, que recebemos convocação para, em caráter predominantemente informal, relatarmos um dos temas oficiais, dando a conhecer uma primeira Reunião de antropólogos brasileiros, os nossos planos e possibilidades nos sectores de estudo a que ora consagramos nossas atividades. A atual Reunião em Curitiba é oportunidade de revermos, após meia dúzia de anos decorridos, este relato inicial, essa tomada de contactos na capital da república e o que há de objetivo conquistado no que se refere as possibilidades de ensino e pesquisa antropológica na atual organização universitária do Paraná. No balanço feito ressaltou-se o Museu Paranaense, ainda não octagenário, mas já portador de uma tradições de estudos indianistas e ao mesmo tempo se dava ênfase, às possibilidades de uma nova organização que então surgia no nosso meio Universitário, o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia do Paraná.*

*Mais de um lustre foi decorrido desse nosso primeiro contacto informal; tínhamos então, no Museu paranaense, um dos nossos pontos de apoio para o ensino e os trabalhos nos sectores da antropologia física e cultural, hoje cumpre mencionar, atualizando os informes, são lá realizados os trabalhos de laboratório do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná, órgão criado posteriormente àquele depoimento e que é o resultado do progresso dos estudos de Arqueologia Pré-histórica em nosso meio.*

*Das atividades deste Centro, procurou a Comissão Organizadora desta iv Reunião, submeter a vossa observação um bom documentário informativo, promovendo uma viagem à Paranaaguá na qual, após haverdes desfrutado na encosta da nossa Serra do Mar o privilégio da técnica ferroviária brasileira no século passado, ides ter oportunidade de visitar não só o Museu Universitário de Arqueologia e artes Populares em fase muito inicial de montagem mas também uma jazida arqueológica litorânea, um sambaqui, em etapa de exploração científica.*



*A montagem desse Museu, resultante de um convênio assinado entre a Divisão de Ensino Superior, a Universidade do Paraná, e o dphan pareceu-nos não só uma contribuição útil a solução regional de problema de ensino e pesquisa de certas disciplinas antropológicas, como também, um bom ponto de apoio aos trabalhos de determinados especialistas. A visita ao Museu Universitário, em fase tão inicial de montagem, dará por certo margem para longa troca de nossas experiências e conhecimentos em favor de mais ampla divulgação e maior objetividade de ensino antropológico em nosso país. No programa traçado à iv Reunião será esse o ensejo de explorarmos alguns aspectos da nossa cultura folk, da qual tão ciosos são os folcloristas, domínios das nossas artes e tradições populares, que sentimos como uma "arqueologia do espírito humano" integrar-se muito bem com a reconstituição dos remotos horizontes da nossa arqueologia pré-histórica.*

*Ao procurar fugir do excessivo convencionalismo de certos Congressos Científicos ao dar início aos seus trabalhos, receio haver caído no excesso oposto ao tentar objetivar certos aspectos, do seu programa e organização, motivo pelo qual sobre as possibilidades de que vos falei em 1953 do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, esperamos formuleis vosso juízo, analisando a sua contribuição a esta Reunião que são, em parte fruto da colaboração obtida por intermédio da Cátedra de Antropologia, com o Conselho Nacional de Pesquisas e o Museu Nacional, o Serviço de Antropometria do Instituto de pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal, a Escola de Sociologia e Política, o centro de Recherches Cientifique da França e mais recentemente com a Universidade de South Dakota.*

*Dirigindo-vos a palavra, na qualidade de Presidente da aba, procurei ser fiel ao alto espírito que nos une; uma vez que a decisão da Reunião de Recife facultou-nos a honra de termos no Paraná tantos amigos e colegas ilustres é desejo nosso, ao saudar a todos muito efusivamente dizer-lhes que apraz-nos examinem a planificação do futuro Departamento da nossa Universidade, a solução regional encontrada para certos problemas, as tarefas parcialmente aqui executadas e nos deixem dos seus conhecimentos e experiências, com as justas observações, os estímulos para um maior esforço e futura cooperação que desejamos a mais ampla em prol do nosso Departamento de ensino e Pesquisas antropológicas em Curitiba.*

*A presença do núcleo desta natureza que verei, em organização, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, é que veio até certo ponto facultar, decorridos apenas dezesete meses do nosso último encontro em Recife, a organização da atual Reunião em Curitiba. Secundando a eficiente atividade do atual Secretário da associação Brasileira de Antropologia – Prof Manuel Diégues Junior e favorecendo a execução das decisões do seu Presidente e do seu Conselho Diretor de cujas atividades, tomareis conhecimento através do relatório que vassê-lo lido, transformou-se o núcleo num valioso agente na organização deste nosso encontro.*

*A leal cooperação dos sócios, interessados no progresso da ABA uniu-se a ação das Universidades, Escolas Superiores e Institutos Científicos, organismos culturais que não só trouxeram sua calorosa adesão mas também sua participação efetiva nos trabalhos, através de representantes credenciados aos quais, aqui saudamos mui cordialmente.*

*Ao alto patrocínio e à preponderante cooperação do Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, prof Flávio Suplicy de Lacerda bem como ao apoio e auxílio do Exmo. Sr. Moisés Lupion, Governador do Estado e à gentileza do Snr. General Iberê de Mattos, DD. Prefeito Municipal e a colaboração do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, devemos uma série de possibilidades, sem as quais, não teríamos no corrente ano ao nos associarmos às comemorações de datas centenárias tão significantes para a história da antropologia, o ensejo de novamente nos reunirmos para o intercâmbio de ideias, debates de problemas e defesa de interesses comuns, vivendo assim, mais uma vez, em toda sua intensidade o ideal de trabalho da nossa associação de classe a Associação Brasileira de Antropologia.*

## **Anexo 9**

Of nº420 de 7 de agosto de 1948 do Prefeito Municipal de Paranaguá João Eugenio Cominese dirigido ao Presidente da Câmara Municipal Arq/MAEP

*Exmº Sr. Dr. Presidente da camara municipal*

*Nesta*

*Aproveitando a feliz oportunidade da reunião desta Câmara em 3ª Sessão Ordinária da atual Legislatura, para solicitar para que se digne atender às questões expedidas e que ora justifico.*

*Como sabem V.Ex<sup>a</sup> e demais ilustres Srs Vereadores a nossa Cidade tendo completado há pouco o seu 3<sup>o</sup> Centenário, é por esse motivo depositária de honrosas tradições ao lado de um rico patrimônio histórico, tendo, como recente comemoração da Carta Régia de 29 de julho de 1648, conquistado a importante posição que por direito lhe cabia na nossa História Pátria e injustamente esquecida pela maioria dos nossos historiadores, de ter sido no século 17, como povoação mais meridional do Império Lusitano na América, a cabeça de ponta para a projeção de soberania de Portugal ao sul e oeste, contribuindo assim primordialmente para a conquista do Brasil meridional e sua integração dentro da sua atual configuração geográfica.*

*Como ressaltante desta antiguidade Tri-Secular possui Paranaguá as suas acentuadas características coloniais que, além de lhe imprimirem cunho pitoresco, podem servir de atração ao turismo e se converter em vantagem econômica para a cidade, com afluxo de visitantes.*

*Esse interessante cunho não contraria, no entanto, a natural tendência cidadina para a moderna organização que pode ser feita sem a demolição bárbara e iconoclasta de prédios de feição antiga e de linhas puras do velho estilo colonial, hoje tão admiradas por amantes e estudiosos do passado brasileiro.*

*Com efeito, Srs Vereadores, tal necessidade não se impõe, principalmente à Paranaguá de excepcional situação topográfica no extremo duma planície de três legoas de fundo até a Serra da Prata, oferecendo espaço mais que suficiente à sua expansão em modernas avenidas, praças e outros logradouros – uma cidade moderníssima enfim, sem prejuízo da parte velha, colonial, que precisa ser conservada, como venerável relíquia do passado. Laborando neste salutar critério o Serviço do Patrimônio Histórico da União, nesta cidade, presente por um dos seus representantes durante as festas do Tri-Centenário, destinou para tombamento vários prédios de feição antiga, igrejas, locais ligados a qualquer fato ou acontecimento de realce histórico, etc.*

*O tombamento de casa monumento ou local pelo Patrimônio Histórico, implica na conservação e intangibilidade do imóvel dentro da sua estrutura antiga, daí decorrente da cidade nos guias de turismo, como interessante e digna de ser visitada.*

*Tourismo representa hoje fonte de renda e quando inteligentemente explorado pode acarretar as maiores vantagens para o progresso local.*

*É assim para colimar esse objetivo que venho solicitar dessa Ilustre Câmara uma Lei de desapropriação, por utilidade pública, dos imóveis particulares compreendidos na quadra do Colégio Velho dos Jesuítas, já tombado e que será entregue ao Município para nele instalar Museu, Pinacoteca e Biblioteca Municipaes e tê-lo sempre franco depois de restaurado ...visita dos turistas.*

*Trata-se da quadra cingida pelas Ruas 15 de Novembro, Professor Cleto, Coronel João Estevam e Travessa do Colégio, na qual, além do Colégio em apreço e do Próprio Estadual onde está instalado o Centro de Saúde do 2º Distrito Sanitário, se acham um imóvel em ruínas de propriedade de Wasilakis, duas casas cujos proprietários são João Antunes e Frederico Risséti. Essa área a desapropriar é necessária à restauração do Colégio dos Jesuítas que, conforme disse acima, está em via de ser entregue à essa Prefeitura.*

*Outra desapropriação que se impõe, uma vez que incluída no Patrimônio Histórico a Igreja de São Benedito, não pode ser mais removida do local, é a dos prédios laterais próximos a esse templo para a abertura de duas travessas à direita e esquerda do mesmo, por onde se fará o tráfego sem inconvenientes atuais o transito de veículos pelas estreitas passagens entre a Igreja e as laterais da Rua Conselheiro Sinimbú.*

*Outrossim, também incluídos no tombamento dos monumentos históricos, a Fonte Velha ou de cima e sua ladeira de acesso, com construção única existente no Brasil, venho, por solicitação do Patrimônio Histórico, por essa Digna e Ilustre Câmara seja dada à referida ladeira, com carater permanente, a denominação de Ladeira da Fonte Velha.*

*Estas, Ilustres Srs Vereadores, as solicitações que tenho a fazer e cuja objetivação espero do elevado espírito de patriotismo que norteia as Vossas resoluções em benefício da coletividade.*

*Valho-me do ensejo para apresentar as seguranças do meu máximo apreço. saúde e fraternidade.*

*(a) João Eugenio Cominese. Prefeito Municipal*

## Anexo 10

Discurso de Joaquim Tramujas em 31 de março de 1954, quando da “Extração de uma Pedra do Pavimento Térreo do Edifício do Antigo Colégio dos Jesuítas” in, Revista do IHGPG – Ano II, jul/dez 1954 nº 5:13/16 e Ata Avulsa. Arq/MAEP

*Vive o Paraná e em particular Curitiba, um momento importante de sua vida cultural. Ecoam em suas campanhas o badalar dos sinos que chamam os Jesuítas a iniciar uma nova empreitada em nossa terra. Vibram no campanário das emoções paranaenses os acordes do chamamento cívico que procuram fazer convergir para a nossa capital a cultura e a capacidade de trabalho de uma ordem religiosa cujas origens se perdem e se confundem nos movimentos mais altos da cultura mundial.*

*E quando assim se delibera, quando a verdade palpitante de um feito já consumado ganha foros de evidente realidade, deparamos com a afetivação de uma cerimônia com esta que singela no seu aspecto material, alcança os altiplanos da elevação espiritual.*

*Assim, meus senhores, é mister que não nos deixemos dominar pela onda avassaladora do materialismo hodierno, é preciso que nós outros, homens que temos alguma responsabilidade pública, não deixemos vencer pela avidez e pela depravação moral com que contemporaneamente a luta pela existência vem procurando implantar no coração do homem.*

*É preciso, para nossa própria salvação moral, que vivamos momentos como estes.*

*Porque é cultuando a tradição que um povo dignifica o seu presente.*

*Porque é tributando aos seus maiores, aos seus ancestrais, um pleito de amor e de civismo, que consegue um povo transmitir com honra aos seus descendentes os exemplos de exaltação espiritual que recebeu de seus ascendentes.*

*E senhores, que mais representa esta festividade senão o nosso culto e a nossa admiração ao espírito abnegado do Jesuíta que, como Padre Antônio da Cruz, parnanguara, e tantos outros, conseguiram levar este monumento que, apesar de tudo, há mais de duzentos anos homenagem ao descaregar canoadas de pedras. E é uma dessas pe-*

*dras, senhores, que hoje arrancamos de seu feito já quasi duas vezes centenário para transportá-la a Curitiba afim de ali servir ela de alicerce ao monumento cultural que, sob a inspiração de Nossa S. Medianeira fazem aqueles mesmos padres Jesuitas na capital do Estado.*

*Acreditamos, senhores, que a pedra que hoje trasladamos para Curitiba é a manifestação viva no presente de um passado que nos orgulhamos de recordar, é o traço de união entre um passado em que nas lutas para a sedimentação de uma vila que começava a andar se caracterizava por atos do mais alto coturno moral e um presente que, para acompanhar a evolução natural da sociedade e para mantê-la em um nível moral assim como o desejariam os nossos antepassados, tem que se estribar nos preceitos certos e altissonantes da filosofia cristã.*

*Senhores Padre Jesuítas, que vossa determinação seja coroada de êxito, que o vosso sonho se transforme em evidente realidade, que o colégio cuja construção iniciais hoje em Curitiba venha a se constituir, num futuro bem próximo, numa das vigas mestras em que deve se alicerçar os fundamentos morais da sociedade, são as alvíssaras que vos desejam a cidade e o povo de Paranaguá.”*

## Anexo 11

Trecho do Discurso (pag.11) que Loureiro Fernandes proferiu no dia 29 de julho de 1963 quando da Inauguração do maap (Arq/CEB)

*...neste Museu tomamos idêntica diretriz sua realização teve por principal objetivo difundir conhecimentos sobre a cultura brasileira, num roteiro de perspectivas técnicas: arqueológicas, índias e populares. Mostrar documentais específicas brasileiras mas quais se objetiva a obra singela mas fecunda de obreiros que no decurso de um passado milenar, lançaram as bases fundamentais da civilização brasileira. É um grande trabalho de equipe no qual enalteço a excelência das contribuições de Marília Duarte Nunes no amplo sector da Museologia propriamente dita e da etnógrafa indígena – Dr<sup>a</sup> Iracê Dantas na montagem geral museológica especificamente no sector de Artes Populares – de Igor Chmyz nos complexos trabalhos das apresentações arqueológicas, nas quais contou com a cooperação de José Wilson Rauth e finalmente de Maria José Menezes que, auxiliando a montagem de um dos setores ar-*

*queológicos teve participação decisiva nos roteiros da difusão mundial dos primitivos tipos humanos e das técnicas. Roteiro apresentado com a colaboração da Prof<sup>a</sup> Anette Laming Emperaire, a conhecida arqueóloga que honra o ensino.... Não participando diretamente da montagem deste Museu são dístnas do nosso apreço, pelo contingente de certos aspectos do Paraná, as nossas colaboradoras departamentais: licenciadas Maria de Lourdes Muniz, Eny Camargo Maranhão, Cecília Maria Vieira Helm e Philomena Gebran Velozo.*

*No término de 25 anos de ensino de Antropologia ... na operosidade da atual equipe não tenho dúvida de afirmar que consolidado está o futuro dos estudos de Antropologia no Paraná e que este Museu hoje inaugurado será um dos mais fecundos centros do seu progresso nos sectores da arqueologia e das arte e tradições populares.*

*Criando este Centro nesta região litorânea, onde mais fecundas tem sido até hoje as pesquisas nos domínios da pré-história, das culturas de Folk no Paraná e instalando-o no momumento que foi dos primeiros construídos pelo povo, em favor da sua cultura que traz a Universidade do Paraná, através de seu Departamento de Antropologia a mui nobre cidade de Paranaguá, uma prova do seu alto apreço no momento em que comemora o 315º ano da sua memorável Carta Régia.*

## Anexo 12

Portaria nº 136 de 25 de outubro de 1956 do Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná (Arq/SED)

*O Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná no exercício de suas atribuições, resolve determinar a suspensão das aulas no dia 25 de outubro de 1956, depois das 16 horas e convidar todos os senhores Professores, Assistentes, Instrutores, Laboratoristas, Alunos de todos os cursos e funcionários da Faculdade para assistirem à cerimônia da benção da Imagem do Cristo na Sala da Diretoria do Estabelecimento, por sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom Manuel da Silveira D'Elboux Digníssimo Arcebispo Metropolitano de Curitiba. A intronização da Cruz em recinto nobre da Faculdade, sem ferir a nenhum sentimento religioso ou convicção filosófica, faz-se no uso da liberdade assegurada pelo preceito constitucional em vigor e em consonância com*

*o sentimento geral da Nação, com as tradições luso-brasileiras, com a Religião da maioria absoluta do nosso Povo e com as aspirações já manifestadas expressamente do corpo Docente e Discente desta Faculdade. ..., ao solicitar por escrito ao Senhor Reitor Magnífico a feitura de uma capela destinada ao culto no futuro edifício da Faculdade, isso aos sete de março de 1951, perante a Congregação e o segundo, ao dirigir-se também, por escrito, ao seu Diretório Acadêmico para pedir a ...de Cristo Crucificado no recinto daquela Instituição. E assim ...a Faculdade, pelos seus órgãos dirigentes, não estivessem ...dos desejos daqueles que a integram, adotaria igual determinação. Pois que destinada a infundir a sabedoria nas inteligências que aqui se aprimoram ...o poderia sem o estímulo e a presença de Jesus Crucificado, fonte perene de vida e de verdade, luz edificante e sabedoria, o próprio Deus feito Homem. ...Curitiba, 25 de outubro de 1956. Homero de Barros*

## Notas

- 1 Entre outros, especialmente para este trabalho: Loureiro Fernandes (1938; 1940; 1956 e 1968); Trevisan, (1976); Neves, M. S. (1990); Abreu (1989); Castro Faria (1949); Schwartz (1989); Russio (s/d e 1989); Bojanoski (1992) e Carneiro, C.M.S.B. (2001), entre outros
- 2 Também com esta proposta, com maior ênfase positivista foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro em 1838.
- 3 Este museu se constituiu da reformulação por que passou o gabinete de História Natural e Etnografia da Sociedade Filomática, criado por Domingos Soares Ferreira.



- 4 Desde 1860 a Casa do José do Nabo (assim era conhecida), tinha como clientela, moradores de Curitiba, Antonina e Ponta Grossa. Seus livros contábeis e de movimentos diários, encontram-se no arquivo do CEB, constituindo-se em uma expressiva fonte primária para a história da economia urbana, consumo e cotidiano de vida da época. Este comércio de importados pertenceu ao português José Fernandes Loureiro & Comp, pai de Loureiro Fernandes e foi responsável por sua confortável situação econômica financeira e, pelo suporte de muitas das suas providências no campo da cultura e da ciências. Loureiro também atribuía o seu gosto e respeito pelas coisas do Paraná, referindo-se a sua origem lusa, as estórias e fatos contados por seu pai quando chegava das viagens de negócios pelo interior da província (Furtado, MRegina, 2005)
- 5 Nesta ocasião, referir-se a elite curitibana significava o mesmo que referir-se a província como um todo, uma vez que o projeto e as decisões políticas estavam centralizados no primeiro planalto e as demais regiões do interior ainda não apresentavam resistência às diretrizes dali emanadas.
- 6 Dr. José Cândido Murici, médico de renome na província, foi idealizador do projeto de construção da Santa Casa de Misericórdia. O Paraná já havia participado das Exposições de Paris (1867) e de Viena (1873).
- 7 Outras instituições culturais já funcionavam na cidade como, o Arquivo Público, criado pela Lei Estadual no. 33 de 07/04/1855 e a Biblioteca Pública a partir de 1857.
- 8 Todos os grifos serão nossos. Quando isto não ocorrer, será mencionado.
- 9 Estará sendo usado o conceito de acervo, documentos ou documentação, coleção e peças etnográficas, no seu significado museológico qual seja, trata-se da informação contida e recolhida em cada objeto da coleção, a partir da investigação e análise do contexto sociocultural que o criou, sob a ótica da multidisciplinaridade, conforme Furtado, MRegina (1988: 40-47; 1989:85-100). Ver também Ferrez (1994) e Chagas (1994A)

- 10 Mesmo sem uma denominação definida nos documentos oficiais, era mencionado como: Museu Provincial ou Museu da Capital, Museu de Curitiba ou mesmo Museu do Largo da Fonte, no Arquivo Estadual do Estado, no Códice Club 1882 - 016-0662-116; no Códice Museus 1875 - 009-464-101/02, 012-467-001, 018-0528-125; 1879 - 12-571-100/1, 19-578-41; 1879 - 021-580-209, 210, 006 - 588-204/5; 1881 016- 0635-246/7; 1882 - 010-656-019, 012 - 658-061; no Códice Curitiba 1875 - 008-463-071; no Códice Assembléia Legislativa 1879 - 012-571-100/1.
- 11 Um exemplar do Catálogo enviado a Exposição de Antropologia, com uma dedicatória de Romário Martins para Loureiro Fernandes, encontrasse nos arquivos do CEB. Neste Catalogo, estão relacionadas: 1) as peças ou os objetos que deram origem ao acervo museológico do MPR, nas áreas de arqueologia e etnologia e seus respectivos expositores (Telêmaco M. Borba; Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas; Comendador Antonio Martins Franco e Manoel Joaquim de Oliveira); 2) a Memória sobre os índios Coroados ou Camés e o Pequeno vocabulário da língua dos Cayngangs, Cayguás, Chavantes e Notícias sobre os índios Caynguangs, todos de autoria de Telêmaco Borba e; 3) uma brochura sobre os indígenas da província de autoria do Tenente coronel Antonio Ricardo Lustosa de Andrade.
- 12 De acordo com Loureiro ...esta Memória foi reproduzida: 1) nos "Kainguangue de Guarapuava" monografia do Visconde de Taunay, inserta no vol. LI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1888); 2) no livro "Entre os nossos índios" (1931) Herbert Baldus, Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira, S. Paulo 1954); 3) ...revisada estilisticamente, no trabalho "Kainguangue de Guarapuava (Coroados do Paraná)" inserto no vol. x da Revista do Museu Paulista (1918) op.cit: 13. in, Relatório 1941/42 Arq/CEB. Não se pode deixar de citar as palestras que Loureiro proferiu no Círculo de Estudos Bandeirantes com temática indígena: em 28/07/38 Memória a Antonio Alceu de Araujo de Palmas - o informante. (Ata de Sessão Extraordinária nº11); em 25/05/39 Sobre os Cainguangues do Paraná (Relatório nº9); em 17/07/41 Estudo sobre os Cainguangues do Município de Palmas in, Relatório 1941/42 Arq/CEB

- 13 Para este idealizador, Loureiro publicou um trabalho, em 1957. Sobre a participação nesta Exposição Antropológica ver Códice Exposição 1882 03-649-10 – Comissão designada para angariar objetos para a Exposição; Códice 14-660-027 – Catálogo da Exposição; Códice 18-664-051 - Recepção de objetos no Museu Paranaense; Códice Documentos Interessantes 023-669-91/92 – Exposição Brasileira – Museu Nacional; no Códice Museus 1882 – 012-658-061, 017-663-125, 023-669-21/92. Ermelino de Leão tem a sua indústria-A.E. Leão Junior & C.<sup>a</sup>, premiada com a medalha de ouro na Exposição de Paris (1889) e na 2<sup>a</sup> Exposição Internacional de Paris(1890). Sobre a representatividade política dos idealizadores do MPR, ver Kersten, Márcia A, 1998:110-111.
- 14 Sobre os objetos que representaram o Paraná na Exposição Antropológica Brasileira (1882) Loureiro Fernandes, 1936:4)
- 15 Sobre a opinião de Loureiro sobre a obra destes autores ler (Loureiro Fernandes (1956) 1950 a; 1950 b, 1952, respectivamente)
- 16 Of/JLF n<sup>o</sup>113 de 23/08/46 ao Dr. Raimundo Pimentel Gomes (cópia). Em 26/08/46, por correspondência firmada pelo secretário José Anthero Pereira Junior, Loureiro é convidado para participar do Comissão Científica Franco Brasileira organizada pelo Institut Français des Hautes Études Bresiliense e pelo Musée de L'Homme, juntamente com Paulo Duarte, Júlio Mesquita, André Dreyfus Plínio Ayrosa, Emílio Willemens, Sergio Buarque de Holanda, Herbet Baldus. Arq/CEB
- 17 In, Relatório das Atividades do Museu Paranaense anos 38/39, encaminhado ao secretário do Interior e Justiça, Dr. Manuel Lacerda Pinto em 16/02/40 APE
- 18 Sobre o papel de Romário Martins na construção da História do Paraná ver especialmente,: Loureiro Fernandes, J. (1950a e 1950b); Pinheiro Machado, Brasil (1974); Bojanoski, 1992; Szvarça, 1998; Trindade, 1997; Kersten, 1998, entre outros.
- 19 Sobre esta trajetória e papel simbólico do Museu Nacional, do Museu Goeldi e do Museu Paulista ler principalmente – Schwarcz, Lillian H.(1989); em especial sobre o Museu Paulista ver- Funari,(1995); Menezes (1991) e Queiroz,(1992)

- 20 In, A crise religiosa. Jornal A Estrella, 1991. Curitiba, Ano IV, 23 de julho de 1901, nº168:01
- 21 In, Carta de Ermelino de Leão a Francisco Negrão, 1928. Arq/CEB
- 22 In, Boletim do IHGPR, [1917] (1928): 6-7. Ano I, vol. I. Arq/CEB
- 23 Sobre o papel do seminário Diocesano do Batel e seu papel na reorganização do pensamento católico em Curitiba ler: Hellmann, G, op.cit. A Congregação Mariana, dos Irmãos Maristas, durante muitos anos, no início do século XX, capitaneou, em nosso país, o ensino das letras e da filosofia, com fortes influências no pensamento católico, na ideologia clerical como também, no âmbito educacional profano. No Paraná o polo de irradiação das suas idéias filosóficas estava localizado no Círculo de Estudos Bandeirantes e na área pedagógica, no Colégio Marista.
- 24 Seu diretor era o Drº Rosário Farani Mansur, filiado ao CEB.
- 25 Hellmann, G. op.cit p:132
- 26 Atas do CD nº1 de 22/08/29 e nº2 de 19/09/49 Arq/CEB
- 27 Sobre a sua atuação ideológica ler: Furtado, MRegina (1999); Sobre a representação simbólica do espírito bandeirante na construção da História do Brasil, ler Funari, Pedro Paulo (1995). Sobre a concessão do terreno para a construção da sede própria desta Instituição por Manuel Ribas, ler revista do CEB Tomo II vol II.
- 28 Não se pretende aqui analisar esta gestão, apenas sedimentar algumas considerações sobre a política museológica aplicada, nesta fase
- 29 O espírito assistencialista de Romário também pode ser constatado na defesa dos caboclos da zona rural do estado quando da chegada dos vários grupos de imigrantes estrangeiros, sobre isto ler Martins, R. (1940)
- 30 Ver referências destas fontes in, Bojanoski (1992).
- 31 Não se pretende aqui analisar o período e sim apontar o nível técnico científico desta fase do terceiro museu antigo museu do país.
- 32 Relatório/1936. Arq/MPR
- 33 João Ienius era auxiliar técnico mas foi quem assinou os relatórios oficiais relativos aos anos de 1928 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935 e o último datado de janeiro de 1937, no qual registra a nomeação de Loureiro Fernandes.

- 34 Carta de apresentação em 28/05/1937. Arq/MPR
- 35 Of n. 56-940 de 20 de junho de 1940. Ver ainda, of.3-940 de 07/03/40 p/ Arthur Martins Franco; Portaria n° 3 de 27/03/1940 e of.22/1940 de 08/03/40 p/ o Secretario de Interior e Justiça. Arq/MPR
- 36 São resgatadas as correspondências do período anterior, ou seja: Of. de 28/09/1928 do próprio Tenius já fazendo esta mesma oferta a direção; o Laudo de Avaliação solicitado pelos requerimentos n. 1392 e 2157 de 1 e 28/10/1928; o D.I. de 21/09/1928 afirmando não haver verba para toda a colação. Arq/MPR
- 37 Correspondência n. 14 de 3/11/1928 in, Relatório/1946 de Loureiro Fernandes. Arq/MPR. A questão da posse e da segurança das peças e documentos em museus, tem sido uma das marcas negativas fortes, da trajetória histórica destes espaços de cultura. Doações não oficializadas, permutas sem qualquer necessidade, roubos, desvios de propriedade, incêndios, perdas por falta de preservação, por danos físicos ou mesmo por mal manuseio são algumas das causas mais frequentes, principalmente na época em que não o patrimônio museológico não era tombado. Sobre este tema ler WASHBURN, W. (1980)
- 38 Atendendo a Portaria 4 de 20/4/1940 do então diretor Arthur Martins Franco, João Tenius apresenta uma relação de peças doadas ou permutadas durante o seu período de atuação no museu, e 27/04/1940 ( esta prática foi iniciada em 1931 com a doação de um canhão de ferro a David Carneiro e termina em 1938, com a doação de uma pistola de fogo, um cachimbo de barro e um soquete de pedra a O.O. Tiburtius ( autorizado por Loureiro Fernandes).
- 39 Este prefeito prontamente apresenta a transferência de João Tenius para a instituição., enquanto funcionário do Museu. Carta em 28/05/1937. Arq MPR
- 40 In, Of n°45-938 de 9/08/1938. Arq/MPR.
- 41 In, Relatório/1937. Arq/MPR.

- 42 Desde a sua estada na Europa para se especializar em urologia (1928), Loureiro Fernandes já frequentava os museus de diferentes museus adquirindo um lastro que lhe permitia imaginar e planejar uma forte instituição cultural na então provinciana Curitiba. Sobre esta fase de Loureiro na Europa, ler, Furtado, MRegina (2005)
- 43 Loureiro Fernandes foi nomeado diretor do Museu Paranaense, nos termos da Lei nº 67 de 13/11/36 (Aa), por Manoel Ribas e Eurípedes Garcez do Nascimento. APE .
- 44 Sobre a proposta museológica de Mário de Andrade, no período modernista, ver Chagas (1991); Frota (1991); Abreu (1996); Sobre a política preservacionista , ver os citados e, Bomeny (1991); Costa(1991); Gonçalves (1991); Guedes (1991); Santos (1996); Rodrigues (1996); Kersten (op.cit), entre outros.
- 45 Sobre a prática desta política oficial de preservação, as correspondências trocadas entre Loureiro Fernandes e Rodrigo de Mello Franco, nos anos 60 durante a instalação do MAAP são excelentes indícios desta afirmação.
- 46 Três obras clássicas são fundamentais para se acompanhar a instalação do ensino superior no Paraná: Wachowick,(1983) e Westphalen,(1987 e 1988). Sobre o Colégio Paranaense ver: Hellmann (1997), sobre o CEB ver revistas do CEB vol I ;Furtado, MRegina (2000) e, Ferrarine, (no prelo) escreveram sobre a história da Instituição.
- 47 Carta ao governador do estado do Paraná de Loureiro Fernandes em 20/03/47. Arq/CEB.
- 48 Of n. 05/37 de 6/07/1937 e Of n. 05/37 de 6/07/1937, respectivamente. Arq/MPR
- 49 David Carneiro apresenta José Miranda Ramos, encarregado do levantamento dos museus do estado (Corresp. de 05/11/1937); a Correspondência de Rodrigo de Melo Franco a Loureiro é datada de 12/11/1937. Arq/MPR
- 50 Coresp. 16/937 de 09/11/1937
- 51 Of. n. 1301 de 09/12/1937. Arq/MPR.

- 52 Arthur Martins Franco renuncia ao cargo de diretor do MPR por ter sido eleito presidente das Junta Eleitoral Católica em Ata n. 83 de 23/08/1945. Em fevereiro de 1946 reintera sua solicitação (Ata 97 de 01/11/1946) Finalmente Martins Franco terá o seu pedido de demissão deferido oficialmente em 1947. Ata 101 de 29/05. Arq/MPR.
- 53 Of n.104-939 de 01/08/1939 p/ o MN; Of n.106-39 de 01/08/1939 p/ o MP; Of. N. 107-39 de 02/08/1939 p/ DPHAN; Of. n.108-39 de 04/08/1939 p/ o Departamento Nacional de Produção Mineral - Dr. Eusébio de Oliveira; Of n. 109-39 de 04/08/1939 p/ O diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Dr. Leornado Macedônia. Arq/MPR
- 54 Pd Moure permanecerá no MPR até os anos 60.
- 55 A situação de estrangeiro deste profissional levará Loureiro a ter que justificar em seu pedido de recontração ...o taxidermista que apesar de naturalizado não tinha carteira de reservista ...sendo absolutamente impossível contratar um outro profissional brasileiro que o possa substituir neste trabalho. Of n.189-941 de 13/11/1941. André Mayer, no final dos anos 50, escreve uma carta ao Pd Jeusu Moure na qual registra a sua decepção com o serviço público .. as promessas não foram cumpridas, mas sim foi-me dito que ...ocupava um posto isolado e que por este motivo não poderia esperar melhorar a minha situação. Esta declaração deveria ter sido feita muito antes e não apenas 11 anos após o meu ingresso ao desenvolvimento da coleção de material zoológico ...trabalhando com vencimentos reduzidos... (em 20/11/1950)
- 56 Ata da instalação do CA/MPR em 24/05/1939 Arq/MPR
- 57 Pedro K. Dusén foi assistente da seção de botânica, que ocupava-se em organizar a flora destinadas a estudos no Museu Nacional e veio ao Paraná em 1904. In, Bojanoski, S. (op.cit:32).
- 58 Francisco de Paula Oliveira foi chefe da seção de mineralogia do Museu Nacional e esteve no Paraná em 1903, em excursão científica para explorar diferentes materiais, durante a gestão de Romário Martins, classificando as peças existentes no MPR.. In, Bojanoski, S. (1992:31)
- 59 Sessões do CA/MPR de 13/07/1939; 20/07/1939 e 08/09/1939, respectivamente. Arq/MPR.
- 60 Ata 52 de 19/02/1943 respectivamente. Arq/MPR
- 61 In, Relatório/jan de 1939. Arq/MPR
- 62 Corresp/.expedida J. Loureiro Fernandes, em 31/01/1940 n.09-40

- 63 Of. 263 de 18/04/1941 – DPHAN. Arq/MPR
- 64 No Paraná sobre a atuação dos interventores, Wachowicz relata a competência de Manoel Ribas no desempenho das suas funções. ... sempre fiel executor da política de Getúlio Vargas ... quando o Estado Novo criou o Território Federal do Iguaçu, amputando do Paraná em cerca de 50.000 km<sup>2</sup>, o interventor nada fez, não protestou, continuou visitando as obras nos municípios ...apesar de membro da elite campeira paranaense ...de todos os interventores era o que menos frequentava o Rio de Janeiro e o Palácio do Catete em busca de recursos ...Getúlio Vargas sempre o mantinha no poder tornando-se o decano entre os interventores ...não incomodava, não pedia nada, não nasceu com alma de mascate (Wachowicz, 1983: 94-95).
- 65 José Loureiro Ascensão Fernandes foi membro da Academia Paranaense de Letras, ocupante da Cadeira n<sup>o</sup> 33 cujo o patrono foi Nestor Pereira de Castro (1867-1906), o seu Fundador, Samuel César de Oliveira (1895-1934), o seu 1<sup>o</sup> ocupante foi Romário Martins (1874-1948). Substituindo Loureiro, ocupou a Cadeira n<sup>o</sup>33, Edwino Donato Tempski (1913-1995) e o 4<sup>o</sup> ocupante é Edilberto Trevisan (1923).



- 66 Ver também Relatórios oficiais do Interventor Manoel Ribas, encaminhados ao Presidente da República, relacionados aos períodos 1932/1939 e 1937/1942 –APE. O MPR sempre teve problemas com as suas instalações físicas sendo esta a sua quarta sede, segundo Trevisan (1976), compartilhada com a Biblioteca Pública. O autor relata que a primeira sede do MPR, quando da sua inauguração, estava na Praça Zacarias (1876); depois o Museu é transferido para a Rua Murici ao lado do Teatro São Teodoro (1900); na gestão de Romário Martins, o MPR estava instalado na Rua São Francisco, no antigo Teatro Tívoli (1913); a sede a que se refere Loureiro está situada a Rua Buenos Aires, antigo Palacete Macedo onde o Museu permaneceu de 1930 a 1965. Em 1950 foi realizado um projeto arquitetônico agregando o MPR à FFCL e à Reitoria, tema que ainda será discutido. Em 1965, o Museu foi transferido para a Rua 13 de maio (que seria uma sede provisória até a execução de outro projeto definitivo para o terreno da Rua Buenos Aires, o projeto foi elaborado mas não executado; em 1973 o Museu ocupa o antigo prédio da Prefeitura Municipal, na Praça Generoso Marques onde permaneceu até 2001. Em 1996 houve o planejamento de uma nova mudança do Museu para o Memorial de Curitiba, localizado no Largo da Ordem, mas este projeto também abortou. Em 2002, o MPR passou a ocupar a sua sétima sede, na rua Dr. Kellers, em prédio histórico que foi residência particular, sede do Governo estadual (1938-1953); em 1961 sediou o Tribunal de Contas; em 1987 foi restaurado e tombado para abrigar o Museu de Arte Contemporânea, hoje extinto. Para abrigar o MPR, foi novamente restaurado e construído um anexo.
- 67 In, Discurso proferido pelo Prof Liguarú Espírito Santo em 11/09/1954 – Arq/CEB.
- 68 Ata do Conselho Diretor do CEB n° 4 de 3/10/1929 - Arq/CEB. Posteriormente, Loureiro se corresponderá também com Paulo Duarte, Heloisa Alberto Torres e Gustavo Barroso.

- 69 Na página web deste Museu (em 2040) encontra-se a relação completa das publicações por ele editadas: tanto os arquivos com as novas séries de antropologia (3 números); arqueologia (8 números) e etnologia (3 números) estando alguns já esgotados; Na série antiga destes arquivos (ao todo são 10 volumes) alguns temas destas áreas também são abordados; praticamente nas separatas dos arquivos – série antiga, todos os volumes estão dedicados a etnologia indígena.
- 70 Ata nº14 do CD do CEB, 22/10/1931; No Relatório nº5, de 28/06/1931 a 27/06/1935, consta que no dia 16/03/35 foi realizado o Registro de Hipoteca, Imóveis, Títulos e Documentos do 2º Distrito da Câmara desta capital, sob o nº43, l nº1 , à p85. Relatório referente ao ano de 1945, em 18/01. Arq/CEB
- 71 Fazendo uma reflexão sobre o papel político e ideológico do Museu Paulista, Queiros (APUD Funari 1995) analisa sobre como a elite paulista criou um novo conceito de Bandeirante, como um tipo fronteiro-ço responsável pela criação do Brasil no séc XVI e, por sua manutenção posterior.
- 72 Ver a íntegra do discurso proferido pelo diretor da Faculdade de Filosofia, o Prof Homero de Barros, nas comemorações dos 10 anos de sua fundação in, Furtado, MRegina (2000: 61-63)
- 73 Ata Geral de Aprovação. Arq/SED
- 74 Atas nº5 de 8/6/1939; nº6 de 01/08/1939; nº7 de 03/08/1939; nº8 de 24/08/1939, todas da Congregação da Antiga FFCL. Arq/CEB. A relação do corpo de docentes que participaram da formação da Antiga Faculdade de Filosofia, encontra-se em Furtado, MRegina (2000: 60)
- 75 Castro Faria traça uma detalhada trajetória do MN usando como balizas os seus regulamentos, tendo sido o primeiro elaborado em 1842, quase um quarto de século depois da sua fundação (1949 p:6).
- 76 A redação desse artigo é idêntica a do Artigo nº 34 do regulamento da Instituição do Rio de Janeiro de 1876. Arq/CEB
- 77 In, relatório de 1940 (Aa) pelo Interventor Manoel Ribas enviado ao Presidente Getúlio Vargas. APE.
- 78 Realizações do Governo Manoel Ribas. Relatório do período: 1937/1942. APE.

- 79 A criação desta unidade científica, ver adiante.
- 80 Ata nº481 da Sessão Ordinária de 01/03/45. Arq/CEB
- 81 Correspondência de Ottorino de Fiori de 5/04/45 para JLF Arq/CEB
- 82 O Memorial que o Barão de Fiore elabora apontando para as necessidades e as vantagens para o estudo metódico dos sambaquis, inclui um inventário atualizado da fauna malacológica paranaense. Registro na Ata 78 de 26/04/1945. Arq/MPR.
- 83 Kersten detalha algumas decisões e providências oficiais desta Divisão que pouco pode fazer em defesa do patrimônio arquitetônico, além das polêmicas internas do governo Lupion (op.cit p:133-137)
- 84 Kersten discorre sobre a atuação do conselho superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense, criada em outubro de 1935 por força da Lei nº 38/35 e instalado em 1/05/1936 e com atuação até novembro de 1937 (op.cit: 124-127)
- 85 Ata da Reunião da “Comissão Científica Franco-Brasileira” para estudos Pré-históricos no Brasil em 23/12/1946 Arq/CEB
- 86 Loureiro Fernandes, nesta ocasião, representava a Faculdade junto ao recém criado Conselho Universitário Ata da Congregação nº.31 de 01/10/1046; nº.32 de 14/02/47 incluindo o relatório anual /46; Atas Extraordinárias no. 5 de 19/03/1946 e nº.6 de 30/04 /46 - Arq/SED. Of de 24/01/1949 para o Governador Moyses Lupion. Arq/CEB.
- 87 De acordo com o Of 239 de 30/06/1948 do Diretor do INEP, Murilo Braga para Loureiro Fernandes e o Of 2029 de 13/09/1949 assinado por Loureiro Fernandes encaminhado para o Governador Moyses Lupion Arq/CEB
- 88 O processo de criação do Instituto de Pesquisa, será abordado no próximo item
- 89 Of de 7/06/1948 ao Presidente e demais Desembargadores do Tribunal de Contas e, Of. 26/06/1948 ao Presidente do mesmo Tribuna. Arq/CEB.
- 90 Corresp. 16/937 de 9/11/37 e, resposta em of. 1301 de 9/12/1937. Arq/MPR
- 91 Ata de 19/04/1940 Arq/MPR
- 92 Consulta em 09/04/1940 n. 32-940. Arq/MPR

- 93 Ata 81 de 28/06/1945; Ata 84 de 27/09/1945 Arq/MPR
- 94 Of de 32 de 23/05/1951 Arq/MPR
- 95 De acordo com a mesma autora, em sua cronologia, a Capela foi construída pelos carmelitas em 1709; em 1727 foi construída uma capela de alvenaria por Antonio Tigre; em 1730 foi inaugurada a capela de Nossa Senhora da Conceição; em 1813 Tamanduá foi desmembrada de Curitiba e elevada a freguesia; em 1820 a sede paroquial é transferida de Tamanduá para Palmeira; em 1837 a imagem de Nossa senhora da Conceição é tranferida para a Igreja Matriz de Palmeira; em 1906 a capela é restaurada; em 1978 a Capela passa por mais uma restauração feita pela Curadoria do Patrimônio; em 2001 a Igreja Católica restaura a Capela comacompanhamento de outros órgãos; em 2003 procura-se a legalização da posse das terras para posteriores trabalhos arqueológicos.
- 96 Sobre a trajetória da Antropologia no Brasil ler Cardoso, R.(1986); Peirano, M.(1984); Limongi, F.(1989); Arruda, M<sup>a</sup> A. (1989); Castro Faria (1998); entre outros. Sobre textos/depoimentos consultar principalmente, Mellatti, J. C.(1984)
- 97 Ata da 71<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia/18/03/1947. Arq/SED
- 98 Ata n<sup>o</sup>44 do CTA de 09/01/1949. Arq/SED
- 99 Ata n<sup>o</sup>53 do CTA da FFCL de 11/11/1944. Arq/SED.
- 100 Nestes livros encontram-se relacionadas as comissões julgadoras, os graus obtidos pelos candidatos e os premiados. Em 1950, foi criado o Instituto de Pesquisa na FFCL que obtinha fundos para bolsas de pesquisas.
- 101 Livro Ata da Comissão Julgadora de Prêmios 1944/1956 Arq/SED
- 102 Ata do CTA n<sup>o</sup>98 de 13/12/1949 Arq/SED
- 103 Ata n<sup>o</sup>6 da Congregação Extraordinária de 30/03/1946 Arq/SED
- 104 tas n<sup>o</sup>84, no. 86 e no. 228 do CTA de 11/09/1948, 24/11/1948 e 9/11/1959, respectivamente Arq/SED.
- 105 Atas n<sup>o</sup>66 e n<sup>o</sup>93 do CTA de 12/11/1946 e de 27/01/1958, sendo que nesta última a aprovação foi ratificada Arq/SED

- 106 Seria este o estudo, o projeto classificado em terceiro lugar sob o pseudônimo de “Alcestes”, que ao ser defendido por Fernando Correa de Azevedo, acabou por influenciar a decisão do governador na sua escolha para a construção do teatro oficial do Estado? Parecer de Fernando C. de Azevedo in, Dudeque, T.Irã (2001:415-418)
- 107 Ata nº127 do CTA de 4/06/1962 Arq/SED
- 108 Anteprojeto do Centro Universitário de Estudos Antropológicos Art 1º /2º /3º /4º e Cap III art VII Arq/CEPA/UFPR
- 109 Of nº 01/63 de 09/05/63. Foram sócio fundadores: Igor Chmyz, Mª de Lourdes Garcia, Marília Gluzzi; Regina O Benatto; Jovita A Storti; Lúcia Mª Anzuatgúri; Lúcia Raquel Miranda; Newton Nogueira; Dídio A Neto; Zenita Novak; Carlos Augustyn; Judith I. Breda; Hercília Mª Garcia Born; Melcir C. Baú; Carmem A Mazânek; Albemiro Alves; Marly Haikal; Mª de Lourdes Montenegro Rozmann; Haida Leny Stiegle e uma assinatura ilegível, em 06/05/1963
- 110 Of nº127/02/63 de 15/05/63 Arq/CEPA/UFPR
- 111 Of nº3/63 de 13/05/63; Of nº02/63 de 10/08/63 do CEA; Of nº 202/63 de 28/08/63 do DARRP; Of nº03 de 27/08/63 do pred. do CUEA
- 112 Of nº07/64 de 15/09/64 Arq/CEPA - UFPR
- 113 Of nº06/64 de 14/09/64; Of nº10/64 s/d; Of nº15/64 s/d; Of DT. 11/64 de 25/09/64 Arq/CEPA-UFPR
- 114 Corresp. de 05/09/67 e Corresp. de 20/10/67 - Arq/CEPA - UFPR
- 115 Sobre a relação dos professores fundadores, ver qd 01 In, MRegina, (2000:60-61).
- 116 Relatório da Inspeção 1º semestre/1941 de Gaspar Velloso – 26/04/61 Arq/SED
- 117 Alceu Amoroso Lima foi associado do CEB e esteve em Curitiba várias vezes, convidado para proferir palestras na FFCL e no próprio CEB.
- 118 Loureiro, por exemplo, foi Diretor do Departamento Estadual de Saúde Pública em 1945; foi Vereador Municipal de Curitiba entre 1948/1951 e, Secretário de Educação e Cultura do Estado em 1948 in, Ferrarini et alii,(1978)
- 119 Ata nº61 do CTA de 14/03/1946 Arq/SE.

- 120 Homero de Barros assinou a sua última portaria, enquanto diretor da FFLC em 28/06/68 e veio a falecer em 23/11/70
- 121 Ver discurso na íntegra in, Furtado, MRegina (2000:61)
- 122 Ata n.º77 do CTA de 3/03/1948/Arq/SED
- 123 Ata n.º78 do CTA de 13/03/1948/Arq/SED
- 124 Ata n.º79 do CTA de 03/04/1948/Arq/SED
- 125 Empenho n.º177 de agosto de 1954: passagem de avião a Recife, ida e volta, estadia e extraordinários (10 dias) serviços de especializações de Olga José Vidal, no Congresso de Biblioteconomia (Cr\$ 10.000,00); Empenho n.º9, 27, 54, 96 de fevereiro a maio/1954: serviços educativos e culturais de Olga José Vidal para organização da biblioteca (Cr\$ 1.500,00); Empenho n.º40 de março de 1958: passagem aérea Curitiba-São Paulo-Curitiba para bibliotecária Olga José Vidal (Cr\$ 1.526,40); Empenho n.º68 de abril de 1958: passagem aérea Curitiba-Belo Horizonte-Curitiba para Olga José Vidal (bibliotecária) (Cr\$ 4.305,00); Empenho n.º128 de junho de 1959: serviços educativos e culturais para Lúcia Soriano de Cavalcanti (biblioteca) (Cr\$ 3.000,00); Empenho n.º165 de julho de 1960: excursão de estudo da bibliotecária Relinda Kohler ao Rio de Janeiro (Cr\$ 15.600,00); Empenho n.º 12 de fevereiro de 1960: serviços culturais de Lúcia Soriano de Cavalcanti (biblioteca) (Cr\$ 3.000,00); Empenhos 13, 35, 69, 97, 122 de março a junho de 1960: serviços culturais (biblioteca) de Emy Azevedo Truppel (Cr\$ 15.000,00); Empenho 254 de outubro de 1962: passagens e despesas para Wladimir Kosak no simpósio sobre Fotografias Aéreas em Presidente Prudente (Cr\$ 30.000,00).
- 126 Ata n.º7 da Congregação de 29/01/1948 Arq/SED
- 127 Ata da Congregação de 18/03/1943 Arq/SED.
- 128 Ata n.º21 da Congregação de 15/02/1943 Arq/SED
- 129 Os serviços de organização da biblioteca, nesta época, realizados por Olga José Vidal custaram Cr\$ 1.500,00 -Empenho n.º 9, 27,54 e 96 de fev/maio/1954 – Livro de Empenhos Arq/SED
- 130 Ata n.º 32 de Congregação de 14/02/1947; Atas n.º147 e n.º158 do CTA de 7/05/1954 e de 17/12/1954 Arq/SED.
- 131 Tema a ser tratado no capítulo 2

- 132 Atas nº49 e nº52 de Congregação de 28/06/1950 e de 5/1/1951 Arq/SED
- 133 Ata nº136 CTA de 4/03/1953 Arq/SED
- 134 Ata nº147 do CTA de 7/05/1954 Arq/SED.
- 135 Ata nº128 do CTA de 06/07/1962 Arq/SED
- 136 Ata nº106 do CTA de 2/10/1950 Arq/SED
- 137 Foi realizado recentemente, um projeto sobre a documentação fotográfica de Wladimir Kosak, existente no Museu Paranaense com recursos da Fundação Vitae. Sobre os registros audiovisuais deste fotógrafo, ver Capítulo 3.
- 138 Somente nos fins dos anos 50 é que o curso de ciências sociais vai decolar no Paraná. Ver também Westphalen, 1988: 93-139
- 139 Loureiro desde 1937 estava envolvido com as questões relacionadas com o patrimônio arqueológico. A disciplina de arqueologia pré-histórica somente será implantada no curso de história da UFPR, em 1963.
- 140 Loureiro fez o curso de especialização em urologia e ginecologia em hospitais de Viena e Paris (1928), sendo médico-chefe e fundador do serviço de urologia da Sta. Casa de Misericórdia (1931) onde trabalhou durante trinta anos como médico adjunto, sendo inclusive seu provedor. Atuou como médico da força militar do Paraná (1929/30), incluindo em 1957 os professores da FFCL no programa de atendimento médico-hospitalar do SAME (Serviço do Auxílio dos Militares do Exército) in, Ferrarine, S.(1978) e Ata nº192 do CTA de 21/06/57 Arq/SED. Em 1934 foi secretário geral de Associação Médica do Paraná, assumido em 1939 a direção da revista Médica do Paraná na qual atuou de 1942 a 1950, como redator-chefe. Em 1945 foi designado diretor do Departamento Estadual de Saúde Pública do Paraná, no qual permaneceu até fevereiro/1946, mantendo ainda o atendimento a seus pacientes em seu consultório particular.
- 141 Bento Munhoz da Rocha Neto foi fundador da A.F.F. e professor catedrático das cadeiras de sociologia e história da América na FFCL.

- 142 Com a implantação do Instituto de Pesquisa estas atividades serão dinamizadas: os Cursos de Extensão entre 1946 e 1965 estão relacionados em, Furtado, MRegina (1999:74 qd 01); as publicações subvencionadas entre 1950-1963 (1999:64 qd 2); a participação em Encontros Científicos entre 1950 e 1963 (1999:65-66 qd 3); a participação em bancas e conferencias entre 1950 e 1963 (1999:66 qd 4)
- 143 Ata nº18 do CTA de 03/04/1942; Ata nº21 da Congregação de 15/02/1943 e Relatório Anual 1944 da Inspetoria Federal de 26/02/1945 de Gaspar D. Velloso.
- 144 Este tema será aprofundado adiante. Na sessão ordinária do CTA em 1942, quando Loureiro solicita registro de agradecimento do Cel. Dr. Temistocles Paes de Souza Brasil de donativos etnográficos; quando também em 1943, no relatório anual da FFCL é encontrado um registro de um museu ...enriquecido de valiosas peças indígenas que ilustram sobre o modo as aulas dessas disciplinas; no relatório anual de 1944 onde se lê ...as aulas são ministradas com rigoroso caráter científico, e os programas adotados, são "ex-vilegis" os da Faculdade Nacional de Filosofia
- 145 Esta Lei instituía o ensino de Noções e Lingua de Tupi-Guarani
- 146 Não foi encontrada qualquer relação destas peças.
- 147 Exposição de motivos e arrazoado sobre a execução da Lei nº2311 na FFCL do Paraná, elaborado por Loureiro Fernandes, in Ata nº153 do CTA de 8/11/1954 Arq/.SED
- 148 Ata nº244 do CTA de 08/04/60; Of/ nº629/60 de 24/03 do Conselho Universitário; Ata nº246 do CTA de 20/04/60 Arq/SED
- 149 Ata nº264 do CTA de 25/04/61 Arq/SED
- 150 Of /nº 629/60 - Reitor de 24/03/1960 Arq/SED.
- 151 Ata nº246 do CTA de 23/05/60 Arq/SED
- 152 Ata nº117 da C. Univ. de 27/12/60 e nº257 do CTA de 13/12/1960 Arq/SED
- 153 Ata nº 264 do CTA de 25/04/61 Arq/SED
- 154 Ler a memória associada a estas ações em, Rodrigues, Aryon (2005)
- 155 Ata 44ª sessão ordinária do conselho técnico administrativo da Faculdade de Filosofia de 09/01/1944). Arq/SED



- 156 Relatório da Inspeção Federal de Gaspar Duarte Velloso, relativo ao período entre 14/11/40 a 23/02/42 Arq/SED
- 157 Relatório Geral do Ano de 1942 do Dr. Aryon Niepce da Silva – pg 20, Item “Museu de Etnografia” no texto Introductório/ Arq/SED.
- 158 Atas nº17/18 da Congregação da Faculdade de Filosofia de 03/04/42 Arq/SED
- 159 Atas nº17/18 da Congregação da Faculdade de Filosofia de 03/04/42 Arq/SED
- 160 Esta pesquisa entende os conceitos de museu e de coleção de estudos, como em, Abreu (1991); Bruno (1984 e 1996); Chagas (1985, 1994<sup>a</sup>, 1994B e 1996); Furtado Mattos, MRegina (1989) Guidieri (1992); Horta (1989); Russio (1989, 1990); Suano (1986)
- 161 Ata nº21 da Congregação de 15/02/43 pg 58 e Relatório Anual da Faculdade de Filosofia de Gaspar D. Velloso , relativo a 1943 :45 - Item Melhoramentos Arq/SED
- 162 Ata nº.27 de 30/03/1941 Arq/MPR.
- 163 Relatório de 1948 de 15/01/1949. Arq/MPR
- 164 Relatório Anual da Faculdade de Filosofia de Gaspar D. Velloso, relativo a 1945:140 Arq/SED.
- 165 Ata nº35 da Congregação da Faculdade de Filosofia de 29/01/48 :105 Arq/SED
- 166 Ata nº550 do Conselho Diretor do CEB, de 16/02/1950. Arq/CEB.
- 167 A relação completa dos cursos de extensão realizados entre 1951 e 1965, se encontra em Furtado, MRegina (1999: 335-36)
- 168 Portaria nº1356 DE 4/11/1948. Arq CEB
- 169 Of. de 15/11/1948 assinado por João Ferreira Neves. Arq/CEB
- 170 Of de 20/12/1948; Of de 24/01/1949 ao Palácio do Governo e, Ofs datados de 3/01/1949 e 17/02/1949 do Governador para Loureiro Fernandes Arq/CEB
- 171 Of nº.56 de 07/06/1943. Arq/MPR. Loureiro sai da Direção mas assume a Secção de Antropologia e Etnografia. Ata 56 de 09/06/1943.
- 172 Of nº38-43 de 20/04/943 Arq/MPR

- 173 Relatório nº 56 de 11/06/43 do Diretor demissionário José Loureiro Fernandes ao Interventor Manoel Ribas. APE
- 174 Of do Diretor/ demissionário do Museu Paranaense, Profº José Loureiro Fernandes ao Governador Moysés Lupion em 20/03/47. APE
- 175 Of nº153 de 26/02/1945; Of nº69 de 11/01/1945; Telegrama 12.483 de 12/06/1944; Ata nº65 de 23/03/1944; Ata nº69 de 27/07/1944; Ata nº71 de 8/10/1945; Ata nº73 de 25/11/1944; Of nº.293 de 09/04/1945; Ata nº75 de 18/10/1945; Ata nº77 de 01/03/1945; Ata nº79 de 10/05/1945; Ata nº 81 de 21/06/1945; Ata nº 82 de 02/08/1945 Arq/MAEP
- 176 Ata nº 26 da Congregação de 21/07/44 Arq/SED
- 177 Decreto nº1993 de 14/06/44 Publicado no Jornal "O Dia" de 15/06/1944 – APE
- 178 Ata nº83 de 23/08/1945 Arq/MPR
- 179 Atas nº88 de 02/02/1946; Ata 84 de 27/09/1945; Ata nº87 de 24/12/1945 Arq/MPR
- 180 Ata nº86 de 15/11/1945 Arq/MPR.
- 181 Ata nº89 de 02/03/1946; Relatório 1946 de 20/01/1947; Ata nº 92 de 13/06/1946 Arq/MPR
- 182 Ata nº95 de 12/09/1946 Arq/MPR.
- 183 Of nº45-938 de 9/08/1938; Of nº189-941 de 13/11/1941; Of nº 75-52 de 11/11/1952; Of nº 76-52 de 22/11/195; Of nº 4-53 de 16/01/1953; Of nº10-53 de 31/04/1953; Of nº65-53 de 15/09/1953; Of nº78-53 de 22/10/1953; Of nº79-53 de 3/11/1953. Arq/MPR
- 184 ta nº97 de 01/11/1946 e, Ata nº99 de 23/02/1947 Arq/MPR
- 185 Ata nº102 de 12/06/1947.Arq/MPR
- 186 Ver fachada em Chmyz (2000:129)
- 187 Ata nº103 de 27/06/1947. Loureiro foi substituído por Oldemar Blasi, na direção da Secção de Antropologia e Etnografia, em 11/12/1952. Oldemar Blasi assumiu a chefia da Divisão do Patrimônio Histórico Artístico em 28/04/1953 e, substituiu Marília Duarte Nunes, na direção do MPR em 4/03/1962, respaldado pela Lei nº 4544 de 31/01/1962 – Termo de posse nº19 Arq/MPR.

- 188 Do Presidente da Comissão de Plano da Universidade do Brasil/MEC - Dr Ernesto de Souza Campos ao Dr. José Loureiro Fernandes em 24/06/43 Arq/CEB.
- 189 Ata n.º 25 de 02/10/47/Arq/CEB
- 190 Ata n.º 45 de 28/11/49 da Congregação da FFCL in, Relatório do 2º Semestre de 1949. Arq/SED
- 191 Apenso II – Referente à colaboração do Diretor desta Faculdade para o novo edifício da Reitoria, Museu, Faculdade de Filosofia – Ata n.º 45 de 28/11/49 da Congregação da FFCL, in Relatório do 2º semestre de 1949. Arq/SED.
- 192 Ata n.º 100 de 28/02/50 da Congregação da FFCL Arq/SED
- 193 Plantas do Projeto pertencentes ao acervo do CEPA da UFPR. A pedra fundamental foi lançada no terreno em dez/1947. Relatório Anual do MPR/1947. No Relatório anual do Museu Paranaense de 1949, o Prof Júlio Moreira informa ao Sec de Estado da Cultura, Erasmo Piloto, que o plano geral da construção sofreu modificações face ao entendimento havido entre o governo de estado e a reitoria ... José Loureiro Fernandes e padre Moure orientam os engenheiros /Arq/MPR
- 194 Poucas escolas do interior do estado solicitavam orientação pedagógica ou mesmo visitas.
- 195 Considera-se que há um equívoco na discriminação da planta relacionado à capacidade de lugares do terceiro piso. Especialmente se for comparado com o espaço disponibilizado para a mesma galeria do segundo piso.
- 196 Of n.º de 26/12/1050 (aa) Moyses Lupion e Erasmo Pilotto Arq/MPR
- 197 Ata n.º 99 de 23/02/1947; Ata n.º 100 de 19/04/1947; Relatório 47 de 17/12/1947. Of n.º 19 de 20/04/1951; Of n.º 19 de 24/04/1953; Of n.º 32 de 26/05/1953; Of n.º 54 de 17/08/1953 Arq/MPR
- 198 Aceita através de documento assinado pelo interessado em 16/03 de 1954 e 12/03/1954 Arq/MPR

- 199 O próprio projeto de museu universitário de Loureiro Fernandes no litoral, o MAAAP, não usufruirá desta situação fundamental para as pesquisas, somente no período da sua reestruturação (1989-1998) é que o MAEP contará com o trabalho e as atividades de uma equipe multidisciplinar.
- 200 Aprovação comunicada na Ata nº50 do CTA da FFCL de 04/10/50 Arq/SED.
- 201 Ata nº49 do CTA da FFCL de 26/06/50 Arq/SED.
- 202 Ata nº52 da Congregação da FFCL de 05/01/51, in Relatório Anual de 1950 Arq/SED.
- 203 Ata nº53 do CTA da FFCL de 10/02/51 Arq/SED.
- 204 O inquérito realizado entre os professores universitários, em 1943, por ocasião do 25º aniversário da cidade foi também enviado ao Secretário do Interior e Justiça e teve como pontos principais: 1) a caracterização e permanência do centro universitário na Praça Santos Andrade tendo mais duas áreas complementares, uma onde já funcionava o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, no Cajuru para a construção de laboratórios e seguindo o modelo das Escolas Politécnicas (a centralização dos Institutos Universitários) e outra onde funciona a Escola de Agronomia e Veterinária; 2) a implantação de escolas de artes; 3) a integração à Universidade das Escolas de Música e Belas Artes, da Biblioteca Pública e do Museu Paranaense. ...este é um trabalho onde estão condensadas as opiniões de diferentes representantes do nosso pensamento universitário e que me parece deve merecer um certo estudo e atenção antes que os poderes públicos digam a última palavra. (Loureiro Fernandes na sessão da câmara dos vereadores em 30 de abril de 1951 Arq/CEB
- 205 Sobre o Teatro Guaira, ler: Muricy, Andrade O Teatro Guaira in, Estudos Brasileiros, Curitiba, (1):155-161, jun.1976; A inauguração do Teatro Guaira comentada com alto descortino, A cultura paranaense bem atuante na inauguração do Teatro Guairá in, Revista Divulgação Paranaense – ano xxv no. 253, Curitiba 1950-1975, entre outros.
- 206 Ata da Assembléia Universitária, dez/1947 Arq/SED.
- 207 Ata da Congregação nº30 de 01/04/1946 Arq/SED

- 208 Sobre o processo da implantação da Universidade ler, especialmente, Wachowiz (1988) e Westphalen (1987)
- 209 In, Termo de Rescisão Contratual, Reconhecimento e Subrogação de Dívida e Locação que se fazem a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná, a União Brasileira de Educação e Ensino e o Estado do Paraná, assinado em 7 de dezembro de 1950, lavrado no Livro de Contratos da Antiga Faculdade de Filosofia e registrado no Registro de Imóveis, Títulos e Documentos (2º Distrito) de Curitiba, em 9 de dezembro do mesmo ano Arq/SED
- 210 Atas nº49 de Congregação de 28/06/1950 e nº52 de 5/1/1951 Arq/SED
- 211 Não foi encontrado qualquer relação neste sentido.o que merece ser aprofundado nos arquivos e museu da PUC/PR
- 212 O advogado Bento Munhoz da Rocha foi fundador e professor catedrático das Cadeiras de Sociologia e História da América da FFCL
- 213 O autor se referia ao episódio do Cerco da Lapa, quando tropas separatistas dos federalistas dirigindo-se a São Paulo, foram alí detidas.
- 214 Sobre o resultado das eleições de 1955 em Curitiba, ler Szvarça et Cidade (1989:181-211)
- 215 Em dezembro de 1959, Loureiro recebeu o título de Cidadão Honorário de Curitiba, proposto pelo Vereador Erondi Silvério – Certidão de 21/01/1960 Arq/CEB.
- 216 Of de Loureiro Fernandes p/ Rodrigo de Melo Franco, n.5 de 04/11/66. Arq/MAEP.
- 217 No organograma da Universidade, o IP ficou sob o gerenciado direto da reitoria. Ata da Congregação nº53 de 10/02/51. Arq/SED.
- 218 Ata Congregação nº49 de 28/06/1950 Arq/SED
- 219 Sobre o auxílio prestado as pesquisas pelo IP entre 1950 e 1963, ver Quadro 9 in, Furtado, MRegina (1999:74)
- 220 Ata da quarta reunião do conselho diretor do Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná em 27/07/1953 Arq/SED. O candidato a bolsa da área de paleontologia era o Licenciado Riad Salamuni que veio a ser reitor da UFPR de 1986 a 1989.
- 221 Ata Congregação nº53 de 10/02/51 Arq/SED

- 222 As discussões sobre as ações do IP, entre os anos de 1950 e 1963, relacionadas com os cursos de extensão, concursos, excursões de estudos, apresentação de trabalhos em encontros científicos e em conferências bem como, publicações que foram subvencionadas, são tratadas no artigo publicado por esta autora. (Furtado, MRegina 1999:53-76)
- 223 Ata nº33 da Congregação da FFCL Arq/SED
- 224 ta da Congregação nº86 de 08/02/1957 e Of nº01/58 de 15/01/1958 Arq/SED. O CEPA foi criado pela Portaria nº898 de 5/12/1956
- 225 Sobre o Conselho de Pesquisa ler Furtado, MRegina (1999:87-89)
- 226 Regulamento do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná – aprovado em sessões do Conselho Universitário realizadas em 18 de dezembro de 1958 e 6 de fevereiro de 1959. (Aa) reitor Prof Flávio Suplicy de Lacerda e, Ata da Congregação nº100 Arq/CEB
- 227 Ata da Congregação nº110 de 5 de março de 1960 Arq/SED. Cópia do Estatuto encontra-se nos Arq/CEB
- 228 Nesta ocasião, o governo do estado estava nas mãos de Moisés Lupion, em seu segundo mandato. Of nº. 1243/57 de 25/11/1957 de Flávio Suplicy de Lacerda p/ Secretaria do Ensino Superior e, correspondência de 5/12/1957 de JLF p/ Homero de Barros.
- 229 Bento Munhoz da Rocha, em seus discursos, nunca deixou de expressar a sua admiração pelo sociólogo Gilberto Freyre.
- 230 Ata nº105 do CTA de 22/09/1950 Arq/SED. Ver quadro 5 com a relação completa das excursões de estudos in, Furtado, MRegina (1999:67-68-69).
- 231 Ver Quadro 2 com a relação das publicações subvencionadas pelo instituto de pesquisas (1950-1963) in, Furtado, MRegina (1999:64)
- 232 Ver Quadro 3 com a relação dos encontros científicos patrocinados pelo instituto de pesquisas in, Furtado, MRegina (1999:65)
- 233 Ver Quadro 4 com a relação das bancas e conferências realizadas (1950-1963) in, Furtado, MRegina (1999:66)
- 234 Ver Quadro 8 da remuneração dos serviços prestados (SP); serviços educativos (SE) e serviços culturais (SC) in, Furtado, MRegina (1999:72-73)

- 235 Na Ata nº145 de 22/01/1954 do CTA da Faculdade, Loureiro Fernandes informa ter sido designado, pelo reitor, para representar a Universidade na CAPES e que encaminhou o primeiro trabalho em favor da Faculdade, solicitando recursos privilegiando a área de arqueologia. Arq/MAEP. Em 1961, os recursos para a pré-história ainda foram enviados proporcionando parcial colaboração ao ensino da arqueologia pré-histórica nesta Faculdade. Ata da Congregação. nº273 de 06/11/61. O Termo de Acordo, entre o IP e o CNPQ, foi comunicado pelo Of. 1356 de 16/06/1954 tendo em vista o processo nº.1075/53 que solicitava recursos de CR\$ 240.000,00 p/ a antropologia/paleontologia e CR\$230.000,00 p/ zoologia, amparadas pelas disposições do item 12 das Instruções de 17/07/1951 e de 24/08/1951. (Aa) pelo Diretor Científico (em exercício) Dr. Carlos Chagas. Arq/SED. Ver Quadro 9 com a relação dos auxílios às pesquisas concedidos pelo Instituto de Pesquisas in, Furtado, MRegina (1999:74)
- 236 Foram localizados dois livros de empenhos nos arquivos do setor de Educação da UFPR. É possível que houvesse um livro de lançamento de despesas com cursos de extensão, mas não foi encontrado.
- 237 Ata nº31/5 do CTA de 16/06/65 Arq/SED
- 238 Of/RMF nº5 de 04/11/66 Arq/MAEP. A UFPR vai criar um Campus Avançado no litoral, localizado no município de Matinhos em 2004 através da Resolução nº 39/04 COUN de 01/06/04. Processo nº 14.898/04. (Aa) Prof. reitor Carlos Augusto Moreira JR.
- 239 Os resultados que foram comunicados no xxxi Congresso Internacional de Americanistas de São Paulo e posteriormente publicados no American Antiquity volume xxxi nº 4
- 240 Of/RMF nº372 de 15/04/1961/Arq/MAEP. Sobre a legislação de patrimônio ler: Marés, C. Frederico (L997:41-60).
- 241 Corresp/RMF nº353 de 23/12/63/Arq/MAEP
- 242 Of/RMF nº420 de 16/04/63/Arq/MAEP
- 243 Sobre estas atividades ler ainda Blasi (2005) e Bigarella (2005)
- 244 Inf/DPHAN nº14 - Arq/MAEP
- 245 Relatório da secção de antropologia e etnografia do Museu Paranaense, em 27/12/1954. Arq/CEB.

- 246 Em 1965, Loureiro Fernandes agradece o convite recebido por Marília Duarte Nunes, enquanto Diretora do Museu para comparecer a inauguração da exposição Projeto da Nova Sede. O projeto arquitetônico em forma de pentágono estrelar e com três pisos, de autoria de Maurício Dias da Silva e Noel Saldanha Marinho para o terreno da Av Batel (hoje endereço de uma grande pizaria), caracterizava-se por um Centro Cultura" que abrigaria o Museu Paranaense, um Centro Audio Visual e o Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Previa para a Área museológica, uma estrutura horizontal – Museu do domínio público e uma estrutura vertical – Museu do domínio técnico, com um auditório de 800 lugares, uma sala de conferências para 120 pessoas, laboratórios de História, Arqueologia e Etnologia, biblioteca, salas de aulas além dos espaços para as exposições temporárias, permanentes, as galerias de estudos, depósito e barcafeteria." A proposta técnico/científica da museóloga Marília Duarte Nunes, foi estruturada em orientações do ICOM e contemplava uma equipe multidisciplinar composta por prof da área da História – Cecília Maria Westphalen e Altiva Balhana; da área de Geografia – Heloisa Barthelmess, todas da UFPR e Oldemar Blasi como responsável pela área de Arqueologia Pré-Histórica. Este projeto para sede própria do Museu Paranaense também não saiu do papel. É fundamental para o melhor entendimento da política cultural local, ser realizado uma pesquisa sobre o MPR enquanto Museu Histórico. Of /JLF nº40/65 de 21/6/65 Arq/MAEP e Arquivo pessoal de Marília Duarte Nunes
- 247 A partir de 1963, o IHN passou a chamar-se Instituto de Defesa do Patrimônio Natural. Em 1976 o acervo passou a integrar a Coordenação de Recursos Naturais Renováveis do Instituto Agrônomo do Paraná, que em 1980 transferiu os funcionários e as coleções do Museu para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Atualmente está vinculado ao Departamento do Zoológico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente., in boletim informativo da Casa Romário Martins (79) maio/1987 – Catálogo de Museus.
- 248 As profa Altiva Balhana, Cecília Ma. Westphalen e Olga Jose Vidal foram membros fundadores desta sessão e também atuaram na seção de sociologia



- 249 A extinção da seção de folclore, ocasionará uma grande polêmica no meio dos folcloristas paranaenses vinculados a Comissão Paranaense de Folclore que, se constituía no órgão regional da Comissão Nacional. Loureiro Fernandes era, nesta ocasião, presidente da comissão local. Sobre esta polêmica ver Vilhena (op.cit).
- 250 Ata nº 6 da seção de Antropologia Arq/SED
- 251 Ata nº 8 da seção de Antropologia do IP Arq/SED
- 252 Atas nº 9 de 30/01/1958 e nº 10 de 18/04/58. Arq/SED. A coleção etnográfica que era utilizada enquanto material didático, no Museu da Cátedra. Ver Capítulo 2.
- 253 Empenhos nº 298 de 30/11/54 e nº 18 de 12/02/58. Ata nº 9 da Seção de Antropologia do IP de 30/01/58 Arq/SED
- 254 Of nº 3/65 de 19/02/65 Arq/MAEP
- 255 Relatório da sessão de antropologia, etnologia e antropogeografia do IP - A gleba oito da Serra dos Dourados e os índios Xetá (1955) que teve como espinha dorsal as descrições e os relatos preliminares sobre os contatos iniciais com este grupo indígena. Sem dúvida que este contato ampliou a projeção de Loureiro Fernandes no cenário internacional. Arq/CEB. Este tema foi motivo de pesquisas sistematizadas recentes realizadas por Silva, C.L. em 1989 e 2001. Ler também Silva, C.L. (2005) e a entrevista prestada pelo indigenista Dival Jose de Souza (2005:227-220), além da contribuição ao o tema in, Furtado, MRegina (1999:82-86).
- 256 Em 1/12/1962- of nº 3642/62 Arq/CEB
- 257 Relatório da Sessão de Antropologia, Etnologia e Antropogeografia do Instituto de Pesquisas - A gleba oito da Serra dos Dourados e os índios Xetá (1955) Arq/CEB
- 258 Sobre esta seção ler ainda, Furtado, MRegina (1999:78-82)
- 259 Não foi encontrada outra referência a este museu.
- 260 Não foram localizados os critérios de seleção para estas bolsas, a relação dos possíveis contemplados e nem o agente financiador
- 261 Atas nº 1 a 4 de 9/06; 26/06; 9/08; 12/09 de 1952 e, nº 5 a 9 de 4/05; 12/08; 21/08 e 2/10 de 1953 da Seção de Sociologia do IP da FFCL Arq/SED

- 262 Westphalen, C (op.cit.1988:89) e, sobre a implantação dos cursos de ciências sociais no Brasil, ler principalmente: Arruda, M<sup>a</sup> A.(1989); Azevedo,T. (1948/1964); Corrêa,M. (1983); Castro Faria,(1997); Micelli, S. (1979/1987/1989); Mota, C. G.(1977), entre outros
- 263 Em maio de 1948 já havia sido instalada a sub-comissão paranaense de folclore, em Curitiba com muitos filiados que desenvolviam pesquisas nesta área, buscando realçar as raízes lusas das tradições populares.
- 264 Entre as suas obras deste período, destacamos: Casa Grande e Senzala (1933); Sobrados e Mocambo (1936) e Nordeste (1937). É muito interessante notar que o curso de ciências sociais, na UFPR foi mais procurado após 1952.
- 265 In, Munhoz da Rocha op.cit:72. Esta análise está desenvolvida in, Furtado, MRegina (1999:95-106)
- 266 Of nº52/62 de 9/11/62 p/ Rodrigo M. Franco; Of nº77/64 de 11/09/64 para Mm. Emperaire; Corresp. de 21/04/65 p/Embaixada da França; Corresp. de 10/04/70 p/ Jorge Dias do Centro de Estudos de Antropologia Cultural e Centro de Estudos de Etnologia em Lisboa; Of nº 10/70 de 12/10/70 p/ Mendez da Luz, em Lisboa, entre outros.
- 267 Of nº45/64 de 11/05/64; Of nº22/64 de 04/03/64; Of nº11/64 de 18/02/64; Of nº91 de 30/09/65; Of/Reitoria de 22/03/66; Of nº11/66 de 28/03/66; Of nº 27/66 de 7/06/1966 Of nº43/66 de 7/7/66; Of nº 05/67 de 6/01/67; corresp.de 8/07/66, de 29/08/66, de 10/09/66; Of nº10/67 de 24/04/67 entre outros. Arq/MAEP
- 268 Of nº32/59 de 14/03/59 Arq/MAEP
- 269 Ler Hertel (1977:10-17) ou sua síntese in, Furtado, MRegina(1999: 89-95). A promoção de um funcionário desqualificado para a mesma função exercida pelo licenciado Hertel, no governo Lupion, teria sido um dos motivo de uma renúncia de Loureiro e de Arthur Martins Franco do Museu Paranaense, não aceita. (Corresp de 20/03/1947. Arq/APE).
- 270 in, Boletim da ABA Ano I março de 1955 - n. 1 Arq/CEB
- 271 Corresp. de JLF para Roberto Cardoso de Oliveira de 2/11/65 Arq/MAEP
- 272 Ata da 1ª reunião de fundação da Sessão Regional da ABA Arq/DEAN

- 273 Ata da 2ª reunião da Sessão Regional da ABA em 21/03/59 Arq/DEAN
- 274 Ata da 3ª reunião da Sessão Regional da ABA em 21/05/59 Arq/DEAN
- 275 Ata da 4ª Reunião da Sessão Regional da ABA em 14/06/61 Arq/DEAN
- 276 Atas das 5ª, 6ª e 7ª Reuniões da Sessão Regional da ABA - em 30/05; 04/06 e 07/08/63 Arq/DEAN
- 277 Ata nº 8ª Reunião da Sessão Regional da ABA - em 04/03/66 Arq/DEAN
- 278 De JLF para Ma. Julia Pourchet. Of nº 8/59 de 10/01/59. Arq/MAEP
- 279 Of nº 14/59 de 31/01/59 Arq/MAEP
- 280 Of nº 10/59 de 10/01/59 Arq/MAEP
- 281 O prof Jurandir Lodi foi homenageado pela UFPR com o título de Benemérito – Of doc. 105/55 de 13/12/1955. Of. nº 1243 de 25/11/57 da Reitoria p/ o Diretor de Ensino Superior; Corresp. de 5/12/57 de JLF p/ Homero de Barros Arq/MAEP.
- 282 Mensagem nº 477 – Projeto de Lei que autoriza o ...poder executivo a doar à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná, uma área de terra situada a Rua xv de Novembro. Protocolo nº 306/50. Aprovado em 1ª e 2ª discussão em 27/01 /51 e 26/01/51 respectivamente e com redação final em 8/06/1951. Encaminhado por Of nº 464 de 6/06/1951 ao Governador pelo Presidente da Assembléia Estadual. APE
- 283 Ver o rascunho do organograma do departamento de antropologia, feito por Loureiro in, Chmyz (2005:88)
- 284 Of nº 7/58 de 19/04/58 Arq/MAEP
- 285 Atas nº 206 de 21/01/58 e nº 216 de 04/06/58 do CTA da FFCL Arq/SED. É importante que seja aclarado este processo de separação, a partir dos livros de atas do departamento de história.
- 286 Of de 12/09/57; Of de 16/10/57; Of de 25/10/57; Of nº 58 de 12/03/58; Of nº 7/58 de 19/04/58; Of nº 9/58 de 14/05/58; Of nº 10/58 de 16/05/58; Of nº 11/58 de 22/05/58; Of nº 16/58 de 3/07/58; Of nº 19/58 de 7/07/58; Of nº 22/58 de 05/08/58; Of nº 25/58 de 09/08/58; Of nº 26/58 de 12/08/58; Of nº 27/58 de 14/08/58; Of nº 68/64 de 3/8/64 Arq/MAEP Ler ainda Rodrigues, A. (2005)

- 287 Ata nº234 do CTA de 02/12/59 Arq/SED e Ata nº 2 de 04/04/1964 do Departamento de Antropologia Arq/DEAN
- 288 Ata nº134 da Congregação da FFCL Arq/SED
- 289 Loureiro foi designado Diretor do DEAN pela Portaria nº2.344 de 09/04/1962. Ata nº2 de 04/04/1964 Arq/DEAN
- 290 Atas nº308 de 25/9/64 e nº309 de 14/9/64 do CTA da FFCL; Of nº84/64 Arq/SED
- 291 A Reforma Universitária é alavancada pela Lei nº4881-A/65 que aprovava o Estatuto do Magistério Superior... consubstanciada principalmente pelos Decretos-Leis nº53/66 e 252/67 e pelas Leis nº5.539 e 5.540/69 ...em, 2 de outubro de 1969, era aprovado o novo Estatuto da Universidade pelo Parecer nº197/70, do Conselho Federal de Educação e referendado pelo Decreto nº66.615 de 21 de maio de 1970, devendo em seguida ser elaborado novo Regimento Geral da Universidade. Westphalen (op.cit: 56)
- 292 Atas do departamento de antropologia de 17/08/95; 24/09/65; 09/12/65; 11/03/66; 15/10/66; 28/12/66 e de 05/04/67 Arq/DEAN.
- 293 Loureiro se aposenta da Universidade com problemas de saúde que apontavam para uma debilidade física e até intelectual, que por ele seria controlada para que pudesse vir a ter mais nove anos de atividades.
- 294 A expressão é Gellner quando estuda o impacto étnico na política europeia e a formação dos nacionalismos na Europa (op.cit: 45-49)
- 295 A entrega das chaves do prédio-sede do MPR (Rua Buenos Aires 200) para fins de demolição , dada as precárias condições do imóvel para que, no local se construa a nova sede do MPR, foi assinada por Marília Duarte Nunes em 17/11/1965 – Termo nº18. Arq/MPR
- 296 Trechos das músicas: País Tropical de Caetano Veloso e Seleção Canarinho feita em homenagem à Seleção Brasileira de Futebol.
- 297 O reitor Flávio Suplicy de Lacerda era professor deste mesmo curso.
- 298 No que diz respeito a antropologia, ler Cardoso(1986), Oliveira (1995) e Corrêa (1995), especialmente.

- 299 A história e a fundação da cidade de Paranaguá já foi tema de trabalho de muitos escritores, historiadores e pesquisadores. Entre eles , Manoel Viana, David Carneiro, Hugo Correa, Anibal Ribeiro Filho, Waldomiro Ferreira de Freitas, Cecília Westphalen (especialmente sobre o porto).
- 300 Enquanto filho da terra, o Prof Anibal Ribeiro oferece, em seu texto, fundamentais informações sobre a criação e a atuação do centro cultural mais significativo da cidade além do seu relato se configurar como importante fonte para análise das mentalidades desta sociedade.
- 301 Erasmo Pilotto, citado por Hellmann, G.(1997:42)
- 302 Ata nº1 de 07/09/52 Arq/IHGPG
- 303 Ata n.º553 do Conselho Diretor do ceb Arq/CEB
- 304 Atas n.º 412 de 9/04/1941; n.º 418 de 25/06/1942 e n.º 480 de 01/02/1945 do CEB. Em 1945, na Ata n.º 483 é assinalada a sua transferência para o colégio estadual de Curitiba, com agradecimentos ao empenho de Loureiro Fernandes pela efetivação. Arq /CEB
- 305 Ata da Sessão Ordinária de 9/11/1954 Arq/IHGPG
- 306 Ata da Sessão Ordinária de 15/03/1957 – Of nº1.245 de 06/09/1956 do chefe da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo.
- 307 Esta informação merece ser melhor esclarecida pois até 1958 não foi encontrada qualquer notícia sobre a providência de serem copiados os mencionados documentos ou mesmo se foram utilizados como fontes.
- 308 Ata de 08/05/1954 Livro de Atas nº2 Arq /IHGPG
- 309 Protocolo n.º6266/49, Of. nº 963-49 Diário Oficial de 03/06/1949 Arq/APE
- 310 Ata nº25 do Conselho Diretor de 02/10/47 Arq/CEB
- 311 Revista do IHGPG Ano I, julho dez 1953 n.º3 : 32
- 312 ibdem
- 313 Livro de Atas nº2 p:26:27 Arq /IHGPG
- 314 Of/JLF nº77/54 de 18 de junho de 1954 Arq/MAEP.

- 315 Nascimento Jr (1953:1-3), desconsidera a demolição da Igreja Bom Jesus e Colégio dos Perdões, demolida em 1935 e que hoje, no local funciona um posto de gasolina, in Mattos, L. M., 1977:26. Também é interessante notar que Loureiro não se refere a estes bens demolidos ou em ruínas, em toda sua documentação enquanto representante da DPHANNO Paraná. é oportuno ressaltar que na relação encaminhada à DPHAN em 1937, contendo os prédios que mereciam ser considerados de interesse histórico, para serem tombados, o historiador David Carneiro, designado para este fim por Rodrigo de Melo Franco, não está incluída a sede da chácara do Lucinda, como será visto.
- 316 Ata da sessão de 17/09/1954 Arq/IHGPG
- 317 Sessão de 9/11/1954 Livro de Atas n.º 2 Arq/IHGPG
- 318 Ata da sessão de 25/11/1956, sendo que em junho a Firma solicita documentos para instruir o processo. Arq/IHGPG
- 319 A coordenadoria de patrimônio do estado somente efetivará o tombamento do antigo colégio dos jesuítas em 1972 o que não significa transferências de responsabilidades ou domínio
- 320 Ata da Reunião Ordinária de 9/11/1954 Arq /IHGPG
- 321 Livro Ata n° 2 Arq/ IHGPG
- 322 Of./DPHAN n° 753 de 25/05/1960 Arq MAEP
- 323 Ata da sessão de 17/09/1954; Of./DPHAN n.º1330 de 7/12/56 citado no Of./DPHAN n°968 de 19/07/1958 enviado ao IHGPG e na sessão mensal do IHGPG de 15 de março de 1957.
- 324 Ata da sessão comemorativa do primeiro centenário livro 2 Arq / IHGPG
- 325 Sessão ordinária comemorativa ao 1º centenário da morte do poeta paranaguense Fernando Amaro (15/11/1957) e sessão extraordinária para homenagear Vicente Nascimento Jr. (11/05/1958)
- 326 Of./DPHAN n°968 de 19/07/1958 Arq/MAEP; Revista do IHGPG – Ano VII – julho a dez/1958 n°14: 31-3
- 327 Livro das Diretorias do IHGPG p:8. Seria muito importante para a história cultural e o melhor conhecimento da museologia local se esta questão da disputa pelo Colégio dos Jesuítas fosse aclarada com documentos que certamente se encontram nos arquivos do IHGPG e que não foram consultados.
- 328 Livro de Atas do IHGPG n° 2 Arq/IHGPG; Of./RMF n° 1751 de 11/12/61 – Arq/MAEP.

- 329 Of/DPHAN nº753 de 25/05/60 Arq /MAEP
- 330 Of/DPHAN nº330 e Of/DPHAN nº968 Arq/MAEP
- 331 O Museu Nacional, permaneceria sendo a referência para a museologia praticada por Loureiro, como já havia sido na época da sua atuação frente ao Museu Paranaense. Ao ser celebrado o termo aditivo ao convênio com a DPHAN, em 1969, Elizabeth Fröhlich recebe uma correspondência de M<sup>a</sup> José Menezes na qual é solicitado ...a fim de disciplinar as atividades do MAEP, de acordo com a Clausula XIII, do termo Aditivo do Convênio – firmado este ano , entre a Reitoria da Universidade Federal e a DPHAN, é necessário que seja elaborado o regulamento ...solicita que a Direção do Museu Nacional envie um exemplar de regulamento o mais rápido possível... in, Corresp. nº43/69 de 25/08/69. Ver ainda, Corresp. de 18/09/58 p/ Marília D.Nunes – Arq/MAEP
- 332 Resolução nº01/62 do Conselho Universitário de 26/01/1962 Arq/SED
- 333 Of/DPHAN nº959 de 18/07/58 Arq/MAEP
- 334 Of/DPHAN nº27/60 de 27/04/1958 Arq/MAEP
- 335 Of nº701/58 de 18/09/1958 Arq/MAEP
- 336 Um enorme tonel de pentaclorofenol em uma das suas salas usadas como depósito de material de exposição foi encontrado pela Comissão Multidisciplinar que assumiu o MAEP em maio de 1989.
- 337 Of./DPHAN nº312 de 23/07/59 Arq /MAEP
- 338 Inf nº107 DPHAN/PTB/PES de 20/07/59 Arq/MAEP. Não foi localizada qualquer outra informação sobre os possíveis túneis o que nós leva a crer que Loureiro não insistiu nesta descoberta. Recentemente, incentivado pelos comentários feitos por alguns alunos da FAFIPAR e, alguns moradores e vizinhos das redondezas do museu, os prof<sup>os</sup> Emerson Carneiro Camargo e Paulo Cezar Lopes Krelling dos departamentos de geologia e geociências, realizaram o projeto - Túneis Secretos de Paranaguá (1995/1997). No relatório emitido afirmam: existem indícios históricos que apontam para existência de túneis, fato que acena para a continuidade do projeto; a análise topográfica da região indica pouca probabilidade da existência de túneis no local ...Porto dos Padres; ...é válida a continuidade do projeto. (Krelling, P. e Camargo, E., 1997).

- 339 Relatório do Dr. Rusin ao diretor da DPHAN em 29/02/60. Desde o ano anterior, já haviam negociações nesta direção como a corresp de Soeiro enquanto diretor do DCR/DPHAN de 21/05/59 informando sobre telegrama nº153 enviado ao governo do estado em 12 de maio; Of/MAAP nº24/60 de 12/04/60; telegrama 149 de 25/02/61; Of/DPHAN nº 622 de 28/04/60; Of/RMF nº732 de 19/05/60; Of/RMF nº301 de 25/02/61; Of/DPHAN nº1002 de 12/07/61 para a reitoria da UPR; Of/RMF nº1277 de 30/08/61; Of/RMF nº162 de 30/01/62; Of/Ministro da Fazenda nº 396 de 23/03/62; Of/DPHAN nº 407 de 29/03/62 para Loureiro; Of/DPHAN nº 566 de 10/04/68 para o ministro Tarso Dutra. Arq/MAEP
- 340 Of nº 396/DC do Diretor do Serviço do Patrimônio da União para Rodrigo de MeloFranco de 23/01/1962 Arq/MAEP
- 341 Of./MAAP nº28/75 de 29/09/75 Arq/MAEP.
- 342 Of/DPHAN nº1117 de 6/10/1964; Of/DPHAN nº291 de 17/9/1965 Arq/MAEP.
- 343 Of/RMF nº622 de 28/04/60; Telg 149 de 25/02/61; Of/RMF nº301 de 25/02/61; Of/Min Faz nº396 de 23/03/1962; Of/DHAN nº407 de 29/04/62; Of/RMF nº312 de 23/07/60 Arq/MAEP
- 344 De acordo com Of/UPR nº1243/57 de 225/1957; Of/RMF nº968 de 19/07/1958; Convênio UFP x DPHAN x Diretoria do Ensino Superior nº 1707/1958; Of/JLF nº28/75 de 29/09/75 todos do Arq/MAEP. Sobre o tema ler: Tramujas (1973); Loureiro (1973); Ribeiro (1977)
- 345 Of nº107/74 de 11/09/74 Arq /MAEP
- 346 Esta cruz foi criada após a benção dos trilhos nos festejos comemorativos ao Centenário da Inauguração da estrada de Ferro Paranaguá / Curitiba. Corresp/JLF de 30/10/68 Arq/CEB. A imagem desta cruz sob o arco cruzeiro foi, por quase oito anos, a logomarca (equivocada) do MAAP.
- 347 Of /JLF de 11/04/1966 (CE 201) Arq/MAEP



- 348 Corresp. de 21/08/67 do secretário do MAAEP Joaquim Esteves, dirigida ao então prefeito Nelson Barbosa. Negado em 3/10/67 Of/JLF nº32/67 de 21/11/67 Arq/MAEP. A memória oral de parnanguaras e dos entrevistados do já citado projeto - Túneis Secretos de Paranaguá (1995/97), já mencionado, atestam estas estórias sobre as consequências das diversas ocupações pelas quais passou o monumento. Ainda sobre as janelas, ver adiante os ajustes para a instalação do circuito museográfico, que inaugurou o museus.
- 349 Of/JLF nº3/74 de 14/01/74. Arq/MAEP)
- 350 Of nº148 da direção da FFCL de 24/08/61 Arq SED e, Corresp. de 10/07/61 de Edson Carneiro. Arq /MAEP. Até os anos 90, o MAEP era identificado como o Museu de Arqueologia ou o Museu de Parana-guá.
- 351 Resolução nº01/62 do conselho universitário de 26/01/1962 Arq/SED
- 352 Já discutido neste Capítulo
- 353 Of/JLF nº11/17 de 06/09/62 p/ Rodrigo de Melo Franco e Of/Reitoria s/nº de 27/04/62 Arq/MAEP.
- 354 Corresp de JLF p/ Marília Duarte de 22/05/62. Arq/CEB
- 355 Of/RMF nº242 de 29/06/1962 e, Parecer do relator do conselho consul-tivo do IPHAN de 15/05/1962. Arq/MAEP
- 356 Of/JLF nº63/62 de 18/12/62 Arq/MAEP
- 357 Ct/RMF nº501 de 21/12/62 Arq/MAEP
- 358 Of/JLF nº3/63 de 7/01/63 Arq/MAEP. Bruno(1996) faz lembrar que em Portugal também há um Museu de Tradições Populares.
- 359 Os contatos telefônicos eram feitos por intermédio do aparelho da Panificadora Costinha, próxima ao Museu. Of/JLF nº05 de 23/02/1965 e Of/JLF nº15/05/65 Arq/MAEP. Desde 21/05/59, por intermédio do Of nº52/59 dirigido ao prefeito João Cominese que Loureiro tentava com o município, um aparelho telefônico. No ano seguinte, Of. nº53/66 de 24/11/66, Loureiro informa ao reitor que o conselho universitário, comunicou-lhe, por intermédio do Of nº937/66 de 21/11/66 que foi autorizada a compra de um aparelho telefônico,informando-lhe o nº de inscrição do Museu na Cotelpa (nº0928).Arq /MAEP
- 360 Of/RMF nº313 e 314 de 10/03/65 Arq/MAEP

- 361 Of/JLF nº106/65 de 27/12/65 Arq/MAEP
- 362 Carta/RMF nº163 de 06/05/66 Arq/MAEP
- 363 Carta/RMF nº198 de 13/05/1966. Além dos contatos já mencionados Loureiro Fernandes desde 1961 era convidado pela então diretora do Museu Nacional e presidente do Comitê Nacional do Conselho Nacional de Museologia (ONICOM), para participar das reuniões deste Comitê (teleg nº22804 de 18/04/61; nº25046 de 19/03/61; nº20403 de 11/06/65). Incentivado por Marília Duarte Nunes, Loureiro aceita, inclusive a ser membro do ONICOM. Of nº40/65 de 21/06/65; Corresp de 30/06/65; nº05/65 de 09/09/65; nº53/66 de 06/10/66; Corresp.de 04/02/67; de 27/06/73 e nº46/75 de 27/08/75. Foi motivado a participar da 2ª Campanha Internacional de Museus teleg nº22253 de 21/10/67 e, o o MAAP se fêz representar no IV Congresso Nacional de Museus realizado em julho/65 no Rio de Janeiro. Arq/MAEP
- 364 Carta/RMF nº198 de 13/05/1966 - Arq/MAEP
- 365 Parecer/JFL de 28/09/1966 dentro do processo nº55.353 Arq/MAEP
- 366 Rodrigo de Melo Franco aposenta-se da DPHAN em março de 1967 e se coloca à disposição no Conselho Federal de Cultura como presidente da Câmara do Patrimônio Histórico Nacional, perdendo Loureiro Fernandes um grande apoio nas lutas pelo MAAP. À partir daí, as relações com aquele Órgão Diretivo da Política Nacional de Preservação não seriam mais as mesmas, o seu ritmo seria outro e Loureiro, todavia teria oito anos à frente do Museu sem o seu parceiro e incentivador. Corresp/RMF de 08/03/67 Arq/MAEP
- 367 Corresp/JLF de 21/02/68 Arq/MAEP
- 368 Ata da sessão especial do DEAN de 8/12/1968 Arq/DEAN. Entre outras retalhações, Loureiro recebeu um ofício em que o presidente do conselho de pesquisa solicita ...a bem do serviço público e em razão da sua aposentadoria, que devolva a sala do 3º andar desta Faculdade onde estavam instalados os serviços do Departº Histórico, Artístico Nacional. Of nº 12/68A de 8/10/68 Arq/MAEP
- 369 A questão sobre a posse do acervo, ainda existente, será discutida no item "As Coleções Museológicas do MAAP"

- 370 Corresp/JLF de 28/07/69. Em 12/08/68, Loureiro comunica a Saia, ...nosso bacharel em História, Joaquim Esteves, que preparávamos para se ocupar da Seção de Tradições Populares, acaba de comunicar-me que como solução do seu caso demorou muito, desistiu, tendo conseguido uma boa colocação em São Paulo. Arq/MAEP
- 371 Lei Municipal nº754 de 30 de dezembro de 1968 Arq/Municipal de Paranaguá e, Of/JLF nº4/72 de 11/03/72 e nº06/72 de 14/03/72 – Arq/MAEP Encontram-se na documentação, alguns registros como a solicitação para a contratação da Profª Henilda Marão Torres da Escola Normal de Paranaguá para atender ao setor educativo do Museu, mas não foi encontrado nenhum registro de atividade ou outro tipo de documento que registre a sua a efetivação da sua contratação.
- 372 Cópias dos referidos termos nos livros de convênios nº1 fl 1 e livro 2 .O curso de história da Faculdade de Paranaguá (FAFIPAR), reduto de uma massa crítica local que poderia usar os laboratórios de pré-história do MAAP enquanto espaços para suas aulas práticas, só teve o seu funcionamento autorizado pelo parecer nº620/59 de 14/12/59 homologado pelo Decreto nº47.667 de 19/01/69. Em 1964, Loureiro já havia entrado em contato com o Secretário de Educação do Estado, Sr. Véspero Mendes afirmando: ...após entendimentos com o Governador, me apresento como catedrático da Antropologia e Diretor do Museu de Paranaguá e me coloca à disposição para a implantação do Curso de História na FAFIPAR. Of nº50/64 de 19/06/64 Arq/MAEP. Estágios e bolsas para estes alunos só foram concedidos pela UFPR à partir de 1990.
- 373 Of/JLF de 19/09/1955 e Of/JLF nº17/56 dirigidos ao Vice Presidente do Conselho, o Cel. João Mello Moraes Arq/CEB. O Departamento de Turismo da Secretaria de Estado foi criado em 18/10/1957 (Lei nº 3.365).
- 374 Of/JLF nº64/64 de 28/08/64 Arq/MAEP
- 375 Of/JLF nº274/66 CR198; Of/JLF nº604/02/66 CR199; Of/JLF nº22/64 s/d – Arq/MAEP
- 376 Parecer/JLF em 9/12/1964 para o Dr. Pedro Stenhel Guimarães Presidente do Conselho Estadual de Turismo Arq/CEB

- 377 As discussões sobre Turismo e Cultura Popular já se faziam sentir na esfera da Comissão Nacional do Folclore mas, somente em agosto de 1970 durante o Simpósio sobre Folclore e Turismo é que as questões mais estreitas entre as áreas foram discutidas de modo preliminar, mesmo que com conceitos ainda mal formulados. Sobre este tema ler Almeida, R. (1970) OF/JLF nº50/68 de 26/01/68 Arq/MAEP
- 378 Corresp. de 22/02/65 e de 23/03/65, respectivamente Arq/MAEP
- 379 Corresp. de 21/12/67 Doc nº448 Arq/CEB
- 380 Não foi encontrada a relação de alunos participantes e nem mesmo um relatório. O primeiro concurso vestibular para o Curso de Turismo/noturno realizado na UFPR foi em 1978 com 408 inscritos para 80 vagas. Westphalen, C. 1988: 61-63
- 381 A ênfase nestes trabalhos, deu origem a expressão – Museu de Arqueologia – que se transformou na mais usual referência a este museu quer na comunidade universitária, quer na comunidade parnanguara.
- 382 Of nº6/58/Arq/MAEP
- 383 Of/JLF nº10/64 17/02/64 Arq/MAEP.
- 384 Of/JLF nº22/62 de 19/06/62-Arq/MAEP.
- 385 Of/RMF nº1749 de 11/12/1961 Arq/MAEP
- 386 Of/JLF nº24/62 de 5/7/62 Arq/MAEP
- 387 Celso Perota foi para a Universidade Federal do Espírito Santo mas tinha vontade de regressar para o Paraná e contou com o apoio de Loureiro como comprovam inúmeros ofícios, sendo que até em 1975, Loureiro escrevia ao IPHAN ...continuamos a alimentar a esperança que o Profº Celso Perota ocupe o lugar do arqueólogo que pretende no Museu de Paranaguá , até por que Igor Chmyz já estava envolvido com a Arqueologia de Salvamento do Projeto Itaipu. Of/JLF nº2616 de 17/11/71 e 49/75 de 09/07/75 Arq/MAEP
- 388 Consultar ainda, a relação de peças que foram relacionadas, como formadoras do patrimônio arqueológico do Paraná.
- 389 A criação do CEPA foi objeto de discussão no Capítulo 2
- 390 Of/JLF nº111/65 de 6/12/1965 e Of/JLF de 11/12/1965/Arq/MAEP
- 391 Corresp/JLF nº19 Arq/MAEP

- 392 Of/JLF de 28/12/1965 Arq/MAEP. Correspondências como estas, foram encontradas em toda a documentação, em diferentes ocasiões e para, indistintos interlocutores. Loureiro sempre fazia uso de redações impertinentes que sem dúvida marcou e caracterizou um dos fortes traços da sua personalidade.
- 393 Portaria nº13.157 de 14/04/1975 Arq/MAEP.
- 394 Of/JLF nº32/75 de 14/05/1975 Arq/MAEP.
- 395 Em Of/JLF nº10/c de 30/10/73, Loureiro ao realizar a prestação de contas dos recursos alocados pelo IPHAN para este curso, informa a Soeiro, que substituiu Rodrigo de Melo Franco, sobre o por que da denominação deste sambaqui de ...Centenário, por sugestão do Prefeito de Paranaguá, Nelson Barbosa em comemoração a passagem do primeiro centenário do natalício do genial inventor Alberto Santos Dumont e, da colaboração recebida por parte da Base Aérea de Curitiba.
- 396 Corresp de 28/06/1976. Arq/MAEP
- 397 Of/JLF nº03/75 de 27/01/75 Arq/MAEP
- 398 Of/JLF nº03/75 de 27/01/75 Arq/MAEP
- 399 Of/JLF nº49/75 de 09/07/75 Arq/MAEP
- 400 Em 2006 o CEPA completa 50 anos e as ampliações de seu espaço físico no 12 andar do prédio D. Pedro I, foram previstas esta esta ocasião, bem como o início do Curso de Especialização em Arqueologia na UFPR.
- 401 Em 1991, por força do Ato Executivo nº120/91 de 31/10 do Ministério da Agricultura – Convênio no. 90/91 - o já então MAEP tem a sua área ampliada em 1.800 m<sup>2</sup>, em regime de comodato, no terceiro andar do prédio construído para o Instituto Brasileiro do Café até então desocupado. Ali foram instalados a biblioteca, os laboratórios de pesquisas, as reservas técnicas e a parte administrativa. O prédio histórico passou a ser exclusivamente, um espaço para exposições.
- 402 O relato sobre a situação deste patrimônio está baseado nas informações contidas nos Relatórios Técnicos do Projeto de Reestruturação do MAEP, desenvolvido entre maio de 1989 e abril de 1998.
- 403 Relatórios emitidos em 20/07/83 pelo prof<sup>o</sup> Walter Neves e em agosto/1992 por Claudia Macedo orientada por Zulmara C. S. Posse, respectivamente. Arq/MAEP

- 404 Neves, Walter [1983] in Furtado, MRegina et Bojanoski, S. (1996).
- 405 No litoral do Paraná, sambaquis; da Ilha dos Ratos em Guaratuba (1955); do Guaraguaçu (1958/1960/1962); do Toral-51 (1962). No interior do estado: sítio José Vieira (1957/1959); gruta do Woberto (1960/1962). Além do inventário de material das escavações de 1955/1956 de vários sítios arqueológicos do Paraná e São Paulo.
- 406 Foi possível fazer um levantamento sobre a origem das coleções arqueológicas que foram desmembradas, e que encontram-se no MAE, no MPR e no CEPA através de um fichário existente no CEPA, in Furtado, MRegina e Bojanoski, S. (1996).
- 407 Ibidem, ver em especial as sugestões e recomendações contidas neste documento.
- 408 Ler especialmente, Parellada et Gottardi (1993)
- 409 Esta exposição permaneceu montada com ligeiras alterações, até 1989.
- 410 Com a presente pesquisa muitos documentos esclarecedores foram encontrados, tanto no MAEP como no CEB em meio à documentação administrativa que já foi usada como fonte .
- 411 Of/JLF nº50/62 de 03/11/1962 Arq/MAEP
- 412 Regimento Interno elaborado por força da portaria nº9.245 de 24 de novembro de 1972 e aprovado pelo conselho universitário na sessão realizada em 23 de janeiro de 1973.
- 413 As razões pelas quais as peças etnográficas dos índios Xetá não terem sido incluídas no circuito museográfico/95 estão contidas em Relatório Técnico (Furtado, MRegina, 1996). A Prof<sup>a</sup> Virgínia Kistmann e a antropóloga Carmen Lúcia da Silva, ambas da equipe do MAEP, foram as curadoras de uma exposição sobre os Xetás, montada no departamento de antropologia e inaugurada em 15/10/1993. (Ata da reunião ordinária do DEAN nº195/93 de 3/10/93)
- 414 Of/RMF nº312 de 23/07/1959. Em Of/JLF nº44/62 de 29/08/62, o reitor é informado sobre a compra de peças museológicas realizadas por Marília Duarte. Arq/MAEP
- 415 Corresp/Castro Faria nº20/58 de 30/07/58 e 14/07/59 Arq/MAEP

- 416 Of/JLF nº20/58 de 30/07/1958; Of/JLF nº18/62 de 5/06/1962; Of/JLF nº27/62 de 9/08/1962; Of/JLF nº50/62 de 3/11/1962; Of/JLF nº52/62 de 9/11/1962; Of/JLF nº32/63 de 9/05/63; Of/DPHAN nº680 de 9/05/1960; Of/JLF nº242 de 29/06/1962; Of/DPHAN nº1117 de 6/09/1962; Of/DPHAN nº1419 de 8/11/1962; Of/DPHAN nº501 de 21/12/1962; Of/DPHAN nº713 de 20/06/1963; Of/DPHAN nº501 de 21/12/1962; Of/DPHAN nº713 de 20/06/1963; Of/DPHAN nº761 de 8/07/1963; Of/DPHAN nº189 de 11/05/1966, entre outros. Arq/MAEP
- 417 Of/RMF nº680 de 9/05/1960/Arq/MAEP
- 418 Of/DPHAN nº242 de 29/06/62 Arq/MAEP
- 419 Of/PHAN nº242 de 29/06/62 Arq/MAEP
- 420 Of/JLF nº27/62 de 9/08/62 Arq/MAEP
- 421 Of/JLF nº50/62 de 3/11/62 Arq/MAEP
- 422 Of/RMF nº1419 de 8/11/1962 Arq/MAEP
- 423 Of/JLF nº2/63 de 22/03/63 Arq/MAEP
- 424 Of/JLF nº32/63 de 9/5/63 Arq/MAEP
- 425 Of/JLF nº05/65 de 9/9/65 Arq/MAEP
- 426 Of nº3/65 de 19/02/65 Arq/MAEP
- 427 Corresp de 15 de março de 1966 Arq/MAEP. Em 06/05/66 Oswaldo de Souza responde à Rodrigo informando sobre as peças do ceramista Antonio Soares da Vila Santo Antonio dos Barreiros, do município de São Gonçalo do Amarante/RN. ...informes sobre o ceramista norterio-grandense autor das peças que lhe enviei para o Museu de Arqueologia e Artes Populares, da Universidade do Paraná, in, Of/RMF nº189 de 11/05/66 Arq/MAEP
- 428 Of/JLF nº32/63 de 9/05/63 Arq/MAEP
- 429 Of/JLF nº40/63 29/06/63 Arq/MAEP
- 430 Of/JLF nº12/63 de 22/03/63. Rodrigo Melo Franco agradece ao Profº Fernando Correa de Azevedo, pela doação por intermédio do Of nº365 de 29/03/63 Arq/MAEP

- 431 Ata nº513 das sessões ordinárias de 13/02/47 Ata nº513 das sessões ordinárias de 13/02/47 e, Relatório do CEB para o ano de 1947 de 15/12/1947; Relatório do ano de 1948 de 12/02/48 e sessão ordinária de 18/03/48 Of/JLF nº46/56 de 4/11/58; Ata nº264 do CTA de 25/04/61 – Arq/SED e Empenho nº254 de 18/10/62. Além disso, Kosak enquanto encarregado do laboratório fotográfico da FFCL teve o seu afastamento autorizado para executar serviços técnicos para Loureiro Fernandes através das seguintes portarias: nº06/61 de 5/5/61; nº71/62 de 31/08/62; nº95/63 de 10/08/63 e nº101/64 de 16/09/64 Arq/SED
- 432 Ata da sessão ordinária nº605 de 16/08/61 Arq/CEB
- 433 Of/JLF nº38/64 de 10/04/64 p/o diretor da Faculdade, Of/JLF de 02/05/73 (CE 741) p/ o reitor Eduardo Correa Lima e, corresp. de Kosak/Loureiro de 20/07/74 Arq/MAEP
- 434 Este trabalho teve a orientação da folclorista paulista prof<sup>a</sup> Marina Marcondes Andrade e da licenciada Iracê Dantas. Ata da sessão ordinária nº609 de 8/11/62. Arq/MAEP
- 435 Of/JLF nº22/c/75 de 9/06/75 p/ Soeiro. Sobre a concepção de extensão cultural nos museus e setor educativo, ainda persiste para Loureiro Fernandes a metodologia e prática propostas por Mendonça, Edgar S., 1946
- 436 Of/JLF nº12/62 de 13/04/62; nº15/62 de 15/05/62; nº50/62 de 3/11/62 Arq/MAEP
- 437 Ver também Campos Rocha (2005)
- 438 Of/JLF de 26/03/65; Corresp. de 30/05/72 Arq/MAEP
- 439 Of/RMF nº1277 de 30/08/1961 Arq/MAEP
- 440 Of/JLF nº03/65 de 19/02/65 Arq/MAEP
- 441 Neste trabalho, Marília ilustra com dez estampas, o circuito museográfico e apresenta alguns aspectos externos do Museu.
- 442 Of/JLF nº05/65 de 9/09/65 Arq/MAEP
- 443 Corresp. Soeiro nº341 de 16/11/65 e, Of/JLF nº22/65 Arq/MAEP



- 444 Corresp/JLF de 14/06/66 Arq/MAE. Sabe-se que apenas o folguedo sobre as congadas da Lapa foi de fato montado enquanto um diorama, no espaço do terceiro piso. Foi localizado um recibo de pagamento em favor de José Mayer , pelos serviços iniciados para a montagem do castelo dos Mouros, no antigo salão de conferências, para a montagem do folguedo sobre as cavalhadas, mostra que todavia não foi concluída.
- 445 Corresp de 12/10/72 Arq/MAEP
- 446 Of de 20/06/72 e corresp. de 20/09/74. Foram encontrados ainda documentos datados de 21/07/72; 26/03/74; 30/04/74; 02/05/74; 16/06/74, que trataram do tema do mezanino Arq/MAEP
- 447 Of nº52/62 de 9/11/62 Arq/MAEP. Até a montagem do circuito museográfico/95, o Museu ainda sofria de uma subcarga de capacidade de energia, prejudicando o projeto de iluminação do projeto de reestruturação. As dificuldades de trabalhos em Paranaguá também estavam relacionadas ao seu acesso. Somente em 1973 é que tornou-se possível com a nova estrada, com hora e meia de automóvel vai-se de Curitiba a Paranaguá, comentou Loureiro em carta para Mme. Emperaire. Corresp nº24/01. Na década de 80 vários são os documentos que sinalizam para um precário abastecimento de água: a falta de água desde agosto de 1983 ameaça o funcionamento do museu. Of nº10/84 de 06/01/84; nº12/84 de 17/01/84; nº14/84 de 30/01/84 entre outros Arq/MAEP
- 448 Nos arquivos do MAEP, encontram-se os seguintes textos originais que legendaram esta exposição: As formas primitivas de transportes; O aproveitamento que o homem faz dos materiais da natureza; Casa de Farinha; Engenho de Açúcar; Amuletos e objetos de agouro; Comércio; Objetos lúdicos; Manufaturas; Zoólitos; A cerâmica; Monjolos; Trançados; a Congada ( com a marcação de gravação da fita magnética) e As Carrancas.
- 449 Of/JLF nº10/60 de 26/03/62 Arq/MAEP
- 450 Of/JLF nº14/62 de 28/04/62 Arq/MAEP
- 451 Of/JLF de 10/10/62 (CE/19); Of/JLF de 21/11/62 (CE/23); Of/JLF 62/62 de 10/12/62 – Arq/MAEP

- 452 Of/JLF nº18/73 de 4/12/73 (CE 840; de 01/03/74 (CE 876); nº60/74 de 10/07/74 (CE 922); nº76/74 de 30/07/74; Corresp 07/07/74 e 18/07/74; Of/JLF/JLF nº73/74 de 23/07/74 Arq/MAEP
- 453 Esta pesquisa foi o primeiro trabalho sistematizado realizado no litoral do estado, sobre a questão sócio cultural do caboclo e da sua inserção no meio ambiente. Foi publicada por incentivo da prof<sup>a</sup> Cecília Maria Westphalen, que também a traduziu, intitulada Guaraqueçaba Mar e Mato. Tornou-se um clássico da etnografia paranaense e obra referência para os estudiosos e interessados sobre o homem do litoral norte do Paraná. Pesquisa publicada em dois volumes, no primeiro, na pág 15, encontra-se uma síntese das razões técnicas e científicas que trouxeram o casal Alvar ao Paraná. In, Alvar (1979). O casal Alvar voltou a desenvolver pesquisas no litoral do estado, durante a gestão 1998-2001 do MAE.
- 454 Of/JLF de 19/11/75. Processo nº88781 e Parecer do Relator prof<sup>o</sup> Hélio Olympio da Rocha em 26/01/77 Arq/MAEP
- 455 Of nº108/77 de 03/08/77; nº1582 de 13/09/77; Corresp nº13/12/77; Of nº733/79 de 25/06/79 Arq/MAEP. O fichário etnográfico de campo do casal Alvar que estava sob custódia da prof<sup>a</sup> Cecília Westphalen foi entregue aos Arquivos do MAEP em junho de 1994.
- 456 Corresp/JLF nº20/58 de 30/07/58 Arq/MAEP
- 457 Of/JLF nº53/62 de 18/12/62. Inúmeros são as solicitações de pessoal técnico à administração central da Universidade além dos já mencionadas, pode-se citar: Of/JLF nº08/62 de 20/03/62; nº45/64 de 11/0/64; nº51/64 de 11/06/64; Of/RMF nº313 de 10/03/65; Of/JLF s/nº de 15/05/65; s/nº de 20/12 65; s/nº de 08/12/66; processo nº47.1000; Of/JLF nº11/04/66; Inf. DP/UFPR de 23/05/66; Of/JLF s/ nº 23/12/66; nº13/66 de 27/12/66; nº58/66 de 27/12/66; parecer/JLF de 07/06/67; Of/JLF nº53/70 s/d; Corresp. de 02/04/71; Of/RMF 2.208 de 30/09/71; corresp. 10/71; resoluções da comissão especial de 26/04 à 19/09/72; Of/JLF nº116/73 s/d; Of/JLF nº10/74 de 7/02/74; Of/JLF nº142/74 de 2/12/74; corresp. de 30/11/7; corresp. de 25/04/72 e 15/04/74; Of/JLF nº46/75 de 27/06/75; Of/JLF nº49/75 de 09/07/75; Of/JLF nº22/75 de 11/08/75 Arq/MAEP.
- 458 Corresp 12/04/63 Arq/ MAEP

- 459 Of/JLF nº50/63 de 22/08/1963 – Arq/MAEP.
- 460 Ver registros da gestão 1985/1989
- 461 Of/JLF nº45/63 de 05/08/63. Não foi encontrado qualquer documento que comprovasse a concretização da Secretaria de Educação Arq/MAEP
- 462 Of/JLF nº47/63 de 20/08/63 Arq/MAEP. Rodrigo de Melo Franco irá a Paranaguá somente, em: janeiro de 1966. Corresp/JLF de 8/02/66 Arq/MAEP.
- 463 Of/JLF nº101/64 de 30/12/64 Arq/MAEP
- 464 Of/JLF nº05/64 de 04/01/64; nº21/64 de 01/06/64; nº99/64 de 28/12/64 p/ Homero de Barros Arq/MAEP
- 465 Of/JLF nº80/69 de 18/11/69 e, Corresp. de 30/05/72 Arq/MAEP
- 466 Of/JLF de 11/04/66 (CE/261); nº19/68 de 04/06/68 (CE/379) Arq/MAEP
- 467 Of/JLF de 30/05/72 (CE/628); OF/JLF de 27/06/73 (CE 763) p/ Marília D. Nunes – Arq/MAEP
- 468 Resolução nº4/70 de 26/05/1970 Arq/MAEP.
- 469 Of/JLF.nº213/72 de 26/04/72, Relatório da Comissão Especial de 16/10/72 e corresp/JLF ao DP de 2/08/72 Arq/MAEP
- 470 Processo nº34.983 e Portaria nº8638 de 24/05/72 Arq/MAEP
- 471 De acordo com o Livro de Atas do Museu, na Ata nº8 do CTA do MAAEP, o profº José Loureiro Fernandes é substituído, na direção do MAAEP pelo profº Eloy da Cunha Costa empossado em 5 de fevereiro de 1976, conforme ata de sessão extraordinária do CTA do MAAEP, realizada no auditório do Museu de Arqueologia e Artes Populares. Em 15 de setembro de 1977, a profª Maria José Menezes assume a direção do MAAEP conforme ata de sessão extraordinária, no gabinete do reitor e, Ata nº68 de 14/10/77 do DEAN. Com esta ata é encerrado o registro de atividades do MAAEP, e a seguir serão lavradas as atas da Comissão Multidisciplinar que assumiu o então MAEP, em 2 de maio de 1989. Arq/MAEP
- 472 Of/JLF de 30/11/74; Of/JLF nº28C/75 de 29/09/75 e Of nº 3C/76 de 12/01/76 Arq/MAEP

- 473 Retemec nº62 de 12/04/1976; Of/IPHAN nº3526 de 21/10/76 para Reitoria Arq/MAEP.
- 474 Sobre esta situação nos anos 90 ver Furtado, MRegina (1996) (mimeog) Arq/MAEP.
- 475 Corresp/JLF de 30/11/74 Arq/MAEP
- 476 Of/JLF nº10C de 30/10/73 e Of/JLF nº16C/73 de 29/11/73 Arq/MAEP
- 477 Of/JLF nº18/62 de 5/06/62 Arq/MAEP
- 478 Ata nº11 de 15/04/66 Arq/DEAN
- 479 Corresp. de 19/06/68 Arq/MAEP
- 480 Of/JLF nº24/74 de 28/05/74 Arq/MAEP
- 481 Of nº12/75 de 26/02/75 Arq/MAEP
- 482 Relatório de 11/06/43 à Manoel Ribas enquanto diretor do Museu Paranaense; Corresp. de 20/03/47 à Moises Lupion enquanto secretário de Educação; Of nº 59/64 de 17/08/64 à RMF; Corresp. de 19/06/68 à RMF enquanto delegado da Diretoria; Corresp. de 26/04/72 à reitoria da UFPR enquanto diretor do MAAp; Corresp. 30/11/74 à Soeiro (SPHAN),entre outros. Nesta direção Loureiro também fez escola: Corresp. Kosak de 8/11/70; Of/ nº10/74 de 07 02/74 de Igor Chmyz ao Reitor e, Of nº30/C/75 de 20/10/75 de JLF sobre Marília Duarte Nunes. Todos no Arq/MAEP
- 483 Corresp. de 15/01/60 Arq/CEB
- 484 Corresp. à RMF de 01/01/68 Arq/MAEP
- 485 Of/JLF nº69/73 de 08/08/73 à Reitoria Arq/MAEP
- 486 Of/JLF nº51/59 de 21/05/59; Of/JLF nº59/69 de 30/09/69; Of/JLF nº06/71 de 28/01/71; Of/JLF nº19/73 de 10/12/73; Of/JLF nº01 de 11/01/74. Em 1972, perde seu único filho o que agrava o seu estado de saúde. Corresp. de 30/05/72. Todos do Arq/MAEP
- 487 Corresp.de 15/06/68 à Jaime Lopes Dias Arq/MAEP
- 488 Of nº26/67 de 14/08/67 a Mm Empereire Arq/MAEP
- 489 Corresp. de out/71 à Soeiro Arq/MAEP
- 490 Corresp. de out/71 à Soeiro Arq/MAEP
- 491 Ata nº7 do CTA do MAAp de 13/11/1975 Arq/MAEP
- 492 Marília Duarte Nunes assina o primeiro Termo de Posse do MPR em, 5/02/1955 quando nomeada para o cargo de assistente técnico de zoologia – Decreto 15.902 de 3/02/1955. Em 01/04/1963, Marília assume a direção do Museu, no termo de posse nº11. Arq/MPR

- 493 Em 1959, esteve apresentando no II Congresso de Museologia, realizado em São Paulo o trabalho: As Apresentações Museológicas num Departamento Universitário (1966), apresentou o trabalho: A utilização cultural das coleções arqueológicas no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, no III Congresso Nacional realizado na Bahia. Of/JLF nº40/65 de 21/06/65; nº53/66 de 06/10/66; corresp. de 27/06/73; Of nº46/75 de 27/08/75 (CE 1078) Of/Heloisa Alberto Torres de 30/06/65; Telg nº20.403 de 11/06/65; nº22/804 de 18/04/61; nº25046 de 19/03/61; Corresp de 4/02/67; Telg nº22.253 de 21/10/67; Of nº05/65 de 09/09/65 Arq/MAEP
- 494 Of/JLF de 30/11/74; Ata da 5ª reunião ordinária do MAAP em 17/05/75; Corresp. 25/04/75; Of/JLF nº49/75 de 09/07/75; Of/JLF nº22/c/75 de 11/08/75; Ata nº7 reunião ordinária do MAAP em 13/11/75; Ata nº8 reunião ordinária do MAAP em 22/01/76 Arq/MAEP
- 495 Of/JLF nº53/59 de 27/05/59; nº84/69 de 12/12/69; nº600/74 de 17/05/74 – Arq/MAEP
- 496 Ata da reunião extraordinária de posse e, Of/JLF nº3/c/76 de 12/01/76 Arq/MAEP.
- 497 Of/JLF de 28/05/73; de 27/06/73; de 29/08/73; de 03/09/73 Arq/MAEP. Estes cursos de verão já foram abordados.
- 498 Corresp p/ RMF de 08/02/66; nº55 de 16/02/66 e, 03/03/66 Arq MAEP. Até hoje o MAE não possui um catálogo.
- 499 Of de 17/08/74 (CE 956); nº104 de 20/09/74; nº20/c/75 de 02/06/75/(CE 1086) – Arq/MAEP
- 500 Of/JLF de 11/10/72 (CE 674); de 03/08/72 (CE 648 a); de 07/04/72/(CE 619); nº05/74 de 17/01/74 (CE 851) Arq/MAEP Com os trabalhos voltados para o salvamento arqueológico da área a ser inundada pela usina de Itaipu, João Carlos é solicitado pelo CEPa onde até hoje se encontra, desenvolvendo trabalhos em arqueologia. Ler, Chmyz, João Carlos (2005).
- 501 Deste Primeiro Curso não foi encontrada na documentação consultada, qualquer outra informação. Corresp. de 17/10/73; Processo/UFPR nº58.117/73; Processo Museu do Índio nº52/74; Convênio firmado em 27/09/74 Arq/MAEP

- 502 Of/JFL n°104/74 de 2/09/74 Arq/MAEP
- 503 Ata n° 3 da sessão ordinária do CTA do MAAP de 29/11/74 Arq/MAEP. De todos estes bolsistas, Héliana Samyra de Souza seguiu sua formação na área de museologia e documentação tendo realizado concurso para o então SPHAN tornando-se técnica em documentação e permanecendo à disposição do MAAP desenvolvendo atividades essenciais voltadas para estas áreas, durante o período de 1976 à 1990 quando, por interesse de vida pessoal transferiu-se para Curitiba. Durante a sua permanência no Museu, sem praticamente nenhum apoio de infraestrutura ou apoio da UFPR. Foram realizados tratamentos técnicos fundamentais no acervo, para a sua preservação de danos maiores. Sobre o período do MAAP compreendido entre setembro de 1977 e maio de 1989, consultar a documentação escrita existente no seu arquivo.
- 504 Corresp/JLF 02/08/72; Of/JLF n°10C de 30/10/73; Of/JLF n°16/c/73 de 29/11/73; Of/JLF n° de 02/12/74 Arq/MAEP
- 505 Corresp/JLF 7/08/74; Corresp. de Marília Duarte Nunes de 5/05/75; Processos n°446/75/DAC/MEC e n°80.454/75 em 08/05/75/UFPR Arq/MAEP
- 506 Ata da 2ª sessão extraordinária do CTA do MAAP de 31/08/74 Arq/MAEP
- 507 Ata da 2ª sessão extraordinária do CTA do MAAP em 31/08/74 Arq/MAEP
- 508 Corresp. de 30/05/72 Arq/MAEP
- 509 Corresp/JLF n°49/75 de 09/07/75 Arq/MAEP
- 510 Of n°10C de 30/10/1973; Of/JFL n°143/74 de 2/12/74; Of/JLF n°46/75 de 27/06/75; Of/JFL n°49/75 de 9/07/75; Of/JLF n°22/c/75 de 11/08/75; Of/JLF n°28/c/75 de 29/09/75; Of/JLF n°3/c/76 de 12/01/76 Arq/MAEP.
- 511 Ata do CTA do MAAP n°4 de 17/02/75. Este assunto também faz parte das atas de n°5 de 17/04/75; n°7 de 13/11/75 Arq/MAEP

- 512 Corresp de 25/04/75; OF/JLF nº46/75 de 27/06/75; Corresp nº75 de 25/04/74; OF/JLF nº49/75 de 09/07/75; nº22/c/75 de 11/08/75 Arq/MAEP
- 513 O IBPC, denominação que passou a receber o sistema SPHAN/Pró-Memória, funcionou como uma autarquia vinculada à secretaria da presidência da República de 1990 à 1992 quando voltou à vincular-se ao Ministério da Cultura e a usar a sigla IPHAN. Existe uma flagrante ambivalência entre estas informações oficiais do então IBPC e a correspondência trocada entre Loureiro Fernandes, Rodrigo de Melo Franco e Renato Soeiro, como por exemplo o citado na correspondência de 1/1/68 (1ª insertiva deste item) e, nas demais contidas nas notas acima, entre outras ao longo do texto. O tema merece uma revisão destes dados, inclusive sobre recuperações, substituições e revisões técnicas arquitetônicas que foram feitas com recursos da UFPR, através da prefeitura universitária.
- 514 Corresp. de 15/04/75 Arq/MAEP
- 515 Jornal a Gazeta do Povo, 17 de fevereiro de 1977. Ler ainda os depoimentos in, ANAIS (2005)
- 516 A expressão é Gellner (1995:45-49) quando estuda o impacto étnico na formação social europeia durante o período histórico dos nacionalismos naquele continente.

## Fontes Primárias

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO

Relatórios Oficiais do Interventor Manoel Ribas 1932/39  
 Realizações do Governo Manoel Ribas – Estado Novo 1937- 1942  
 Códice – Assembleia Legislativa (1879); Códices – Bibliotecas (1885);  
 Códices - Curitiba (1875); Códices – Clubes (1882); Códices – Documentos Interessantes (1884); Códices – Exposições (1875),(1882); Códices – Museus (1875), (1879), (1882), (1883), (1884),(1885);

### CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES

Livro de Atas Ordinárias

Livro de Atas do Conselho Diretor 1929 a 1971  
Livro de Atas das sessões extraordinárias – dez/30 a mar/43  
Relatórios dos presidentes – 1931 a 1950  
Correspondências expedidas e recebidas – 1933 a 1950  
Arquivo José Loureiro Fernandes: documentos avulsos sobre antropologia, arqueologia, folclore, museus além de correspondências pessoais e oficiais – 1934/1971

#### DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA UFPR

Livro de Atas - 03/01/64 à 24/05/73  
Correspondências administrativas expedidas e recebidas anos 60  
Livro de Atas - 07/05/74 à 03/12/76 (referente ao antigo Departamento de Antropologia e Psicologia)

#### INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE PARANAGUÁ

Livro das Diretorias- s/d  
Livro de Atas nº2 – 7/9/1952 à 15/11/1957

#### MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES POPULARES

Livro de Atas - 10/06/73 à 15/09/77  
Documentação Administrativa 1958 à 1975  
Correspondências pessoais de José Loureiro Fernandes 1942 à 1972

#### MUSEU PARANAENSE

Livro de Atas  
Relatórios Anuais de 1937, 1940/41, 1943, 1946, 1947, 1948, 1949

#### FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS

Livro de Atas dos Exames do Curso de Geografia e Historia – Concurso de Habilitação – 05/04/38  
Livro de Atas da Comissão de Julgamento de Prêmios – 04/12/44 à 13/12/56  
Livro de Atas da Congregação – 26/02/38 à 15/10/62  
Livro de Atas do Conselho Geral – 30/09/39 à 03/12/50  
Livro de Atas do Conselho Técnico Administrativo – 1938/46 e 1946/72  
1º Livro de Portarias da Diretoria – 04/03/38 à 10/02/51



2º Livro de Portarias da Diretoria – 12/08/65 à 13/07/71  
Livro de Registro de Conferências e Cursos de Extensão – 1963  
Livro de Termos de Visita da Inspeção Federal da “Escola” - 17/04/47  
à 16/08/49  
Relatórios da Inspeção federal – 1941 à 1949

## DOCUMENTAÇÃO AUDIO-VISUAL

Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas  
Projeto Arquitetônico no 3225 da Cia, Constructora Nacional S.A. Rio-  
Curitiba “Reitoria, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Univer-  
sidade do Paraná” – 1950  
Documentação Relativa ao Centro Universitário de Estudos Antropo-  
lógicos

Círculo de Estudos Bandeirantes  
Arquivo de fotos pertencente a coleção Loureiro Fernandes, relaciona-  
das aos temas: Arqueologia, Etnografia, Cultura Popular, e fotografias  
pessoais.

## FONTES IMPRESSAS

Círculo de Estudos Bandeirantes  
Jornal Cruzeiro – 1931/1932  
Boletim Mariano – Ano I nº 1, 8 e 9, 1929 Ano II nº 1  
Discurso “Em defesa dos seus culturais brasileiros” – Câmara Depu-  
tados – 1965

Departamento de Antropologia  
Impressos sobre a IV Reunião Brasileira de Antropologia 1959

Museu de Arqueologia e Artes Populares  
Regimento Interno

Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá  
Relatório Final do Projeto de Reestruturação do MAEP – maio 89/dez

95 e seus complementares:

Uma proposta de política de acervo para o *maep*

Relatório técnico sobre as atividades realizadas no acervo arqueológico para o circuito museológico/95

Relatório técnico sobre a documentação textual administrativa e privada do MAEP

Relatório técnico do acervo de cultura popular

Relatório técnico do acervo bibliográfico

Universidade do Paraná

Regulamento do Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná

## Periódicos

Anuário Estatístico do Brasil – Ano 1º 1908/1912 vol. II – 1917;

Arquivos de Biologia e Tecnologia vol. I – 1946;

Arquivos do Centro de Estudos Portugueses vol. I nº 1 1970;

Arquivos do Museu Nacional vol. I – 1876; vol. II – 1877;

Arquivos do Museu Paranaense vol. I – 1941 e vol. VIII – 1950;

Arquivos do Museu Paranaense N. S – no 2/ Antropologia 1963 e no 3/ Antropologia 1966

Boletim do IHGPR Ano I vol. 1 – 1917/1918 e vol. IV, fasc. 1/3/4 – 1950;

Boletim Mariano – Ano I nº 8/1929; Ano II nº1 – 1930;

Boletim do Museu Nacional vol. III nº3 – 1927 e, vol IV Fac. 3 - 1928

Boletim do Museu Paranaense nº3 – 1968;

Cadernos de Arqueologia Ano I nº1 – 1976;

Cadernos de Artes Populares Ano I – 1973;

Dados do dossiê do IBPC/10º Coordenadoria Regional – 1994;

Publicação do Serviço de Fomento da Produção Mineral avulsos nº37, 1938;

Relatório da Inspeção Geral de Ensino, Secretaria Geral do Estado do Paraná – 1920;

Separata dos Arquivos do Museu Paranaense vol. 1 – artigo IX – 1941 e vi art. IV – 1947;

Separata dos Arquivos do Museu Separata dos Arquivos do Museu Nacio-

nal vol. xvix: 95 – 1959;  
Separatas – Memória Histórica Paranaense – 1934;

## Revistas

Brasileira dos Municípios nº43/44. Ano XI – 1958 – IBGE;  
“Cassino Coritibano” – A Prata da Casa – Ano XI nº62 – 1937;  
Círculo de Estudos Bandeirantes – vol. I – 1934;  
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo vol. XIX – 1942; IHGP – Ano I nº01 – 1932; nº02 – 1993  
2ª fase: Ano I nº01 – 1953; Ano I nº03 – 1953; Ano II nº04 – 1954; Ano II nº05 – 1954; Ano II nº09 – 1956; Ano II nº10 – 1956; Ano II nº11 – 1957; Ano II nº12 – 1957; Ano VIII nº15 – 1959;  
Logos – Ano I (1946) n.1, n.2, n. 3/4; Ano II (1947) n.6; Ano III (1948) n.7, n.8; Ano IV (1949) n.9, n.10; Ano V (1950) n.11, n.12; Ano VI (1951) n.14; Ano VII (1952) n.15 n.16; Ano VIII (1953) n.17  
O Itiberê – Anuo II vol. II nº 10 – 1920; Anuo X nº113/115 – 1928; Anuo XI nº127 – 1929; Anuo XIII nº133 – 1930; Ano 77/III Fase nº10 – 1996;  
Marinha a Revista do Litoral Paranaense - Ano II nº13 – 1938;  
Museu Nacional vol. I e vol. IX – 1895;  
Rumo Paranaense – Ano I nº1, 3, 4, 5/12 – 1972/73.

## Referências

ABREU, Regina Tradição e Modernidade: O Museu Histórico Nacional e o seu acervo. In, Cadernos de Pesquisas 1:1-36. Departamento de Estudos e Pesquisas do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. 1989  
\_\_\_\_\_. Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In, Ideólogos do Patrimônio Nacional, p: 91-98. IBPC. Rio de Janeiro. 1991  
\_\_\_\_\_. Síndrome dos Museus?. In, Seminário Folclore e Cultura Popular – Série Encontros e Estudos 2, p: 51-68. FUNARTE. Rio de Janeiro.1996  
ALMEIDA, Renato Folclore e Turismo Cultural. In, Revista de Folclore. Ano X (28o set/dez). Rio de Janeiro.1970

- ALVAR, Júlio Quaraqueçaba Mar e Mato. Ed. UFPR. Curitiba. 1997
- ANAIS DO SEMINARIO do Centenário de Nascimento do Prof. Dr. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903 –2003). IN, Revista de Arqueologia (CEPA) n. Especial. Ed. CEPA/UFPR/FUNPAR. Curitiba. 2005
- ANDRADE, Mário Carta de Trabalho: Correspondência com Rodrigo de Melo Franco (1936/1945). Frota, L. (org) SPHAN/Pró-Memória. Brasília. [1937] 1981
- ANDREATA, Margarida D. Loureiro, o Mestre. In, ANAIS DO SEMINARIO p: 69-70. 2005
- ARRUDA, M<sup>a</sup> Arminda N. Modernidade possível : cientista e ciências sociais em Minas Gerais. In, Miceli, S. (org) História das Ciências Sociais no Brasil vol 1. Ed. Vértice. São Paulo 1989
- AZEVEDO, THALES Os primeiros mestres da antropologia nas faculdades de filosofia. In, Anuário Antropológico 82.: 259-277 Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. 1984
- BALHANA, Altiva et. All História do Paraná. Grafipar, Curitiba. 1989
- BARK, Ali José Loureiro Fernandes. In, Revista Rumo Paranaense Ano I, n.12 nov: 1. Graf. Vicentina. Curitiba. 1974
- \_\_\_\_\_ Romário Martins. In, Revista Rumo Paranaense Ano II, v. 16 mar: 1. Graf. Vicentina. Curitiba. 1975
- BARTHELMESS, Arthur Depoimento. In, ANAIS DO SEMINARIO p:47-52. 2005
- BASTOS, D. Relatório Técnico sobre a Biblioteca do MAEP (mimeo) 1989
- BEGA, M. Tarcisa Letras e Política: Simbolistas e anticlericais na república velha. Tese Doutorado. Curitiba. 2003
- BEOZZO, J. OSCAR A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In, Fausto, B. O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964). V. 4. 2<sup>a</sup>. Ed. Difel. São Paulo. 1986
- BIGARELLA, João Jose Depoimento. In, ANAIS DO SEMINARIO p: 9-30. 2005
- BITTENCOURT, M. da Gloria C. Museu Paranaense. In, Historia: Questões e Debates. 4(7) p:291-292. Dez. Curitiba. 1983
- BLASI, Oldemar Depoimento. In, ANAIS DO SEMINARIO p: 37-46. 2005
- BOJANOSKI, Silvana de F. O museu paranaense: a construção de uma mentalidade. Monografia de Graduação em História/UFPR (mimeog). 1992

- BOMENY, Helena. Patrimônio da memória nacional. IN, Ideólogos do patrimônio nacional Cadernos do DEARTES nº1: 1-15, Rio de Janeiro. 1991
- BOURDIEU, Pierre O Poder Simbólico. Ed. Difel. São Paulo. 1969
- BRUNO, Maria C.O. A museologia a serviço da preservação do patrimônio arqueológico. In, Revista de Pré-História, vol VI:301-323, I.P.H./USP. 1984
- \_\_\_\_\_ Impressões de viagem: Um olhar sobre a museologia portuguesa. In, Cadernos de Sociomuseologia nº9: 89-98. Univ. Lusófona de Humanidade e Tecnologias. Lisboa. 1996
- CAMPOS DA ROCHA, Regina Ma. Prof Loureiro Fernandes : os últimos tempos. In, ANAIS DO SEMINARIO p:117-133. 2005
- CARDOSO de Oliveira, Roberto O que e isso que chamamos de Antropologia Brasileira? IN, Anuário Antropológico/85 p:227-246. Ed. Tempo Brasileiro. São Paulo. 1986
- CARELLI, M. Carcamanos e Comendadores . Ed. Ática. São Paulo. 1985
- CARNEIRO, C.M.S.B. O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná 1902 a 1928. Dissertação de Mestrado/UFPR. Curitiba.2001
- CARNEIRO, David Educação, Universidade e História da Primeira Universidade do Brasil. Imprensa da UFPR. Curitiba. 1971
- CARSTENS, F., COSTERRARIO, M., FLEITH, R. e GONÇALVES Pararnismo, neo-pararnismo, pós-pararnismo, pós modernismo. In, Histórias e Debates, v.8, n.14/15, p:128-136, jul/dez. Curitiba. 1987
- CASTRO FARIA, L As Exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional. In, Conferência de Luis de Castro Faria Naturalista do Museu Nacional . Publicação Avulsa nº4:1-7. DIN. Rio de Janeiro. 1949
- 1959 O problema da proteção dos sambaquis. In, Separata dos Arquivos do Museu Nacional. Dez, vol XLIX. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ Dez anos após a I reunião Brasileira de Antropologia. In Revista do Museu Paulista, N.S. vol 14. São Paulo. 1963
- \_\_\_\_\_ A Antropologia no Brasil. Depoimento sem compromisso de um militante em recesso. In, Anuário Antropológico/82: 229-250. Depoimentos. Ed.Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.1984
- \_\_\_\_\_ Antropologia – escritos exumados espaços circunscritos; tempos soltos – 1. Ed EDUFF. Niterói.1989
- CAVALCANTE, L. Modernistas na Repartição. Ed. UFPR & Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.1993
- CHAGAS, Mário.Um novo (velho) conceito de Museus. In, Cadernos de

- Estudos Sociais, v.1, n.2, p.185-90, jul-dez. Recife.1985
- \_\_\_\_\_ A ótica museológica de Mário de Andrade. In, Ideólogos do Patrimônio Nacional, p:99-113. IBPC. Rio de Janeiro. 1991
- \_\_\_\_\_ Novos rumos da Museologia. In, Cadernos de Museologia, Univ. Lusófona de Humanidade e Tecnologias. Centro de Estudos de Sócio-Museologia, nº2, Lisboa. 1994<sup>a</sup>
- \_\_\_\_\_ Em busca do Documento Perdido: a Problemática da Construção Teórica na Área do Documentação. In, Estudos de Museologia – Cadernos de Ensaio nº2: 41-53 IPHAN, Rio de Janeiro. 1994b
- \_\_\_\_\_ Museologia. JC ed. Rio de Janeiro. 1996
- CHMYZ, Igor. Editorial. Cadernos de Arqueologia - Ano 1 - nº1, – MAAP/UFPR. Curitiba. 1976
- \_\_\_\_\_ José Loureiro Fernandes e a Arqueologia Brasileira. In, GARCIA, A. (org) p:108-170. Curitiba. 2000
- \_\_\_\_\_ O centenário de nascimento do prof. Jose Loureiro Ascensão Fernandes. In, ANAIS p:1-8. Curitiba. 2005a
- \_\_\_\_\_ Lembrando Jose Loureiro Ascensão Fernandes, um semeador. In, ANAIS p:81-108. Curitiba. 2005b
- CHMYZ, João Carlos Depoimentos. IN, ANAIS p: 135-137. Curitiba. 2005
- CIMITILLE, F. Memória dos Índios Camés o Coroados (Pr). in, CATÁLOGO DOS OBJETOS DO MUSEU PARANAENSE REMETIDOS PARA A EXPOSIÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Curitiba. 1879
- COMINIMOS, Constantino Depoimentos. IN, ANAIS p: 71-8. Curitiba. 2005
- COIROLO, Alicia D. O papel do museu na sociedade contemporânea. IN, Ciência em Museus, vol.4, out:75/77. São Paulo. 1995
- CORDIOLLI, M.A O olhar de um ponto diverso – as gêneses de um idílio: a trajetória de Dario Vellozo (1890-1909). IN, Boletim do Departamento de Historia. Serie Monografias n.1 p:5-21. UFPR. Curitiba.1989
- CORREA, Mariza Traficantes do Excêntrico 1939-1969: tres momentos (mimeo). 1987
- \_\_\_\_\_ A Antropologia no Brasil (1960-1980) IN, Miceli (org) vol 2 p:25-103. São Paulo. 1995
- COSTA, Lygia Martins. O pensamento de Rodrigo na criação dos museus do IPHAN. IN, Ideólogos do Patrimônio Nacional, p: 115-129. IBPC. Rio de Janeiro. 1991
- CUNHA, Marcelo Acervos etnográficos: reflexões/problemáticas (mimeo),

- In, xx Reunião Brasileira de Antropologia. Salvador. 1996
- DESTEFANI, Cid Mate esta: Rua Jose Loureiro. In, Seção Nostalgia. Jornal Gazeta do Povo de 18/04/93.p:6. Curitiba. 1993
- DUDEQUE, Irã Taborda Espirais de Madeira: uma História da Arquitetura de Curitiba. Livro Studio Nobel, Ltda. FAPESP. São Paulo. 2001
- ESPIRITO SANTO, Liguaru O Círculo de Estudos “Bandeirantes” Vinte e Cinco anos de existência. In, Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes vol. II, Tomo 2. p: 746-770. Ed. Comemorativa aos 25º aniversário de fundação. Curitiba.1954
- FERREZ, Helena Dodd Documentação Museológica: Teoria para uma boa Prática. In, Estudos de Museologia – Cadernos de Ensaio nº2: 65-74 IPHAN, Rio de Janeiro. 1994
- FERRARINI, Sebastião et alii José Loureiro Fernandes. IN, COMOCI. publ. nº53 s.E.C. e Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba.1978
- FERREIRA DEFREITAS, R. Coisas do Meu Litoral. Ed. Ind. Graf. Júlia. Curitiba.1998
- FOOT - HARDMANN, F. O Trem Fantasma – a Modernidade na Selva. Ed.Companhia das Letras, São Paulo.1986
- FROTA, Leila C. Mario de Andrade uma vocação de escritor público. In, Publicação do SPHAN, nº33:21-36 Rio de Janeiro. 1991
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu A Cultura material e a Construção da Mitologia Bandeirante: Problemas da Identidade Nacional Brasileira. In, Idéias, 2 (1):29-48, jan/jun. Campinas.1995
- FURTADO, MRegina F.M. As coleções de estudos da UFPR:Um patrimônio a ser divulgado . In, Boletim de Antropologia NS. V.2 n.5- maio p:85-100. UFPR. Curitiba. 1989
- \_\_\_\_\_ Relatório Técnico - Metodologia de trabalho aplicada à documentação escrita do atual MAEP. (mimeo). 1995
- \_\_\_\_\_ Relatórios do Projeto de Reestruturação do MAEP/período maio/89-junho/97.(mimeo)1996
- \_\_\_\_\_, José Loureiro Fernandes e as Possibilidades de Pesquisas e o Exercício das Atividades Técnico - Profissionais, IN, Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes nº13: 53-125/set. Paraná. 1999
- \_\_\_\_\_ O Círculo de Estudos Bandeirantes e a Formação Acadêmica no Paraná, in Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes nº14 :37-66 /ago. Paraná. 2000
- \_\_\_\_\_, José Loureiro Fernandes – Tradição na Contemporanei-

- dade. In, Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes n. 18, p:32-37, set. Curitiba. 2003
- \_\_\_\_\_ O imaginário de Jose Loureiro Fernandes expresso em seus registros de memória. In, ANAIS DO SEMINARIO ...p:173-195. Curitiba. 2005
- FURTADO, MRegina & Bojanoski, S. Relatório sobre a colação de arqueologia do CEPA que se encontra no MAEP ( mimeo). 1996
- GARCIA, Antonio Dr. Loureiro Fernandes – Médico e Cientista: Antropologia e Etnologia. Curitiba. Ed. Vozes. 2000
- GELLNER, E. Naciones y Nacionalismo. Alianza Editorial. Madrid. 1986
- GODOY, Solange et alli. Preservação e Conservação de acervos museológicos Museu Histórico Nacional. Um caso para reflexão. in IX Congresso Nacional de Museus. ago (mimeo) 1985
- \_\_\_\_\_ Coleção, estudos, exposição. in Ciências em museus, vol.4 :8, out/92. São Paulo. 1992
- GONÇALVES, Reginaldo. O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural do Brasil. in Ideólogos do Patrimônio de Nacional.: 49-58 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção, Rio de Janeiro. 1991
- \_\_\_\_\_ O templo e o Fórum. IN, CHUVA, Márcia et alli, A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação do Brasil. Minc Cultura. IPHAN. Serie debates No. 2:55-66. Rio de Janeiro. 1995
- GUEDES, M<sup>a</sup> Tarcila F. A influência do pensamento modernista no SPHAN. In Ideólogos do Patrimônio Nacional./ IBPC:34-53. Rio de Janeiro. 1991
- GUIDIERI, Remo El museo y sus fetiches – crónica de lo neutro y de la aureola, ed. Tecnos, Madrid. 1992
- KEINERT, R. Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná. Dissertação de Mestrado/USP. São Paulo. 1978
- HELM, Cecília M. Depoimento. Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes (16):23-24. Curitiba. 2002
- \_\_\_\_\_ O legado de Loureiro Fernandes. In, ANAIS DO SEMINARIO ...109-115. Curitiba. 2005
- HELLMANN, Gilmar Colégio Paranaense – esteio do pensamento Católico em Curitiba 1889/1938. Monografia de fim de Curso de Filosofia. Universidade Católica de Curitiba (mimeo). 1997



- HERTEL, Ralph, J.G. Loureiro Fernandes, o incentivador da pesquisa científica no Paraná. In, *Cadernos do Museu de Arqueologia e Artes Populares* :.10-17 n° especial, ed. UFPR. Curitiba. 1977
- HOERNER JR, Valério. *História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná* . Tese de mestrado. Curitiba. 1993
- \_\_\_\_\_ Jose Loureiro Ascensão Fernandes – O Homem e o meio. Coleção legado n.13. Curitiba. 2003
- HORTA, M. de Lourdes. *Museologia nos países desenvolvidos: Ajuda ou Manipulação?*. IN, *Cadernos Museológicos* 2.:60-67. SPHAN – Pró Memória. Rio de Janeiro. 1986
- KERSTEN, Márcia Scholz de A. *Os Rituais do Tombamento e a escrita da História. Bens tombados no Paraná entre 1938/1990*. tese de Doutorado-UFPR (mimeo) Curitiba. 1998
- \_\_\_\_\_ Jose Loureiro Fernandes, um intelectual na “Província”. In, *ANAIS DO SEMINARIO* ...p: 147-154. Curitiba. 2005
- LANGE, Rudolfo Bruno Depoimento. IN, *ANAIS DO SEMINARIO* ... p:31-35. Curitiba. 2005
- LA PASTINA, José. *Ações da SPHAN/Pró-Memória no Paraná*. Trabalho apresentado no 1 Ciclo de Estudos de Política Cultural, Patrimônio e Modernidade (mimeo). Londrina. 1989
- LEÃO, Ermelino *Breve Notícia Histórica da cidade de Antonina*. In, *Revista A Penna*. Curitiba. [1897] 1918
- \_\_\_\_\_ Guia do Museu Paranaense. Curitiba. 1890
- LEONARDOS, Othon Henry Concheiros Naturais e Sambaquis. In *Publicação do Serviço do Fomento da Produção Mineral Avulsos* n37 Rio de Janeiro .1938
- LIMONGI, F. *Mentores e Clientes da Universidade de São Paulo*. In, *MICELI (org) História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. Ed. Vértice. São Paulo. 1989
- LOUREIRO FERNANDES, J. *O Museu Paranaense 1876 - 1936*. IN, *Revista do Departamento de Cultura* 1. n.1:77-87, abril. Curitiba. 1938
- \_\_\_\_\_ *O Museu Paranaense - Candelabros de ouro que se acendem na catedral prosperidade*. In, *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Ano II, n° 5 : 69-73, vol. II, jan/março. Curitiba. 1940a
- \_\_\_\_\_ *O Museu do Paraná*. In, *Revista da Academia Paranaense de Letras* n° 2 (5):69-73. Curitiba. 1940b

- \_\_\_\_\_ Telêmaco Borba. IN, Revista da Academia Paranaense de Letras nº4 fasc. 12:248-251. Curitiba.1946
- \_\_\_\_\_ A passagem do Dr. Loureiro Fernandes pela Secretaria de Educação e Cultura. In Separata da Revista Médica do Paraná, v. XVIII, nº1 (jan/fev). Curitiba. 1949
- \_\_\_\_\_ Ermelino de Leão, o Historiador de Antonina. In, Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná. v. IV:17-28 – jan. fasc 1. Curitiba. 1950a
- \_\_\_\_\_ Romário Martins – O Fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. In, Boletim Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. v. IV:17-33 – jan. fasc 1. Curitiba. 1950b
- \_\_\_\_\_ Frei Luiz de Cimitille. In, Separata da revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Tomo III. nº 1. Curitiba.1956
- \_\_\_\_\_ Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. In, a Jazida José Vieira. Um Sítio Guarani e Pré-cerâmica do Interior do Paraná. Emperaire, A.J. Cadernos de Arqueologia nº 1-seção I, Instituto de Pesquisa da Universidade do Paraná. Curitiba. 1959
- \_\_\_\_\_ Tri-Centenário da Carta Régia de Paranaguá - Primeiro Congresso de História e Geografia do Paraná e Convênio entre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Universidade Federal. In Cadernos de Artes e Populares: 5-30 Ano 1 nº1, ed UFPR/Paraná. Curitiba. 1973
- LOUREIRO FERNANDES, J. & NUNES, Marília Oitenta anos de vida do Museu Paranaense. Tip. João Haupt& Cia. Ltda. Curitiba. 1956
- LOWENTHAL, David. El Pasado es un País Extraño. Ed Akal, Madrid. 1998
- MAFRA DE SOUZA, A. e Lyra, C Guias dos Bens Tombados – Paraná. Ed. Expressão e Cultura. Curitiba. 1994
- MARANHAO, Eny de C. Depoimento. IN, Revista do Circulo de Estudos Bandeirantes. (16)p:24-26. Curitiba. 2002
- MARANHAO, Maria Fernanda Do Museu para a Academia: a trajetória Intelectual de Jose Loureiro Fernandes e a Institucionalização da Antropologia no Paraná. IN, ANAIS DO SEMINARIO ...p:155-171. Curitiba. 2005
- MARÉS DE SOUZA F. Carlos F. Bens culturais e proteção jurídica. Porto Alegre, ed. Vértice. Porto Alegre. 1997
- MARCH, E. Uma Igreja no Estado Livre: O Discurso da Hierarquia Católica sobre a República. IN, Questões & Debates, 10(18-19):213-259 jun-dez. Curitiba. 1989

- MARTINS, Romário Sambaquys. In, *História do Paraná 1555 – 1853. Econômica*. Curitiba. 1899
- \_\_\_\_\_ *Escolas Rurais especiais para a educação e socialização do caboclo*. In, *Boletim do IHGPR n°9. Ano v . 2ª. Fase março*. Curitiba. 1940
- \_\_\_\_\_ *Quantos somos e quem somos. Dados para a história e a Estatística do Povoamento do Paraná*. Paranaense. Curitiba. 1941
- \_\_\_\_\_ *Terra e Gente do Paraná*. Diretoria Regional de Geografia do Estado do Paraná. Paranaense. Curitiba. 1944
- MARTINEZ, Mª de Lourdes *o servidor técnico-administrativo da UFPR: Desempenho e Pontencial el como fatores no Desenvolvimento de Recursos Humanos - Tese de Mestrado/UFPR (mimeo)*. Curitiba. 1989
- MELLATTI, Julio C. *Antropologia um Roteiro*. In, *BIB (17):3-52*. São Paulo. 1984
- MEDEIROS, Mª das Dores “Povo-Uno” versus “Corpo de Cristo”; Uma construção teórica. In *Vivência, CCHLA, v n°2: 135-144 julho/Dez UFRN*. Natal. 1992
- MENEZES, Mª José. *A Arqueologia pré-histórica no Paraná*. In, *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense, vol. IX.:56-105. . Curitiba. 1967*
- \_\_\_\_\_ (org) *Cadernos do Museu de Arqueologia e Artes Populares - n° especial ,dez. Paranaguá*. 1977
- MENEZES, Ulpiano B. *A identidade cultural e a arqueologia*. In Bosi, A. *Cultura Brasileira:182-190*. Ed Ática. São Paulo. 1987
- \_\_\_\_\_ *As margens do Ipiranga: museu e tempo da História*. In, *D.O Leituras, v.8:5-11*. São Paulo. 1991
- MICELI, S. (org) *História das Ciências Sociais no Brasil - vol. I, ed. Vértice* São Paulo. 1989
- \_\_\_\_\_ *História das Ciências Sociais no Brasil – vol 2 ed Vértice*. São Paulo. 1995
- MORAIS, Regis de. *Cultura Brasileira e Educação*, Ed. Papirus. São Paulo. 1989
- Motta, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974) - ponto de partida para uma revisão histórica*. Ed. Ática. São Paulo. 1977
- MOURE, Jesús Santiago *Depoimentos*. In, *ANAIS DO SEMINARIO ... p;13-17*. Curitiba. 2005

- NASCIMENTO Jr, A casa baleada. In, Revista do IHGPG. Ano I nº1: 1-3 . Jan/març. Paranaguá. 1953
- \_\_\_\_\_ Nossa futura instalação. In, Revista do IHGPG. Ano II nº 4:43-44. Jan/Jun. Paranaguá. 1954
- \_\_\_\_\_ Posse Provisória do Velho Convento. In, Revista do IHGPG. nº11:54. Out/56 a Jun/57. Paranaguá. 1957
- NEVES, Margarida S. As vitrines do Progresso . Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (mimeo) Rio de Janeiro. 1990
- NORA, Pierre Les lieux de mémoire. Gallimard. Paris. 1984
- NUNES, Marília D. As apresentações museológicas num departamento universitário. In, Arquivos do Museu Paranaense nº2 :10. Curitiba. 1963
- \_\_\_\_\_ A utilização cultural das coleções arqueológicas do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. In, Arquivos do Museu Paranaense. n/s nº3 :8 dez. Curitiba. 1966
- OLIVEIRA, Lúcia L. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In, Miceli (org): 235-307. São Paulo. 1995
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso O que é isso que chamemos de Antropologia Brasileira?. In, Anuário Antropológico/85: 227-246. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1986
- OLIVEN, R.G. A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação. ed. Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro.1992
- ORSSICH, Adam. Observação arqueológicas em sambaquis. In, Cadernos de Arqueologia. Ano 2, nº2, 62 - 63 Museu de Arqueologia e Artes Populares Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1977
- PARANÁ-ENSAIOS. Bento Munhoz da Rocha Neto. Curitiba. 1977
- PARELLADA, C. et GOTTARDI, A Inventário de Sambaquis do Litoral do Paraná. In, Arquivos do Museu Paranaense – N. S. Arqueologia nº7: 34-72 Curitiba. 1997
- PAOLI, Mª Célia e ALMEIDA, Marco A. Memória, Cidadania, Cultura Popular. In, Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº24: 185-193 Rio de Janeiro. 1992
- PEIRANO, Marisa G.S. A Antropologia Esquecida. In, Anuário Antropológico/82:15-49 Ed.Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1984
- \_\_\_\_\_ Artimanhas do Acaso. In, Anuário Antropológico /89:9-21 Ed. Tempo Brasilrio. Rio de Janeiro. 1992
- PEREIRA, L. F. Paranismo: O Paraná inventado, Cultura e imaginário no

- Paraná da I República. Ed. Quatro Ventos. Curitiba. 1996
- PERIN, Adriane Especialistas avaliam as condições dos Museus de Arte – Uma terra Desolada. In, *Jornal A Gazeta do Povo* de 16/01/2005. Caderno G. Curitiba. 2005
- PIMENTAL, K.S.& Baumel, H.S. Presevação do Patrimônio Cultural. 10ª Coordestação Regional do IBPC, (mimeo). Curitiba. 1992
- PINHEIRO MACHADO, Brasil A Historiografia de Romário Martins na sua “História do Paraná”. In, *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná* n.21, p:43-49. Curitiba. 1974
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. In, *Estudos Históricos* v. 2, n.3; p:3-15. Rio de Janeiro. 1989
- PUGLIELLI, H. F. Para compreender o Paraná. SEC. Curitiba. 1991
- QUEIROZ, M. Izaura Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. In, *Revista da USP*, v. 13:70-90. São Paulo. 1992
- RAMOS, Joanita Memória no Limbo – Capela de Nossa Senhora da Conceição não tem quem conte a sua história. In, *Jornal Gazeta do Povo* de 14/12/2003. Caderno G p. 8. Curitiba.2003
- RIBEIRO, BERTHA G. O Museu veículo comunicador e pedagógico. In, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 66 (152) p:77-98. Brasília. 1985
- \_\_\_\_\_ Museu e Memória. Reflexões sobre o colecionismo. In, *Ciências em Museus* Vol.4, out/92:18-24. São Paulo. 1992
- RIBEIRO FILHO, Anibal. 1872 – Paranaguá. In, *Revista do “Clube Literário” de Paranaguá* 1872/1972:3-16 e 92-269 Graf. Universal, Curitiba 1972
- \_\_\_\_\_ Loureiro Fernandes e Paranaguá. In, *Cadernos do Museu de Arqueologia e Artes Populares*, nº Especial, Ed/UFPR. Curitiba. 1977
- RIBEIRO, S. As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.1937/1968. Tese de Mestrado (mimeo) Campinas:UNICAMP. São Paulo.1991
- RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio. In, *Revista do SPHAN*, nº 24:195-205. Rio de Janeiro. 1996
- RUBINO, Silvana Clube dos Pesquisadores; A Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In, Miceli (org). São Paulo. 1996
- RUSSIO, Waldisia. Existe um passado museológico brasileiro?. *Suplemento Cultural – Jornal o Estado de São Paulo*, nº 143. Ano III. São Paulo. s/d

- \_\_\_\_\_ A presença dos museus no panorama político- científico – cultural. In, Cadernos Museológicos 2: 72-78 SPHAN- Pró Memória, Rio de Janeiro. 1989
- \_\_\_\_\_ Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In, Cadernos Museólogos, nº 3:7-12 IBPC – Rio de Janeiro. 1990
- SANTOS, Mariza V. Motta Nasce a academia SPHAN. IN, Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional nº24:77-95. Rio de Janeiro. 1996
- SANTOS FILHO, B. Nicolau José Loureiro Fernandes: um mestre de paranimismo. In, Revista Rumos Paranaense, Ano I, nº12: 2-7. Curitiba. 1973
- SHELLING, Vivian. A presença do povo na cultura brasileira – Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Ed. UNICAMP. Campinas. São Paulo. 1990.
- SCHWARCZ, Lilian H.M. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). IN, Miceli S.(org) História das Ciências Sociais no Brasil, vol 1: .20-71 ed. Vértice São Paulo. 1989
- SIHLE, Jesuína Hilária S. Fundadores da Vila de Pernanguá, vestígios de seus descendentes nessa cidade (Paranaguá). In, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Ano VIII – jan a dez nº5:14-17. Paranaguá. 1959
- SILVA, Carmen L. Relatório das Atividades realizadas junto ao material etnográfico Indígena do MAEP – referente ao Sub projeto de pesquisa - Análise e Contextualização do Acervo etnográfico Indígena do MAEP/UFPR. Paranaguá. 1991
- \_\_\_\_\_ Relatório das Atividades realizadas junto ao material etnográfico Indígena do Museu de Arqueologia de Paranaguá – Segunda etapa do projeto de pesquisa - Análise e Contextualização do Acervo etnográfico Indígena do MAEP/UFPR. Paranaguá. 1992
- \_\_\_\_\_ Sobreviventes do Extermínio - estudo das narrativas e lembranças Históricas da Extinção da sociedade Xetá. Tesis de Maestría. UFSC. Florianópolis. 1998
- \_\_\_\_\_ Em busca da Sociedade Perdida: O Trabalho da Memória Xetá. Tesis Doctoral UNB. Brasília.2003
- SIQUEIRA, Márcia D. et alii Rumos da Pesquisa – UFPR – Uma História da Pesquisa e Pós-graduação na UFPR, Curitiba. 1998
- SOEIRO, Renato Um Programa de Ação Cultural:17 .Publ. MEC/DAC. Rio

de Janeiro. 1974

SUANO, Marlene O que é Museu. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1986

SZVARÇA, Décio R. O Forjador; Ruínas de um mito. Romário Martins. ed. Aos Quatro Ventos. Curitiba. 1993

SZVARÇA, D. & CIDADE, M. L. 1955: O voto " verde" em Curitiba. In, História Questões e Debates, V.10, n.18/19. p:181-211 jun-dez. Curitiba. 1989

TRAMUJAS, Joaquim. O convento dos jesuítas. IN, Cadernos de Artes e Tradições Populares, ano 1, nº1 p:47-50 ed. UFPR. Paranaguá 1973.

TREVISAN, E. A formação de Romário Martins. IN, Boletim do IHGPR V.23:5-26. Curitiba. 1974

\_\_\_\_\_ A gênese do Museu Paranaense (1874/1882) - Auspiciosa experiência de aclimação na província. IN, Arquivo do Museu Paranaense. N.S/História nº1. Curitiba. 1976

TRINDADE, Etelvina M.C. Paranidade ou Paranismo? A construção de uma identidade regional. IN, Revista da SBPH, n.13: 65-74 Curitiba. 1997

VILHENA, L. R. Projeto e Missão :movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Funarte/Funadação Getúlio Vargas Rio de Janeiro. 1997

WACHOWIZ, Ruy C. Universidade do Mate - História da UFPR. APUF-PR. Curitiba. 1983

WESTPHALEN, Cecília M. Alfaias e jóias do Antigo Colégio dos Jesuítas. In, Boletim da UFPR – Departamento de História, n.1 Curitiba.1962

\_\_\_\_\_Morre Prof. José Loureiro In, Jornal A Gazeta do Povo de 17/02/1977

\_\_\_\_\_Universidade Federal do Paraná - 75 anos. SBPH-PR. Curitiba.1987

\_\_\_\_\_Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pr - 50 anos. SBPHPR. Curitiba. 1988  
1988

